



# Os Discursos dos Reitores

(1974-2019)



UMinho Editora  
Documentos

#### COORDENAÇÃO DO VOLUME

Manuela Martins, Vice-Reitora para a Cultura e a Sociedade  
Márcia C. F. Oliveira, investigadora do LAB2PT

#### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

#### DESIGN

Tiago Rodrigues

#### PAGINAÇÃO

Carlos Sousa | Bookpaper

Tiago Rodrigues

#### EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2020

ISBN digital 978-989-8974-11-2

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.10>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.  
© Autores / Universidade do Minho – Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização expressa dos autores.

# **Os Discursos dos Reitores** (1974-2019)

	Sumário	4
	Prefácio	14
	Apresentação	16
I	O CICLO DA FUNDAÇÃO E AFIRMAÇÃO (1974-1981)	21
1.	1974 – Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga. Tomada de Posse da Comissão Instaladora da UMinho, em 17 de fevereiro.	22
2.	1975 – Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga. Tomada de Posse de Joaquim Santos Simões como vogal da Comissão Instaladora, em 7 de fevereiro.	26
3.	1975 – Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga. Abertura do ano letivo 1975-76, em 16 de dezembro.	34
4.	1978 – Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga. Dia da Graduação da UMinho, em 17 de fevereiro.	42
5.	1979 – Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga. Tomada de Posse de novos vogais da Comissão Instaladora, em 6 de abril.	52
6.	1981 – Discurso do Reitor em exercício, Lúcio Craveiro da Silva. Tomada de Posse de novos vogais da Comissão Instaladora, em 23 de outubro.	55
II	OS TEMPOS DA CONSOLIDAÇÃO (1982-2002)	59
7.	1982 – Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva. Tomada de Posse, em 18 de janeiro.	60
8.	1982 – Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva. Dia da Universidade, no 8º aniversário, em 17 de fevereiro.	65
9.	1983 – Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva. Dia da Universidade, no 9º aniversário, em 17 de fevereiro.	70
10.	1984 – Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva. Dia da Universidade, no 10º aniversário, em 17 de fevereiro.	78
11.	1984 – Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva. Dia da Universidade, no 10º aniversário, no núcleo universitário de Guimarães, em 18 de fevereiro.	90
12.	1984 – Discurso do Reitor, João de Deus Pinheiro. Tomada de Posse, em 27 de novembro.	91



13.	1985 – Discurso de Lúcio Craveiro da Silva. Dia da Universidade, no 11º aniversário, em 18 de fevereiro.	99
14.	1986 – Discurso do Reitor em exercício, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 12º aniversário, em 17 de fevereiro.	110
15.	1987 – Discurso do Reitor em exercício, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 13º aniversário, em 16 de fevereiro.	117
16.	1987 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Tomada de Posse, em 29 de maio.	127
17.	1988 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 14º aniversário, em 19 de fevereiro.	135
18.	1989 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 15º aniversário, em 17 de fevereiro.	145
19.	1990 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 16º aniversário, em 17 de fevereiro.	154
20.	1990 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Tomada de Posse, em 12 de junho.	161
21.	1991 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 17º aniversário, em 16 de fevereiro.	167
22.	1992 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 18º aniversário, em 17 de fevereiro.	173
23.	1993 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 19º aniversário, em 17 de fevereiro.	179
24.	1994 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 20º aniversário, em 17 de fevereiro.	188
25.	1994 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Tomada de Posse, em 20 de julho.	194
26.	1995 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 21º aniversário, em 17 de fevereiro.	199
27.	1996 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 22º aniversário, em 17 de fevereiro.	204

28.	1997 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 23º aniversário, em 17 de fevereiro.	211
29.	1998 – Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Dia da Universidade, no 24º aniversário, em 17 de fevereiro.	218
30.	1998 – Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira. Tomada de Posse, em 20 de julho.	225
31.	1999 – Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira. Dia da Universidade, no 25º aniversário, em 17 de fevereiro.	234
32.	2000 – Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira. Dia da Universidade, no 26º aniversário, em 17 de fevereiro.	240
33.	2001 – Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira. Dia da Universidade, no 27º aniversário, em 16 de fevereiro.	246
34.	2002 – Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira. Dia da Universidade, no 28º aniversário, em 18 de fevereiro.	251
III	OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI (2002-2019)	258
35.	2002 – Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Tomada de Posse, em 22 de julho.	260
36.	2003 – Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Dia da Universidade, no 29º aniversário, em 17 de fevereiro.	267
37.	2004 – Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Dia da Universidade, no 30º aniversário, em 17 de fevereiro.	276
38.	2005 – Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Dia da Universidade, no 31º aniversário, em 17 de fevereiro.	288
39.	2006 – Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Dia da Universidade, no 32º aniversário, em 17 de fevereiro.	300
40.	2006 - Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Tomada de Posse, em 21 de julho.	309
41.	2007 - Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Dia da Universidade, no 33º aniversário, em 16 de fevereiro.	326
42.	2008 - Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Dia da Universidade, no 34º aniversário, em 18 de fevereiro.	340

43.	2009 – Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues. Dia da Universidade, no 35º aniversário, em 17 de fevereiro.	354
44.	2009 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Tomada de Posse, em 27 de outubro.	363
45.	2010 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 36º aniversário, em 17 de fevereiro.	372
46.	2011 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 37º aniversário, em 17 de fevereiro.	383
47.	2012 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 38º aniversário, em 17 de fevereiro.	395
48.	2013 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 39º aniversário, em 20 de fevereiro.	409
49.	2013 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Tomada de Posse, em 18 de novembro.	422
50.	2014 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 40º aniversário, em 17 de fevereiro.	433
51.	2015 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 41º aniversário, em 17 de fevereiro.	442
52.	2016 - Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 42º aniversário, em 17 de fevereiro.	451
53.	2017 – Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha. Dia da Universidade, no 43º aniversário, em 17 de fevereiro.	459
54.	2017 – Discurso do Reitor, Rui Vieira de Castro. Tomada de Posse, em 28 de novembro.	467
55.	2018 – Discurso do Reitor, Rui Vieira de Castro. Dia da Universidade, no 44º aniversário, em 19 de fevereiro.	478
56.	2019 – Discurso do Reitor, Rui Vieira de Castro. Dia da Universidade, no 45º aniversário, em 18 de fevereiro.	488
	Bibliografia	497

Fig. 1	Excerto manuscrito do discurso proferido na Tomada de Posse da Comissão Instaladora. O documento encontra-se datilografado, estando apenas os cumprimentos escritos manualmente. Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.	22
Fig. 2	Cerimónia da Tomada de Posse da Comissão Instaladora. Ao centro o Reitor, Carlos Lloyd Braga; à esquerda o Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão; a assinar Lúcio Craveiro da Silva. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	25
Fig. 3	Capas dos estudos setoriais realizados pelos grupos de trabalho criados pela Comissão Instaladora. Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.	29
Fig. 4	Folheto 'Universidade do Minho – Ano inicial 1975/76'. Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.	36
Fig. 5	Capa do relatório 'Universidade do Minho – Alguns aspetos da sua instalação, referentes ao período de 17.2.74 a 17.9.75'. Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.	41
Fig. 6	Cerimónia de Tomada de Posse de José Eduardo Lopes Nunes e Licínio Chainho Pereira (no limite da mesa, à esquerda), como membros da Comissão Instaladora, em 23 de outubro de 1981, presidida pelo Reitor em exercício, Lúcio Craveiro da Silva (de pé). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	57
Fig. 7	<i>Idem.</i> Tomada de Posse de Licínio Chainho Pereira como membro da CI. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	58
Fig. 8	<i>Idem.</i> Tomada de Posse de José Eduardo Lopes Nunes (de pé). À esquerda, Maria Túlia Tavares Braga e à direita, sentado, Licínio Chainho Pereira. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	58
Fig. 9	Tomada de Posse do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva (ao centro). À esquerda o Administrador da Universidade, Frederico Aguilar Monteiro e a assinar o então Ministro da Educação e das Universidades Vítor Pereira Crespo. À direita (sentado, em primeiro plano) o primeiro Reitor da UMinho, Carlos Lloyd Braga. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	63
Fig. 10	Cerimónia do Dia da Universidade, no 8º aniversário, em 17 de fevereiro 1982. Intervenção do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva (de pé ao centro), tendo à direita o Administrador, Frederico Aguilar Monteiro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção fotografias.	67
Fig. 11	Cerimónia do Dia da Universidade, no 8º aniversário, em 17 de fevereiro de 1982. Da esquerda para a direita: Virgílio Páscoa Machado; Elias Blanco; João de Deus Pinheiro; Sérgio Machado dos Santos e João Simão. Fonte: GCII da UMinho. Coleção fotografias.	67
Fig. 12	<i>Idem.</i> Entrega das cartas de curso aos estudantes graduados pelo Reitor, Lúcio Craveiro da Silva, tendo à direita o Administrador, Frederico Aguilar Monteiro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	72
Fig. 13	Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 10º aniversário, em 17 de fevereiro de 1984. Em primeiro plano o Reitor, Lúcio Craveiro da Silva e o Primeiro-Ministro, Mário Soares. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	81
Fig. 14	Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 10º aniversário, em 17 de fevereiro de 1984. Em primeiro plano o Reitor, Lúcio Craveiro da Silva (à direita) e o 1º Reitor da Universidade, Carlos Lloyd Braga (à esquerda). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	87
Fig. 15	Capa do Programa de Ação, apresentado por João de Deus Pinheiro na eleição para Reitor, em 1984. Fonte: UMinho, Arquivo [antigo] da Reitoria.	96
Fig. 16	Lista de subscritores do Programa de Ação apresentado por João de Deus Pinheiro na eleição para Reitor, em 1984. Fonte: UMinho, Arquivo [antigo] da Reitoria.	97

- Fig. 17 Cerimónia do Dia da Universidade, no 12º aniversário, em 17 de fevereiro de 1986, presidida pelo Reitor, Sérgio Machado dos Santos (à esquerda). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 115
- Fig. 18 Cerimónia do Dia da Universidade, no seu 13º aniversário, em 16 fevereiro de 1987. Intervenção do Reitor, Sérgio Machado dos Santos (ao centro), tendo à esquerda, o 1º Ministro, Aníbal Cavaco Silva e à direita o Secretário de Estado do Ensino Superior, Fernando Real e o vice-Reitor, Licínio Chainho Pereira. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 123
- Fig. 19 Tomada de Posse do Reitor, Sérgio Machado dos Santos (de pé), em 29 de maio de 1987. À esquerda, sentados, o Ministro da Educação e Cultura, João de Deus Pinheiro e o Secretário de Estado do Ensino Superior, Fernando Real. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 132
- Fig. 20 Cerimónia do Dia da Universidade, no 14º aniversário, em 17 de fevereiro de 1988. À esquerda do Reitor, Sérgio Machado dos Santos (de pé), está Eurico de Melo (vice-Primeiro-Ministro), seguido do Secretário de Estado do Ensino Superior, Alberto Ralha. À sua direita o Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 143
- Fig. 21 Cerimónia do Dia da Universidade, no 15º aniversário, em 17 de fevereiro de 1989. Da esquerda para a direita: Marques Mendes (Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros); Eurico de Melo (vice-Primeiro-Ministro); Sérgio Machado dos Santos (Reitor) e João de Deus Pinheiro (Ministro dos Negócios Estrangeiros). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 150
- Fig. 22 *Idem*. Perspetiva dos professores e convidados que integraram o cortejo. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 151
- Fig. 23 Bênção do Complexo Pedagógico I (CP I), em Gualtar, em 17 de fevereiro de 1989. Em primeiro plano, da esquerda para a direita: Eurico de Melo (vice-1º Ministro); D. Eurico Dias Nogueira (Arcebispo de Braga); P. Domingos Ferreira Brandão (Pároco de Gualtar); João de Deus Pinheiro (Ministro dos Negócios Estrangeiros); Luís Marques Mendes (Secretário de Estado da Presidência do Conselho); Lúcio Craveiro da Silva (ex-Reitor UMinho); José Augusto Seabra (Antigo Ministro da Educação); Licínio Chainho Pereira (vice-reitor) e Mesquita Machado (Presidente da Câmara de Braga). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 151
- Fig. 24 Inauguração do Complexo Pedagógico I (CP I), em Gualtar, em 17 de fevereiro de 1989. Descerrando a lápide, à frente, Eurico de Melo (vice-1º Ministro), seguido de António Couto dos Santos (Ministro Adjunto da Juventude), João de Deus Pinheiro (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e D. Eurico Dias Nogueira (Arcebispo de Braga). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 155
- Fig. 25 Cortejo de encerramento da cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, Sérgio Machado dos Santos, em 12 de junho de 1990. À frente o Reitor, Sérgio Machado dos Santos, ladeado por Joaquim Barbosa Romero (antigo Reitor). Logo atrás, o Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira e o Secretário de Estado do Ensino Superior, Alberto Ralha. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 162
- Fig. 26 *Idem*. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 162
- Fig. 27 Cortejo de abertura da cerimónia do Dia da Universidade, no 17º aniversário, celebrado em 16 de fevereiro de 1991. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 171
- Fig. 28 Cerimónia do Dia da Universidade, no 18º aniversário, em 1992. Entrega de diplomas por José Eduardo Lopes Nunes (vice-reitor). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 177
- Fig. 29 *Idem*. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias. 177

Fig. 30	Cerimónia do Dia da Universidade, no 19º aniversário, em 17 de fevereiro de 1993. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	180
Fig. 31	<i>Idem.</i> Assinatura do protocolo para a construção de residências universitárias. O Reitor, Sérgio Machados dos Santos (a assinar) e o Secretário de Estado, Pedro Lynce (atrás). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	180
Fig. 32	<i>Idem.</i> Cerimónia de bênção das instalações da 1ª fase-A do Campus de Gualtar, em 17 de fevereiro de 1993. Da esquerda para a direita: o Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira; Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Manuel Fernandes Thomaz e Secretária de Estado da Juventude, Maria do Céu Ramos. Fonte: GCII da UMinho, Coleção de fotografias.	185
Fig. 33	Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 20º aniversário, em 17 de fevereiro de 1994. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	185
Fig. 34	Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 20º aniversário, em 17 de fevereiro de 1994. Cortejo académico. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	191
Fig. 35	Dia da Universidade do Minho, no 20º aniversário, em 17 de fevereiro de 1994. Em primeiro plano (esquerda), o homenageado, José Veiga Simão e o Reitor, Sérgio Machado dos Santos (direita). Em segundo plano, ao centro, o Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira e à direita, a Ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite e o Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lynce. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	191
Fig. 36	Dia da Universidade, no 21º aniversário, em 17 de fevereiro de 1995. Entrega de medalhas aos funcionários pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lynce de Faria. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	195
Fig. 37	Dia da Universidade, no 21º aniversário, em 17 de fevereiro de 1995. Entrega de medalhas aos funcionários pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lynce de Faria. À direita, o Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	200
Fig. 38	Escultura Prometeu Agrilhoado, da autoria do escultor José Rodrigues, inaugurada no <i>Campus</i> de Gualtar, no dia do 22º aniversário da Universidade do Minho, em 17 de fevereiro de 1996. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	207
Fig. 39	Cerimónia do Dia da Universidade, no 23º aniversário, em 17 de fevereiro de 1997. Da esquerda para a direita: Alfredo Jorge Silva, Secretário de Estado do Ensino Superior; o Reitor, Sérgio Machado dos Santos e D. Manuel Fraga Iribarne, Presidente da Xunta da Galícia. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	213
Fig. 40	Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 24º aniversário, em 17 de fevereiro de 1998. Em primeiro plano (direita) o Reitor, Sérgio Machado dos Santos e o Ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	221
Fig. 41	Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, Licínio Chainho Pereira, em 20 de julho de 1998. Da esquerda para a direita: Alfredo Jorge Silva (Secretário de Estado do Ensino Superior); o Reitor, Licínio Chainho Pereira e o Reitor cessante, Sérgio Machado dos Santos. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	227
Fig. 42	Cerimónia do Dia da Universidade no 25º aniversário, em 17 de fevereiro de 1999. Da esquerda para a direita: Pedro Bacelar de Vasconcelos (Governador Civil de Braga); Alfredo Jorge Silva (Secretário de Estado do Ensino Superior); Reitor, Licínio Chainho Pereira; João de Deus Pinheiro (Comissário Europeu) e Júlio Barreiros Martins (Professor Decano da Universidade do Minho). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	236

Fig. 43	Cerimónia do Dia da Universidade, no 26º aniversário, em 17 de fevereiro de 2000. Perspetiva da assistência. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	242
Fig. 44	Cerimónia do Dia da Universidade, no 28º aniversário, em 17 de fevereiro de 2002. À esquerda do Reitor, Licínio Chainho Pereira: Luís Braga da Cruz (Ministro da Economia) e Júlio Pedrosa (Ministro da Educação). À direita os homenageados: Joaquim Pinto Machado; Francisco Carvalho Guerra e José Luís Encarnação. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	257
Fig. 45	Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Guimarães Rodrigues, à esquerda, em 22 de julho de 2002. À direita, o reitor cessante, Licínio Chainho Pereira. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	261
Fig. 46	Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Guimarães Rodrigues, em 22 de julho de 2002: Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	263
Fig. 47	Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Guimarães Rodrigues, em 22 de julho de 2002: Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	263
Fig. 48	Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, em 17 de fevereiro 2003. Entrega de diploma a Victor Manuel Rodrigues Alves, pelo Reitor, António Guimarães Rodrigues. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	270
Fig. 49	Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 30º aniversário, em 17 de fevereiro de 2004. Da direita para a esquerda: a Ministra da Ciência e Ensino Superior, Graça Carvalho; o Reitor, António Guimarães Rodrigues; o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Mendes e o Conselheiro de Educação e ordenamento Universitário da Galiza, Celso Currás Fernández. Na margem esquerda, o Bispo Auxiliar de Braga, D. Antonino Eugénio Fernandes Dias. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	278
Fig. 50	<i>Idem</i> . Entrega de prémios aos funcionários pelo Reitor, António Guimarães Rodrigues. Em 1º plano, à direita, a Ministra da Ciência e Ensino Superior, Graça Carvalho. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	279
Fig. 51	Cerimónia do Dia da Universidade, no 31º aniversário, em 17 de fevereiro de 2005, na qual se atribuiu o doutoramento <i>Honoris Causa</i> a Joaquim Chissano, à esquerda. Ao lado, o antigo Presidente da República, Mário Soares, seguido do Reitor, António Guimarães Rodrigues, do Presidente da República, Jorge Sampaio e do Cônsul de Moçambique em Portugal, Augusto Macedo Pinto. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	291
Fig. 52	<i>Idem</i> . O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Presidente da República, Jorge Sampaio. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	292
Fig. 53	Cerimónia do Dia da Universidade, no 32.º aniversário, em 17 de fevereiro de 2006. Cortejo. Em primeiro plano, D. Jorge Ortiga (Arcebispo de Braga). Atrás, o Reitor, António Guimarães Rodrigues (direita) e José Mariano Gago, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	303
Fig. 54	<i>Idem</i> : O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	303
Fig. 55	Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Guimarães Rodrigues, em 21 de julho de 2006, conferida pelo Professor Mário de Araújo, à direita do Reitor. Em frente, equipa de vice-reitores: Manuel Magalhães Mota; Acílio Estanqueiro Rocha e Leandro da Silva Almeida. Em segundo plano, atrás, à esquerda, a pró-reitora Maria Irene Montenegro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	312
Fig. 56	<i>Idem</i> . Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	313
Fig. 57	<i>Idem</i> . Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	313

Fig. 58	Cerimónia do Dia da Universidade, no 33º aniversário, em 17 de fevereiro de 2007. Isabel Pires de Lima, Ministra da Cultura e o Reitor, António Guimarães Rodrigues. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	330
Fig. 59	Cerimónia do Dia da Universidade, no 34º aniversário, em 18 de fevereiro de 2008. O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Presidente da CCDRN, Carlos Lage. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	341
Fig. 60	Cerimónia do Dia da Universidade, no 35º aniversário, em 18 de fevereiro de 2009. O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, António José Seguro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	356
Fig. 61	Livro 'Minho. Traços de Identidade', lançado no 35º aniversário da Universidade, no dia 18 de fevereiro de 2009. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.	359
Fig. 62	Cerimónia de Tomada de Posse do Reitor, António Magalhães Cunha, em 27 outubro de 2009. Discurso do novo Reitor. Fonte: UMDicas SASUM, Galeria de fotografias, fotos de Nuno Gonçalves/UMDicas.	364
Fig. 63	<i>Idem</i> . Tomada de Posse da equipa reitoral. O Reitor, António Magalhães Cunha (a assinar) e o pró-reitor Vasco Teixeira (à direita). Fonte: UMDicas SASUM, Galeria de fotografias, fotos de Nuno Gonçalves/UMDicas.	365
Fig. 64	Cerimónia do Dia da Universidade, no 36º aniversário, em 17 de fevereiro de 2010. Atrás, o Reitor, António Magalhães Cunha. Em primeiro plano (da esquerda para a direita), o Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, o Presidente do Conselho Geral da UMinho, Luís Braga da Cruz e o vice-reitor da Universidade de Aveiro, António Ferrari. À frente, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago (esquerda) e Francisco Carvalho Guerra, da Universidade do Porto. De perfil, em baixo à direita, o Secretário de Estado do Ensino Superior, Manuel Heitor. Fonte: UMDicas SASUM, Galeria de fotografias, fotos de Nuno Gonçalves/UMDicas.	375
Fig. 65	Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 37º aniversário, no dia 17 de fevereiro de 2011. Fonte: "AAUM. 37º Aniversário da Universidade do Minho.", Vídeo do YouTube. Publicado em 7 de novembro de 2011, <a href="https://www.youtube.com/watch?v=vYUHbsVrl.dM">https://www.youtube.com/watch?v=vYUHbsVrl.dM</a>	388
Fig. 66	Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 38º aniversário, celebrado no dia 17 de fevereiro de 2012. Fonte: "AAUM. 38º Aniversário da Universidade do Minho.", Vídeo do YouTube. Publicado em 21 de fevereiro de 2012, <a href="https://www.youtube.com/watch?v=9uge_uFokfk">https://www.youtube.com/watch?v=9uge_uFokfk</a>	396
Fig. 67	Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 39º aniversário, no dia 21 de fevereiro de 2013. Fonte: "AAUM. 39º Aniversário da UMinho celebrado com olhar no futuro.", Vídeo do YouTube. Publicado em 21 de fevereiro de 2013, <a href="https://www.youtube.com/watch?v=0JRBvn7_A2o">https://www.youtube.com/watch?v=0JRBvn7_A2o</a>	410
Fig. 68	Vídeo da cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Magalhães Cunha, em 18 de novembro de 2013. Fonte: "AAUM. Cerimónia de Investidura do Reitor.", Vídeo do YouTube. Publicado em 18 de novembro de 2013, <a href="https://www.youtube.com/watch?v=iZCmRnwryZ4">https://www.youtube.com/watch?v=iZCmRnwryZ4</a>	423
Fig. 69	Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 40º aniversário, em 17 de fevereiro de 2014. Fonte: "AAUM. Cerimónia de comemoração do 40º aniversário da UMinho", Vídeo do YouTube. Publicado em 17 de fevereiro de 2014, <a href="https://youtu.be/X41LyFZWpd0">https://youtu.be/X41LyFZWpd0</a>	435
Fig. 70	Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 41º aniversário, em 17 de fevereiro de 2015. Fonte: "AAUM. UMinho comemorou o seu 41º aniversário", Vídeo do YouTube. Publicado em 19 de fevereiro de 2015, <a href="https://www.youtube.com/watch?v=S06qi-1CIKE">https://www.youtube.com/watch?v=S06qi-1CIKE</a>	445



- Fig. 71 Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 42º aniversário, em 17 de fevereiro de 2016. Fonte: “Universidade do Minho. 42º Aniversário da UMinho | Honoris Causa Gene Grossman”, Vídeo do YouTube. Publicado em 17 de fevereiro de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=ZyRsRRTN1Kw> 456
- Fig. 72 Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 43º aniversário, em 17 de fevereiro de 2017. Fonte: “Universidade do Minho. 43º Aniversário da UMinho | Sessão Solene”, Vídeo do YouTube. Publicado em 17 de fevereiro de 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=GQ9cE3xvR14> 464
- Fig. 73 Vídeo da cerimónia da Tomada de Posse do Reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, em 28 de novembro de 2017. Fonte: “Cerimónia de Investidura do Novo Reitor da UMinho”, Vídeo do YouTube. Publicado em 28 de novembro de 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=1R1jCku0oGw> 477z
- Fig. 74 Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 44º aniversário, em 19 de fevereiro de 2018. Fonte: “Universidade do Minho. Universidade do Minho comemorou 44 anos”, Vídeo do YouTube. Publicado em 20 de fevereiro de 2018, <https://www.youtube.com/watch?v=m6V5qGullmE> 480
- Fig. 75 Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 45º aniversário, em 19 de fevereiro de 2019. Fonte: “Universidade do Minho. 45º Aniversário da UMinho”, Vídeo do YouTube. Publicado em 19-02-2019, [https://youtu.be/zDDrAKdWFsE?list=PLQbBei4v2OmaZPA5FUUA\\_tw5Azx8kyExq](https://youtu.be/zDDrAKdWFsE?list=PLQbBei4v2OmaZPA5FUUA_tw5Azx8kyExq) 489

As universidades públicas têm uma missão desafiante: prover a educação das pessoas ao mais alto nível, promover o alargamento das fronteiras do conhecimento humano e contribuir ativa e diretamente para a construção de sociedades mais desenvolvidas e mais justas. A concretização de uma missão como esta, que requer um diálogo contínuo entre pontos de vista necessariamente distintos e uma posição de permanente interação com o mundo, dá lugar a histórias institucionais particularmente ricas e diversificadas.

A construção histórica das instituições universitárias é um processo complexo, que é efeito de aspirações coletivas e vontades individuais, que é moldado pela visão dos seus responsáveis, que resulta das circunstâncias que as rodeiam, mas de que fazem também parte os impactos que da sua ação resultam nos campos social, económico e político.

A história das universidades é, em consequência, um processo dinâmico e multifacetado, que para ser adequadamente compreendido requer dispositivos sofisticados de interpretação do real, capazes de processar as múltiplas visões que existem, coexistem e interagem dentro das instituições, as projeções que a partir delas são feitas sobre a sociedade, a economia e a cultura, bem como os influxos, de natureza política, ideológica e económico-financeira, que sobre elas recaem. Requer também os adequados recursos documentais.

Fazer a história da Universidade do Minho é, nesta perspetiva, um empreendimento tão estimulante quanto útil. Para tal, a Universidade dispõe de um património documental rico; possui recursos humanos qualificados na recolha, tratamento e interpretação de fontes históricas de diversa natureza; tem investigadores altamente qualificados na interpretação das realidades sociais, institucionais, políticas e económicas contemporâneas; perfilha princípios de pública prestação de contas da sua atividade e das suas estratégias.

O projeto da História da UMinho iniciou-se em 2011, traduzindo-se a sua etapa inicial na recolha e tratamento de documentação vária, que se encontrava dispersa, e no exercício interpretativo a que a publicação da *História da Universidade do Minho 1973/1974-2014, em 2014*, veio dar corpo.

Subsequentemente, foi continuado um trabalho de recolha documental, de testemunhos orais, textos escritos e documentos multimédia, que em variados suportes e registos permitem aceder a aspetos não apenas da história “oficial” da Universidade, mas também às estórias de estudantes, professores, investigadores, trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão que contribuíram de forma inequívoca para dar corpo à história da Instituição.

São várias as razões que justificam o novo impulso que se pretende dar a este projeto, entre as quais a importância da memória histórica para compreender a Universidade, os seus contextos e os seus protagonistas. Porque a recuperação do nosso passado serve o reconhecimento das pessoas e das ideias que nos fizeram chegar onde estamos, porque a visão compreensiva do passado é um fator poderoso de conhecimento do presente e porque a projeção e planeamento do futuro devem estar ancorados no conhecimento de quem somos e como aqui chegámos.

As nossas circunstâncias presentes são particularmente propícias ao desenvolvimento deste projeto. A Universidade encontra-se num patamar de maturidade, percorridos os

tempos da fundação e da afirmação e da consolidação institucional. A resposta aos grandes desafios do século XXI não pode ignorar os caminhos percorridos, antes deve refletir e beneficiar das lições que eles nos oferecem, valorizando a sua herança e apostando na identidade institucional, fatores decisivos na construção da posição de relevo que a Universidade do Minho conseguiu assumir no contexto nacional e internacional.

A edição de *Os Discursos dos Reitores (1974-2019)* disponibiliza as intervenções dos responsáveis máximos da Universidade em momentos especialmente relevantes na vida institucional, sejam as respetivas tomadas de posse, sejam as celebrações do Dia da Universidade.

No primeiro daqueles casos, os discursos são habitualmente assumidos como momento de revisitação do percurso anterior da Instituição e de projeção do desenvolvimento esperado no seu futuro mais próximo. No segundo caso, dão expressão a uma visão estratégica, de mais longo prazo. O volume permite, pois, acompanhar 45 anos de vida da Universidade neste duplo registo, ora de maior atenção às circunstâncias mais próximas, ora de desinserção do momento e de foco num tempo mais amplo de projeção de estratégias e vontades.

Estes discursos exprimem, naturalmente, uma leitura específica da Universidade, propondo *uma* versão do seu passado e do seu presente e projetando uma narrativa sobre o seu futuro; como tal devem ser lidos; porém, os seus autores, inscritos em circunstâncias particulares e assumindo um estatuto próprio, o de responsáveis políticos máximos da Instituição, não deixam de refletir o espírito do seu tempo, afirmando escolhas entre as opções que tinham disponíveis e dando expressão a tensões e contradições, a sonhos, sucessos e dificuldades que atravessaram a vida da Universidade.

Nesta medida, os textos que compõem o volume são um valioso testemunho da história da Universidade do Minho, permitindo a sua leitura uma mais acurada compreensão de como nasceu, se desenvolveu e consolidou uma das mais importantes instituições de ensino superior em Portugal. Nos textos estão refletidos os momentos, os processos e as pessoas que fizeram a Universidade do Minho e que, por esta via, são resgatados aos efeitos inexoráveis do tempo. Através deles se compreende também o desesperante adiamento de certos projetos, que acabaram quase sempre concretizados, porque a Instituição é, desde sempre, um corpo solidário e resiliente.

A ideia desta obra e a sua materialização cabe à Senhora Vice-Reitora para a Cultura e a Sociedade, Professora Manuela Martins, que com o seu saber, sensibilidade e compromisso académico, coligiu, reviu e organizou os extensos materiais que a compõem. Deste contributo para o conhecimento da história da Universidade do Minho lhe ficamos devedores.

Universidade do Minho, março de 2020

Rui Vieira de Castro

Reitor

Em 2011, por iniciativa da Fundação Carlos Lloyd Braga (FCLB), deu-se início a um processo que viria a promover a digitalização de um vasto conjunto de documentos de elevado interesse para o conhecimento da história da Universidade do Minho. Esse processo nasceu com a implementação do projeto da ‘História da Universidade do Minho: da criação ao presente. Dinâmicas socio-históricas e expansão da rede universitária portuguesa’, coordenado pela Doutora Fátima Ferreira, do Departamento de História da UMinho e vivamente apoiado pelo Conselho Executivo da referida Fundação, então presidido pelo Doutor Luís Couto Gonçalves. Para a sua concretização, que viria a contar com a colaboração de uma equipa multidisciplinar, a FCLB celebrou um protocolo de colaboração com o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, polo do Minho), unidade de investigação em que se integravam, à data, a coordenadora do projeto e a bolsista selecionada para nele trabalhar, a Doutora Márcia Carolina Ferreira de Oliveira.

Os primeiros resultados práticos do projeto traduziram-se na edição, em 2014, do livro *História da Universidade do Minho 1973-1974-2014* e na disponibilização *online*, no RepositóriUM da UMinho, da mesma obra, em formato eletrónico, enriquecida com a inclusão de documentos multimédia, em registo escrito, áudio e vídeo. Esta versão eletrónica, bem como a conceção de um arquivo digital associado, que visava criar um repositório de dados, suscetível de ser utilizado para restituir os momentos mais marcantes da vida da Instituição, contou com o entusiasmo do Doutor Carlos Couto, responsável pela Fundação Carlos Lloyd Braga (FCLB), desde janeiro de 2013 e com o indispensável apoio financeiro da Reitoria da Universidade do Minho, na pessoa do seu Reitor, Professor António Magalhães Cunha e do então vice-reitor, Professor Rui Manuel Vieira de Castro.

A extinção da Fundação Carlos Lloyd Braga, ocorrida em outubro de 2017, não interrompeu o interesse pela recuperação da memória e da história da Universidade, que prosseguiu através da manutenção do projeto de História da Universidade do Minho, inserido, desde 2013, no centro de investigação Lab2PT (Laboratório de Paisagens, Património e Território), onde se integraram a sua responsável científica, bem como a bolsista que, desde 2012, tem assegurado grande parte do trabalho de organização e digitalização dos documentos associados à vida e à história da Universidade.

Com a criação da UMinho Editora, em 2018 e a sua entrada em funcionamento, em fevereiro de 2019, surgiu um novo contexto editorial capaz de dar expressão à organização e edição *online* dos documentos que têm vindo a ser digitalizados, desde 2012, que reforçam a consistência do projeto de História da Universidade do Minho e fazem dele um projeto dinâmico. Assim, nasceu a ideia de se editarem, em formato de *ebook*, coletâneas de textos que retratem diferentes aspetos da vida da Universidade, as quais serão inseridas na coleção Documentos da UMinho Editora, na Série Memórias e Atos Académicos e que receberão o título genérico de História e Memória da Universidade do Minho | *Documenta*.

O principal problema com que nos confrontámos residiu na necessidade de organizar de forma coerente a vasta documentação já digitalizada, encontrando um modo

de a disponibilizar segundo um fio condutor narrativo lógico, constituindo-se, deste modo, um repositório de textos estruturado tematicamente.

Para abrir a coletânea *Documenta*, escolheu-se os discursos proferidos pelos reitores, preferencialmente nas tomadas de posse e nos dias de aniversário da Instituição, normalmente o dia 17 de fevereiro, também chamado o Dia da Universidade. Trata-se de momentos importantes na vida da Instituição, em que os seus mais altos responsáveis refletem sobre as orientações e realizações, mas também sobre os desafios com que a UMinho se foi confrontando. Esta escolha pareceu-nos óbvia pela centralidade que os máximos responsáveis pela Instituição tiveram sempre nas orientações tomadas e nas avaliações realizadas ao longo dos seus principais ciclos de vida. Assim, o *ebook Os Discursos dos Reitores (1974-2019)* pretende dar a conhecer o pensamento e as realizações de vários reitores, que foram os protagonistas incontornáveis da história da Universidade do Minho, cujas palavras procuraram equacionar os sucessos e as dificuldades da Instituição.

A leitura atenta dos discursos dos sucessivos reitores, entre 1974 e 2019, ou seja, num ciclo de 45 anos da vida da Universidade do Minho, permite realizar uma boa avaliação do modo como se organizou a Instituição, das escolhas estratégicas que foram sendo realizadas, das relações que se desenvolveram e foram sendo privilegiadas, dos bons resultados e sucessos no campo do ensino, da investigação e da interação com a sociedade, das ambições e dos sonhos dos seus membros e também das suas fragilidades, muitas delas superadas, outras ainda latentes. Trata-se, por isso, de uma leitura indispensável para quem queira conhecer a história da Universidade do Minho e aprofundar a perceção dos seus âmbitos e da sua missão.

O *ebook* que agora se apresenta, o primeiro da série, constitui um importante passo na estratégia adotada pela Universidade do Minho de divulgar em acesso aberto documentos fundamentais para a sua história, que remetem para a criação, consolidação e afirmação desta jovem universidade. Mas as ideias e as palavras contidas nos discursos dos reitores apresentados neste *ebook*, são também o reflexo das preocupações e desafios com que a Universidade do Minho se foi confrontando nos sucessivos contextos políticos, sociais e económicos que enquadraram a afirmação da Instituição, cujo trajeto se encontra muito ligado à história recente do nosso país.

A obra que agora se edita, dividida em três partes, dá expressão a três grandes momentos que podem ser identificados no percurso da Universidade do Minho, desde a sua criação, em 1973, até ao ano de 2019, em que se celebraram 45 anos da academia minhota. Na verdade, embora a Universidade tenha sido oficialmente criada a 11 de agosto de 1973, pelo Decreto-Lei n.º 402/73, que consagrou a reforma da educação patrocinada pelo Ministro, José Veiga Simão, através da qual se expandiu e diversificou o ensino superior português, com novas universidades, institutos politécnicos e escolas normais superiores, a vida da instituição não arrancou antes da tomada de posse do seu primeiro Reitor e da sua Comissão Instaladora, conferida pelo Ministro, ato que teve lugar no dia 17 de fevereiro de 1974. Foi esse ato oficial que deu origem aos primeiros discursos que abrem esta coletânea e balizam o pri-

meio grande período da vida da Universidade do Minho, que decorreu entre 1974 e 1981, que se entende corresponder ao ciclo da fundação e afirmação da Instituição, corporizando a parte I do livro que agora se edita. Já o período entre 1981 e 2002 pode ser considerado um tempo de consolidação, justificando a sua integração na parte II da obra, enquanto na parte III, que agrega os discursos proferidos entre 2002 e 2019, podemos perceber os desafios que a Instituição teve que enfrentar ao longo dos últimos dezanove anos do século XXI. Assim, os períodos que dão expressão às três partes do livro respeitam, genericamente, a cronologia proposta nos capítulos 2, 3 e 4 do livro *História da Universidade do Minho 1973-1974-2014*, editado em 2014 e coordenado pela Doutora Fátima Ferreira.

A parte I do *ebook*, com o título *O ciclo da fundação e afirmação (1973-1981)*, reúne o que podemos designar por discursos fundacionais da Universidade do Minho, proferidos nos primeiros anos da vida da Instituição, da responsabilidade do seu primeiro Reitor, Carlos Lloyd Braga, que assegurou os seus destinos entre dezembro de 1973 e julho de 1980, os quais foram proferidos em vários contextos, mas muito ligados à vida da Comissão Instaladora à qual presidia.

A parte II da obra, com o título *Os tempos da consolidação (1981-2002)*, inicia-se com o discurso do primeiro Reitor eleito da Universidade do Minho, em 1981, Lúcio Craveiro da Silva, o qual geriu a Universidade entre novembro de 1981 e outubro de 1984. Este ciclo termina com o fim do mandato de Licínio Chainho Pereira, que foi Reitor entre junho de 1998 e maio de 2002. Nesta parte do livro reúnem-se os discursos proferidos pelos reitores em cerimónias institucionais, como tomadas de posse, abertura do ano letivo, ou o Dia da Universidade. Deles perpassam as propostas de desenvolvimento das sucessivas equipas reitorais, as preocupações e realizações que marcaram os respetivos mandatos, bem como algumas singularidades que se prendem com a natureza das lideranças e dinâmicas das equipas reitorais, na base dos alicerces da Universidade e do espírito da Instituição, perceptíveis nas marcas identitárias reputadas como emblemáticas, como a ideia de *universidade completa*, ou de um modelo orgânico distintivo, apelidado de *modelo matricial*.

A parte III recebe o título de *Os desafios do século XXI (2002-2019)* e agrega os discursos referentes ao período em que a Universidade foi dirigida por António Guimarães Rodrigues, entre maio de 2002 e outubro de 2009, por António Magalhães Cunha, entre outubro 2009 e novembro de 2017 e pelo atual Reitor, Rui Vieira de Castro, que tomou posse a 28 de novembro de 2017.

À entrada do século XXI, a Universidade do Minho, contando com mais de um quarto de século de existência, tinha atingido níveis de concretização que lhe asseguravam um reconhecido estatuto enquanto instituição reputada do Sistema Nacional do Ensino Superior, o que permitiu o questionamento acerca de rumos futuros e ofereceu oportunidades de renovação e o enfrentar de novas apostas. A eleição de António Guimarães Rodrigues protagonizou uma mudança assinalável na vida da instituição, pois foi o primeiro Reitor eleito que não fez parte da Comissão Instaladora da Universidade. Concluída a fase de instalação e de expansão, a Universidade enfrentava

um novo ciclo, no qual as prioridades estariam na sua consolidação como instituição de excelência no ensino, na investigação, na relação com a sociedade e na abertura a um mundo em globalização acelerada, preocupações que perpassam nos discursos que são proferidos no Dia da Universidade, nos quais se dá nota das realizações e desafios empreendidos e enfrentados pela Instituição.

O presente *ebook*, que sucede a outros estudos já realizados acerca da história da Universidade do Minho, disponibiliza a reprodução/transcrição da versão original dos discursos, tendo-se procedido apenas à atualização da sua grafia e à retificação de pequenos lapsos datilográficos dos documentos. Mais do que uma visão memorialística sobre o passado, esta obra procura constituir-se como um fundo documental sujeito a múltiplas leituras que podem proporcionar uma boa perspetiva da história da Universidade.

A edição deste livro não teria sido possível sem a colaboração de um conjunto significativo de pessoas e serviços que, de forma constante, contribuíram para que pudéssemos reunir esta coleção de textos e nos prestaram esclarecimentos preciosos. Na impossibilidade de referirmos todos, agradecemos ao GCII da Universidade e muito particularmente à Dr.<sup>a</sup> Júlia Costa e aos Drs. Pedro Costa e Nuno Passos, que nos facultaram o acesso aos seus arquivos, antigos e atuais, facilitando-nos as condições para a seleção e reprodução de vários documentos. Um agradecimento também especial à Dr.<sup>a</sup> Francisca Xavier, do Conselho Cultural, que nos alertou para a existência dos documentos que reuniu ao longo dos anos em que desempenhou funções no antigo Gabinete de Relações Públicas e, posteriormente, no Gabinete de Protocolo, bem como a todas as pessoas que, com várias sugestões e informações, tornaram possível esta edição. A nossa gratidão estende-se naturalmente aos autores dos discursos que compõem este livro: os reitores que dirigiram e dirigem os destinos da Universidade do Minho, pois sem eles não existiria a Instituição de que hoje nos orgulhamos.





# **I – O ciclo da fundação e afirmação (1974-1981)**

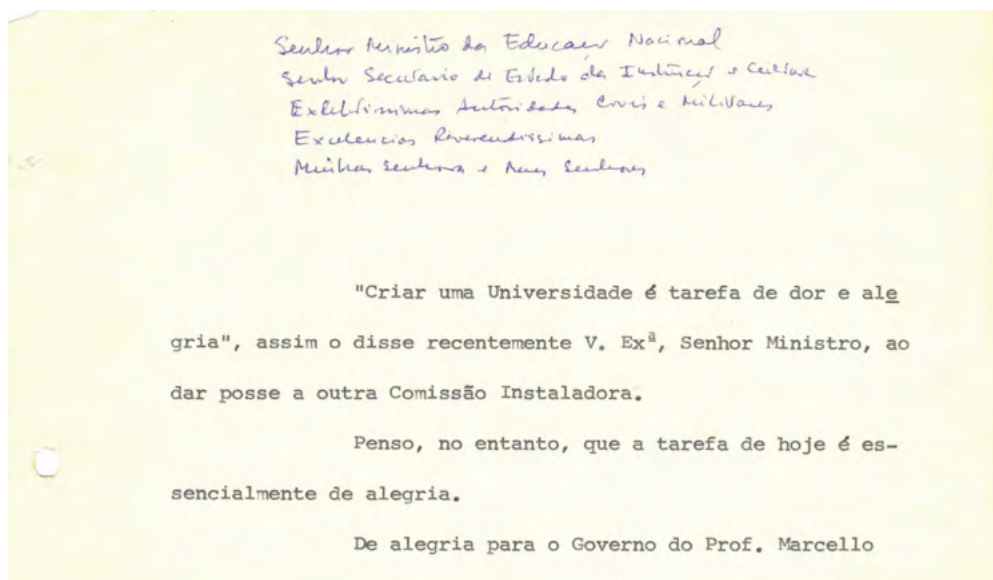
## 1. 1974.

## Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga.

*Tomada de Posse da Comissão Instaladora da UMinho, em 17 de fevereiro.*

**Figura 1**

Excerto manuscrito do discurso proferido na Tomada de Posse da Comissão Instaladora. O documento encontra-se datilografado, estando apenas os cumprimentos escritos manualmente. Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.



"Criar uma Universidade é tarefa de dor e alegria", assim o disse recentemente V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro<sup>1</sup>, ao dar posse a outra Comissão Instaladora. Penso, no entanto, que a tarefa de hoje é essencialmente de alegria.

De alegria para o Governo do Prof. Marcello Caetano e em particular para o seu Ministro da Educação, por verem iniciar-se a construção de mais um pilar do belo e grandioso edifício da educação que, com larga visão, tremendo esforço e persistência e vencendo imensas dificuldades, têm vindo a projetar e a executar ao longo dos últimos quatro anos.

De alegria para a população do Minho, uma das zonas mais populosas, progressivas, e de maiores tradições do país, que vê finalmente satisfeita uma das suas mais legítimas aspirações.

De alegria para a Comissão Instaladora, pela confiança que V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, nela acaba de depositar, de ser capaz de efetuar uma obra de desafio, a construção de uma Nova Universidade que seja simultaneamente uma Universidade Nova.

<sup>1</sup> José Veiga Simão, que empossou a Comissão Instaladora e o Reitor. A cerimónia contou também com a presença do Secretário de Estado da Instrução e Cultura, Augusto de Athayde.

Porém, aqui, começam também as tarefas de dor, pois que todos nós, membros da Comissão Instaladora, temos plena consciência das enormes dificuldades que terão de ser vencidas para que se possa levar a bom termo a tarefa de que fomos incumbidos.

Apesar do elevado grau de autonomia que a lei confere às Novas Universidades, autonomia essa que, não tenho dúvidas, V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Ministro é o seu mais acérrimo e qualificado guardião; apesar do esforço e dedicação que todos os membros da Comissão Instaladora individualmente e em grupo, irão pôr ao Serviço da Universidade do Minho, a nossa tarefa seria irrealizável se não fosse o precioso e fundamental auxílio que nos irá ser prestado:

- Pelos órgãos centrais do Ministério da Educação Nacional, dos quais não posso deixar de destacar, pela sua relevância, a Junta Nacional da Educação, o Instituto de Alta Cultura, o Gabinete de Estudos e Planeamento e a Direção-Geral do Ensino Superior;
- Pelas Instituições irmãs, Metropolitanas e Ultramarinas;
- e pelas autoridades e atividades regionais.

A todos desde já agradeço, não só a boa colaboração que já começaram a dar, mas também aquela que tenho a certeza nos será dada no futuro.

A V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Ministro, como é evidente, não solicito nem agradeço a colaboração. A obra é de V. Ex.<sup>a</sup> e, por isso, é à Comissão Instaladora que compete prestar toda a colaboração, colaboração essa que muito honra os seus membros e que, pode V. Ex.<sup>a</sup> ter a certeza, será prestada com a máxima lealdade e dedicação.

Tem V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, afirmado por várias vezes “da necessidade de uma autêntica democratização do ensino” que, sem exceção, permita a qualquer jovem ocupar na sociedade o lugar que lhe compete, em exclusiva dependência da sua capacidade intelectual e sem condicionalismos sociais e económicos.

Porém, para atingir este objetivo, para além das medidas já tomadas nos últimos quatro anos, e das atualmente em curso, que por si só já representam o esforço mais notável da história da Educação em Portugal, torna-se urgente assegurar aos alunos universitários, particularmente aos que provêm das classes mais desprotegidas, um mínimo de condições económicas que lhes permita exercer a função de verdadeiros estudantes universitários. E só aos verdadeiros estudantes universitários devem ser asseguradas essas condições.

Para tal será necessário, por um lado, dispor de residências e restaurantes em quantidade e de qualidade adequada, e por outro lado, generalizar o regime de bolsas, subsídios e empréstimos cujos quantitativos deverão ser suficientes para suprir os encargos básicos de manutenção do aluno.

Certamente que este será um dos problemas fundamentais que os futuros Serviços Sociais da nossa Universidade irão procurar resolver.

Porém, atendendo aos vultosos e felizmente crescentes encargos que o Governo vem suportando para assegurar os programas em curso no setor Educação, é de prever que os serviços Sociais da Universidade, dispondo somente das verbas orçamentais concedidas para esse fim, não possam, durante bastante tempo, resolver cabalmente o problema proposto.

A Universidade deve ser uma Instituição aberta, a qual, inserida num dado meio, se deve preocupar com os problemas desse meio. E a recíproca é também verdadeira. Não deve o meio desinteressar-se dos problemas da sua Universidade.

Isto é, a Universidade, para além do diálogo interno, deverá promover e catalisar o diálogo com o exterior.

Como V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, já afirmou: “Diálogo onde a Universidade tem muito a aprender, muito a ensinar e pelo qual ela pode aprender a ensinar melhor.”

E se esta deve ser a atitude de qualquer Universidade, muito mais o deverá ser quando a Universidade tem um vincado carácter regional, indiscutivelmente o nosso caso, pois é a primeira Universidade Portuguesa que tem o nome de uma região e não de uma cidade.

É minha grande esperança que seja possível, a curto prazo, a criação de uma Instituição parauniversitária, onde os seus membros, docentes e pessoas da região estranhas à Universidade, mas nela interessados, em pleno pé de igualdade, possam dialogar sobre problemas de interesse comum.

Esta Instituição, através dos seus membros, representantes das diversas atividades da região onde se insere a Universidade, poderá certamente com ela colaborar, de maneira eficiente, na resolução de muitos dos seus problemas, incluindo aquele que há pouco se indicou.

De facto, penso que não será difícil para essa Instituição parauniversitária, não só a criação de um fundo de bolsas de estudo, através de doações anuais provenientes das diversas atividades da região, em especial daquelas que mais necessitam da colaboração dos nossos futuros universitários, mas também a angariação de capitais que possam ser investidos a longo prazo e baixo juro na construção de residências universitárias.

Só assim poderemos então dizer que os alunos da nossa Universidade são de facto representativos da região onde ela se insere e, mais importante ainda, afirmar que, no Minho, nenhum aluno deixou de frequentar a Universidade por falta de meios materiais.

Encontram-se já definidas, ou em vias de definição, por parte do Ministério da Educação Nacional, quais as regras gerais a que devem obedecer as Novas Universidades.

Existe, além disso, um certo número de estudos de base que orientaram na decisão de quais as Universidades a criar.

Compete agora à Comissão Instaladora, com base nesses dados e com a colaboração dos docentes e técnicos indispensáveis, elaborar um primeiro programa de ação.

Uma vez aprovado esse programa, será então a altura de, publicamente, dar conta daquilo que se prevê venha a ser a nossa Universidade. Por este motivo não me parece oportuno, nesta altura, tecer quaisquer outras considerações sobre a recém-nascida Universidade do Minho.

Até lá, o que espero aconteça em breve, quero limitar-me a assegurar a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, que o primeiro Reitor da Universidade do Minho não só procurará ter sempre presente a frutuosa experiência e ensinamentos que teve a sorte de colher, ao longo de vários anos, com o seu amigo e colega que foi o primeiro Reitor da Universidade de Lourenço Marques, mas também procurará servir com o máximo de dedicação e lealdade o Ministro Veiga Simão, que nele confiou como homem de fazer.

Braga, 17 de fevereiro de 1974.



**Figura 2**  
Cerimónia da Tomada de Posse da Comissão Instaladora. Ao centro o Reitor, Carlos Lloyd Braga; à esquerda o Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão; a assinar Lúcio Craveiro da Silva.  
Fonte: GCII da UMinho: Coleção de fotografias.



## 2. 1975.

### Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga.

#### *Tomada de Posse de Joaquim Santos Simões como vogal da Comissão Instaladora, em 7 de fevereiro<sup>2</sup>.*

Dentro de poucos dias perfaz um ano que a Comissão Instaladora da Universidade do Minho iniciou as suas atividades. Um ano histórico para Portugal, um ano de esperança para todos os portugueses, um ano de vitória para todos os povos de expressão Lusíada.

Para o Minho, e no que se refere à sua Universidade, embora fosse essencialmente um ano de luta, penso que foi também um ano de vitória e de esperança.

De facto, depois das palavras proferidas pelo Senhor Secretário de Estado, não pode restar a menor dúvida de que o Minho ganhou mais uma batalha decisiva, na luta que há muito vem travando para que o ensino universitário seja aqui uma realidade.

E essa circunstância dá-nos a esperança de que ela se venha a concretizar a curto prazo se, e só se, todo o Minho lutar em bloco pela sua Universidade, esquecendo bairrismos que, por muito legítimos que possam ser, são muitas vezes a causa do protelamento, quantas vezes quase indefinido, da concretização de empreendimentos fundamentais para a nossa Região.

E se não digo que foi um ano histórico para a Universidade do Minho, é só porque ela não conseguiu ver aprovados para já o curso de História submetido a homologação superior, proposta essa baseada, não só na tradição e na existência de docentes e discentes interessados, mas essencialmente no facto de a Universidade do Minho dispor de um dos mais importantes Laboratórios de História do País, a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, parte integrante da Universidade.

Penso que é oportuno fazer um pequeno resumo da atividade da Comissão Instaladora, pelo menos nalguns domínios, durante o seu primeiro ano de existência.

Em maio de 1974 foi homologada pelo MEC a adjudicação das obras em curso e em vias de conclusão, no edifício da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, local onde durante muitos anos ficará instalada toda a Administração Central da

---

<sup>2</sup> O processo revolucionário em curso e as mutações políticas que daí resultaram obrigaram a uma recomposição da Comissão Instaladora. Um dos seus membros, Diogo Freitas do Amaral, visto por vários setores como um representante dos legítimos interesses da cidade de Guimarães na Instituição, solicitou a escusa das funções que desempenhava na CI, que eram inconciliáveis com as exigências e atividades em que se encontrava envolvido em Lisboa, onde residia. Para o seu lugar é indicado Joaquim Santos Simões, que havia sido proscrito das atividades de Ensino no regime político anterior e estava, desde 1957, a viver em Guimarães, onde se encontrava profundamente envolvido na vida cultural da cidade. Na elocução o Reitor enuncia quais as principais dificuldades e decisões que foram tomadas para a instalação da Universidade em espaços provisórios, reforçando a defesa do modelo de campo universitário, anunciando os resultados do estudo técnico feito a este propósito e dando informações sobre a forma e local onde iriam arrancar as primeiras aulas.

Universidade, o que inclui, para além da Comissão Instaladora e Reitoria, os Serviços Administrativos, os Serviços Técnicos, os Serviços de Documentação, incluindo Biblioteca, Hemeroteca e Arquivo e os Serviços Académicos e Sociais.

Em junho de 1974 foi entregue no MEC o primeiro relatório da Comissão Instaladora, no qual foram apresentados os cursos considerados prioritários, se indicaram as soluções que convinha adotar quanto a instalações, se mostrava a viabilidade no tocante a pessoal docente e se apresentava uma primeira estimativa dos investimentos necessários a curto prazo.

No seu último capítulo indicavam-se as decisões que era urgente tomar, de modo que alguns dos cursos propostos se pudessem iniciar em 1975/76.

Obtida a aprovação na generalidade do referido relatório, total ou parcial, a fase seguinte seria a da contratação de um número mínimo de docentes e técnicos qualificados, o que iria permitir, não só a elaboração de estudos setoriais no que se refere aos Cursos, Departamentos e Serviços propostos, mas também dar início à execução de um conjunto de ações que permitissem dispor, na altura prevista, das instalações e equipamentos fundamentais para o arranque da Universidade.

Contudo, de todas as necessárias decisões, somente a da aquisição de um imóvel na Rua D. Pedro V, em Braga e a da execução dos estudos de projeto para adaptação da cave e rés-do-chão a zonas de ensino foram tomadas a curto prazo.

Após um período de expectativa e apesar da impossibilidade de ver homologada a contratação de docentes e técnicos qualificados sem prévia aprovação dos cursos a professor na Universidade, foi mesmo assim possível, à custa da boa vontade e elevado espírito de colaboração de grande número de docentes candidatos à Universidade do Minho, elaborar um conjunto de estudos setoriais, nomeadamente:

- Cursos e Departamentos no Domínio da História;
- Cursos e Departamentos no Domínio das Ciências Exatas e Tecnologias;
- Cursos e Departamentos no Domínio das Línguas Vivas;
- Departamento de Educação;
- Cursos e Departamentos no Domínio da Medicina;
- Integração da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga na Universidade do Minho.

Como só muito recentemente foram, enfim, decididas as linhas de atuação da Universidade do Minho, também só agora se tornou possível iniciar as ações necessárias para assegurar o arranque no próximo ano letivo.

Há a relevar a contratação a muito curto prazo de vários docentes altamente qualificados, dois dos quais já tomaram posse, a recente abertura do concurso documental para o provimento do lugar de Diretor dos Serviços Técnicos e a contratação, dentro em breve, de alguns assistentes que em setembro próximo iniciarão estágios, com vista à sua preparação para o ensino e investigação.

Espera-se que uma decisão final sobre o problema da Medicina não seja muito demorada, de modo a evitar a perda da colaboração de elementos altamente qualificados que, entretanto, poderão optar por outras alternativas para as quais têm já sido solicitados.

No que se refere a instalações, desde sempre entendeu a Comissão Instaladora que a solução definitiva deveria ser do tipo Campo Universitário. De facto, e no que se refere a Universidades Novas, é o tipo de solução atualmente mais adotado em todo o mundo, dadas as suas enormes vantagens, como por exemplo:

- Uma maior economia no investimento inicial;
- Um maior fator de utilização das instalações comuns aos diversos Cursos, Departamentos e Serviços;
- Um mais eficiente aproveitamento do pessoal docente, dado o carácter, cada vez maior, da interdisciplinaridade dos diversos cursos;
- Um maior contacto entre docentes e discentes com as formações mais diversas, elemento fundamental para uma verdadeira educação universitária.

O único curso cujos condicionalismos próprios não permitem, em muitos casos, uma solução tipo Campo Universitário, é o de Medicina, que exige a proximidade de infraestruturas hospitalares.

Para que a primeira das vantagens indicadas seja satisfeita, isto é, para que a economia no investimento com as instalações não seja eliminada através do elevado custo dos terrenos, fator de enorme peso dadas as áreas em jogo, sempre da ordem de muitas dezenas de hectares, torna-se necessário fugir do centro das cidades.

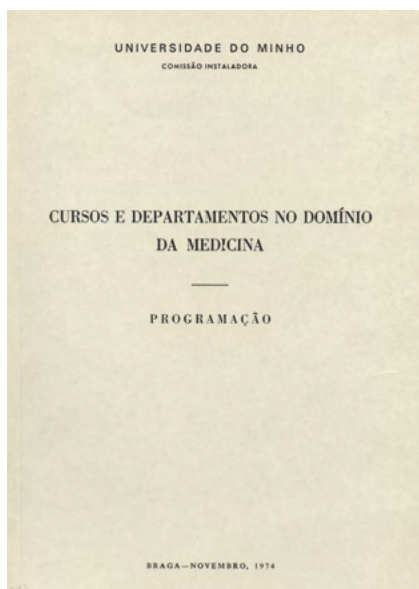
Porém, para que a Universidade não se transforme numa Instituição pouco eficiente, fechada e segregada do meio e região em que se insere, é fundamental que ela tenha fáceis acessos a uma ou mais cidades vizinhas, nas quais, uma grande maioria dos seus utentes (discentes, docentes e restante pessoal) têm as suas residências.

E por fáceis acessos entende-se o tempo e a frequência com que essas deslocações se podem efetuar usando transportes coletivos.

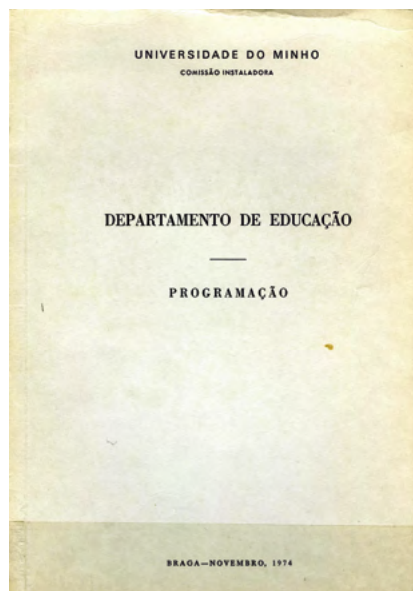
Os factos apontados: a necessidade premente de uma regionalização do ensino superior, que é o mesmo que o seu afastamento da zona litoral; os planos de desenvolvimento previstos para a região Norte do País pelo respetivo Gabinete de Planeamento; a necessidade de utilizar terrenos que do ponto de vista das fundações, relevo e infraestruturas sejam adequados e não utilizados em culturas intensivas; a necessidade de existência de fáceis acessos a centros urbanos da região; etc., etc., foram algumas das premissas que serviram de base a um estudo de localização do Campo Universitário mandado efetuar pela Comissão Instaladora.

Desse estudo concluiu-se que a localização do Campo Universitário que melhor satisfaz todos os fatores considerados é a que diz respeito a uma zona com cerca de 60ha, situada entre Braga e Guimarães e servida pela estrada que une as duas cidades, relativamente perto do futuro parque industrial da zona Braga-Guimarães, o que

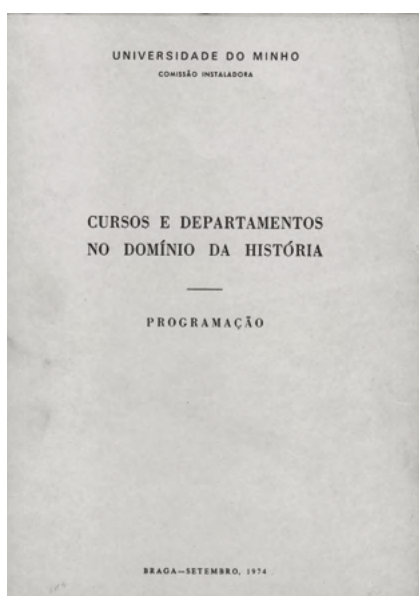




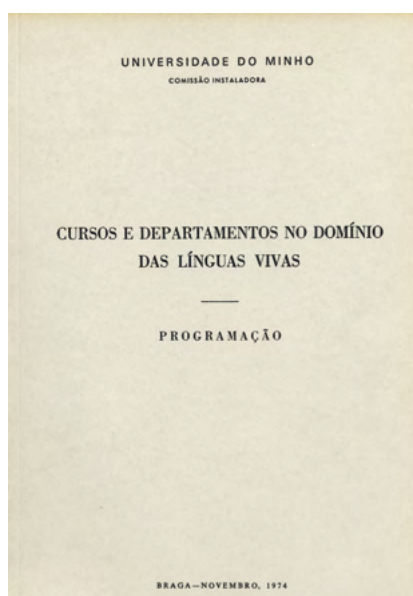
<http://hdl.handle.net/1822/33510>



<http://hdl.handle.net/1822/64586>

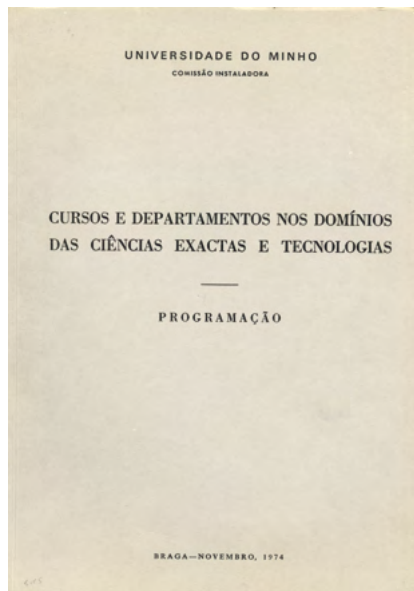


<http://hdl.handle.net/1822/64587>

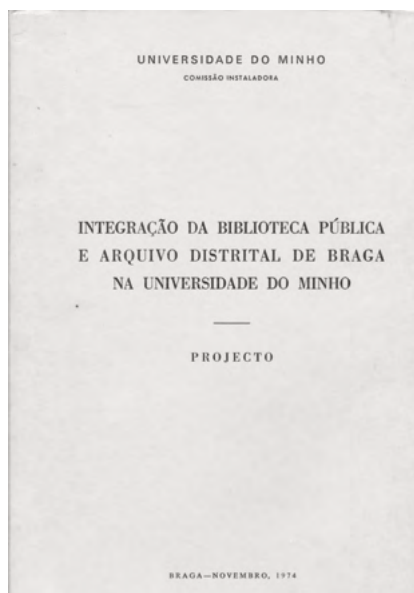


<http://hdl.handle.net/1822/64588>

**Figura 3**  
Capas dos estudos setoriais realizados pelos grupos de trabalho criados pela Comissão Instaladora.  
Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.



<http://hdl.handle.net/1822/33509>



<http://hdl.handle.net/1822/64589>

**Figura 3 (cont.)**

Capas dos estudos setoriais realizados pelos grupos de trabalho criados pela Comissão Instaladora.  
Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.

lhe confere a vantagem adicional de vir a beneficiar de melhores acessos, logo que esse parque se transforme numa realidade.

Como é evidente, a decisão final sobre a localização do Campo Universitário é da exclusiva competência do Governo, através dos Ministérios da Educação e Cultura e do Equipamento Social e Ambiente. À Comissão Instaladora compete unicamente proceder aos necessários estudos de base e propor de entre as várias opções possíveis aquela que, tendo em conta a função da Universidade, pareça a mais indicada do ponto de vista técnico, económico e financeiro.

Por esse motivo foi em devido tempo entregue nos Ministérios indicados o estudo referido, acompanhado do parecer da Comissão Instaladora.

Como é evidente, uma solução do tipo indicado demora, necessariamente, alguns anos, antes que as suas primeiras instalações estejam operacionais.

Se a muito curto prazo for homologada a localização proposta para o Campo Universitário e, desde logo, iniciadas as ações necessárias para que a zona seja declarada de utilidade pública e elaborado o seu plano geral, será possível iniciar a aquisição de terrenos e primeiras construções em 1976, o que poderá permitir a sua utilização para alguns cursos já no ano letivo de 1977/78.

Nestas condições, torna-se evidente que o arranque de cursos em 1975/76 só é possível recorrendo a soluções provisórias, nas quais se torna fundamental efetuar um investimento mínimo e tanto quanto possível recuperável.

No que se refere à Administração Central, já foi indicada a solução adotada, localização que se manterá por muitos anos, dada não só a qualidade e dimensões das instalações, mas também a prioridade em efetuar investimentos em unidades de ensino e investigação.

No edifício da Rua D. Pedro V, em Braga, irá a Universidade dispor de um pequeno Complexo Pedagógico, constituído por anfiteatros de 60 lugares e salas com capacidade para 30 e 15 alunos, além de um Laboratório de Línguas, onde é possível o funcionamento de aulas teóricas, teórico-práticas e de seminários de qualquer disciplina. Além disso dispõe-se aí de um razoável número de gabinetes de trabalho para pessoal docente e técnico.

A necessidade de, a certa altura, ter de se suspender os estudos de projeto, por falta de diretrizes superiores, faz que só na próxima semana seja aberto o concurso para a parte de toscos das obras de adaptação da cave e rés-do-chão e dentro de dois meses o concurso dos acabamentos.

No edifício da Rua Abade da Loureira, em Braga, cedido à Universidade do Minho pelo Ministério da Administração Interna, vão ser instalados: um restaurante *self-service* aberto a toda a Universidade; zona de convívio para alunos e professores;

zona de estudo para alunos, apoiada por uma pequena biblioteca; Associação e Serviços Médicos dos estudantes.

Acaba de ser aprovado superiormente a efetivação dos necessários estudos do projeto, prevendo-se que as obras se iniciem dentro de poucos meses.

No âmbito do esquema de instalações provisórias, previa a Comissão Instaladora a construção em Guimarães de instalações desmontáveis, especialmente destinadas aos cursos de Tecnologia, as quais seriam posteriormente transportadas para o Campo Universitário e aí utilizadas como armazéns e oficinas dos Serviços Técnicos.

Para esse efeito, depois de a primeira opção, a da Quinta da Veiga, ter sido indeferida pelo MEC, uma segunda opção foi oferecida pela Câmara Municipal de Guimarães, a do Campo de S. Mamede, que oferece boas condições para o efeito, embora, dada a proximidade do Castelo de Guimarães, a sua utilização careça de prévia autorização superior, a qual ainda não foi concedida.

Encontra-se neste instante a Universidade do Minho confrontada com um problema cuja resolução tem de ser praticamente imediata.

Dada a elevada compressão orçamental necessária a todos os níveis da Administração Pública, não dispõe a Universidade do Minho de meios que lhe permitam quaisquer duplicações de meios humanos ou de instalações. Além disso, o pouco tempo que falta para o início do próximo ano letivo não se compadece com opções que exijam decisões ou construções que, pelo seu maior volume, sejam demoradas.

A circunstância de em Braga ficarem operacionais, no próximo ano letivo, as instalações atrás indicadas e de nesse ano só funcionarem os primeiros anos dos diversos cursos, significa que, para assegurar o funcionamento nesta cidade dos dois primeiros semestres dos cursos de tecnologia, basta aí dispor de espaço laboratorial, cuja área em jogo será relativamente pequena, dado que os três primeiros semestres desses cursos são essencialmente de natureza básica. Convém notar que as zonas laboratoriais dificilmente se podem obter por transformação de áreas de edifícios existentes, pois que os custos e tempo em jogo não são em geral compensadores.

O funcionamento desses mesmos cursos em outra cidade, no próximo ano letivo, iria originar a necessidade, para além dos Laboratórios indicados, da existência de anfiteatros e de salas para aulas teórico-práticas e seminários, de gabinetes para docentes, de biblioteca, de espaço para funções administrativas, de zonas de apoio para os estudantes, etc., etc., solução esta incompatível com o tempo disponível e, em especial, com os recursos financeiros existentes.

Trata-se de uma opção de natureza fundamental, não restando dúvidas à Comissão Instaladora de que o mais importante é o iniciarem-se em 1975/76 o maior número possível de Cursos.

A Comissão Instaladora da Universidade é constituída pelo Reitor, pelo Administrador, cinco Vogais e um representante do Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

Inicialmente esteve a equipa completa. Infelizmente, o representante do MESA, Eng.º César Montenegro, faleceu nos princípios de novembro e, embora solicitada, a sua substituição ainda se não efetivou. Não posso deixar de recordar que foi um grande entusiasta da Universidade do Minho, que a ela dedicou o melhor do seu esforço e para a qual sempre arranjou o tempo necessário para a resolução dos problemas que lhe foram postos.

O Administrador da Universidade, tendo ocupado o referido lugar em comissão de serviço, optou pelo regresso às suas funções primitivas, tendo por esse motivo sido aberto novo concurso documental, cujo provimento se espera para breve.

Entretanto, um dos vogais da Comissão Instaladora, embora altamente interessado no problema da Universidade do Minho, impedido pelos seus muitos afazeres e pelo facto da sua principal atividade e residência se situarem em Lisboa, entendeu que devia pedir a sua exoneração<sup>3</sup>.

Nasceu assim a oportunidade de a Comissão Instaladora da Universidade do Minho poder dispor da colaboração de um novo membro, para o qual, em boa hora, foi escolhido pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura o Dr. Joaquim Santos Simões. Há muito interessado e conhecedor dos problemas da Educação e Cultura, grande lutador por uma Universidade no Minho, defensor acérrimo dos ideais em que acredita, vivendo na região em que se insere a Universidade, vai de certeza ser um colaborador precioso no seu arranque.

Senhor Secretário de Estado<sup>4</sup>:

Há muito que a Comissão Instaladora da Universidade do Minho desejava que os responsáveis pelo Ensino Superior se deslocassem a Braga, para uma reunião de trabalho que permitisse esclarecer e resolver problemas fundamentais para a nossa Universidade e de que só um conhecimento direto permite a tomada de decisões objetivas.

Todos sabemos a enorme dimensão dos problemas que há que resolver e ultrapassar, em todos os graus de ensino e em particular no Superior. Sabemos que o seu tempo é precioso e portanto a sua vinda aqui põe em evidência o interesse do MEC pelas novas Instituições de Ensino Superior e, neste caso particular, pela Universidade do Minho.

Esse facto é para nós um grande incentivo, ao qual procuraremos responder, dando o melhor do nosso esforço para a criação duma Universidade Nova num Novo Portugal.

---

3 Diogo Freitas do Amaral.

4 Apesar de não ser identificado no texto, julgamos tratar-se do Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica – António Avelãs Nunes, que de acordo com a imprensa da época visitou a Universidade nessa data. Cf. S.A., «Universidade do Minho», *Jornal de Notícias*, 07 de fevereiro, 1975.



### 3. 1975.

#### Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga.

*Abertura do ano letivo 1975-76, em 16 de dezembro*<sup>5</sup>.

##### 1. Introdução

Começo por me apresentar. O meu nome é Carlos Lloyd Braga e sou o Reitor da Universidade. Pedi para virem a esta reunião com o objetivo de vos dar um certo número de informações, as quais, por ser este o primeiro ano letivo em que a Universidade vai funcionar, não é possível obtê-las através de colegas mais antigos.

Para melhor atingir esse objetivo:

- a) Foi-vos distribuída uma cópia de um relatório recentemente elaborado pela Comissão Instaladora: “Universidade do Minho – Alguns aspetos da sua instalação, referentes ao período de 17.2.74 a 17.9.75”, assim como um folheto intitulado “Universidade do Minho – Ano inicial 1975/76”;
- b) No fundo da sala encontram-se expostos os horários de funcionamento das aulas, cópias dos trabalhos referidos no relatório que vos foi distribuído e que podem ser consultados na Biblioteca Geral, assim como cópia das plantas referentes aos vários edifícios da Universidade;
- c) No fim da minha exposição será organizada uma visita às várias instalações da Universidade, na qual serão utilizados quatro autocarros estacionados na Praça do Município. Para esse efeito, na altura própria, o Dr. Mesquita dar-vos-á as necessárias indicações.

Naquilo que vos vou dizer tomarei como referência o relatório de que têm cópia, limitando-me a indicar alguns dados adicionais, quer por me parecerem pertinentes, quer por entretanto se terem verificado alterações ao que aí é dito.

Assim começo por vos apresentar os membros da Comissão Instaladora e do Conselho Administrativo.

##### 2. Ensino

Como possivelmente é do vosso conhecimento, atualmente são de dois tipos os cursos de graduação universitária: o Bacharelato e a Licenciatura.

---

<sup>5</sup> Discurso do Reitor, em 16 de dezembro de 1975, na abertura do ano letivo. Apesar das dificuldades vividas, as primeiras aulas arrancaram no ano letivo de 1975-1976. Nesta elocução, proferida numa reunião organizada para acolher os novos alunos, o Reitor apresenta a instituição, dando-lhes várias informações de natureza prática sobre o funcionamento das aulas e valências disponíveis, indicando analogamente as principais características da universidade no que concerne a cursos e investigação, bem como a estrutura organizacional que se pretende desenvolver. São ainda disponibilizados alguns documentos com informação produzidos pela Universidade.

A tendência é a de que todos os alunos, ao entrarem na Universidade, se inscrevam em cursos de Bacharelato. São cursos com uma duração que em geral oscila entre 6 e 8 semestres e pretende-se que venha a ser o curso normal universitário.

As licenciaturas são cursos de especialização com uma duração da ordem dos 3 a 4 semestres e a eles têm acesso os Bacharéis.

No entanto, como é também do vosso conhecimento, ainda hoje existem vários cursos, em diversas Universidades, nos quais os alunos, ao entrarem na Universidade, inscrevem-se logo em currículos de Licenciatura, com uma duração de 10 a 12 semestres ou de 5 a 6 anos.

Na Universidade do Minho começarão este ano letivo somente cursos de Bacharelato, mas pensamos, a curto prazo, poder também oferecer cursos de Licenciatura.

No que se refere à variedade de cursos a professor, encontra-se em estudo o arranque de novos cursos nos domínios da História, da Medicina, do Design Industrial e da Administração, assim como outros ramos dos cursos já aprovados, alguns dos quais poderão vir a iniciar-se no próximo ano letivo.

Amanhã e depois, verificar-se-ão, para cada curso ou grupo de cursos, reuniões entre docentes e discentes com o objetivo de se apresentarem e tomarem conhecimento dos planos de estudo respetivos.

Para esse efeito os alunos dos cursos de Línguas Vivas deverão estar presentes amanhã, nesta mesma sala, às 10 horas da manhã, enquanto os alunos do curso de Formação de Professores deverão estar presentes também aqui às 14 horas.

No que se refere aos alunos dos cursos de Engenharia, deverão apresentar-se às horas e nas salas indicadas no respetivo horário.

### 3. Investigação

As atividades de investigação encontram-se ainda numa fase incipiente, dado que os docentes mais qualificados para orientar essas atividades têm estado muito ocupados, quer com a obtenção de espaços equipados para o ensino e a investigação, quer na preparação dos planos de estudos e das matérias a lecionar nos vários cursos.

Por outro lado, e no que se refere a alguns dos Centros de Investigação propostos, há ainda que definir de maneira objetiva quais as linhas de ação dos projetos de investigação a executar, os quais deverão estar ligados à resolução de problemas concretos existentes tanto à escala nacional como regional.

### 4. Atividades extracurriculares

Como se poderá depreender de muitos dos trabalhos divulgados pela Universidade do Minho, tem esta sempre entendido que as Universidades, e em particular as



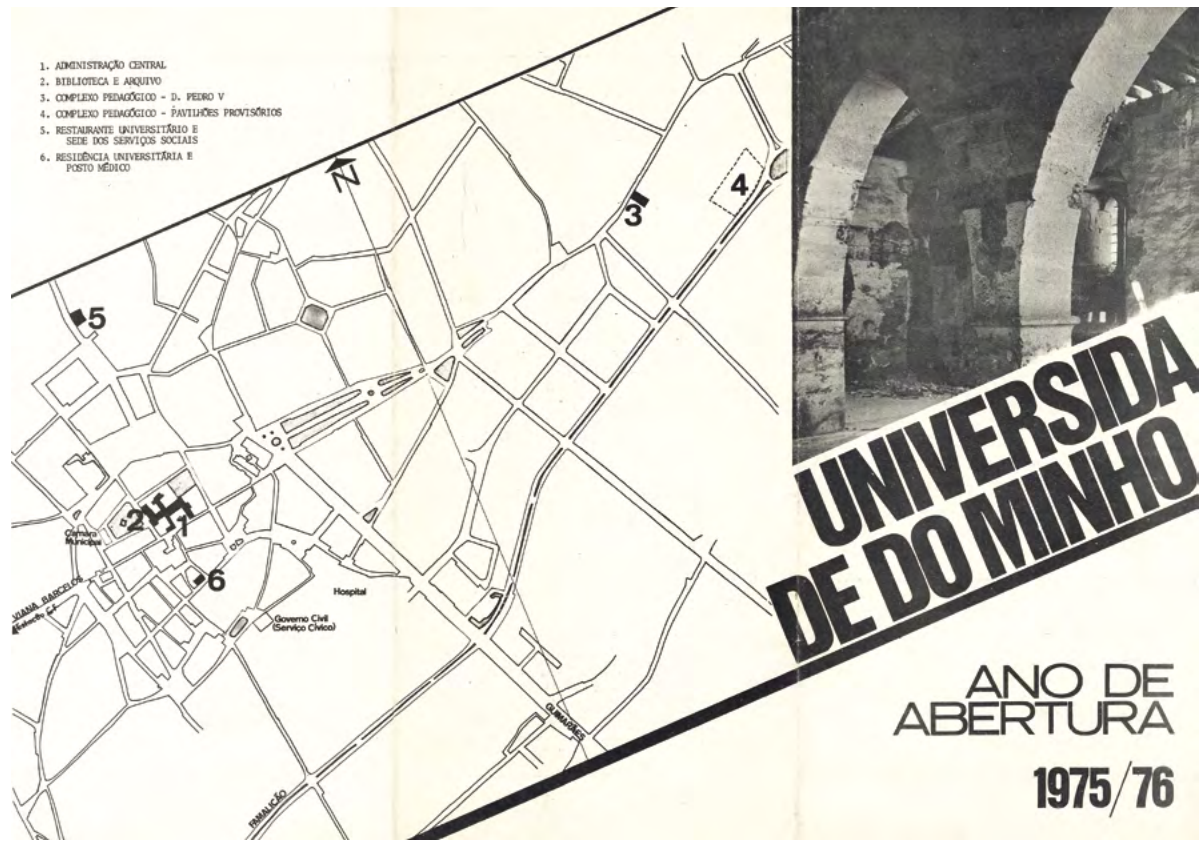


Figura 4  
Folheto 'Universidade do Minho - Ano inicial 1975/76'. Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria.

## UNIVERSIDADE DO MINHO

REITORIA

Iniciada a instalação da Universidade do Minho em Fevereiro de 1974, agora é que ela verdadeiramente nasce com a abertura das suas portas aos primeiros alunos.

Importa dar o devido relevo a este facto, pois com ele se criam as condições para que, institucionalmente, se realize o projecto em ela consiste, isto é, *universitas* de docentes e discentes.

Com a colaboração entusiasta de especialistas universitários e outros técnicos, e o apoio eficaz e pronto dos serviços que se foram montando, procurou-se elaborar uma proposta nova de Universidade que, quer como centro de investigação, quer como lugar de formação, quer ainda como factor de promoção comunitária, possa vir a ser um agente de desenvolvimento integral e integrado da sua Corporação e do meio em que ela se insere.

Está em estudo a estrutura da Universidade do Minho que se não deseja definida por Faculdades, Escolas ou Institutos, nem mesmo Departamentos, no sentido clássico. No modelo em vista, considera-se a Universidade organizada em unidades de base que, quanto à sua natureza e objectivos, são de três tipos: *unidades de ensino, unidades de investigação e unidades de apoio*.

A fase que agora começa, caracterizada pelo início das actividades pedagógicas e pela formação da *corporação académica*, permitirá interrogar, desenvolver, avaliar e porventura reformular o modelo de universidade que se concebeu. Tal só será possível através do empenhamento de todos.

E esse empenhamento que, a partir desta data, ninguém regateará, assumindo cada um, solidariamente, a responsabilidade pelo futuro da NOSSA UNIVERSIDADE.

Braga, 16 de Dezembro de 1975

O REITOR

*Car. Ag. 20*

### UNIVERSIDADE DO MINHO

- REITORIA E ADMINISTRAÇÃO CENTRAL  
Largo do Paço Braga Portugal  
TELEF. (Braga) 27021 27022 27023  
TELEX 25235 UMINHO P

- COMPLEXO PEDAGÓGICO  
(Rua D. Pedro V)  
TELEF. (Braga) 26436 26437

- BIBLIOTECA E HEMEROTECA  
(Praça do Município)  
TELEF. (Braga) 22129

REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS DA U.M.

### ESTRUTURA E ÓRGÃOS DE GESTÃO

A Universidade do Minho (U.M.) foi criada pelo Decreto-Lei nº 402/73 de 11 de Agosto, estando ainda em regime de instalação.

Durante este período, os órgãos de gestão da U.M. são constituídos por:

- Reitor
- Comissão Instaladora
- Conselho Administrativo

Apoiam estes órgãos os seguintes serviços:

- Administração
- Serviços Académicos
- Serviços Técnicos
- Serviços de Documentação

Para a resolução de problemas de natureza pedagógica está provisoriamente constituído um Conselho Pedagógico. Dependentes da Reitoria da U.M. encontram-se também em fase de instalação os Serviços Sociais Universitários do Minho.

### CURSOS DE BACHARELATO A PROFESSAR EM 1975/76

#### CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Os cursos que integram esta Unidade têm em vista a formação de professores do ensino preparatório e do curso geral do ensino secundário, adoptando um modelo de formação de professores em que os currículos são organizados, à partida, de modo a integrarem, simultaneamente, os diversos conteúdos de aprendizagem dos perfis de formação.

Assim, os currículos obedecem aos seguintes objectivos básicos:

- formação geral e psico-pedagógica;
- formação científica no âmbito da futura docência;
- conhecimento directo da profissão e seu pré-exercício através de práticas pedagógicas.

Estes currículos estão organizados em função da obtenção do grau de bacharel ao fim de 6 semestres.

Porém criados, para o ano de 1975/76, os seguintes perfis de formação de professores:

- Matemática
- Ciências da Natureza
- Francês e Português
- Inglês e Português

#### CURSOS DE LÍNGUAS VIVAS

Durante o ano lectivo de 1975/76 a Unidade de Ensino de Línguas Vivas oferece os cursos:

- Francês
- Inglês

preparando ambos para o ramo profissional "Secretariado e Relações Internacionais".

Com estes bacharelatos pretende dar-se um conhecimento profundo da língua, quer como meio de comunicação, quer como objecto de análise, imprimindo-lhes simultaneamente um perfil profissionalizante que se iniciará no terceiro semestre.

Tal perfil abre ao futuro bacharel um largo campo de acção profissional, desde os quadros técnicos dos sectores comercial e industrial aos de organismos do serviço das relações internacionais.

O grau de bacharel obtém-se em 6 semestres de escolaridade.

### CURSOS DE ENGENHARIA

A Unidade de Ensino de Engenharia oferece no ano de 1975/76 cursos:

- em Engenharia Têxtil
- em Engenharia Metalomecânica Ligéira

Atendendo às características e à evolução previsível da estrutura industrial regional e nacional, a curto e a médio prazo, aqueles bacharelados, conjuntamente com o de Engenharia de Produção, são os cursos que, neste domínio, melhor poderão servir o desenvolvimento da região.

O bacharelato terá a duração de 8 semestres dos quais o primeiro é um semestre propedéutico, prevendo-se que o último seja consagrado à execução de um trabalho concreto de aplicação que se pretende seja realizado no contexto das actividades industriais.

### BIBLIOTECA E HEMEROTECA

A Biblioteca, para além do seu fundo geral (cerca de 400 mil volumes), está-se a equipar com os livros indicados para estudo pelos diversos cursos.

A Hemeroteca tem a seu cargo as publicações periódicas, indicadas como fundamentais, com os respectivos registos consultáveis.

A utilização de livros em serviço de leitura domiciliar tem regulamento próprio.

### AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Os Serviços Sociais Universitários do Minho visam proporcionar aos elementos das camadas populacionais mais carecidas os benefícios e facilidades materiais que minorem os encargos com a frequência de um curso na Universidade do Minho e lhes permitam dedicar-se ao estudo em condições razoáveis de aproveitamento.

Para o cumprimento desta missão, estes Serviços podem conceder:

- ISENÇÃO DE PROPINAS
- BOLSAS DE ESTUDO
- SUBSÍDIOS PARA ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, MATERIAL DIDACTICO, NA DOCÊNCIA, ETC.
- APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS

Com vista a intensificar a sua acção, os Serviços Sociais Universitários do Minho instalarão desde já:

- RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA, na Rua do Forno nº 30
- RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, na Rua Abade da Loureira
- POSTO MÉDICO E DE ENFERMAGEM, na Rua do Forno nº 34
- PROCURADORIA E INFORMAÇÕES, no Largo do Paço (edifício da Reitoria).



regionais, devem desempenhar um papel verdadeiramente ativo na construção da Sociedade Portuguesa, para o que é fundamental que ela se integre na sociedade em que se insere.

Com este objetivo estão programadas várias ações, especialmente a cargo do Centro de Estudos Educacionais e de Desenvolvimento Comunitário, a maioria das quais indicadas no relatório distribuído.

Quero no entanto destacar as ações relacionadas com o lançamento de uma escola de formação de educadores de adultos, com especial relevância para a alfabetização funcional, projeto este que vai ser executado em colaboração com o Governo Sueco, através da “SIDA - Swedish International Development Authority” e em consequência do qual, a partir de fevereiro próximo, iremos contar com a colaboração de quatro técnicos suecos.

Quero também observar que o facto da Universidade do Minho se lançar num projeto de desenvolvimento e educação comunitária, obriga a que ela própria dê o exemplo. Por isso, a todos aqueles que se formarem na nossa Universidade, será dada a oportunidade de frequentarem a disciplina de Educação e Desenvolvimento Comunitário, obrigatória no caso dos cursos de Formação de Professores e de opção nos outros.

## 5. Biblioteca Geral e Arquivo Histórico

No que se refere a este assunto, e em relação ao que é dito no relatório distribuído, quero unicamente informá-los de como obter os meios bibliográficos necessários ao vosso estudo.

Com a integração da Biblioteca Pública na Universidade do Minho, passa a ser neste edifício que funciona a Biblioteca Geral da Universidade.

No entanto, dado o pouco espaço disponível, quer para armazéns, quer para leitores, estão previstas as soluções seguintes:

- a) Na zona da Rua D. Pedro V (1º andar) existe o que poderemos chamar uma delegação da Biblioteca Geral, onde se encontram de momento os livros e revistas de maior interesse para o ensino e investigação das várias unidades da Universidade;
- b) No r/c do edifício da R. D. Afonso Henriques, que dentro de dias será adquirido pela Universidade, será instalada outra delegação da Biblioteca Geral, na qual existirão várias cópias dos principais livros recomendados para as várias disciplinas dos diversos cursos. Até que esta delegação se encontre em funcionamento, o serviço de consultas e requisições de livros funcionará na Biblioteca da Rua D. Pedro V.

## 6. Instalações definitivas

No que se refere às Instalações definitivas da Universidade, tem a Comissão Instaladora desde sempre considerado que elas devem ser do tipo concentrado.

Isto é, entende-se que, uma vez na zona da Universidade, docentes e discentes devem facilmente poder deslocar-se a todas as suas instalações, de preferência a pé. Pensa-se que só assim será possível, à custa de uma programação adequada, assegurar uma verdadeira formação universitária aos seus docentes e discentes.

Uma solução dispersa, na qual as instalações referentes às várias unidades de ensino e investigação distem entre si bastantes quilómetros, torna praticamente impossível uma verdadeira formação interdisciplinar, característica da formação universitária.

Além disso, dado o carácter interdisciplinar cada vez maior dos próprios cursos universitários, uma solução dispersa obriga a maiores investimentos na construção de espaços equipados, assim como a dispor de um maior número de docentes qualificados, recursos estes bastantes escassos, especialmente em face das necessárias duplicações.

A solução de os docentes passarem uma parte razoável do seu tempo em transportes entre as diversas instalações, só se considera viável durante curtos períodos de transição, isto é, enquanto só se dispuser de instalações provisórias.

A ser generalizada uma solução deste tipo, grande número de docentes, porventura os mais qualificados, passariam a maior parte do seu tempo em transportes e em atividades docentes, descurando outras atividades também fundamentais, de que se destaca a investigação, pilar de qualquer Universidade, seja qual for a zona da terra considerada.

Como compete à Comissão Instaladora, de acordo com o Decreto-Lei 402/73 que criou a Universidade do Minho, propôs ela uma solução para a resolução deste problema.

Não pretende, nem nunca pretendeu a CI, que essa seja a única solução possível.

Para a CI, o que é fundamental, é que a solução que venha a ser adotada seja tanto quanto possível concentrada. O facto de a sua localização vir a ser 15 km mais para a esquerda ou mais para a direita daquela que propôs, é um fator de natureza secundária.

A decisão sobre este assunto compete exclusivamente ao Governo, decisão essa na qual intervêm certamente diversos fatores, muitos dos quais, por não serem de natureza técnico-universitária, não compete à CI sobre eles se pronunciar ou debruçar.

Por várias vezes e pelas razões indicadas no relatório em vosso poder, foi solicitada superiormente uma decisão urgente para este problema.

Recentemente, o Ministro da Educação e Investigação Científica<sup>6</sup>, consultado o Conselho de Ministros, promulgou o Despacho nº 497, no qual, após um conjunto de considerandos prévios, determinou:

- I. A implantação definitiva do ensino dos cursos de Tecnologia (Engenharia) será feita no concelho de Guimarães;
- II. Compete à Comissão Administrativa da Câmara de Guimarães propor à Comissão Instaladora da Universidade do Minho soluções concretas para a implantação das instalações definitivas daquele ensino, e, uma vez estas aprovadas superiormente, assegurar o andamento das ações da sua competência que conduzam à concretização daquelas soluções (tal como efetuar expropriações ou preparar as aquisições necessárias);
- III. O Projeto das instalações definitivas para os cursos de Tecnologia da Universidade do Minho, no concelho de Guimarães, deverá estar concluído no corrente do ano de 1976, de modo que as primeiras empreitadas possam ser adjudicadas, o mais tardar no 1º semestre de 1977;
- IV. Compete igualmente à Comissão Administrativa da Câmara de Guimarães, se o entender, procurar e conceber soluções rápidas para a instalação provisória do ensino de Tecnologia, a submeter à Comissão Instaladora da Universidade do Minho;
- V. Os cursos programados para o ano de 1975/76 arrancam imediatamente nas instalações provisórias disponíveis em Braga, onde funcionará o ensino de Tecnologia até que estejam asseguradas as condições de operacionalidade das instalações provisórias no concelho de Guimarães. A transferência dos cursos terá lugar no imediato intervalo entre dois semestres de escolaridade.

Resulta assim que o problema da instalação definitiva dos cursos de Tecnologia já foi encarado pelo Governo, aguardando a Universidade que uma decisão do mesmo tipo seja tomada para a instalação dos restantes cursos professados e a professor.

## 7. Instalações provisórias

Em relação a este ponto, pouco lhes direi, visto que aquilo que está escrito no relatório e a visita que irão fazer de seguida são suficientemente elucidativos.

O aspeto mais importante a considerar é que, infelizmente, devido a atrasos das firmas projetistas e executantes das obras, não dispomos ainda de instalações provisórias adequadas, o que nos obriga a soluções de emergência, que certamente se manterão até ao fim do primeiro semestre, única maneira de iniciar desde já o ano escolar.

---

6 Vítor Alves (Vítor Manuel Rodrigues Alves) foi Ministro da Educação e Investigação Científica no IV Governo Provisório.

Juntamente com os diapositivos que vos vou mostrar e que não são mais que fotografias das plantas que se encontram ao fim da sala, irei indicando o estado das várias obras, assim como as alterações de programação que entretanto se verificaram.

O Complexo Pedagógico, conjunto de salas de aula com capacidade para 15, 30 e 60 alunos, só terá o r/c concluído em fins de janeiro e a cave em fins de fevereiro. Até lá teremos de utilizar salas localizadas neste edifício, transitoriamente preparadas para o efeito e de que esta em que nos encontramos é um exemplo.

Os pavilhões, em construção junto do Complexo Pedagógico da Rua D. Pedro V, especialmente destinados a laboratórios e oficinas, não ficarão operacionais antes de março.

No que se refere ao edifício da R. Abade da Loureira, nele ficarão instalados os Serviços Sociais Universitários do Minho, o que inclui, para além da parte administrativa, um restaurante *self-service* e zona de convívio.

Encontra-se em vias de aquisição, o que se espera vir a fazer ainda no corrente mês, um edifício sito na Rua do Forno e destinado a residência universitária e o r/c de um prédio sito na Rua D. Afonso Henriques, destinado à Biblioteca atrás referida, aos Serviços Médico-Sociais e a atividades estudantis.

Entretanto, e de acordo com o despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica atrás indicado, irão ser consideradas instalações provisórias adicionais em Guimarães, destinadas aos cursos de Tecnologia.

## 8. Estrutura da Universidade do Minho

Tem sido uma das preocupações da CI estudar qual o tipo de estrutura mais adequada para a UM, de modo a que a gestão da Instituição seja, simultaneamente, eficiente e democrática, isto é, competente e participativa, tanto dos pontos de vista científico e pedagógico como administrativo.

Esse estudo encontra-se em curso e, logo que concluído pela CI, será distribuído a toda a corporação académica, de modo a ser discutido, ensaiado e corrigido e, posteriormente, submetido à aprovação superior.

Até lá, o que irá demorar bastantes meses, será necessário adotar algumas medidas de transição, necessariamente urgentes, dado o início das atividades escolares e de um novo ano económico, as quais serão homologadas pela Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica<sup>7</sup>.

Entre outros Órgãos, será necessário criar transitoriamente um Conselho Pedagógico e uma assessoria ligada à Reitoria e destinada a tratar de assuntos relacionados com os discentes.

---

<sup>7</sup> Esta Secretaria de Estado encontrava-se, na altura, dirigida por António Brotas (António de Moraes Sarmiento dos Santos Lucas Costa Brotas).

Para esse efeito convém que entre 60 a 90 dias a contar de agora, altura em que os discentes já se conhecem melhor uns aos outros, sejam escolhidas duas comissões de três alunos cada, um por cada grupo de cursos. Uma delas tratará com os atuais membros do Conselho Pedagógico as melhores formas de atuação nesse domínio e a outra com a Reitoria, no que se refere a problemas gerais dos estudantes, como é por exemplo o caso de uma futura Associação.

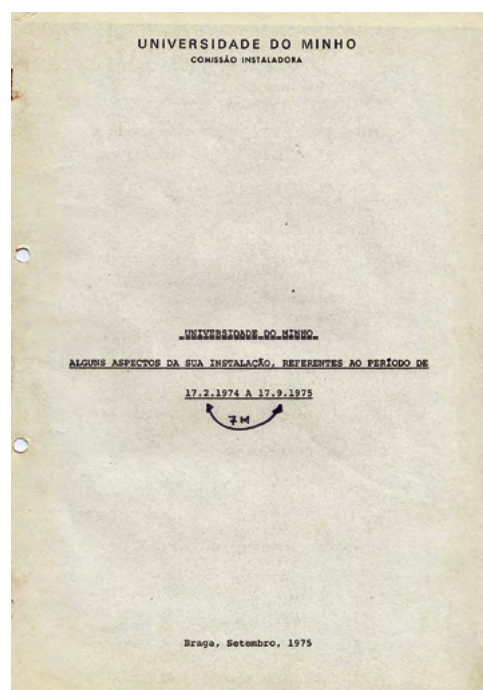
Aproveito para vos apresentar os atuais membros do Conselho Pedagógico.

Os Serviços Sociais Universitários do Minho, que irão funcionar diretamente dependentes da Reitoria, até se instalarem na Rua Abade Loureira, funcionarão neste edifício. Todos os problemas relacionados com a concessão de bolsas, subsídios, isenção de propinas, alojamentos, etc., devem aí ser tratados.

E por agora nada mais me ocorre dizer-vos.

Termino pois desejando que a partir de hoje, dia do verdadeiro nascimento da Universidade do Minho, com a colaboração de todos que a ela pertencem ou pertencerão, a nossa Universidade possa crescer de modo a que, ao atingir a sua maioridade, seja para todos um motivo de orgulho.

Braga, 16 de dezembro de 1975.



**Figura 5**  
Capa do relatório 'Universidade do Minho – Alguns aspetos da sua instalação, referentes ao período de 17.2.1974 a 17.9.74'. Fonte: Arquivo [antigo] da Reitoria. Aceda ao documento completo, *click* aqui: <http://hdl.handle.net/1822/64590>



#### 4. 1978.

##### Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga.

##### *Dia da Graduação da UMinho, em 17 de fevereiro<sup>8</sup>.*

1. Decidiu a Comissão Instaladora instituir o Dia da Graduação, cerimónia solene durante a qual serão, anualmente, entregues os diplomas de graduação e pós-graduação a todos aqueles que obtiveram os respetivos graus no ano anterior. Para esse dia foi escolhida a data de 17 de Fevereiro por ser o dia da fundação da Universidade do Minho. Nessa cerimónia deverá também o Reitor apresentar um relatório sucinto das atividades da Instituição.

Uma vez que a Universidade do Minho, dado o seu pouco tempo de existência, ainda não concedeu quaisquer graus académicos, seria descabido efetuar este ano uma cerimónia solene.

Porém, pensou-se que haveria interesse em que o Reitor apresentasse uma síntese das atividades e planos da Universidade, especialmente dedicada aos que nela trabalham, assim como efetuar um conjunto de ações que permitissem um melhor conhecimento, por parte do público, do que é a Universidade do Minho. Assim se justifica a nossa presença aqui, bem como a conferência de imprensa há pouco realizada e a abertura ao público, amanhã, de algumas das nossas instalações.

2. Começarei por focar alguns dados que permitem caracterizar a dimensão atual da Universidade do Minho.

2.1. Quando a Comissão Instaladora tomou posse, em 1974, foi-lhe entregue o edifício da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, onde estes Serviços ocupavam uma área de cerca de 5000 m<sup>2</sup>, encontrando-se a restante área, correspondente à ala nascente do Largo do Paço, ocupada para outros fins.

Recuperada essa ala e tendo em atenção as diversas instalações que sucessivamente foram adquiridas ou construídas em Braga e Guimarães, dispõe hoje a Universidade de uma área coberta operacional de cerca de 20.000 m<sup>2</sup> e de um terreno com cerca de 20ha, na zona de Gualtar, destinado ao Campo Universitário do núcleo de Braga.

De todo este património só o terreno onde se encontram os Pavilhões (Braga) é alugado, sendo o seu custo 48 contos por ano.

---

<sup>8</sup> Por decisão da Comissão instaladora foi escolhido, para a cerimónia solene de entrega anual dos diplomas de graduação e pós-graduação aos diplomados da UMinho, o dia 17 de fevereiro, entendido como o dia da fundação da instituição, uma vez que foi nesse dia que tomaram posse os seus órgãos dirigentes. Nesse evento seria igualmente apresentado um relatório sucinto das atividades da instituição, prática que, embora com naturais alterações decorrentes do desenvolvimento da universidade, se mantém até aos dias de hoje. O texto que aqui se apresenta corresponde à apresentação das atividades da instituição, realizada em fevereiro de 1978, num ano em que, dada a inexistência de diplomados – os primeiros alunos, admitidos na Universidade no ano letivo de 1975-76, só poderiam concluir os respetivos cursos em data posterior, não se realizou cerimónia solene do Dia da Graduação.

Na aquisição dos terrenos e edifícios e na execução dos projetos e obras gastou a Universidade, até à data, cerca de 85 mil contos. Trata-se de um custo muito baixo devido, essencialmente, a três fatores:

- a) O facto dos terrenos de Gualtar pertencerem anteriormente ao Estado-Maior do Exército e terem passado para a Universidade a um custo muito reduzido (15\$00/m<sup>2</sup>);
- b) O legado Nogueira da Silva que veio contribuir com cerca de 2.100 m<sup>2</sup>;
- c) A circunstância de as instalações em Guimarães terem sido cedidas gratuitamente, a título de empréstimo, pela Câmara Municipal de Guimarães (área aproximada de 2.600 m<sup>2</sup> e custo da ordem dos 25 mil contos).

No que respeita ao apetrechamento da área operacional foram investidos até à data cerca de 48 mil contos.

Nesta verba inclui-se: equipamento fixo, como é o caso de bancadas e “hottes” de laboratório, mobiliário, equipamento pedagógico-científico e equipamento diverso como máquinas de escrever, de calcular, de fotocopiar, etc.

Deste total, em equipamento pedagógico-científico, foram unicamente gastos cerca de 12 mil contos (25%), verba manifestamente insuficiente, se se tiver em conta a elevada incidência das ciências exatas e da natureza e das tecnologias nos cursos da Universidade do Minho.

No que se refere a meios bibliográficos, para além dos existentes na Biblioteca Pública (biblioteca depositária que praticamente só contém obras editadas em Portugal e cujo objetivo fundamental é servir a comunidade), adquiriu a Universidade do Minho, nos quatro anos da sua existência, por oferta, permuta e compra cerca de 10.500 volumes. Além disso, assina 238 revistas científicas, na quase totalidade estrangeiras.

Também neste domínio são grandes as necessidades, minoradas em 1977 pela concessão, por parte da Fundação Calouste Gulbenkian, de um subsídio de 1.000 contos para aquisição de livros.

2.2. No que se refere a pessoal, a Universidade do Minho dispõe da colaboração de cerca de 250 elementos contratados e cerca de 50 destacados do quadro geral de adidos, incluindo pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar.

O número de docentes é da ordem dos 120, dos quais perto de 25% doutorados e cerca de 15% bolseiros em estágio, com vista à preparação do seu doutoramento. Aproximadamente 10% dos docentes são professores ou assistentes visitantes.

Neste domínio permita-se-me destacar as recentes provas de concurso para provimento de três lugares de Professor Extraordinário, efetuadas pelos Doutores Chaiño Pereira, Luís Soares e Hernâni Maia, de cujo júri fizeram parte professores de oito Universidades diferentes, nacionais e estrangeiras, tendo os candidatos sido aprovados por unanimidade.

Atendendo, como indicado adiante, que o número total de alunos no ano letivo 1977/78 é de cerca de 500, resulta que as razões discente/docente e discente/pessoal não-docente são da ordem de, respetivamente, 5.0 e 2.8.

Estes índices de funcionamento são relativamente baixos e resultam essencialmente de a Universidade se encontrar em fase de instalação e de os cursos nela professados não terem ainda atingido o último ano. No que se refere à razão discente/docente, trata-se também de uma consequência de, no corrente ano letivo, se ter matriculado na Universidade um número de alunos muito inferior ao previsto pelo regime de “*numerus clausus*” (45% dos 300 previstos). Se todas as vagas tivessem sido preenchidas o índice discente/docente seria superior a 6.0.

Dada a dimensão de turmas adotada, de 60, 30 e 15, respetivamente, para aulas de síntese, teórico-práticas e experimentais e a elevada percentagem de aulas práticas em muitos dos cursos, espera-se que a razão discente/docente, embora nitidamente mais elevada em condições normais de funcionamento, não ultrapasse os 8.0.

Quanto ao índice discente/pessoal não docente, tendo em conta as necessidades em unidades de apoio para o bom funcionamento da Universidade, espera-se que ele venha a aumentar nos próximos anos mas que não ultrapasse o valor de 4.0.

2.3. No que se refere à população discente, o número de alunos matriculados nos anos letivos 75/76, 76/77 e 77/78 foi, respetivamente, 228, 253 e 138. Do total cumulativo de 619, porém, somente 490 frequentam no corrente ano letivo a Universidade, distribuídos da seguinte forma:

Cursos de Engenharia .....	117
Cursos de Formação de Professores .....	337
Curso de Línguas Vivas e Relações Internacionais .....	036
	490

Como indicado atrás, embora o número de vagas para novas matrículas em 1977/78 fosse de 300, somente se verificaram 138 matrículas, tendo sido os cursos de Engenharia os que tiveram menor taxa de preenchimento.

Uma análise efetuada pelo GEID<sup>9</sup> dos resultados obtidos pelos alunos do Distrito de Braga, nos exames de acesso à Universidade, realizados em 1977, mostrou que o número de alunos do distrito que se poderiam ter matriculado nos cursos professados na Universidade do Minho não é muito superior aos que efetivamente se matricularam.

9 O GEID – Gabinete Executivo de Instalações Definitivas da Universidade do Minho foi criado, por proposta de João de Deus Pinheiro, em maio de 1977, sendo coordenado por Júlio Barreiros Martins. Tinha como missão planejar, gerir, acompanhar e dar corpo às Instalações Definitivas, articulando as decisões de índole política com a sua implementação no terreno. Cf. Maria Manuel Oliveira, «A especialização da Universidade», em *História da Universidade do Minho 1973-1974-2014*, coord. Fátima Moura Ferreira (Braga: Universidade do Minho-Fundação Carlos Lloyd Braga, 2014), 231. <http://hdl.handle.net/1822/33857>



Apesar disso, penso ser útil uma campanha anual de esclarecimento, entre os alunos da região que frequentam o 9º ano de escolaridade, com o objetivo de os elucidar claramente sobre os cursos professados na nossa Universidade, tipo de preparação que podem obter e correspondentes potencialidades no mercado de trabalho.

Penso que esta atividade deve ser coordenada pelo Conselho Pedagógico da Universidade e realizada pelos docentes pertencentes aos vários Conselhos Pedagógicos de Curso, tendo em vista que é no 10º ano de escolaridade que os alunos escolhem as disciplinas nucleares que irão permitir frequentar um dado curso universitário.

3. Abordarei agora alguns dos aspetos mais relevantes do planeamento global, a curto e médio prazo e, posteriormente, o que se refere a outras atividades da Universidade.

3.1. Espera-se que no ano letivo 1978/79 fiquem concluídas as instalações provisórias tanto em Braga como em Guimarães.

Nessa altura, a área coberta global aumentará de cerca de 10% em relação aos números atuais.

Essas instalações permitirão o funcionamento de 15 cursos diferentes, desde que, em cada curso, não se admitam mais do que 30 alunos por ano.

De facto, se todos os cursos tiverem a duração de 5 anos e se o número de reprovações nos primeiros anos não for muito elevado (o que é de esperar dada a melhor preparação atual dos alunos que entram na Universidade e o pequeno número de alunos por curso), prevê-se o início da saturação das instalações por volta de 1983/84, ano em que a população discente da Universidade deverá atingir os 2.500 estudantes.

Se, nessa altura, os números atrás indicados, de cursos oferecidos e de alunos a admitir por curso, se mantiverem estacionários, o mesmo praticamente acontecerá com o número total de alunos.

Conclui-se assim que qualquer expansão da Universidade, para além dos números referidos, só é possível se houver a garantia de, em 1983/84, se poder dispor de algumas instalações definitivas.

E, mesmo que tal aconteça, para que, uma verdadeira expansão se possa dar, será necessária a existência de pessoal docente qualificado.

Analisemos agora o estado atual da planificação a médio prazo.

Como é do conhecimento público, a Universidade do Minho contratou após concurso público a empresa APR – Atelier de Projetistas Reunidos, com o objetivo de, em colaboração com a Universidade:

## I. O CICLO DA FUNDAÇÃO E AFIRMAÇÃO (1974-1981)

- a) Escolher os terrenos adicionais necessários para a implantação dos núcleos de Braga e de Guimarães e elaborar os respetivos diplomas legais no que se refere a medidas cautelares;
- b) Elaborar o Programa da Universidade;
- c) Elaborar o Plano Geral das instalações da Universidade.

Espera-se que os trabalhos correspondentes à alínea a) estejam concluídos em meados de 1978, os da alínea b) em fins de 1978 e os da alínea c) em meados de 1979.

Admitindo que todas as aprovações necessárias são obtidas até fins de 1979, iniciar-se-ão em 1980 os projetos da 1ª fase de construção e em meados de 1981 os primeiros concursos para adjudicação das respetivas construções.

Desta forma será possível, ao longo de 1983, dispor das primeiras instalações definitivas.

Se o calendário previsto sofrer atraso por dificuldades técnicas, burocráticas ou financeiras, isso significa que, no que se refere a instalações, haverá que manter por mais tempo as condições de funcionamento previstas para as instalações provisórias, com a consequente estagnação do desenvolvimento da Instituição.

3.2. No que se refere à preparação científica do pessoal docente, é fácil de ver, em termos globais, qual a dimensão do problema.

De facto, se se tiver em atenção que a percentagem de doutores não deve ser inferior a 30%, verifica-se que em 1983, para uma população discente de 2.500 alunos e uma razão discente/docente de 8, o número de professores (doutores) não deverá ser inferior a 93.

Vê-se portanto que a tarefa de promoção da formação científica do pessoal docente, a cargo do Conselho Científico da Universidade (CCU), terá que continuar a ser planeada com grande cuidado, tanto mais que:

- a) Em algumas áreas do conhecimento a Universidade ainda não dispõe de docentes doutorados ou preparando o seu doutoramento;
- b) Nos anos mais próximos, e salvo raras exceções que confirmam a regra, a preparação científica do pessoal docente não pode ser feita na própria Universidade;
- e) O número de bolsas de estudo disponíveis é muito reduzido e grande a competição em as obter;
- d) Um estágio com vista à obtenção do grau de doutor demora sempre, pelo menos, três anos.

De facto, para que tais metas sejam atingidas, será necessário que, nos próximos três anos, 10 assistentes por ano iniciem a sua preparação com vista ao doutoramento, em domínios determinados, de modo a assegurar em 1983 a existência de pessoal docente qualificado nas diversas áreas do conhecimento abrangidos pela Universidade do Minho.

3.3. Consideramos agora o problema dos cursos existentes e previstos a curto prazo.

Em 1977/78 os cursos oferecidos pela Universidade do Minho são de três tipos fundamentais:

- De Engenharia;
- De Formação de Professores;
- De Línguas Vivas e Relações Internacionais.

No domínio da Engenharia coube à UM o lançamento em Portugal dos Cursos de Engenharia de Produção, especialidade que tem vindo a conhecer uma expansão notável a nível internacional, sendo já hoje a 5ª especialidade em países como os EUA, Reino Unido e Brasil logo a seguir às 4 especialidades tradicionais (Civil, Eletrotécnica, Mecânica e Química).

O objetivo fundamental destes cursos é preparar engenheiros capazes de otimizar os processos produtivos, atuando simultaneamente no campo tecnológico e da gestão.

Não se estranha assim que na composição curricular dos cursos se note, para além dos grandes blocos tradicionais (Ciências Básicas, Ciências de Engenharia e Tecnologias), a existência de um bloco importante compreendendo a Gestão e Administração, inseridas num contexto de vanguarda que faz apelo sistemático às técnicas da Informática, Análise de Sistemas e Investigação Operacional, entre outras.

Canalizando as diversas disciplinas de opção para uma mesma área tecnológica, tornou-se possível conferir uma formação extra altamente especializada em aspetos específicos da Engenharia. Este aspeto da formação, designado por “ramo” da Engenharia de Produção, permite assim individualizar os seguintes cursos da UM:

- Engenharia de Produção – ramo metalomecânica;
- Engenharia de Produção – ramo têxtil;
- Engenharia de Produção – ramo sistemas;
- Engenharia de Produção – ramo matérias plásticas.

Paralelamente, são ainda oferecidos pela UM cursos clássicos em Engenharia Têxtil e Engenharia Metalomecânica.

Todos os cursos referidos tem a duração de 5 anos e conduzem ao grau de licenciado.

Quanto aos Cursos de Formação de Professores, eles resultam em primeiro lugar da constatação de que cerca de 90% dos alunos formados pelas Faculdades de Ciências e Letras se destinam à docência no ensino preparatório, secundário ou técnico.

Nestas condições, decidiu a Universidade do Minho criar cursos cujo objetivo específico fosse a formação de professores para esses graus de ensino.

As características dominantes destes cursos residem, por um lado, na existência desde o 1º ano de disciplinas profissionalizantes e atividades de prática pedagógica no

âmbito das Ciências da Educação e, por outro lado, na inserção do estágio profissional no último ano do curso.

De momento a Universidade do Minho oferece cursos de formação de professores nos seguintes domínios:

- Português + Francês;
- Português + Inglês;
- Matemática;
- Ciências da Natureza;
- Ciências Sociais.

Estes cursos atualmente com a duração de quatro anos e conducentes ao grau de bacharel encontram-se em reestruturação, prevendo-se que a partir do próximo ano letivo passem a ter a duração de cinco anos e conduzam ao grau de licenciado. Além disso, prevê-se o lançamento de novos ramos destes cursos, nomeadamente: Física + Química.

O Curso de Línguas Vivas e Relações Internacionais foi criado com o objetivo de preparar pessoal qualificado para atender às necessidades crescentes das relações com outros países, quer do ponto de vista cultural quer económico.

Inicialmente o curso foi estruturado para 4 anos, a nível de bacharelato.

Pensa ainda a Universidade lançar no ano letivo de 1979/80 um curso de Gestão e Administração que dê resposta a necessidades (prementes) da região.

No que se refere a outros cursos a oferecer a mais longo prazo, encontra-se o problema atualmente em fase de estudo, podendo-se contudo adiantar desde já que a Comissão Instaladora não tem dúvidas sobre a justificação da criação de um Curso de Medicina, especialmente programado para responder às necessidades de um futuro Serviço Nacional de Saúde.

4. Para completar a presente exposição, referir-me-ei agora a algumas das atividades e objetivos da Universidade, não enquadradas nas anteriormente mencionadas.

4.1. Como já várias vezes foi focado, pretende a Universidade do Minho organizar-se segundo um modelo de Grupos de Projetos e não numa Universidade de Faculdades ou Departamentos.

Trata-se de um conceito utilizado com êxito na estruturação de várias instituições e empresas e que se pretende aplicar à Universidade, por se entender que daí resulta uma maior flexibilidade para a Instituição e uma gestão mais racional dos seus recursos.

O modelo indicado tem vindo a ser implementado de maneira progressiva, devido às dificuldades resultantes da adaptação das pessoas a um modelo totalmente diferente daquele que conhecem e viveram em outras Universidades.

Pensa no entanto a Comissão Instaladora que, apesar das dificuldades, deve manter esse objetivo, o qual constitui, neste momento, preocupação fundamental dos órgãos de decisão da Universidade.

4.2. Uma Universidade não vale pelo que ensina, mas pelo que produz. Por esse motivo, a investigação deve ser um objetivo prioritário de qualquer Universidade.

A investigação na Universidade do Minho está organizada em oito áreas do saber em que a Universidade está mais interessada. Algumas das Unidades estão ainda a proceder à preparação científica do seu pessoal e à definição das suas linhas de ação, enquanto outras se encontram já num estado avançado de programação dos seus projetos. Em particular, o Centro de Química Pura e Aplicada, homologado pelo INIC em outubro último e o Centro de Ciências e Engenharia de Sistemas, proposto para homologação, estão já em plena atividade.

A ação do Centro de Química Pura e Aplicada incide fundamentalmente sobre a síntese e separação de produtos químicos, nomeadamente orgânicos, desde o seu estudo fundamental até aos seus aspetos de aplicação industrial. Dispondo de recursos humanos já consideráveis, em que se incluem dez elementos doutorados e dois em vias de concluir o seu doutoramento, desenvolve este Centro a sua atividade em três linhas de ação, englobando mais de dez projetos de investigação distintos.

O Centro de Ciências e Engenharia de Sistemas tem em funcionamento a linha de Programação e Simulação Digital, com quatro projetos em curso, orientados para a elaboração de sistemas complexos de programas para apoio a cursos especializados e à investigação na área de Análise de Sistemas. Das atividades do Centro constam ainda duas outras linhas de ação, em fase de programação.

Desde a criação destes dois Centros, foram publicados pelos seus membros onze artigos científicos em revistas de projeção internacional, havendo ainda neste momento pelo menos oito artigos submetidos para publicação. De salientar ainda a publicação de um livro científico por uma editora estrangeira de que é coautor um dos elementos dos referidos Centros. (Não se incluíram nestes números os artigos publicados pelos membros dos Centros enquanto bolsheiros no estrangeiro).

Dos restantes Centros, alguns encontram-se em fase avançada de programação e muito embora não tenham ainda submetido formalmente as suas linhas de ação para aprovação pelo INIC, em virtude de não possuírem massa crítica em recursos humanos, vem-se já produzindo, em alguns projetos, trabalho efetivo.

4.3. Tendo-se definido a Universidade do Minho também como agente de serviço à comunidade, não descurou esta dimensão e, através de ações pontuais ou de outras com maior grau de planeamento, tem procurado, na medida das suas possibilidades, fazer “extensão universitária” e contribuir para o desenvolvimento do nível cultural do meio.

Vem-se servindo, para o efeito, dos seus professores, de estruturas entretanto criadas, como o Campo Arqueológico, o Projeto de “Educação de Adultos” e a Casa Nogueira da Silva, esta ainda em organização e a cooperação exterior, nacional ou estrangeira. Desta última, é de salientar: a cooperação sueca, por intermédio da SIDA; a cooperação francesa, através dos serviços de Cooperação Cultural e Técnica da Embaixada Francesa em Lisboa; a cooperação inglesa que tem vindo pela mediação do *British Council* e, ultimamente, a americana, canalizada pela Comissão de Cooperação Luso-Americana.

Entre conferências, mesas redondas, encontros, seminários, exposições artísticas ou literárias, cursos de extensão universitária, ações de apoio a instituições e organismos da comunidade foi, em elevado número, o conjunto de realizações levadas a cabo, embora não atingisse a quantidade que se desejaria. Seria, ainda assim, difícil, numa exposição deste género, referir-me nominalmente a todas. Por isso, citarei apenas algumas que me parecem sobremaneira importantes.

Desejaria fazer, em primeiro lugar, uma referência ao projeto “Educação de Adultos”.

Este projeto nasceu efetivamente com a realização, nesta Universidade, em novembro de 1975, do Encontro Nacional sobre Educação de Adultos e Desenvolvimento. As contribuições que os participantes trouxeram a este Encontro confirmaram que o interesse da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, pela Educação de Adultos, era plenamente justificada.

Seguiram-se as negociações com a SIDA e, logo em 1976, foi possível organizar, com a cooperação técnica e financeira do Governo Sueco, algumas ações pontuais no campo da educação de adultos. Neste momento foi já aprovado um programa de ajuda técnica e financeira à Universidade do Minho por parte das autoridades suecas, com a duração de três anos, e dentro desse programa está a funcionar o primeiro curso estruturado de “Introdução à Educação de Adultos”. Prevê-se ainda que, a partir de meados de 1978, a Universidade seja dotada de uma estrutura de formação e investigação em educação de adultos em diversos domínios de atuação. Considera-se de grande importância esta atividade, não só porque a tendência dos sistemas educativos é para se converterem em sistemas de educação permanente, onde a educação de adultos terá um lugar igual à educação das crianças e dos jovens, mas ainda porque, no caso concreto da sociedade portuguesa, este setor da educação é dos mais carenciados.

Gostaria ainda de mencionar a relevância do Campo Arqueológico. Trata-se, com efeito, de um setor que, se realizar os seus objetivos, muito contribuirá para o enriquecimento do património histórico e cultural de Braga. Porém, para que tal possa ser uma realidade, torna-se imperioso que o Governo, a curto prazo, defina claramente o estatuto do Campo Arqueológico e, nomeadamente, as responsabilidades que à Universidade cabem na coordenação e gestão desse empreendimento.

É do conhecimento público que o Comendador Nogueira da Silva legou à Universidade do Minho as suas casas de Braga e os recheios destas e da casa de Lisboa.

Neste momento, está feito o inventário das obras legadas, esperando-se que no prazo de cerca de um ano se possa abrir ao público a Casa Nogueira da Silva.

Como programação a curto prazo, para o ano em curso, além de conferências, exposições, apoio a escolas e à indústria, está a funcionar o curso de “Introdução à Educação de Adultos”, inicia-se amanhã um Curso sobre “O Pensamento e a ação cultural de D. Frei Bartolomeu dos Mártires”, estão a ser programados, com a cooperação francesa, um Encontro Nacional sobre “As novas tarefas do professor e políticas de formação” e um Seminário sobre “Dinâmica de Grupos e Pedagogia” e, em setembro próximo, terá lugar na Universidade do Minho o Congresso Internacional de Engenharia Chempor’78.

5. Como é evidente nada se fez e nada se fará sem a colaboração efetiva de todos os que pertencem a esta Universidade. Por isso não posso deixar de manifestar, em meu nome e no da Comissão Instaladora, um agradecimento formal por essa valiosa colaboração que, tenho esperança, se mantenha no futuro.

Braga, 17 de fevereiro de 1978.



## 5. 1979.

### Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga.

*Tomada de Posse de novos vogais da Comissão Instaladora, em 6 de abril<sup>10</sup>.*

Como penso ser do conhecimento da maioria dos presentes, não é meu hábito dar aos atos de posse grande formalismo nem tampouco usar essas ocasiões para fazer discursos. Penso porém que as posses que acabo de conferir, assim como a fase de crescimento em que a nossa Universidade se encontra, justificam que algo seja dito neste momento.

Desde 17 de fevereiro de 1974, altura em que a primeira Comissão Instaladora tomou posse, tem sido sempre preocupação dominante que o modelo estrutural a implementar não seja um modelo de Faculdades ou Escolas, nem um modelo Departamental convencional.

Tal preocupação não deriva de um desejo de originalidade, mas sim da necessidade, que hoje em dia se verifica em todo o mundo, de as Universidades serem instituições flexíveis, de rápida capacidade de resposta aos problemas que lhe são postos e capazes de promover o ensino e investigação interdisciplinares, tendo em atenção os objetivos para que foram criadas e a dificuldade, cada vez maior, em obter meios financeiros para este nível de ensino que, em alguns países, já entrou em fase de massificação.

Penso não ser necessário justificar estas afirmações, que hoje são lugares-comuns e que se encontram suficientemente descritas em diversas publicações de Organismos Internacionais, como é o caso da UNESCO e OCDE. Essas mesmas fontes também nos dizem que, quando se lança uma nova escola de Ensino Superior ou Universidade, e se pretende que a sua estrutura seja muito diferente da tradicional, não devem ser admitidas pessoas para lugares de responsabilidade, desde que não estejam identificadas com as linhas gerais do modelo que se pretende adaptar.

Nem sempre tal foi possível nesta Universidade, mercê das vicissitudes que obrigaram a um arranque prematuro e à necessidade de, posteriormente, assegurar o seu funcionamento normal.

Penso que a decisão do Senhor Ministro de Educação e Investigação Científica<sup>11</sup>, ao escolher os Srs. Profs. Doutores Sérgio Machado dos Santos e Luís de Jesus Soares

---

10 Desde a sua tomada de posse, em 17 de fevereiro de 1974, a CI da UMinho foi sofrendo, por razões diversas, algumas reconfigurações ao longo do tempo da sua vigência. Em abril de 1979, e depois da saída de João Evangelista Loureiro, foi reforçada com a integração de dois professores da Universidade: Sérgio Machado dos Santos e Luís de Jesus dos Santos Soares, que permanecerão em funções até ao final da vigência deste órgão. O texto que aqui se apresenta corresponde à elocução proferida pelo Reitor Carlos Lloyd Braga, na cerimónia de tomada de posse destes membros.

11 Estava em funções o IV Governo Constitucional (22-11-1978 a 07-07-1979), sendo Ministro da Educação e Investigação Científica Luís Valente de Oliveira.



para a Comissão Instaladora, teve por objetivo satisfazer as condições indicadas, isto é, assegurar e reforçar os esforços que até aqui têm sido feitos pela Comissão Instaladora para implantar um novo modelo de Universidade a que se tem dado o nome de Universidade de Grupos de Projetos.

E não quero deixar de referir que, desde a fundação da Universidade do Minho, todos os Governos, incluindo o atual, têm apoiado a nossa experiência, pois existe a convicção que daí resultarão ensinamentos importantes, que poderão servir de base às decisões que o Governo terá de tomar quando a fase de instalação das novas Universidades se aproximar do seu termo.

O primeiro regulamento interno provisório, que parcialmente entrou em funcionamento em 10 de fevereiro de 1976, aponta já nesse sentido. Trata-se de um regulamento que foi submetido à aprovação do Secretário de Estado do Ensino Superior da altura<sup>12</sup>, na medida em que continha cláusulas (gratificações pelo exercício de certas funções) que ultrapassavam a competência do Reitor e da Comissão Instaladora. Essas cláusulas não foram aprovadas e resultou assim um regulamento em relação ao qual as autoridades académicas da Universidade tinham competência para proceder à sua homologação.

Trata-se, como é evidente, de uma consequência de as competências delegadas em todos os órgãos criados nesse regulamento serem da responsabilidade do Reitor e da Comissão Instaladora. E assim, apareceram os primeiros Órgãos de coordenação, uns a nível da Universidade e outros a nível de unidade e projetos.

Após cinco anos de existência, a Universidade do Minho encontra-se em plena crise de crescimento, verificando-se a necessidade de modificar algumas regras internas de funcionamento.

Tal começou a ser feito pelas autoridades académicas competentes, não à custa do lançamento, de uma só vez, de um novo regulamento interno mais ou menos provisório, mas à custa de alterações pontuais e progressivas que permitam, eventualmente, a publicação de um diploma legal, definidor do Estatuto da Universidade do Minho.

Convém nesta altura referir que os Conselhos de Coordenação da Universidade não devem ser confundidos com os Conselhos de Coordenação de Escolas ou Departamentos clássicos, tal como é previsto pelo Decreto-Lei 781-A/76 para as Universidades antigas. De facto, essas Universidades, com as suas tradições, que lhes advêm de muitos anos de existência, funcionam na base de uma federação, mais ou menos autónoma, de Escolas ou Faculdades e é a esse nível que é feita a verdadeira coordenação e planificação da Instituição.

No nosso caso, Universidade que arranca e que se pretende de Grupos de Projetos, a coordenação e planeamento a nível de Universidade, é fundamental, de modo a

---

12 A aprovação do Regulamento Interno Provisório – RIP fez-se durante a vigência do VI e último Governo Provisório (19-09-1975 a 23-07-1976), sendo Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação científica António Brotas (António de Moraes Sarmiento dos Santos Lucas Costa Brotas).

adaptar os meios disponíveis aos projetos-objetivos que justificam a existência da Universidade. Foi para responder a estas necessidades que foram criados os Conselhos Científico e Pedagógico da Universidade, assim como o GEID.

Isto não significa que não exista coordenação a nível das unidades e dos projetos. Foi com esse objetivo que foram criados Conselhos de Gestão e Conselhos Pedagógicos de Curso. E estes sim, são os órgãos que de alguma maneira poderão ser equiparados aos preconizados pelo decreto de gestão: Decreto 781-A/76.

Enquanto a nível das unidades e projetos os órgãos de coordenação poderão ser constituídos por elementos representantes das várias áreas disciplinares e categorias de pessoas envolvidas, a nível da Universidade esses Órgãos têm de ser necessariamente constituídos por pessoas que, tendo experiência universitária e qualificações académicas elevadas, sejam capazes de considerar os problemas da Instituição acima dos interesses das disciplinas, das unidades dos projetos ou dos grupos de que eventualmente façam parte.

Antes de terminar não quero deixar de agradecer ao Prof. Doutor Evangelista Loureiro a sua dedicação e elevado espírito de equipa, que sempre manifestou como membro do Órgão colegial que é a Comissão Instaladora da Universidade do Minho e, simultaneamente, desejar aos seus sucessores, Profs. Doutores Luís Soares e Sérgio Machado dos Santos, os melhores votos de sucesso nas suas novas funções, que certamente não lhes serão estranhas, quer pelas funções que têm desempenhado quer por fazerem parte do grupo de professores mais antigo desta Universidade.

Braga, 6 de abril de 1979.



## 6. 1981.

### **Discurso do Reitor em exercício, Lúcio Craveiro da Silva.**

*Tomada de Posse de novos vogais da Comissão Instaladora, em 23 de outubro*<sup>13</sup>.

Todos nos entendemos quando falamos de Universidade, mas é longa a discussão se a queremos definir. De um modo geral, todos aceitamos pacificamente que ela é o lugar próprio de ensino de nível superior, da aturada investigação científica e dos altos serviços culturais e tecnológicos a prestar à comunidade. Mas esta é a descrição da sua face externa. Mais difícil, mas tentadora, é a exploração da sua face interna, do espírito que a impele, dos métodos que utiliza, do lugar que ocupa. A Universidade floresce como centro vivo da Cultura, dentro da sociedade, e é sempre difícil definir a vida. Como a vida, ela recolhe todas as forças que a trouxeram ao presente, busca incessantemente a inovação que assegure o futuro, vive sempre alerta, na ânsia insatisfeita de desenvolver e criticar os valores do presente, sem perder os legados do passado nem comprometer a renovação do futuro. Investiga sem descanso, traça hipóteses de trabalho que julga pelos resultados da experiência, usa para isso um método rigoroso e crítico, está aberta à mais ampla e livre discussão dos problemas; nunca assenta, portanto, numa posição estática e definitiva. Neste sentido, mais profundo se afirma que a Universidade é um lugar de crise fecunda, de luta construtiva, de criação incessante. E tudo isto é feito à luz do dia, perante uma sociedade em que se integra e serve, sem esperar recompensas senão as do dever cumprido e de uma vocação realizada.

Se, além disso, pensarmos em que a Universidade, para existir e progredir, precisa de infraestruturas próprias que a acolham, de uma orgânica vital em que se desenvolva, de profissionais competentes que lhe deem vida, cairemos na conta de que a missão de fundar uma Universidade é por um lado uma das mais difíceis e espinhosas e por outro exige um discernimento constante e uma dedicação sem limites.

Em face disto, compreenderéis como está longe de avaliar a realidade universitária quem a encara apenas como uma estrutura de mando, como obra de mero funcionalismo, como hierarquia de poder ou como mera fonte de prestígio social. Diria que toma a casca pelo âmago saboroso do fruto.

---

13 Discurso do Reitor em exercício da UMinho, Lúcio Craveiro da Silva, na cerimónia de Tomada de Posse dos últimos membros integrados na Comissão Instaladora da Universidade, em 23 de outubro de 1981. Com a saída, em julho de 1980, de Carlos Lloyd Braga para a Universidade Nova de Lisboa, Joaquim Barbosa Romero, que integrava a Comissão Instaladora da Universidade assegurou, desde então e até setembro de 1981, o cargo de Reitor em exercício, tendo sido substituído nessa função por Lúcio Craveiro da Silva. Foi nessa condição que conferiu posse a dois novos membros da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, os professores Licínio Chainho Pereira e José Eduardo Lopes Nunes. O texto que aqui se apresenta corresponde à elocução que proferiu nessa cerimónia, onde estiveram presentes representantes do corpo docente, alunos e funcionários, o Senhor Arcebispo Primaz, o Governador Civil, os Presidentes das Câmaras Municipais de Braga e Guimarães e outras autoridades académicas, judiciais e militares.

É evidente que a Universidade, como a inteligência e o espírito, precisam de uma face externa, de uma estrutura funcional de poder hierárquico em que assente. Mas, aplicando uma expressão de Pascoais, a Universidade «não cabe numa balança ou entre os ponteiros de um compasso.»

Por isso, quem dissesse que nela só mandam estes ou aqueles, sejam eles engenheiros, sociólogos ou professores de letras, estaria a encarar a Universidade de um ponto de vista bastante secundário. No seu sentido verdadeiro e profundo, ainda que à primeira vista o que se afirma pareça estranho, quem verdadeiramente manda na Universidade e é responsável por ela, são todos os corpos vivos que a compõem. São os docentes que ensinam e investigam, os alunos que estudam e criticam, os funcionários que a apoiam com a sua inteligência, dedicação e trabalho. Dizei-me se existe Universidade quando os professores ensinam com deficiência, investigam sem método crítico, os alunos não estudam e os funcionários não cumprem. Conservam-se intactos o nome, a estrutura e as hierarquias de poder, mas já não é uma Universidade, mas um corpo sem vida.

Por isso não podemos aplicar à Universidade o conceito de mando ou de burocracia como domínio, mas sim como serviço. E neste sentido mais consentâneo com a realidade, afirmámos que todos mandam porque numa Universidade todos servem.

Julgo por isso pessoalmente que era mais legítimo o conceito de Reitor que existia em tempos relativamente recentes. Então o Reitor podia até nem ser docente; bastava apenas que compreendesse e coordenasse a docência, a investigação e os serviços que ela presta.

É nesta perspetiva que devemos encarar uma Comissão Instaladora, que nem sempre tem acontecido. Nesta fase, em que ainda nos encontramos, da instalação da Universidade do Minho, os três elementos que formam a sua gestão são a Reitoria, a Comissão Instaladora e o Conselho Administrativo. Estes elementos têm missões específicas, definidas por lei, e assumem a missão de criar esta Universidade. A Comissão Instaladora vai hoje ser ampliada, por proposta nossa, com mais dois elementos valiosos. É que há ainda um plano vasto a realizar e a equipa presente está assoberbada de trabalho. Quero, por isso, neste momento, agradecer-vos e felicitar-vos. Agradecer porque aceitastes colaborar, mais responsabilmente, neste cargo espinhoso e difícil sem olhar a sacrifícios pessoais; e felicitar-vos porque tivestes a coragem e a grandeza de alma para aceitardes o convite para entrar numa comissão, que além de trabalhar denodadamente, com enormes limitações de meios financeiros e de pessoal, está sujeita à «estrondosa» incompreensão de alguns. No entanto, tivestes a lucidez bastante para dar-vos conta de que essa atitude de alguns nada tem a ver com a obra gigantesca de criação de uma Universidade viva e a bela e universal colaboração prestada pelos colegas, funcionários e alunos.

O que buscamos, apenas, tenazmente, apaixonadamente, todos é construir esta Universidade que conta apenas com oito anos incompletos de existência. Agradecemos sinceramente as críticas que nos ajudam; nós mesmos não estamos satisfeitos.



**Figura 6**  
Cerimónia de Tomada de Posse de José Eduardo Lopes Nunes e Licínio Chainho Pereira (no limite da mesa, à esquerda), como membros da Comissão Instaladora, em 23 de outubro de 1981, presidida pelo Reitor em exercício, Lúcio Craveiro da Silva (de pé). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Se nos perguntam, portanto, se estamos contentes com os 17 cursos em funcionamento, com os 26 laboratórios de ensino ou investigação, com as instalações, com as bibliotecas, arquivo e serviços de documentação existentes, com as pesquisas realizadas pela Unidade de Arqueologia, com o funcionamento da Casa Nogueira da Silva, com a Unidade de Educação de Adultos, com os serviços administrativos, com os serviços já prestados à comunidade, com os acordos já realizados com três universidades francesas e as Universidades de Luanda e Maputo, com várias associações industriais, etc., respondemos sinceramente que não. Mas trabalhamos todos, porque todos os que trabalham, mandam, com esse objetivo: docentes, funcionários e, podemos afirmá-lo, os nossos cerca de 1.200 alunos. Neste trabalho, repito-o mais uma vez, perante as autoridades de Braga e Guimarães e perante todas as autoridades que tiveram a gentileza de estar presentes neste ato solene, não só desejamos mas agradecemos as críticas construtivas que nos ajudam. A obra é de todos os homens sinceros que servimos.

Mas se alguém nos diz que trabalhamos de improviso, sem prévia discussão dos problemas, sem apresentação honrada de contas, sem estudo sério ou com miras de prestígios pessoais; ou então que devíamos fazer milagres de inventar edifícios sem dinheiro, de preparar professores competentes subitamente, de construir laboratórios sem aparelhagem exigente e cara, de lançarmos ao ar não só uma, mas duas universidades, então lembrar-lhes-ia o sábio provérbio chinês: «Olha irmão, se és ignorante do assunto, procura estar calado porque, se abres a boca, tiram-se as dúvidas.»

Resta-me agradecer a todos a vossa presença amiga e pedir-vos que continueis a ajudar e a amar uma das obras mais importantes levadas a termo no Minho, ao longo de séculos, para bem e prosperidade do seu povo, como é esta Universidade.



**Figura 7**

*Idem.* Tomada de Posse de Licínio Chainho Pereira como membro da CI. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

**Figura 8**

*Idem.* Tomada de Posse de José Eduardo Lopes Nunes (de pé). À esquerda, Maria Túlia Tavares Braga e à direita, sentado, Licínio Chainho Pereira. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



## **II – Os tempos da consolidação (1981-2002)**

## 7. 1982.

### Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva.

*Tomada de posse, em 18 de janeiro*<sup>14</sup>.

Antes de mais nada, quero agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Ministro<sup>15</sup>, a sua presença neste ato solene da tomada de posse do novo Reitor da Universidade do Minho e a confiança que, no seguimento da proposta do corpo universitário, quis amavelmente depor nos meus frágeis ombros. Este facto, bem significativo, ofereceu-me a certeza de que nos continuará a ajudar com a sua já longa experiência e as altas qualidades de homem de governo não só para o bom êxito do cargo para que me nomeou, mas sobretudo para bem do maior desenvolvimento desta jovem mas já florescente Universidade.

Ao tomar posse de um cargo que me situa no centro da vida universitária, sinto todo o peso da responsabilidade do lugar que vou ocupar, perante a minha consciência e perante vós, de tal modo que não sei se estarei a sonhar embora de olhos abertos. Há, porém, ocasiões em que os homens têm de tomar uma decisão que, embora contrariando a sua maneira de ser e até violentando as próprias limitações, são forçados a dar um passo em frente por fidelidade aos princípios ainda que tudo estremeça no interior da sua vida. Sempre preferi a vida privada de estudo, investigação e ensino. Queria ter passado na terra, livre como a brisa, sem compromissos que limitam, pois o estudo precisa de horas calmas de reflexão, a inspiração não tem horas fixas, o objeto dos nossos estudos não está à espera do sinal das vontades alheias. Mas tudo cai por terra quando, por uma série inesperada de circunstâncias, é a própria Universidade que nos chama; e o maior serviço que podemos prestar aos homens, nossos irmãos, no domínio da Cultura, é servir a Universidade.

Felizmente, e é isso que muito me conforta, não estou só. Pela primeira vez, a comunidade universitária foi ouvida na nomeação do seu Reitor, e alegra-me particularmente que, na linha da reconquista da autonomia por que anseiam as universidades, a Universidade do Minho, como noutras realizações, tenha sido a primeira. É aspeto frisante que me compraz sublinhar. Mas a mim particularmente comoveu-me que a quase totalidade dos representantes desta Instituição me tenha proposto para este lugar juntamente com dois colegas que muito prezo. Este facto vai exigir de mim maior responsabilidade e dedicação, é certo, mas alivia-me profundamente pensar que esses votos são juntamente promessas de ajuda e cooperação. Neste ato de tomada de posse, não estou só, portanto. Juntamente comigo tomam posse igualmente todos os colegas, funcionários e alunos

---

14 O processo de substituição do primeiro Reitor da Universidade do Minho, Carlos Lloyd Braga conduziu à escolha, em ato eleitoral, de Lúcio Craveiro da Silva como primeiro Reitor eleito das universidades portuguesas. A eleição foi realizada a 25 de novembro de 1981.

15 Victor Pereira Crespo, Ministro da Educação do VIII Governo Constitucional, entre 4 de setembro de 1981 e 12 de junho de 1982.



que com a sua cooperação, aliás indispensável, tornarão as minhas obrigações mais fáceis de cumprir e as decisões a tomar mais acertadas e eficazes.

Por outro lado, o novo esquema de nomeação define melhor a situação presente do Reitor na comunidade universitária: eleito pela Universidade, transmite ao Ministério, com maior autoridade, as necessidades, problemas e preocupações dos corpos docente e discente e dos seus funcionários; sancionado pelo Ministro, transmite as orientações do Ministério.

Nestes breves momentos de que disponho, compete-me, julgo eu, exprimir de forma clara e firme algumas das principais e mais urgentes necessidades desta Universidade para que ela possa realizar cabalmente a sua missão.

A realização da investigação é a luta mais bela, difícil e fecunda que se trava na vida e na alma do universitário. Nesta realização sacia a sua aspiração mais funda porque sente que, por ela, participa na primeira linha do desenvolvimento e na melhoria de condições de vida dos homens. E ao mesmo tempo que essa investigação enriquece e justifica o seu ensino, em colaboração com os colegas e em diálogo com os alunos, o seu trabalho reveste-se de um sentido universal, sem fronteiras nem limitações, pois a Universidade espalha e difunde, com força persistente e incansável, a luz do progresso a todos os recantos da vida, desde a amplitude do universo e o alento ilimitado de espírito à constituição infinitesimal da matéria. A investigação tudo atinge, tudo renova. Sem ela, hoje não haveria verdadeira civilização. Por isso, todo este drama da investigação envolve profundamente a alma do universitário, dá sentido ao seu trabalho e enriquece a sua vocação.

Sendo assim a investigação, o que há de mais significativo e relevante na nossa vida dentro desta base, é natural que aí as dificuldades e empecilhos sejam mais sentidos porque a Universidade, por definição, deve oferecer a todos os que nela trabalham, as condições requeridas para o seu florescimento. Seria a negação da sua razão de ser, se a própria Universidade não oferecesse os meios normais para a realização e desenvolvimento da investigação.

Sem esses meios, em bibliografia adequada, sem laboratórios apetrechados, sem tempo e lugar apto para refletir, estudar e dialogar, não pode existir verdadeira Universidade. E é essa que queremos. É certo que sempre há de haver obstáculo a vencer pois a vida humana é luta. Mas não se pode compreender que, se a Universidade segue na linha avançada da investigação, ela não possa dispor de meios humanos, materiais e financeiros indispensáveis à sua realização. Este é um problema central sobre o qual não creio que haja duas opiniões divergentes. E por isso pergunto: pode haver governo, seja ele qual for, que tenha a consciência tranquila quando não põe acima de qualquer outra consideração a necessidade de fornecer à Universidade os meios indispensáveis à investigação? Se temos como objetivo fundamental o progresso efetivo da nação devemos começar por munir e desenvolver as Universidades. Nelas se formam os futuros dirigentes, se criam as condições de progresso, do avanço da tecnologia, da

expansão humana da vida. Descuidar as Universidades é adiar irremediavelmente a solução dos problemas porque é nelas que trabalham os profissionais da investigação e se criam os homens da linha avançada do presente e do futuro. É certo que há mais coisas a atender além das Universidades; mas para resolver os problemas do nosso atraso, é necessário começar por elas. Se o não fizermos andaremos a renovar os nossos erros históricos, e, o que é pior, sem possibilidade de os corrigir, pois no princípio dos nossos males está a falta de preparação, de cultura e de investigação. Para a correta solução dos nossos problemas, no princípio está a Universidade. Por isso, não foi sem funda preocupação que fomos informados de que o orçamento desta Universidade seria fortemente esvaziado em 75%. Isto, a ser verdade, seria passar do drama da pobreza à tragédia da miséria, especialmente se atendermos ainda que esta Universidade conta apenas com oito anos incompletos de existência.

O nosso segundo problema é a falta de instalações para uma Universidade como a do Minho, em forte expansão. E refiro-me agora especialmente às instalações definitivas. Se elas não começaram já há três ou quatro anos, a culpa não pertenceu tanto à Universidade como às hesitações dos sucessivos governos, à falta de autonomia, às limitações superiores. Com o mesmo orçamento, se a valiosa equipa encarregada das instalações tivesse podido resolver por si esse problema, as dificuldades há muito teriam sido superadas. Espero portanto que agora, no momento em que nos querem dar maior autonomia, não nos privem dos meios financeiros. Neste caso a autonomia não seria tanto um direito obtido quanto uma armadilha dissimulada. Confio portanto, Senhor Ministro, que possamos finalmente terminar este ano o Projeto das Instalações Definitivas para podermos iniciar no próximo ano a sua construção. É a nossa proposta fundamental e estou certo de que é também a sua primeira preocupação de governante e universitário a respeito desta Universidade.

O terceiro problema é a urgente necessidade de ser aprovado o quadro do pessoal docente que foi enviado há muito e o do pessoal não docente que também foi proposto mas vai ser reformulado e completado. A não existência dos quadros, uma vez findo o chamado período de instalação, deixa-nos a todos, professores e funcionários, numa situação difícil que não tem explicação perante a lei e não corresponde à justiça devida ao nosso trabalho.

Há depois um problema que não diz respeito só à Universidade do Minho, mas vem a propósito referi-lo porque de alguma maneira explica a razão por que estamos a celebrar agora, quatro meses depois do início legal das aulas, a inauguração solene do ano escolar. Só em janeiro chegaram às nossas portas os alunos do primeiro ano. Tendo-se iniciado o ano letivo nos primeiros dias de outubro de 1981, não compreendemos bem porque é que se repete todos os anos este atraso que prejudica gravemente os próprios alunos, é dececionante para os professores, desorienta os pais e representa um gasto inútil de verbas que tanta falta fazem noutro campo de atividade. Aqui expressámos o nosso voto que essa situação anómala possa ser corrigida no próximo ano.



Queria agora também, neste momento da tomada de posse, dirigir algumas palavras de saudação à Comunidade que servimos. Somos Universidade do Minho porque estamos implantados no seio desta populosa província, com mais de um milhão e seiscentos mil habitantes e servimos juntamente a região do nordeste. Ora parece patente que o Minho ainda não avaliou, na devida medida, a grande vantagem que começou a desfrutar, depois de tantos séculos, com a criação da sua Universidade. Esta teve sempre presente, desde os difíceis anos da sua criação, juntamente com as exigências nacionais, as necessidades da sua região e este critério presidiu ao estabelecimento e organização dos seus dezassete cursos já em funcionamento. Este programa geral, que agora não tenho tempo de especificar, mas espero poder fazê-lo brevemente, teve em vista servir mais particularmente a região juntamente com a formação e melhoramento de serviços culturais como a Unidade de Arqueologia, o Legado Nogueira da Silva, a Educação de Adultos e as duas magníficas instituições da Biblioteca Pública e Arquivo.

**Figura 9**  
Tomada de Posse do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva (ao centro). À esquerda o Administrador da Universidade, Frederico Aguilar Monteiro e a assinar o então Ministro da Educação e das Universidades Vítor Pereira Crespo. À direita (sentado, em primeiro plano) o primeiro Reitor da UMinho, Carlos Lloyd Braga. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Devemos, porém, confessar que salvo honrosas exceções, as entidades eminentes nos vários setores do poder e da economia ainda não deram toda a ajuda que se poderia esperar a esta nascente Universidade que, no entanto serve a todos com entusiasmo e dedicação. Mas confio, porque conheço a riqueza desta boa gente do Minho, que de futuro estarão dispostos a prestar a colaboração e ajuda que em breve lhe iremos pedir.

Finalmente não posso deixar de prestar uma justa e muito sentida homenagem a todos aqueles que, em duros e muito acidentados anos de instalação, conseguiram dar a esta Instituição a pujança que já manifesta. Em primeiro lugar, ao seu primeiro Reitor Professor Carlos Lloyd Braga a que a história fará a justiça e a consagração que merece e ao Professor Joaquim Barbosa Romero que durante longos e difíceis meses, como Reitor em exercício, prosseguiu abnegadamente a obra começada. E com eles à Comissão Instaladora que, em circunstâncias críticas, levou a bom termo o mandato que lhe foi confiado de fundar esta Universidade.

E vamos iniciar ou prosseguir mais um novo ano escolar com a solene inauguração das aulas. É que uma das missões mais importantes da Universidade é transmitir o saber, de geração em geração, fundamentada e enriquecida com a reflexão crítica da investigação pessoal, de modo a que nunca mais se apague no Homem o florescimento da Cultura. E a inauguração solene do ano escolar é o reconhecimento coletivo desta nobre missão da Universidade.



## 8. 1982.

### Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva.

*Dia da Universidade, no 8<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>16</sup>.

Terminou o tempo legal da instalação da Universidade do Minho e, nele, arrancou esta jovem Universidade, num período agitado da vida nacional; agora estamos iniciando uma nova fase com a primeira eleição do seu Reitor, a reestruturação da reitoria e da administração e o funcionamento legal dos principais órgãos de coordenação científica e pedagógica da Universidade.

Na primeira fase, criou-se a Universidade; agora, numa segunda fase, tem que desenvolver-se. Será igualmente uma fase difícil e exigente até porque a maior parte dos mecanismos que a condicionam e as forças que a determinam ultrapassam a própria Instituição.

Tudo isto nos obriga a sermos audazes e cautelosos juntamente, na implementação dos esquemas de planeamento e desenvolvimento da Universidade, para se poder tomar uma decisão oportuna e esclarecida. Além disso, o período de austeridade que o orçamento do Estado atravessa obriga-nos a um maior esforço permanente de maximização dos recursos disponíveis. Contudo, apesar de todas as dificuldades que nos envolvem, temos de caminhar para a frente, na perspetiva do desenvolvimento constante e harmonioso da Universidade.

Estamos agora dando um novo passo. Por vontade dos vários corpos desta Instituição e por designação do Senhor Ministro da Educação e das Universidades está a constituir-se a equipa que, com a imprescindível cooperação de docentes, funcionários e alunos, vai responsabilizar-se superiormente, nestes próximos tempos, pelo governo, fortalecimento e expansão da Universidade do Minho. E porque este governo não pode atender a considerações pessoais, mas sim às necessidades da própria Universidade, esta equipa vai-se constituindo na medida destas necessidades e ao ritmo das suas exigências.

Entre outros, dois problemas fundamentais apresenta hoje esta Universidade: um refere-se à sua própria existência como comunidade científica e pedagógica; outro às suas estruturas físicas e necessárias instalações. Por isso pareceu melhor solução entregar a coordenação destes dois problemas a dois vice-reitores: o Prof. Sérgio Machado dos Santos deverá portanto encarregar-se do pelouro científico e pedagógico, que constitui o cerne de uma Universidade viva, dada a sua já longa experiência como presidente do Conselho Científico, reconhecida pela clara votação dos próprios docentes. O outro vice-reitor é o Prof. João de Deus Pinheiro que se dedicará particularmente aos assuntos de instalação e planeamento, dada a sua intervenção, desde

---

16 Neste discurso, o Reitor eleito, Lúcio Craveiro da Silva, dá nota das principais necessidades que se apresentam à Universidade, terminado o ciclo de vigência da Comissão Instaladora. Apresenta a equipa reitoral e respetivos pelouros, bem como órgãos e unidades que se estão a implementar. Na mesma cerimónia foi feita a entrega de cartas de curso aos alunos graduados pela Universidade.

a primeira hora, no Gabinete de Instalações Definitivas (GID) e a sua experiência de planeamento, que se tem afirmado não só neste Gabinete mas nos lugares que foi ocupando em várias comissões e até no próprio Ministério da Educação.

O GID era uma comissão que funcionava junto da Comissão Instaladora. Com o fim legal do período de instalação, o GID tem de ser reorganizado, dentro de perspetivas normais. Por isso será criada uma Comissão das Instalações sediada nos Serviços Técnicos. Mas esta Comissão alargada continuará a beneficiar da presidência do Prof. Barreiros Martins pois nela a sua presença, feita de vasto saber e longa experiência, torna-se ainda necessária por muito tempo. Ao fim destes oito anos, conseguimos já, entre inúmeras dificuldades, organizar uma biblioteca razoável, mas não temos local apropriado; um corpo notável de professores, mas não dispomos de gabinetes suficientes; adquirimos um magnífico computador mas vemo-nos em dificuldades para o instalar. Quer dizer: reunimos as condições fundamentais e em geral mais difíceis de obter, mas faltam-nos as estruturas físicas, os edifícios. O Senhor Ministro da Educação, na sua recente visita à Universidade do Minho, confessava perante a análise destes factos: a Universidade do Minho abrange já as outras condições para ser uma grande Universidade; apenas lhe faltam as instalações definitivas. Eis uma das razões porque pomos na linha das nossas principais preocupações este importante problema.

Há ainda outros aspetos frisantes que, por vários motivos, alheios à nossa vontade, ainda não podem ser atendidos por enquanto. Refiro-me, por exemplo às Unidades Culturais que importa desenvolver e integrar mais intimamente no ritmo da Universidade. Está-se prevendo uma espécie de Conselho Cultural onde elas se estruturam e possam discutir e propor soluções para a realização dos fins para que foram criadas, de serviço mais direto à comunidade.

Mas em relação com os objetivos que nos propomos alcançar, impõe-se desde já uma observação preliminar. Seria utópico supor que a Universidade pode evoluir e lançar raízes apenas por algumas estruturas e cargos de chefia, por muito importantes que eles sejam. É imprescindível ter em conta, de uma vez para sempre, que o nosso sistema mais unificado de direção não cai, nem deve cair, numa concentração excessiva de poderes. Estes estão desconcentrados, e muito bem, pelos vários presidentes das unidades pedagógicas e seus conselhos, pelos presidentes e conselhos das unidades de investigação e, noutra aspeto relevante, pelos presidentes e diretores responsáveis das várias unidades de apoio. Só pelo funcionamento ativo e harmónico de todos os setores pode haver uma Universidade florescente. Se, por exemplo, nas Unidades se não é exigente na escolha e proposta dos candidatos à Universidade, se nelas não se procura igualmente que os docentes e funcionários sejam bem distribuídos pelas suas funções, de modo que todos estejam integrados num trabalho efetivo de conjunto e se sintam membros ativos e operosos da mesma obra, nunca poderemos realizar a Universidade válida por que todos aspiramos.





**Figura 10**  
Cerimónia do Dia da Universidade, no 8º aniversário, em 17 de fevereiro 1982. Intervenção do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva (de pé ao centro), tendo à direita o Administrador, Frederico Aguilar Monteiro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção fotografias.



**Figura 11**  
Cerimónia do dia da Universidade, no 8º aniversário, em 17 de fevereiro 1982. Da esquerda para a direita: Virgílio Páscoa Machado; Elias Blanco; João de Deus Pinheiro; Sérgio Machado dos Santos e João Simão. Fonte: GCII da UMinho. Coleção fotografias.

E já nem me refiro, porque é evidente, à necessidade imprescindível do bom funcionamento dos Conselhos Científico e Pedagógico pois é neles que todas as questões fundamentais relativas ao ensino e à investigação se discutem e procuram resolver.

Outro problema a que temos de atender nos próximos meses não só por imposição da lei mas também por exigência vital é o da preparação dos Estatutos da Universidade. Não se trata apenas de encontrar algumas formas estruturais, aliás já delineadas pela Comissão Instaladora, mas de responder ao desafio dos tempos sobre a definição e a missão da Universidade.

É convicção generalizada de que a Universidade, no mundo atual, se encontra ainda em crise. Esta situação não creio que se deva imputar aos universitários, mestres e alunos atuais; é antes o resultado de um longo processo em que intervieram diversos fatores. Vou-me limitar a esboçar apenas a questão e a apontar as linhas gerais que a nossa Universidade, consciente do problema, tem posto em prática para a sua solução.

A Universidade apareceu em pleno século XII com moldes tipicamente organizados e hierarquizados – *universitas magistrorum et scholarium* – e em completa autonomia institucional, com plena independência administrativa e liberdade intelectual. Esta autonomia foi-se perdendo pouco a pouco até degenerar, passados séculos, num organismo estadual.

A esta decadência como instituição ia-se juntando outra no domínio da sua função cultural. De entre os fins da Universidade o que mais avulta, desde o princípio, é o da preparação dos alunos para o exercício das profissões futuras. Mas não se limitou a fornecer esta preparação dentro de um espírito rotineiro de pura transmissão de ciência feita. Ultrapassando o velho espírito casuístico procurou atingir o espírito de síntese, ou seja, a construção dos grandes princípios e das grandes preocupações teóricas. Era a essa luz que se estudavam, com espírito crítico, os problemas concretos num enquadramento sistemático de modo a situar a justa hierarquização desses problemas no quadro unitário da ciência por eles cultivada. Assim, a Universidade procurava estabelecer a correlação das ciências, umas com as outras, harmonizadas entre si numa visão unitária do saber humano. Isto refletia-se no seu aspeto institucional: a Universidade era não só a *universitas magistrorum et scholarium*, mas também, do ponto de vista cultural, a *universitas scientiarum*, isto é uma Escola, síntese de escolas e não mera sobreposição de escolas. Assim, refontalizando o conceito de Universidade, a Universidade do Minho tem procurado defender desde o princípio, dentro do possível, a justa autonomia da Universidade. Por isso, foi das primeiras que aceitou a sua intervenção para a nomeação do Reitor. Mas além disso, procurou recuperar o sentido da interdisciplinaridade das ciências, buscando e propondo um novo molde de Universidade que apelidou – o nome é secundário – de “Universidade de Projetos”. Depois de uma certa experiência, embora limitada, deste tipo de Universidade, teremos agora que retomar o problema dos novos estatutos, tentando reter as vantagens e diminuir os inconvenientes. É um trabalho que diz respeito a todos e em que, portanto, todos devem participar, especialmente aqueles que sentem a sua



vida ligada, de modo mais íntimo e permanente, à própria Universidade. Temos de nos apressar neste trabalho pois assim o exigem os limites que nos foram impostos por lei: o Estatuto deve estar pronto, para ser proposto à aprovação do Ministério, no próximo mês de junho.

Esta preocupação de desenvolvimento da Universidade diz-nos respeito, primeiramente, a nós universitários, mas de modo algum deve ficar confinada a nós próprios e aos nossos muros como numa torre de marfim. É preciso que os distritos e as cidades mais ao Norte, as autarquias, as empresas, a imprensa, toda a Região, compreendam que a Universidade é uma força fundamental no desenvolvimento cultural, social e económico de toda a nossa zona geográfica e que o melhor serviço que ela pode prestar à comunidade é, em primeiro lugar, a qualidade do seu ensino e da sua investigação e que isto requer também um empenhamento dinâmico da Região na consolidação e desenvolvimento da Universidade. É urgente, neste aspeto, mudar a imagem da Universidade e nisso temos de nos empenhar todos a fundo. Nem pretendemos mudar só alguma coisa, para que tudo fique na mesma. Nesta fase, a Universidade precisa de um segundo “fôlego”. Se todos, Universidade e Região, procedermos com realismo lúcido, com retidão de intenções, com espírito de servir, muito se poderá conseguir na realização de uma obra que é de todos e a todos aproveita.

Finalmente, e em resumo, a nossa tarefa será a de desenvolver a Universidade do Minho nos vários aspetos, juntando as forças de todos, criando e renovando estruturas, eliminando estrangulamentos e procurando a criação de condições e a dimensão crítica adequada. Para ser mais concreto, vamos esquematizar, em alguns pontos fundamentais, aquilo que pensamos ser mais premente para o desenvolvimento da nossa Instituição:

- A expansão física e humana;
- O reforço da investigação científica e tecnológica;
- A diversificação dos cursos oferecidos;
- A institucionalização do diálogo Universidade do Minho e Região;
- A ampliação das estruturas de apoio social escolar;
- A obtenção de fontes de financiamento complementares;
- A racionalização da gestão científica, pedagógica e administrativa;
- O incentivo às atividades editoriais científico-pedagógicas.

Se conseguirmos levar a cabo este programa, teremos dado um passo decisivo na consolidação e desenvolvimento da Universidade do Minho. Mas desde já confessamos que não o poderemos fazer sem a cooperação constante e entusiástica de todos os professores, funcionários e alunos e ainda sem a ajuda de todas as forças vivas da Região.



## 9. 1983.

### Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva.

*Dia da Universidade, no 9<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>17</sup>.

É com sumo prazer que dirijo as minhas primeiras palavras de saudação a V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior [Prof. Alberto Romão Dias]. V. Excelência várias vezes manifestou o desejo sincero de visitar e conhecer pessoalmente a Universidade do Minho, o que muito nos penhorou e certamente já o teria feito se motivos alheios à sua vontade o não tivessem impedido até este momento.

Felizmente temo-lo hoje entre nós e assim lhe podemos agradecer pessoalmente as valiosas determinações e o vivo interesse que sempre manifestou por esta Universidade.

Digníssimas Autoridades Académicas, Civis e Militares;  
Colegas, Alunos e Funcionários;  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Na tomada de posse de Reitor, em janeiro de 1982, pude anunciar que, terminado o período de instalação, entraríamos, com o esforço dedicado e inteligente de todos, no período de consolidação e desenvolvimento da Universidade do Minho.

Sob este aspeto, dois importantes passos foram dados para o progresso da Universidade e que é de toda a justiça frisar: o contrato e começo da realização dos Projetos das Instalações Definitivas, em Braga e Guimarães e a aquisição e instalação do novo computador.

Para a solução do problema das Instalações Definitivas foi decisiva a criação do Gabinete das Instalações Definitivas (GID) pelo Despacho RT-28/82 de 15 de outubro que teve como objetivos fundamentais:

1. Garantir as condições que possibilitem a apresentação da primeira parte do Projeto das Instalações Definitivas em Guimarães (Estudo Prévio);
2. Definir uma política de aquisição de terrenos em Guimarães, coordenada com o Projeto;
3. Obter da Profabril a primeira parte do Projeto das Instalações Definitivas em Braga (Estudo Prévio).

---

<sup>17</sup> Neste discurso continuam a apresentar-se as principais realizações e preocupações da Universidade do Minho naquele período. Assume particular destaque a referência à aquisição de um computador pela instituição. Note-se que a capacitação informática e a integração explícita disso no planeamento da Universidade foi desde cedo uma preocupação, constatando-se que um dos primeiros centros de investigação existente foi o Centro de Ciências e Sistemas de Informática, juntamente com o de Química Pura e Aplicada. Esta foi portanto uma área onde estrategicamente se investiu muito, desde logo na formação de recursos humanos, criando-se um importante capital humano e também científico na área. Dentro dessa estratégia compreende-se a aquisição do primeiro computador para a Universidade, conhecido internamente pelo "computador Wang", que representou, à época, uma novidade, pelo incremento de capacidade de computação que permitia, uma vez que se tratava de um dos mais modernos equipamentos que se encontrava disponível no mercado.

Desde o princípio ficou assente que a Universidade do Minho não iria prescindir, sem contrapartida, da posição definida para Guimarães, correspondente a um limite de 60ha e uma população de 10.000 alunos e que, para isso, se teriam de acertar estes pressupostos com o Plano Geral de Urbanização de Guimarães, que contava com uma circular nos terrenos já anteriormente previstos para a Universidade. Numa reunião com a Câmara Municipal de Guimarães chegou-se a uma base de acordo que passa por uma compensação de terrenos a ceder pela Câmara à Universidade do Minho. Esse acordo, formulado pelos responsáveis pelo Plano Geral de Urbanização de Guimarães, pelo Presidente da Câmara, pelos projetistas do GPA e pelos responsáveis do GID, foi enviado à Câmara para ratificação pela Assembleia Municipal de Guimarães. Até este momento ainda aguardamos resposta.

Entretanto, foi recebido no GID um ofício da Direção-Geral do Ensino Superior referente à fixação de uma zona de proteção às futuras instalações em Braga. Logo ficou resolvido consultar a Câmara Municipal antes de responder a este ofício. A Câmara Municipal de Braga respondeu que não podia concordar com a totalidade das medidas preventivas pedidas pela Universidade do Minho, para além da área de aproximadamente 63ha, prevista inicialmente para as Instalações Definitivas. Era essa área que a Câmara propunha como única sujeita a medidas preventivas da responsabilidade da Universidade do Minho. Dado que a via circular prevista no P.G.U. da Câmara retira e inutiliza uma fração dessa área e ainda a dificuldade em adquirir (ou expropriar) certos terrenos a Oeste, estaria a Câmara Municipal de Braga aberta ao futuro crescimento da Universidade do Minho para o Norte da zona inicialmente prevista. Mais tarde, numa reunião com o Gabinete de Urbanização da Câmara, foi analisado o P.G.U., na zona em que se preveem as Instalações Definitivas e se concluiu pela possibilidade da Universidade do Minho se expandir para Norte sem colidir com aquele plano.

Em síntese, voltando aos três objetivos fundamentais considerados, parece que, uma vez que se conseguiu em tempo útil pagar as primeiras prestações dos honorários aos projetistas, é possível para breve:

1. Obter o Estudo Prévio das Instalações em Guimarães na perspetiva de implantação de um terreno estrategicamente favorável;
2. Obter o Estudo Prévio para Braga;
3. Definir uma política de aquisição de terrenos em Guimarães e Braga, a tentar concretizar em 1983, como primeira prioridade.

Se os fundos necessários não faltarem, como se espera, estarão reunidas as condições para se poder avançar com os Projetos das Instalações Definitivas, na perspetiva de se começar a construção em 1984/85.

O outro facto importante que assinalai, foi a recente instalação na Universidade do Minho do novo computador e seus 60 terminais.



**Figura 12**

*Idem.* Entrega das cartas de curso aos estudantes graduados pelo Reitor, Lúcio Craveiro da Silva, tendo à direita o Administrador, Frederico Aguilar Monteiro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Quando a Universidade, há tempos, optou unanimemente por adquirir um computador, sabia que assumia uma opção histórica. A utilização dos cérebros eletrónicos, representa a fase mais atual da evolução industrial e permite passar da automatização à automação. Assim, a Universidade do Minho alcançou não só o instrumento básico indispensável para lançar e desenvolver a primeira licenciatura em Portugal em Engenharia de Sistemas e Informática, mas também o meio de desenvolver a sua investigação e preparar a própria informatização dos seus serviços. Com a criação do Centro de Informática está a Universidade igualmente melhor equipada para apoiar as necessidades das empresas e das autarquias da região.

#### CORPO DISCENTE

Depois de assinalar estes dois factos que merecem uma referência especial, por vários motivos, passamos a ocupar-nos mais de perto, embora brevemente, da vida interna da Universidade.

E, começando pelo seu corpo discente, este ano tivemos o maior aumento de alunos matriculados que atingiu os 511, isto é uma taxa de crescimento de 37.85%. Ao todo, os alunos da Universidade do Minho rondam pelos dois mil (1.861).

Em números totais, temos:

Em Licenciaturas de Ensino .....	952
Em Engenharia.....	624
Em Relações Internacionais .....	140
Em Gestão de Empresas e Administração .....	145

Refira-se que o número de alunos excede largamente a capacidade física da Universidade, problema que adiante retomaremos.

## CORPO DOCENTE

O pessoal docente, de 1982 até fevereiro de 1983, teve um aumento de 47 docentes, número ainda insuficiente, se tivermos em conta que os cursos de Engenharia Civil, Gestão de Empresas e Administração ainda vão apenas no 3º ano da sua criação.

De 275 docentes, 50 são doutorados e preparam o seu doutoramento 37 docentes.

Tem sido objetivo prioritário desta Universidade, desde a sua fundação, cuidar da preparação e especialização do seu pessoal docente, o que é vital para o necessário nível de ensino e investigação.

Mas nem sempre tem sido fácil realizar este objetivo, tendo em conta que em Portugal é escasso o número de especialistas em novos domínios professados nesta Universidade.

Uma das notas que mais convém frisar, a propósito dos nossos docentes, é que dia a dia se encontram mais envolvidos em atividades de investigação ou académicas tanto no seio da Universidade como fora dela. Assim surge frequente solicitação para a participação em júris de doutoramento e concursos de professores; colaboração em cursos de vária índole, mas especialmente em cursos de licenciatura e pós-graduação e orientação de doutoramentos também de outras Universidades; a organização de seminários e de reuniões científicas; a participação em instituições de carácter científico e tecnológico; a colaboração em revistas de especialidade. Enfim uma atividade altamente universitária que é exemplo de uma força e vitalidade científica que importa desenvolver e apoiar.

Apraz-me também anunciar que estão criadas as condições, depois de aturado estudo de uma comissão que vem de longe, para a próxima criação de uma revista da Universidade do Minho, com várias secções, sinal de que esta jovem Universidade sente já a necessidade de se afirmar e dialogar nas suas próprias iniciativas culturais.

## PESSOAL NÃO DOCENTE

Quanto a pessoal não docente, neste período, as admissões cifram-se apenas em 19 novos funcionários o que é manifestamente insuficiente. Tem-se colmatado esta insuficiência, originada sobretudo por limitações legais, pela contratação de pessoal em regime de prestação de serviços ou de tarefas, o que, se resolve alguns problemas ocasionais, deixa por cobrir graves lacunas estruturais de serviço.

## CURSOS

O aspeto mais inovador quanto aos cursos foi a publicação dos diplomas legais criando na Universidade do Minho, cursos de Mestrado. Era uma aspiração antiga que só agora foi possível concretizar e, ainda assim, a principiar no próximo mês de outubro. Assim foram aprovados três mestrados em Educação: Análise e Organização do Ensino, Ensino das Ciências da Natureza e Ensino da Língua Portuguesa; dois mestrados na Informática: Ciências de Computação e Informática e Gestão e em Tecnologia Têxtil.

Um dos aspetos que muito tem dificultado o normal funcionamento dos cursos é a estreiteza dos espaços nas instalações provisórias.

As carências neste aspeto chegaram quase a estrangular o desenvolvimento da Universidade e foi por isso necessário recorrer ao aluguer de espaços que foram adaptados a aulas, junto do Complexo Pedagógico.

Entretanto, a concessão à Universidade do Minho do edifício da antiga escola Alberto Sampaio, por cinco anos renováveis, abre-nos perspectivas novas que preveem um certo descongestionamento nos mais próximos anos.

## OUTRAS AÇÕES DE SERVIÇO E COOPERAÇÃO

Como exemplo típico das novas perspectivas de desenvolvimento Científico e académico da Universidade, vou referir apenas a assinatura de protocolos e acordos de cooperação no ano de 1982, nomeadamente com outras instituições universitárias estrangeiras, e que por brevidade passo a enumerar: Universidade de Pau; Universidade de Limoges; Escuela Técnica de Ingenieros Industriales de Terrassa – Universidade de Barcelona, Espanha; Instituto Politécnico de Faro; Direção-Geral de Educação de Adultos e Universidade de Linköping; Universidade de Eduardo Mondlane (Maputo-Moçambique); Faculdade de Filosofia (novembro de 1981); Secretaria de Estado da Educação.

## SERVIÇO À COMUNIDADE

Para além da atividade dos Centros de Investigação e dos Laboratórios, que prestam também serviços, nomeadamente à indústria, deve realçar-se o trabalho das

Unidades Culturais desta Universidade, que têm desenvolvido intenso contacto com a população em serviços à comunidade.

A Biblioteca Pública foi frequentada no ano de 1982 por 37.449 leitores movimentando assim 50.377 obras literárias.

Deram entrada na BPB 7.001 volumes e milhares de publicações periódicas que apoiam quer os nossos docentes e discentes, quer os estabelecimentos de ensino secundário e o público em geral. Para além das atividades de formação e extensão cultural, como o curso de Técnicos Auxiliares de Bibliotecas e Serviços de Documentação, que a Biblioteca está a realizar, promoveu esta Unidade várias iniciativas entre as quais é justo salientar a celebração do centenário do Dr. Alberto Feio.

A Unidade de Educação de Adultos tem continuado a realizar ativamente vários cursos e sessões de trabalho dirigidos a agentes de educação comunitária, produziu diverso material didático, reeditando várias publicações esgotadas e publicando vários livros novos de educação de adultos. Tem mantido intenso intercâmbio com as instituições nacionais e estrangeiras com quem tem também acordos de cooperação.

A Unidade de Arqueologia tem uma vasta área de influência na sua ação de apoio à comunidade, destacando-se em 1982 a elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Vila Verde e os levantamentos arqueológicos dos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura. Prestou ainda apoio ao Município de Braga, na defesa permanente das ruínas da *Bracara Augusta* e tem ainda feito ações pontuais de salvamento do património arqueológico inestimáveis em vários pontos do norte do país.

No âmbito da investigação, intensificou-se este ano o estudo da Romanização da Região de Braga, tendo sido trazidos a descoberto importantes valores arqueológicos como um troço de muralha da cidade e as termas romanas da Colina de Maximinos.

No Museu da Casa Nogueira da Silva realizaram-se 9 exposições e várias visitas guiadas, nomeadamente a grupos escolares. Foram ainda apresentados diversos filmes e proferidas conferências sobre temas culturais, tendo as exposições do Museu sido visitadas por um total de 14.000 visitantes.

No que diz respeito ao Centro de Documentação Fotográfica [do Museu], foi criado o espaço físico para a fototeca e fornecida, por este Centro, documentação a diversos museus da Região, tendo colaborado em exposições e na organização de documentos fotográficos sobre Braga.

## ORÇAMENTO

1. No decorrer de 1982 a Universidade do Minho foi dotada com as seguintes verbas:

Orçamento Ordinário.....	280.527 contos
PIDDAC.....	030.000 contos

## II. OS TEMPOS DA CONSOLIDAÇÃO (1981-2002)

Estas verbas podem comparar-se com as atribuídas em 1981, nos seguintes montantes:

Orçamento Ordinário.....	177.641 contos
PIDDAC.....	070.000 contos

Verifica-se ter havido um acréscimo de 57% nas verbas atribuídas do Orçamento Ordinário em resultado dos aumentos de custos verificados e da normal expansão da Universidade, mas uma substancial redução nas verbas do PIDDAC, que, em termos percentuais, é também de 57%.

Das verbas do Orçamento Ordinário 254.077 contos respeitaram a Despesas Correntes e 26.450 contos a Despesas de Capital.

2. Na aplicação das verbas de Despesas Correntes do Orçamento Ordinário, 183.500 contos foram em Despesas com Pessoal, sendo 64.307 contos em Despesas de Funcionamento. O total representa a verba utilizável da dotação atribuída dada a obrigatoriedade da cativação de 12% + 3%.

Constata-se que os encargos com o funcionamento representam 25% do total das despesas correntes, o que se explica pela dispersão das instalações da Universidade do Minho não só pelos dois polos de Braga e Guimarães, mas também pelos vários edifícios do polo de Braga, alguns dos quais alugados e ainda pelas elevadas despesas de manutenção das Unidades de Apoio mais direto à Comunidade, como a Biblioteca Pública de Braga, o Arquivo Histórico e o Museu da Casa Nogueira da Silva.

Em relação a 1981 houve um substancial aumento dos encargos com Pessoal em virtude da necessidade de admitir novos docentes e pessoal não docente perante o aumento do *numerus clausus* de alguns Cursos, conforme determinado pela Portaria n.º 827/82, do Ministério da Educação.

As verbas de Capital permitiram:

- O pagamento da primeira prestação do equipamento de informática e seus suportes lógicos, no montante de 10.000 contos, conforme se estabelece na Portaria 990/82;
- A aquisição de algum equipamento e meios bibliográficos para o lançamento dos Cursos de Mestrado em Educação e em Informática, criados, respetivamente, pelas Portarias n.ºs 850/82 e 1015/82;
- A assinatura de revistas e aquisição de alguns livros e mobiliário diverso, indispensáveis ao funcionamento normal da Universidade do Minho.

As verbas do PIDDAC destinaram-se:

- À conclusão de um pavilhão em Guimarães e ao pagamento de obras de um Pavilhão em Braga, de acordo com compromissos anteriormente assumidos;



- À Formação e Recrutamento do Pessoal, no montante de 6.000 contos, que apenas permitiram manter o ritmo de formação do Pessoal docente graças aos bolseiros que outras Instituições suportaram;
- Ao pagamento da primeira prestação referente aos projetos das Instalações Definitivas, no montante de 3.000 contos, o que permitiu promover a publicação da Portaria 991/82 e, finalmente, assinar os contratos da execução dos projetos, como atrás referimos.

3. Durante 1982, em virtude do Decreto-Lei n.º 35/82 ter dado por findo o regime de instalação da Universidade do Minho, não beneficiou esta Universidade de autonomia financeira; no entanto, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei n.º 180/82, depois de entregues no Ministério da Educação os adequados elementos de gestão previsional, aquela autonomia financeira foi de novo concedida a partir de 1 de janeiro de 1983, pela Portaria n.º 121/83.

Tais são as luzes e as sombras do nosso panorama financeiro. Mas neste brevíssimo relatório do muito que a Universidade realizou ao longo deste ano, temos hoje a salientar finalmente, em luzida cerimónia, a entrega de diplomas aos licenciados no ano académico 1981/82.

Vós sois um dos frutos mais belos do árduo labor dos docentes e todo o florescimento desta Universidade.

Ao expor o breve relatório das nossas atividades e ao ver-vos aí esperando a distribuição de diplomas que se vai seguir, veio-me à memória a história daquela dama romana que ia mostrando a uma visita, sua amiga, as suas joias, desfazendo-se em elogios com evidente vaidade, de cada uma delas. «E as tuas?», lhe pergunta finalmente. A amiga mandou entrar seus filhos e disse: «aqui estão as minhas melhores joias».

Ao enumerar as atividades da Universidade do Minho, neste ano, devo igualmente confessar que as melhores joias da sua atividade docente sois vós, os 95 licenciados por esta Universidade e que, por isso, ides receber solenemente os vossos diplomas.



**10. 1984.****Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva.***Dia da Universidade, no 10<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*Senhor Primeiro-Ministro<sup>18</sup>;Senhor Ministro da Educação<sup>19</sup>;Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>20</sup>;

Digníssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;

Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Braga e Guimarães<sup>21</sup>;

Caros Colegas e Alunos;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Antes de mais, desejo saudar V. Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, na sua visita à Universidade do Minho. Esta jovem Universidade que comemora o seu décimo aniversário, está cheia de pujança e espera firmemente que atendendo aos dois milhões de habitantes que serve e às provas já demonstradas na vitalidade dos seus docentes e discentes, possa em breve lançar os fundamentos das suas Instalações Definitivas.

A sua ilustre presença aqui, neste dia, é a certeza da concretização desta longa e urgente aspiração não só da Universidade como da boa e numerosa gente do Norte.

Senhor Ministro da Educação. Há muito convidamos V. Excelência a visitar a sua mais longínqua Universidade do Continente. Estamos longe no espaço mas muito perto das orientações de V. Excelência. Pois desde o princípio quisemos ser, apesar das dificuldades de toda a obra que nasce, uma grande Universidade. Muito apreciamos e agradecemos, por isso, a honrosa presença de V. Ex.<sup>a</sup>.

É com a maior alegria que vimos entre nós o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, não só pelo alto cargo que ocupa, mas sobretudo porque desde os primeiros dias, todo o tempo que durou a Comissão Instaladora, ele seguiu de perto, com o seu esforço e larga competência, as vicissitudes da criação e consolidação desta Instituição. Aproveito esta ocasião para em nome de toda a Universidade lhe dizer um muito obrigado muito sentido e muito sincero.

## CORPO DISCENTE

Desde 1980 que a Universidade vem esgotando a sua capacidade de admissão de

18 O Primeiro-Ministro era então o Dr. Mário Soares, responsável do IX Governo Constitucional Português (Governo do Bloco Central), que tomou posse em 9 de junho de 1983, terminando o seu mandato em 6 de novembro de 1985.

19 O Ministro da Educação era o Prof. José Augusto Seabra (9 de junho de 1983 a 15 de fevereiro de 1985).

20 O Secretário de Estado do Ensino Superior era o Professor Joaquim Pinto Machado (1984-1985), que integrou a Comissão Instaladora da Universidade do Minho, desde 1974.

21 Francisco Soares Mesquita Machado e Manuel Ferreira, respetivamente.

novos alunos o que indica claramente que, apesar de serem os Cursos ministrados nesta Universidade de carácter inovador, já conquistaram de há muito um lugar de relevo a par dos cursos consagrados pela tradição.

O número total de alunos inscritos no ano letivo 1983/84 foi de 2.600 aproximadamente, sendo 1.034 alunos das Licenciaturas de Ensino, 814 de Engenharia, 184 de Gestão de Empresas e Administração e de Relações Internacionais e 59 dos Mestrados de Informática, Tecnologia Têxtil e Educação. Sublinha-se, mais uma vez, que na totalidade dos cursos as candidaturas excederam largamente a capacidade física da Universidade. Obtiveram a sua graduação, em 1983, 114 alunos, mais 19 que no ano anterior. Embora nem todos os cursos, como é óbvio, tenham a mesma facilidade de colocação, contudo podemos afirmar, de uma maneira geral, que todos os licenciados se encontram colocados o que, em princípio, confirma a validade da política adotada e abona a qualidade do ensino prestado.

Este ano, pela primeira vez, haverá alunos finalistas de Engenharia Civil, Gestão de Empresas e Administração, ficando assim concluído o plano que a Comissão Instaladora se propôs, exceto como é sabido o curso de Medicina. Trata-se agora de gizar outro plano de novos cursos para o futuro da Universidade, para serem instaurados logo que tenhamos superado as limitações do orçamento e a escassez de espaço.

Deve registar-se, com agrado, o elevado espírito de diálogo e sentido de responsabilidade demonstrado pelos alunos e seus dirigentes académicos na compreensão das enormes dificuldades por todos nós vividas em termos de instalações com que a Universidade se debate.

## CORPO DOCENTE

Tem sido preocupação prioritária, desde a fundação da Universidade, a exigência de qualidade do seu pessoal docente. De facto, uma Universidade, antes de ser edifício e laboratórios, tem como base, acima de tudo, o alto nível científico e humano do seu professorado e dos seus investigadores.

Dentro das perspetivas dessa exigência prioritária lecionam nesta Universidade 297 docentes dos quais 16 são catedráticos, 15 associados e 32 auxiliares, o que perfaz o número de 63 professores doutorados. Há ainda a acrescentar 82 assistentes, 96 assistentes estagiários, 7 leitores, 21 monitores e 29 docentes em regime de tempo parcial.

A proporção de docentes doutorados é de 21%, o que é uma boa proporção, especialmente se considerarmos o breve trecho de existência da Universidade e a dificuldade de recrutar pessoal docente qualificado.

Tem-se conseguido manter um bom ritmo de preparação de pessoal docente, apesar dos apertos financeiros do nosso orçamento e das altíssimas propinas das universidades estrangeiras. Ainda assim, dos 82 assistentes mantemos 33 bolseiros, mas alguns deles preparam já o seu doutoramento em Portugal e mesmo nesta Universidade.

Assim se instiga um maior incremento da investigação científica no seio da própria Universidade e poupam-se divisas, tudo sem prejudicar a urgente necessidade de formação de novo pessoal docente.

É digno de nota que, neste tempo, se realizaram já os três primeiros doutoramentos na Universidade do Minho: um em Ciências de Educação, outro em Ciências de Engenharia e ainda outro em Relações Internacionais.

Além disso membros do corpo docente estão continuamente envolvidos em atividades académicas exteriores à Universidade, tais como: a participação em júris de doutoramento e concurso de professores, equiparação de doutoramento e de licenciatura respeitantes a outras Universidades; a colaboração ativa em publicações científicas e em cursos de graduação e pós-graduação e a orientação de doutoramentos também de outras Universidades; a organização de colóquios e reuniões culturais e científicas; a participação em conselhos científicos de numerosas Escolas de Ensino Superior e em órgãos e instituições nacionais de carácter científico e tecnológico e outras que além de prestigiarem a Universidade do Minho são exemplos de uma vitalidade e capacidade científicas que importa preservar e desenvolver.

#### PESSOAL NÃO DOCENTE

Não houve, durante 1983, mudança significativa dos efetivos de pessoal não docente. Em 1980 havia 215 funcionários e em 1983 são apenas mais 6, perfazendo um total de 221. Neste período saíram 3 funcionários e foram admitidos 9.

Esta situação mostra claramente que o aumento de pessoal não docente não acompanhou o desenvolvimento da Universidade, revelando-se assim insuficiente para uma desejada e necessária expansão, ao mesmo tempo que se traduziu num maior grau de exigência ao zelo e competência dos funcionários que, na sua vasta maioria, responderam com elevado sentido de responsabilidade e dedicação.

Foi feito um longo estudo preparatório, em que estiveram envolvidas a Administração e as próprias Unidades, destinado a averiguar qual a estrutura atual de todo o pessoal docente e não docente e, por comparação com outras Universidades, propor a tipologia e o número de lugares a criar no quadro do pessoal não docente. Foram de há muito detetadas algumas assimetrias, nomeadamente na razão pessoal técnico por docente, que foram tomadas em consideração na elaboração daquele quadro, cuja proposta se encontra quase concluída e prestes a ser levada a aprovação superior.

Conquanto as atuais perspetivas orçamentais e os condicionalismos impostos à admissão de pessoal na função pública não sejam animadores quanto a uma entrada de novo pessoal em número que permita colmatar rapidamente as deficiências existentes, a ultimação do quadro do pessoal não docente é indispensável como instrumento da gestão da Universidade.



Ainda neste contexto deve salientar-se que não poucas tarefas, indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços, foram e são desempenhadas por tarefeiros em regime de empreitada. Considera-se correta esta solução para os trabalhos de carácter transitório, mesmo de mais longa duração; não é, porém, admissível que se torne a única forma de assegurar a execução de trabalhos do tipo permanente.

#### EXPANSÃO EM CURSOS E EFETIVOS DISCENTES

O ano de 1982/83 marcou uma vincada expansão dos cursos e efetivos discentes da Universidade do Minho, que se manifestou em:

- a) Aumento de *numerus clausus* dos Cursos de Engenharia de Sistemas e Informática e de Engenharia Têxtil e Produção Têxtil de 30 para 60 alunos cada;
- b) Preenchimento do *numerus clausus* a 125% (560 novos ingressos), como resultado do elevado número de requerimentos de reingressos, transferências

**Figura 13**  
Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 10º aniversário, em 17 de fevereiro de 1984. Em primeiro plano o Reitor, Lúcio Craveiro da Silva e o Primeiro-Ministro, Mário Soares. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

## II. OS TEMPOS DA CONSOLIDAÇÃO (1981-2002)

- e ingressos por habilitações especiais ou por parte de portadores de um curso superior;
- c) Aprovação do curso de mestrado em Informática, com as especialidades de Ciências de Computação e de Informática de Gestão, do curso de Mestrado em Educação, com as especialidades de Análise e Organização do Ensino, Ensino das Ciências da Natureza e Ensino do Português e do curso de Mestrado em Tecnologia Têxtil;
- d) Entrada em funcionamento efetivo do curso de Mestrado em Informática, em janeiro de 1983.

Essa mesma tendência de expansão continua a verificar-se no corrente ano escolar, sendo de assinalar:

- a) Um preenchimento pleno do *numerus clausus* em todos os cursos da Universidade;
- b) Um total de admissões de novos alunos que se cifra em 130% do *numerus clausus* (600 novos ingressos);
- c) O início do funcionamento efetivo dos Cursos de Mestrado em Tecnologia Têxtil e em Educação, em novembro de 1983.

É ainda de assinalar que foram recusadas as admissões de algumas centenas de estudantes que requereram transferência para a Universidade do Minho, bem como de elevado número de candidatos com curso Superior (bacharelato), o que vem comprovar o subdimensionamento desta Universidade em relação às necessidades e anseios da região em que se pretende inserir.

### REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS

Durante o ano transato foi realizado um grande esforço de reestruturação dos cursos da Universidade, que passaram a estar organizados pelo sistema de unidades de crédito. Com a publicação da Portaria n.º 919/83, que estabelece a estrutura curricular dos cursos, e a aprovação dos respetivos planos de estudo, foi adquirida uma estabilização de currículos, que urgia, aliada a uma maior autonomia pedagógica da Universidade.

A passagem ao regime anual de funcionamento a que simultaneamente se procedeu irá permitir uma melhor rentabilização do ano escolar e criar condições mais consentâneas com as crescentes exigências científicas e pedagógicas do Ensino Superior universitário.

### SERVIÇO À COMUNIDADE E UNIDADES DE APOIO

Não poderia ainda deixar de salientar a valiosa ação prosseguida pelas Unidades Culturais da Universidade que vieram a atingir um desenvolvimento que muito me apraz registar, conseguindo, à custa do seu entusiasmo e dinamismo, superar as severas limitações financeiras a que foram igualmente sujeitas.

A CASA NOGUEIRA DA SILVA promoveu ao longo de todo o ano uma vasta e diversificada gama de exposições e de outras ações de divulgação cultural e artística, abertas ao público em geral e que mereceram o melhor acolhimento da população. Um número de visitantes, superior a 25.000, durante 1983, atesta bem o impacto que as atividades da Casa começa a ter no grande público.

Para além da divulgação cultural e promoção de atividades artísticas, desempenhou esta Unidade uma ação pedagógica e didática de grande relevância, mediante um programa de visitas guiadas e seminários, dirigido às Escolas da região, além de outras ações integradas, envolvendo, designadamente, a Biblioteca Pública, a Unidade de Arqueologia e algumas áreas científicas da Universidade do Minho.

A UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS prosseguiu uma valiosa ação de apoio a vários Serviços da região (e do país), através de cursos de sensibilização à educação de adultos e de ações de formação neste domínio, de que são exemplo os cursos e seminários de apoio à Direção-Geral de Educação de Adultos, Hospital de S. Marcos, Hospital de Barcelos, Instituto de Formação dos CTT e Junta Central das Casas do Povo. Um protocolo de cooperação envolvendo esta Universidade, a Direção-Geral de Educação de Adultos e a Universidade sueca de Linköping, revelou-se de grande interesse por haver permitido o lançamento e consolidação de novas ações de educação de adultos, designadamente o lançamento de círculos de estudo e a publicação de grande número de obras sobre temas especializados em educação de adultos, de que a Universidade do Minho é pioneira, a nível nacional. Assistiu-se ainda a uma renovação no desenvolvimento da investigação neste setor, que culminou com o lançamento de um projeto de investigação participativa em Viana do Castelo, com o apoio da Fundação Gulbenkian e de várias Instituições suecas.

Por outro lado a UNIDADE DE ARQUEOLOGIA da Universidade prosseguiu uma vasta ação de carácter pedagógico, científico e de extensão universitária, o que permitiu o desenvolvimento de quatro projetos de investigação conducentes a doutoramentos em Arqueologia, a prossecução do levantamento do património arqueológico do Norte de Portugal, além de outras valiosas ações de apoio pedagógico e cultural à comunidade.

Apesar de grandes carências em espaço e em pessoal conseguiu-se um balanço muito positivo na atividade da BIBLIOTECA PÚBLICA e do ARQUIVO DISTRITAL.

Em particular a BIBLIOTECA PÚBLICA conheceu um movimento de leitores superior a 40.000 e promoveu um vasto número de ações de formação, animação, divulgação e apoio a outras entidades que acentuaram a sua crescente intervenção e importância na vida cultural da cidade.

O trabalho de microfilmagem iniciado durante o ano de 1983, no ARQUIVO DISTRITAL, constitui uma linha de ação de primordial importância que não poderá deixar de ser prosseguida e incentivada.

## II. OS TEMPOS DA CONSOLIDAÇÃO (1981-2002)

Uma palavra igualmente de apreciação e estímulo às UNIDADES DE APOIO cujo pessoal prosseguiu com dedicação e entusiasmo uma ação de suporte valioso ao ensino e investigação.

Uma tendência crescente no volume de obras executadas pela REPROGRAFIA e pelas OFICINAS GERAIS, apesar de dificuldades surgidas com as respetivas mudanças de instalações, não poderá deixar de ser assinalada com regozijo.

Uma ação esforçada e dinâmica em matéria de informação documental foi superiormente desempenhada pelos SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO no seu apoio aos alunos, docentes e investigadores da Universidade, tendo servido durante 1983 um número de leitores da ordem do 72.000, ao mesmo tempo que fomentou e colaborou em várias ações de formação técnica no respetivo domínio.

### SERVIÇOS SOCIAIS

No decorrer de 1983 os SERVIÇOS SOCIAIS serviram mais de 200.000 refeições o que se traduz, em relação a 1982, num aumento percentual de cerca de 34%. Este aumento resulta do alargamento do espaço destinado à cantina do polo de Braga. Mas o polo de Guimarães foi também beneficiado com a montagem de uma cozinha no bar que passou a servir refeições, enquanto em Braga, os estudantes passaram a dispor de um bar/snack mais amplo.

No alojamento, os estudantes começaram a dispor de mais 99 camas pois concluiu-se a construção do primeiro dos três blocos a construir em terrenos cedidos gratuitamente pela Câmara Municipal de Braga. Em Guimarães adquiriu-se um edifício com capacidade para 40 estudantes, que se espera entrar em funcionamento em outubro próximo.

Apesar de não ter havido qualquer acréscimo no pessoal administrativo, o crescimento dos serviços prestados não se resumiu à alimentação e ao alojamento, pois se, em termos de orçamento, o aumento foi de 40%, nas bolsas de estudo foi da ordem dos 15% e na procuradoria cifrou-se em 20%. No entanto, e como facto mais importante operado neste último ano foi a publicação do Decreto-Regulamentar que veio integrar no quadro todos os funcionários. Este facto é tanto mais de assinalar quanto os Serviços Sociais da Universidade do Minho são, neste momento, os únicos Serviços Sociais do Ensino Superior que dispõem de um quadro de pessoal.

Atualmente servem em média cerca de 1.300 refeições diárias na cantina, não obstante a clara precariedade dos espaços disponíveis.

O custo médio dos géneros é de 90\$00 por refeição, valor considerado dos mais baixos entre serviços congéneres.

A qualidade do serviço é claramente atestada quer pelos relatórios do consultor – especialista em nutrição, quer pelos próprios estudantes que, facto inédito, outorgaram em janeiro de 1984 ao responsável dos Serviços Sociais a medalha de sócio



honorário e ao conjunto dos funcionários dos Serviços Sociais a medalha de mérito da Associação Académica da Universidade do Minho.

Porém, não obstante o baixo custo da refeição, o *deficit* mensal registado na cantina situa-se próximo dos 800 contos mensais.

Esta situação é ainda agravada pelo *deficit* de cerca de 350 contos mensais no setor de Bolsas de Estudo, valor tanto mais significativo quanto se verifica que a bolsa média se cifra em 2.640\$00, isto é, um dos mais baixos valores de bolsas existente no país.

Em resumo, os Serviços Sociais, com o *deficit* de cerca de 1.150 contos mensais, estão em risco de ter a muito curto prazo de suspender parte dos seus serviços, com as inerentes perturbações, cuja gravidade é inútil sublinhar.

Não pode deixar de se lamentar e de manifestar publicamente as difíceis condições com que são confrontados os Serviços Sociais da Universidade do Minho e que obviamente porão em causa o clima de bom entendimento, confiança mútua e respeitabilidade que granjearam junto da comunidade universitária e muito particularmente dos estudantes. Urge, pôr rapidamente cobro à situação descrita, enquanto estamos a tempo de evitar ruturas.

## INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Para além do edifício-mãe do Largo do Paço - onde ora nos encontramos - e onde se situam a Reitoria, os Conselhos Científico e Pedagógico, Administração e Serviços Sociais, a Universidade do Minho distribui-se por mais 16 espaços em Braga e Guimarães, oito dos quais com atividade científica e/ou pedagógica.

Esta simples enunciação bastaria para se ter uma ideia da situação precária em que se vive e dos custos administrativos, científicos e pedagógicos que tão intensa dispersão acarreta e que se somam aos não desprezíveis custos de interioridade que há que ter igualmente presentes.

Nestas condições caberia perguntar se se justificaria ou se se poderia sequer admitir o crescimento do volume de alunos na Instituição. A resposta, porém, transcende a Universidade e a própria vontade desta, já que está demonstrado em toda a parte que é o potencial da região que determina a dimensão dos seus estabelecimentos de ensino. E, o Distrito de Braga é, fora Lisboa, Porto e Coimbra, o Distrito com maior potencial, muito para além de outras regiões do país como Aveiro, Évora, Setúbal ou Faro.

Por outras palavras, o não crescimento da Universidade do Minho seria antinatural e não teria qualquer tipo de justificação política, económica ou social. Mais, mesmo o crescimento dos últimos anos, traduzido num volume de admissões da ordem dos 600 alunos/ano ainda está claramente abaixo do que os estudos independentes demonstram ser o volume normal e adequado de admissões, isto é, cerca de 1.000 alunos/ano.

Manter a Universidade do Minho abaixo da sua dimensão adequada é, afinal de contas, não prestar à região o serviço que seria legítimo e justo, é não fazer justiça ao seu potencial real, atual e futuro, é, finalmente, comprometer os anseios e o desenvolvimento normal da própria região.

Tendo disto consciência não podiam os órgãos de governo da Instituição cruzar os braços e aceitar como fatalidade inexorável a falta de instalações.

E, assim sendo, traçou-se uma estratégia de desenvolvimento para o horizonte de 10 anos, dotada de realismo e flexibilidade e caminhou-se em via paralela. A saber:

- Sensibilização de docentes, alunos e funcionários para a problemática em questão;
- Sensibilização das autarquias, deputados e outras forças da região para o presente e futuro da Universidade do Minho;
- Lançamento a todo o custo do Processo das Instalações Definitivas em Braga e Guimarães, compreendendo:
  - Aquisição de terrenos em Braga e Guimarães;
  - Elaboração dos Projetos em Braga e Guimarães;
  - Obtenção de espaços provisórios que fossem acomodando os estudantes.

É desta luta sistemática desde 1981 que vos procurarei dar conta de seguida, certo sendo que nesta luta temos contado com o crescente empenhamento das forças vivas locais e regionais e que não desistiremos nunca de insistir com os órgãos do poder central numa causa que é justa e inadiável.

A presença de tão ilustres responsáveis nacionais e locais é, quanto a nós, penhor do interesse que o tema nos merece.

No que a Braga diz respeito, dispõe-se de um terreno de cerca de 24ha que serão suficientes para as duas primeiras fases de construção.

A primeira fase, cujos projetos-base se encontram virtualmente concluídos, compreende cerca de 31.000 m<sup>2</sup> de construção e estima-se que a preços de 1984 venha a custar 1.2 milhões de contos. Nesta primeira fase que acolherá a grande maioria das Unidades de Ensino, os Complexo Pedagógico e Biblioteca, Centros de Computação e Análises, Reprografia, Restaurante Universitário e Zona Social de Estudante e ainda de Armazém Geral, Oficinas e um pequeno bloco administrativo, conta-se albergar cerca de 3.500 alunos e cerca de 300 docentes.

Admitindo que os movimentos de terra se iniciam ainda no corrente ano, admite-se a conclusão da 1ª fase em 1986/87, ou na pior das hipóteses em 1987/88.



Atendendo a que no ano de 1986/87 as Instalações Provisórias terão uma sobressaturação que obrigará a ter as salas de aula ocupadas das 8 horas da manhã às 21 horas da noite, fácil é depreender que haverá que, a todo o custo, iniciar e completar rapidamente aquela obra. Faça-se aqui um parêntesis para solicitar a Suas Excelências o Primeiro-Ministro e Ministros da Educação e Equipamento Social e Secretário de Estado do Ensino Superior aqui presentes, o especial interesse por esta obra.

É que não sendo a resposta positiva haverá que restringir as admissões no próximo ano letivo de forma a evitar ruturas posteriores.

Para obviar às carências atuais tem-se procurado otimizar os espaços existentes, designadamente nos Pavilhões da Rodovia e nos espaços alugados junto ao Complexo Pedagógico. Porém, a tábua de salvação até 1986/87 foi concedida pela cedência do edifício do Castelo (ex-Escola Alberto Sampaio), que permitirá sediar 12 gabinetes duplos para docentes e dez salas de aula.

E, abre-se aqui um parêntesis para publicamente testemunhar ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e à Direção-Geral de Construções Escolares, Delegação Norte através do seu Diretor, o claro e inequívoco apoio e empenhamento que puseram na recuperação do imóvel e no funcionamento do mobiliário de base que o

**Figura 14**  
Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 10º aniversário, em 17 de fevereiro de 1984. Em primeiro plano o Reitor, Lúcio Craveiro da Silva (à direita) e o 1º Reitor da Universidade, Carlos Lloyd Braga (à esquerda). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Orçamento da Universidade do Minho não conseguia comportar. Foi este um exemplo vivo do interesse, competência e capacidade de Serviço que muito gostosamente testemunhamos perante Vossa Excelência.

No respeitante ao núcleo de Guimarães onde estão principalmente dedicados os Cursos Tecnológicos, para além da situação não muito dissemelhante da de Braga, acrescia em 1983 o facto de a Universidade do Minho não ser proprietária dos terrenos onde estava previsto se erigissem as Instalações Definitivas.

Mas, após laboriosas negociações, conduzidas com inextinguível zelo pelos Professores Carlos Bernardo e José Seita e contando com a compreensão dos proprietários vimaranenses e com o apoio firme extraordinariamente valioso da Câmara Municipal de Guimarães foi possível levar a bom termo aquelas negociações por valores que são inequivocamente favoráveis à Instituição.

Mas, não foi fácil. É que o Plano de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central de 1983 sofreu tais vicissitudes que não fora o claro empenhamento do Secretário de Estado do Ensino Superior e porventura de outros órgãos paralelos e superiores, ter-se-ia gorado ingloriamente uma oportunidade única e que claramente servia a Universidade do Minho.

Também para o núcleo de Guimarães está em via de conclusão o Projeto-Base da 1ª fase que compreende a construção de cerca de 16.000 m<sup>2</sup>, estimando-se um custo global (a preços de 1984) de cerca de 500 mil contos.

Nesta primeira fase integrar-se-ão para além de anfiteatros e salas de aula para cerca de 1.300 alunos, o Laboratório Pesados e Ligeiros dos Cursos Tecnológicos, Biblioteca, Serviço Administrativo, Reprografia, Restaurante e Zona de Estudante, Armazém e Oficinas Gerais. A saturação desta Primeira Fase está prevista para 1992.

Tendo em atenção que as atuais instalações só poderão – após obras e ampliação – albergar mais 200 alunos do que o atual, conclui-se que igualmente, a partir de 1986/87 a situação é crítica, havendo profunda rutura em 1987/88. Daí que haja que até aquela data ter construído aquela Primeira Fase, que deverá assim, caminhar, naturalmente, em paralelo com a de Braga.

Para que as atuais instalações provisórias possam a partir do próximo ano albergar os cursos e alunos existentes é necessário construir mais um andar no edifício das Oficinas Gerais, o que implicará um dispêndio de cerca de 5.000 contos. Atendendo a que a Universidade do Minho não dispõe de rubrica orçamental para o efeito, desde já se solicita – uma vez mais – a colaboração nunca negada da Secretaria de Estado das Obras Públicas, através da Direção-Geral das Construções Escolares do Norte.

Acresce que as Instalações da Universidade do Minho em Braga e Guimarães vêm sendo crescentemente solicitadas para o apoio a atividades de formação profissional, o que mais justifica o empenho em poder dispor de instalações suscetíveis daquela utilização que se deseja crescente.

A maior dificuldade com que nos debatemos não é a qualidade dos docentes que embora em algumas áreas esteja ainda em formação, noutras é já verdadeiramente notável; não é o afluxo dos alunos que excede a capacidade da Universidade; não é a competência dos seus funcionários, pois embora sendo poucos levam com êxito o peso da Instituição; a maior dificuldade é a diminuta capacidade das suas instalações provisórias e a falta ainda das suas instalações definitivas. Assim não podemos responder cabalmente aos apelos da região e às necessidades científicas da nossa Universidade em forte expansão. Esta é a nossa maior preocupação porque essa falta está coartando todas as nossas iniciativas e todo o nosso desenvolvimento.

As Instalações Definitivas, por razões alheias à Universidade, levam uns quatro anos de atraso nos planos previstos. E digo alheias à Universidade, porque se tivesse existido verdadeira autonomia, como estava exarado nas leis das novas Universidades em período de instalação, já há muito se teria iniciado a construção das instalações definitivas da Universidade, com o esforço, dedicação e ciência dos nossos próprios docentes e técnicos e com muito menos dispêndio para o erário público.

Porque não nos deixaram ser autónomos, porque nos impuseram soluções que nós rejeitámos, porque não aceitaram oportunamente as nossas propostas, só agora entrámos no limiar da solução do processo da construção das Instalações Definitivas.

Mas, meus senhores, termino dizendo que acredito no futuro.



## 11. 1984.

### Discurso do Reitor, Lúcio Craveiro da Silva.

*Dia da Universidade, no 10<sup>o</sup> aniversário, no núcleo universitário de Guimarães, em 18 de fevereiro.*

Os homens valem segundo a cultura que os enriquece e o lar da cultura é a Universidade. Nela se transmite a cultura, nela se aumenta com novas investigações, nela floresce em liberdade, nela se converte em formação dos espíritos.

Na Universidade os homens tornam-se cada dia mais homens porque nela aprendem a ser livres na responsabilidade e assim a sua formação humana é mais profunda e duradoira.

Além disso desenvolvem a sua capacidade crítica para enriquecer dia a dia a sua cultura com novas aportações e novas exigências.

Por isso, a existência de uma Universidade numa cidade ou numa região é um dom precioso que não só tem vantagens económicas mas tudo transforma e ilumina com novas riquezas e novas possibilidades de vida superior.

É justo portanto que a cidade de Guimarães celebre também festivamente o décimo aniversário da sua Universidade. Muito lutou esta cidade pela criação do polo de Guimarães da Universidade do Minho e, apesar das imensas dificuldades criadas, podemos anunciar também agora que já estão adquiridos os terrenos para a implantação definitiva dos Cursos Tecnológicos. Igualmente está em vias de conclusão o projeto das Instalações Definitivas na sua primeira fase, que abarca a construção de cerca de 16.000 m<sup>2</sup>, avaliando-se o custo global (a preços de 1984) de cerca de 500 mil contos.

Esta primeira fase, como já disse, compreenderá além dos Anfiteatros e Salas de Aulas para cerca de 1.300 alunos, os Laboratórios Pesados e Ligeiros dos Cursos Tecnológicos, Biblioteca, Serviços Administrativos, Reprografia, Restaurante e Zona de Estudantes, Armazém e Oficinas Gerais. A saturação desta primeira fase está prevista para 1992.

Tendo em atenção que as atuais instalações só poderão - após obras de ampliação - albergar mais 200 alunos do que atualmente, conclui-se que a partir de 1986/87 a situação é crítica. Daí que haja necessidade de, até aquela data, estar concluída a primeira fase que deverá caminhar naturalmente em paralelo com a de Braga.

Esperamos que tudo corra pelo melhor e que as obras em Guimarães estejam concluídas no tempo previsto para evitar ruturas. Tudo faremos para que assim aconteça e aguardamos a melhor compreensão, não desmentida, da parte do Sr. Ministro da Educação.



**12. 1984.****Discurso do Reitor, João de Deus Pinheiro.***Tomada de Posse, em 27 de novembro*<sup>22</sup>.Senhor Ministro da Educação<sup>23</sup>;Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>24</sup>;Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário<sup>25</sup>;Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas<sup>26</sup>;Senhor Diretor-Geral do Ensino Superior<sup>27</sup>;

Senhores Reitores das Universidades Portuguesas;

Senhores Presidentes da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e do Instituto Nacional de Investigação Científica<sup>28</sup>;

Senhores Decano e Vice-Decano da Universidade do Minho;

Senhor Reitor Cessante;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Digníssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;

Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores;

Estimados Alunos;

Prezados Funcionários não-docentes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Amigos:

Na qualidade de Reitor da Universidade do Minho saúdo a Academia e reafirmo a determinação de, por ela e com ela, enfrentar – para vencer – os desafios que no horizonte se perfilam.

Sublinho, em seguida, a honra conferida à Universidade pela presença nesta cerimónia de tantos e tão ilustres Amigos. Entendemo-la como uma manifestação de apreço pela Instituição e como um sinal de confiança no seu futuro. Agradecemos-la na convicção plena de que a vossa solidariedade e a vossa colaboração são imprescindíveis na construção da Universidade moderna que almejamos e que esta Região merece.

O caminho entretanto percorrido nos seus 10 anos de vida é garante objetivo do querer da Instituição, sendo reconfortante verificar que, não obstante a sua juventude,

22 João de Deus Pinheiro, que juntamente com Licínio Chainho Pereira e Sérgio Machado dos Santos faziam parte da equipa de vice-reitores de Lúcio Craveiro da Silva, é eleito Reitor da Universidade com 39 anos. Exercerá o cargo por pouco tempo, pois em fevereiro de 1985 é chamado a assumir responsabilidades como Ministro da Educação no IX Governo Constitucional.

23 O ministro da Educação era o Prof. José Augusto Seabra (9 de junho de 1983 a 15 de fevereiro de 1985).

24 Joaquim Pinto Machado era, nesta altura, Secretário de Estado do Ensino Superior.

25 O Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário era René Rodrigues da Silva.

26 Eugénio Nobre (José Eugénio Nobre) era o Secretário de Estado das Obras Públicas deste governo.

27 Rogério Bordalo da Rocha, Diretor-Geral do Ensino Superior (1983-1984).

28 José Caetano Pinto Mendes Mourão e José Nunes Correia Ralha, respetivamente.

– ou, talvez por isso – tem assumido, em tempos e circunstâncias diversos, um papel pioneiro no contexto universitário.

Pioneira foi nos seus primórdios quando apostou no lançamento de cursos e centros de investigação em domínios não tradicionais e marcadamente interdisciplinares como as engenharias de produção, de sistemas ou de polímeros, a formação integrada de professores ou as relações internacionais.

Foi-o, também, quando adotou um modelo organizativo distinto dos modelos napoleónicos e anglo-saxónicos habituais e orientado para uma gestão por projetos ou por objetivos.

Foi-o, ainda, em inúmeras outras ocasiões, a última das quais terá sido a forma de eleição do Reitor, com base em proposituras, com exigência de apresentação de um Programa de Ação e com votação direta de todos os membros da Universidade (e creio que a excepcional afluência às urnas terá tacitamente ratificado aquele regulamento eleitoral!).

Compreender-se-á que, neste contexto, me sinto particularmente honrado pela eleição e me considere, de forma acrescida, responsabilizado na execução do Programa de Ação proposto.

Programa que não representa um projeto pessoal mas que, ao invés, constitui a síntese de uma reflexão profunda sobre o dever da Instituição, em que, desinteressada, mas apaixonadamente, muitos intervieram.

Trata-se, em nosso entender, de um programa ambicioso, não tanto nas suas metas, mas nas condições requeridas para as alcançar. Com efeito, no mesmo se afirma, - e agora se reitera - que o seu êxito depende da efetiva participação e comprometimento de todos e cada um dos membros da UM.

Trata-se de um programa ambicioso, também, quando procura abarcar as vertentes multifacetadas da vida da Universidade e lhes procura imprimir um sentido de coerência recíproca e de interdependência.

Trata-se, ainda, de um programa ambicioso quando assenta o seu léxico na exigência, na transparência, no rigor, na eficiência, na eficácia, na firmeza, na criatividade, na ousadia e na participação.

Trata-se, finalmente, de um programa ambicioso quando pretende constituir-se em alicerce de um Projeto mobilizador da comunidade universitária e da Região.

Centra-se, o programa, em torno de nove objetivos estratégicos, a ser firmados no triénio próximo. A saber:

- A reanálise da problemática pedagógica;
- O estabelecimento de uma política de investigação institucional;
- A elaboração do Estatuto da Universidade;



- A modernização da gestão;
- O estabelecimento de um Plano de Desenvolvimento;
- A aceleração da construção das Instalações Definitivas;
- A projeção da UM no exterior;
- O reforço da ligação da UM à Região;
- A mobilização da comunidade universitária.

Dos objetivos citados, permita-se-me que foque os que se referem às Instalações e à interação com a Região.

O primeiro, tem a ver com a premência que para a Universidade tem a construção das Instalações Definitivas em Braga e Guimarães.

Tem a UM no presente cerca de 3.000 alunos, número que, parecendo elevado, está ainda muito aquém do que seria expectável face ao potencial relativo da Região. Com efeito, tomando por base estudos levados a cabo pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, pode concluir-se que a UM deveria ter no presente ano letivo, cerca de 5.000 alunos, isto é, aproximadamente metade da dimensão final prevista.

Não surpreenderá, por isso, que em cada ano letivo haja que indeferir algumas centenas de pedidos de transferência de estudantes da Região que desejariam por razões de ordem económica frequentar a UM.

Porém, a situação atual em termos de instalações é tal que se não podem aumentar "*numerus clausus*", não se pode abrir qualquer novo curso e, mesmo com um período de funcionamento ininterrupto das 8 da manhã às 8 da noite, escasseiam os espaços de aula.

Acresce que as instalações se dispersam por 15 locais diferentes, a maioria dos quais marcadamente provisórios (para não dizer precários) e geograficamente afastados.

Se a este panorama se juntarem as carências notórias de cantinas, residências e transportes, da virtual inexistência de espaços de convívio e da real inexistência de locais para desporto, ter-se-á uma noção aproximada dos problemas da Universidade derivados da falta de instalações definitivas.

E a situação seria verdadeiramente catastrófica se não fora a atempada e eficiente ação da Secretaria de Estado das Obras Públicas e da sua Direção Regional de Construções Escolares na recuperação do edifício da ex-Escola Alberto Sampaio em Braga e, em breve, na recuperação de dependências do Palácio Vila Flor em Guimarães.

Foram, efetivamente, dois balões de oxigénio que, contudo, já serão insuficientes a partir do próximo ano letivo e obrigarão a UM a procurar novas soluções provisórias para evitar a rutura que se avizinha.

Estas são algumas das razões que expusemos aos Senhores Secretários de Estado do Ensino Superior e das Obras Públicas e que determinaram, o que gostosamente

anuncio, a inscrição no PIDDAC de 1985 de verbas destinadas ao início das obras quer em Braga, quer em Guimarães e que poderão vir a possibilitar o início de funcionamento da 1ª fase das Instalações Definitivas no ano letivo de 1987/88.

Cumpre-me a este respeito salientar a determinação evidenciada pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Pinto Machado, que, tendo integrado a Comissão Instaladora da Universidade, conhecia a situação de carência atrás citada.

Igualmente desejo sublinhar a compreensão e o interesse evidenciados pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Eng.º Eugénio Nobre, que, com o dinamismo e competência que vem imprimindo à sua ação governativa, soube ultrapassar dificuldades burocráticas e garantir o apoio àquela construção.

Bem hajam em nome da UM e da Região!

No que respeita à interação entre a Universidade e a Região, pretende-se, em última análise que a comunidade regional sinta a UM como sua e que, nessa perspetiva, contribua para o seu desenvolvimento. Por seu turno, a UM haverá que se comprometer cada vez mais com a Região e seus anseios e problemas, colaborando na respetiva superação. Colaboração por nós entendida com a humildade de quem sabe que por essa via muito pode aprender.

Para além dos contactos espontâneos e pessoalizados, que são sempre úteis e desejáveis, não quero deixar de fazer referência à próxima entrada em funcionamento do Senado (ou Conselho Universitário) e do Círculo Universitário que proporcionarão em termos formais e informais um contacto intensificado entre a Universidade e o Meio.

O Senado (ou Conselho Universitário), a criar a muito curto prazo, será composto por professores, alunos, funcionários não docentes e representantes da comunidade regional. Em termos institucionais será o órgão colegial máximo da Universidade a ele competindo deliberar em matérias importantes como a aprovação do Estatuto, Plano e Relatório de Atividades, criação ou extinção de cursos ou mesmo a supervisão do poder disciplinar. A este órgão deverão ainda ser cometidas atribuições relevantes no acompanhamento da vida universitária e na ligação da UM ao exterior, devendo, à semelhança do que sucede em situações similares noutros países, ser presidido por uma individualidade distinta do Reitor.

De índole completamente diferente, já que privado, e não sujeito à tutela da Universidade, o Círculo Universitário pretende constituir um espaço privilegiado para o contacto e conhecimento mútuo entre a UM e a comunidade, visando estatutariamente o desenvolvimento do espírito e atividades universitárias ou parauniversitárias no meio circundante.

Com manifesto prazer refiro que está já em fase de instalação o Círculo Universitário de Guimarães, mercê do apoio imediato dado pelo Ministro da Educação e pelo Secretário de Estado do Ensino Superior e do entusiasmo com que alguns homens bons quiseram pegar na ideia, a partir de um encontro no Clube Rotary de Guimarães.

Entretanto, a receptividade que tem sido encontrada junto de ilustres homens da região de Guimarães e da própria Câmara Municipal permitem antever excelentes augúrios para o Círculo Universitário e para as suas iniciativas.

Poderia à primeira vista parecer que a concretização dos restantes objetivos estratégicos dependeria em exclusivo das capacidades da própria Universidade. Contudo, a existência e mobilização dessas capacidades, sendo condição necessária, não é condição suficiente. E não o é, pela razão simples de que a Universidade não dispõe de efetiva autonomia, vendo-se, por esse facto, sistematicamente enredada nas teias do burocratismo, da indecisão, da indefinição e até, da contradição que comprometem irremediavelmente muitas iniciativas e que impedem uma gestão racional e eficaz das instituições.

É-se, com efeito, obrigado a uma gestão casuística, ditada pela estrita necessidade do momento e, seguramente, pouco inteligente, pouco eficaz e pouco coerente quando perspetivada no médio prazo.

Mais do que a crónica da escassez de meios - agora justificada pela crise económica que se instalou - assusta-nos a ausência de estratégias consequentes, o conformismo prevalente em órgãos de decisão e a primazia que se vai atribuindo a burocratas perpetuadores da inércia dos sistemas.

Há que denunciar esta situação e que usar os meios ao nosso alcance para romper este clima de frustração e de empobrecimento intelectual.

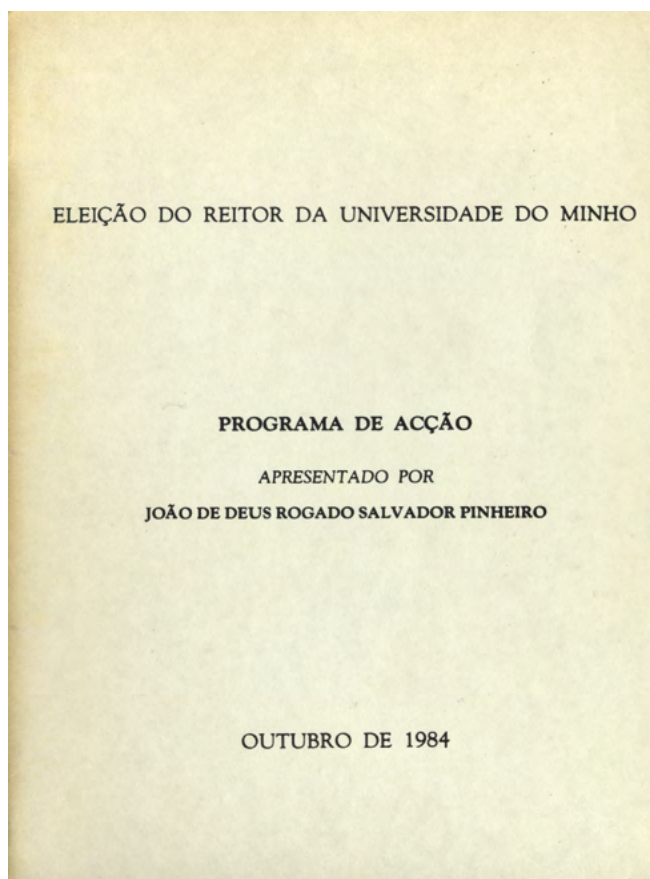
Cabe, neste particular, um papel importante, quiçá insubstituível, às Universidades, havendo que lhes cometer responsabilidade significativa no desbloqueamento e na oxigenação da Sociedade e das suas Instituições.

Urge pois - e quanto antes, - dotar as Universidades do binómio Autonomia-Responsabilidade, condição "*sine qua non*" de afirmação e de renovação. Mas, não bastará a enunciação - ainda que registada em lei - dos princípios da autonomia universitária, relativamente aos quais parece verificar-se de há muito um largo consenso.

Importa que simultaneamente sejam estabelecidas regras claras sobre o financiamento das Universidades, mecanismos de autonomização ou flexibilização dos respectivos orçamentos, a par de outros dispositivos, destinados a incentivar a obtenção de receitas próprias.

Defendemos e insistimos que a racionalização no Setor Educativo e em particular no Universitário passa pela introdução do conceito de orçamento-envelope que, aumentando as valências de Autonomia e de Responsabilidade, permitem premiar a boa gestão e penalizar a incompetência.

Por outro lado, uma autonomia nos termos sugeridos induziria em cada Instituição a procura de soluções otimizadas, de estratégias adequadas e de opções pertinentes. Não hesito em afirmar que, para a UM, Universidade em crescimento, geograficamente



**Figura 15**

Capa do Programa de Acção, apresentado por João de Deus Pinheiro na eleição para Reitor, em 1984.

Fonte: UMinho, Arquivo [antigo] da Reitoria.

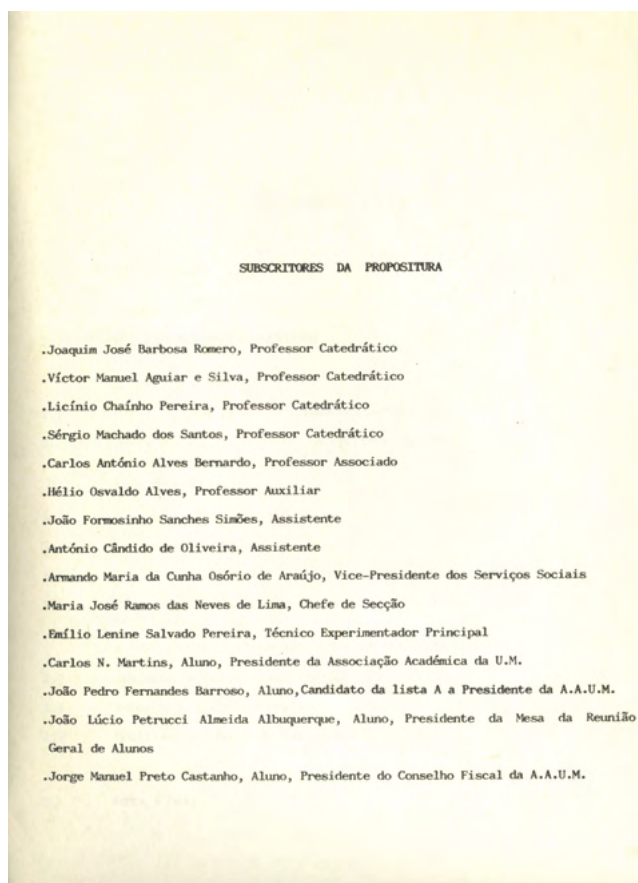
afastada dos centros de decisão, mas dispondo de inequívocas capacidades e vontade, a conquista desse binómio Autonomia-Responsabilidade poderá propiciar um ritmo de desenvolvimento extraordinariamente acrescido.

Estabelecida esta nova Autonomia para as Universidades ficaria o próprio Ministério da Educação mais disponível para o exercício da função normativa que lhe cumpre e lhe é inalienável.

Para levar à prática estas medidas torna-se obviamente necessário dispor de três atributos: capacidade técnica, vontade política e força política.

No que ao primeiro caso respeita não será preciso mais do que adaptar criticamente o que noutras latitudes de há muito se pratica e de recuperar os estudos de base que o CRUP iniciou – sem consequências – há alguns anos.

Quanto à vontade e força políticas só *a posteriori* será lícito fazer juízo. Acrescentarei apenas que o crédito de confiança de que dispõe o atual SEES em matéria de Autonomia Universitária deverá ser usado sem delongas, mesmo que para tal haja que ser incómodo. Terá porém consigo, Senhor Secretário de Estado, os verdadeiros Universitários ou seja, os que, inconformados com o *status quo*, buscam acrescida eficácia para as principais instituições educativas.

**Figura 16**

Lista de subscritores do Programa de Ação apresentado por João de Deus Pinheiro na eleição para Reitor, em 1984. Fonte: UMinho, Arquivo [antigo] da Reitoria.

É que as Universidades são hoje demasiado valiosas para que a Sociedade que as custeia, os professores que nela ensinam e investigam, os alunos que nela se formam e as comunidades que com elas interatuam, possam assistir passivamente à subutilização ou má-utilização dos seus recursos.

É que a menoridade com que as Universidades têm sido tratadas é não só profundamente lesiva das mesmas como, e principalmente, lesiva dos reais interesses do País.

É que as Universidades devem constituir o principal reduto da esperança.

Notório é, porém, que nos vão restando poucos discursos de esperança e, contudo, continua por fazer o discurso de Estado que contemple, integrada e prospetivamente, as temáticas da juventude, da educação, da ciência, da tecnologia, enfim, o discurso do futuro que se avizinha. Discurso que vale a pena fazer e cumprir já que é dos poucos que poderá trazer à nossa maltratada juventude alguma esperança num amanhã, que consciente ou inconscientemente, vamos comprometendo hoje.

Senhor Ministro da Educação;  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Assumo o cargo de Reitor com pleno conhecimento das dificuldades que me esperam. Dificuldades que têm, afinal, sido a tónica constante na curta história da UM e

que têm emprestado maior sabor a cada etapa conquistada. Muitas já foram e a elas ficarão indissolúvelmente ligados os Reitores que me antecederam e que a esta casa se entregaram totalmente num espírito de missão inultrapassável.

Espero não desmerecer dos meus antecessores e no meu íntimo vou pedindo a Deus que me ajude a reunir algumas das muitas qualidades que neles se reconhecem: – Desde a capacidade de trabalho do Prof. Carlos Lloyd Braga, passando pela profundidade e rigor do meu Mestre Amigo, Prof. Joaquim Barbosa Romero, até à sabedoria e juventude de espírito do Prof. Lúcio Craveiro da Silva de quem tive a honra e o privilégio de ser colaborador direto como vice-reitor.

Vai mais longa do que desejaria esta minha alocução.

Gostaria, porém, de acrescentar, que entendendo o cargo de Reitor como a Suprema instância da vida académica nele procurarei guiar-me pelos princípios éticos que devem caracterizar o universitário.

Assim sendo, pugnarei por um exercício que assente na transparência e no rigor e que revista da máxima independência política ou religiosa. Pugnarei ainda pela participação e pelo diálogo sistemático, sem que tal implique o anarquizar da decisão ou a transigência de princípios.

Procurarei, em suma, que a Universidade se possa orgulhar do seu Reitor.

E termino como comecei:

“Na qualidade de Reitor da Universidade do Minho saúdo a Academia e lhe reafirmo a determinação de, por ela e com ela, enfrentar – para vencer – os desafios que no horizonte se perfilam”.

Muito obrigado!



### 13. 1985.

#### Discurso de Lúcio Craveiro da Silva.

*Dia da Universidade, no 11º aniversário, em 18 de fevereiro*<sup>29</sup>.

O facto mais memorável, que temos a assinalar na UM no ano de 1984, foi certamente a transmissão de poderes que se realizou a 27 de novembro.

Tendo atingido o limite de idade, o Reitor cessante, em cerimónia solene e com a presença de todos os corpos da Universidade impôs, em ato simbólico, o capelo reitoral ao novo Reitor, o Prof. Doutor João de Deus Pinheiro. E não foi uma mera cerimónia. O novo Reitor apresentou um programa de atividades e iniciativas que estão contribuindo para a solução das dificuldades da Universidade e projetam a Instituição nos rumos do seu desenvolvimento. Sempre ciosa e pioneira na exigência da autonomia universitária, a nomeação foi precedida de uma votação em que toda a Universidade, pela primeira vez em Portugal, se manifestou direta e democraticamente, demonstrando uma maioria confortável.

#### INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO MINHO

É sabido como para além do edifício-mãe do Largo do Paço – onde agora nos encontramos – e onde se situam os órgãos centrais, a Universidade do Minho distribui-se por mais 16 espaços em Braga e Guimarães, oito dos quais com atividades científicas ou pedagógicas.

Esta simples consideração bastaria para se ter uma ideia da situação precária em que se vive e dos custos administrativos, científicos e pedagógicos que tão intensa dispersão acarreta e que se somam aos não desprezíveis custos de interioridade que há que ter igualmente presente.

Nestas condições caberia perguntar se se justificaria ou se se poderia sequer admitir o crescimento do volume de alunos na Instituição. A resposta, porém, transcende a Universidade e a própria vontade desta, já que está demonstrado em toda a parte que é o potencial da região que determina a dimensão dos seus estabelecimentos de ensino. E o Distrito de Braga é, fora Lisboa, Porto e Coimbra, o distrito com maior potencial, muito para além de outras como Aveiro, Évora, Setúbal ou Faro.

Manter a Universidade do Minho abaixo da sua dimensão adequada – o que exigiria o volume normal de admissões, de cerca de 1000 alunos/ano – é afinal de contas não prestar à região o serviço que seria legítimo e justo, é não fazer jus ao seu potencial real, atual e futuro, é, finalmente, comprometer os anseios e o desenvolvimento normal da própria região.

<sup>29</sup> Com a saída do Reitor eleito, João de Deus Pinheiro, em fevereiro de 1985, para assumir funções no Governo, Lúcio Craveiro da Silva discursa na cerimónia do Dia da Universidade, em 18 de fevereiro, para a apresentação do relatório de atividades do ano letivo de 1983-84.

Tendo disto consciência não podia a Universidade do Minho cruzar os braços e aceitar como fatalidade inexorável a falta de instalações.

E, assim sendo, traçou-se uma estratégia de desenvolvimento para o horizonte de 10 anos, dotada de realismo e flexibilidade, a saber:

Sensibilização de docentes, alunos e funcionários na Universidade e das autarquias e outras forças da região para a problemática da questão;

Lançamento a todo o custo do Processo das Instalações Definitivas em Braga e Guimarães, compreendendo:

- Aquisição de terrenos em Braga e Guimarães;
- Ultimação dos Projetos em Braga e Guimarães;
- Obtenção dos espaços provisórios que fossem acomodando os estudantes.

É desta luta sistemática que vos procurarei dar conta em seguida, sendo certo que nela temos contado com o crescente empenhamento das forças vivas locais e regionais e que não poderemos deixar de insistir com os Órgãos do poder central numa causa que é justa e inadiável.

No que a Braga diz respeito, dispõe-se de um terreno de cerca de 24ha, que será suficiente para as duas primeiras fases de construção.

A primeira fase, cujos projetos-base se encontram finalmente concluídos, compreende cerca de 31.000 m<sup>2</sup> de construção e estima-se que, a preços de 1984, venha a custar 1.2 milhões de contos. Esta primeira fase, acolherá a grande maioria das Unidades de ensino, o Complexo Pedagógico, Biblioteca, Centros de Computação e Análises, Reprografia, Serviços Sociais, Oficinas e um pequeno bloco administrativo e cerca de 3.500 alunos e uns 300 docentes.

Admitindo que os movimentos de terra e o lançamento da primeira pedra tenham lugar no corrente ano, planeia-se a conclusão desta 1ª fase em 1987/88. Atendendo a que no ano de 1986/87 as Instalações Provisórias terão uma sobressaturação, fácil é depreender que haverá que, a todo o custo, iniciar e completar rapidamente aquela obra.

Para obviar às carências atuais tem-se procurado otimizar os espaços existentes, designadamente nos Pavilhões da Rodovia e em espaços alugados junto ao Complexo Pedagógico. Todavia, a tábua de salvação surgiu com a cedência do edifício do Castelo (ex-Escola Alberto Sampaio) que permitiu sediar 12 gabinetes duplos para docentes e 10 salas de aulas.

No respeitante ao núcleo de Guimarães, onde estão principalmente radicados os Cursos Tecnológicos, para além da situação não muito dissemelhante da de Braga, acrescia o facto de a Universidade do Minho não ser proprietária dos terrenos onde estava previsto se ergissem as Instalações Definitivas. Mas após laboriosas negociações e contando com a compreensão dos proprietários vimaranenses e com o apoio



firme e valioso da Câmara Municipal foi possível levar a bom termo aquelas negociações por valores que são inequivocamente favoráveis à Instituição.

Também para o núcleo de Guimarães está concluído o Projeto-Base da 1ª fase que compreende a construção de cerca de 16.000 m<sup>2</sup>, estimando-se um custo global, a preços de 1984, de cerca de 500 mil contos.

Nesta 1ª fase integrar-se-ão as Unidades e espaços necessários para cerca de 1.300 alunos.

Nada disto tem sido fácil. E, uma vez que o Plano de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central de 1984 sofreu vicissitudes, não fora o claro empenhamento do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, ter-se-ia atrasado ainda mais a solução deste aflitivo problema das Instalações em Braga e Guimarães.

## CORPO DISCENTE

Depois de assinalar o problema das Instalações, passamos a ocupar-nos mais de perto, embora brevemente, da vida interna da Universidade.

E começando pelo corpo discente, este ano continuou a registar-se um afluxo crescente de alunos à Universidade que cobriu a sua capacidade.

Ao todo, os alunos da Universidade rondam pelos 2.500.

Em números totais temos:

Em Licenciaturas de Ensino .....	1.105
Em Engenharia.....	931
Em Relações Internacionais .....	180
Em Gestão e Administração.....	221

Refira-se que o número de alunos excede largamente a sua capacidade física o que obrigou a descer o *numerus clausus* de cada curso de 30 para 25 vagas.

É ainda de assinalar que foram recusadas as admissões de algumas centenas de estudantes que requereram transferência para a Universidade do Minho, bem como de elevado número de candidatos com curso superior (bacharelato), o que vem comprovar o subdimensionamento desta Universidade em relação às necessidades e anseios da região em que se pretende inserir.

## CORPO DOCENTE

Tem sido preocupação prioritária, desde a fundação da Universidade, a exigência de qualidade do seu pessoal docente. De facto, uma Universidade, antes de ser edifício

e laboratórios, tem como base, acima de tudo, o alto nível científico e humano do seu professorado e dos seus investigadores.

Dentro das perspetivas dessa exigência prioritária lecionam nesta Universidade 313 docentes, dos quais 16 são catedráticos, 12 associados e 38 auxiliares, o que perfaz o número de 66 professores doutorados. Há ainda a acrescentar 79 assistentes, 110 assistentes estagiários, 6 leitores, 23 monitores e 12 docentes, em regime de tempo parcial e 11 em regime de colocação especial.

A proporção de docentes doutorados é de quase 25%, o que é uma boa proporção, especialmente se consideramos o breve trecho de existência da Universidade e a dificuldade de recrutar pessoal docente qualificado.

Tem-se mantido um bom ritmo de preparação de pessoal docente apesar dos apertos financeiros e das altíssimas propinas das universidades estrangeiras. Ainda assim dos 79 assistentes mantemos 37 bolseiros, mas 24 deles preparam já o seu doutoramento no país e alguns mesmo nesta Universidade. Assim se instiga um maior incremento da investigação científica no seio da própria Universidade e poupam-se divisas, tudo sem prejudicar a urgente necessidade de formação de novo pessoal docente.

Realizaram-se nesta Universidade 4 doutoramentos e levaram-se a bom termo 10 processos de equivalência de doutoramento.

Foi finalmente aprovado o quadro do pessoal docente, adaptado às circunstâncias atuais, o que veio trazer maior estabilidade à carreira docente na Universidade do Minho.

Junto com a sua ocupação normal, docente e investigadora, os membros do corpo docente estão continuamente envolvidos em atividades académicas exteriores à Universidade, tais como: a participação em júris de doutoramento e concursos de professores; a equiparação de doutoramentos respeitantes a outras Universidades; a colaboração ativa em publicações científicas e em cursos de graduação e pós-graduação e a orientação de doutoramentos de outras instituições; a organização de colóquios e reuniões culturais e científicas; a participação em conselhos científicos de várias Escolas de Ensino Superior e em órgãos e instituições nacionais de carácter científico e tecnológico e outras, o que além de prestigiar a Universidade do Minho é exemplo de uma vitalidade e capacidade científicas que importa preservar e desenvolver. É de assinalar finalmente a orientação e lecionação do mestrado de ensino que este ano começou a ser ministrado no Funchal e é dado por professores das Ciências da Educação desta Universidade.

## PESSOAL NÃO DOCENTE

No que se refere a pessoal não docente o número total passou de 221, no final de 1983, para 247, no final de 1984, resultando portanto num aumento de 26 novos funcionários.

Esta situação mostra claramente que o aumento de funcionários não acompanhou, de modo geral, o desenvolvimento da Universidade, revelando-se assim insuficiente para uma desejada e necessária expansão, ao mesmo tempo que se traduziu num maior grau de exigência e competência dos funcionários atuais que, na sua vasta maioria, responderam com elevado sentido de responsabilidade e dedicação.

Tem sido feito um largo estudo preparatório destinado a averiguar qual a estrutura atual de todo o pessoal docente e não docente e, por comparação com outras Universidades, propor a tipologia e o número de lugares a criar no quadro do pessoal não docente. O assunto está neste momento entregue a uma comissão, que se espera seja eficiente, para finalmente se concluir uma proposta a apresentar à aprovação dos ministérios competentes.

Conquanto as atuais perspetivas orçamentais e os condicionalismos impostos à admissão de pessoal na função pública não sejam das mais animadoras, quanto a uma entrada de pessoal em número que permita colmatar rapidamente as deficiências existentes, a ultimação do quadro de pessoal não docente é indispensável como instrumento de gestão da Universidade e como remédio a minorar as nossas deficiências neste ponto.

## CURSOS

Estão já em funcionamento regular todos os Cursos de Licenciatura, mesmo aqueles que principiaram mais tarde, como são os de Engenharia Civil, Gestão e Administração. Continuaram-se a sentir as vantagens da publicação da Portaria 919/83 que estabelece a estrutura curricular dos cursos, a implantação do sistema de unidades de crédito e a aprovação dos respetivos planos de estudo.

A maior inovação foi, no entanto, o começo efetivo de funcionamento dos Mestrados. São eles os cursos de mestrado em educação, nas áreas de Análise e Organização do Ensino, Ensino das Ciências da Natureza e Ensino da Língua Portuguesa. Juntamente com estes, funcionam os Cursos de Mestrado em Informática, com especialização em Ciências da Computação e em Informática e Gestão e o Mestrado em Tecnologia Têxtil. Ao todo são frequentados por 71 alunos.

Para além da criação dos cursos de mestrado nos domínios das Ciências da Educação, está a Universidade do Minho em condições de alargar o seu âmbito de formação de docentes, de modo a integrar a formação inicial de professores para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário, institucionalizar programas de formação em serviço e de atualização e formação contínua de profissionais de educação.

Foi o que se pretendeu com o Decreto-Lei n.º 346/84, de 29 de outubro, criando a base legal para um Centro Integrado da Formação de Professores (CIFOP) que agora urge promover, removidas que foram as peias de origem burocrática e financeira.

### AÇÕES DE SERVIÇO E COOPERAÇÃO

Passando agora à atividade técnica e científica exterior, continuou a Universidade a sua política de cooperação e desenvolvimento com outras instituições, o que mais uma vez vem comprovar a grande abertura da Universidade. Vou referir apenas a assinatura de protocolos e acordos de cooperação neste último período que, por brevidade, passo apenas a enumerar:

- Associação das Universidades e Institutos Universitários do Norte;
- Ministério da Indústria, juntamente com a Câmara Municipal de Braga e a Associação Industrial do Minho;
- Governo Civil de Braga, sobre a bacia do Cávado;
- Centro de cooperação dos Industriais de Máquinas e Ferramentas;
- Unidade de Apoio Tecnológico à Indústria de Plásticos (UATIPLAS) (da Associação Portuguesa de Indústria de Plásticos);
- Governo Regional da Madeira, sobre Mestrado em Educação;
- FAOJ de Braga;
- Ministério do Trabalho;
- Câmaras Municipais de Braga e Guimarães;
- Associação Industrial do Minho, sobre prémios aos melhores alunos.

### SERVIÇO À COMUNIDADE E UNIDADES DE APOIO

Para além desta atividade das várias Unidades, Centros de Investigação e Laboratórios que prestam serviços, nomeadamente à indústria, deve realçar-se o trabalho das Unidades Culturais desta Universidade que têm desenvolvido múltiplas atividades e intenso contacto com a população em serviços à comunidade.

A Biblioteca Pública foi frequentada, no ano de 1984 por 39.500 leitores movimentando assim 49.081 obras literárias. Em outubro passado concretizou-se uma aspiração já antiga da Biblioteca com a transferência da Sala de Leitura para o Salão Medieval, triplicando praticamente o número de lugares disponíveis e melhorando as condições de leitura e segurança. O Catálogo Geral, instalado na Sala da Fonte, ficou com ficheiros em livre acesso. Quanto a ações de extensão cultural, prosseguiram, com animada participação as sessões intituladas “Um escritor apresenta-se”, organizaram-se diversas exposições bibliográficas, fizeram-se 26 apresentações de livros e outra documentação sobre temas de atualidade e organizaram-se 40 visitas guiadas às instalações da Biblioteca Pública.

Em dezembro passado, começou a ser montada a nova secção Infantil e Juvenil que dispõe de mobiliário próprio e fundos específicos, estando prevista a sua abertura ao público para breve.

O Arquivo Distrital de Braga possui, desde este ano, uma sala de leitura exclusiva, tendo continuado o seu serviço normal de incorporações e desenvolvido sobretudo

o seu serviço de catalogação e inventariação. É de relevar, entre outros, o “Inventário Monástico-Conventual” que vai ser publicado.

A Unidade de Arqueologia é uma unidade científico-cultural que tem como primeiro objetivo o estudo e salvaguarda do património arqueológico da região do Minho em particular e genericamente de todo o Norte do país. Como segundo objetivo, articulado com o primeiro, a Unidade de Arqueologia insere-se na região através de serviços prestados à comunidade e de ações de extensão universitária. Nesta perspetiva, tem relações privilegiadas com as Associações de Municípios, as Autarquias, as Escolas do Ensino Secundário e Preparatório, os Departamentos estatais com incidência na área da Cultura e na área do Planeamento e Ordenamento do Território. São numerosos os seus projetos de investigação e a sua atividade editorial, cujas enumerações, por brevidade, temos de omitir.

Os projetos da Unidade de Educação de Adultos têm sido desenvolvidos sobretudo em duas áreas: a formação e a investigação. No âmbito dos projetos de formação, eleva-se a mais de uma trintena os Cursos de sensibilização à educação de adultos, dirigidos a formadores responsáveis de diversos serviços e organismos, desde a Saúde, a Educação, o Serviço Social, etc.

Durante o ano de 1984, a Unidade de Educação de Adultos procurou alargar o âmbito das suas ações de formação e encetar novas formas de colaboração com outros serviços e com especialistas de outras Unidades da Universidade do Minho. No âmbito da investigação, e depois do Projeto encetado em 1979, que incluiu um levantamento junto das associações culturais e das 511 Juntas de Freguesia dos 13 Concelhos do Distrito de Braga, cujos relatórios se encontram publicados, a Unidade de Educação de Adultos tem vindo a participar num projeto de Investigação Participativa, em desenvolvimento desde 1983, em Viana do Castelo, o qual conta com o atual financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e de diversas instituições suecas. A completar estas atividades, a UEA prosseguiu na sua política editorial que já lhe permitiu a publicação de mais de uma dezena de trabalhos sobre a especialidade, iniciativa que, no âmbito da Educação de Adultos, não tem paralelo em nenhuma instituição portuguesa.

O projeto da Casa Nogueira da Silva, enquanto serviço cultural da Universidade do Minho, que responde a uma clara solicitação da comunidade de Braga, é hoje uma realidade publicamente reconhecida. Tem assegurado uma atividade contínua de realizações culturais, norteadas por critérios de qualidade, de que relevamos o conjunto de exposições de arte contemporânea e outras conferências e iniciativas culturais.

A Casa Nogueira da Silva, dadas as suas reais possibilidades, encontra-se ainda em reestruturação, de modo a criar-se o seu estatuto fundamental de funcionamento que não existia.

Uma ação ascendente e dinâmica em matéria de informação documental foi superiormente desempenhada pelos Serviços de Documentação no seu apoio aos alunos, docentes e investigadores da Universidade, tendo servido um número de

leitores (de leitura direta ou domiciliária) da ordem dos 100.000. Adquiriu 2.903 monografias e 240 títulos de revistas. Ao mesmo tempo os Serviços de Documentação fomentaram e colaboraram em várias ações de formação e atualização técnica no respetivo domínio.

### SERVIÇOS SOCIAIS

No decorrer do ano de 1984 os Serviços Sociais da Universidade do Minho continuaram a suportar os custos da exiguidade, dispersão e improvisação das instalações, havendo a considerar como facto mais relevante o ter-se concluído o processo de integração do pessoal no respetivo quadro, único no âmbito dos Serviços Sociais do Ensino Superior.

No setor de Administração Geral procuraram-se novas formas de gestão, de modo que o aumento de estudantes da UM e conseqüente aumento de serviços a serem-lhes prestados não tivesse como contrapartida o aumento de encargos com pessoal.

A administração dos Serviços Sociais continua a ser difícil, pois o Ministério da Educação fixa o preço dos serviços a serem prestados aos alunos e o quantitativo de bolsas de estudo, não dando no início de cada ano a necessária contrapartida orçamental. Deste facto, os serviços, de modo a manterem a necessária paz Universitária, procuram que o *deficit* seja o menor possível aguardando sempre que no final do ano, tal como em 1984 mais uma vez aconteceu, um reforço venha permitir que as contas sejam equilibradas. Este processo tira qualquer hipótese de programação e faz com que a gestão se resuma a resolver os problemas do dia a dia.

Em relação aos Serviços prestados aos estudantes, com a escassez de verbas atribuídas, procurou-se manter o nível dos serviços prestados no ano transato.

Nestes termos verificou-se:

#### Bolsas de Estudo

Praticamente o número de bolseiros não sofreu alteração significativa, pois contra um número de bolseiros mensais, observado em 1983, de 390, registaram-se em 1984, 384 bolseiros. A bolsa média em 1984 foi de 2.686\$00, ou seja, mais 45\$00 que em 1983.

#### Alojamento

Funcionou pela primeira vez, durante um ano completo, a residência masculina com capacidade para 99 estudantes e que havia sido concluída em finais de 1983. Este imóvel veio demonstrar as vantagens de um edifício construído de raiz, pois num centro de alojamento com 99 estudantes não houve no decorrer deste período qualquer conflito relevante e traduziu-se numa fácil gerência, baixo custo de manutenção e assinalável bem-estar para os estudantes.

Em relação ao polo de Guimarães ficou praticamente concluído um edifício com três andares e que, em 1985, poderá albergar 42 estudantes.

#### Alimentação

No polo de Guimarães manteve-se nos mesmos moldes do ano anterior. O reduzido espaço penalizou sobretudo os utentes no período destinado ao almoço. No polo de Braga o aluguer de um novo espaço adjacente às atuais instalações, permitiu alargar a zona de confeção e preparação de alimentos.

Já no decorrer de 1985, aquele espaço receberá a zona de armazém e apoio administrativo, de modo que espaços deixados vagos passarão a área de refeitório.

Em relação ao número de refeições servidas houve um acréscimo, em relação a 1983, de 44.000 refeições que corresponde a um aumento percentual de 24%. Porém, a análise setorial dos Serviços será objeto de um relatório pormenorizado a publicar nos termos do Decreto Regulamentar n.º 45/84, de 5 de Junho.

#### Orçamento 1984

1. Foi particularmente difícil a vida da UM durante 1984, em virtude da escassez de recursos financeiros à sua disposição pelo OGE.

Efetivamente, em 1984, a UM foi apenas dotada no OGE com 422.532 contos o que, comparado com os 363.903 contos, recebidos em 1983, significa que, havendo embora um aumento nominal de cerca de 14% naquelas dotações, o acréscimo, em termos reais, foi negativo. Notemos que durante 1984 o aumento médio dos vencimentos e outros abonos foi da ordem dos 18% e o aumento dos encargos com instalações, com matérias-primas e subsidiárias, com aquisições de serviços, etc. foi ainda superior.

Do montante total das verbas atribuídas, 394.532 contos respeitaram a despesas correntes e apenas 28.000 a despesas de capital; daquelas, cerca de 84% tiveram que ser afetas a despesas com pessoal e apenas 16% a funcionamento. Estes 16%, comparando -se com os 25%, que foi a percentagem das despesas de funcionamento nas despesas correntes, durante 1983, dão-nos a medida das dificuldades e muitas vezes das frustrações a que fomos conduzidos durante o ano findo na gestão financeira dos recursos existentes.

2. A escassez das verbas referidas conduziram-nos a uma situação preocupante em muitos aspetos e por todos sentida:

- Não foi possível garantir, durante 1984, a aquisição do equipamento bibliográfico básico, tanto em publicações periódicas como não periódicas;
- Não foi possível recrutar o Pessoal, especialmente pessoal técnico-profissional e técnico superior, indispensável ao normal funcionamento de muitas áreas e serviços, cujos projetos não puderam, conseqüentemente, ser inteiramente realizados;

## II. OS TEMPOS DA CONSOLIDAÇÃO (1981-2002)

- Houve necessidade de limitar os consumos de secretaria e de laboratório, para além dos resultantes com os encargos com as instalações com prejuízos evidentes;
- Se foi possível pagar a última prestação do computador e seus periféricos, também é verdade que neste momento o mesmo tem a sua capacidade de utilização saturada, sendo indispensável iniciar a aquisição de novos sistemas o que não se pôde ainda fazer.

3. Pelo PIDDAC, as dotações dos 5 projetos que integram o Programa da Universidade do Minho apenas foram de 44.400 contos, que se comparam com os 80.346 de 1983.

Estas verbas permitiram:

- Adquirir em Guimarães duas parcelas de terreno, indispensáveis à implantação da 1ª fase das instalações definitivas;
- Adquirir em Braga um terreno mais, com um edifício onde será instalado o Laboratório de Análises;
- Pagar aos projetistas das instalações definitivas, tanto de Braga como de Guimarães, as fases de trabalho apresentadas;
- Pagar ao projetista das instalações para o CIFOP as fases de trabalho apresentadas e adjudicar algumas pequenas obras de adaptação das instalações existentes.

Não permitiram, no entanto:

- Efetuar a aquisição do equipamento científico quer para a substituição de algum do existente que se revela obsoleto e de utilização geral, quer para apoio, muitas vezes indispensável, a projetos de investigação em curso;
- Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de apoio, mediante a aquisição de alguns equipamentos, permitindo racionalizar ou melhorar as suas atuações;
- Aumentar os espaços disponíveis, quer para a instalação de laboratórios e de salas de aulas, quer para a instalação dos serviços.

Tais são os aspetos negativos e positivos, as luzes e as sombras do nosso panorama financeiro. Ele reflete a nossa vida, com as suas derrotas e as suas vitórias, as suas dificuldades e os seus êxitos.

Apesar de a Universidade do Minho ser ainda de criação recente - tem apenas 11 anos de existência! - já não restam dúvidas a ninguém de que ela é hoje uma realidade viva e dinâmica. No entanto, apesar de ter terminado legalmente o seu período de instalação, agora encontra-se com dificuldades de crescimento que não foram ainda superadas. Entrámos, contudo, nesta nova fase de desenvolvimento com uma grande vontade coletiva de vencer e só ela tem conseguido ir superando esses numerosos contratemplos. O maior tem sido certamente o das instalações definitivas. Mas a conclusão dos Projetos já efetuada e o próximo início das obras fazem com que terminemos, apesar de tudo, com uma palavra de esperança. E por que vemos



que a nossa esperança é partilhada pelos órgãos centrais do ministério, pelas forças vivas regionais, pela Reitoria e outros centros responsáveis da Universidade do Minho dou por findo este relatório com uma palavra de fé nos caminhos do futuro.



## 14. 1986.

### Discurso do Reitor em exercício, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 12<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>30</sup>.

Começo por saudar Vossas Excelências e manifestar o meu regozijo, que é o regozijo da Universidade, pela presença nesta sessão de tão valiosa moldura humana. Ela é sinal de que a Universidade não está isolada da comunidade, antes faz parte dessa mesma comunidade. É também importante fonte de estímulo para seguirmos em frente.

Comemoramos hoje o 12<sup>o</sup> aniversário da Universidade do Minho. De acordo com uma tradição que data de 1978, o dia 17 de Fevereiro – dia da fundação da Universidade, que nos habituamos a designar também por Dia da Universidade do Minho – é ainda o dia da cerimónia solene de graduação, em que se procede à entrega de diplomas e de prémios escolares e que integra ainda a apresentação, pelo Reitor, de um relatório sucinto das atividades da instituição.

Este ano, para além da cerimónia de graduação, vai ter lugar algo mais, pleno de significado: vamos proceder à posse dos membros do Senado Universitário, concretizando assim uma das aspirações da Universidade do Minho, que passará a dispor de um importante órgão de planeamento e de ligação formal à Comunidade.

O Senado Universitário da Universidade do Minho foi criado a título experimental, por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior, com base numa proposta da instituição. É um órgão representativo de todos os corpos da Universidade – docentes, discentes e pessoal não docente –, com poderes deliberativos no que concerne às grandes linhas de atuação e desenvolvimento da Universidade e que apresenta duas importantes inovações:

- Integra personalidades exteriores à Universidade, cooptadas pelo Reitor até um máximo de um terço dos seus membros;
- Apesar de se tratar de um órgão de governo da Universidade, não é presidido pelo Reitor, como a lei geral determinaria, mas sim por um professor designado pelo SEES<sup>31</sup>, mediante proposta do Reitor; procura-se, assim, criar condições para uma maior funcionalidade do órgão, face ao grande volume de responsabilidades e tarefas que a crescente autonomia universitária tem colocado na figura do Reitor.

---

30 Sérgio Machado dos Santos, membro da equipa reitoral e vice-reitor desde o mandato de Lúcio Craveiro da Silva é chamado a assumir o exercício interino da Reitoria quando João de Deus Pinheiro assume a pasta de Ministro da Educação. Cf. Fátima Moura Ferreira e Rita Ribeiro, «Expansão e consolidação», em *História da Universidade do Minho 1973-1974-2014*, coord. Fátima Moura Ferreira (Braga: Universidade do Minho-Fundação Carlos Lloyd Braga, 2014), 133-134. <http://hdl.handle.net/1822/33857>

31 Secretário de Estado do Ensino Superior.

São 38 os membros do Senado que vão ser empossados:

- 11 por inerência de funções atuais ou passadas;
- 12 eleitos pelos seus pares de entre os vários corpos da instituição;
- 3 cooptados pelo Reitor de entre elementos da Universidade;
- 12 personalidades exteriores à Universidade do Minho.

A todos os membros do Senado pretendo exprimir os melhores votos de um trabalho profícuo e gratificante. Deixo ainda uma palavra muito especial de agradecimento às doze personalidades que acederam ao nosso convite, pela disponibilidade, simpatia e entusiasmo com que o fizeram. A Universidade do Minho, francamente interessada numa verdadeira abertura à comunidade muito espera da experiência e do saber de Vossas Excelências.

Antes de me referir ao papel e significado do Senado Universitário da Universidade do Minho é com a maior satisfação que dirijo uma palavra de saudação a todos os membros daquele novo órgão e, em particular aos exteriores, a expressão de gratidão desta Universidade por tão prontamente terem acedido a prestar a sua colaboração.

As Universidades, enquanto organizações, são instituições complexas, o que não será seu exclusivo, mas possuem características que se podem certamente considerar únicas.

Sem dúvida que nelas se reúnem os traços essenciais que definem uma organização: uma associação de elementos com vontade própria, mas com uma finalidade comum traduzida em objetivos sobejamente conhecidos, uma divisão de tarefas entre esses elementos, a possibilidade e capacidade de comunicação entre si e, finalmente, um mecanismo de controlo das suas atividades ou resultados.

No entanto diferenciam-se de outras organizações na medida em que as diversas estruturas de poder, o sentido de comunidade nos seus variados estratos horizontais e verticais e a tácita aceitação pelos seus elementos de valores intrínsecos e permanentes por que se devem reger as suas atividades, tornam frequentemente difusas as ligações hierárquicas e por vezes até, senão conflituosas entre si, pelo menos divergentes, as metas que os seus componentes desejariam ou pretenderiam atingir.

É importante compreender na gestão da Universidade que esta sua singularidade está intimamente relacionada com a própria natureza das suas funções.

Assim, a multiplicidade dos seus objetivos – na transmissão de saber, na promoção de conhecimentos e na prestação de serviços à comunidade – torna difícil a conjugação desses objetivos e a demarcação de atividades no processo produtivo da Universidade.

Um outro ponto é o que Lockwood e Davies designam por mensurabilidade limitada. Não obstante a tendência, aliás relativamente recente, de tentar medir o rendimento das Universidades através de indicadores quantitativos, o facto é que os diferentes

produtos da Universidade não são suscetíveis de medição quantitativa senão parcial e imperfeitamente; com efeito na avaliação daqueles produtos está subjacente uma forte componente de qualidade cuja conversão numa escala numérica é não só difícil como controversa. Por outro lado, o impacto dos resultados das atividades universitárias é frequentemente distante no tempo, o que torna aquelas medições de reduzida utilidade, em termos de planeamento (pode, por exemplo, decorrer muito tempo antes de se encontrar uma aplicação prática para resultados de investigação fundamental).

Uma terceira característica é a simbiose de autonomia e dependência presente nas relações entre a Universidade e a sociedade em que se encontra inserida. Se bem que financeiramente dependente e responsável perante esta, dispõe em geral de grande autonomia e até de autoridade nas suas funções-chave, derivada da sua competência específica em matéria de ensino e investigação que está na base da ideia de liberdade académica.

Em quarto lugar refira-se a difusão de autoridade, já afluída anteriormente, a qual se deve fundamentalmente a uma inevitável proliferação de núcleos de iniciativa e de decisão, o que como é natural contraria uma linha de comando direta e englobante.

Por último note-se a fragmentação interna, devida à existência de um elevado grau de autonomia das diferentes unidades orgânicas baseada no profissionalismo, especialização, natureza da atividade e até na tradição. Burton Clark, por exemplo, afirma que as unidades operacionais primárias - as disciplinas ou grupos disciplinares - compreendem todo um domínio de saber básico ou aplicado. Considera-as assim como subculturas, com raízes profundas que extravasam a instituição e não se enquadram facilmente num organograma burocrático normal. Os respetivos especialistas podem reclamar justamente a primazia numa determinada tarefa e, além disso, encontrar mais afinidades com outros especialistas da mesma disciplina trabalhando fora da Universidade do que com os seus colegas desta, especialistas em outras disciplinas.

Atrevo-me a sugerir, embora só um estudo minucioso da história das Universidades e da sua organização o possa (ou não) confirmar, que pelo menos algumas das características acima descritas se podem vislumbrar nas Universidades de todos os tempos, desde que surgiram as primeiras na remota época medieval.

Não é meu propósito elaborar sobre a gestão universitária mas apenas chamar a atenção para a existência de três estruturas nas Universidades - a das unidades orgânicas, a dos conselhos e comissões e a administrativa - que se entrelaçam e se confundem com as funções produtivas, de decisão e de administração de recursos.

Uma outra questão, cuja importância tem aumentado nos tempos modernos e a que não são certamente alheios a explosão científica e tecnológica, o desenvolvimento socioeconómico e o notável aumento do volume de informação e da rapidez da sua transmissão e disseminação, é o das ligações da instituição universitária com o meio exterior.

Não perfilho a opinião de que a Universidade se tenha sempre isolado por completo. Parece-me evidente que a sua própria função de transmissão de conhecimentos tem como corolário necessário um contacto e uma influência do e no meio exterior, visto que os seus estudantes provêm deste e para este são lançados, sendo alguns deles eventualmente repescados para a instituição após o exercício de uma atividade profissional: a influência poderá ter sido ténue, mas existe. Acresce que a criação das Universidades medievais, renascentistas, napoleónicas e contemporâneas (séculos XIX/XX) tem resultado pelo menos na Europa, de preocupações de ordem ecuménica e humanista, de formação profissional e científica, expressas pela Igreja, pelo Estado e pelas próprias sociedades da época ou de certas camadas dessas sociedades, sob a forma de mecenatos nobres ou municipais. Podem-se ainda citar alguns exemplos de ligação com o exterior, como os cursos cooperativos nos Estados Unidos, em colaboração com a indústria, que datam do século passado e, noutro plano, as ações de extensão universitária, desencadeadas, também no século XIX, pelas Universidades de Oxford e Cambridge e, mais tarde, pelas “Civic Universities” inglesas.

O que me parece estar em jogo na problemática das relações com o exterior, cuja dinamização tem aliás sido uma das vertentes da política da Universidade do Minho desde o seu início e motivado os seus docentes para ações concretas, é o da forma desse diálogo e da existência de um desejável circuito de esclarecimento e correção mútuos.

No que respeita à conceção do Senado Universitário, têm particular relevância o relacionamento com o exterior, na dimensão em que é atualmente entendida e a tão debatida questão da autonomia a que também já se fez alusão. Não me referirei assim às ações de ligação que decorrem a outros níveis da instituição, não porque as não considere da maior importância, mas somente porque desejo concentrar-me na ligação institucional personificada pelo Senado.

É esclarecedor, quanto a mim, seguir a evolução de órgão congénere na maior parte das Universidades britânicas, não só porque me parece exemplar, mas porque, confesso, além do sistema nacional, é o sistema universitário que melhor conheço.

As cartas régias conferiram às Universidades britânicas uma garantia de independência que as tem mais ou menos protegido da intervenção de órgãos externos no seu governo. Exigiam porém, em geral, que os não-universitários tivessem preponderância nas grandes tomadas de decisão de carácter financeiro, relativas à Universidade: no modelo típico, o órgão supremo de governo desta é o *Council* em que a maioria dos membros lhe são exteriores, embora dele façam parte também membros académicos. O *Senate* - equivalente aos atuais Conselhos Científicos das Universidades Portuguesas - tem no entanto sido sempre reconhecido como a principal autoridade em matérias de carácter pedagógico-científico. Este formato que, em maior ou menor grau, tem suscitado críticas dos universitários, com o argumento de que os membros exteriores são leigos nos assuntos próprios da Universidade, repousava logicamente no facto de que, no princípio da vida daquelas Universidades, a grande fatia dos seus rendimentos não provinha de fontes estatais, mas sim de entidades exteriores, tais como autarquias, empresas industriais ou filantropos locais. Visava-se assim garantir que as suas dotações fossem

usadas de acordo com os propósitos para que tinham sido criadas. Aqueles *Councils* desempenhavam assim um papel semelhante ao do Governo da Nação nas Universidades europeias de tipo napoleónico-latino.

Como é sabido, a situação no Reino Unido evoluiu no sentido em que a grande parte dos recursos das Universidades é fornecido pelo Estado e em que padrões uniformes de tratamento são fixados para o conjunto do país, sendo as despesas da Universidade submetidas ao controlo da UGC e examinadas em pormenor por um órgão do Parlamento, participando os membros do corpo docente nas decisões de carácter financeiro, como conselheiros quer do Governo quer da indústria.

A presença dos membros exteriores enquanto fiscalizadores de contas tornou-se menos necessária, se é que não se tornou virtualmente obsoleta. A evolução que se tem processado consiste em reduzir o papel coletivo dos membros exteriores no *Council*, aumentando em contrapartida a sua participação nas comissões mistas universitárias ou associando-os a participar no setor académico, procurando desta forma que a Universidade beneficie da experiência e dos conhecimentos especializados daqueles membros.

Afigura-se irrealista que as Universidades se possam furta à prestação e auditoria dos meios financeiros que lhe são confiados. No momento atual verifica-se mesmo uma crescente exigência no que concerne à rentabilidade da sua atuação e à maximização de todos os recursos humanos e materiais de que dispõe; há também uma forte pressão para que as Universidades aumentem as suas receitas próprias, ou diversifiquem as suas fontes de financiamento aproveitando os diferentes programas de investigação e desenvolvimento, inovação tecnológica e formação, oferecidos em concurso tanto a nível nacional como internacional.

A ideia de autonomia tem de tomar estes fatores e restrições em consideração, como de resto qualquer organização não universitária, isto é, não se deve dissociar da noção de responsabilidade. Esta responsabilidade, no caso da Universidade levanta problemas de solução algo difícil, se tivermos em atenção as suas características particulares, pois a grande parte dos seus rendimentos cria à instituição a obrigação de sintonizar os seus objetivos com as grandes orientações da política nacional, nomeadamente com as prioridades que o desenvolvimento do país exijam. Esta sintonização é indispensável, mas reveste-se de não pequena dificuldade num período histórico extremamente turbulento, de rápidas mutações e evolução acelerada e também de crescente interdisciplinaridade na abordagem das questões a resolver. Contribui para esta dificuldade, em maior ou menor escala, a dimensão da instituição que a obriga a selecionar, com os recursos de que dispõe, vetores de excelência, sem prejuízo da exigência de níveis de qualidade em todas as suas atividades, em consonância com os valores permanentes intrinsecamente universitários.

Não resisto neste contexto à tentação de citar um texto de Miller Guerra e Seda Nunes que, embora datado de 1969, equaciona com clareza e ainda com oportunidade o significado autêntico de autonomia:



“Por outro lado, a *autonomia* – convenientemente conciliada com um controlo estadual maleável, exercido através de órgãos eficientes e modernizados – é uma característica necessária de qualquer Universidade progressiva, capaz de se manter atenta e receptiva às solicitações do movimento científico, tecnológico, económico e social e facilmente adaptável à acelerada evolução contemporânea da Cultura, dos conhecimentos e dos métodos de trabalho intelectual. Deste modo, não podendo embora ser adotada como ponto de partida para a reforma universitária, a *autonomia* deve constituir *um objetivo a atingir* mediante essa mesma reforma.

O essencial é que as estruturas internas, as formas de organização e gestão e as condições gerais de funcionamento das instituições universitárias remodeladas sejam tais que naturalmente as levem a servir-se da sua própria autonomia, não para se isolarem da vida social e cultural, imobilizando-se perante o movimento histórico, mas, pelo contrário, para mais estreitamente se ligarem à sociedade, participando ativamente na sua transformação e transformando-se

**Figura 17**  
Cerimónia do Dia da Universidade, no 12º aniversário, em 17 de fevereiro de 1986, presidida pelo Reitor, Sérgio Machado dos Santos (à esquerda).  
Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

a si mesmas, a fim de melhor se adaptarem às exigências do desenvolvimento social. Só a instituições inovadoras a autonomia servirá como instrumento de inovação. Em instituições de tendência conservadora, representaria, essencialmente, um instrumento de conservação.

Tudo isto significa, em nosso entender, que o problema da autonomia não pode ser corretamente equacionado senão no quadro de uma discussão de âmbito mais geral, com maior alcance e efetivamente prioritária, acerca, por um lado, do modelo institucional dos organismos universitários e, por outro, das formas de participação no governo das Universidades das principais categorias interessadas no Ensino Superior: professores, assistentes, alunos, investigadores e empregadores de diplomados”.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A ilação geral que se retira dos factos e fenómenos a que brevemente aludi é evidente, alguns diriam quase trivial: a componente planeamento assume papel de relevo na boa condução e execução das funções da Universidade moderna e na contínua atualização dos seus objetivos específicos. Não é despiciendo insistir que esse planeamento envolve, como lhe cumpre na sua aceção mais geral, um processo cíclico e um diálogo intenso, tanto a nível interno como com o exterior.

O Senado Universitário da Universidade do Minho, órgão pioneiro no panorama universitário estatal português e, por iniciativa do seu Reitor, criado, em 1985, a título experimental, pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, não pretende ser nem é, como transparece do respetivo despacho, órgão de governo ou fiscalização da Universidade. Antes aspira a ser um fórum de diálogo construtivo em que se conjugue de forma atuante e complementar o leque de conhecimentos e experiências diversificadas dos seus membros e a ser predominantemente um instrumento que ajude os outros órgãos da instituição a desenvolver do melhor modo possível duas atividades interligadas e fundamentais numa Universidade moderna:

- O planeamento integrado de todas as suas funções;
- A potenciação efetiva e lúcida das relações com a comunidade regional e nacional.

Claramente a contribuição entusiástica mas isenta de todos os seus membros é essencial, mas não quero deixar de referir o papel especial dos membros não pertencentes à Universidade, não só pela sua qualidade de cidadãos distintos na vida regional e nacional, mas também por representarem uma valiosa interface entre a Universidade e o seu ambiente.

É esta a missão – e creio poder falar em nome de todos os seus membros – que o Senado desta Universidade se propõe desempenhar a contento e constituir desejavelmente um modelo inspirador para instituições irmãs.





## 15. 1987.

### Discurso do Reitor em exercício, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 13<sup>o</sup> aniversário, em 16 de fevereiro.*

1. Comemoramos hoje o 13<sup>o</sup> aniversário da fundação da Universidade do Minho. De acordo com a tradição, nesta sessão solene do Dia da Universidade o Reitor apresenta o relatório das atividades do ano anterior e procede-se à entrega de diplomas e prémios escolares.

Este ano, vamos introduzir duas alterações ao programa, as quais, assim o esperamos, passarão a integrar a tradição. A primeira é a inclusão de uma oração de sapiência, este ano a cargo do Prof. Doutor José de Azevedo Ferreira e subordinada ao tema *A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro*. Pretendemos, assim, sem abandonar a tradição universitária, pôr de lado a realização de uma cerimónia oficial de abertura das aulas, por considerarmos ser difícil organizar dois atos solenes num mesmo ano sem risco de banalização.

A segunda alteração tem a ver com a publicação prévia do relatório de atividades – o que este ano se fez já – limitando a intervenção do Reitor a uma síntese dos aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas e a, de algum modo, perspetivar o futuro.

2. Dada esta explicação, e antes de passar à apresentação do meu relato sucinto, quero cumprir, e com muito gosto o faço, o dever de saudar todos os presentes.

Ao Senhor Primeiro-Ministro, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, quero penhoradamente agradecer o ter aceitado o nosso convite para participar neste ato, ao qual veio trazer tão grande brilhantismo. Muito nos honra a presença de Vossa Excelência. Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura<sup>32</sup> – que está em sua casa – pretendo dizer que a determinação e coragem com que tem vindo a encarar os problemas das Universidades, abrindo novas e importantes perspetivas para a sua modernização, nos leva a atribuir um significado muito especial à sua presença, bem como, também, à do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>33</sup>. Às excelentíssimas autoridades, e a todos os demais aqui presentes, endereço igualmente os meus gratos cumprimentos.

3. As atividades da Universidade do Minho em 1986 caracterizaram-se essencialmente pela consolidação e incremento da dinâmica de desenvolvimento que havia sido adquirida no período precedente. Contou-se, uma vez mais, com o esforço empenhado de todos os membros da Universidade, cada um no seu domínio e na medida das suas possibilidades, mas todos irmanados numa causa comum. Contou-se também

<sup>32</sup> João de Deus Pinheiro, Ministro da Educação e Cultura no X Governo Constitucional (06-10-1985 a 17-08-1987).

<sup>33</sup> Fernando Real (Fernando Nunes Ferreira Real), Secretário de Estado do Ensino Superior no X Governo Constitucional.

com uma acrescida autonomia, felizmente já extensiva ao controlo da construção das instalações.

Da *nota de abertura* do relatório de atividades, passo a extrair uma breve listagem, muito sintética, do que de mais relevante se passou:

- A tomada de posse do Senado Universitário, há exatamente um ano e o papel que este órgão tem vindo a assumir no planeamento da Universidade a médio prazo;
- O início das obras de construção das instalações definitivas em Braga e o elevado volume de obra efetuado em ambos os núcleos da Universidade;
- A ampliação das instalações provisórias, tanto em Braga como em Guimarães;
- A consolidação do equilíbrio orçamental, com uma continuada acentuação da componente de investimento e uma significativa captação de receitas próprias, em especial em verbas de investigação;
- O reforço dos corpos docente e não docente;
- O início de dois novos cursos de licenciatura, com o correspondente acréscimo do corpo discente;
- O número significativo de concursos para professores e de provas académicas, designadamente de doutoramento;
- O início das atividades do Centro Integrado de Formação de Professores (CI-FOP), através do contrato programa relativo à profissionalização em serviço nos ensinamentos básico e secundário;
- A melhoria das estruturas de apoio social aos estudantes, consubstanciada na construção de um novo bloco residencial e no lançamento da construção de duas cantinas;
- Uma continuada ação de planeamento, com destaque para a aplicação do Regulamento de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade.

4. Algumas dessas ações merecem uma referência mais detalhada. Mas gostaria primeiro de assinalar um outro facto. Continuou em 1986 o impedimento do Reitor eleito, a exercer funções governamentais desde há exatamente dois anos. Coube, pois, ao Reitor interino, nos termos da legislação em vigor, continuar a assegurar a direção da Universidade e a dar satisfação ao programa de ação que a equipa reitoral se havia proposto cumprir. Foi com satisfação que recebemos a recente legislação relativa a situações de impedimento prolongado do Reitor, mediante a qual já foi desencadeado um novo processo eleitoral. Encontra-se assim reestabelecida a normalidade no exercício da autonomia universitária, de que a eleição do Reitor é símbolo importante.

5. O problema das instalações constituiu uma preocupação máxima da Universidade. Efetivamente, a dispersão, a insuficiência e o carácter provisório das atuais instalações representam o mais grave problema da Universidade, dificultando um aproveitamento racional de recursos humanos e materiais e bloqueando o crescimento natural da instituição. Por essa razão, a Universidade do Minho não tem podido responder, na medida do seu desejo, às crescentes solicitações a que tem sido sujeita.

A este respeito, impõe-se introduzir aqui um parêntesis para referir as pressões, a angústia mesmo, vividas no início do ano escolar, a propósito das transferências de alunos, cujos agregados familiares estão nesta região, mas que foram colocados em outras Universidades. Mais de 500 alunos pediram o seu ingresso na Universidade do Minho através de transferência ou pelos regimes especiais de acesso. Com muita dificuldade, foi possível autorizar a admissão de 135 casos (o que representa um acréscimo de 29% ao *numerus clausus*), mas 378 requerimentos (74% do total) ficaram por satisfazer. É uma situação muito delicada, prejudicial à integração da Universidade na comunidade envolvente e que gera muitas incompreensões por parte dos candidatos e de seus familiares, que veem frustrada uma expectativa legitimamente criada pela existência de uma Universidade na região. É certo que a Universidade do Minho tem correspondido com a criação de um número de vagas tão elevado quanto as condições o permitem e com a aplicação de critérios de admissão objetivos e transparentes, rigorosamente aplicados sem exceções. Mas é igualmente óbvia a necessidade de esta Universidade ultrapassar o subdimensionamento em que se encontra, aumentando a sua capacidade de admissão de alunos.

A situação grave das instalações da Universidade do Minho vinha há anos a ser reconhecida a nível governamental, designadamente em declarações públicas de Governantes que admitiam tratar-se da primeira prioridade (a prioridade das prioridades) em termos de instalações universitárias. Bastante se falou no problema, mas sem grande sucesso até há dois anos atrás.

Foi então que se encarou o problema de frente e se começaram a dar passos significativos, possíveis pela conjugação de dois fatores cruciais:

- Por parte da Universidade, promoveu-se uma planificação rigorosa, faseada, viável, para uma 1ª fase de construções, fez-se pleno uso da autonomia adquirida (quer na finalização e aprovação de projetos quer na abertura de concursos), quebraram-se as inércias, reduziu-se a burocracia, diminuíram-se significativamente os prazos ligados a cada etapa do processo;
- Por parte do Governo, na pessoa do Ministro da Educação e Cultura e da sua equipa, encontrámos nestes dois anos uma plena compreensão pelos problemas da Universidade (das Universidades, diria), uma aceitação e rápida aprovação dos *dossiers* submetidos pela Universidade – *dossiers* sempre cuidadosamente fundamentados – e a mobilização dos recursos financeiros mínimos indispensáveis à condução dos trabalhos.

6. O esforço financeiro posto pelo Estado nesta Universidade, com um PIDDAC de 140.109 contos, em 1985 e de 381.110 contos, em 1986, é efetivamente algo sem precedentes nesta instituição: o PIDDAC de 1986, por exemplo, foi superior ao valor acumulado de todos os PIDDAC, entre 1974 e 1984. Creio poder demonstrar tratar-se de um esforço justificado e bem aplicado. Avançarei para isso duas ordens de razões.

A primeira prende-se com a caracterização da Região Norte e com o papel das Universidades do Norte nessa região. Sem repisar factos e números amplamente divulgados, lembro apenas que, representando a região a norte do Rio Douro um quinto

da área geográfica do território continental nacional, nela vive cerca de um terço da população do continente e mais de metade da população com idade até 15 anos. No entanto, o *numerus clausus* das Universidades da Região Norte representa apenas 22.5 % do total nacional (reportamo-nos apenas às Universidades do Estado). O desequilíbrio é patente, nós sentimo-lo no dia a dia. É urgente que as Universidades da Região Norte, no seu conjunto, aumentem rapidamente, até duplicar, a sua capacidade de acolhimento. E dentro da Região, não esqueçamos que a densidade populacional do Distrito de Braga (265.3 h/km<sup>2</sup>) é duas vezes e meia superior à média nacional (105.1h/km<sup>2</sup>) e supera em dois terços o valor correspondente à Região Norte (160.2 h/km<sup>2</sup>, números de 1981). Quer dizer, a Universidade do Minho, com a sua atual capacidade para 3.000 alunos, está abaixo de metade da dimensão que a região do Minho justifica e merece.

A segunda razão tem a ver com a maneira como estão a ser gastos os dinheiros que nos foram atribuídos. Através de um circunstanciado acompanhamento dos projetos, bem como de diretivas claramente transmitidas às equipas projetistas, foram adotadas soluções construtivas de grande rigor, com custos unitários favoráveis. Estamos assim a conseguir um custo de construção por metro quadrado dos mais baratos, designadamente em relação a Escolas do Ensino Superior Politécnico. Por outro lado, foi criado um mecanismo eficiente de fiscalização das obras, e de realização de ensaios de materiais e de controlo dos processos de construção, executados pelos laboratórios da própria Universidade.

7. Os frutos do trabalho e do dinheiro investidos estão à vista: as terraplenagens e infraestruturação dos terrenos estão praticamente concluídas tanto em Braga como em Guimarães; a construção do conjunto integrado de três edifícios que constituem a 1ª fase das instalações em Guimarães está em bom andamento (as fundações estão concluídas, as estruturas bastante avançadas e dentro de um mês é iniciada a parte de construção civil e acabamentos); em Braga, o edifício do Complexo Pedagógico, com capacidade para 4.000 alunos, está em construção.

Podemos com segurança afirmar que vai ser possível utilizar os primeiros edifícios no ano escolar de 1988/89. Quer dizer, as Instalações Definitivas da Universidade do Minho não são mais um mito, como quase se chegou a acreditar; pelo contrário, estão a ser uma realidade muito concreta, já visível sobre o terreno.

8. Não poderia deixar de lembrar que foi em 1986, em 22 de março, que se efetuou a bênção e lançamento da 1ª pedra das Instalações Definitivas em Braga. Também então contámos com a honrosa presença do Senhor Primeiro Ministro, numa manifestação inequívoca do interesse do poder central pelo desenvolvimento das Universidades. Mas não se esgotou aí o interesse do Senhor Primeiro Ministro: o seu Gabinete, por mais de uma vez, indagou do estado de andamento das obras, num acompanhamento do problema que muito nos sensibilizou, nos motivou ainda mais e nos fez sentir mais responsabilizados, se tal era possível. Bem-haja, Senhor Primeiro Ministro, pelo incentivo que nos deu.

9. Que nos reserva o futuro, em termos de instalações? Poder-se-ia (erroneamente) depreender das minhas palavras que tudo está resolvido. A situação é fácil de resumir:

- A Universidade dispõe dos terrenos para toda a 1ª fase de construções, a desenvolver até 1992 e já os infraestruturou;
- Os projetos de execução estão ou concluídos e aprovados, ou, para as últimas empreitadas a lançar, em fase de conclusão;
- O faseamento das construções está rigorosamente definido e aprovado pelo Governo através de portarias já publicadas, de repartição plurianual de encargos;
- Criou-se uma grande dinâmica em todo o processo, com bom cumprimento de prazos e garantia da qualidade de construção;
- Existe um só problema: o volume de financiamento no ano corrente e nos próximos anos.

Temos consciência de que o PIDDAC de meio milhão de contos, que nos foi atribuído para 1987, representa um esforço considerável por parte do Estado. É também um valor que, não fossem os antecedentes, compararia razoavelmente bem com o das restantes Universidades. Simplesmente, não está de acordo com a admitida *prioridade das prioridades*. Não contempla o facto de, devido aos grandes atrasos verificados no passado, nos vemos agora confrontados com a construção, em paralelo, das instalações da Universidade em Guimarães, das instalações da Universidade em Braga e das instalações do Centro Integrado de Formação de Professores, todas elas urgentes e com tipologias distintas. Não cumpre ainda a programação de obra que havia sido acordada quando da aprovação das portarias referidas: o volume de obra que deveríamos executar, e que temos capacidade para executar, corresponde a encargos que ultrapassam aquela dotação em mais de cem mil contos. Como consequência, há que atrasar o lançamento da próxima empreitada em Braga, em cerca de meio ano, o que levanta sérios problemas logísticos, na medida em que, durante mais de um ano letivo, teremos que pôr a funcionar o Complexo Pedagógico (salas de aulas e anfiteatros), sem dispor no *Campus* de espaços de descompressão e de convívio, de refeitórios, de gabinetes para docentes. Efetivamente, é na nova empreitada a ser iniciada este ano que esses espaços vão existir.

O encadeamento das construções da 1ª fase é, na realidade, crítico e conduz a uma concentração considerável de encargos nos anos de 1987 a 1989, logo seguida de um abaixamento nos anos seguintes, terminando em 1992. Se não forem disponibilizados os recursos financeiros adequados na altura devida, haverá certamente que atrasar a entrada em funcionamento de alguns edifícios, ainda que concluídos - solução esta obviamente gravosa em termos da rentabilização dos investimentos do Estado e dificilmente compreensível face às dificuldades em espaços existentes na Universidade.

10. A situação complicou-se ainda pelo facto de não estarem a ser assumidas, a nível governamental, as dívidas das Ex-Construções Escolares. No caso da Universidade do Minho, a 1ª empreitada das obras de Braga transitou com encargos assumidos de

cerca de 70.000 contos, que deveriam estar nessa altura em grande medida pagos. A obra foi inscrita no PIDDAC da Universidade, sendo todos os autos pontualmente pagos, como aliás para todas as empreitadas em curso. Mas isso foi feito a expensas da programação das restantes obras e com importantes reduções nos adiantamentos previstos por lei no início de cada empreitada. A reposição dessa quantia no PIDDAC da Universidade é necessidade imperiosa.

11. Ainda a propósito das dívidas das Ex-Construções Escolares, não posso deixar de referir uma situação existente, que nos ultrapassa completamente mas que constitui grave injustiça. Trata-se de uma obra de ampliação nas instalações em Guimarães, que nos foi entregue pelas Construções Escolares já completamente concluída. Apesar de a obra ter sido iniciada há mais de dois anos e concluída há um ano, a firma construtora não recebeu ainda qualquer pagamento. A dívida, com os juros de mora incluídos, ronda já os vinte e um mil contos. A Universidade nada pode fazer, quer por razões legais quer por falta de dotação. Não sabemos se se trata de uma responsabilidade dos Equipamentos Educativos, da Secretaria de Estado do Ensino Superior ou de outro Ministério. Mas não temos dúvidas de que uma pequena firma está em sérios apuros e que a situação é insustentável. Casos idênticos existem em outras Universidades, como o Conselho de Reitores tem vindo a alertar. Algo tem que ser feito a este respeito, com a máxima urgência.

12. A criação de infraestruturas para a investigação científica mereceu uma atenção muito especial. No relatório do ano anterior apresentei uma análise sobre as potencialidades e carências da Universidade do Minho neste setor, tendo então concluído não dispor esta instituição de recursos materiais adequados aos recursos humanos especializados que preparou.

Com plena consciência da situação, e convictos de que não seria através do orçamento da Universidade atribuído pelo Estado que se poderia ultrapassar o problema, a equipa da reitoria decidiu apostar forte na captação de vias alternativas de financiamento. Para o efeito, montou uma estrutura de coordenação e difusão de informação, de dinamização de propostas de projetos e de acompanhamento das mesmas e promoveu, junto das entidades potencialmente financiadoras, uma ação de sensibilização sobre as reais capacidades da Universidade do Minho.

Como fruto dessa ação, um elevado número de projetos foi aprovado, envolvendo ações com duração de um a três anos, algumas participadas pela indústria. Captou-se por esta via um financiamento externo global que ascende a 190.000 contos, sendo 166.000 provenientes de instituições tradicionalmente financiadoras de investigação (INIC, JNICT, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Ministério da Indústria) e 24.000 contos correspondentes a participações da indústria. Desse valor, cerca de 90.000 contos foram disponibilizados em 1986. Trata-se de um apoio significativo, que traduz a credibilidade adquirida pela Universidade do Minho junto da indústria e das entidades referenciadas, com particular destaque para a JNICT, para a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e para a Fundação Calouste Gulbenkian. Embora uma boa parte



**Figura 18**  
Cerimónia do Dia da Universidade, no seu 13º aniversário, em 16 fevereiro de 1987. Intervenção do Reitor, Sérgio Machado dos Santos (ao centro), tendo à esquerda, o 1º Ministro, Aníbal Cavaco Silva e à direita o Secretário de Estado do Ensino Superior, Fernando Real e o vice-Reitor, Licínio Chainho Pereira. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



desse dinheiro se destine a despesas diretas com os projetos, a Universidade consolidou substancialmente o seu potencial científico-tecnológico, reforçando a sua importância e capacidade interventora no desenvolvimento económico da região e do país.

13. Com essa capacidade acrescida, multiplicaram-se as ações de prestação de serviços especializados à comunidade, através de protocolos ou acordos com entidades exteriores nos mais variados domínios, designadamente em ações de formação profissional, inovação tecnológica, consultadoria, realização de ensaios e análises e serviços gerais de apoio técnico. A nível organizativo, o Regulamento de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade, aprovado faz hoje um ano, veio introduzir mecanismos eficientes e transparentes para a gestão dos projetos, tendo suscitado uma grande receptividade por parte dos docentes: 20 projetos estiveram ativos, movimentando uma verba de aproximadamente 20.000 contos, dos quais 4.000 revertiram em receitas próprias da Universidade.

14. Gostaria de salientar que a intervenção da Universidade no exterior não se fez exclusivamente a nível regional, nem se confinou aos projetos científicos e tecnológicos. Pelo contrário, a Universidade está franca e interessadamente envolvida em projetos de grande relevância nacional, nomeadamente:

- Constitui polo importante do projeto MINERVA, para a introdução das tecnologias da informação nos ensinos básico e secundário;
- É o principal polo dos Cursos de Complemento de Formação para Professores de Trabalhos Manuais e do 12º Grupo do ensino secundário;
- Está envolvida na dinamização a nível nacional do programa COMETT das Comunidades Europeias;
- Participa ativamente nos trabalhos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo.

15. O Orçamento do Estado atribuído à Universidade justifica uma breve referência. Os recentes estudos sobre o financiamento das Universidades, que conduziram à fórmula de financiamento aprovada pela Resolução n.º 87/86 do Conselho de Ministros, vieram demonstrar o que para nós era óbvio: a Universidade do Minho estava a ser subfinanciada. Os primeiros ensaios da aplicação da fórmula, esboçados em 1986, permitiram finalmente colocar o orçamento desta instituição num nível compatível com a sua dimensão e com as atividades que desenvolve. Trata-se ainda de um orçamento de rigor, como a situação do país o exigiria, mas já não é um orçamento de subsistência.

O relatório de atividades indica em detalhe os vários índices de funcionamento, que comprovam a evolução favorável no sentido da contenção de despesas correntes e do incremento da componente de investimento em equipamentos e construções. Por exemplo, as despesas nas rubricas de pessoal foram contidas a 64.4% do OE, índice francamente favorável dentro do panorama habitual.

Menção especial merece a incidência das receitas próprias no orçamento da Universidade. Quando, há dois anos e meio atrás, se apresentou um programa de ação a



propósito das eleições então realizadas para o lugar de Reitor, propôs-se, como meta programática em termos de orçamento privativo, obter através de receitas próprias:

- A curto prazo, o equivalente às atuais despesas de funcionamento da Universidade, excluindo as despesas com pessoal (eram então de 60.000 contos);
- A médio prazo, o reforço em 20% do orçamento ordinário da Universidade.

Com os financiamentos de investigação já referidos, as receitas por prestação de serviços especializados e outras receitas próprias diversas, atingiu-se em 1986 o nível de 13.5% do OE, não só cumprindo, mas duplicando, a meta a curto prazo e dando um importante passo a caminho do orçamento privativo de 20%. Aliás, se as propinas de inscrição estivessem ao nível das praticadas na maioria dos outros países e se constituíssem receita própria da Universidade, como prevê a proposta de lei da autonomia universitária, também esse objetivo já estaria cumprido e ultrapassado.

Quanto à execução orçamental, e apesar das dificuldades levantadas por um sistema de Contabilidade Pública rígido e obsoleto, foi possível evitar grande acumulação de despesas no fim do ano e atingir uma execução de 99.998% do *plafond* atribuído.

16. Passo a aludir uma última questão relativa às atividades do ano findo, que diz respeito ao pessoal não docente. Havia-se produzido todo um trabalho de fundo em 1985, mediante o qual foi criada uma nova metodologia de gestão de pessoal e foram definidas, com clareza e transparência, as normas de contratação e promoção de pessoal.

Fomos impossibilitados de dar a devida continuidade a esse trabalho em 1986, pelo facto da posição assumida pelo Tribunal de Contas de não dar visto a promoções ou progressões de carreira nos serviços não dotadas de quadro. Não houve, por conseguinte, possibilidade legal de promover qualquer funcionário. Trata-se de uma situação profundamente injusta e insustentável.

A gravidade da situação foi reconhecida pelo Governo, ao publicar o Decreto-Lei n.º 109/86, de 21 de maio, em que se obrigava a aprovar um quadro provisório de pessoal no prazo de três meses, isto é, até fins de agosto passado.

Com a colaboração, muito empenhada, de uma comissão de pessoal representativa das diversas carreiras, foi preparada e devidamente fundamentada, uma proposta de quadro remetida ao Ministério em julho de 1986. Para a resolução de algumas dificuldades pontuais, efetuaram-se reuniões com a participação simultânea da comissão de pessoal e de técnicos da Direção Geral, sempre na perspetiva de uma total transparência de processos.

Infelizmente, o Governo não pôde cumprir o prazo que a si próprio se havia imposto. Assinale-se, no entanto, que a Portaria do quadro provisório da Universidade está já assinada pelo Ministro da Educação e Cultura e em fase adiantada de aprovação pelo Ministério das Finanças, abrindo perspetivas para a sua próxima publicação. Logo que tal aconteça, serão desencadeados os processos de promoção.

17. Procurei apresentar aqui uma reflexão crítica sobre aspetos cruciais das atividades desenvolvidas pela Universidade do Minho durante o ano de 1986, sumariando o que, com a generosa disponibilidade e esforço de toda uma equipa, toda uma instituição, foi possível realizar, e alertando também para as principais dificuldades a vencer no futuro próximo.

Muito há ainda para fazer, tanto a nível da criação de estruturas como no âmbito do planeamento. Mas, vencidas que foram as dificuldades iniciais, a Universidade do Minho está imparavelmente lançada numa dinâmica de desenvolvimento em que todos – a Universidade, as forças vivas da região, o Governo – não poderão deixar de estar envolvidos e responsabilizados.

Termino, pois, expressando a firme convicção de que, com o potencial humano disponível e a dinâmica adquirida, estão reunidas as condições para poder augurar um futuro promissor à Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 16 de fevereiro de 1987.



**16. 1987.**

## **Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.**

*Tomada de Posse, em 29 de maio*<sup>34</sup>.

Senhor Ministro da Educação e Cultura<sup>35</sup>;  
 Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>36</sup>;  
 Senhor Diretor-Geral do Ensino Superior;  
 Senhores Reitores e Vice-reitores das Universidades Portuguesas;  
 Senhores Deputados à Assembleia da República pelo Distrito de Braga;  
 Senhor Decano da Universidade do Minho;  
 Dignísimos Membros do Senado da UM;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da UM;  
 Dignísimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;  
 Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores;  
 Estimados Alunos e Prezados Funcionários;  
 Minhas Senhoras e meus Senhores:

A presença de V. Exas. nesta cerimónia de investidura da equipa reitoral é, para nós, uma grande honra e muito nos sensibiliza. Outros também, que não puderam estar hoje aqui, nos fizeram já chegar uma palavra amiga e encorajadora. Entendemos a presença de tantos amigos como uma manifestação de apreço pela Universidade do Minho e um sinal de confiança no seu futuro. A todos endereçamos o nosso sincero e vivo agradecimento.

Uma palavra especial é devida ao Senhor Ministro da Educação e Cultura. Quis o Professor João de Deus Pinheiro dar-nos a honra de estar presente neste ato e, assumindo momentaneamente a sua qualidade de Reitor eleito cessante, dar posse ao novo Reitor. Vemos na sua presença não só a sua amizade, que prezamos e retribuimos, mas também o seu cuidado interesse e empenhamento pela Universidade do Minho, que tanto lhe deve.

Não foi tarefa fácil substituir o Professor João de Deus durante dois anos. É agora acrescida a nossa responsabilidade, ao suceder-lhe. Mas contamos sempre com a sua ajuda e o seu conselho, útil e amigo.

O recente ato eleitoral para o cargo de Reitor foi já o terceiro nesta instituição. Tendo a Universidade do Minho sido, desde o seu início, uma defensora acérrima da autonomia universitária, é gratificante assistirmos à banalização de um importante símbolo dessa mesma autonomia.

<sup>34</sup> Sérgio Machado dos Santos é eleito Reitor em 1987, numa eleição disputada com Joaquim Barbosa Romero.

<sup>35</sup> Estava ainda em funções o X Governo Constitucional (6-10-1985 a 17-08-1987), ocupando a pasta João de Deus Pinheiro.

<sup>36</sup> Fernando Real (Fernando Nunes Ferreira Real).

Continuando numa linha pioneira, o processo eleitoral baseou-se, uma vez mais, na propositura de candidatos, com exigência de apresentação de um programa de ação e com votação direta de todos os membros da Universidade, ponderada por corpos eleitorais. A elevada afluência às urnas veio, de certo modo, validar o processo e demonstrar que a Universidade é um corpo vivo, com todos os seus elementos francamente motivados e interessados nos destinos da instituição.

Compreenderão, pois, que me sinta particularmente honrado e sensibilizado pela eleição. Sinto-me também, e pelas mesmas razões, acrescidamente responsabilizado pela execução do programa que foi proposto e tão amplamente avalizado.

Gostaria de salientar que o programa de ação submetido a sufrágio não representa um projeto, ou uma visão meramente pessoal. Emanava, antes, de um trabalho de conjunto, em que muitos contribuíram, generosamente, com a sua experiência, reflexão e sentido crítico. Aos propositores da minha candidatura, que de mais perto, e com muito entusiasmo, se empenharam na elaboração do documento final, exprimo o meu reconhecimento.

Esse programa, que vai orientar a nossa atuação, é ambicioso tanto nas metas que se propõe como nos parâmetros de rigor ético e metodológico em que assenta. É ambicioso ainda, quando apela a todos os corpos e elementos da Universidade, no sentido de os mobilizar em torno de um projeto comumente assumido. Sem deixar de ser inovador, é também, em grande medida, de continuidade da ação que tem vindo a ser desenvolvida.

Assenta o programa em oito grandes objetivos estratégicos:

- O reforço da autonomia universitária, que deverá ser consubstanciado no Estatuto da Universidade;
- O estudo aprofundado da problemática pedagógica e o reforço do apoio social aos estudantes;
- O estabelecimento de uma política institucional para a investigação;
- A descentralização e modernização da gestão da Universidade;
- A redefinição, numa base permanente, do plano de desenvolvimento da instituição;
- A construção e operacionalização das Instalações Definitivas;
- O reforço da projeção da Universidade do Minho no exterior;
- A mobilização da comunidade universitária.

As linhas programáticas assim enunciadas, conjuntamente com a prática do anterior mandato, seriam suficientes para definir o sentido global da ação que se poderá esperar da equipa agora empossada. No entanto, alguns dos pontos avançados, pela sua importância e oportunidade institucional, justificam algum aprofundamento.

Entre esses, encontra-se claramente a questão da problemática pedagógica. É lugar-comum que uma Universidade vale, essencialmente, pela qualidade do ensino que ministra e da investigação que pratica. É igualmente certo, e tenho-o repetida e

convictamente afirmado, que os estudantes são a razão primeira de ser da Universidade. Assim, os problemas do ensino não poderão deixar de ter um tratamento particularmente cuidado.

O atual panorama do ensino universitário apresenta alguns sintomas preocupantes, dos quais destacaríamos o baixo rendimento escolar, expresso nas taxas elevadas de reprovações e o fraco incentivo à criatividade e ao espírito crítico, situação pouco consentânea com o nível universitário. Entendemos, pois, ser imprescindível desenvolver estudos sobre esta matéria, sem dúvida delicada, promovendo um debate, franco e aberto, à volta das questões pedagógicas. Para esse debate, propomo-nos sensibilizar e motivar discentes e docentes, no sentido de encontrar soluções que sejam razoáveis, consensuais e potenciadoras de uma maior eficácia do ensino.

A autonomia universitária é outra das questões a merecer referência especial. Ultimamente, bastante se tem avançado em termos de autonomia, quer através de legislação vária que veio reforçar as competências dos reitores, quer no modo como o Governo vê o exercício do poder de tutela sobre as universidades. No entanto, a tão desejada Lei da Autonomia Universitária, definidora de um quadro de referência balizador do exercício da autonomia em cada instituição, não foi ainda aprovada. A laboração dos Estatutos de cada Universidade, ponto fulcral na implementação da autonomia, tem por conseguinte vindo a ser prejudicada.

Continuaremos a pugnar pela publicação da Lei da Autonomia Universitária. Acreditamos mesmo que os consensos já obtidos em torno desta matéria, de que o projeto elaborado pelo Conselho de Reitores foi ponto focalizador, poderão facilitar a respetiva aprovação na próxima legislatura da Assembleia da República. Esses mesmos consensos podem igualmente constituir uma base suficientemente segura para, desde já, nos abalancharmos à elaboração dos Estatutos da Universidade do Minho. Com esse intuito, vai muito em breve ser criada uma Assembleia para elaboração dos Estatutos, na qual participarão todos os corpos da Universidade.

Para além de definir o modelo estrutural da instituição, o Estatuto deverá traduzir o desejo, por parte da Universidade, de levar o exercício da autonomia aos seus limites, tanto nas relações com o órgão de tutela como na organização e descentralização internas. Efetivamente temos desde sempre defendido que a verdadeira autonomia não se cria por decreto, mas se constrói através de uma prática intransigente e também responsável. O Estatuto e a sua posterior regulamentação deverão procurar dar corpo a este espírito, institucionalizando designadamente soluções que têm vindo a ser ensaiadas.

Os aspetos organizativos, que referi, são importantes, por instrumentais. Mas a verdadeira batalha a travar é a do desenvolvimento da Universidade. Inserida numa região populosa e laboriosa, a Universidade do Minho está nitidamente subdimensionada, não conseguindo corresponder, na medida dos seus desejos, às crescentes solicitações a que tem sido sujeita. Ainda recentemente, a propósito do relatório de atividades do ano transato, tivemos oportunidade de lembrar que a Região Norte, apesar de albergar um terço da população do continente e mais de metade da população até

aos 16 anos, dispõe apenas, no conjunto das suas três universidades, de 22.5% do *numerus clausus* nacional. O desequilíbrio é patente e incompatível com o potencial económico e social da região. Não nos restam, pois, dúvidas de que tudo devemos fazer para, tão cedo quanto possível, duplicar a dimensão da Universidade do Minho, dotando-a com uma capacidade para 6.000 alunos.

Temos consciência da grandeza do desafio que um tal crescimento acelerado nos coloca, dos problemas que há a resolver: há que construir instalações, equipá-las, admitir e formar pessoal, angariar os necessários recursos financeiros. E, acima de tudo, há que promover um planeamento adequado para esse crescimento, tendo como princípio orientador fundamental que a Universidade se não desvie dos problemas e dos verdadeiros interesses regionais e nacionais, mas se assuma, cada vez mais, como um motor do desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere.

No que respeita aos recursos financeiros, vão sem dúvida existir dificuldades, mas acreditamos que a dinâmica institucional adquirida, conjugada com uma mudança de atitude que se tem vindo a verificar por parte do poder político em relação às Universidades, nos vai permitir ultrapassá-las, com maior ou menor esforço. Aliás, no momento crucial e histórico que se coloca ao país, de enfrentar os novos desafios da integração na Europa, não poderão as Universidades deixar de desempenhar aí um papel fundamental. Colherão, também, as correspondentes vantagens, designadamente no acesso aos fundos estruturais comunitários. Esta é uma área que, a nosso ver, deverá ser convenientemente explorada pelo setor do Ensino Superior, em estreita conjugação de esforços com as autoridades regionais e locais. Convém ter presente que a Comissão das Comunidades Europeias atribui prioridade a abordagens integradas na aplicação dos fundos estruturais, tendo em vista melhorar a sua eficácia, por concentrar fluxos financeiros numa região ou setor, contribuindo assim para valorizar o potencial de desenvolvimento endógeno dessa região ou setor. Há que tirar todo o partido dessa abordagem integrada, que necessariamente incluirá as Universidades.

Quanto às linhas gerais orientadoras do desenvolvimento da Universidade do Minho, o Senado Universitário definiu já alguns parâmetros importantes, que deverão agora ser complementados com estudos aprofundados. Podemos desde já avançar, como princípios básicos da política traçada:

- Promover o desenvolvimento harmonioso e coerente da Universidade, nas suas diferentes áreas e nos seus dois núcleos;
- Enquadrar esse desenvolvimento por um planeamento racional, que se pretende despido de emotividades – sejam elas de natureza corporativa ou de interesses bairristas – e focalizado nas necessidades e potencialidades da região;
- Estimular a participação e empenhamento de cada setor e da Universidade como um todo, no reforço do planeamento, tanto a nível prospetivo, tendo em vista o desenvolvimento a médio prazo, como no plano previsional, com mecanismos que permitam traçar cenários exequíveis numa base anual;

- Promover igualmente a participação das forças sociopolíticas e de outras entidades relevantes exteriores à Universidade, na discussão dos grandes objetivos institucionais, na perspectiva de gerar consensos tão alargados quanto possível.

Uma solução consensual deverá ser encontrada, em particular, para as questões derivadas da bipolarização da Universidade do Minho. O atual quadro legal, ao estabelecer o funcionamento dos três últimos anos dos cursos tecnológicos em Guimarães e todas as restantes atividades letivas em Braga, tem gerado dificuldades de funcionamento e não se coaduna com o desenvolvimento de dois verdadeiros núcleos universitários. Pretendemos propor uma alteração a esse quadro, no sentido de tornar ambos os núcleos mais operacionais e coerentes e introduzir maior flexibilidade no funcionamento dos cursos. Temos designadamente em vista:

- A possibilidade de funcionamento de cursos de raiz em Guimarães, condição indispensável para que esse núcleo venha a adquirir massa crítica;
- O funcionamento de cursos não tecnológicos no núcleo de Guimarães e de cursos tecnológicos no núcleo de Braga se, e quando, tal se revelar necessário.

Em qualquer dessas situações, serão cuidadosamente ponderadas as restrições existentes, bem como a dimensão relativa dos dois núcleos, de modo a evitar acelerações demasiado bruscas, potencialmente geradoras de perturbações.

Como afirmei já, temos plena consciência de como é pesada a tarefa que nos espera e das responsabilidades que assumimos. Sabíamos-lo bem, quando nos dispusemos a continuar o exercício do cargo. Mas conhecíamos também o enorme potencial de que dispõe a Universidade do Minho, potencial que lhe advém da qualificação, juventude e dedicação do seu corpo docente, do grande empenho e dedicação da vasta maioria dos seus funcionários, da qualidade e espírito trabalhador dos seus discentes, bem como da inserção da Universidade no meio e do apoio recebido de entidades exteriores e das forças vivas da região. Ao aceitar o cargo, fizemo-lo por acreditar sermos capazes de mobilizar todo esse potencial – toda a Universidade e a região – na execução do projeto que nos propusemos. Com todos contamos.

Contamos também com uma equipa muito motivada, agora completa e acrescida dos pró-reitores. Gostaria mesmo de salientar que atribuímos um significado especial ao facto de terem sido empossados simultaneamente o Reitor, vice-reitores e pró-reitores. Este ato traduz o espírito de equipa e de identificação com a Universidade, que anima todos os elementos empossados (nestes incluímos o Professor Carlos Bernardo, que razões imperiosas de serviço, ligadas à organização de um encontro científico internacional, impediram de vir aqui tomar posse como pró-reitor).

São grandes as responsabilidades que cabem a cada um, quer nas tarefas assumidas em comum, quer nas específicas de cada pelouro. Sem entrar em detalhes de delegação de competências, quero no entanto esboçar as principais áreas de atuação de cada membro da equipa.



**Figura 19**

Tomada de Posse do Reitor, Sérgio Machado dos Santos (de pé), em 29 de maio de 1987. À esquerda, sentados, o Ministro da Educação e Cultura, João de Deus Pinheiro e o Secretário de Estado do Ensino Superior, Fernando Real. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



O vice-reitor Professor Licínio Chainho Pereira<sup>37</sup> continua com o pesado encargo de coordenar e dinamizar as ações de cooperação e de investigação e desenvolvimento, onde tão bons resultados tem conseguido na captação de financiamentos alternativos ao OE. Refira-se que a obtenção de um nível significativo de receitas próprias, através do orçamento privativo, é crucial para o equipamento da Universidade e é meta importante em termos de autonomia universitária. A diversificação crescente de fontes e programas de financiamento justifica mesmo a criação, a curto prazo, de um Gabinete de Apoio à Inovação e Formação, que venha a constituir uma interface efetiva entre a Universidade e as empresas e outros organismos públicos e privados.

Caberá ainda ao Professor Licínio Chainho Pereira a responsabilidade de coordenar as atividades do Centro Integrado de Formação de Professores, que deverá iniciar já no próximo ano letivo os cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores do primeiro ciclo do ensino básico.

Ao vice-reitor Professor José Eduardo Lopes Nunes<sup>38</sup> competirá a tarefa complexa, mas aliciante, da formulação de uma política de investigação científica e de formação do pessoal docente e das suas inter-relações com os problemas pedagógicos e com o estabelecimento de uma política editorial para a Universidade. Muito se conta com a colaboração do Conselho Científico para esta missão, que tão de perto diz respeito a esse órgão.

O pró-reitor Professor Carlos Bernardo,<sup>39</sup> na sequência da colaboração que vinha já a prestar à reitoria, coordena e dirige as atividades do Gabinete das Instalações Definitivas, continuando a dar corpo a esse grande sonho, que progressivamente, sobre o terreno, se está a tornar uma realidade. Refira-se, a propósito, que o Gabinete dispõe já dos recursos humanos e técnicos para o pleno acompanhamento dos projetos e obras de construção, o que muito tem facilitado o bom andamento das obras em curso.

O pró-reitor Professor António Cabeço Silva<sup>40</sup> atuará, como delegado do Reitor, junto ao polo de Guimarães, com capacidade de decisão nos assuntos de gestão corrente do núcleo, bem como nas questões com carácter de urgência. A autonomia acrescida assim concedida a esse polo constituirá, estamos certos, um importante elemento de dinamização das atividades aí desenvolvidas.

Aos Professores Licínio Chainho Pereira, José Eduardo Lopes Nunes, Carlos Bernardo e António Cabeço Silva, a quem testemunho o meu elevado apreço, agradeço a inestimável colaboração que se dispõem a dar-me.

---

37 Não há despacho de nomeação do vice-reitor Licínio Chainho Pereira, tendo a atribuição de competências sido feita em junho de 1987. Foi vice-reitor entre junho de 1987 e abril de 1990.

38 Não há despacho de nomeação do vice-reitor José Lopes Nunes, tendo a atribuição de competências sido feita em junho de 1987. Foi vice-reitor entre junho 1987 a abril de 1990.

39 Carlos Bernardo, pró-reitor entre abril de 1987 e abril de 1990.

40 António Cabeço Silva, pró-reitor entre abril de 1987 e abril de 1990.

Minhas senhoras e meus senhores:

Parto para este mandato consciente das dificuldades que me esperam, mas com firme vontade de as ultrapassar. Para isso, conto com o generoso empenhamento de docentes, investigadores, alunos e funcionários, todos irmanados numa vontade comum, a do engrandecimento e prestígio da Universidade do Minho.

Pela minha parte, procurarei assumir-me como elemento mobilizador e dinamizador da Universidade, defensor intransigente dos seus interesses e dos interesses dos seus membros.

Porque entendo o cargo de Reitor como a suprema instância da vida académica, pautarei a minha atuação pelos princípios éticos que caracterizam o universitário, assumindo, no exercício do cargo, toda a independência, transparência e justiça.

Procurarei, acima de tudo e em todas as circunstâncias, representar condignamente a Universidade.

Assim Deus me ajude.

Universidade do Minho, 29 de maio de 1987.



17. 1988.

## Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 14<sup>o</sup> aniversário, em 19 de fevereiro*<sup>41</sup>.

1. Saúdo Vossa Excelência, Senhor vice-Primeiro-Ministro,<sup>42</sup> com a expressão sincera do nosso regozijo e do nosso agradecimento também, pela honra que nos concede ao dignar-se participar neste ato solene de comemoração do 14<sup>o</sup> aniversário da Universidade do Minho. A presença de Vossa Excelência, bem como do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>43</sup> e dos Senhores Secretários de Estado, representam para nós a manifestação do interesse do Governo nas instituições que, com denodo, labutam no dia a dia para o desenvolvimento das regiões e do país e para a criação dos instrumentos de dinamização desse mesmo desenvolvimento. Constitui, por conseguinte, um precioso estímulo para continuarmos em frente com o nosso trabalho.

A minha saudação é, naturalmente, extensiva a todos os presentes. A aceitação do nosso convite por parte de tantos amigos é, para nós, motivo de grande satisfação, pelo que significa de integração da Universidade no tecido social envolvente.

2. Na sessão solene do Dia da Universidade compete ao Reitor, por tradição, apresentar o relatório de atividades do ano anterior. Dando continuidade a uma prática iniciada no ano findo, o relatório de atividades foi já publicado. Limitar-me-ei, assim, a breves referências a algumas das questões mais importantes, procurando, a partir daí, perspetivar o futuro próximo para a Universidade.

As atividades da Universidade do Minho em 1987 refletem, no essencial, a consolidação da dinâmica de desenvolvimento da instituição, tendo em vista ultrapassar, tão breve quanto possível, o nítido subdimensionamento em que esta se encontrava. Para o efeito, muito contribuíram a dedicação e empenhamento de todos quantos na Universidade trabalham, em espírito de equipa e com um objetivo comum. Contou-se, igualmente, com uma acrescida autonomia universitária, instrumento fundamental para dotar as Universidades com a operacionalidade e capacidade de

---

41 Neste discurso que, como habitualmente, apresenta as grandes opções estratégicas da organização, assume relevo um assunto que acabaria por ser marcante na trajetória de consolidação da UMinho. Em 24 de março de 1984 o Senado Universitário tomou a decisão de transferir para o núcleo de Guimarães o funcionamento de todos os anos dos cursos de Engenharia, exceto os de Engenharia Sistemas e Informática e de Engenharia Biológica (até aí funcionavam num regime de primeiros anos em Braga e anos terminais do ciclo de estudos em Guimarães). A medida visava criar condições para o desenvolvimento do polo de Guimarães. Esta decisão punha termo definitivo à polémica sobre a localização da Universidade, contribuindo para a pacificação do modelo bipolar. Cf. Ferreira e Ribeiro, «Expansão...», 138. <http://hdl.handle.net/1822/33857>

42 O então vice-Primeiro-Ministro do XI Governo Constitucional era Eurico da Silva Teixeira de Melo, que desempenhou essas funções entre 17 de agosto de 1987 e 5 de janeiro de 1990.

43 O Ministro dos Negócios Estrangeiros era João de Deus Pinheiro, que exerceu o cargo entre 17 de agosto de 1987 a 12 de novembro de 1992.

resposta imprescindíveis face às novas exigências e desafios que continuamente lhes são colocados.

Para dar uma panorâmica, ainda que fugaz, do que foram as principais preocupações sentidas e, conseqüentemente, onde se centram os nossos esforços, passo a citar, da nota de abertura do relatório de atividades:

- A atividade de planeamento desenvolvida pelo Senado Universitário, especialmente através da dinamização das respetivas comissões;
- A criação da Assembleia para a Elaboração e Aprovação dos Estatutos da Universidade e o início dos respetivos trabalhos;
- O bom andamento da construção das instalações definitivas, com o lançamento de novas empreitadas;
- O significativo reforço das instalações provisórias, em ambos os núcleos;
- A componente orçamental de investimento e o volume de financiamentos próprios, em especial em verbas de investigação;
- O esforço colocado na formação do pessoal, docente e não docente;
- O crescimento do corpo discente e o lançamento de novos cursos;
- O início das atividades de formação inicial no CIFOP;
- O reforço das estruturas de apoio social aos estudantes com a entrada em funcionamento de duas cantinas e um bloco residencial;
- O início do funcionamento do Conselho Cultural da Universidade;
- A consolidação dos esquemas de desconcentração administrativa no interior da Universidade.

Pela sua importância, algumas das ações referenciadas merecem uma melhor explicitação. Antes de o fazer, gostaria de assinalar um outro facto, que teve grande relevância institucional. Em 1987, e pela terceira vez, a Universidade do Minho procedeu à eleição do seu Reitor. O ato eleitoral decorreu com grande dignidade e com uma elevada participação, corroborando a maturidade desta Universidade e a motivação e interesse de todos os seus elementos nos destinos da instituição.

3. As instalações da Universidade do Minho continuaram a merecer um esforço muito especial, levado a cabo com determinação pelo Gabinete das Instalações Definitivas.

Os trabalhos de construção prosseguem em bom ritmo, fruto, em boa medida, do esforço financeiro do Estado que se traduziu, em 1987, por um PIDDAC de meio milhão de contos, prioritariamente aplicado nas instalações definitivas, e também de uma estrutura de acompanhamento dos trabalhos que, embora leve, se tem revelado altamente eficiente. Em breves traços, a situação das obras no polo de Gualtar-Braga, cuja 1ª fase engloba diversos edifícios, com uma área de 34.100 m<sup>2</sup> para uma população discente de cerca de 4.000 alunos, é a seguinte:

- Está terminada a empreitada de terraplenagens e infraestruturas, que respeita a toda a 1ª fase;

- Estão em fase adiantada de construção os edifícios do Complexo Pedagógico, Central Térmica e Posto de Seccionamento, prevendo-se a sua conclusão até julho, de modo a entrar em funcionamento no próximo ano escolar;
- Foi adjudicada nova empreitada de construção, que inclui os edifícios para as Unidades de Ciências Sociais, Economia e Gestão e Letras e Artes e ainda a cozinha, refeitórios e armazém geral; esta empreitada, já consignada pelo valor de 470.000 contos, foi iniciada em dezembro e deverá estar concluída no primeiro semestre de 1990;
- Foram lançados os concursos públicos para o fornecimento e instalação dos equipamentos da Central Térmica e do Posto de Seccionamento, que deverão ficar operacionais ainda este ano, com capacidade para servir toda a 1ª fase B das construções.

No polo de Guimarães, que engloba um conjunto de três edifícios e uma Central Técnica, com uma área de 20.000 m<sup>2</sup> para cerca de 1500 discentes, a situação é a seguinte:

- Foi concluída a empreitada de terraplenagens e infraestruturas, respeitante a toda a 1ª fase;
- Está em conclusão a empreitada de fundações e estruturas, incluindo a Central Técnica, prevendo-se que termine em março próximo;
- Prosseguiu a empreitada de construção civil e acabamentos para o conjunto dos edifícios, a qual, apesar da sua dimensão, se prevê fique concluída em 1990, entrando dois dos edifícios em funcionamento já no próximo ano.

No que respeita às obras do Centro Integrado de Formação e Professores, em Braga, foi concluído o respetivo projeto de execução e foi adjudicada uma empreitada de construção, no valor de 306.000 contos, para remodelação e ampliação da antiga Escola do Magistério Primário. Aguarda-se autorização ministerial para esta despesa, para se proceder à correspondente consignação e início de obras.

Após um rigoroso trabalho de planeamento, foi proposta, e superiormente aprovada, uma reprogramação do plano plurianual de investimentos, no âmbito da qual foram inscritos no PIDDAC, para os próximos cinco anos (até 1992/93), dotações no valor global de 1.864.000 contos para o polo de Braga e 795.000 contos para o polo de Guimarães. Estes números representam uma evolução muito significativa em termos de consolidação do processo das instalações definitivas. Eles traduzem, por um lado, a afirmação da capacidade de execução da Universidade do Minho, reforçada pela autonomia adquirida e operacionalizada pelo controlo direto das empreitadas: representam, também, a determinação do Governo em apostar nas Universidades como motores do desenvolvimento do país.

A propósito do financiamento das instalações, é de referir ainda a recente aprovação pela CEE de um cofinanciamento das instalações do polo de Guimarães através do Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER). A aprovação desse projeto trouxe-nos uma especial satisfação, quer pelo que significa de reconhecimento da importância desse polo no desenvolvimento regional, quer por permitir à

Universidade acelerar o ritmo das obras, através da dotação adicional de 30% do valor do financiamento do FEDER, prevista na Lei do Orçamento do Estado para 1988. A Universidade está já a preparar a correspondente proposta de reforço orçamental, que vai submeter ao Ministério da tutela a muito curto prazo.

4. As perspetivas abertas pelas instalações definitivas para um crescimento acelerado da Universidade vêm por sua vez exigir um trabalho de planeamento cuidado, tanto a nível prospetivo, tendo em vista o desenvolvimento a médio prazo, como no plano previsional, com mecanismos que permitam traçar cenários exequíveis numa base anual.

Nesse sentido, o Senado Universitário, através das suas Comissões para o Planeamento e para os Assuntos Científico-Pedagógicos, desencadeou um estudo de identificação de áreas para desenvolvimento de novos cursos e projetos, na sequência do qual vários *dossiers* estão em apreciação e alguns foram já concluídos, tendo sido aprovada, na última reunião do Senado, a criação de novas Licenciaturas em Engenharia Eletrónica Industrial, em Física Aplicada-Ramo Ótica-Optometria e em Engenharia de Polímeros (em substituição da Engenharia de Produção-Ramo Plásticos) e ainda de cursos de Mestrado em Ensino da Língua e da Literatura Portuguesas, em História das Populações e em Engenharia de Materiais (este numa iniciativa conjunta de duas outras Universidades) e de cursos de Especialização em Tradução e em Património Cultural.

A publicação das correspondentes portarias foi já proposta ao Ministério da Educação.

5. A definição das grandes linhas orientadoras do desenvolvimento da Universidade do Minho passa, no entanto, pelo encarar com frontalidade o desenvolvimento harmonioso dos seus dois polos.

Nos termos de uma decisão tomada em Conselho de Ministros nos primeiros anos de vida da Universidade, esta, efetivamente, desenvolve as suas atividades em dois núcleos: em Guimarães está sediado o funcionamento da parte terminal dos cursos tecnológicos, a partir do 3º ano, e em Braga funcionam os restantes cursos, incluindo os preparatórios de Engenharia.

Desde sempre entendeu a Universidade que o funcionamento bipolar só faria sentido se, com o crescimento da instituição, cada um dos polos se perspetivasse como um verdadeiro núcleo universitário, o que implicaria, logo que possível, uma distribuição de cursos mais flexível. Por sua vez, a experiência tem demonstrado ser praticamente impossível uma fixação efetiva de estudantes em Guimarães com os preparatórios de Engenharia a funcionar em Braga.

Consciente desses fatores, e ainda da complexidade e melindre da questão, o Senado Universitário procurou, numa abordagem firme mas faseada, encontrar soluções que permitam o desenvolvimento coerente dos dois núcleos e, designadamente, ultrapassar os problemas de falta de massa crítica no núcleo de Guimarães.

Nesse sentido, e na sequência de estudos efetuados pela Comissão de Planeamento, o Senado aprovou um documento que, embora ainda preliminar e singelo, constitui um referencial da maior importância para o desenvolvimento da Universidade do Minho. Nessa sua posição, o Senado:

- Admite a possibilidade de redistribuição dos cursos pelos dois núcleos e, nomeadamente, do funcionamento de cursos completos em Guimarães;
- Recomenda que os cursos de Engenharia sejam prioritariamente situados em Guimarães, sem prejuízo de aí funcionarem igualmente alguns cursos não tecnológicos e de alguns cursos de Engenharia poderem funcionar em Braga;
- Aponta a necessidade de criação de áreas científicas de índole propedêutica em Guimarães, em duplicação das existentes em Braga, como condição para a transferência do 1º e 2º ano dos cursos de Engenharia;
- Define o princípio de que a localização de cada novo curso a criar deverá resultar da situação das áreas científicas predominantes e das afinidades das novas áreas a criar com as áreas já existentes, isto é, terá exclusivamente em conta o desenvolvimento lógico e coerente da Universidade.

Com base nesses princípios, e dentro de uma abordagem muito pragmática, foram efetuados estudos e contactos destinados a dar passos concretos para a maior diversificação de cursos em cada um dos núcleos. Esses estudos culminaram recentemente com três importantes deliberações:

- Iniciar no próximo ano escolar o funcionamento de raiz, em Guimarães, do curso de Licenciatura em Engenharia Eletrónica Industrial;
- Transferir para Guimarães, também no próximo ano escolar, o 1º ano dos cursos de Engenharia Têxtil e Engenharia de Produção – Ramo Têxtil, como primeira fase para o funcionamento integral desses cursos em Guimarães a partir do ano letivo seguinte;
- Localizar integralmente em Braga o funcionamento do curso de Engenharia Biológica, do qual presentemente apenas funcionam o 1º e 2º ano.

Esta decisão do Senado constitui um marco histórico para a Universidade do Minho, que se irá revelar como um fator decisivo para ultrapassar, de uma vez por todas, os aspetos menos positivos que estiveram ligados à bipolarização.

6. Havia-se iniciado em 1986 um trabalho sistemático de captação de financiamentos para a investigação, de modo a reforçar infraestruturas e ultrapassar graves carências então sentidas.

Em 1987, essa política foi continuada e reforçada, com resultados muito positivos quer junto das instituições tradicionalmente financiadoras da investigação (JNICT, INIC, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento), quer através de protocolos e contratos de investigação com o Ministério da Indústria (LNETI), com a Direção-Geral da Qualidade do Ambiente e com empresas, sem esquecer os contratos de investigação no âmbito dos programas da CEE.

Ao conjunto de ações assim desenvolvidas no âmbito da investigação e desenvolvimento correspondeu um financiamento global (externo à Universidade) de 170.000 contos, o que representa um acréscimo de 89% em relação aos 90.000 contos angariados no ano anterior. Trata-se de um apoio muito significativo, determinante para a consolidação e reforço do potencial científico e tecnológico da Universidade. Reflete, ainda, a credibilidade que a Universidade do Minho e o seu corpo docente adquiriram junto às entidades financiadoras.

7. Ao falar da investigação científica, gostaria de fazer uma referência especial ao Instituto Nacional de Investigação Científica. O INIC tem desenvolvido uma ação notável de apoio à investigação nas Universidades, através dos Centros, quer pelas verbas que lhes são atribuídas quer, pela flexibilidade na utilização dessas verbas. Acontece, porém, que os Centros do INIC abrangem, neste momento, apenas cerca de metade da comunidade científica universitária, fruto de uma política, conjunturalmente definida em 1980, mas ainda em vigor, de não aprovar a criação de novos Centros. As instituições mais afetadas por essa decisão são, naturalmente, as de criação mais recente, sendo nítidas as assimetrias existentes. No caso da Universidade do Minho, só dois dos seus dez centros de investigação foram homologados pelo INIC.

Sabemos que os dirigentes do INIC estão conscientes desta situação, preocupados com ela e muito motivados para a ultrapassar. Muito nos apraz essa atitude, que merece todo o apoio das Universidades. Somos, pois, solidários com a pretensão do INIC, no sentido de ser dotado com os meios adequados para o efeito.

Dentro dessa abertura, a Universidade do Minho tem já vários *dossiers* preparados com vista à criação de Centros em áreas em que dispõe de massa crítica em número de investigadores e que podem ser de impacto social e económico considerável.

8. Fazendo recurso da capacidade de resposta acrescida, multiplicaram-se as ações de prestação de serviços especializados à comunidade, através de protocolos ou acordos com entidades exteriores em variados domínios, designadamente em ações de formação profissional, inovação tecnológica, consultadoria, realização de ensaios e análises, e serviços de apoio técnico. Foram assim formalizados 56 contratos de prestação de serviços, cuja execução movimentou uma verba de aproximadamente 40.000 contos, revertendo 6.500 contos para receitas próprias da Universidade.

Note-se que a intervenção da Universidade do Minho no exterior não se confinou aos contratos de investigação ou de prestação de serviços, nem se fez exclusivamente a nível regional. Pelo contrário, esta Universidade tem estado interessadamente envolvida em projetos de grande relevância nacional. A título de exemplo, referirei que:

- Tem tido uma participação ativa nos trabalhos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, quer na organização de Seminários e Encontros quer na elaboração de estudos e preparação de documentos, nomeadamente no



âmbito dos grupos de trabalho relativos à Organização e Administração das Escolas do Ensino Básico e Secundário e à Reorganização do Subsistema de Educação de Adultos;

- Constitui um polo importante do projeto MINERVA, para a introdução das tecnologias da informação nos ensinos básico e secundário;
- É o principal polo dos Cursos de Complemento de Formação para Professores de Trabalhos Manuais e do 12º Grupo do ensino secundário;
- Empenhou-se decisivamente na formação em serviço dos professores dos ensinos básico e secundário, projeto em que se impôs com um elevadíssimo grau de qualidade.

9. A dotação pelo Orçamento do Estado atribuída à Universidade em 1987, no valor aproximado de 1.200.000 contos, colocou o orçamento da Universidade a um nível que reputamos de adequado e compatível com a dimensão e as atividades da instituição.

No relatório de atividades apontam-se vários índices de gestão orçamental, que comprovam a evolução favorável no sentido da contenção de despesas correntes e do incremento da componente de investimento em equipamentos e construções. A título de exemplo, refira-se que as despesas com pessoal representaram 71.2% do OE, as instalações definitivas absorveram 91.6% do PIDDAC e a componente de investimento (construções e equipamentos) representaram 37.5% do orçamento global da Universidade (OE+PIDDAC).

É de registar que o volume global de financiamentos para investigação exteriores à Universidade, conjuntamente com as receitas provenientes da prestação de serviços, representaram 16.3% do OE da Universidade. Estamos assim no bom caminho para o cumprimento de uma meta que a equipa da reitoria se propôs, no seu programa de ação a médio prazo: obter, através de financiamentos exteriores, o reforço em 20% do orçamento ordinário da Universidade.

A execução orçamental, apesar das dificuldades inerentes ao sistema de contabilidade pública, foi de 99.994%.

10. À partida, o panorama orçamental para 1988 é um pouco mais sombrio. Apesar do lançamento de 4 novos cursos, de um acréscimo de 33% no *numerus clausus* e de um aumento de 13.3% no número de alunos, o *plafond* orçamental atribuído à Universidade do Minho regista um aumento, em relação ao orçamento corrigido de 1987, de apenas 3.4%, o que é anómalo face ao aumento orçamental de 6 a 7% verificado nas Universidades mais estabilizadas. Trata-se de um lapso óbvio no cálculo do *plafond* orçamental, para o qual alertámos já as estruturas adequadas no Ministério da Educação. As causas desse desencontro resultam essencialmente de quatro fatores, fáceis de comprovar:

- Não foram suficientemente contemplados os custos derivados da bipolarização, a qual implica a duplicação de estruturas dentro de uma mesma

- área científica, custos esses aliás claramente reconhecidos e assumidos na deliberação superior que estabelece e regulamenta a bipolarização;
- Não foi atendida a especificidade da fase de arranque do Centro Integrado de Formação de Professores, contrariando mesmo uma diretiva superior que foi condição *sine-qua-non* para a Universidade aceitar o arranque dos cursos de formação inicial;
  - A tipologia atribuída a alguns dos cursos de licenciatura em ensino não é adequada: não é possível considerar como de *papel-e-lápis*, a funcionar em grandes turmas, cursos que incluam aulas de laboratórios de línguas, de prática pedagógica e estágio pedagógico, mesmo que se situem na área das Humanidades;
  - Não foi considerado o esforço financeiro que está a ser efetuado nas Unidades Culturais da Universidade: na realidade, a integração na instituição de uma Biblioteca Pública, que é depósito legal e riquíssima em coleções, de um Arquivo Distrital, que é considerado o segundo melhor do país, de uma Unidade de Arqueologia e ainda de um Museu, representam encargos financeiros, em especial em pessoal e em conservação e adaptação de instalações, com uma grande incidência percentual no orçamento, sem paralelo na maioria das Universidades.

A compreensão que pensamos ter encontrado já para estes problemas a nível de decisão política no Ministério da Educação levam-nos a crer, sinceramente, que as correções devidas vão ser efetuadas a muito curto prazo e o orçamento da Universidade será colocado no nível adequado. Será assim possível dar execução às novas atividades programadas, nomeadamente o arranque de novos cursos, num passo mais para a meta de 6.000 alunos em 1992/93.

11. Resta-me aludir a uma última questão, relativa ao pessoal não docente. A não publicação do quadro provisório de pessoal em 1987, aliada à posição do Tribunal de Contas de não visar promoções nem progressões de carreira nos serviços não dotados de quadro, continuou a gerar um grande mal-estar entre os funcionários, compreensível perante uma situação que é injusta. A Universidade tem vindo a perder alguns bons funcionários, que encontraram em outros Ministérios e outras instituições a justa satisfação dos seus direitos.

É, por conseguinte, com grande alegria, com uma enorme emoção, que anuncio que esta questão está resolvida:

- Foi ontem aprovado, em Conselhos de Ministros, o Decreto-Lei que permite aplicar aos quadros provisórios de pessoal as novas carreiras criadas pelo Decreto-Lei n.º 248/85;
- Foi ontem assinada, pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento, a Portaria que cria o quadro provisório do pessoal da Universidade do Minho.



Quero aqui reconhecer, e agradecer, a enorme compreensão que encontrei para este problema da Universidade junto às instâncias governamentais, a todos os níveis: no Ministério da Educação, no Ministério das Finanças, na pessoa do Senhor vice-Primeiro-Ministro e no Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, através do Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Bem hajam!

A criação do quadro de pessoal, que é finalmente uma realidade, representa um importantíssimo estímulo para o desenvolvimento da Universidade. Significa, também, um justo prémio para um corpo desta Universidade que muito se tem esforçado e contribuído para o engrandecimento da instituição.

12. Procurei, nesta minha intervenção, apresentar uma reflexão crítica sobre algumas das questões mais relevantes das atividades desenvolvidas pela Universidade do Minho durante o ano de 1987, evidenciando aquilo que, com o generoso esforço

#### Figura 20

Cerimónia do Dia da Universidade, no 14º aniversário, em 17 de fevereiro de 1988. À esquerda do Reitor, Sérgio Machado dos Santos (de pé), está Eurico de Melo (vice-Primeiro-Ministro), seguido do Secretário de Estado do Ensino Superior, Alberto Ralha. À sua direita o Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

de todos quantos na instituição trabalham, foi possível realizar, e analisando também as principais dificuldades a vencer no futuro próximo.

Temos consciência que muito há ainda para realizar, que grandes são os desafios que se nos colocam. Conhecemos igualmente o potencial de que dispomos, quer na própria instituição, quer pelo empenhamento das forças vivas da região nos destinos da Universidade.

A minha palavra final é, por conseguinte, de otimismo. As instalações definitivas, os recursos humanos e materiais acrescidos, a vontade firme dos membros da Universidade e a dinâmica de desenvolvimento adquirida são indicadores seguros de um futuro muito promissor para a Universidade do Minho.



## 18. 1989.

### Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 15º aniversário, em 17 de fevereiro.*

1. Cumpre-me, em primeiro lugar, saudar todos os presentes a esta sessão solene, a todos cumprimentando e manifestando a nossa enorme satisfação por podermos contar com tantos e tão valiosos amigos.

Permitir-me-ão, naturalmente, um destaque muito especial para o Senhor vice-Primeiro-Ministro, Eng.º Eurico de Melo, que uma vez mais nos honra com a sua presença. A atenção que Vossa Excelência tem dedicado à Universidade, e a ajuda que sempre nos tem dado, calam fundo nos nossos corações e são importante estímulo para o nosso trabalho.

Ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor João de Deus Pinheiro, ilustre membro desta Universidade, que tanto tem prestigiado, endereço igualmente uma saudação especial.

Ao Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. Marques Mendes, quero agradecer não só a presença amiga, mas também o apoio que nos tem prestado.

2. Celebramos hoje o XV aniversário da Universidade do Minho. E, para melhor o comemorarmos, aproveitamos a oportunidade para proceder à inauguração oficial e bênção do primeiro edifício das instalações definitivas, o Complexo Pedagógico em Gualtar.

Vossas Excelências, que têm acompanhado as nossas atividades e preocupações, certamente compreendem o nosso regozijo, e quão memorável este dia vai permanecer na história da Universidade.

Efetivamente, as instalações definitivas constituíram, desde início, uma preocupação dominante para os dirigentes da instituição. Bastantes foram as dificuldades a vencer, como repetidamente se evidenciou, e só em princípios de 1985 foi possível arrancar de forma decisiva com o processo, dando início às primeiras empreitadas.

Tive então oportunidade de afirmar, a propósito do lançamento da 1ª pedra, que:

“(…) finalmente se (havia mobilizado) a vontade política a nível governamental, a capacidade de atuação institucional num (novo) quadro de autonomia (...), bem como a vontade e capacidade de execução da Universidade, permitindo a passagem do planeamento à realização, da conceção à construção”.

Essa vontade política, aliada à autonomia e capacidade de atuação, permitiram, na realidade, vencer todos os obstáculos: as empreitadas avançaram uma após outra, o volume de financiamentos foi engrossando – para o que bastante contribuíram os

financiamentos pelo FEDER – e assim o primeiro edifício está concluído e outros estão em curso, cumprindo a programação que foi estabelecida.

Neste momento histórico para a Universidade do Minho, quero prestar homenagem às pessoas que, com o seu esforço, dedicação e sacrifício, contribuíram para levar avante tão grande tarefa. Sendo certo que estamos perante um trabalho de equipa em que, direta ou indiretamente participaram todos os membros da Universidade, permito-me referenciar aqueles que foram os principais dinamizadores do processo, desde o seu início:

- O Professor Carlos Lloyd Braga, primeiro Reitor e Presidente da Comissão Instaladora da Universidade e os Professores Joaquim Barbosa Romero e Lúcio Craveiro da Silva que dignamente lhe sucederam;
- Os membros da ex-Comissão Instaladora da Universidade;
- O Professor João de Deus Pinheiro, na sua qualidade de responsável do Gabinete de Instalações Definitivas primeiro e de vice-reitor e Reitor depois;
- O Professor Júlio Barreiros Martins, na sua passagem pelo Gabinete das Instalações Definitivas, e pelo apoio através do Laboratório de Ensaios de Engenharia Civil;
- Os atuais responsáveis do Gabinete – os professores Carlos Bernardo e José Vieira – cujo entusiasmo, zelo e empenhamento têm sido inextinguíveis; anteriores membros do Gabinete, designadamente o Eng.º Artur Cordeiro.

Há que realçar também todo o apoio e compreensão que sempre obtivemos por parte do Ministério da Educação, a todos os seus níveis. Não poderia ainda deixar de referir a colaboração do Sr. Eng.º Amaral de Carvalho, na sua qualidade de Diretor Regional dos Equipamentos Educativos.

A todos, citados explícita ou implicitamente, a Universidade do Minho muito deve e está muito grata.

3. De acordo com a tradição, compete ao Reitor apresentar hoje o relatório de atividades relativo ao ano transato.

É entendimento da equipa da reitoria que as atividades da Universidade devem ter ampla difusão, pelo que o relatório foi já publicado e está a ser distribuído, quer à comunidade universitária, quer às forças vivas da região. Foi igualmente preparado um desdobrável, que apresenta uma fotografia daquilo que a Universidade do Minho é neste momento: a sua dimensão, os seus domínios de atividade. Assim, limitar-me-ei nesta sessão a breves referências a algumas das questões mais marcantes nas atividades do ano findo, procurando, acima de tudo, perspetivar o futuro próximo da Universidade.

O ano de 1988 foi, essencialmente, um ano de crescimento rápido para a Universidade:

- Crescimento em espaços disponíveis, a que não é alheia a conclusão do edifício hoje inaugurado, fator este determinante para a admissão de mais alunos,

o desenvolvimento de novas áreas, o arranque de novos laboratórios, a realização de novos projetos;

- Crescimento em *numerus clausus* e conseqüente crescimento do corpo discente, que aumentou de 3.446 para 4.111 alunos (acréscimo de 19.3%);
- Crescimento em número de cursos, com duas novas licenciaturas e quatro novos cursos de mestrado;
- Crescimento, quantitativo e qualitativo, do corpo docente e investigador.

Foi, também, um ano de consolidação dos recursos humanos da Universidade. Efetivamente, três graves problemas, transitados de anos anteriores, perturbavam a vida da instituição: a inexistência de um quadro de pessoal, com o correspondente bloqueamento das promoções; o número elevado de pessoal em regime de tarefa; a saturação do quadro de professores, que vinha a provocar a perda de alguns docentes doutorados.

Todas essas questões registaram avanços importantes em 1988:

- Foi aprovado o quadro provisório da Universidade do Minho e, na sequência da sua publicação, foi já organizada a quase totalidade dos processos de provimento do pessoal, criando as bases para uma abertura de concursos de promoções a muito curto prazo;
- Foi atribuído vínculo à função pública a 42 novos funcionários, o que reforçou em 15% o corpo de funcionários com vínculo;
- Foi ampliado o quadro de professores, que duplicou o número de vagas de professor associado e aumentou o número de vagas de professor catedrático.

Algumas questões estão ainda por resolver a nível de integração no quadro de funcionários da carreira técnico-profissional, mas estamos convictos de que os vamos ultrapassar.

4. As instalações definitivas registaram um grande avanço, permitindo a certeza de que novos edifícios vão ficar concluídos no corrente ano, quer em Braga, quer em Guimarães:

- Em Braga, vamos poder contar com os edifícios da 1ª Fase – A, onde serão instaladas, já em outubro, as Unidades de Ciências Sociais, Letras e Artes e Economia e Gestão, e ainda a cozinha, refeitórios e espaços de convívio para os estudantes;
- Em Guimarães, passaremos a dispor, também em outubro, de um conjunto de 3 edifícios com capacidade para 1.800 alunos, com estruturas pedagógicas, laboratoriais e administrativas capazes de assegurar funcionalidade e dignidade ao funcionamento desse polo da Universidade.

O volume de financiamento colocado em 1988 nas instalações definitivas foi de cerca de 560.000 contos em Braga e 198.000 contos em Guimarães, a que acrescem ainda 115.000 contos de encargos transitados para 1989, correspondentes a obra

executada e que não foi possível pagar, mas para os quais foi já garantida cobertura financeira.

A este respeito, quero manifestar o reconhecimento da Universidade do Minho pelo apoio que o Governo, através do Ministério da Educação, tem vindo a dar ao financiamento das instalações definitivas, e que ultrapassou já um milhão e meio de contos até ao presente.

A Universidade, compreendendo bem o grande esforço que isso representa e a aposta que traduz, tem procurado, por sua vez, corresponder à confiança nela depositada. E fá-lo:

- Utilizando o melhor possível esse dinheiro, promovendo um acompanhamento rigoroso das obras, o qual está a conduzir a custos unitários de construção muito favoráveis;
- Procurando financiamentos externos, através dos fundos estruturais da CEE, com resultados muito positivos dado que foi já aprovado o financiamento pelo FEDER de três empreitadas – o *Campus* de Guimarães, a 1ª Fase-A das instalações de Braga e o edifício da Biblioteca Central, igualmente em Braga – e um outro processo, relativo à 1ª Fase-B, com contrapartida externa superior a 780.000 contos, está já submetido a Bruxelas.

O acolhimento destes projetos da Universidade do Minho pelas Comunidades Europeias deu-nos uma enorme satisfação, pelo que representa de reconhecimento da importância desta Universidade no desenvolvimento da região. Vem, também, confirmar que a aposta do Governo estava certa!

5. A concentração dos investimentos da Universidade nas instalações definitivas (mais de 90% do PIDDAC tem sido anualmente aplicado nas construções dos edifícios) não tem permitido resolver, através do orçamento da Universidade, as carências existentes em infraestruturas de investigação adequadas.

Temos vindo a desenvolver um trabalho sistemático de captação de financiamentos para a investigação por vias alternativas, junto de instituições as mais variadas, trabalho que está a dar os seus frutos e conduziu, em 1988, a um financiamento adicional (externo à Universidade) de cerca de 180.000 contos. Esse financiamento corresponde a um amplo conjunto de ações de I&D apoiadas por entidades como a JNICT, o INIC, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Direção-Geral da Qualidade do Ambiente, entre outros, sem esquecer os contratos de investigação no âmbito dos programas da CEE.

Embora se trate de um apoio muito significativo à investigação, essas verbas são essencialmente destinadas a cobrir os encargos correntes com os projetos, não resolvendo o problema de fundo, em especial nas áreas fortemente experimentais.

É, pois, com agrado, que verificamos a existência de perspetivas animadoras neste domínio, a relativamente curto prazo: por um lado, o processo de financiamento pelo



FEDER da 1ª Fase-B das instalações definitivas de Braga, submetido a Bruxelas, inclui, pela primeira vez, uma componente significativa para equipamentos; por outro lado, o Governo acaba de anunciar a intenção de criar um programa para a criação de infraestruturas de investigação e desenvolvimento – o Programa CIÊNCIA – com o objetivo específico de corrigir *‘as assimetrias regionais atualmente existentes’*.

As expetativas abertas às Universidades por um programa desta natureza são naturalmente enormes. O programa CIÊNCIA foi concebido como um programa fortemente regionalizado, encarando de frente os problemas existentes e apostando na capacidade de realização das estruturas regionais. O grupo de trabalho que elaborou as bases do programa, liderado pela JNICT e com intervenção ativa das Comissões de Coordenação das Regiões, produziu um documento a todos os títulos notável, quer pelo rigor metodológico, quer pela coragem de propor metas, em termos de quotas regionais adequadas à realidade existente, numa atitude que não é habitual e que, provavelmente, nem agradará a todos. Pela sua clarividência e coragem, os membros do grupo de trabalho merecem o nosso respeito e consideração.

Se a implementação do Programa CIÊNCIA corresponder à sua conceção – e sinceramente esperamos que corresponda – ele poderá ter um impacto incalculável no desenvolvimento científico, tecnológico e económico das regiões.

6. As perspetivas de consolidação e crescimento abertas pelas instalações definitivas implicam um trabalho cuidado de planeamento, de modo a que o desenvolvimento da Universidade se efetue sem sobressaltos e corresponda às grandes expetativas nela depositadas.

Nesse sentido, o Senado Universitário, dentro das linhas programáticas que havia já traçado no ano anterior, continuou o seu trabalho de definição do desenvolvimento harmonioso dos dois polos da Universidade. Dos resultados desse trabalho, efetuado em permanente diálogo com as áreas intervenientes nos projetos, destaco, pela sua importância:

- A aprovação dos novos cursos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Produção, a iniciar no próximo ano escolar, em substituição dos cursos de Engenharia Metalomecânica e de Engenharia de Produção – ramo Metalomecânica;
- A aprovação de dois novos cursos de licenciatura, um em Sociologia das Organizações e outro em Ensino do Português, para funcionamento em Braga, em outubro próximo;
- A decisão de que funcione em Guimarães, no próximo ano escolar, o 1º ano dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção, elevando assim para seis o número de cursos a funcionar de raiz nesse polo da Universidade;
- O arranque em Guimarães do Mestrado em História das Populações, com o apoio da Sociedade Martins Sarmento e da Câmara Municipal de Guimarães, numa decisão histórica que coloca nesse núcleo o seu primeiro curso não tecnológico.



**Figura 21**

Cerimónia do Dia da Universidade, no 15º aniversário, em 17 de fevereiro de 1989. Da esquerda para a direita: Marques Mendes (Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros); Eurico de Melo (vice-Primeiro-Ministro); Sérgio Machado dos Santos (Reitor) e João de Deus Pinheiro (Ministro dos Negócios Estrangeiros). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Merece ainda destaque o aval dado pelo Senado a uma proposta do Reitor no sentido de fixar o *numerus clausus* para o próximo ano em 1.040 vagas, o que representa um acréscimo de 39% em relação ao corrente ano e coloca definitivamente a Universidade do Minho entre as Universidades Portuguesas mais desenvolvidas. Significa, igualmente, uma grande responsabilidade, pois que conduz, só por si, à saturação de toda a 1ª fase das instalações definitivas em construção até 1992.

Assim, estamos já a proceder à planificação da 2ª fase das instalações, fase essa a ser iniciada muito em breve, com particular urgência para o polo de Guimarães, cujas instalações não foram concebidas para receber os preparatórios de Engenharia e carecem, por conseguinte, de salas de aulas e anfiteatros amplos.

7. O desenvolvimento da Universidade, assim definido, pode parecer demasiado ambicioso. No entanto, ele enquadra-se plenamente nos objetivos e metas do Programa de Desenvolvimento da Educação em Portugal (PRODEP) e cumpre na íntegra um compromisso que assumimos pessoalmente perante o Senhor Ministro da Educação – o de atingirmos uma população discente de 6.000 a 7.000 alunos em 1992/93, rentabilizando assim o investimento feito nas instalações. Por outro lado, é um crescimento ditado e justificado pelas características e pelas necessidades da região.

Considerados esses fatores, e perante a dinâmica adquirida, é minha convicção pessoal de que existem condições para que a Universidade do Minho não só cumpra a



**Figura 22**

*Idem.* Perspetiva dos professores e convidados que integraram o cortejo.  
 Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

**Figura 23**

Bênção do Complexo Pedagógico I (CP I), em Gualtar, em 17 de fevereiro de 1989. Em primeiro plano, da esquerda para a direita: Eurico de Melo (vice-1º Ministro); D. Eurico Dias Nogueira (Arcebispo de Braga); P. Domingos Ferreira Brandão (Pároco de Gualtar); João de Deus Pinheiro (Ministro dos Negócios Estrangeiros); Luís Marques Mendes (Secretário de Estado da Presidência do Conselho); Lúcio Craveiro da Silva (ex-Reitor UMinho); José Augusto Seabra (Antigo Ministro da Educação); Licínio Chainho Pereira (vice-reitor) e Mesquita Machado (Presidente da Câmara de Braga).  
 Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

meta dos 6.000 alunos em 1992, mas possa atingir os 8.000 em 1995 e ultrapasse os 10.000 alunos no fim da década de 90.

8. Se é certo que as perspectivas de desenvolvimento da Universidade do Minho são boas, uma dificuldade há, no entanto, que é muito real e muito nos preocupa: as dotações do Orçamento do Estado atribuídas à Universidade do Minho em 1988 foram nitidamente insuficientes, criando dificuldades de funcionamento graves. Efetivamente, o orçamento da Universidade, em termos reais, cresceu apenas de 3%, o que é obviamente insignificante face aos enormes aumentos verificados em número de alunos e em áreas disponíveis.

O mais estranho da situação é que o orçamento da Universidade teria sido praticamente o mesmo no caso de se ter mantido estacionária, como se pode concluir de um estudo elaborado no âmbito do Conselho de Reitores, que mostra crescimentos dessa ordem de grandeza (2% a 6%) nas Universidades estabilizadas em número de alunos. Quer dizer, se a Universidade comodamente tivesse ficado de braços cruzados, não aumentasse o *numerus clausus*, não criasse novos cursos, teria estado com um orçamento folgado! Mas a Universidade do Minho está muito consciente das suas responsabilidades perante a região, pelo que não aceita comodismos. O preço que pagou foi o de uma quebra de 9.8% na dotação média por aluno.

Essa situação, que foi má em 1988, agrava-se de modo alarmante no corrente ano: o *plafond* orçamental atribuído à Universidade corresponde a uma nova diminuição, agora de 21%, na dotação por aluno em termos reais!

Sabemos que não existe por parte do Ministério da Educação uma intenção deliberada de travar as Universidades em expansão. Pelo contrário, o PRODEP indica um grande apoio a essas Universidades, e o PIDDAC da Universidade do Minho, como referi, atribui uma grande prioridade a esta instituição. O que se verificou, na questão dos orçamentos, foi uma acumulação infeliz de erros técnicos, que o nível de decisão política, na tutela, não identificou nem corrigiu em tempo útil.

Pelos contactos havidos com o Senhor Ministro da Educação e o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, estamos confiantes em que esses erros vão ser reparados e o orçamento vai ser rapidamente corrigido. E é muito urgente que essa correção seja feita, pois tal é condição imprescindível para poder aceitar, em outubro próximo, os novos ingressos resultantes do aumento de 39% efetuado no *numerus clausus*.

9. A reflexão crítica que acabo de apresentar deixa, assim o espero, transparecer uma nota de otimismo.

Sabemos que há muitas dificuldades a vencer, muito trabalho para realizar, que são imensos os desafios que perante nós se colocam. Mas sabemos igualmente que dispomos de um enorme potencial, quer na própria Universidade, quer pelo apoio ativo das forças vivas da região.

Termino, pois, manifestando a minha firme convicção de que, com as novas possibilidades que hoje em dia se abrem ao sistema do Ensino Superior, com a qualificação e empenhamento de docentes e funcionários, com os recursos materiais acrescidos e as novas instalações disponíveis, a Universidade do Minho está lançada numa dinâmica imparável de desenvolvimento.



**19. 1990.****Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.**

*Dia da Universidade, no 16º aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>44</sup>.

1. Começo por saudar Vossas Excelências, a todos testemunhando o prazer e a honra que nos concederam ao terem aceitado o nosso convite para esta sessão solene. A presença dos Senhores Ministros e Secretários de Estado, do Senhor Diretor-Geral, das digníssimas autoridades, dos representantes das forças vivas regionais, de tantos e prestimosos amigos, presença que registo com a maior satisfação, dá-nos redobrado ânimo para prosseguirmos com dedicado empenho a tarefa de procurar bem servir a Instituição Universitária.

2. Comemoramos hoje o XVI Aniversário da Universidade do Minho. E fazemo-lo com particular brilhantismo, ao atribuir, pela primeira vez, o grau de Doutor *Honoris Causa*, em cerimónia acabada de realizar. Com este ato, quis a Universidade do Minho distinguir quatro personalidades ilustres do meio cultural, humano e científico nacional e internacional, personalidades que, pelas suas importantes contribuições nos domínios das Ciências Humanas, das Relações Internacionais e do Desenvolvimento Económico e Social, através da Universidade ou em ligação com ela, concorreram de forma determinante para a paz, o progresso científico, ou o bem-estar comum. Creio, assim, poder traduzir o pensamento dos presentes, ao afirmar que esta cerimónia ficará na recordação de todos nós como um momento de grande elevação na útil missão de serviço que incumbe à Universidade. Distinguímos:

- O Doutor Cornelio Sommaruga, Doutor em Direito Constitucional Comparado, pela Universidade de Zurique, Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Friburgo, Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha e reconhecido especialista com mérito firmado no domínio das relações internacionais e na construção de uma sociedade mundial mais humanitária e solidária;
- O Senhor Arcebispo Primaz, D. Eurico Dias Nogueira, licenciado em Direito Civil e com o curso de Ciências Político-Económicas pela Universidade de Coimbra e ainda em Direito Canónico, com láurea, pela Universidade Gregoriana de Roma, insigne figura do melo e da Igreja Bracarense, de elevado prestígio humano e científico entre a Comunidade Católica Nacional; personalidade de um forte e bem marcado perfil humano, é membro da Comissão Episcopal e do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa e à Universidade do Minho tem dado todo o seu apoio como elemento destacado do Senado Universitário desde a sua criação;

44 A celebração do Dia da Universidade incluiu, neste ano, a atribuição, pela primeira vez do Doutoramento *Honoris Causa*, distinção atribuída a quatro personalidades: Cornelio Sommaruga; Émile Noël; Eurico Teixeira de Melo; D. Eurico Dias Nogueira. No discurso do Reitor é destacada a aprovação, em 1989, dos Estatutos da Universidade, os quais definem a estrutura orgânica e o modelo de gestão da universidade, tendo sido homologados e publicados pelo Despacho Normativo n.º 80/89, publicado no *Diário da República*, I série, de 29 de agosto de 1989.



**Figura 24**  
Inauguração do Complexo Pedagógico I (CP I), em Gualtar, em 17 de fevereiro de 1989. Descerrando a lápide, à frente, Eurico de Melo (vice-1º Ministro), seguido de António Couto dos Santos (Ministro Adjunto da Juventude), João de Deus Pinheiro (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e D. Eurico Dias Nogueira (Arcebispo de Braga).  
Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

- O Doutor Émile Noël, Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Ritsumeikan, de Marmara, de Urbino, de Edimburgo e Nacional da Irlanda, Reitor do Instituto Universitário Europeu de Florença, que exerceu as honrosas funções de Secretário Executivo da Comissão da Comunidade Económica Europeia e, posteriormente, de Secretário-geral da Comissão das Comunidades Europeias: colaborou com a Universidade do Minho no âmbito da licenciatura de Relações Internacionais, designadamente na criação do Centro de Documentação Europeia, em cuja sessão de lançamento esteve presente;
- O Engenheiro Eurico Teixeira de Melo, licenciado em Engenharia Química pela Universidade do Porto, onde foi assistente, importante industrial têxtil em Santo Tirso, com uma notável carreira política ao serviço da região primeiro, e do país depois; está ligado à Universidade do Minho desde o seu início, quando, com êxito, pugnou pela criação do polo de Guimarães e pela mobilização das condições para a sua instalação; é também membro do Senado Universitário desde a sua criação, órgão que muito tem valorizado com o seu saber e experiência.

Ao distingui-los, passando a contar com a sua valiosa presença e colaboração no claustro da Universidade, temos plena consciência que é a própria Universidade quem, acima de tudo, é honrada e prestigiada.

3. Como é já tradição, o relatório de atividades do ano anterior, preparado pelo Reitor, acaba de ser publicado e distribuído. Limitar-me-ei, por conseguinte, a breves referências ao que de mais relevante se passou, tendo em vista essencialmente perspetivar o futuro da instituição.



O ano de 1989 foi, no essencial, um ano de continuado crescimento para a Universidade:

- Crescimento em espaços físicos, com a conclusão de novos edifícios, totalizando uma área coberta de 25.000 m<sup>2</sup>;
- Crescimento no *numerus clausus*, que registou um acréscimo de 39% – o maior até hoje verificado na instituição;
- Consequentemente, e em função também dos aumentos superiores a 20% no *numerus clausus* dos anos anteriores, um crescimento acelerado do corpo discente, que ultrapassou a importante barreira dos 5.000 alunos, atribuindo à Universidade do Minho a classificação de Universidade de média dimensão, de acordo com a nomenclatura da Associação Internacional de Universidades;
- Crescimento no número de cursos, tanto de licenciatura como de mestrado;
- Crescimento, qualitativo e quantitativo, do corpo docente e investigador.

Foi, igualmente, um ano de importante consolidação de recursos humanos, traduzida pela quase conclusão da integração dos funcionários no quadro e pela abertura de elevado número de concursos de promoção, envolvendo um número de vagas que corresponde a 28% do pessoal do quadro. Após quatro anos de bloqueamento legal nas promoções, esta medida, há muito devida, veio ao encontro dos legítimos interesses e anseios dos funcionários. Verificamos, mesmo assim, que funcionários de muito valor, com altas classificações nos concursos, não puderam ser promovidos por insuficiência de vagas. Efetivamente, o quadro provisório de pessoal, aprovado há dois anos, é já pequeno para a dimensão da Universidade, pelo que estamos a preparar uma proposta para a sua ampliação, no âmbito do quadro definitivo, proposta que submeteremos a curto prazo à aprovação superior e para a qual desde já solicitamos a melhor atenção por parte do Governo.

4. O ano de 1989 foi também, e acima de tudo, marcado por uma acentuada consolidação da autonomia da Universidade, consubstanciada na aprovação dos Estatutos, publicados no passado dia 29 de agosto. Com uma estrutura que se afasta dos modelos tradicionais, mas de reconhecidas potencialidades, a Universidade do Minho ansiou longamente pelos seus Estatutos, que são agora uma realidade. O processo não foi fácil, designadamente pelos condicionalismos introduzidos pela própria Lei n.º 108/88 (Lei da Autonomia das Universidades). Quero, por conseguinte, aproveitar a presença do Senhor Ministro da Educação<sup>45</sup> para lhe exprimir o nosso reconhecimento pela compreensão que demonstrou em relação às especificidades da estrutura da Universidade do Minho. Foi a intervenção direta do Senhor Ministro que permitiu fazer vingar o modelo estrutural preconizado pela Universidade.

Aprovados os Estatutos, estão já constituídos e em funcionamento todos os órgãos de governo da Universidade. Num ato de grande importância e significado, foram empossados os Presidentes das Escolas. Estão já aprovados os Regulamentos de quatro Escolas e prevê-se para muito breve a aprovação dos restantes. Dá-se assim cumprimento a uma das mais importantes etapas da autonomia universitária, a da

<sup>45</sup> O agradecimento refere-se a Roberto Carneiro, que foi Ministro da Educação, entre 17 de agosto de 1987 e 31 de outubro de 1991.



descentralização interna, num processo decisivo para a dinamização da Universidade em todos os seus setores e a mobilização de todos os seus membros.

Por sua vez, a entrada em funcionamento da Assembleia da Universidade, do Senado Universitário e do Conselho Académico conferem à Universidade o pleno exercício das suas competências, com uma acrescida capacidade de intervenção no âmbito dos seus objetivos. Refira-se, a propósito, que o Senado, no uso das suas prerrogativas, aprovou já um curso – o de Mestrado em Educação na especialidade de Psicologia da Educação –, que constitui o primeiro (e cremos ainda o único) curso submetido à Direção Geral do Ensino Superior para registo pelo novo sistema.

5. As instalações definitivas registaram em 1989 um enorme progresso:

- Em Braga, no *Campus* de Gualtar, ficou concluída a 1ª Fase-A, para onde se transferiram já as Escolas de Ciências Sociais, Letras e Artes e Economia e Gestão e está a ser efetuada a instalação da cozinha e refeitórios, bem como de espaços de convívio para estudantes; foi ainda adjudicada a empreitada para construção do edifício da Biblioteca Central, onde ficará também Instalada a Escola de Educação, obra a concluir no próximo ano;
- Ainda em Braga concluiu-se o novo edifício do CIFOP e deu-se início à reconstrução do edifício da extinta Escola do Magistério Primário<sup>46</sup>;
- Em Guimarães, inauguraram-se em 24 de novembro passado os blocos A e B do *Campus* de Azurém e está praticamente concluído o bloco C, onde se situam os laboratórios pesados;
- Em ambos os polos, instalaram-se os equipamentos das centrais térmicas e postos de transformação.

Foi ainda aberto concurso público internacional para a empreitada da 1ª Fase-B, que compreende os edifícios das Escolas de Ciências e de Engenharia. Trata-se de uma empreitada fundamental na estratégia de faseamento das Instalações em Braga, que terá de estar concluída em 1992, sob risco de ser necessário fechar alguns cursos laboratoriais. Infelizmente, apesar de contemplada nos mapas de programação plurianual do PIDDAC em 1989, esta obra não foi incluída no PIDDAC de 1990. Estamos a aguardar ansiosamente a abertura de um prometido concurso para financiamento de instalações, de modo a podermos proceder à adjudicação da obra já em abril, data limite para que a programação estabelecida possa ser cumprida.

6. Apesar dos novos espaços disponíveis, o crescimento da Universidade do Minho tem sido tão rápido que se perspetivam já enormes carências de instalações.

O problema coloca-se com maior urgência em Guimarães, onde as instalações foram programadas para 1.500 a 1.800 alunos dos três últimos anos dos cursos de Engenharia, por conseguinte com um grande peso de espaços laboratoriais. O Senado Universitário, numa decisão histórica e do maior alcance para o desenvolvimento harmonioso dos dois polos da Universidade, decidiu há dois anos promover a transferência

46 Edifício dos Congregados, na Avenida Central.

para Guimarães dos anos preparatórios da maior parte dos cursos de Engenharia, de modo a que, tendencialmente, cada curso funcione em um só núcleo da Universidade. Assim, no corrente ano funcionam já integralmente em Guimarães os cursos de Engenharia Têxtil, Produção-Têxtil e Eletrónica Industrial, bem como os recém-criados cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção, e iniciou-se a transferência do curso de Engenharia Civil, a concluir no próximo ano. Em consequência, o número de discentes nesse polo aumentou em 52%, ultrapassando já os 1.500 alunos, e vai rapidamente caminhar para os 3.000 alunos. Por outro lado, o funcionamento de muitas das disciplinas dos primeiros anos impõe necessidades em termos de anfiteatros e salas de aulas que não podem ser satisfeitas nas atuais instalações. As dificuldades vão surgir já em outubro próximo, com completa rutura em 1991.

Conscientes deste problema, temos já programada, e em fase avançada de projeto, a construção de um Complexo Pedagógico, com uma área de pouco mais de 5.000 m<sup>2</sup>, que nos vai permitir duplicar a capacidade em população discente com um investimento de pouco mais de um terço do custo das atuais instalações. É uma ampliação estrategicamente importante e economicamente rentável, que é imprescindível iniciar no corrente ano, mas também aqui não dispomos do necessário financiamento no PIDDAC. Estamos, no entanto, certos de encontrar no Ministério da Educação uma compreensão muito especial para esta necessidade, na sequência, aliás, do apoio que aí sempre obtivemos para o desenvolvimento da Universidade do Minho.

Estamos igualmente confiantes, e convictos mesmo, de que, subdimensionada como está, face à evolução demográfica da região, a Universidade do Minho vai constituir uma das grandes prioridades no âmbito do Programa PRODEP, programa que esperamos comece a ter efeitos visíveis a curto prazo.

7. A concentração dos investimentos da Universidade nas instalações definitivas (mais de 90% do PIDDAC tem sido anualmente aplicado na construção dos edifícios e correspondentes equipamentos fixos) não tem permitido resolver as grandes carências existentes em equipamentos científicos e pedagógicos. Apesar de a programação do apoio do FEDER aprovada para as instalações de Guimarães prever, em 1990/91, verbas substanciais para esses equipamentos, os deslizamentos verificados no PIDDAC inviabilizam essa contribuição – o PIDDAC da Universidade do Minho em 1990 apenas cobre 49% do valor inscrito, para este ano, na programação plurianual.

Perante esta realidade, as equipas docentes têm vindo a desenvolver um trabalho sistemático de captação de financiamentos alternativos para a investigação, junto das mais variadas instituições, com alguns sucessos importantes que conduziram, em 1989, a um financiamento adicional, externo à Universidade, de cerca de 180.000 contos. Trata-se de um significativo apoio à investigação, muito embora essas verbas se destinem essencialmente a encargos correntes com os projetos, não resolvendo o problema das infraestruturas laboratoriais nas áreas fortemente experimentais.

Neste contexto, é muito grande a expectativa dos docentes e investigadores da Universidade face ao Programa CIÊNCIA, como programa especificamente vocacionado

para esse tipo de investimento, designadamente a correção de assimetrias regionais em infraestruturas de investigação. A Universidade do Minho apresentou já um amplo conjunto de intenções de projetos e vai ser muito elevado o número de candidaturas que vamos submeter logo que seja aberto o respetivo concurso público.

8. Ao falar da investigação científica, impõe-se uma referência especial ao Instituto Nacional de Investigação Científica. O INIC tem desenvolvido uma ação notável de apoio à investigação nas Universidades, através dos Centros, quer pelas verbas que lhes são atribuídas quer pela flexibilização na utilização dessas verbas. Acontece, porém, que os Centros do INIC abrangem, neste momento, pouco mais de metade da comunidade científica universitária, fruto de uma política, conjunturalmente definida em 1980, mas estranhamente ainda em vigor, de não ser aprovada a criação de novos Centros. As instituições mais afetadas são, naturalmente, as de criação mais recente, sendo óbvias as assimetrias existentes. No caso da Universidade do Minho, só dois dos seus dez centros de investigação estão homologados.

Sabemos que os dirigentes do INIC, com consciência da situação e preocupados com ela, desencadearam já os mecanismos internos para a aprovação de novos Centros, estando o processo completo a menos da homologação a nível governamental. A Universidade do Minho tem cinco dos seus Centros nesse pacote, que aguarda decisão. Aqui deixamos o nosso apelo ao Senhor Ministro da Educação, no sentido de esta questão ser rapidamente desbloqueada, indo ao encontro, aliás, de uma solicitação expressa pelo Conselho de Reitores.

9. O desenvolvimento da Universidade do Minho, que se perspetiva no relatório de atividades e aqui aflorei em alguns dos aspetos mais relevantes, poderá porventura, numa análise superficial, parecer demasiado ambicioso. A essa hipotética apreciação, contraporíamos:

- Estando implantada numa região que é considerada, em termos demográficos, a mais jovem da Europa e apresenta uma densidade populacional 2.5 superior à média nacional, a Universidade do Minho está ainda francamente subdimensionada face ao potencial e às carências dessa mesma região e à muito forte pressão de ingresso por parte dos jovens aqui residentes;
- O desenvolvimento programado enquadra-se nos objetivos e metas do Programa de Desenvolvimento da Educação em Portugal (PRODEP), nomeadamente no que se refere à taxa de cobertura do grupo etário em condições de frequentar o Ensino Superior;
- Esse desenvolvimento cumpre na íntegra um compromisso que assumimos pessoalmente perante o senhor Ministro da Educação, em 1987 – o de atingirmos uma população discente de 6.000 a 7.000 alunos em 1992, de modo a rentabilizar o investimento feito nas instalações;
- Além disso, quando está em causa criar condições para uma melhor educação e formação dos jovens, não será mesmo fundamental haver ambição, e alguma utopia até?

Com a dinâmica adquirida pela Universidade do Minho, os cursos em funcionamento, os recursos existentes e os previsíveis, a meta dos 7.000 alunos em 1992 é um dado adquirido. Mas não podemos parar aí, as características e as necessidades da região não o permitiriam. Há novos cursos para serem iniciados e o *numerus clausus* deverá ainda aumentar. Por isso, estamos já a proceder à planificação da 2ª fase das instalações, que se deverá encadear sem hiatos com a 1ª fase.

Perante os fatores expostos e com o ritmo de crescimento lançado, é minha convicção pessoal de que existem condições para que a Universidade do Minho não só cumpra a referida meta dos 7.000 alunos, em 1992, mas ultrapasse os 10.000 no decorrer da década ora iniciada.

10. Antes de terminar, gostaria de fazer duas breves referências.

A primeira tem a ver com o excelente trabalho que está a ser desenvolvido pela Associação Académica da Universidade do Minho, em projetos de grande interesse e longo alcance, designadamente nos domínios da comunicação social, da extensão cultural e do apoio aos estudantes. Em particular, a aprovação da Rádio Universidade do Minho foi conquista importante, abrindo novos horizontes de intervenção. A Associação Académica acaba de obter um novo edifício para instalação da sua sede, prémio bem merecido pelo que tem feito em prol dos colegas e da Universidade.

A segunda nota é de agradecimento ao Gabinete de Relações Públicas, à Comissão de funcionários que trabalhou com o Gabinete e a todos os demais que participaram na organização desta sessão solene, que se desdobraram em esforços e sacrifícios pessoais para que a cerimónia pudesse ter o brilho que todos desejávamos.

11. A terminar, a palavra final do Reitor é de grande otimismo: com a qualidade e empenhamento dos seus docentes e funcionários, com as infraestruturas já disponíveis e as que se preveem a curto prazo, com a colaboração interessada das forças vivas da região e com o estímulo da presença e participação ativa dos seus jovens estudantes, a Universidade do Minho entra na década de noventa preparada para vencer todas as dificuldades e obstáculos que se lhe deparem, tendo como meta assumir-se não só como Universidade de grande dimensão (mais de 10.000 alunos) mas, e principalmente, como uma Universidade de qualidade e prestígio, vocacionada para bem servir a Comunidade.



20. 1990.

## Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.

*Tomada de Posse, em 12 de junho.*

Num ato a que atribuímos o maior simbolismo, pelo que significa de afirmação da autonomia da instituição universitária, acaba o Reitor de ser empossado perante a Assembleia da Universidade.

Quiseram tantos outros amigos, da Universidade e não só, vir também testemunhar o ato. A presença de V. Exas. nesta cerimónia de investidura da equipa reitoral muito nos honra e sensibiliza. Entendemo-la como uma manifestação de apreço pela Universidade do Minho e um sinal de confiança no seu futuro. A todos endereçamos o nosso mais sincero e vivo agradecimento.

Gostaria de dirigir uma palavra especial de boas vindas ao Senhor Ministro da Educação<sup>47</sup> e ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>48</sup>. Conhecedores que somos do empenhamento de V. Exas. no engrandecimento e diversificação do Ensino Superior em Portugal, a presença do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado, que tanto nos honra, constitui importante estímulo para prosseguirmos o nosso trabalho em prol da Universidade.

Ao Senhor Secretário de Estado da Juventude<sup>49</sup>, que com muito carinho tem vindo a apoiar os nossos estudantes, a nossa saudação especial e agradecimento também.

Foi vontade da Assembleia, expressa no resultado do ato eleitoral, que o Reitor cumprisse um novo mandato. Agradeço esse ato de confiança na minha pessoa e de reconhecimento pelo trabalho efetuado ao longo de cinco anos de exercício do cargo.

Sinto-me, naturalmente, muito honrado e sensibilizado pela reeleição. Sinto-me, também, acrescidamente responsabilizado perante a Universidade pela execução do programa proposto, que foi tão amplamente avalizado.

O processo da eleição do Reitor da Universidade do Minho baseia-se na apresentação de proposituras. Quer isto dizer que o programa de ação submetido a sufrágio não representa a visão estritamente pessoal do candidato mas, pelo contrário, resulta de um trabalho de equipa, em que elementos de todos os corpos da Universidade contribuíram, generosamente, com o seu saber, experiência e sentido crítico. A todos os subscritores da propositura, que com tanto entusiasmo se empenharam na elaboração do programa, exprimo o meu reconhecimento.

---

47 Estava então em funções o XI Governo Constitucional (17-08-1987 a 31-10-1991), sendo Ministro da Educação Roberto Carneiro (Roberto Artur da Luz Carneiro).

48 Alberto Ralha (Alberto José Nunes Correia Ralha).

49 Miguel Macedo (Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva).



**Figura 25**

Cortejo de encerramento da cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, Sérgio Machado dos Santos, em 12 de junho de 1990. À frente o Reitor, Sérgio Machado dos Santos, ladeado por Joaquim Barbosa Romero (antigo Reitor). Logo atrás, o Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira e o Secretário de Estado do Ensino Superior, Alberto Ralha. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

**Figura 26**

*Idem.* Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



Esse programa, que vai nortear a atuação da equipa reitoral nos próximos quatro anos, assenta em oito objetivos programáticos fundamentais:

- O pleno exercício da autonomia universitária, em todos os seus níveis;
- A melhoria pedagógica dos projetos de ensino;
- A reavaliação e incremento da política de investigação da Universidade;
- O aprofundamento da descentralização e eficácia da gestão;
- O desenvolvimento da Universidade, expresso na consolidação das áreas estabelecidas e no crescimento em novas áreas estratégicas;
- O incentivo e apoio às atividades dos estudantes;
- O reforço da projeção da Universidade no exterior;
- O reforço da componente cultural, como preocupação presente em todos os projetos da Universidade.

O enunciado destas linhas programáticas, conjuntamente com a prática dos anteriores mandatos, seriam suficientes para definir o sentido global da ação que a equipa agora empossada se propõe realizar. Gostaria, no entanto, de explicitar um pouco duas dessas questões, pela oportunidade e importância de que se revestem.

Desde logo, ressalta claramente a questão da problemática pedagógica. Apontada já, no anterior mandato, como questão crucial, estamos insatisfeitos com os resultados obtidos, podendo mesmo dizer-se ter sido esta a menos conseguida das metas então estabelecidas. Para isso bastante contribuiu a dificuldade em dinamizar as estruturas de gestão dos cursos, estruturas essas desadequadas à presente dimensão da Universidade do Minho. Na sequência da aprovação e operacionalização dos Estatutos da Universidade, dispomos agora de novos e importantes mecanismos para promover uma reflexão profunda, em que se empenhem docentes e discentes, à volta das questões pedagógicas mais candentes - como sejam o baixo rendimento escolar, expresso nas percentagens elevadas de reprovações e o fraco incentivo à criatividade, à inovação e ao espírito crítico dos estudantes. Para esta tarefa, árdua e delicada, muito contamos com a atuação do Conselho Académico, agora liberto de assuntos de rotina, mais vocacionado para questões desta natureza e com uma acrescida representatividade do corpo discente.

A autonomia universitária é matéria a merecer também alguma reflexão. Afirmou-se, no programa de ação, que o “exercício pleno da autonomia universitária passa, necessariamente, pela concretização conjugada dos objetivos (programáticos) enunciados. De facto, só uma Universidade inovadora e permanentemente renovada, exigente na sua *praxis* pedagógica e científica, flexível na sua gestão, prestigiada no plano nacional e internacional, poderá atingir uma verdadeira autonomia”.

A autonomia universitária exige, no entanto, um forte sentido de responsabilidade institucional, de consciência nacional dos problemas, de solidariedade e coesão. Neste contexto, a coordenação das Universidades e a sua articulação com as políticas nacionais de educação, ciência e cultura adquirem uma importância e uma sensibilidade muito especiais. Daí que seja urgente encontrar o posicionamento adequado para a intervenção, junto às Universidades, quer do Conselho de Reitores, quer da

Tutela, num equilíbrio que não é fácil. Preconizamos, para o efeito, o estabelecimento de um diálogo, permanente e aberto, entre todos os intervenientes no processo, tendo em vista gerar os imprescindíveis consensos sobre tão delicada matéria.

Por parte da Universidade do Minho, poderão o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado, bem como o Conselho de Reitores, contar com a maior abertura e espírito de colaboração na procura desses consensos, em nome dos superiores interesses nacionais, sem prejuízo, no entanto, do pleno exercício da autonomia institucional e da sua defesa quando estiverem em jogo os legítimos interesses da Universidade ou da região.

Senhores membros da Assembleia,  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

A verdadeira tarefa de fundo a levar a cabo tem a ver com o desenvolvimento da Universidade. Efetivamente, a Universidade do Minho, apesar de ter vindo a crescer em ritmo muito acelerado (mais de 50% em dois anos, 70% nos últimos 3 anos), está longe ainda de corresponder às características e necessidades da região. De acordo com um estudo detalhado a que acabamos de proceder, de expansão do Ensino Superior na Província do Minho, tendo em conta a população residente e a estrutura etária por regiões, a Universidade do Minho deveria presentemente estar muito além dos quase 5.200 alunos que alberga. Na realidade, tomando como termo de referência a taxa de cobertura do ensino universitário a nível nacional, a Universidade do Minho deveria ter cerca de 12.200 alunos. Mas, se compararmos com a taxa da região de Lisboa e Vale do Tejo, esse número deveria subir para 15.800 alunos. A situação agrava-se ainda mais se considerarmos que, dos 3.000 a 3.400 alunos que, por idêntico raciocínio, deveriam frequentar o ensino politécnico no Minho, apenas cerca de 500 o fazem, no Distrito de Viana de Castelo, estando o ensino politécnico a descoberto no Distrito de Braga.

Não admira, pois, que a percentagem de população com um curso superior, que é de 2.9% a nível nacional e de 4.5% na região de Lisboa e Vale do Tejo, seja apenas de 1.7% na Região Norte. O desequilíbrio, que é patente, é inaceitável e incompatível com o potencial económico e social da região.

Não nos restam dúvidas, pois, de que a Universidade do Minho tudo deve fazer para, sem delongas, continuar a aumentar a sua capacidade de acolhimento.

Por isso, e após cuidadosa ponderação da situação, propomo-nos estabelecer uma nova meta de crescimento. É uma meta extremamente ambiciosa mas, a nosso ver, exequível: a de, até ao fim do mandato de quatro anos, que agora se inicia, criar as condições para que a Universidade do Minho atinja os 10.000 alunos, duplicando a sua presente dimensão.

Este objetivo, que aqui apresentamos publicamente pela primeira vez, corresponde a antecipar em cinco a seis anos a meta de crescimento prevista para a Universidade



até ao fim da década. É um desafio de cujas dificuldades temos consciência, mas que a equipa responsabilmente assume.

É um desafio que lançamos, igualmente, a todos os elementos da Universidade do Minho, à Região e suas forças vivas e ao Governo, pois só com a colaboração interessada e empenhada de todos será possível levar avante tão grande tarefa.

Um crescimento tão acelerado não se pode fazer exclusivamente pela via da consolidação e reforço das áreas científicas em que a Universidade do Minho já intervém.

Esgotada que está a 1ª fase da programação do desenvolvimento da Universidade, é agora imprescindível proceder à avaliação de alternativas, em termos de lançamento de cursos e ações de âmbito científico e cultural em novas áreas do saber, de que se podem apontar, a título de exemplo, os domínios da Comunicação Social, das Artes, da Psicologia, da Geografia, do Direito, das Ciências Médicas ou da Tecnologia e Gestão Agrícolas. A Universidade vai proceder a estudos rigorosos de planeamento, auscultando sensibilidades e mobilizando apoios, para em devido tempo se decidir sobre a viabilidade e a oportunidade de cada um desses projetos, tendo como princípio orientador que a Universidade, indo ao encontro dos problemas e dos verdadeiros interesses regionais e nacionais, se assuma, cada vez mais, como um motor de desenvolvimento socioeconómico e cultural da região em que se insere.

Em termos de recursos, são grandes os problemas a resolver: há que construir mais instalações, incluindo infraestruturas culturais e desportivas, é necessário equipá-las, admitir e formar pessoal, angariar os necessários recursos financeiros. Estamos, no entanto, convictos de que, pesem embora as dificuldades, vamos ultrapassar esses problemas. Efetivamente, a conjuntura é globalmente favorável aos investimentos no setor, muito se esperando dos novos programas comunitários no âmbito da educação e da ciência. É nesse contexto que estamos confiantes em que as dificuldades orçamentais que nos afligem, no presente ano, a nível do plano de investimentos, vão ser rapidamente resolvidas.

Com a posse dos vice-reitores e pró-reitores, ficou desde já completa a equipa da Reitoria. São grandes as responsabilidades que cabem a cada um, quer nas tarefas assumidas em comum, quer nas específicas de cada pelouro. Sem entrar em detalhes de delegação de competências, gostaria, no entanto, de esboçar as principais áreas de atuação de cada membro da equipa.

O vice-reitor Professor Licínio Chainho Pereira continua com o pesado e crucial encargo de coordenar e dinamizar as ações de cooperação em investigação e desenvolvimento, nomeadamente as relativas à participação em programas comunitários, tendo como objetivo importante a captação de financiamentos alternativos ao Orçamento da Universidade.

Ao vice-reitor Professor José Eduardo Lopes Nunes competirá a aliciante e complexa tarefa de dinamizar a formulação de uma política de investigação científica e de formação de pessoal docente, bem como o aprofundamento da problemática pedagógica.

O vice-reitor Professor Vítor Aguiar e Silva terá a seu cargo o importante setor das Humanidades e do projeto cultural da Universidade, bem como o estabelecimento de uma política editorial para a Universidade e a cooperação com os países de língua portuguesa.

O pró-reitor Professor Carlos Alves Bernardo fica ligado ao setor de planeamento estratégico, tendo em vista a programação da 2ª fase do desenvolvimento da Universidade, designadamente no que respeita ao planeamento das construções.

O pró-reitor Professor António Cabeço Silva cooperará com o pelouro da interface com a indústria e os programas comunitários, em especial nas ligações da Universidade com o Programa de Desenvolvimento do Vale do Ave e atuará como delegado do Reitor, junto ao polo de Guimarães, para efeitos de representação.

O pró-reitor Professor José Pereira Vieira, na sequência da colaboração que vinha já a prestar no setor das construções, passará a coordenar e dirigir as atividades do Gabinete das Instalações Definitivas.

Aos Senhores vice-reitores e pró-reitores quero testemunhar o meu elevado apreço pessoal e agradecer a inestimável colaboração que se dispõem a dar-me.

Senhores membros da Assembleia,  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Como há três anos atrás, reafirmo que parto para este mandato consciente dos grandes desafios a enfrentar, mas com firme vontade de os vencer. Para isso, sei que posso contar com o generoso empenhamento dos docentes, investigadores, alunos e funcionários, todos mobilizados em torno de um projeto comum, o do engrandecimento e prestígio da Universidade do Minho.

Pela minha parte, assumir-me-ei como elemento mobilizador e dinamizador da Universidade, defensor intransigente dos seus interesses e dos interesses dos seus membros. Procurarei, acima de tudo e em todas as circunstâncias, representar condignamente a Universidade.

Universidade do Minho, 12 de junho de 1990.



**21. 1991.****Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.***Dia da Universidade, no 17<sup>o</sup> aniversário, em 16 de fevereiro.*

Senhor Ministro da Educação<sup>50</sup>;

Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros<sup>51</sup>;

Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>52</sup>;

Senhor Secretário de Estado da Juventude<sup>53</sup>;

Senhor Governador Civil de Braga<sup>54</sup>;

Senhor Diretor-Geral do Ensino Superior<sup>55</sup>;

Senhores Reitores;

Digníssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;

Caros Colegas;

Minhas Senhoras;

Meus Senhores;

Caríssimos Alunos:

1. Neste ato solene, em que comemoramos o XVII Aniversário da Universidade do Minho, cumpre-me, antes de mais, saudar a presença de V. Exas.

Saúdo, em primeiro lugar, o Senhor Ministro da Educação e o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, a quem agradeço a honra que nos concederam ao aceitar, uma vez mais, o nosso convite. A presença de Vossas Excelências, pelo que representa do interesse do Governo pelas Universidades, constitui para nós importante estímulo. Saúdo, igualmente, o Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e o Senhor Secretário de Estado da Juventude, que com tanto carinho têm vindo a acompanhar e apoiar as iniciativas da Universidade do Minho. Dirijo, ainda, uma saudação especial ao Senhor Diretor-Geral do Ensino Superior, salientando o respeito e admiração que o seu modo de atuação, junto às Universidades, nos inspira. Às excelentíssimas autoridades e a todos, em geral, que hoje estão connosco, o nosso vivo reconhecimento.

2. No Dia da Universidade compete ao Reitor, por tradição, apresentar o relatório de atividades do ano findo. Tendo em vista uma ampla difusão das atividades da Universidade, o relatório foi já publicado. Foi igualmente preparada uma versão atualizada de um desdobrável, que apresenta, de forma sintética, a atual dimensão e os domínios de atividade da Universidade do Minho. Assim, poder-me-ei limitar a breves referências

---

50 Roberto Carneiro (Roberto Artur da Luz Carneiro).

51 Luís Marques Mendes.

52 Alberto Ralha (Alberto José Nunes Correia Ralha).

53 Miguel Macedo (Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva).

54 Fernando Alberto Matos Ribeiro da Silva.

55 Pedro Lynce (Pedro Augusto Lynce de Abreu de Faria) Diretor-Geral do Ensino Superior entre 1989 e 1992.

sobre o que de mais relevante se passou, procurando, acima de tudo, dar uma ideia sobre a evolução previsível para a Universidade no futuro próximo.

3. Como se faz notar na introdução ao relatório de atividades, o ano de 1990 ficou marcado por uma importante consolidação da autonomia da Universidade, na sequência da homologação dos seus Estatutos. Lembro, a esse respeito:

- A entrada em funcionamento de todos os órgãos da Universidade;
- A elaboração e aprovação dos Regulamentos das Escolas e do Regulamento dos Conselhos de Cursos e Comissões de Curso;
- Em ato de particular simbolismo, a eleição do Reitor e a sua posse perante a Assembleia da Universidade.

A Universidade adquiriu, assim, o pleno uso das competências atribuídas pela lei da autonomia, bem como uma acentuada descentralização interna, favorável à dinamização de todos os seus setores e à mobilização de todos os seus membros.

4. O ano findo foi, também, uma vez mais, um ano de crescimento acelerado para a Universidade do Minho:

- Crescimento, em primeiro lugar, do corpo discente, que ultrapassou os 6.200 alunos, registando um aumento de 22%;
- Crescimento também, quantitativo e qualitativo, do corpo docente e investigador;
- Acréscimo ainda no numerus *clausus* e no número de cursos, potenciador de crescimentos futuros.

Antecipou-se, assim, em cerca de dois anos, a consecução da meta dos 6.000 alunos prevista para a 1ª fase do desenvolvimento da Universidade. Foram igualmente lançados os alicerces para uma evolução que aponta para novos objetivos, que tive oportunidade de anunciar em junho passado, quando da cerimónia de investidura do Reitor: os de atingir os 8.000 alunos em 1992 e os 10.000 a 11.000 alunos dentro de quatro anos.

A prossecução de tal desiderato, que sabemos não ser fácil, passa por importantes investimentos infraestruturais e pela capacidade de diversificação das áreas científicas e dos cursos oferecidos. Em ambos os aspetos, registaram-se avanços significativos, que passo a expor.

5. No domínio das instalações, as novas construções prosseguiram em bom ritmo, sendo de destacar:

- A conclusão das obras no Centro de Formação de Professores e Educadores de Infância, que são hoje inauguradas;
- A conclusão e apetrechamento do Bloco C das instalações de Azurém;
- A empreitada do edifício da Biblioteca Central e do Instituto de Educação, a concluir no fim do corrente ano;
- O início, em junho passado, da empreitada de construção dos edifícios da 1ª fase-B, em Braga, onde ficarão instaladas as Escolas de Ciências e de Engenharia.

Pode-se, por conseguinte, concluir que todas as empreitadas respeitantes à 1ª fase estão concluídas ou estão em curso. Relembro, no entanto, que essas instalações foram projetadas para 6.000 alunos, pelo que ficam de imediato saturadas, estando presentemente a Universidade a sobreviver à custa de instalações provisórias ainda ativas.

Perante esta realidade, foram já tomadas medidas para a planificação e implementação da 2ª fase de desenvolvimento da Universidade, de que destaco três ações em curso:

- A elaboração e aprovação do projeto e a abertura de concurso para a construção de um Complexo Pedagógico em Azurém, o qual permitirá uma expansão da população discente no polo de Guimarães até 3.000 alunos;
- A abertura de concurso para a elaboração do projeto de um segundo Complexo Pedagógico em Gualtar, com capacidade para 4.000 alunos, de modo a poder albergar em Braga, em espaços formais de ensino, até 8.000 alunos;
- A preparação de memória descritiva para a ampliação das áreas departamentais em Braga, nos setores ligados aos cursos de criação mais recente, onde se notam já estrangulamentos importantes que urge ultrapassar.

O Complexo Pedagógico de Guimarães deverá estar pronto em 1992 e o de Braga em 1993, sob risco de inviabilizar cursos recentemente iniciados e impedir o início de novos cursos. Ambos os projetos foram apresentados ao recente concurso do PRODEP, esperando-se para breve uma decisão sobre a atribuição de financiamento, de modo a poder lançar as respetivas empreitadas ainda no corrente ano. Quanto à terceira iniciativa, de maior envergadura mas a decorrer até 1995, foi igualmente submetida ao PRODEP, sendo de prever que a fase de projeto possa ficar concluída em 1992 e as obras se iniciem em 1993.

6. No que respeita à diversificação de cursos e áreas científicas e na sequência de um extensivo trabalho de planeamento desenvolvido pelas Escolas, está já aprovado um amplo leque de cursos para início em outubro próximo, de que saliento:

- A Licenciatura em Comunicação Social, que corresponde a uma velha aspiração da Universidade e da região;
- A criação da área de Alemão no Instituto de Línguas e Ciências Humanas, com a conseqüente aprovação dos cursos de Licenciatura em Ensino de Português-Alemão e de Inglês-Alemão;
- A Licenciatura em Psicologia, com várias especializações;
- A Licenciatura em Engenharia de Materiais, projeto este comum às Universidades do Minho, do Porto e de Aveiro;
- O Ramo de Controlo da Poluição, na Licenciatura em Engenharia Biológica;
- O Diploma de Estudos Superiores Especializados em Educação Infantil e Básica Inicial, com cinco variantes.

Para além das seis licenciaturas e do DESE referidos, estão ainda aprovados e prontos a ser iniciados seis novos cursos de Mestrado e dois de Especialização. Este conjunto de cursos, a que acrescem a Licenciatura em Educação, uma nova Licenciatura na área

de Economia e Gestão e algumas novas variantes do DESE recém-criado, todos em fase avançada de preparação, correspondem a um primeiro tempo da 2ª fase de desenvolvimento da Universidade, em que explicitamente se procurou melhorar o equilíbrio entre as áreas das Humanidades, por um lado e das Ciências e Tecnologia, por outro.

O passo seguinte, em termos de diversificação, deverá ser mais espaçado no tempo, exigindo reflexão e prudência, dada a grande dificuldade em preparar infraestruturas humanas e materiais para além das previstas nas metas de crescimento atrás referidas (que se cifram nos 11.000 alunos em 1994/95). Tratar-se-á de um segundo tempo, no qual novas Escolas vão certamente aparecer, na sequência da consolidação das atualmente existentes.

7. Consolidação e crescimento são conceitos não necessariamente antagónicos, mas nem sempre fáceis de conciliar. Têm-nos perguntado, e nós próprios nos perguntamos, por vezes, se não seria preferível parar, para consolidar. Seria essa, sem dúvida, a opção mais fácil para a Universidade, a mais cómoda para os seus docentes e funcionários e porventura a mais confortável para os estudantes que a frequentam. Será, no entanto, essa solução aceitável para os jovens – e são tantos – que aguardam um lugar nesta Universidade, seja em primeiro ingresso, seja por transferência? Ou para a região, tão carenciada de quadros?

A nossa resposta a esta interrogação é inequívoca: não é possível, não é aceitável, parar na atual fase de desenvolvimento, que representa ainda um acentuado subdimensionamento face às características e potencialidades da região. Não é, igualmente, o momento próprio para parar, quando são postos à disposição das Universidades instrumentos financeiros importantes, cujo objetivo explícito é a expansão do sistema. Se o fizéssemos, os jovens do Distrito de Braga e áreas circundantes não o compreenderiam.

Note-se, porém, que a Universidade do Minho, ao optar pela expansão, não está a negligenciar a consolidação. Pelo contrário, essa é uma preocupação sempre presente no nosso espírito. Por exemplo:

- Ao procurar que cada Departamento esteja, na medida do possível, ligado a dois cursos, estamos a consolidá-lo em termos de massa crítica;
- Ao recrutar pessoal e ao investir fortemente na sua formação, estamos a consolidar o recurso mais precioso da instituição, o seu potencial humano;
- Ao promover uma forte ligação ao tecido socioeconómico e ao meio empresarial, consolidamos a implantação da Universidade;
- Ao captar receitas próprias para investigação, formação e extensão universitária no valor de 24% das dotações do Estado estamos, acima de tudo, a consolidar a autonomia da Universidade.

8. Um cuidado muito especial tem sido igualmente colocado nas condições de apoio social aos estudantes, de modo a evitar a sua degradação face ao rápido crescimento do número de alunos. Assim:



**Figura 27**  
Cortejo de abertura da cerimónia do Dia da Universidade, no 17º aniversário, celebrado em 16 de fevereiro de 1991. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



- Foi instalado um novo refeitório no *Campus* de Azurém e equipada a nova cantina do *Campus* de Gualtar, prestes a entrar em funcionamento;
- Está a ser concluída uma residência em Guimarães, para alojar 104 estudantes, e vão ser iniciadas duas novas residências no corrente ano, uma em Braga e outra em Guimarães;
- Melhoraram-se as condições e o horário de funcionamento das bibliotecas e foi efetuado um importante investimento em bibliografia para alunos;
- Está garantida a assistência médica aos estudantes, através de um protocolo recentemente celebrado com a Administração Regional de Saúde;
- Foram dados os primeiros, mas significativos, passos para a construção das instalações desportivas da Universidade, estando garantido o arranque, ainda no presente ano, da construção de um pavilhão polivalente em Braga e uma área desportiva ao ar livre em Guimarães, conforme protocolo a assinar no decorrer desta sessão com a Direção Geral do Ensino Superior.

É de salientar a compreensão que temos encontrado junto aos estudantes para os problemas que pontualmente vão surgindo, bem como realçar o excelente relacionamento e cooperação mútua que tem existido entre os órgãos da Universidade e a Associação Académica, o que muito tem contribuído para a resolução rápida e eficaz dos problemas e, muito em especial, para a dinamização das atividades de índole pedagógica, cultural, desportiva e recreativa.

9. Antes de terminar gostaria de deixar expresso o reconhecimento da Universidade do Minho pela cedência, por parte do Senhor Secretário de Estado da Cultura, do edifício do antigo Albergue Distrital, para aí serem instalados serviços da Biblioteca Pública de Braga. No âmbito de um acordo de princípios entre o Instituto Português do Livro e da Leitura, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho, relativo ao Projeto Bibliopolis, foi já obtido um primeiro apoio financeiro para a recuperação desse edifício, que virá resolver o grave problema de falta de espaços com que a Biblioteca Pública se debate. Estamos certos de que, junto da Secretaria de Estado da Cultura e de outras entidades, designadamente empresas, vamos continuar a encontrar importantes apoios para este projeto e para as Unidades Culturais da Universidade, no seu todo.

10. Os programas operacionais de apoio à educação e à investigação, de que se destacam o PRODEP e o Programa CIÊNCIA, estão a abrir novas e importantes perspectivas e oportunidades a explorar. Com essas possibilidades, a qualificação e empenhamento de docentes e funcionários, a participação dos alunos, os recursos materiais acrescidos e as novas instalações disponíveis, e contando ainda com a colaboração interessada das forças vivas da região, a Universidade do Minho está preparada para responder ao desafio da expansão do sistema de Ensino Superior, afirmando-se como instituição de qualidade e prestígio, vocacionada para servir a comunidade em que se insere.

Com esta certeza, termino.





## 22. 1992.

### Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 18<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*

1. Ao abrir esta sessão solene comemorativa do XVIII Aniversário da Universidade do Minho cumpre-me, antes de mais, saudar a presença de Vossas Excelências.

Saúdo, em primeiro lugar, os Senhores Membros do Governo, a quem agradeço a honra que nos concederam ao aceitar o nosso convite. A presença de Vossas Excelências, e os setores governamentais que representam, significam para nós a manifestação do interesse do Governo nas Universidades e no papel que estas desempenham no desenvolvimento das regiões e do País. Constitui, por conseguinte, um precioso estímulo para prosseguirmos o nosso trabalho. Uma saudação especial é também devida ao Senhor Diretor-Geral do Ensino Superior<sup>56</sup>, a quem manifesto a admiração e respeito que sentimos pela sua atuação em prol do Ensino Superior.

Saúdo, ainda, a presença dos Senhores Reitores das Universidades da Galiza<sup>57</sup>. Sendo a internacionalização do ensino, da ciência e da tecnologia uma das grandes preocupações dos nossos dias, a aproximação entre as Universidades da Galiza e as do Norte de Portugal, formalizada no Convénio a assinar ainda hoje, representa um passo positivo nesse sentido, do qual muito se espera em termos de resultados.

Às excelentíssimas autoridades e a todos, em geral, que hoje estão connosco, o nosso vivo reconhecimento.

2. É habitual o Reitor apresentar nesta sessão o relatório de atividades do ano findo. Essa minha tarefa está facilitada pelo facto de o relatório, seguindo a prática de anos anteriores, estar já publicado. Limitar-me-ei, assim, à apresentação de alguns factos que foram mais marcantes para a vida da instituição.

A primeira constatação que ressalta, desde logo, do relatório e dos seus anexos é a de que o ano de 1991 foi um período de enorme crescimento para a Universidade do Minho - o maior de sempre nos dezoito anos da vida da instituição. Parâmetros vários traduzem esse crescimento, dos quais destaco a diversificação de cursos, o conseqüente aumento do *numerus clausus* e do corpo discente, o reforço do corpo docente e ainda o incremento dos meios materiais e financeiros disponíveis. Passo a explicitar um pouco algumas dessas vertentes.

<sup>56</sup> Pedro Augusto Lynce de Abreu de Faria.

<sup>57</sup> Ainda que o documento não identifique claramente quais as universidades galegas representadas, tendo em conta a cooperação estratégica transnacional entre a Galiza e o Norte de Portugal, nomeadamente por via do Eixo Atlântico e as instituições que se envolvem, pensamos tratar-se dos reitores da Universidade de Santiago de Compostela - Ramon Villares Paz (Reitor entre 1990-1994); da Universidade da Corunha - José Luis Meilán Gil (Reitor entre 1990-2003) e Universidade de Vigo - Luís Espada Recarey (Reitor entre 1989-1994).

3. No que respeita à diversificação de cursos e áreas científicas, foram iniciados onze novos cursos a nível de Licenciatura:

- As Licenciaturas em Comunicação Social, em Psicologia, em Engenharia de Materiais, em Ensino de Português-Alemão e em Ensino de Inglês-Alemão;
- O ramo de Controlo da Produção, na Licenciatura em Engenharia Biológica;
- As cinco variantes do Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Infantil e Básica Inicial.

Iniciaram-se igualmente, ou estão em vias de o ser a curto prazo, 10 novos cursos de pós-graduação.

Consequentemente, o *numerus clausus* registou um crescimento de 28%, aumentando de 1.130 para 1.450 vagas e o corpo discente cresceu 24.8%, cifrando-se em 7.828 alunos, dos quais 340 são estudantes de pós-graduação.

Verifica-se, assim, que a meta de 7.100 alunos apontada para o corrente ano escolar foi largamente ultrapassada, estando criadas as bases para vencer a fasquia dos 10.000 alunos dentro de dois anos. A Universidade procura, desta forma, responder à grande procura que se verifica pelos seus cursos, tanto no concurso nacional de ingresso como através do regime de transferências e dos concursos especiais, ainda que o faça de forma insuficiente, como se constata pelo número elevado de candidatos que não obtiveram nesta instituição o lugar que almejavam.

4. O ritmo de crescimento assim imposto passa, naturalmente, por importantes investimentos infraestruturais e só foi possível face à captação de financiamentos muito significativos, de que se destacam os provenientes do Programa PRODEP. A Universidade do Minho definiu criteriosamente as suas prioridades estratégicas nas candidaturas ao referido Programa, no âmbito do qual foram aprovadas três propostas, com um financiamento global de três milhões e meio de contos no período de 1991 a 1993. Essas propostas correspondem à construção e apetrechamento de três blocos de construções:

- O edifício das Escolas de Ciências e de Engenharia em Braga, obra iniciada em 1990 e a ficar concluída dentro de meio ano, completando a 1ª fase das instalações;
- O Complexo Pedagógico de Azurém, cuja construção se iniciou já e deverá ficar em grande parte executada no corrente ano, permitindo aumentar a população discente no polo de Guimarães para 3.000 alunos;
- Um novo Complexo Pedagógico em Braga, com capacidade para 4.000 alunos, empreendimento com projeto praticamente concluído devendo as obras ser iniciadas a meio deste ano.

Nestas candidaturas foi dada uma grande prioridade às instalações específicas para alunos (com tipologia de Complexo Pedagógico). O integral aproveitamento dessas instalações passará, no entanto, por uma expansão das áreas departamentais em domínios em que há já estrangulamentos visíveis.

Por essa razão, a Universidade do Minho aguarda com grande expectativa a abertura do segundo concurso PRODEP, tendo em vista o financiamento de dois novos edifícios, um para as Escolas de Humanidades e outro para as Escolas de Ciências e de Engenharia, ambos em Braga. Estes empreendimentos, para os quais está já em curso o processo de elaboração do projeto, terão que ser iniciados ainda em 1993, sob risco de ruturas bloqueadoras do desenvolvimento da instituição. É, pois, com muita preocupação que acompanhamos o sucessivo adiamento da abertura do referido concurso e as indicações de que verbas devidas ao Programa PRODEP estarão a ser aplicadas em outras finalidades.

Estamos porém confiantes de que o Senhor Ministro da Educação e a sua equipa, conscientes das necessidades de expansão do sistema de Ensino Superior público e conhecedores também de que propostas de grande valor só não foram contempladas no anterior concurso por manifesta insuficiência das verbas disponíveis, conseguirão mobilizar os recursos necessários, garantindo que o compromisso assumido pelo Governo perante o País, quando da aprovação do PRODEP, não deixe de ser honrado.

5. É igualmente de realçar o sucesso obtido nas candidaturas ao Programa CIÊNCIA. A Universidade promoveu uma grande concentração de esforços nas medidas prioritárias do Programa, de modo a constituir equipas tão amplas e interdisciplinares quanto possível. As quatro candidaturas apresentadas foram aprovadas mobilizando, conjuntamente com dois outros projetos nas restantes medidas, um financiamento superior a um milhão e meio de contos.

O reforço das infraestruturas de investigação assim conseguido, aliado ao investimento que a Universidade tem feito na formação do seu pessoal docente – 30% do pessoal docente de carreira é doutorado – vêm trazer às equipas de investigação uma competitividade que é fundamental para concorrerem aos programas financiadores de projetos de investigação.

6. A par da criação de condições para a rápida expansão e consolidação da Universidade, tem-se procurado garantir que a massificação do Ensino Superior não comprometa a qualidade do ensino ou da investigação praticados. A adoção de mecanismos de avaliação assume, a este propósito, uma relevância particular.

Correspondendo a uma preocupação de há muito sentida, iniciou-se no ano transato a avaliação sistemática do ensino ministrado na Universidade do Minho, avaliação essa baseada em questionário respondido pelos estudantes no âmbito de todas as disciplinas que frequentam e em relação a todos os seus docentes. Pretende-se, através desse processo, avaliar o ensino nas suas vertentes letiva, da atitude do estudante perante as atividades escolares e da adequação dos aspetos organizativos e infraestruturais de suporte ao ensino. Simultaneamente, procede-se também a um levantamento estatístico do aproveitamento escolar, efetuado pelo docente de forma sistemática, complementado, quando for caso disso, por uma reflexão aprofundada tendo em vista a procura de soluções que contribuam para um melhor rendimento escolar.

O processo de avaliação, que sabemos ser delicado, foi introduzido com as devidas cautelas, sendo muito limitada a utilização e difusão dos respetivos resultados durante a fase

inicial da sua aplicação. Trata-se, no entanto, de um importante passo, do qual muito se espera, nomeadamente pela sua função pedagógica.

7. Um cuidado muito especial continuou também a ser colocado nas condições de apoio social aos estudantes, de modo a evitar a sua degradação face ao rápido crescimento do número de alunos. Nesse sentido, foram operacionalizadas novas e importantes estruturas, de que saliento:

- A entrada em funcionamento de uma residência universitária em Guimarães;
- O arranque do funcionamento da cantina de Gualtar e do *snack-bar* do CEFOPE, com serviço de refeições durante o fim-de-semana;
- O importante investimento feito em bibliografia essencialmente usada pelos alunos;
- O início da prestação de assistência médica aos estudantes, com o apoio da Administração Regional de Saúde de Braga;
- O avanço do processo das instalações desportivas, que culminará na adjudicação, a curto prazo, de um pavilhão desportivo polivalente em Braga e de uma área desportiva ao ar livre em Guimarães.

Apraz-me registar a compreensão que temos encontrado junto aos estudantes para os problemas que pontualmente vão surgindo, bem como realçar o excelente relacionamento e cooperação mútua que tem existido entre os órgãos da Universidade e a Associação Académica, o que muito tem contribuído para uma resolução rápida e eficaz dos problemas e, muito em especial, para a dinamização das atividades culturais, desportivas e recreativas.

8. Gostaria ainda de fazer referência a uma questão que tem sido frequentemente arejada na comunicação social, a dos orçamentos das Universidades.

No que respeita à Universidade do Minho, o valor do fecho da dotação pelo Orçamento de Estado revelou-se adequado aos compromissos assumidos, pese embora o facto de a dotação média por aluno ter tido uma quebra de 7%, o que obrigou a uma racionalização de custos considerável. Essa racionalização foi conseguida com uma grande contenção nos efetivos de pessoal, que apenas aumentaram em 15% no corpo docente e em 9% no corpo de funcionários, enquanto o número de alunos aumentou em cerca de 25%.

A situação foi diferente quanto ao PIDDAC, em que cortes efetuados já próximo do fim do ano, sem qualquer relação com as taxas de execução orçamental, originaram que dívidas importantes tivessem transitado para 1992. Deve dizer-se, em abono da verdade, que o PIDDAC do corrente ano repõe essas verbas, mas não deixa de causar preocupação o atraso nos pagamentos.

O facto de as dotações finais terem sido (estritamente) suficientes (ou de, no caso de terem sido deficitárias, estarem cobertas no corrente ano económico) não invalida, porém, o facto de o ano de 1991, no que respeita aos orçamentos, ser um ano para esquecer, quer pelas incertezas e sobressaltos em que as Universidades viveram ao longo de todo o ano, quer por atropelos cometidos a normas e princípios estabelecidos. Viveu-se uma situação a uma escala sem precedentes, mas que a metodologia de trabalho estabelecida com a atual equipa ministerial dá-nos garantias de não se repetir.



**Figura 28**  
Cerimónia do Dia da  
Universidade, no 18º  
aniversário, em 1992.  
Entrega de diplomas  
por José Eduardo Lopes  
Nunes (vice-reitor).  
Fonte: GCII da UMinho.  
Coleção de fotografias.



**Figura 29**  
*Idem.* Fonte: GCII da  
UMinho. Coleção de  
fotografias.

Para o corrente ano, estão em curso negociações com cada uma das Universidades para o estabelecimento de uma programação plurianual vinculativa de *ratios* de pessoal, com vista à aproximação a *ratios* padrão, num primeiro mas importante passo para a definição de contratos-programa. Trata-se de uma metodologia a afinar ainda, nomeadamente pela necessidade de consensos sólidos sobre os parâmetros de trabalho, mas que reputo de extremamente positiva e que compromete ambas as partes: o Ministério, quanto a financiamentos plurianuais e a Universidade, quanto a objetivos de gestão e metas a atingir.

9. Ao completar dezoito anos de funcionamento, a Universidade do Minho adquiriu o estatuto de maioridade. Fá-lo com uma compleição adequada à idade, enquadrando-se na gama alta das Universidades de média dimensão (classificação da Associação Internacional de Universidades), e 'senhora do seu nariz', sabendo o que pretende e prezando muito a sua autonomia, que tem feito valer com determinação a todos os níveis.

Fá-lo, ainda, num momento de grande pujança das Escolas e Departamentos que a constituem e inserida numa região ela própria em grande desenvolvimento.

É, por conseguinte, natural que as pressões de crescimento, quer externas quer internas, sejam muito grandes. O efeito combinado dos aumentos dos *numeri clausi* e da criação de novos cursos nos últimos anos vão conduzir, inevitavelmente, à continuação de uma rápida expansão da Universidade. Um novo curso de Licenciatura está já aprovado para início provável em outubro próximo - a Licenciatura em Educação - e alguns outros cursos estão a ser preparados em áreas de importância estratégica para o desenvolvimento nacional.

Não é, pois, de surpreender que a previsão da evolução dos efetivos discentes para os próximos anos, apresentada em anexo ao relatório de atividades, aponte para mais de 11.000 alunos em 1994/95. Temos, aliás, repetidamente demonstrado que esta dinâmica de crescimento é plenamente justificada pelas potencialidades demográficas, económicas e sociais da região em que nos inserimos. Temos, no entanto, consciência de que a dimensão que a Universidade está a atingir aconselha alguma inversão na tendência de crescimento, o qual deverá manter-se após o período referenciado mas com alguma desaceleração.

10. A terminar, resta-me exprimir a minha convicção profunda de que a Universidade do Minho, com a dinâmica própria da juventude e a maturidade que lhe advém da sua maioridade, vai continuar a afirmar a sua qualidade e a granjear prestígio, demonstrando estar preparada para responder aos desafios da modernidade.



## 23. 1993.

### Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 19º aniversário, em 17 de fevereiro.*

1. Nesta sessão solene comemorativa do 19º aniversário da Universidade do Minho, começo por saudar Vossas Excelências, a todos agradecendo a presença amável que interpretamos como sinal de interesse pelos destinos desta instituição, que se tem procurado posicionar, desde sempre, por uma postura de missão de serviço em prol da Comunidade.

A presença dos Senhores membros do Governo é para nós sempre motivo de grande regozijo. Efetivamente, sendo verdade que, no âmbito da autonomia universitária, a ação tutelar do Governo se encontra muito diluída, é igualmente certo que as Universidades devem enquadrar a sua ação dentro da política global definida para o Ensino Superior, política para cuja definição têm obrigação legal de colaborar. Torna-se, assim, imprescindível manter um diálogo permanente e profícuo entre as Universidades e a tutela governamental, tendo em vista o duplo objetivo de uma atuação política por parte do Governo que se adequa às realidades e possibilidades do sistema e uma atuação por parte das Universidades que se enquadre na política global estabelecida.

É nesse sentido que saúdo a presença de Vossas Excelências, que representam setores tão importantes para o Ensino Superior como o são as áreas da Juventude, da Educação e da Ciência e Tecnologia, para além das relações de amizade com que têm honrado esta instituição.

Permitam-me Vossas Excelências, por oportuna, uma referência especial, de apreço e de amizade, ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior. O Prof. Pedro Lynce dedica-se desde há muito à causa universitária, primeiro como professor e gestor universitário, depois como Diretor-Geral do Ensino Superior, agora como membro do Governo. Tem-no feito, a nosso ver, com profundo conhecimento de causa e com grande sentido universitário. Nos tempos difíceis que se vivem no Ensino Superior, muito esperamos da atuação de Vossa Excelência, Senhor Secretário de Estado, como pessoa empreendedora, que domina os problemas e, acima de tudo, que entende o diálogo na verdadeira aceção bidirecional da palavra.

2. Tivemos oportunidade, antes desta sessão solene, de proceder à inauguração e bênção das instalações que concluem a 1ª fase das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Cumpre-se, assim, mais um marco histórico na vida desta jovem instituição, que muito representa em termos da consolidação das infraestruturas da Universidade. Lembro que esta 1ª fase das instalações inclui os três blocos em funcionamento em Azurém, o Complexo Pedagógico de Gualtar, as instalações da 1ª fase-A onde estão instalados o Instituto de Letras e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Sociais e a Escola de Economia e Gestão, o edifício da Biblioteca Central onde está igualmente instalado o Instituto de Educação, os edifícios da 1ª fase-B,



**Figura 30**

Cerimónia do Dia da Universidade, no 19º aniversário, em 17 de fevereiro de 1993. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

**Figura 31**

*Idem.* Assinatura do protocolo para a construção de residências universitárias. O Reitor, Sérgio Machados dos Santos (a assinar) e o Secretário de Estado, Pedro Lynce (atrás). Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



correspondentes à Escola de Ciências e à Escola de Engenharia e os edifícios do CEFOPE. No total o empreendimento corresponde a 64.000 m<sup>2</sup> de área bruta de construção (20.000 m<sup>2</sup> em Guimarães e 44.000 m<sup>2</sup> em Braga).

Neste momento festivo, é justo lembrar o muito esforço e sacrifício que foram exigidos a quantos colaboraram no processo. A todos quero deixar expresso o meu reconhecimento pessoal e o reconhecimento da Universidade. Sem esquecer que estamos perante um trabalho de equipa em que, direta ou indiretamente, participaram todos os membros da instituição, permito-me referenciar os principais dinamizadores do *dossier* das instalações definitivas desde o seu início:

- O Professor Carlos Lloyd Braga, primeiro Reitor e Presidente da Comissão Instaladora, e os Professores Joaquim Barbosa Romero e Lúcio Craveiro da Silva que dignamente lhe sucederam;
- Os membros da ex-Comissão Instaladora da Universidade;
- O Professor João de Deus Pinheiro, na sua qualidade de responsável do Gabinete das Instalações Definitivas primeiro e de vice-reitor e Reitor depois;
- O Professor Júlio Barreiros Martins, na sua passagem pelo Gabinete e pelo apoio dado através do Laboratório de Ensaios de Engenharia Civil;
- Os responsáveis mais recentes pelo Gabinete de Instalações Definitivas – os pró-reitores Professores Carlos Bernardo e José Vieira – cujo entusiasmo, zelo e empenhamento foram sempre inexcedíveis;
- Os atuais e anteriores membros do Gabinete;
- Os docentes que, no âmbito da sua especialidade, deram um importante auxílio no acerto e aprovação dos projetos e em pormenores de finalização das obras.

Há que realçar também todo o apoio que sempre obtivemos por parte do Ministério da Educação, a todos os seus níveis, bem como o apoio e incentivo por parte das Câmaras Municipais de Braga e de Guimarães, sempre atentas ao desenvolvimento dos respetivos Concelhos e aos seus problemas. Não poderia ainda deixar de referir a colaboração prestada no período inicial dos empreendimentos pelo Eng.º Amaral de Carvalho, na sua qualidade de então Diretor Regional dos Equipamentos Educativos.

A todos, citados explícita ou implicitamente, a Universidade muito deve e está grata.

3. O grande crescimento registado pela Universidade do Minho nos últimos anos obrigou a que, mesmo antes da conclusão da 1ª fase das instalações, se comesçassem a lançar iniciativas que têm a ver com a 2ª fase. Assim, está já bastante avançada a construção do Complexo Pedagógico de Azurém e foram iniciadas as empreitadas de construção de um segundo Complexo Pedagógico em Gualtar, bem como de um Pavilhão Desportivo Polivalente. Estes empreendimentos, a que se deverão acrescentar no corrente ano os relativos ao edifício da Escola de Economia e Gestão e a um novo edifício para a Escola de Engenharia, em Braga, são imprescindíveis e urgentes, face à população discente que ultrapassou já os 9.000 alunos. Na realidade, apesar do enorme esforço realizado com as instalações, dispõe-se apenas de 7.1m<sup>2</sup>/aluno, valor este insuficiente e claramente abaixo dos índices internacionalmente aceites,

que apontariam para os 18m<sup>2</sup>/aluno para uma Universidade com as características da nossa.

4. O desenvolvimento da Universidade do Minho passa também, e essencialmente, pela consolidação e diversificação dos seus projetos de ensino, investigação e extensão, preocupações estas que estiveram presentes nos planos de atividades do ano findo. O relatório de atividades de 1992 está já publicado, o que dispensa a sua apresentação nesta sessão. Há, no entanto, duas iniciativas recentemente aprovadas pelo Senado Universitário que, pela sua importância, justificam uma menção especial.

5. A primeira diz respeito à criação do Curso de Licenciatura em Direito, cujo funcionamento se iniciará, para o 1º ano curricular, já em outubro próximo. A criação de um Departamento de Ciências Jurídicas constituiu um dos objetivos da Universidade do Minho desde o seu primeiro momento, objetivo esse explicitamente referido no discurso da tomada de posse do primeiro Reitor, Professor Carlos Lloyd Braga. A Universidade cedo começou a dar os primeiros passos nesse sentido, com a criação de um núcleo de Direito para apoio aos cursos de Relações Internacionais e, mais tarde, dos cursos de Gestão de Empresas e Administração Pública.

Foi-se assim consolidando, passo a passo, a atual Secção de Direito, que conta presentemente com dez docentes, a maioria dos quais em exclusividade de funções, sendo um doutorado e estando seis a preparar o doutoramento, dois deles a muito curto prazo. Os restantes três estão a frequentar cursos de mestrado. Estão, por seu lado, já em funcionamento na Universidade, no âmbito dos referidos cursos, disciplinas como Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito Comercial, Direito Fiscal, Direito do Trabalho e Direito Comunitário.

A Licenciatura em Direito constou dos programas de candidatura a Reitor em todos os mandatos. O projeto foi construído lenta mas solidamente, até atingir a presente fase, em que não existem mais razões para protelar o seu início. Quisemos ouvir, a este respeito, as entidades que podiam e deviam ter uma palavra importante sobre o assunto. Assim, solicitámos pareceres, nomeadamente, à Ordem dos Advogados, à Comissão de Coordenação da Região Norte, ao Centro de Estudos Jurídicos do Ministério da Justiça e à Associação Jurídica de Braga. Todos, sem exceção, são favoráveis à criação do curso na Universidade do Minho e realçam mesmo a importância deste projeto, em termos de qualidade, face à situação do ensino do Direito no País, em que estranhamente predomina, do ponto de vista quantitativo, o ensino privado.

Sabemos que uma ou outra voz crítica se interrogam: “formar mais licenciados em Direito?”. A esses respondemos com uma transcrição do parecer do Conselho Geral da Ordem dos Advogados: «...*não podemos advogar, nem consentir que se advogue, o cerceamento do saber, nem aceitar que, por causa de erros anteriores, se impossibilite a criação de novos cursos. O que é necessário distinguir é a criação dos novos cursos da avaliação dos existentes e, ao mesmo tempo, coordenar o acesso, em quantidade – bem como, naturalmente, em qualidade – a uns e a outros*». A Universidade do Minho, plenamente de acordo com estes princípios, aponta já para o caminho certo, estabelecendo

um prudente *numerus clausus* de 50 vagas, contrapondo um ensino de qualidade ao ensino de massas que se verifica em algumas instituições.

Para o arranque do curso, contamos já com o apoio de outras Universidades, nomeadamente a de Coimbra, a Católica Portuguesa – núcleo do Norte e a de Santiago de Compostela. Estão também já estabelecidos contactos com a Universidade de Lisboa, que pensamos vão dar bons frutos. A este respeito, cumpre-me salientar a compreensão e apoio que sempre obtive para este projeto junto ao Senhor Reitor da Universidade do Porto. O curso de Direito na Universidade do Minho não significa, nem poderia significar, condicionamento de qualquer espécie para a criação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, projeto que nos merece igualmente todo o apoio e que é urgente concretizar. Efetivamente, se nos lembrarmos que o ensino público só oferece o curso de Direito em Coimbra e em Lisboa e que, no seu conjunto, 75% dos alunos de Direito frequentam cursos em Lisboa, e recordarmos igualmente que 42% dos jovens com idade para frequentar o ensino universitário são provenientes da Região Norte, fácil se torna concluir que esta Região justifica plenamente os dois cursos.

Gostaria de salientar a versatilidade do modelo de organização da Universidade do Minho, que permite lançar o curso de Direito sem necessidade de criação prévia de uma faculdade. Esta solução tem enormes vantagens em termos de racionalização de recursos, com a correspondente redução de custos, para além de permitir um uso mais eficaz da autonomia universitária. A Universidade tem plena capacidade para criar o curso, fê-lo e vai iniciá-lo em outubro próximo, como disse.

6. A segunda iniciativa respeita à possibilidade de intervenção da Universidade do Minho a nível do Ensino Superior politécnico, isto é, através da oferta de cursos de bacharelato.

A ausência deste nível de ensino no Distrito de Braga, ausência essa incompatível com as características demográficas do Distrito, motivou que por diversas vezes a Universidade do Minho fosse solicitada a atuar neste domínio, solicitações essas a que, dada a sua relação especial com a região, a Universidade dificilmente poderia deixar de responder. É nesse sentido que estamos a colaborar com a Associação de Municípios do Vale do Ave na elaboração de um estudo com vista ao lançamento do ensino politécnico no Vale do Ave e que, na sequência de uma cooperação em curso com a Câmara Municipal de Barcelos, estamos em condições de criar uma Escola Superior Politécnica de Economia e Gestão, integrada na Universidade do Minho, e temos preparados dois cursos de bacharelato, um em Contabilidade e outro em Comércio e Marketing Internacional, que poderiam ser oferecidos já em outubro próximo, a funcionar em Barcelos com o apoio da Câmara Municipal.

A autonomia da Universidade nesta matéria é, no entanto, condicionada pela Lei de Bases do Sistema Educativo: para oferecer cursos de bacharelato, a Universidade tem que integrar uma Escola Superior Politécnica. A proposta de criação da Escola obteve o aval do Senado Universitário no passado dia 1 de fevereiro e foi enviada ao Senhor Ministro da Educação, para aprovação. O início ou não dos dois bacharelatos em

Barcelos em outubro próximo está, por conseguinte, dependente da decisão política do Ministério da Educação. Se dependesse apenas da vontade da Universidade do Minho, desde já daria garantias do seu arranque.

Quero, no entanto, salientar que a referida proposta, que responde a uma solicitação há muito presente a esta Universidade, não deve ser encarada como limitadora de um desenvolvimento porventura mais amplo e abrangente do Ensino Superior politécnico no Distrito de Braga, seja pela via de criação de mais Escolas integradas na Universidade do Minho, seja por via autónoma. Em particular, se o Governo vier a optar pela criação de um Instituto Superior Politécnico neste Distrito, a Universidade do Minho reafirma a sua disponibilidade para prestar a um tal projeto todo o apoio possível, dentro de formas a acordar, designadamente cedendo estudos efetuados ou transferindo estruturas de ensino politécnico entretanto criadas.

7. A par da criação de condições para a expansão e consolidação da Universidade, tem-se procurado garantir que a massificação do Ensino Superior não comprometa a qualidade do ensino e da investigação praticados. Os aspetos qualitativos merecem, por conseguinte, uma grande atenção. Saliento, a este propósito, três medidas em curso na Universidade do Minho:

- A avaliação sistemática do ensino ministrado, que se encontra já no 3º ano consecutivo de aplicação;
- A preparação, pelo Conselho Académico, de um regulamento para a avaliação sistemática das atividades de investigação;
- Uma reflexão sobre a organização pedagógica da Universidade, promovida recentemente com cada uma das Escolas, na sequência da qual está a ser preparado um conjunto de medidas programáticas tendo em vista a valorização da função pedagógica e a qualidade do ensino.

8. A avaliação das Universidades não pode, no entanto, ficar limitada às iniciativas isoladas de cada instituição. A Lei da Autonomia prevê a publicação de uma Lei de Avaliação das Universidades, cuja proposta à Assembleia da República compete ao Governo. O Conselho de Reitores está preparado para colaborar ativamente neste processo e vai mesmo tomar a iniciativa organizando um processo conducente ao estabelecimento de mecanismos de autoavaliação e de avaliação externa das Universidades, para o qual conta com a cooperação de peritos estrangeiros com grande experiência na matéria.

9. Mas a qualidade tem que ser encarada também numa perspetiva global do sistema, a todos os níveis, a começar pelo quadro legislativo em que as Universidades se movimentam. Na realidade, sem leis produzidas com qualidade, que correspondam a objetivos e a uma filosofia claramente definidos e compreendidos e que sejam mobilizadoras dos vários agentes intervenientes, não será possível levar avante a reforma do Ensino Superior que todos desejamos.

Contudo, no que respeita à legislação produzida existem alguns problemas, como se poderá depreender de alguns exemplos que passo a apresentar.

**Figura 32**

*Idem.* Cerimónia de bênção das instalações da 1ª fase-A do Campus de Gualtar, em 17 de fevereiro de 1993. Da esquerda para a direita: o Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira; Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Manuel Fernandes Thomaz e Secretária de Estado da Juventude, Maria do Céu Ramos. Fonte: GCII da UMinho, Coleção de fotografias.

**Figura 33**

*Idem.* Inauguração de instalações da 1ª fase-A no Campus de Gualtar, em 17 de fevereiro de 1993. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

A Lei 108/88 - Lei da Autonomia das Universidades - previa, para a sua operacionalização, importantes medidas legislativas complementares, que em grande parte ainda não foram avançadas apesar de várias propostas, muito concretas, apresentadas pelas Universidades. Continuamos assim, por exemplo, sem uma lei de financiamento que defina, de forma clara e inequívoca, as regras de financiamento das instituições de Ensino Superior, dentro de mecanismos transparentes e responsabilizantes para ambas as partes - o Governo e as Universidades. Continuamos, também, sem outros importantes mecanismos de desburocratização da gestão, como sejam a agilização no processamento de receitas próprias ou a contratação provisória de pessoal afeto a projetos autofinanciados. Em contrapartida, e de forma preocupante, vão surgindo novos bloqueios burocráticos, novas erosões a preceitos estabelecidos na Lei da Autonomia, a pretexto de um ou outro exagero cometido. Entristece-nos profundamente ver que se está a procurar corroer a autonomia universitária em vez de se assumir, com coragem, a definição das medidas enquadradoras que estão previstas, com particular realce para a lei do financiamento, dotando simultaneamente as instituições com mecanismos responsabilizantes e flexíveis de gestão.

10. Também algumas medidas legislativas recentes nos deixam preocupados, pelas suas implicações no funcionamento e na qualidade do Ensino Superior. É o caso, por exemplo, do novo sistema de acesso, em que de uma forma incompreensível se misturaram dois conceitos que são obviamente incompatíveis: o acesso a um curso não é condicionado ao percurso do aluno no ensino secundário (com o que concordamos) e simultaneamente não são estabelecidos níveis eliminatórios para as provas de acesso. Esta abordagem, que contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo, vai igualmente contra os pareceres emitidos por todas as entidades consultadas - a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do anterior sistema de acesso, o CRUP, o Conselho Nacional de Educação. Criaram-se, assim, condições que facilitam candidaturas ditadas por estratégias de ingresso e não por vocação, as quais irão fazer aumentar o número de (pseudo) candidatos a entrar no Ensino Superior com classificação de zero nas provas de ingresso. O aproveitamento escolar e a qualidade do ensino vão, inevitavelmente, ser afetados.

11. Outro diploma que perturba a vida das Universidades, afetando o clima de reflexão e estudo imprescindíveis para um trabalho de qualidade, é a Lei 20/92 - a lei das propinas.

Não pretendemos colocar em causa a legitimidade do Governo e da Assembleia da República para definir o regime de propinas - nunca o fizemos. Essa questão é um problema de natureza essencialmente política, com soluções diferenciadas de país para país. Não podemos, no entanto, deixar de reconhecer as imperfeições da Lei e os problemas que resultam da sua aplicação, como facilmente se depreende da simples consulta das listas de benefícios de isenção e redução de propinas. Por essa razão as Universidades, através dos seus Senados, têm vindo a apelar à Assembleia da República solicitando a revisão da Lei, logo que possível. Creio sinceramente ser urgente que, com abertura e humildade por parte de todos os intervenientes, se encare este problema e se encontrem soluções minimamente consensuais.

12. Qualidade foi palavra-chave nesta minha intervenção. Qualidade têm, certamente, os graus atribuídos aos recém-licenciados e bacharéis que hoje vão receber os seus diplomas. A todos quero felicitar por terem alcançado o objetivo almejado e desejar os maiores sucessos na vida profissional que iniciaram ou se avizinha. Quero também felicitar os vossos familiares, que certamente muito vos apoiaram ao longo do curso, pedindo-lhes simultaneamente desculpa por não os podermos receber neste salão, para assistirem ao coroar dos vossos trabalhos. As razões são óbvias - o crescimento da Universidade não perdoa, temos mais de cinco centenas de diplomados. Aproveito, aliás, para informar que este é o último ano em que é fisicamente possível fazer a entrega dos diplomas nesta sessão solene, pelo que no próximo ano iremos encontrar soluções alternativas. Mas podem estar certos de que não abandonaremos a ideia da entrega dos diplomas em sessão pública.

Felicito também, de um modo especial, os estudantes que vão receber prémios escolares. A Universidade e os patrocinadores dos prémios traduzem, por esta via, o reconhecimento e incentivo à qualidade do trabalho individual, numa atitude que poderia com vantagens ser estendida a outros domínios. Pessoalmente, considero por exemplo que todos os alunos que transitem de ano sem disciplinas em atraso e com média igual ou superior a 14 valores deveriam ter um prémio, que poderia perfeitamente corresponder ao valor da propina. Quero com esta sugestão manifestar claramente a minha preferência por fatores de incentivo e não por mecanismos administrativos mais ou menos repressivos.

Uma palavra de apreço também para os funcionários que vão receber o diploma de tempo de serviço e medalha da Universidade. Trata-se de uma homenagem que deverá ser considerada implicitamente extensiva a todo o corpo de funcionários.

13. Termino com uma palavra de otimismo. De otimismo porque acredito convictamente que a instituição universitária, com tradições seculares, tem uma força e um peso, e uma dinâmica também, que lhe permitirão agora, tal como no passado, resistir a todos os embates, respondendo, simultaneamente, aos desafios da modernidade. Essa força, peso e dinâmica, considerados nos seus aspetos mais positivos, aliados às muitas boas vontades existentes para trabalhar com qualidade pela causa do Ensino Superior, vão permitir ultrapassar as dificuldades do presente. Assim haja boa vontade também e uma atitude mobilizadora por parte de todos os responsáveis.

No que à Universidade do Minho respeita, manifestamos agora, como sempre, a nossa completa disponibilidade e abertura de espírito para uma discussão aprofundada dos problemas a resolver e para colaborar no engrandecimento e prestígio do Ensino Superior.

Universidade do Minho, 17 de fevereiro de 1993.



**24. 1994.****Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.**

*Dia da Universidade, no 20º aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>58</sup>.

1. Tem hoje lugar a sessão solene de comemoração do XX Aniversário da Universidade do Minho. Apraz-nos em particular contar com a presença da Senhora Ministra da Educação, Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, a quem apresento respeitosas e gratas saudações. É com expectativa que aguardamos a intervenção de Vossa Excelência, onde nos irá apresentar a sua visão orientadora para as principais questões do Ensino Superior.

Saúdo, igualmente, o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Pedro Lynce de Faria, que nos habituou já com a sua honrosa e amigável presença.

Às excelentíssimas autoridades e a todos, em geral, que tiveram a amabilidade de hoje estar connosco, o nosso vivo reconhecimento.

2. As comemorações do XX Aniversário da Universidade do Minho adquirem especial solenidade com a atribuição do grau de Doutor *Honoris Causa* a uma ilustre personalidade que esteve, mais do que ninguém, profundamente ligada à génese desta Universidade.

Efetivamente foi o Professor José Veiga Simão, enquanto Ministro da Educação Nacional, o grande obreiro da criação das novas Universidades nos anos 70. É de todos conhecido que foi pelo Decreto-Lei n.º 402/73, da autoria do Prof. Veiga Simão, que foram formalmente criadas as chamadas Universidades Novas. Foi igualmente o Prof. Veiga Simão que, em 17 de fevereiro de 1974, numa cerimónia festiva precedida de solene *Te Deum*, na Sé Catedral, empossou a Comissão Instaladora. Esse foi o “Dia Um” da Universidade do Minho.

O que não era, até agora, do conhecimento genérico, são as vicissitudes por que passou o processo político que conduziu à aprovação, em dezembro de 1972, do Decreto-Lei que viria a ser publicado com o n.º 402/73 em agosto seguinte. O Prof. Veiga Simão, no depoimento com que nos brindou como contribuição para a publicação “20 Anos de História da Universidade do Minho”, deixa-nos vislumbrar as dificuldades encontradas, as resistências a ultrapassar, os “velhos do Restelo” que, na impossibilidade de convencer, foi necessário vencer. O que o Prof. Veiga Simão não conta, na sua modéstia que bem lhe conhecemos, é o papel determinante que teve nesse processo onde não só usou de toda a sua influência e prestígio como não hesitou em jogar o seu lugar de Ministro por uma causa em que acreditava e da qual não abdicava. Prof. Veiga Simão, o Senhor estava certo, a história deu-lhe razão, bem-haja

58 No dia da Universidade do Minho, em 1994, data em que se comemora o 20º aniversário da instituição, José Veiga Simão foi distinguido com o Doutoramento *Honoris Causa*, num reconhecimento pelo seu papel na criação das novas universidades, nas quais se incluía a UMinho. Na comemoração da data é também lançado um livro que reúne depoimentos e testemunhos sobre a criação da universidade. Cf. Universidade do Minho, *20 anos de história da Universidade do Minho: depoimentos e testemunhos*. Braga: Universidade do Minho, 1994.



pela sua tenacidade e coragem. Todo o sistema educativo e em particular o Ensino Superior muito lhe devem: a reforma Veiga Simão é, ainda hoje, um referencial importante de que muito temos a aprender.

A Universidade do Minho quis, pois, homenagear o ilustre político, o prestigiado académico e o exemplar cidadão a quem deve, em primeiro lugar, a sua existência. Mas ao distinguir o Prof. José Veiga Simão, passando a contar com a sua valiosa presença no claustro da Universidade, temos consciência que é a própria Universidade quem, acima de tudo, é honrada e prestigiada.

3. As comemorações do XX Aniversário passam ainda por outras iniciativas, algumas das quais se irão desenvolver ao longo do ano.

De entre as levadas a cabo hoje mesmo, destaco a publicação de duas obras que, de forma distinta, farão perdurar a memória destas comemorações:

- A edição em *fac-símile* da edição de 1595 das obras de Sá de Miranda, o grande mestre da modernidade renascentista; no ano que antecede o quarto centenário da edição ora reproduzida, queremos por esta via prestar a nossa homenagem a essa figura de ímpar prestígio tanto na literatura como no plano moral e cívico que ficou profundamente ligada à região do Minho e à cidade de Braga;
- Um livro de depoimentos e testemunhos, intitulado “20 Anos de História da Universidade do Minho”, no qual um grupo de pessoas que estiveram muito ligadas à criação, ao início de funcionamento e ao desenvolvimento desta Universidade apresentam a sua leitura, necessariamente pessoal, do modo como viram, viveram e acompanharam esse processo, complexo mas aliciante, do nascimento e infância de uma nova instituição universitária.

Se é certo, como nos diz o Prof. Vítor Aguiar e Silva no Prólogo do livro de depoimentos, que “*na relatividade do tempo histórico (...) vinte anos na história de uma Universidade podem ser julgados como uma duração breve, exígua e até insignificante*”, é igualmente verdade que essa história se está a construir de uma forma muito viva no dia a dia, pelo que julgamos ser adequado ir deixando marcados alguns traços que permitam e facilitem às gerações vindouras de universitários seguir o percurso histórico desta Universidade. É essencialmente isso que pretendemos, ao publicar os depoimentos, cujo interesse histórico é inegável.

4. Um elemento importante para documentar o desenvolvimento da Universidade é o relatório anual de atividades. Cumprindo o dever e a tradição, publicamos hoje o relatório de 1993. Dos dados aí apresentados, passo a extrair uma imagem muito sintética do que é presentemente a Universidade do Minho.

O corpo discente é constituído por 10.321 alunos, dos quais 9.728 correspondem aos 47 cursos que estão a ser ministrados de nível até à Licenciatura e 593 frequentam cursos de Mestrado ou de Especialização. A percentagem de alunos de pós-graduação é, por conseguinte, de 5.7%, número que, sendo razoável na panorâmica

nacional, consideramos ainda muito insuficiente. É, no entanto, de salientar a importância acrescida que os programas de estudos de pós-graduação têm vindo a adquirir, como se pode constatar pelos 50 cursos de Mestrado e 21 cursos de Especialização já aprovados para funcionarem nesta Universidade.

Em termos de caracterização do corpo docente poderemos ainda acrescentar que a percentagem de estudantes do sexo feminino, que tem vindo a aumentar, é já de 57% e que os estudantes deslocados do seu agregado familiar representam cerca de 50%.

O corpo docente, em termos de elementos equivalentes a tempo integral, compreende 715 unidades, sendo 83% de carreira, a quase totalidade dos quais em regime de exclusividade e apenas 17% convidados. Dispomos de cerca de 200 docentes com o grau de doutor, ou seja, um terço do corpo docente de carreira é doutorado. Temos ainda 92 docentes dispensados de serviço docente para preparação de provas académicas, o que nos abre perspectivas para, dentro de 3 a 4 anos, atingirmos as três centenas de doutores. Quer isto dizer que, com o esforço colocado na formação do pessoal docente, não só temos um corpo docente muito qualificado como estamos em condições de prosseguir com a rápida expansão da Universidade de forma sustentada.

O pessoal não docente cifra-se em 485 unidades, o que é insuficiente para a dimensão e as características desta instituição, com a agravante de apenas 74% ter vínculo à função pública. A Universidade do Minho vive ainda com um quadro provisório, completamente desadequado. A aprovação do quadro definitivo, com um número de lugares consentâneo com a presente realidade da Universidade do Minho, é questão urgente – mais do que urgente, é inadiável. O conhecimento que tenho do trabalho que, neste sentido, está a ser feito pelo Ministério da Educação já em ligação com o Ministério das Finanças leva-me a exprimir uma forte esperança de que, muito em breve, esta seja uma questão resolvida. Estou mesmo convicto que a Senhora Ministra nos vai dar hoje boas notícias a esse respeito.

5. Por economia de tempo, permito-me remeter para a leitura do relatório de atividades a constatação dos avanços verificados quanto a instalações, equipamentos e outros meios de trabalho, bem como das dificuldades aí encontradas. As obras têm prosseguido em ritmo razoável em ambos os *campi* – Gualtar e Azurém – mau grado o facto de a crise vivida no setor da construção civil nos ter obrigado a proceder à posse administrativa dos três maiores empreendimentos em curso. As áreas de construção disponíveis têm aumentado de forma consistente, embora em ritmo sempre inferior ao do crescimento em número de alunos. Continuam, por conseguinte, a sentir-se carências acentuadas de espaços, sendo necessário prosseguir, com redobrado ânimo, o trabalho de planeamento e construção de novos edifícios. Estamos certos que, para esse efeito, vamos continuar a encontrar junto ao Governo o apoio de sempre.



**Figura 34**  
Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 20º aniversário, em 17 de fevereiro de 1994. Cortejo académico. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



**Figura 35**  
Dia da Universidade do Minho, no 20º aniversário, em 17 de fevereiro de 1994. Em primeiro plano (esquerda), o homenageado, José Veiga Simão e o Reitor, Sérgio Machado dos Santos (direita). Em segundo plano, ao centro, o Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira e à direita, a Ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite e o Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lynce. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

6. Gostaria de salientar que, apesar de todos os indicadores demonstrarem uma expansão muito forte da Universidade do Minho, o crescimento em número de discentes não constitui para nós um objetivo em si próprio. Ele representa, antes, um meio de corresponder às expectativas que a Comunidade local e regional colocou nesta Universidade, expectativas essas expressas, nomeadamente, na elevada procura dos cursos ministrados. A Universidade coloca, por conseguinte, um grande cuidado na procura do equilíbrio necessário entre uma expansão que é necessariamente rápida e a manutenção da qualidade das ações de ensino, investigação e prestação de serviços desenvolvidas.

Não é, pois, de admirar que os órgãos da Universidade se tenham preocupado no ano transato essencialmente com os aspetos qualitativos, desde a formação do pessoal à melhoria das condições de trabalho, passando também, de forma muito incisiva, pelos aspetos de organização interna. Três ações merecem particular destaque a este respeito:

- A reorganização pedagógica da Universidade, num processo envolvente e participado que conduziu a um amplo conjunto de medidas programáticas de grande alcance com vista à valorização da função pedagógica e à qualidade do ensino; a maior parte dessas medidas encontram-se já implementadas, sendo de realçar a nova organização do calendário escolar, o regime de apoio tutorial aos alunos acabados de ingressar na Universidade e um extenso leque de incentivos à qualidade do trabalho individual e coletivo dos estudantes;
- A reorganização da atividade científica, conciliando condicionantes externas com a preocupação interna de uma estreita ligação entre o ensino e a investigação, por forma a garantir a integração de todos os docentes/investigadores em Centros de Investigação;
- A reestruturação do sistema contabilístico, com a adaptação ao Plano Oficial de Contabilidade e a adoção de uma primeira tentativa de Contabilidade Analítica.

A dimensão qualitativa passa também pelos processos de avaliação. A este propósito, deu-se continuidade ao processo de avaliação do ensino por parte dos alunos e iniciou-se o processo de autoavaliação nos domínios científicos integrados na experiência-piloto de avaliação que está a ser promovida pelo Conselho de Reitores e pela Fundação das Universidades Portuguesas.

No conjunto, trata-se de uma pequena revolução interna, destinada a dotar a Universidade de modelos organizativos e operacionais que lhe permitam entrar de forma sólida e confiante numa nova década de desenvolvimento.

7. Antes de terminar gostaria de fazer ainda três breves referências.

A primeira tem a ver com o excelente trabalho que está a ser desenvolvido pela Associação Académica da Universidade do Minho, não só em projetos do maior interesse em domínios como a comunicação social, a extensão cultural e o apoio aos

estudantes, mas também, e essencialmente, em termos de racionalização e de reorganização internas.

A Associação Académica obteve recentemente um novo edifício para instalação da sua sede, prémio bem merecido pelo que tem feito em favor dos estudantes e da Universidade.

Em segundo lugar, quero felicitar os estudantes que vão receber prémios escolares. A Universidade e os patrocinadores dos prémios prestam-lhes, por esta via, o merecido reconhecimento pelo valor do trabalho que produziram. Uma palavra de apreço, também, para os funcionários que vão receber o diploma de tempo de serviço e a medalha da Universidade. Esta homenagem deverá ser considerada implicitamente extensiva a todo o corpo de funcionários.

A terceira nota é de agradecimento ao Gabinete de Relações Públicas, à Comissão de funcionários que trabalhou com o Gabinete e a todos os demais que participaram na organização desta sessão solene, que tudo fizeram para que a cerimónia pudesse ter o brilho que todos desejávamos.

8. Vinte anos na história de uma Universidade são, certamente, uma insignificância quando comparados com a multissecularidade da Universidade Portuguesa. Creio, contudo, que os vinte anos da Universidade do Minho, da forma como foram vividos – com o empenhamento ativo de todo os elementos da Universidade, mobilizados em torno de um projeto comum em que todos acreditam e pelo qual têm dado o seu melhor – são já plenos de significado. Eles marcam uma linha de rumo que iremos prosseguir por forma a continuar a levar a Universidade do Minho a bom porto.

Para isso contamos com uma sólida base de partida, rumo ao futuro: a qualidade do elemento humano, expressa na qualificação e empenhamento institucional do corpo docente, na dedicação dos funcionários e na participação ativa e inquisitiva dos alunos, a que se aliam os meios instrumentais e organizacionais já construídos.

Não tenho, por conseguinte, receio em afirmar que a Universidade do Minho, no momento em que comemora o seu vigésimo aniversário, está preparada para entrar, confiante, na nova década que hoje inicia, respondendo aos desafios que se lhe colocam e continuando a afirmar-se como instituição vocacionada para bem servir a Comunidade.

Com esta certeza termino.



**25. 1994.****Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.**

*Tomada de Posse, em 20 de julho.*

A presença de Vossas Excelências nesta cerimónia de investidura da equipa reitoral é, para nós, motivo de grande satisfação. Entendemo-la como uma manifestação de apreço pela Universidade do Minho e um sinal de confiança no seu futuro, que muito nos estimula. A todos endereçamos o nosso sincero e vivo agradecimento.

Um agradecimento muito especial é devido a Suas Excelências o Senhor Ministro Adjunto, o Dr. Luís Marques Mendes e a Senhora Secretária de Estado da Juventude, Dr.<sup>a</sup> Maria do Céu Ramos, cujas honrosas e amigas presenças muito me penhoram.

Saliento ainda a presença do Senhor Diretor do Departamento do Ensino Superior e dos Senhores Reitores e vice-reitores, pelo seu significado de solidariedade interinstitucional e de amizade pessoal.

Quero deixar também uma menção particular para o Professor Joaquim Barbosa Romero que, na qualidade de Professor Decano, me empossou.

Foi vontade da Assembleia da Universidade, expressa no resultado do ato eleitoral, que o Reitor cumprisse um novo mandato. Agradeço esse ato de confiança pessoal e de reconhecimento pelo trabalho efetuado ao longo de mais de nove anos no exercício do cargo.

Sinto-me, naturalmente, muito honrado e sensibilizado pela reeleição. Sinto-me, também, acrescidamente responsabilizado perante a Universidade pela execução do programa proposto, que foi tão amplamente avalizado.

O processo da eleição do Reitor da Universidade do Minho baseia-se na apresentação de proposituras. O programa de ação que foi submetido a sufrágio não representa, por conseguinte, a visão estritamente pessoal do candidato mas, pelo contrário, resulta de um trabalho conjunto, em que elementos de todos os corpos da Universidade contribuíram generosamente com o seu saber, a sua experiência e o seu sentido crítico. A todos os subscritores da propositura, que com entusiasmo se empenharam na elaboração do programa, exprimo o meu reconhecimento.

O programa de ação submetido à Assembleia aponta dois objetivos programáticos fundamentais que vão nortear a atuação da equipa reitoral nos próximos quatro anos:

- O desenvolvimento consolidado da Universidade do Minho, quer nas áreas já estabelecidas, quer através do lançamento de novas áreas estratégicas, dotando a Universidade de condições materiais e de organização e gestão adequadas a um funcionamento condigno e sem sobressaltos;
- Uma preocupação sempre constante com a qualidade, em todos os níveis de atuação da Universidade.





O enunciado destas linhas programáticas, conjugado com a prática dos anteriores mandatos, seriam suficientes para definir o sentido global da ação que a equipa agora empossada se propõe realizar. Em particular, os avanços significativos em questões como a problemática pedagógica – apesar do muito que há aí ainda para fazer – ou a reorganização da investigação científica, bem como os mecanismos de acompanhamento e avaliação que têm vindo a ser criados nas vertentes do ensino, da investigação e da própria gestão, constituem, a nosso ver, indicador seguro de que a problemática da qualidade representa um comprometimento institucional sério que vai enformar todos os níveis de direção e gestão.

O desenvolvimento da Universidade continuará, contudo, a constituir a grande tarefa de fundo a levar a cabo nos tempos mais próximos. Em resultado da dinâmica lançada e adquirida nos anteriores mandatos, os próximos quatro anos serão ainda, inevitavelmente, de grande crescimento. Para se ter uma ideia desta realidade bastará dizer que, com os cursos de graduação atualmente já em funcionamento (i.e., se não se criassem novos cursos de licenciatura), efetuando apenas pequenos ajustes pontuais nos *numeri clausi* por razões de racionalização de recursos e mantendo o número de alunos de pós-graduação nos atuais 7%, o corpo discente da Universidade do Minho em 1999 atingiria mesmo assim, os 15.000 alunos. Este seria, contudo, um cenário

**Figura 36**  
Cortejo na cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, em 20 de julho de 1994. Em primeiro plano (esquerda) o Reitor, Sérgio Machado dos Santos e (direita) Joaquim Barbosa Romero. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

minimalista, de estabilização quase total e imediata, obviamente incompatível com a dinâmica institucional adquirida, com as características demográficas da região, com alguns dos investimentos em curso e com a própria definição política traçada pelo Ministério da Educação para correção das assimetrias regionais existentes. A fase de desenvolvimento diferente em que se encontram os dois polos da Universidade não permitiria também a aceitação deste cenário minimalista.

Assim, num trabalho de planeamento levado a cabo pela Reitoria e pelo Senado Universitário, foram traçadas as linhas fundamentais para o desenvolvimento da Universidade do Minho até ao fim da corrente década, que passo a expor:

- No polo de Braga, serão lançados 3 novos cursos de Licenciatura, atingindo-se, em princípio, por esta forma, a dimensão máxima do polo; um dos cursos será a Licenciatura em Economia, a ser iniciada em outubro de 1995 e os restantes serão oportunamente definidos de entre a área das Ciências Aplicadas e de novas áreas a contemplar;
- No polo de Guimarães, serão criados pelo menos 3 novos cursos de Licenciatura, um no domínio das Ciências Aplicadas, um ligado à temática do Planeamento Regional e Urbano e o terceiro numa área nova a criar;
- As áreas novas que referi a propósito de ambos os polos serão escolhidas pelo Senado após estudos de viabilidade, envolvendo as Ciências da Saúde, a Arquitetura, a Música e as Belas-Artes, estudos esses efetuados em coordenação com as políticas nacionais que sejam definidas para o sistema de Ensino Superior.

Este cenário de crescimento, que classificaria como prudente quando comparado com o ritmo de expansão mais rápido verificado no passado recente, é no entanto razoável, conduzindo a uma população discente de cerca de 17.000 alunos no fim da presente década.

Temos consciência da expectativa que existe, fora e dentro da Universidade, quanto às áreas novas que vão ser criadas, em especial no que respeita às Ciências da Saúde. Trata-se de um projeto em que a Universidade do Minho demonstrou grande interesse desde o seu início e que constitui mesmo o único curso que não teve seguimento na programação inicial feita pela Comissão Instaladora.

Sabemos que esta é uma área delicada, que envolve necessariamente uma negociação e acordo entre a Universidade, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Com base num documento preparado pelo Professor Joaquim Pinto Machado, aprovado pelo Senado em 1991, no qual com grande rigor de análise se demonstra a necessidade e relevância da criação de um curso de Ciências da Saúde na região do Minho, e com os estudos complementares que iremos produzir, vamos brevemente partir para essa negociação. Defenderemos o projeto com entusiasmo, prontos todavia para aceitar a decisão política que venha a ser tomada quanto à oportunidade - que a nosso ver existe - de um novo curso nesta área em Portugal. De uma coisa porém estamos certos: se for autorizada a criação de um novo curso de Ciências da Saúde no país, tal não poderá deixar de acontecer no Minho, pois todos os indicadores apontam nesse sentido.



Voltando à questão da expansão da Universidade, é nosso objetivo criar no decurso do próximo mandato condições para que, em 1998, a Universidade do Minho possa albergar cerca de 16.000 alunos. Sabemos que, em termos dos recursos necessários, são vários os problemas a resolver: há que construir mais instalações, incluindo infraestruturas culturais, desportivas e de apoio social, é necessário equipá-las, admitir e formar pessoal, angariar os necessários recursos financeiros. Estamos no entanto convictos de que, pesem embora as dificuldades, vamos ultrapassar esses problemas. Temos a nosso favor, entre outros fatores, uma grande experiência adquirida e uma programação detalhada de atividades e investimentos, solidamente assente em parâmetros e *ratios* dificilmente questionáveis. Essa programação foi já presente ao Ministério da Educação, para inclusão no PRODEP. O financiamento necessário, apesar de significativo, corresponde, no essencial, à manutenção, durante os próximos seis anos, do nível de investimento anual praticado nos anos mais recentes, o que acreditamos ser exequível no âmbito do PRODEP.

Com a posse dos vice-reitores e pró-reitores, ficou completa a equipa da Reitoria. Gostaria de salientar que atribuímos um significado especial ao facto de serem simultaneamente empossados o Reitor, os vice-reitores e os pró-reitores. Queremos por esta via traduzir o espírito de equipa e de identificação com a Universidade, que a todos anima.

São grandes as responsabilidades que cabem a cada um, quer nas tarefas assumidas em comum, quer nas específicas de cada pelouro. Sem entrar em detalhes de delegação de competências, considero importante dar a conhecer, desde já, as principais áreas de atuação em termos de divisão de tarefas.

O vice-reitor Professor Licínio Chainho Pereira irá prosseguir com o pesado e crucial encargo de coordenar e dinamizar as ações relativas a programas nacionais e programas comunitários de financiamento nas áreas da investigação e da educação, bem como as ações de cooperação interinstitucional e de prestação de serviços especializados à comunidade, tendo como objetivos importantes a inserção internacional da Universidade e a captação de financiamentos alternativos às dotações do Orçamento de Estado.

O vice-reitor Professor Vítor Aguiar e Silva continuará a ter a seu cargo o importante setor das Humanidades e do projeto cultural da Universidade, bem como a coordenação da política editorial da Universidade e da cooperação com os países de língua portuguesa.

O vice-reitor Professor Carlos Alves Bernardo, que vinha a exercer funções de Pró-reitor na área do planeamento estratégico, continuará ligado a este setor fundamental, com particular incidência no planeamento do polo de Guimarães. Assumirá ainda a representação do Reitor no referido polo, com capacidade de decisão reforçada, bem como a coordenação e acompanhamento das Associações Universidade-Empresa mais ligadas à Escola de Engenharia.

O pró-reitor Professor José Manuel Vieira continuará a coordenar e dirigir as atividades do Gabinete das Instalações Definitivas, competindo-lhe ainda coordenar o planeamento do desenvolvimento físico do polo de Braga e o planeamento das instalações desportivas.

A pró-reitora Professora Isabel Calado Ferreira vai assumir a aliciente tarefa de dinamizar a formulação de uma política de investigação científica e de formação de pessoal docente, bem como o aprofundamento da problemática pedagógica. Trata-se de matéria que não é nova para a Professora Isabel Ferreira, que vinha já a desempenhar as funções de vice-Presidente do Conselho Académico. Irá agora, por delegação, assumir a Presidência deste importante órgão de coordenação científico-pedagógica da Universidade.

Aos Senhores vice-reitores e pró-reitores quero testemunhar o meu elevado apreço pessoal e agradecer a inestimável colaboração que se dispõem a dar-me.

Deixa a equipa reitoral o Professor José Eduardo Lopes Nunes, que está indigitado há algum tempo para vir a exercer as funções de Presidente do novo Instituto Politécnico prestes a ser criado no Distrito de Braga. Quero, neste momento, deixar expresso o meu sincero reconhecimento e agradecimento pela colaboração sempre empenhada e leal e, acima de tudo, muito amiga, que o Professor Lopes Nunes me prestou ao longo de dois mandatos. Quero também desejar-lhe os melhores sucessos no desempenho do novo e honroso cargo. Sendo certo que as duas instituições – Universidade e Politécnico – vão estabelecer estreitos laços de cooperação, vamos ter oportunidade de continuar a trabalhar em conjunto com o objeto comum do desenvolvimento do Ensino Superior nesta jovem e laboriosa região.

Senhores membros da Assembleia da Universidade;  
Senhoras e Senhores:

Como há quatro anos atrás, reafirmo que parto para este mandato consciente de que há ainda grandes desafios a enfrentar, mas com firme vontade de os vencer. Para isso, sei que posso contar com o generoso empenhamento dos docentes, investigadores, alunos e funcionários, todos irmanados numa vontade comum, a do engrandecimento e prestígio da Universidade do Minho.

Pela minha parte continuarei, com perseverança e humildade, a assumir-me como elemento mobilizador e dinamizador da Universidade, defensor dos seus interesses e dos interesses dos seus membros.

Reafirmo, igualmente, o meu compromisso solene de tudo fazer para representar con-dignamente a Universidade.

Universidade do Minho, 20 de julho de 1994.



## 26. 1995.

### Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 21º aniversário, em 17 de fevereiro.*

Ao iniciar-se esta Sessão Solene comemorativa do XXI Aniversário da Universidade do Minho quero, em primeiro lugar, cumprimentar todos os presentes, a quem agradeço esta manifestação de interesse e carinho pela Universidade. A presença de Vossas Excelências constitui sempre para nós uma forte motivação para continuarmos o nosso trabalho, procurando fazer cada vez melhor em prol da Instituição e da Comunidade que ela serve.

Não poderia deixar de fazer uma referência especial à presença do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior. Prof. Pedro Lynce de Faria, que fez um grande esforço pessoal para aqui poder estar, dados outros acontecimentos de grande relevância em que hoje está igualmente envolvido. Estamos muito gratos ao Senhor Secretário de Estado, que há muito já nos habituou com a sua honrosa presença e não quis hoje faltar à nossa festa.

Cumprindo a tradição, foi já tornado público o relatório de atividades correspondente ao ano findo. Aí apresentamos uma síntese das principais atividades desenvolvidas, procurando dar uma imagem global da situação atual da Universidade, a qual não dispensa contudo uma leitura atenta dos relatórios setoriais elaborados a nível dos vários órgãos e unidades orgânicas. É que, efetivamente, a dimensão desta Universidade - com os seus 11.525 alunos, 766 docentes e 546 funcionários, i.e. uma comunidade de mais de 12.800 pessoas - aliada a uma crescente descentralização de níveis de decisão nas unidades orgânicas, mais não permitem ao Reitor que a apresentação do "estado geral" da Universidade, a partir do qual se poderão apontar algumas pistas para o desenvolvimento futuro.

O ano de 1994 foi, uma vez mais, de crescimento acentuado em efetivos discentes - registou-se um aumento de quase 12% no número de alunos - o qual se irá ainda manter nos próximos anos, sendo previsível que a Universidade do Minho atinja os 17.000 alunos até ao fim da presente década. Este é um dos parâmetros fundamentais do programa de desenvolvimento que estamos a acordar com o Ministério da Educação, que culminará muito em breve, assim o esperamos, na assinatura de um contrato de desenvolvimento a cinco anos entre a Universidade e o Ministério. É com satisfação que constatamos o chegar-se a esta fase de concretização de uma abordagem de base contratual para o problema do desenvolvimento do Ensino Superior público, abordagem esta há muito defendida pelo Conselho de Reitores e pelo próprio Ministério, mas que não tinha tradição entre nós. Por esta via de contratualização conciliam-se dois princípios fundamentais: o da autonomia universitária, mediante o qual a Universidade cria livremente os seus cursos e define as respetivas vagas de ingresso e o da coesão global do sistema, consubstanciado nomeadamente num conceito de rede de estabelecimentos que não pode ser completamente alheio a uma racionalização de investimentos.



**Figura 37**

Dia da Universidade, no 21º aniversário, em 17 de fevereiro de 1995. Entrega de medalhas aos funcionários pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lynce de Faria. À direita, o Reitor, Sérgio Machado dos Santos. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Para suportar o crescimento referido, que lembro foi de 12% no número de alunos, aliado a um aumento de 7% em pessoal docente e de 13% em pessoal não docente, foi necessário continuar a investir em infraestruturas pedagógicas, de suporte à investigação e de apoio social. Sem repetir aqui a lista de realizações descritas no relatório de atividades, gostaria contudo de referir alguns empreendimentos que são determinantes para as condições de trabalho e qualidade de vida nos dois *campi* universitários. São eles, entre outros:

- O novo Complexo Pedagógico em Gualtar, a funcionar desde outubro, que permitiu descomprimir a situação difícil em que as atividades letivas vinham a ser garantidas em termos de instalações;
- Os avanços no Pavilhão Desportivo Polivalente, que entrará em funcionamento no corrente ano e possibilitará finalmente a organização das atividades desportivas na academia em termos de desporto de massas; aproveito para lembrar ao Senhor Secretário de Estado que o PIDDAC de 1995 não contempla as obras da 2ª fase de construção do Pavilhão, já em curso, nem os respetivos equipamentos, o que terá de ser resolvido através da medida específica do PRODEP

- para reforço das instalações desportivas: por parte da Universidade, contratamos já um técnico especialista para a coordenação e animação desportiva;
- Conclusão do Complexo Pedagógico em Guimarães e a instalação de dois pavilhões provisórios, que introduziram alguma folga de espaços;
  - A construção do restaurante universitário em Guimarães, quase concluída, apresentando aspetos de funcionalidade e qualidade inovadores que se espera contribuam para tornar mais agradável o dia a dia dos estudantes e funcionários no já aprazível *Campus* de Azurém.

As instalações, só por si, não resolvem os problemas. Deu-se, pois, continuidade ao apetrechamento dos laboratórios, salas de aula e bibliotecas, tendo sido possível através de uma contração nas despesas de funcionamento, aplicar 8% do orçamento ordinário em investimentos de capital, para além das aquisições de equipamentos efetuadas através do PIDDAC, do PRODEP e de programas de apoio à investigação.

Esta preocupação em concentrar o máximo possível de recursos em investimentos de capital permite algumas opções estratégicas em infraestruturas horizontais de impacto e qualidade. São vários os exemplos que se poderiam citar, particularmente a nível das Escolas, mas há um que merece uma referência especial pela sua atualidade e alcance. Com um investimento modesto, efetuado exclusivamente com verbas do orçamento ordinário, a Universidade do Minho, através do Centro de Informática, adquiriu um sistema de computação de processamento paralelo que, estamos convictos, é o mais poderoso do género de momento instalado em Portugal. Este Serviço de Computação Paralela está disponível não só à comunidade académica da própria Universidade como ainda à comunidade científica nacional através da rede *Internet*.

Os recursos humanos constituem, porém, o aspeto fundamental para a vida de uma instituição universitária. A Universidade do Minho tem dedicado uma grande atenção ao recrutamento e formação do seu pessoal e tem o privilégio de contar com um corpo de pessoal, tanto docente como não docente, profundamente empenhado em executar com profissionalismo e qualidade as múltiplas tarefas que lhes são cometidas. Não é, contudo, possível ignorar o crescente mal-estar que grassa entre os funcionários e docentes por razões legítimas que se prendem com questões de carreira. A primeira questão fundamental a este respeito tem a ver com a aprovação do quadro de pessoal não docente: por mais inacreditável que tal possa parecer, a Universidade do Minho vive ainda com um quadro de pessoal provisório, aprovado quando a dimensão da Universidade era menos de um terço da atual, e que, como quadro provisório que é, não contempla minimamente os habituais lugares de chefia. O quadro está saturado, as promoções começam a estar bloqueadas, diversas chefias são assumidas por boa vontade e um em cada três funcionários tem vínculo precário à Instituição. A situação criada, insustentável como é, tem que ser urgentemente ultrapassada. É, pois, com grande expectativa que temos seguido o empenhamento do Ministério da Educação - e o empenhamento pessoal do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, que reconhecidamente agradeço - para fazer aprovar a proposta de quadro que vai já para quatro anos, apresentámos superiormente. Esperamos sinceramente que, por parte do Ministério das Finanças, exista a mesma visão de modernidade e futuro.

Também o pessoal docente vem manifestando, de forma crescente e com razão, o seu desagrado pela desvalorização salarial que, em termos relativos, se registou na carreira docente universitária. Esta questão, aliada à revisão do estatuto da carreira docente universitária (ECDU), tem desde há muito vindo a ser colocada com insistência pelos Reitores junto à equipa ministerial. Em inícios de janeiro, perante os atrasos na discussão do ECDU, o Conselho de Reitores tomou uma posição que não quis tornar pública antes de a transmitir de viva voz à Senhora Ministra da Educação – o que teve já lugar – posição essa que passo a referir nos exatos termos em que consta da ata:

“O facto de a revalorização salarial e a revisão do estatuto terem estado intimamente associadas terá porventura prejudicado o primeiro aspeto. Considerando-se que esta questão, pese embora a sua vertente sindical, é da maior relevância institucional, visto que tem vindo a fragilizar as Universidades tanto pelas dificuldades de recrutamento como pelo volume crescente de situações de acumulação de funções que induz, o Conselho, após uma longa discussão dos principais aspetos envolvidos, concluiu não ser possível protelar a sua resolução.

Decidiu, em consequência, colocar o problema à equipa ministerial, pugnando por uma revalorização salarial justa sem esperar pela revisão global que o estatuto da carreira docente universitária possa merecer, reconhecendo contudo que alguns aspetos que têm a ver com o estatuto necessitam de ser já revistos, nomeadamente no que concerne à regulamentação do regime de exclusividade.”

Em reunião efetuada esta semana, com a presença do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, o Conselho teve oportunidade de explicitar melhor os seus pontos de vista, tendo ficado definida uma metodologia de abordagem do problema, nas questões de natureza institucional, que se espera possa dar frutos muito em breve.

Após esta breve panorâmica das questões atuais, gostaria de deixar aqui uma pequena nota relacionada com o desenvolvimento futuro da Universidade. Por ocasião da tomada de posse da equipa reitoral, em julho passado, tive oportunidade de explicitar as principais metas e linhas de rumo traçadas pelo Senado Universitário para os próximos anos, nomeadamente em termos dos novos cursos a criar e das novas áreas do conhecimento a desenvolver. O trabalho de reflexão e de planeamento a que desde então se procedeu permitiu que, em recente reunião do Senado, se concretizasse a calendarização e distribuição desses novos cursos. Assim, a Licenciatura em Economia terá início já em outubro próximo e no ano seguinte será lançada em Braga a Licenciatura em Musicologia, continuando entretanto os estudos para a criação de um novo curso no domínio das Ciências Exatas e da Natureza. No polo de Guimarães, avançarão o curso de Geografia, orientado para o Planeamento Regional e Urbano, um curso de Ciências Aplicadas e o curso de Arquitetura. Numa perspetiva de médio-longo prazo, continuamos a colocar no horizonte a possibilidade de um curso de Ciências da Saúde, a localizar em Braga e de um curso de Belas-Artes a desenvolver em Guimarães a partir da Arquitetura. Estas duas áreas passarão a constituir a componente de sonho que deve existir em todos os planos ousados como estímulo para espicaçar a imaginação e

o engenho no desafio de transformar o sonho em realidade. As demais áreas referidas são dados adquiridos, estando já a ser preparados os respetivos projetos.

Antes de terminar, passo a fazer ainda três breves referências.

A primeira diz respeito ao excelente trabalho levado a cabo pela Associação Académica da Universidade do Minho. As novas instalações da Associação Académica, com a correspondente reorganização interna e dinamização dos Departamentos e Secções da Associação, refletiram-se num importante salto qualitativo em claro benefício da academia. A recuperação do edifício da ex-Escola do Magistério Primário em Guimarães, para uso exclusivo em atividades desenvolvidas pelos estudantes, irá permitir que também nesse polo a Associação Académica da Universidade do Minho se possa considerar bem instalada.

Em segundo lugar, quero felicitar os estudantes que vão receber prémios escolares. Os patrocinadores dos prémios e a Universidade prestam-lhe, por esta via, o merecido reconhecimento pelo valor do trabalho que produziram. Refira-se que este ano, pela primeira vez, com a criação do Prémio Universidade do Minho, todos os cursos têm pelo menos um aluno premiado. Uma palavra de apreço, também, para os funcionários que vão receber o diploma de tempo de serviço e a medalha da Universidade. Esta homenagem pretende ser implicitamente extensiva a todo o corpo de funcionários.

A terceira nota é de agradecimento ao Gabinete de Relações Públicas, à Comissão de Funcionários que trabalhou com o Gabinete e a todos os demais que, com o seu esforço empenhado, tudo fizeram para que esta cerimónia decorresse da melhor maneira.

Como afirmo na nota de fecho do relatório de atividades, ao completar vinte e um anos de funcionamento, a Universidade do Minho atingiu uma maturidade plena, expressa na diversificação das áreas do conhecimento que abrange, na dimensão e qualificação dos seus corpos docente, não docente e discente, na relevância e procura dos seus cursos, na importância crescente da pós-graduação que ministra, na dimensão e apetrechamento dos seus *campi*, na interação que desenvolve com a Comunidade – em síntese, na imagem de qualidade que granjeou já.

O trabalho de planeamento levado a cabo aponta, com clareza, os caminhos a percorrer no futuro próximo, as dificuldades a vencer, as tarefas a executar. A forma consensual de aprovação dos objetivos e metas que nos propomos alcançar permite garantir uma mobilização completa de todos os elementos da Universidade, numa conjugação de esforços e vontades que constitui uma das maiores potencialidades desta Instituição.

Compete-nos, pois, continuar a trabalhar como até aqui, com determinação, para que a Universidade do Minho se afirme, cada vez mais, como uma instituição de prestígio, aberta e atuante.



**27. 1996.****Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.***Dia da Universidade, no 22º aniversário, em 17 de fevereiro.*

Senhor Arcebispo Primaz<sup>59</sup>;

Senhor Ministro da Educação<sup>60</sup>;

Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>61</sup>;

Senhor Governador Civil do distrito de Braga<sup>62</sup>;

Senhores Reitores e Vice-reitores das universidades portuguesas;

Senhor Presidente da Fundação das universidades portuguesas;

Senhor Presidente do Conselho Científico Jean Monnet;

Senhores Deputados à Assembleia da República pelo distrito de Braga;

Digníssimos membros do Senado da Universidade do Minho;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Digníssimas autoridades académicas, civis e militares;

Ilustres professores, assistentes e investigadores;

Estimados alunos e prezados funcionários;

Minhas senhoras e meus senhores:

1. Nesta sessão solene comemorativa do 22º aniversário da Universidade do Minho, começo por saudar Vossas Excelências, a todos agradecendo a presença amável e estimulante.

A presença dos Senhores membros do Governo é sempre para nós motivo de grande regozijo. Efetivamente, sendo verdade que, no âmbito da autonomia universitária, a ação tutelar do Governo se encontra atenuada, é igualmente certo que as Universidades devem enquadrar a sua ação dentro da política global definida para o Ensino Superior, política para cuja definição têm obrigação de colaborar. Ganha assim acuidade o diálogo permanente entre as Universidades e a tutela governamental, com vista ao duplo objetivo de uma atuação política por parte do Governo que se adegue às realidades e possibilidades do sistema e uma atuação por parte das Universidades que se enquadre na política global estabelecida. É nesse sentido que saúdo a presença do Senhor Ministro da Educação, Prof. Eduardo Marçal Grilo e do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Alfredo Jorge Silva, como pessoas profundamente conhecedoras do sistema de ensino e do Ensino Superior e que acreditam no diálogo e na concertação como vias a privilegiar na abordagem dos problemas, como o demonstraram já profusamente antes e após a sua entrada no Governo.

Aos Senhores membros do Governo, às excelentíssimas autoridades e a todos, em geral, reitero o nosso vivo reconhecimento.

59 D. Eurico Dias Nogueira.

60 Eduardo Marçal Grilo, Ministro da Educação no XIII Governo constitucional (28-10-1995 a 25-10-1995).

61 Alfredo Jorge Silva.

62 Pedro Bacelar Vasconcelos, Governador Civil entre 1995-1999.



2. A Universidade do Minho assinala esta data com a inauguração e bênção dos dois primeiros edifícios da 2ª fase das instalações definitivas no *Campus* de Gualtar.

Vamos, assim, descerrar uma placa comemorativa no Complexo Pedagógico II, edifício que se encontra em funcionamento desde há um ano, sem estar na altura finalizada a sua construção e equipamento – a necessidade de espaços a isso nos tem sucessivamente obrigado ao longo de nossa história. Este empreendimento veio melhorar significativamente as condições de funcionamento das aulas no *Campus*, descomprimindo situações de rutura existentes, para além de proporcionar outras valências, como sejam melhores laboratórios informáticos de acesso direto aos utentes, salas de estudo em grupo, estruturas de apoio social e a instalação de uma agência bancária. Verifica-se, contudo, que o edifício se encontra já completamente ocupado, sendo necessário avançar tão cedo quanto possível com a construção de um terceiro – e último – complexo pedagógico no *Campus*.

Inauguramos também o Pavilhão Desportivo Polivalente. A Universidade passa assim a contar com a primeira instalação desportiva própria, dando corpo a um velho sonho de estudantes e funcionários. A necessidade deste Pavilhão era tão grande que, apesar de o Ministério da Educação só ter financiado ainda a 1ª fase da sua construção, avançamos já com a totalidade do empreendimento, certos de que a candidatura apresentada ao PRODEP para instalações desportivas nos vai permitir pagar em breve as dívidas contraídas e adjudicar a aquisição dos equipamentos imprescindíveis.

Com esta infraestrutura, que contém valências múltiplas, com a recente criação da Divisão de Desporto e Cultura nos Serviços de Ação Social e com a contratação de um Técnico de Desporto, já efetuada, vai ser agora possível definir e promover uma política de desporto escolar na Universidade. Saliento, a este respeito, que a Universidade do Minho aprovou no ano findo o Estatuto do Estudante Atleta, em regime experimental, com o intuito de incentivar e facilitar a prática do desporto. Estamos convictos de que foram estas condições, e a postura de apoio ao desporto que temos assumido, que permitiram a recente aprovação da candidatura para a realização na Universidade do Minho do Campeonato Mundial Universitário de Futebol de Cinco em 1998, facto de que muito nos orgulhamos.

A dimensão e funcionalidade do Pavilhão Desportivo, que não seguiram a norma dos pavilhões escolares, justificam uma referência especial. Quisemos ser ambiciosos, como conviria a uma instituição que só pôde investir em instalações desportivas quando já tinha mais de dez mil alunos – havia que queimar etapas. O investimento necessário era, porém, vultuoso. Encontrámos contudo no então Secretário de Estado do Ensino Superior um apoio muito forte, sem o qual o empreendimento não teria sido possível. Faseou-se a construção, fez-se alguma engenharia financeira, avançou-se com a 2ª fase antes da obtenção formal do financiamento, consumou-se a obra. Fica este testemunho e o nosso sentido agradecimento ao Prof. Pedro Lynce de Faria, que nesta e noutras questões sempre nos apoiou e incentivou.

Vamos inaugurar ainda uma obra de arte, oferecida pela Câmara Municipal de Braga. Trata-se da escultura Prometeu Agrilhoado, da autoria do escultor José Rodrigues.

Agradecemos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga esta contribuição importante para o *Campus* de Gualtar, a qual constitui um exemplo mais do bom relacionamento da Universidade com as autarquias da região.

3. Com os edifícios agora inaugurados, dois novos empreendimentos em curso e cinco outros em fase de preparação de projeto, estão a ser criadas as condições para o desenvolvimento continuado e sustentado da Universidade do Minho, dando corpo à programação definida pelo Senado e aprovada nos planos plurianuais de investimentos resultantes da candidatura ao PRODEP.

Um elemento sempre importante para documentar o desenvolvimento da Universidade é o relatório anual de atividades. Cumprindo o dever e a tradição, tornamos hoje público o relatório sobre as atividades do ano findo. Dos dados aí apresentados, passo a extrair uma imagem muito sintética do que é hoje a Universidade do Minho.

O corpo discente é constituído por 12.435 alunos, 6.7% dos quais frequentam cursos de pós-graduação. Continua a aumentar a percentagem de estudantes do sexo feminino, que é já de 57.6%.

Para o crescimento do número de alunos têm contribuído os novos projetos de ensino recentemente criados. No corrente ano, iniciou-se o funcionamento do curso de Economia e ainda do curso de História, este em estreita articulação com a Licenciatura em Ensino de História já existente, por forma a quase duplicar o número de ingressos com custo adicionais mínimos. Estão já criadas, para início em outubro próximo, as Licenciaturas em Geografia e Planeamento e em Física Tecnológica, no polo de Guimarães e a Licenciatura em Biologia Aplicada, no polo de Braga. Estão igualmente avançados os estudos para a criação das Licenciaturas em Arquitetura e em Musicologia, para arranque provável em 1997.

É também de salientar a importância acrescida que os programas de estudos de pós-graduação têm vindo a adquirir, como se constata pelos 77 cursos de Mestrado e 32 de Especialização já aprovados, dos quais 47 funcionam no corrente ano letivo, envolvendo 762 estudantes (6.7% do total de alunos, como se referiu).

O corpo docente, em termos de elementos equivalentes a tempo integral, compreende 809 unidades, sendo 84% de carreira, a quase totalidade em regime de exclusividade, e apenas 16% convidados. Dispomos de 242 docentes com o grau de doutor, ou seja, um terço do corpo docente de carreira é doutorado. Temos ainda 134 docentes dispensados de serviço letivo para preparação de provas académicas, o que abre perspectivas para, dentro de três anos, ultrapassarmos as três centenas e meia de doutores. Quer isto dizer que, com o esforço desde sempre colocado na formação do pessoal, não só temos um corpo docente muito qualificado como estamos em condições de prosseguir com a rápida expansão da Universidade sem sacrificar parâmetros de qualidade.



**Figura 38**  
Escultura Prometeu Agrilhoado, da autoria do escultor José Rodrigues, inaugurada no *Campus* de Gualtar, no dia do 22º aniversário da Universidade do Minho, em 17 de fevereiro de 1996. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

A mobilização do pessoal docente para as múltiplas tarefas a que é chamado é fundamental para o funcionamento eficaz da Universidade. No decurso do ano findo verificou-se um clima preocupante de desmotivação e mal-estar, que é importante compreender e ultrapassar. Congratulamo-nos, a este respeito, com os recentes avanços nas negociações entre as estruturas sindicais e o Ministério da Educação. No plano institucional, e no que à Universidade do Minho respeita, regista-se como muito positiva a atualização do quadro de professores, aprovada em julho passado, que aumentou o número de lugares de 150 para 288 e a captação de 79 bolsas de doutoramento pelo Programa PRODEP, que veio facilitar o programa intensivo de formação em curso.

O pessoal não docente cifra-se em 497 unidades, o que é insuficiente para a dimensão e as características desta instituição, com a agravante de se encontrarem 115 desses funcionários em situação de vínculo precário a satisfazer necessidades permanentes de serviço. Para assegurar minimamente o funcionamento dos serviços foi necessário recorrer a 62 outros funcionários, igualmente com vínculo precário e pagos por receitas de projetos específicos, os quais cessarão as suas funções com o término dos respetivos projetos.

Ano após ano exprimi aqui a nossa enorme preocupação pelo facto de não dispormos de um quadro definitivo de pessoal, com uma estrutura e um número de lugares consentâneos com a realidade da Universidade do Minho. Foi, pois, com grande satisfação e emoção que em julho passado vimos aprovado o quadro de pessoal não docente, ainda que o número de lugares levante problemas de curto prazo, por não permitir em algumas carreiras integrar sequer o pessoal que se encontra já ao serviço. Infelizmente, passado meio ano não podemos ainda fazer uso dos lugares criados, por não terem sido publicadas as normas de transição entre o quadro provisório e o

quadro definitivo. Temos acompanhado de perto a boa vontade e empenhamento do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior para que se ultrapasse muito rapidamente esta situação singular. É fundamental que isso aconteça, pelo respeito que os funcionários inequivocamente nos merecem, pela dedicação ao serviço que sempre têm demonstrado e pelo seu papel importante na construção da Universidade.

4. Nesta breve panorâmica sobre o estado da Universidade, importa salientar a consciencialização crescente dos estudantes para a vida da instituição, em especial para os problemas de natureza pedagógica. A participação dos estudantes nos órgãos de governo e de gestão académica tem melhorado, com relevo para as ações de dinamização que a Associação Académica tem vindo a desenvolver junto aos delegados dos estudantes, e da academia em geral, nomeadamente com a organização das Jornadas Pedagógicas.

Quero, a este respeito, manifestar o meu apreço pelo trabalho da Associação Académica da Universidade do Minho, tanto pela dinamização das atividades pedagógicas, culturais, desportivas e de prestação de serviços aos estudantes como pela projeção que tem vindo a adquirir no plano nacional. As novas instalações da Associação Académica em Guimarães, no edifício da antiga Escola do Magistério Primário, vêm trazer à Associação uma capacidade acrescida de intervenção nesse polo, proporcionando condições de operacionalidade e dignidade de funcionamento que se podem considerar modelares.

5. A adaptação das Universidades às novas realidades e desafios que se colocam no sistema de Ensino Superior passa por muito trabalho – de reflexão, de planeamento, de regulamentação – a fazer no seio de cada Instituição, no âmbito do quadro autónomo e da correspondente responsabilização institucional, mas passa também por medidas comuns a todo o sistema e por novas formas de relacionamento com a administração central.

Não posso, por conseguinte, deixar de salientar a este propósito, pelo seu carácter inovador e pela expetativa que introduz, a agenda de trabalho estabelecida entre o Conselho de Reitores e a equipa ministerial da Educação. Partindo do princípio essencial de que a forma privilegiada de relacionamento será o diálogo, enquanto instrumento de decisão partilhada, sem prejuízo porém da gestão do tempo de decisão, e identificando as preocupações fundamentais assumidas por ambas as partes como pontos essenciais da agenda, esta inclui matérias tão importantes como a política de investigação nas Universidades, a política de ensino pós-secundário, as políticas de financiamento e de ação social, a flexibilização da gestão universitária, a avaliação e acompanhamento das instituições de Ensino Superior e a autonomia universitária. É com satisfação que verificamos estar a existir uma boa dinâmica de abordagem dos problemas identificados, com resultados já visíveis em várias frentes.

Questão particularmente relevante é a da flexibilização da gestão universitária, que não poderá continuar espartilhada, como até aqui, por normas antiquadas e paralisantes, em que o cumprimento cego dos normativos, muitas vezes desadaptados, têm prioridade absoluta sobre critérios de gestão eficazes que defendam os

verdadeiros interesses da Instituição e do Estado. As normas restritivas da Contabilidade Pública, fixadas numa ótica de controlo da despesa, não são compatíveis com o novo enquadramento do financiamento do Ensino Superior pelo Estado, baseado em critérios objetivos mutuamente acordados e que tem como pressuposto fundamental a responsabilização tanto do Governo como das instituições e órgãos coordenadores quanto ao cumprimento estrito das bases do acordo firmado.

Foi, pois, igualmente com agrado que vimos satisfeita uma velha solicitação do Conselho de Reitores no sentido de se constituir uma comissão conjunta entre o Ministério das Finanças, o Ministério da Educação e o CRUP, cuja missão consiste em proceder “à análise e à avaliação dos processos de gestão com vista à adoção de procedimentos mais dinâmicos e expeditos que, numa lógica de racionalidade e responsabilização, flexibilizem a administração das Universidades, adequando-a ao virar do século”. A Comissão está constituída e começou já a trabalhar, devendo apresentar até 31 de março próximo um relatório que deverá conter propostas concretas de medidas a tomar, nomeadamente de carácter legislativo.

Há, como disse, muito trabalho a fazer também do lado das Universidades, tanto individualmente como em conjunto. Uma das tarefas prioritárias é a da adaptação da organização curricular dos cursos aos novos referenciais e condicionantes do sistema de Ensino Superior. Trata-se de matéria sensível, onde a tradição tem muito peso e não é fácil discernir os limites entre a autonomia universitária e a responsabilização perante as exigências da sociedade. Consciente de que esta questão não pode ser adiada, o Conselho de Reitores está a promover uma ampla reflexão interna sobre o tema, tendo em vista preparar um documento de trabalho que vai ser posto à discussão no seio das instituições e será posteriormente objeto de debate num Encontro de âmbito nacional envolvendo toda a comunidade universitária.

A reforma do Ensino Superior que estamos interessados em promover não pode, contudo, ser encarada de forma desligada dos demais níveis de ensino e do enquadramento global do sistema educativo, enquadramento este que tem a ver com os mais diversos setores da sociedade. Deverá, pois, ser parte integrante do “pacto educativo” em boa hora proposto pelo Senhor Ministro da Educação, num desafio que tem a ver com todos nós e ao qual as Universidades vão responder.

6. Antes de terminar, quero ainda apresentar as minhas vivas felicitações aos estudantes que vão receber prémios escolares. Registamos, com agrado, o já elevado número de patrocinadores externos que se associam a esta homenagem aos que mais se distinguem em cada ano pelo mérito do trabalho individual que produziram.

A criação de incentivos à qualidade do trabalho individual não se restringe, porém, aos prémios hoje entregues. A exemplo do ano passado, iremos organizar uma sessão autónoma para entrega dos Prémios de Mérito Escolar, que abrangerão os mais de 400 alunos que transitaram de ano com média igual ou superior a 14 valores e sem disciplinas em atraso. O valor pecuniário dos prémios terá eventualmente que ser revisto, pois não contamos este ano com a receita das propinas, mas de qualquer forma não deixaremos cair a iniciativa.

Permitam-me ainda que saliente a entrega pela primeira vez do prémio “Luís Alberto Mendonça e Nuno Arém Pinto”, criado por iniciativa dos pais de Luís Mendonça em memória destes nossos dois alunos, falecidos num infeliz acidente de viação.

Deixo uma palavra de apreço também para os funcionários que vão receber o diploma de tempo de serviço e a medalha da Universidade, numa homenagem que deverá ser considerada implicitamente extensiva a todo o corpo de funcionários. Nesta palavra de apreço quero incluir um agradecimento a todos os funcionários que, com o seu esforço empenhado, tudo fizeram para que esta sessão tivesse o brilho habitual.

7. Decorridos 22 anos desde a sua fundação, a Universidade do Minho continua a caminhar, em passos seguros, o percurso que a inclui entre as maiores Universidades portuguesas.

Atenta às expectativas que nela foram colocadas, a Universidade planeou cuidadosamente o seu desenvolvimento, estabeleceu metas ambiciosas mas realistas, consensualmente aceites e apoiadas quer pelas forças vivas da região quer pelo poder político, equipou-se com recursos humanos altamente especializados e tem vindo a preparar as infraestruturas que lhe permitem, de forma consolidada, prosseguir os objetivos estabelecidos, nomeadamente o de poder albergar no fim da presente década uma população discente de 17.000 alunos.

A Universidade do Minho está, pois, preparada para corresponder às suas responsabilidades, assumindo um papel interveniente nas transformações e no desenvolvimento do Ensino Superior.



## 28. 1997.

### Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.

*Dia da Universidade, no 23<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>63</sup>.

1. A minha primeira palavra é de saudação a V. Exas. e de agradecimento por se terem associado à Comemoração do XXIII Aniversário da Universidade do Minho. A presença de tão nobre audiência nesta Sessão Solene constitui um importante estímulo para a Universidade do Minho, que sente assim confirmado o interesse social da missão que procura denodadamente desempenhar.

2. Uma menção particular é devida à presença do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>64</sup>, que representa o Senhor Ministro da Educação. A equipa ministerial quis assim honrar-nos, uma vez mais, com a sua presença amiga e estimulante. Ao assumir o nosso convite – o que muito nos sensibiliza – o Senhor Secretário de Estado dá expressão a uma preocupação do Ministério da Educação, que registamos com apreço, em acompanhar de perto as instituições de ensino, nos seus diversos níveis, porque sabe que é aí, no terreno, com a mobilização de todos os intervenientes, que se ganha ou se perde a batalha da melhoria que desejamos para o sistema educativo.

Demonstrando coragem política, a equipa ministerial abriu uma ampla frente de ataque a problemas de fundo, na sua maioria há muito identificados, mas que a inércia do sistema e a multiplicidade de interesses instalados, entre outros fatores, têm contribuído para eternizar. No que se refere ao Ensino Superior, numa abordagem que privilegia o relacionamento pelo diálogo, sem se esgotar, contudo, nesse mesmo diálogo, têm vindo a ser tratadas questões da maior importância, de que saliento cinco pela sua particular acuidade e atualidade:

- O enquadramento jurídico do financiamento do Ensino Superior, considerado nas suas diversas componentes e vertentes, sem esquecer a contribuição a ser dada pelos próprios estudantes;
- A avaliação das instituições, quer em termos do estabelecimento de mecanismos de coordenação que garantam a coerência global e a credibilidade do sistema (competência esta que a Lei de Avaliação reserva à tutela), quer no que se refere à extensão do processo de avaliação a todos os setores do Ensino Superior;

63 As comemorações do Dia da Universidade do Minho ficaram marcadas, no ano de 1997, pelas diligências para criação do Centro de Estudos Galegos. Num contexto de aproximação entre as duas regiões, participará na cerimónia o Presidente da Xunta de Galicia. Note-se que a cooperação da Xunta da Galicia, através da Consellería de Educación e Ordenadón Universitaria, contribuiu para a criação de um Centro de Estudos Galegos na Universidade do Minho, concedendo apoio financeiro para o empreendimento. No decorrer da sessão foi assinado o convénio de criação do Centro, que inclui o funcionamento de um leitorado de galego. Para informações mais detalhadas sobre o Centro de Estudos Galegos veja-se: Fernando Goba Bouza e Pedro Dono López, org., *Galegos no Minho. 20 anos do Centro de estudos Galegos* (Braga: Ed. Húmus, 2017), disponível no RepositóriUM da UMinho em: <http://hdl.handle.net/1822/53207>

64 Alfredo Jorge Silva.

- A autonomia universitária, cujos pilares são exatamente o financiamento e a avaliação, a partir dos quais é possível construir uma descentralização e uma flexibilização da gestão que ponham cobro à contínua erosão da autonomia provocada por diplomas, despachos e circulares avulsos, contrapondo a esta situação um clima de responsabilização e de contratualização que permitam às Universidades a prática de uma gestão moderna e eficaz;
- A formação inicial de professores, cujo ordenamento jurídico se encontra desatualizado, não sendo despidiendos, a este respeito, os problemas da acreditação dos cursos, da avaliação dos formandos – matéria onde existem assimetrias quase fraudulentas – ou dos estágios pedagógicos;
- A clarificação das funções dos subsistemas de ensino pós-secundário, por forma a propiciar uma afirmação positiva de cada um dos setores, dentro da sua missão específica e numa base de complementaridade.

São muitos problemas em simultâneo e, como seria de esperar, geraram-se polémicas à volta de alguns deles, o que teve o condão de lançar o debate e motivar, nomeadamente, o aparecimento de documentos de reflexão, criando condições para que soluções imaginativas e inovadoras possam ser encontradas, consensualizadas e implementadas.

Face ao número de questões simultaneamente em aberto, o tempo de maturação dos *dossiers* foi longo, o que começa a gerar impaciência. Existem, contudo, sinais da vontade política de se passar à ação em muitas destas matérias. Saliento em particular o recente documento orientador de políticas do Ensino Superior, onde é assumido um conjunto importante de compromissos de ação e de responsabilização pelo Estado em relação às matérias referenciadas. Este facto, associado à abertura do relacionamento com o Ministério das Finanças e ao recente convite do Governo para que o Conselho de Reitores participe em breve numa reunião do Conselho de Ministros restrito às questões de ensino, investigação, cultura e formação, criam uma conjuntura única para resolver vários dos problemas pendentes e para consolidar um clima de confiança mútua que permita mais facilmente atacar outras das questões a resolver.

É chegado, pois, o momento de atuar, com a consciência de que temos em mão oportunidades que se não podem perder. Sabemos que, em relação a alguns dos *dossiers*, os tempos não vão ser fáceis. Mas a equipa ministerial da Educação, reconhecidamente conhecedora dos problemas e empenhada na sua resolução, dispõe de um capital de confiança e de uma correspondente capacidade de mobilização de que o sistema educativo e o País têm que tirar o melhor proveito.

Pessoalmente, acredito na possibilidade de construção de um verdadeiro pacto educativo que mobilize a sociedade, o poder político, os agentes educativos, à volta de objetivos nucleares de interesse nacional. Penso, igualmente, que temos à frente do Ministério da Educação a pessoa certa para agarrar esta tarefa gigantesca.

3. Uma saudação especial é também devida a Sua Excelência o Presidente da Xunta da Galicia, D. Manuel Fraga Iribarne, que muito nos honra com a sua presença, saudação esta que é extensiva aos Senhores Reitores das Universidades galegas.





**Figura 39**  
Cerimónia do Dia da Universidade, no 23º aniversário, em 17 de fevereiro de 1997. Da esquerda para a direita: Alfredo Jorge Silva, Secretário de Estado do Ensino Superior; o Reitor, Sérgio Machado dos Santos e D. Manuel Fraga Iribarne, Presidente da Xunta da Galicia. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

As Universidades do Norte de Portugal e as Universidades da Galiza não poderiam ignorar a contiguidade geográfica, as afinidades culturais e os laços de cooperação e de amizade existentes entre estas duas regiões. Estabeleceram, por conseguinte, relações de cooperação formais e informais, que se têm vindo a aprofundar. A recente revitalização da AURN, incluindo agora também a Universidade de Aveiro e a assinatura de um novo convénio com as Universidades da Galiza, vieram dar uma outra dimensão à cooperação interuniversitária nesta rede transfronteiriça.

Neste contexto de aproximação entre as duas regiões, muito nos sensibiliza a cooperação da Xunta da Galicia, através da Consellería de Educación e Ordenadón Universitaria, para a criação de um Centro de Estudos Galegos na Universidade do Minho com apoio financeiro da Xunta. No decorrer da sessão vai ser assinado o convénio formal de criação do Centro, que inclui o funcionamento de um leitorado de galego. Ficam assim enriquecidas a Universidade do Minho, a cultura galega e a aproximação cultural Minho/Galiza. Ao Senhor Presidente da Xunta da Galicia, o nosso agradecimento.

4. A Universidade do Minho assinala esta data com a inauguração e bênção do edifício onde vão ficar instalados a Escola de Economia e Gestão e o Departamento Autónomo de Direito. O novo edifício vai permitir que a Escola e o Departamento Autónomo passem a ficar instalados com dignidade, criando simultaneamente condições para uma descompressão do Instituto de Letras e Ciências Humanas e do Instituto de Ciências Sociais, que poderão agora ocupar os espaços libertados pela mudança daquelas unidades.

Os espaços disponíveis continuam, porém, a ser insuficientes. Encontra-se em fase de conclusão a preparação dos projetos para cinco novos empreendimentos, incluídos no programa de desenvolvimento da Universidade, acordado em 1995 com o Ministério da Educação e que foram contemplados com financiamento em 1996, ainda que a um nível muito baixo.

Causa-nos uma enorme preocupação a descontinuação de alguns desses financiamentos em 1997, que veio infelizmente confirmar dois receios que, desde há anos, vínhamos a manifestar:

- A insuficiência das verbas do Programa PRODEP para infraestruturas do Ensino Superior, medida esta comprovadamente mal conduzida nas negociações com Bruxelas e que urge corrigir;
- O desequilíbrio na distribuição das verbas da 1ª fase do PRODEP II, que claramente prejudicou as Universidades do Norte.

Esperamos sinceramente que essas distorções sejam corrigidas no novo concurso recentemente aberto, em relação ao qual a Universidade do Minho, de forma alguma, poderia aceitar que não fossem pelo menos contemplados os empreendimentos da nova Escola de Arquitetura, em Guimarães, do edifício para a Educação, em Braga e do Complexo Pedagógico III, igualmente em Braga.

A Universidade do Minho dispõe de um plano de desenvolvimento até ao ano 2000 que foi longamente negociado em 1994/95 com o Ministério da Educação. O acordo verbal então estabelecido tem sido escrupulosamente respeitado pela Universidade, nomeadamente em termos dos novos cursos criados, que correspondem com rigor ao que então foi previsto. A minuta de contrato de desenvolvimento da Universidade do Minho foi mutuamente acordada e só não foi assinada devido à mudança de Governo. O trabalho está feito, mantém atualidade e é mais do que nunca pertinente.

Deixo, por conseguinte, um convite público ao Senhor Secretário de Estado para uma visita de trabalho à Universidade do Minho, em data que achar conveniente – preferencialmente, dentro dos próximos dois a três meses –, durante a qual, em sessão com o devido relevo, se proceda à assinatura do contrato de desenvolvimento desta Universidade até ao fim da corrente década. A ideia para este convite é reforçada pela convicção de que, uma vez iniciado o processo, outros contratos de desenvolvimento se seguirão a curto prazo, dando assim, de uma vez por todas, corpo a uma ideia de grande alcance estratégico mas que, a manter-se o atual impasse, corre o risco de se transformar em piedosa intenção.

5. O desenvolvimento da Universidade passa também, e essencialmente, pelas pessoas que nela trabalham e estudam. O relatório anual de atividades, hoje tornado público, dá nota do que tem sido o desenvolvimento continuado e sustentado da Universidade do Minho. Numa síntese muito breve, passo a apresentar alguns dados mais salientes relativos ao ano findo.

O corpo discente cresceu 9.3%, ultrapassando os 13.700 alunos, dos quais cerca de 1.000 são estudantes de pós-graduação. Foram iniciados três novos cursos de Licenciatura – Biologia Aplicada, Física Tecnológica e Geografia e Planeamento – concebidos em termos de uma estratégia de consolidação dos dois polos da Universidade. Em particular, os cursos de Física Tecnológica e de Geografia e Planeamento, associados ao curso de Arquitetura, já aprovados para início em outubro próximo, conferem ao *Campus* de Guimarães uma coerência que potencia sinergias importantes e o transforma num verdadeiro polo universitário.

Concomitantemente, o número de docentes cresceu 8.2%. Dos 878 docentes equivalentes a tempo integral, 274 são doutorados e um em cada três dos docentes de carreira não doutorados está equiparado a bolsheiro para preparar doutoramento. Estão assim criadas perspectivas para se ultrapassarem as quatro centenas de doutores dentro de três anos. Na sequência da ampliação do quadro de professores, foram abertos concursos para 40 lugares do quadro, o que representa um aumento de 36% no número de professores associados e catedráticos.

O pessoal não-docente aumentou 4.5%, mas um terço do pessoal tem vínculo precário à Instituição. Registou-se, contudo, com muita satisfação, que foi finalmente aprovado, em 20 de novembro, o diploma legal que permite a passagem do pessoal do quadro provisório para o quadro definitivo. Ultrapassada esta difícil batalha da criação e operacionalização de um quadro definitivo, que se prolongou por mais de uma dezena de anos, foram já enviados ao Tribunal de Contas todos os processos de

integração para, vencida mais essa etapa burocrática, se proceder à abertura de umas largas dezenas de concursos de admissão e de promoção de pessoal, bem como ao provimento de lugares de chefia, numa medida que representa um grande salto qualitativo na estabilização, valorização e motivação do pessoal não-docente.

6. O rápido crescimento da Universidade do Minho justifica uma preocupação constante com a qualidade do ensino ministrado, da investigação desenvolvida e dos serviços prestados. Assim, têm-se vindo a desenvolver mecanismos internos de acompanhamento e de autoavaliação, cumulativamente com uma participação ativa nos programas de avaliação externa. Salientam-se, a este respeito, dois importantes desenvolvimentos ocorridos em 1996:

- A avaliação das unidades de investigação por equipas de peritos internacionais, cujos relatórios preliminares são já conhecidos;
- O início das visitas por parte das comissões externas de avaliação do ensino, com a preparação dos correspondentes relatórios que vão ser tornados públicos a muito curto prazo.

Aprez-nos particularmente que a avaliação do ensino ministrado nas Universidades públicas tenha, assim, entrado em fase de cruzeiro, culminando a experiência-piloto que o Conselho de Reitores iniciou em 1993.

A Universidade do Minho participou ainda, em regime de voluntariado, no Programa de Avaliação Institucional da Associação das Universidades Europeias (CRE). A preparação do relatório de autoavaliação, concluído há dias, permitiu já uma melhor compreensão da dimensão institucional da Universidade do Minho, e este exercício de avaliação, uma vez completo com a visita dos peritos da CRE, vai contribuir decisivamente para uma abordagem integrada de um conjunto de políticas e de medidas, umas e outras orientadas para a interiorização de uma cultura de qualidade que deve nortear a Universidade, cruzando horizontalmente todas as suas atividades.

7. A sessão de hoje introduz uma inovação: tendo sido recentemente aprovado o modelo de carta doutoral da Universidade do Minho, foi agora possível emitir os diplomas de doutoramento. Sendo este o grau universitário por excelência, é com orgulho que se constata terem sido já realizadas com sucesso 147 provas de doutoramento, a maioria correspondentes à valorização do pessoal docente da própria Universidade.

A todos os doutorados pela Universidade do Minho – tanto aos que hoje vão receber a sua carta doutoral como aos que não puderam estar presentes – quero apresentar as minhas felicitações e homenagem. A Universidade sente-se orgulhosa de os ter no seu Claustro.

Quero felicitar também os estudantes que vão receber prémios escolares. Os patrocinadores dos prémios e a Universidade prestam-lhes, por esta via, o merecido reconhecimento pelo valor do seu trabalho.

Uma palavra de apreço, também, para os funcionários que vão receber o diploma de tempo de serviço e a medalha da Universidade. Nesta nota de apreço quero incluir os

funcionários que, com o seu esforço empenhado, contribuíram para que esta sessão tivesse o brilho habitual.

8. Ao completar vinte e três anos de existência, a Universidade do Minho entrou numa fase do seu desenvolvimento que, sendo ainda, inevitavelmente, de crescimento, é sobretudo uma fase de consolidação.

A preocupação dominante dos órgãos da Universidade é, por conseguinte, a de clarificar as funções da Universidade, inserida numa Sociedade em profunda mudança, e definir as políticas adequadas à prossecução dessas funções. Não admira, por conseguinte, que as atuais preocupações do Senado Universitário, no que respeita ao planeamento estratégico, estejam prioritariamente centradas no aprofundamento das políticas institucionais para áreas fundamentais como a investigação científica, a organização pedagógica, a política de internacionalização da Universidade ou a extensão universitária.

A Universidade está, por esta via, a reforçar a sua capacidade de adaptação às mudanças, que a evolução nas condicionantes externas ou internas possam vir a justificar.

Termino, pois, exprimindo a convicção de que a Universidade do Minho está preparada para responder a novos desafios que se lhe coloquem, e para continuar a procurar cumprir, da melhor maneira, a sua missão de servir a Comunidade.



**29. 1998.****Discurso do Reitor, Sérgio Machado dos Santos.**

*Dia da Universidade, no 24<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*

1. Tenho, pela última vez, o grato prazer de presidir à Sessão Solene Comemorativa do Aniversário da Universidade do Minho. Apraz-me que, como habitualmente, uma vasta e distinta audiência se quis associar a esta festividade. A todos agradeço, sensibilizado, a presença amiga e encorajadora, que denota, estou certo, o interesse pelos destinos desta Instituição.

2. Realço, com satisfação, a presença, também habitual, de membros do Governo. No âmbito do quadro autonómico em que as Universidades hoje se movimentam, no qual a intervenção da tutela governamental na gestão do sistema universitário se esbate e, conseqüentemente, a responsabilização das Instituições se acentua, remetendo o relacionamento Universidade – Governo essencialmente para formas de contratualização e de controlo *a posteriori*, um bom conhecimento mútuo dos problemas e condicionantes que se colocam no dia a dia e o estabelecimento de vias de diálogo permanente, francas e baseadas no respeito mútuo, são mais do que nunca essenciais. É nesse contexto que interpretamos como muito positiva a presença do Senhor Ministro da Educação<sup>65</sup> e do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>66</sup>, para além da honra que nos conferem e o brilho acrescido que trazem a esta cerimónia.

3. Compete ao Reitor apresentar, neste dia, o balanço das atividades do ano findo. Passarei, pois, a sintetizar alguns aspetos do que de mais relevante ocorreu em 1997, extraído do relatório de atividades hoje tornado público. Procurarei, no essencial, apresentar tendências em vez de números, já que estes se encontram profusamente ilustrados no relatório.

A Universidade do Minho registou, como previsto, um crescimento significativo, atingindo praticamente os 15.000 alunos no seu percurso, rápido mas seguro, para a meta dos 18.000 alunos no final da década. A incidência de estudantes de pós-graduação aumentou igualmente, cifrando-se em 7.7%. O corpo docente foi, concomitantemente, reforçado, quer em número de unidades quer na qualificação dos seus elementos. As infraestruturas físicas registaram melhorias importantes, com a entrada em funcionamento de dois novos edifícios em Gualtar (o edifício da Escola de Economia e Gestão e o Departamento Autónomo de Direito e o edifício dos Departamentos de Engenharia Biológica e Informática da Escola de Engenharia) e de um pavilhão provisório em Azurém para apoio aos cursos de Arquitetura e de Geografia. O principal investimento foi, contudo, em equipamentos pedagógicos e científicos e em bibliografia, nos quais a Universidade investiu mais de um milhão de contos exclusivamente através do seu orçamento de funcionamento e de receitas

65 Eduardo Marçal Grilo. Ministro da Educação do XIII Governo Constitucional, entre 28 de outubro de 1995 e 25 de outubro de 1999.

66 Alfredo Jorge Silva.



próprias geradas. Este esforço financeiro correspondeu a uma aposta estratégica, assumida em 1997, face à insuficiência das verbas do PIDDAC para equipamentos, mas não pode obviamente ter continuidade no futuro. Reitera-se, pois, a necessidade de os planos de financiamento plurianual passarem a incluir uma componente de amortização que obste à obsolescência dos equipamentos.

4. As principais preocupações da Universidade em 1997 não se centraram, contudo, nas dificuldades inerentes ao crescimento, as quais, embora de alguma monta, são assumidas já como rotina. A Universidade do Minho encontra-se, efetivamente, numa importante fase de viragem, passando de um ciclo de crescimento para uma nova fase de estabilização e consolidação.

O crescimento intensivo da Universidade esteve intimamente associado ao arranque e desenvolvimento das instalações definitivas, desde 1985: nestes 13 anos, o número de alunos aumentou em mais de 500%. Para suportar este ritmo de crescimento de forma sustentada, houve que concentrar esforços no desenvolvimento atempado de infraestruturas e de pessoal qualificado, com uma atenção constante não só à manutenção, mas também à melhoria possível dos padrões de qualidade. Presentemente, com as metas de crescimento em vias de estarem cumpridas, tem sido possível reorientar esforços para outras dimensões, com destaque para o aprofundamento das políticas institucionais e para a interiorização de uma cultura de qualidade que se pretende esteja embebida em todas as atividades da Universidade.

5. A nível das políticas, é preocupação, por um lado, garantir que a crescente e saudável autonomia das Escolas se não traduza numa perda de coerência institucional e, por outro, reforçar a capacidade concorrencial da Universidade do Minho dentro do sistema universitário nacional e internacional. Com estes objetivos em mente, o Senado Universitário apreciou e aprovou dois importantes documentos relativos à política de internacionalização e à política de investigação da Universidade, nos quais se definem princípios, se traçam objetivos e se apontam formas de organização e estruturas de apoio. Foi igualmente aprovado um outro documento, da maior relevância, relativo a linhas orientadoras para a interação da Universidade com a Comunidade. Este documento, que se situa a nível de princípios, constituirá ponto de partida para a definição de políticas setoriais no relacionamento da Universidade com o exterior, como sejam os casos da transferência de tecnologia e da formação contínua.

6. No plano da avaliação, e face à dimensão atingida pela Instituição, justifica-se uma preocupação constante com a qualidade do ensino ministrado, da investigação desenvolvida e dos serviços prestados. Os processos de acompanhamento e de autoavaliação têm vindo, por conseguinte, a ser sistematizados e aprofundados, e registou-se com agrado a receção dos primeiros relatórios de avaliação externa dos cursos ministrados. É de registar ainda a participação da Universidade do Minho, em regime de voluntariado, no “*Institutional Quality Audit Programme*” da Associação das Universidades Europeias (CRE), que incide sobre a gestão estratégica e os mecanismos de controlo e procura de melhoria da qualidade. A elaboração do relatório de autoavaliação e as reuniões com a equipa de avaliadores externos

constituíram contributo importante para uma melhor compreensão da dimensão institucional e para uma abordagem integrada das políticas e das medidas orientadas para a “cultura de qualidade” referida. O relatório dos peritos da CRE que promoveram a avaliação externa, bem como o relatório de autoavaliação, são hoje tornados públicos num volume que inclui a versão original e a respetiva tradução em Português.

7. O ano de 1997 ficou marcado por avanços fundamentais no quadro do aprofundamento da autonomia universitária. Na sequência de um longo percurso negociado entre o Conselho de Reitores, o Ministério da Educação e o Ministério das Finanças, que culminou numa reunião histórica entre o Conselho de Reitores e o Conselho de Ministros restrito, foi estabelecido consenso sobre um amplo conjunto de medidas de flexibilização da gestão financeira, patrimonial e de pessoal das Universidades sem precedentes na administração pública, medidas que viriam a ser aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de setembro. Posteriormente, e em estreito diálogo com o CRUP, foi já assinado o despacho ministerial que fixa as regras de atualização bienal dos quadros de pessoal, em termos que permitem, em definitivo, que os quadros deixem de ser um entrave administrativo à definição de uma política própria de gestão do pessoal por parte das instituições. Foram, concomitantemente, estabelecidos os mecanismos de responsabilização e de controlo que devem estar associados a um regime autónomo.

A flexibilização da gestão é, sem dúvida, da maior importância para a agilização do funcionamento das Universidades. Há, no entanto, que estar atento para evitar que os hábitos e a inércia da administração central possam vir a sobrepor-se a este avanço decisivo.

Os pilares fundamentais da autonomia são, contudo, o financiamento e a avaliação. Efetivamente, e no que respeita ao financiamento, só a existência de mecanismos claros de contratualização, em que o financiamento por parte do Estado resulte como contrapartida do serviço público prestado pelas Universidades, permitirá vencer a lógica associada ao conceito de “quem paga, manda”. Por sua vez, a capacidade de as Universidades decidirem livremente os seus destinos pressupõe a existência de contratos de desenvolvimento negociados entre o Ministério da Educação e cada uma das Instituições, nos quais se fixem objetivos e metas a atingir, e pressupõe também mecanismos de acompanhamento e de controlo *a posteriori*.

A lei do financiamento do Ensino Superior veio, precisamente, dar resposta a esse problema, completando o quadro jurídico da autonomia universitária. Após um amplo processo de auscultação, que decorreu ao longo de mais de um ano, a lei, publicada em setembro passado, veio clarificar o relacionamento triangular Estado/Instituições/Estudantes, definindo princípios e apontando as responsabilidades das partes. Pelo lado das Instituições, é grato verificar que a maior parte das achegas apresentadas na fase de discussão da lei foram integradas na versão aprovada. Os primeiros passos na aplicação da lei parecem evidenciar as suas potencialidades, nomeadamente em termos dos meios financeiros colocados à disposição das Universidades e do sistema de ação social. No que respeita à Universidade do Minho, os números são elucidativos:





- As transferências de verbas do Estado, em termos de dotação real *per capita*, registaram um aumento, ainda que pequeno; com as receitas adicionais das propinas, o orçamento global de funcionamento da Universidade cresce 16.4% e a dotação *per capita* aumenta em cerca de 8%;
- Quer o número de estudantes bolseiros quer o valor da bolsa média líquida aumentam significativamente, com um efeito conjugado de 70% de aumento de encargos, o que, sem constituir ainda a situação ideal, ou mesmo a desejável, representa um salto qualitativo sem precedentes no passado.

Por sua vez, a Lei do Acompanhamento e Avaliação das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 38/94), publicada em novembro de 1994, está a ser aplicada no setor universitário público em ritmo de cruzeiro, tendo começado já a fase de balanço crítico do primeiro ciclo da avaliação dos cursos ministrados. Esta dinâmica contrasta, porém, com os atrasos verificados nos restantes setores do Ensino Superior, situação

**Figura 40**  
Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 24º aniversário, em 17 de fevereiro de 1998. Em primeiro plano (direita) o Reitor, Sérgio Machado dos Santos e o Ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo. Fonte: GCII da UMinho, Coleção de fotografias.

que põe em causa a credibilidade global do sistema de Ensino Superior português. É, por conseguinte, com agrado que se registam os recentes avanços no estabelecimento de um consenso sobre a estrutura nacional de coordenação do sistema de avaliação, a qual não só irá desempenhar um papel essencial de garante da coerência e credibilidade global do sistema de avaliação como, espera-se, possa vir imprimir uma nova dinâmica nos setores em atraso.

8. Como referi, a Universidade entrou num processo de transição de um crescimento intensivo para uma estabilização e consolidação do seu funcionamento. Esta nova fase na vida da Instituição recomenda uma grande prudência e seletividade na adoção de novos projetos de ensino a nível da formação inicial, sem prejuízo, porém, para o reequacionamento de cursos existentes e para uma pequena margem de acréscimo do *numerus clausus* global, programada para cerca de 5%.

É precisamente neste contexto de uma programação assumida com sentido de responsabilidade institucional que passo a colocar uma questão que é estruturante para a Universidade do Minho.

Desde a programação inicial de atividades promovida pela Comissão Instaladora, a Universidade do Minho considerou como projeto do maior interesse para a Universidade, para a Região e para o País a criação de um curso no domínio das Ciências da Saúde, concebido em termos inovadores de acordo com as preocupações e recomendações de organismos internacionais do setor, nomeadamente a Organização Mundial de Saúde. Por razões conjunturais, a proposta da Comissão Instaladora não teve provimento.

A Universidade retomou o projeto em 1990, por considerar que, já nessa altura, os indicadores internacionais apontavam para a necessidade de uma nova Escola de Medicina em Portugal. Não foi, contudo, possível encontrar então junto ao Governo vontade política para a criação da nova Escola.

A Universidade do Minho aceitou, como lhe competia, a posição política do Governo, tornando no entanto bem claro, numa posição repetidamente expressa, que, caso as reservas políticas colocadas à criação de uma nova Escola de Medicina em Portugal fossem levantadas, essa Escola nasceria necessariamente na Universidade do Minho, por ser esta a Instituição a dispor de melhores condições para o efeito, porque:

- Existe uma forte vontade para desenvolver o projeto, tanto por parte da Universidade como das forças vivas da região;
- A Universidade dispõe de um projeto inovador e de um modelo estrutural particularmente adequado para o acolher;
- Existem valências científicas importantes, muito fortes, em áreas afins, com grande possibilidade de sinergias com o projeto: a Biologia, a Física, a Química, a Eletrónica, entre outras;
- Está em curso o projeto e construção de um novo edifício hospitalar na periferia imediata do *Campus* de Gualtar e as relações institucionais com o Hospital de S. Marcos são as melhores;

- As características demográficas da região justificam inequivocamente a necessidade de atração e fixação de médicos.

Descobriu-se recentemente, e de repente, que as Universidades não estão a formar médicos em número suficiente em Portugal; que os jovens portugueses com vocação para a Medicina não têm no País a almejada oportunidade para estudarem no campo da sua vocação; que, conseqüentemente, são os médicos de outros países que começam já a instalar-se em Portugal. A Universidade do Minho tinha, afinal, razão nos argumentos que vem a apresentar desde há anos!

Existem presentemente, por conseguinte, não só condições políticas como a necessidade imediata de se avançar com a criação de uma nova Escola vocacionada para o ensino médico. Uma delegação de membros do Senado, a que se associam importantes responsáveis do sistema de Saúde, vai ter dentro de dias uma reunião com o Senhor Ministro da Educação, na qual esperamos obter o aval político para o nosso projeto, para que a Escola de Medicina da Universidade do Minho possa ser uma realidade em 1999.

9. Antes de terminar, quero dirigir as mais vivas felicitações aos novos doutores e mestres que hoje vão receber as suas cartas doutorais ou magistrais. A Universidade sente-se orgulhosa de os incluir entre os seus diplomados. Felicito, igualmente, os estudantes que vão receber prémios escolares. A Universidade do Minho e os patrocinadores dos prémios prestam-lhes, por esta via, o merecido reconhecimento pelo valor do seu trabalho.

Uma palavra de apreço, também, para o esforço abnegado que os funcionários da Universidade do Minho, docentes e não docentes, desenvolvem denodadamente em prol da Instituição e sem o qual o ritmo intenso de afirmação da Universidade do Minho não teria sido possível. Nesta nota de apreço quero destacar o Gabinete de Relações Públicas e os demais funcionários que, com brio e dedicação, contribuíram para o brilho desta sessão.

10. A Universidade do Minho entra hoje no 25º ano da sua ainda curta mas promissora existência. O simbolismo associado ao evento justifica, a nosso ver, um amplo conjunto de iniciativas que se desenvolvam ao longo de todo o ano e deixem marcas e valores patrimoniais que perdurem na história da Universidade. O programa das comemorações, a ser anunciado em breve, incluirá, nomeadamente, a reprodução fac-similada da 1ª edição, de 1598, dos Poemas Lusitanos de António Ferreira, a realização de espetáculos culturais oferecidos aos elementos da Universidade e da Comunidade, a possível adoção de um logotipo alternativo, a criação de um novo prémio escolar e ainda iniciativas de carácter científico-pedagógico, culminando na sessão solene a ter lugar de hoje a um ano.

É habitual haver lugar à oferta de prendas por ocasião dos aniversários, em especial quando se trata de certos marcos históricos. No caso presente, a Universidade do Minho vai ter, estou certo, a melhor prenda que esta Instituição poderia receber, por corresponder a algo ansiado desde o seu primeiro momento. Efetivamente, a aprovação

do Curso de Medicina, cujo processo se iniciará dentro de dias na audiência com o Senhor Ministro da Educação, ao completar o leque de áreas estruturantes da Universidade perdurará como o grande acontecimento da celebração do 25º aniversário. O programa das comemorações começa, pois, no próximo dia 2 de março.



### 30. 1998.

#### Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira.

*Tomada de Posse, em 20 de julho*<sup>67</sup>.

Dentro de poucos dias completam-se 25 anos de criação da Universidade do Minho, através do Decreto-Lei n.º 402/73 de 11 de agosto.

Partindo do zero, o nosso primeiro Reitor, o Professor Carlos Lloyd Braga, empossado em 17 de fevereiro de 1974, com a sua equipa da Comissão Instaladora, apresentou à tutela, num curto período de meses, as linhas mestras de desenvolvimento da Universidade do Minho: uma Universidade criativa, aberta, interdisciplinar, funcional e centrada no rigor pedagógico e científico.

É de toda a justiça, hoje e aqui, prestar homenagem à memória do nosso primeiro Reitor – que, com grande mágoa, vimos desaparecer recentemente do nosso convívio. Recordo com respeito e admiração o seu projeto, a sua visão de Universidade, o valioso trabalho produzido com a sua equipa, até à sua saída, chamado pelo Governo para outras funções, não sem antes ter ocupado a pasta de Ministro da Educação.

Se é difícil construir uma Universidade em clima de normalidade política, quão difícil e complexo será fazê-lo em plena crise nacional, numa época de alterações políticas quase diárias, em que a turbulência dos primeiros anos, tornava o desenvolvimento do trabalho numa missão quase impossível.

O projeto de criação de uma Escola de Medicina, sob a responsabilidade do Professor Pinto Machado, membro da Comissão Instaladora, e o da criação de um curso de História, para os quais se havia assegurado o concurso de professores de raro prestígio, tiveram que ser então suspensos, sugados na onda de entropia que se gerou nos centros de decisão política, que coincidiu com os primeiros tempos do governo da Universidade do Minho.

Com a saída do nosso primeiro Reitor, a Universidade conheceria ainda um longo período de impasse na sua liderança, tendo o Professor Joaquim Barbosa Romero, então vice-reitor, assegurado uma transição difícil, só possível devido ao seu extraordinário sentido do dever e à sua dedicação ao projeto de Universidade que tinha ajudado a construir, desde a primeira hora.

Foi por essa altura que a Universidade do Minho viria a dar o seu primeiro sinal inequívoco de conquista de autonomia ao ver consagrado o seu segundo Reitor, pela via do

---

<sup>67</sup> Licínio Chainho Pereira pertence ao grupo fundador da Universidade do Minho, onde chegou a convite do Professor Carlos Lloyd Braga. Integrou a equipa reitoral em 1983, sendo Reitor Lúcio Craiveiro da Silva, tendo mantido funções de vice-reitor em todas as equipas reitorais subsequentes. Com a investidura como Reitor, e o tempo de cumprimento do respetivo mandato, totalizou 19 anos consecutivos de cargos de topo no governo da Universidade. Cf. Ferreira e Ribeiro, «Expansão ...», 160. <http://hdl.handle.net/1822/33857>

sufrágio direto de toda a academia. O Professor Lúcio Craveiro da Silva tornava-se então, no início do ano de 1982, o primeiro Reitor eleito das Universidades Portuguesas!

A sua ação como Reitor clarificou o rumo da Universidade e, com a sua sabedoria e autoridade moral, procedeu à retoma da dinâmica científica e pedagógica da Instituição. A sua jubilação conduziu ao Reitorado do Professor João de Deus Pinheiro, o qual, volvido pouco tempo após a sua eleição, foi nomeado Ministro da Educação. Perdeu-se um excelente Reitor para a Universidade do Minho mas ganhou-se um político de reconhecido talento para o País. Estávamos em fevereiro de 1985.

Foi então que o Professor Sérgio Machado dos Santos, então vice-reitor da equipa do Professor João de Deus Pinheiro, assumiu a liderança da Universidade, para mais tarde ser eleito Reitor, em 1987, 1990 e 1994, tendo sido a sua primeira eleição por sufrágio direto e a segunda e terceira, pela Assembleia da Universidade, em conformidade com Estatutos aprovados em 1989.

A Universidade experimentou então um crescimento e um desenvolvimento sem precedentes. A sua obra está à vista: uma Universidade dinâmica, prestigiada nacional e internacionalmente, governada com rigor, objetividade, coerência e sentido estratégico.

O Professor Sérgio Machado dos Santos, o nosso quarto Reitor, viria igualmente a ser eleito e reeleito como Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, cargo que ocupou com isenção e sentido de missão, defendendo intransigentemente a autonomia e o estatuto a que as Universidades têm direito, como parceiros do desenvolvimento da Sociedade.

Em suma:

- Dois Reitores que foram Ministros da Educação;
- Um Reitor que alcançou o prestígio para se tornar no primeiro Reitor eleito das Universidades Portuguesas;
- Um Reitor que consagrou em definitivo o desenvolvimento da Universidade, projetando-a internacionalmente e que foi eleito e reeleito como Presidente do Conselho de Reitores.

Sucessor a esta cadeia de Reitores, de prestígio inquestionável e de sabedoria comprovada no terreno, representa para mim, à partida, uma tremenda responsabilidade.

Mas representa também um desafio gigantesco, irrecusável e aliciante, que não enjetei, tendo-me submetido ao sufrágio da Universidade com um programa e uma equipa, a qual, generosamente aceitou compartilhar comigo os desafios do próximo mandato.

Muitos foram aqueles que quiseram saber, na altura, os motivos da minha decisão. Ela assenta fundamentalmente em quatro razões principais, que sinteticamente acho oportuno reafirmar:





**Figura 41**  
Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, Licínio Chainho Pereira, em 20 de julho de 1998. Da esquerda para a direita: Alfredo Jorge Silva (Secretário de Estado do Ensino Superior); o Reitor, Licínio Chainho Pereira e o Reitor cessante, Sérgio Machado dos Santos. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

- a) Porque acredito ser possível, durante o meu mandato, reforçar e consolidar o diálogo interno entre as Escolas, no sentido da obtenção de mais-valias, não só nos projetos em curso como em novos projetos, em coerência, aliás, com o modelo de gestão participada e interdisciplinar que nos tem inspirado; de nada servirá chamarmos Escolas ou Institutos, às Unidades Orgânicas académicas, em vez de Faculdades, se houver a tentação (aliás ultrapassada) de ministrarmos o nosso ensino em compartimentos estanques, autossuficientes, monopolistas e napoleónicos; não nos esqueçamos que a pluralidade dos saberes requer unidade, exige integração de conhecimentos, só possível numa Instituição aberta à interdisciplinaridade e à troca de experiências, em particular, no campo da graduação, da pós-graduação e no da investigação científica;
- b) Porque creio ser possível fazer progredir a Universidade do Minho como uma Universidade de Ensino/aprendizagem e como uma Universidade de Investigação & Desenvolvimento, com coerência e articulação entre os dois vetores e aberta ao exterior, na base de uma valorização biunívoca;
- c) Porque estou convicto que é possível manter em equilíbrio uma Universidade de espectro científico alargado, universalista nos seus saberes, centrada em domínios diversificados mas não estanques: as Ciências Exatas e Naturais, as Tecnologias, as Ciências Humanas e as Ciências Sociais; este equilíbrio estratégico, que se estabeleceu em clima de consenso, contribuirá para uma pluriversidade de saberes, tendo como horizonte epistemológico a procura de soluções para o desenvolvimento do Homem e da Sociedade; a própria escolha da equipa reitoral teve em vista, entre outros critérios, a lógica desse equilíbrio; com base nestes princípios, procuraremos fomentar a crescente autonomia das Escolas, numa ótica de consolidação da coesão da Instituição como um todo, significativamente criada já com o nome da região e não de uma ou outra cidade;
- d) Finalmente, porque acredito ser possível renovar energias e fazer crescer a influência de uma Universidade bipolar, com dois campos universitários, que aspiram e têm direito a padrões de qualidade de serviços e de funcionamento, cada vez melhores; uma política de descentralização de valências administrativas e de apoio às Unidades e Órgãos, sediados nos dois campos – Gualtar e Azurém – terá que ser prosseguida e consolidada, à medida que se vão construindo os novos edifícios; mas que fique bem claro! A Universidade tem prosseguido uma política de desenvolvimento dos dois polos universitários, com dignidade equivalente, que eu apoio e reafirmo e que tenciono prosseguir na sua plenitude.

Pelas razões invocadas, e não apenas por essas razões, aceitei o desafio, certamente espinhoso, complexo, mas, nem por isso, menos estimulante.

Porque aquilo que está em jogo é a missão de uma Universidade que aposta na cultura e no desenvolvimento intelectual, na formação de estudantes preparados para trabalhar individualmente e em grupo (mas também capazes de enfrentar a competição, que os espera), na criação do saber e da sua transferência a bem da



comunidade, bem como no seu papel motor de desenvolvimento regional, transregional e nacional.

Uma Universidade que precisa de manter altas taxas de motivação de toda a sua população, com a qual tem que contar para prosseguir uma dinâmica inovadora:

- Com os seus funcionários não docentes, atenta aos seus problemas de carreira, de qualificação profissional, de participação democrática e de dignificação;
- Com os docentes em início de carreira, cuja juventude e espírito crítico, transportam a semente da renovação e da esperança num futuro mais justo e mais solidário;
- Com os seus professores, que, nos departamentos, centros de investigação, escolas, órgãos de gestão, pela sua ação no quotidiano dos *campi*, suportam estoicamente as alavancas da afirmação da Universidade, fazendo dela uma Instituição responsável, de saber, de saber fazer, de saber fazer o saber, de rigor, de cultura e de tolerância;
- E tem que contar, naturalmente, com os seus estudantes, a razão primeira da existência da Universidade. Estudantes que aqui querem encontrar metodologias de aprendizagem adequadas, cursos com ligação ao mundo da atividade produtiva, estudantes que reivindicam condições de trabalho e de ambiente académico incompatíveis com a imagem da nossa jovem Universidade; estudantes que querem e devem estudar, aprender a pensar, a aprender, a empreender, a alargar o seu horizonte de formação humana, muito para além do mero plano curricular;
- E conta, naturalmente, com todas as Unidades Orgânicas e com todos os órgãos de gestão, democráticos e participados, bem como com a Associação Académica, que desempenha um papel fundamental na promoção cultural e recreativa da academia, na integração dos jovens estudantes e na defesa dos seus interesses.

Conto, naturalmente, com todos os elementos da minha equipa reitoral, que gostaria de brevemente apresentar:

- O Professor Doutor Vítor Aguiar e Silva, figura de elevado prestígio no campo das Letras e das Ciências Humanas, vice-reitor para os assuntos académicos e culturais, entre outros;
- O Professor Doutor Carlos Alves Bernardo, vice-reitor para o polo universitário de Guimarães e responsável pelas ações de cooperação científica e tecnológica com o mundo empresarial;
- O Professor Doutor José Manuel Vieira, vice-reitor que continuará com a difícil tarefa de chefiar o Gabinete das Instalações Definitivas e de coordenar o plano de desenvolvimento estratégico da Universidade.
- A Professora Doutora Maria Cecília Leão, que será responsável pelo pelouro da Investigação e Pós-graduação e pela coordenação científica das atividades,

com vista à instalação dos projetos de ensino, no domínio das Ciências da Saúde.

Esta é a equipa de vice-reitores, que tive a honra de empossar e, aos quais, desde já, agradeço a disponibilidade manifestada para integrar a equipa.

Agradeço igualmente aos dois pró-reitores hoje nomeados, a Professora Doutora Mino Farhangmehr e o Professor Doutor Viriato Eiras Capela, os quais serão empossados em futuro próximo.

Gostaria agora de abordar dois temas que me parecem apropriados, quando se discute o futuro da Universidade, durante o próximo quadriénio.

Por razões que se justificaram amplamente, a Universidade experimentou nos últimos anos um crescimento sem precedentes, tendo sido possível conjugar o efeito de desenvolvimento integrado das várias vertentes do sistema, designadamente, as instalações e os equipamentos, os recursos humanos necessários e os financiamentos para o ensino e investigação.

Justifica-se que, a seguir a um crescimento tão rápido, se entre numa fase de estabilização do crescimento e de consolidação dos projetos, aprofundando a reflexão em torno dos fatores de mudança da própria Sociedade e promovendo e incentivando uma cultura de qualidade em toda a Instituição.

Isto significa que, estando quase cumpridas as metas de desenvolvimento planeadas, e não estando ainda construídos os necessários edifícios, poder-se-ia entrar em situações de rutura, se prosseguíssemos, nesta fase, um crescimento não sustentado, ou se descurássemos minimamente o ritmo de construções previstas.

A este respeito interessa referir que os principais projetos novos, a nível de licenciatura, planeados até 2002 e ainda não iniciados, incluem essencialmente os cursos seguintes:

- O curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas, a iniciar em 1999;
- O curso de Musicologia, a aguardar instalações;
- O curso de Medicina, concebido em termos inovadores e de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde, já aprovado nos órgãos da Universidade, e que se espera ter início no presente mandato reitoral. Sublinhe-se que este é um projeto em que toda a Instituição se empenhou fortemente e para cuja implementação a Universidade já possui um elevado número de valências científicas e tecnológicas de suporte.

Relativamente a outros projetos de ensino, é evidente que existe a necessária flexibilidade para a reestruturação dos cursos atuais, se tal se justificar, ou mesmo substituí-los por outros porventura mais inovadores, bem como para aumentar, dentro de uma margem controlada, os cursos de pós-graduação.

Por outro lado, a formação contínua tem espaço para se desenvolver, em especial se for realizada fora dos horários normais.

Mas é um facto que a Universidade só pode crescer com as instalações e equipamentos adequados e com o pessoal docente e não docente suficiente para acompanhar o ritmo desse crescimento, em quantidade e em qualidade.

No que concerne à cooperação com o exterior, será mantida uma política de abertura, compatível com o emprego dos nossos jovens, com a fixação de quadros na região, com o prestígio e imagem da Universidade e com o desenvolvimento regional e transregional, englobando-se aqui, explicitamente, o reforço da colaboração com outras Instituições de Ensino Superior da região, bem como da nossa vizinha Galiza.

A mesma determinação será prosseguida no sentido da internacionalização da Universidade, em especial com os nossos parceiros da União, e, não menos importante, com o Brasil e com os outros Estados e Universidades da Comunidade de Países da Língua Portuguesa.

Senhor Secretário de Estado;  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Nós somos uma Universidade jovem, situada numa região com a maior dinâmica demográfica do Continente, com um projeto de desenvolvimento definido, com estratégia e com ambição, pese embora a distância que nos separa dos centros de decisão política.

Uma Universidade na periferia, de um País periférico da União Europeia. Uma Universidade num País marcado por grandes assimetrias, em que se anunciam medidas de intenção de convergência, mas que mantém ainda uma enorme distância em relação à média dos nossos parceiros da União Económica e Monetária.

Todos nós temos consciência desta situação, mas isso não nos impedirá de prosseguir a nossa dinâmica, com rigor, com ambição e sem excesso de humildade. Pensamos ser esta a atitude cultural mais correta a adaptar.

O nosso relacionamento perante a tutela processar-se-á, naturalmente, com lealdade, com rigor e respeito pela autonomia, mas também com espírito crítico, com base nas provas dadas e comprovadas, que nos permita uma atuação responsável, conducente a elevados padrões de qualidade.

Não nos lamentamos, não pedimos mas exigimos, contrapondo argumentos racionais baseados no rigor crítico das situações.

Miguel Torga atribui a García Lorca – de quem celebramos justamente o primeiro centenário do seu nascimento – um poema dedicado a Espanha, no qual o poeta granadino bem reflete esta atitude (e cuja primeira parte passo a citar):

“No hagas caso de lamentos  
Ni de falsas emociones  
Las mejores devociones  
Son los grandes pensamientos...”

Muito simplesmente! A Universidade do Minho conquistou uma marca de qualidade de que não abdica e procurará desenvolver-se segundo o modelo que considera mais adequado, em consonância com os seus objetivos estatutários. Por isso esperamos que o Governo nos entenda e nos atenda e nos permita levar o nosso projeto em direção ao futuro.

Acreditamos que assim sucederá. Pela via da contratualização prevista na Lei n.º 113/87, via essa que estamos preparados para assumir, ou por outros mecanismos de financiamento adequado e atempado.

Deixava, para terminar, uma reflexão muito séria sobre os desafios que teremos de enfrentar numa sociedade que tende a ser globalizada na informação, no conhecimento, e conseqüentemente, na crescente concorrência e mobilidade dos recursos humanos.

As Universidades devem estar preparadas para enfrentar esquemas alternativos de aprendizagem que podem colidir com a própria essência da Universidade universitária, de ensino presencial, de construção do saber pela pesquisa e da respetiva transferência não lucrativa para a sociedade. Com efeito, o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), veio possibilitar métodos alternativos de ensino/aprendizagem, nomeadamente o ensino eletrónico, sem a presença real do docente, muitas vezes feito no local de trabalho ou, mesmo, no conforto do lar.

Pugnaremos para que a Universidade continue a liderar as NTIC e que, inclusivamente, domine esta vertente de ensino, no âmbito de uma política autónoma de formação contínua, mas sem nunca abdicar, da sua missão fundamental.

Não nos esqueçamos que o tele-ensino, pela sua natureza impessoal, realizado fora do ambiente da sala de aula, pode ser organizado por empresas, que encontram aqui um novo mercado, logicamente com consideráveis expectativas de lucro. Empresas que entram neste novo mercado, que tratam os formandos por “clientes”, os cursos por “produtos educativos” e a organização como “empresa industrial”.

Em última análise poderão vir a estar aqui em confronto duas abordagens distintas de Ensino Superior, que um qualquer sistema neoliberal, confrontado com a escassez de recursos, pode vir a ser tentado a incentivar, desertificando as Universidades no seu sentido mais nobre, reduzidas a matérias não convertidas em lucro e excluídas da sua quota-parte para o desenvolvimento da Sociedade.

Esta é a outra face da moeda das NTIC, que exige das Universidades uma séria ponderação e uma resposta estratégica inequívoca, contrapondo à “Universidade das

disquetes” uma Universidade que se assumia como um local privilegiado dos fundamentos intelectuais e humanistas e do avanço do saber pela pesquisa científica e tecnológica, posto livremente ao serviço da Sociedade.

A este propósito escreveu o Professor Federico Mayor, Diretor-Geral da UNESCO:

“... Economia de mercado, talvez, mas uma sociedade de mercado, a democracia do mercado, não! Compete às pessoas definir as suas prioridades e não ao mercado...”

Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>68</sup>:

Começa hoje um novo ciclo da Universidade do Minho, 25 anos volvidos sobre a decisão política oficial da sua criação.

As provas já dadas pela Universidade do Minho e por outras Universidades, então criadas, mostram bem a importância da descentralização então operada, na criação das Universidades novas.

Com muito trabalho nesta nova equipa, com uma gestão moderna e flexível e com a participação de toda a academia (docentes, estudantes e funcionários) tenho a certeza que continuaremos a construir o paradigma de Universidade que os nossos jovens reclamam e que a Sociedade merece.

Não gostaria de terminar sem agradecer ao Gabinete de Relações Públicas, ao Coro Académico e a todos os funcionários que, pela sua ação dedicada e generosa, em muito contribuíram para o brilhantismo desta cerimónia.

---

68 Alfredo Jorge Silva.



**31. 1999.****Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira.**

*Dia da Universidade, no 25<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*

Senhor Arcebispo Primaz de Braga, Excelência Reverendíssima<sup>69</sup>;  
 Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>70</sup>;  
 Senhor Comissário Europeu<sup>71</sup>;  
 Senhor Governador Civil do Distrito de Braga<sup>72</sup>;  
 Senhor Professor Decano da Universidade do Minho;  
 Senhor Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;  
 Senhores Reitores e vice-reitores das Universidades Portuguesas e das Universidades da Galiza;  
 Senhor Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
 Senhores Deputados;  
 Digníssimos membros dos órgãos de governo da Universidade do Minho;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;  
 Ilustres Professores, Assistentes, Leitores e Investigadores;  
 Prezados Funcionários não docentes;  
 Estimados alunos;  
 Minhas Senhoras e meus Senhores:

Por força das circunstâncias quis o destino que me coubesse a mim o enorme privilégio e a suprema honra de vos dar as boas vindas e de vos saudar com toda a alegria, na sessão que marca solenemente o 25<sup>o</sup> aniversário da Universidade do Minho.

Gostaria de saudar de modo especial, V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior pelo seu interesse sempre demonstrado na defesa intransigente de um melhor Ensino Superior e pela sua participação nesta cerimónia, que simboliza, ao mesmo tempo, um dia de festa, um dia de evocação da história da Universidade e um dia de reflexão sobre o seu futuro.

No Professor João de Deus Pinheiro, S. Ex.<sup>a</sup> o Comissário Europeu, saúdo o amigo, o ex-Reitor, o companheiro de trabalho árduo e entusiástico nos primeiros dez anos da Universidade.

Cumprimento com muita amizade o Professor Pedro de Vasconcelos, Governador Civil do Distrito de Braga, manifestando-lhe o meu grande apreço e admiração pela

---

69 D. Eurico de Dias Nogueira.

70 Alfredo Jorge Silva. Discursou na cerimónia.

71 João de Deus Pinheiro.

72 Pedro Bacelar de Vasconcelos.

abertura e boa vontade sempre manifestadas durante o seu mandato, em relação à nossa academia.

Saúdo com muito regozijo o Professor Júlio Barreiros Martins, o professor decano da Universidade, que participou arduamente, com o seu saber e competência, no desenvolvimento da Universidade e no do Departamento de Engenharia Civil.

É com muito gosto que desejo salientar que a Universidade do Minho está profundamente grata pelo elevado interesse demonstrado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República<sup>73</sup>, o qual, não podendo estar hoje aqui presente, teve a amabilidade de enviar uma mensagem.

Infelizmente, não foi igualmente possível a prevista participação nesta cerimónia, por motivos inadiáveis de última hora, do Professor Veiga Simão, o homem que protagonizou a mudança no Ensino Superior, nos anos 70, através da criação das Universidades Novas, nas quais se incluía a Universidade do Minho.

Foi graças à sua visão estratégica de um novo sistema educativo, ao seu entusiasmo e coragem, e ainda à confiança que depositava nas forças reformadoras da Sociedade Portuguesa, que o panorama nacional do Ensino Superior foi, então, drasticamente alterado.

O Professor Veiga Simão, não se podendo deslocar hoje a Braga, teve a gentileza de enviar uma mensagem que muito me emocionou.

A Universidade do Minho e o seu Reitor estão justamente orgulhosos pela participação e adesão de todos vós, na data em que se completa um quarto de século, após o início formal das atividades da Universidade.

Com efeito, faz hoje precisamente 25 anos que o então Arcebispo Primaz de Braga, D. Francisco Maria da Silva, ao receber na Sé de Braga o Senhor Ministro da Educação e o saudoso Professor Carlos Lloyd Braga, o primeiro Reitor da Universidade, bem como toda a ilustre comitiva de autoridades, proclamou com júbilo e entusiasmo:

“O Minho está em festa, vamos cantar *Te Deum*”

E foi também nesse dia que o Professor José Veiga Simão conferiu a posse ao Presidente e aos vogais da Comissão Instaladora da Universidade do Minho.

Temos a grande felicidade de podermos contar, hoje aqui connosco, com algumas das ilustres personalidades então empossadas: o Professor Lúcio Craveiro da Silva, o Professor Joaquim José Barbosa Romero, o Professor Joaquim Pinto Machado e o Dr. Duarte Nuno Vale Vasconcelos.

---

73 Jorge Sampaio.

**Figura 42**

Cerimónia do Dia da Universidade no 25º aniversário, em 17 de fevereiro de 1999. Da esquerda para a direita: Pedro Bacelar de Vasconcelos (Governador Civil de Braga); Alfredo Jorge Silva (Secretário de Estado do Ensino Superior); Reitor, Licínio Chainho Pereira; João de Deus Pinheiro (Comissário Europeu) e Júlio Barreiros Martins (Professor Decano da Universidade do Minho).  
Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



Nascia então a almejada e promissora Universidade do Minho, que estes homens, e tantos e tantos outros que se lhe seguiram, homens e mulheres do seu claustro académico, do seu corpo de funcionários e dos seus estudantes, ajudaram a criar, a engrandecer, a prestigiar e a sublimar, com dedicação inexecidível.

A todos estamos profundamente agradecidos, e, mal nos ficaria, não enaltecer, nesta data especial, algumas das principais personalidades que entraram, por direito próprio, na galeria da memória histórica da Instituição, de que me permito destacar os Senhores Reitores que me antecederam.

Com que saudades recordamos o nosso primeiro Reitor, o Professor Carlos Lloyd Braga. À sua visão esclarecida, ao seu instinto de sobrevivência na complexidade e ao seu génio pragmático, tanto ficámos a dever, nas difíceis horas de decisão e de organização de um projeto de Universidade, que ainda hoje nos atrai pela sua coerência e inovação.

Importa aqui realçar, igualmente, o Professor Joaquim José Barbosa Romero, que em tempos difíceis de transição, soube gerir com argúcia uma Instituição, em plena germinação, assumindo por um longo período as funções de Reitor em exercício.

Uma saudação muito emocionada ao Professor Lúcio Craveiro da Silva, o primeiro Reitor eleito das Universidades Portuguesas, após a primeira República, que nos legou uma *praxis* humanista na gestão da Instituição, alicerçada pelo diálogo e pela sua indiscutível autoridade moral.



Uma homenagem muito especial é devida ao Professor João de Deus Pinheiro, que nos transmitiu muitas das ideias criativas sobre a estratégia da Universidade e sobre a sua organização estatutária, segundo um modelo de gestão funcional e inovador.

E, finalmente, avançando na trajetória do tempo, o nosso legítimo e enorme apreço ao Professor Sérgio Machado dos Santos, o Reitor que soube concretizar o projeto de uma Universidade virada para o futuro, com rigor na organização, com clareza nos objetivos, fatores que tanto contribuíram para uma definição estratégica da nossa missão, a nível regional, nacional e internacional.

E, porque a Universidade se ligou ao exterior, à sua região envolvente, desde a primeira hora; e porque, na sua cooperação com outras Universidades e com a Comunidade, ganhou uma força criadora adicional, através de uma interação com benefícios recíprocos; e porque a Instituição contou sempre com o enorme entusiasmo e prestígio do seu corpo docente, com a dedicação nunca regateada dos seus funcionários e com uma academia de estudantes esclarecida, responsável e participativa; por todas estas razões, e não apenas por elas, a Universidade do Minho sente-se honrada em agradecer com a medalha de prata dos 25 anos, ilustres personalidades e Instituições, que nos ajudaram a construir a trajetória, rica e ambiciosa, que tem orientado o nosso percurso e que inspira o nosso sonho de futuro.

É usual, na sessão do Dia da Universidade, o Reitor apresentar o seu Relatório, relativo ao ano anterior e adiantar algumas linhas de ação sobre o plano de atividades em curso. Prometo não vos maçãr com muitos números e estatísticas, tanto mais que o Relatório já foi publicado e distribuído.

Apenas, se mo permitem, gostaria de salientar alguns pontos fortes e também alguns constrangimentos experimentados pela Instituição.

Começarei pelos primeiros:

- 1) O número de diplomas emitidos em 1998, para os cursos de formação inicial e de mestrado, alcançou um acréscimo de 17% relativamente a 1997. Sublinhe-se que, dum total de 1.764 diplomas, 25 dizem respeito aos primeiros licenciados em Direito por uma Universidade Pública a norte de Coimbra; está, pois, de parabéns, o curso de Direito da Universidade do Minho;
- 2) Os efetivos de pessoal docente ascendem a 793 docentes de carreira e 247 convidados. O número de equiparados a bolseiro, a preparar doutoramento, ultrapassa 140; o número de docentes doutorados equivale a 55% do número de docentes de carreira, efetivamente em funções;
- 3) A Universidade conta atualmente com uma população discente de 15.305 estudantes, dos quais, 7% são estudantes de pós-graduação;
- 4) O quadro de pessoal docente da Universidade conta com 144 lugares de Professores Catedráticos e 288 lugares de Professores Associados;
- 5) O número de contratos de investigação ultrapassou a centena e meia, em 1998, dos quais 34 são realizados no âmbito da Comunidade Europeia; a mobilidade académica experimentou igualmente um considerável progresso;

- 6) Foram assinados 46 novos protocolos com entidades exteriores, elevando-se a 152 os contratos de apoio científico e técnico com empresas e outras Instituições;
- 7) Na sequência do Decreto-Lei n.º 81-A/96, do Decreto-Lei n.º 404-A/98 e do Despacho Ministerial n.º 22 339/98, aumentou a estabilidade dos funcionários não docentes, abrindo-se caminho para um reforço das suas legítimas aspirações de qualificação e promoção profissionais.

A Universidade enfrenta, contudo, alguns constrangimentos, o primeiro dos quais tem a ver com o carácter restritivo do seu Orçamento ordinário para 1999. Tal resulta do facto do Orçamento real ter ficado muito abaixo do Orçamento padrão.

Por outro lado, o aumento dos encargos resultantes da correção salarial dos docentes e da reestruturação das carreiras não docentes, sem qualquer contrapartida nas despesas de funcionamento, elevam, cada vez mais, a percentagem correspondente aos encargos de pessoal relativamente ao total. Em consequência, há cada vez menos margem para o apoio à investigação e à qualidade do ensino, a partir do Orçamento do Estado.

Acresce ainda que o Orçamento da Universidade do Minho tem vindo a suportar, sem qualquer compensação financeira, os encargos com as suas Unidades Anexas, algumas delas incorporadas na Universidade, pelo próprio Decreto-Lei n.º 402/73 de 11 de agosto, designadamente a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital.

Em matéria de receitas próprias tem sido dada prioridade a uma política de investimento, designadamente em edifícios destinados ao ensino e investigação, e ainda na aquisição de terrenos, de modo a estabilizar minimamente os limites do *Campus* de Gualtar e do *Campus* de Azurém.

No caso concreto de Gualtar há edifícios particulares a confinar com os limites do *Campus*, sendo patente uma enorme pressão imobiliária que nos pode vir a restringir e descaracterizar completamente o espaço universitário.

Nesta matéria contaremos sempre com a indispensável ajuda da autarquia, para que também aqui possamos dizer, sem ambiguidade: “É bom viver no *Campus* de Gualtar!”

Naturalmente, perguntar-se-á: “E quanto ao futuro?”

Escreveu o Professor Veiga Simão, no seu depoimento sobre os *20 anos da Universidade do Minho*:

“Uma grande tarefa já foi cumprida. Novos trabalhos se abrem no horizonte, na visão ilusória de que é possível aproximarmo-nos de Deus. Outros domínios do conhecimento serão cultivados. Os Cursos de Medicina, inicialmente programados, não podem esperar (...)”

E a sua previsão viria a confirmar-se com a Resolução do Conselho de Ministros, n.º 140/98, publicada a 4 de dezembro, que aprovou a nossa Licenciatura em Medicina,

proposta em julho de 1998, abrindo caminho ao ensino e investigação na área das Ciências e Tecnologias da Saúde.

A Universidade, que já vinha trabalhando no projeto, reforçou a sua ação neste campo, com a nomeação de uma Comissão Científica e de uma Comissão Instaladora do curso de Medicina, logo que foi conhecida a deliberação do Governo, Comissões que prosseguem com entusiasmo o seu trabalho.

Esperamos apresentar, dentro de pouco tempo, uma proposta de contratualização, que nos permita rapidamente iniciar a construção dos necessários edifícios e a aquisição de outros meios para o arranque do projeto.

Dadas as manifestas carências ao nível do pessoal médico na região e tendo em conta o carácter inovador do projeto, consideramos essencial o início do curso de Medicina, nunca depois de outubro de 2001, se se vier a verificar, ser de todo impossível, fazê-lo antes.

Este é certamente o projeto estruturante que faltava na região e que constitui o grande desafio dos próximos anos de toda a Universidade.

É óbvio que não nos podemos afastar um milímetro do que já está previsto no restante plano de desenvolvimento, recentemente apresentado à tutela, que tem a ver com a estabilização da Universidade nos outros domínios em curso, com a consolidação da qualidade dos projetos de ensino graduado e pós-graduado, com o reforço da investigação científica e com a internacionalização da Universidade.

A Instituição está atenta às tendências e mudanças operadas continuamente na Sociedade e para elas prepara as necessárias respostas procurando:

- O equilíbrio, na justa medida, entre a Cultura, a Ciência e as Tecnologias;
- O reforço e profissionalização da formação contínua e formação à distância;
- A mobilidade académica dos seus estudantes de graduação e de pós-graduação;
- A crescente integração em redes e consórcios internacionais dos nossos investigadores, que nos permitam acompanhar a competição estabelecida ao nível da investigação científica e transferência do conhecimento.

Conforme prometido, não pretendo alongar a minha exposição. Gostaria, sim, de reafirmar em nome do Reitor e de toda a sua equipa, a nossa profunda gratidão pela vossa presença, pelo vosso apoio e pela vossa compreensão, que constituem, para nós, poderosas alavancas de suporte à nossa missão e ao nosso trabalho.

Licínio Chainho Pereira

Reitor da Universidade do Minho

Braga, 17/02/99.



**32. 2000.****Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira.**

*Dia da Universidade, no 26º aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>74</sup>.

Senhor Ministro da Educação<sup>75</sup>, representante de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro;

Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>76</sup>;

Senhor Arcebispo Primaz, Excelência Reverendíssima<sup>77</sup>;

Senhor Governador Civil de Braga<sup>78</sup>;

Senhor Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;

Senhores Reitores e vice-reitores das Universidade Portuguesas e das Universidades da Galiza;

Senhor Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos;

Senhores Deputados;

Senhor Professor Decano da Universidade do Minho;

Senhor Encarregado de Missão para a Saúde;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas, Militares e Religiosas;

Ilustres Professores, Assistentes, Leitores e Investigadores;

Senhores Administradores da Universidade do Minho e dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho;

Prezados Funcionários;

Estimados Estudantes;

Senhoras e Senhores:

A Universidade do Minho está em festa! Duplamente em festa!

Nesta sessão solene comemoramos o 26º aniversário da Universidade, usando como instante inicial de referência a data de posse da Comissão Instaladora, em 17 de

74 No discurso deste ano, é salientada a concretização das condições que permitiram materializar a Escola de Ciências de Saúde. Saliente-se que desde o início, a formação em Medicina esteve nos objetivos da UMinho. A Comissão Instaladora integrou, desde o início, o Professor Pinto Machado, responsável pelo grupo de trabalho para estudar as condições para o arranque desse curso, resultado vertido num documento, datado de novembro de 1974, intitulado *Cursos e Departamentos no domínio da Medicina. Programação*. O projeto acabou por ser suspenso por decisão do Ministério da Educação, quando é decidido criar no Porto uma segunda escola médica. Sobre o assunto veja-se: Ferreira e Ribeiro, «Expansão ...», 163. <http://hdl.handle.net/1822/33857>

75 Guilherme de Oliveira Martins, Ministro da Educação no XIV Governo Constitucional (25-10-1999 a 04-04-2002). Durante o mandato deste Governo passará a exercer o cargo de Ministro da Presidência em 14-09-2000, sendo substituído na pasta da Educação por Augusto Santos Silva, que toma posse a 15-09-2000.

76 José Joaquim Dinis Reis.

77 D. Jorge Ortiga (Jorge Ferreira da Costa Ortiga).

78 Fernando Ribeiro Moniz é Governador Civil de Braga entre 1999 e 2001.

Fevereiro de 1974. Em nome da Universidade cabe-me a suprema honra de vos dar as boas vindas e de vos saudar com toda a alegria e amizade.

Como primeiro ato desta solene sessão acabámos de proceder à assinatura do ‘contrato de desenvolvimento’ com o Governo, o qual permitirá à Universidade arrancar irreversivelmente para a formação graduada, pós-graduada e investigação em Ciências da Saúde.

Testemunhámos com viva emoção o momento histórico da concretização das necessárias condições operacionais para a materialização da Escola de Ciências da Saúde, condições que permitem pôr em prática um projeto, de que se destaca o curso de Medicina, a realizar em moldes inovadores, pautado por exigências de elevada qualidade pedagógica, científica e assistencial.

Eis a razão plena porque afirmei, de início, que a Universidade do Minho está hoje duplamente em festa.

Trata-se, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, Senhor Ministro da Educação, de um projeto avançado e ambicioso, que constituiu uma das primeiras propostas da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, apresentada, pela primeira vez à tutela, há mais de 25 anos. Proposta que envolveu a sabedoria, o trabalho incansável e a extrema dedicação de um grupo de especialistas, que ousaram acreditar e sonhar, durante tanto tempo<sup>79</sup>.

Por fim, todas as dúvidas foram vencidas!

Em circunstâncias tais que não seria abusivo citar Pessoa:

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”

Seria tarefa difícil individualizar, neste momento, todos os protagonistas deste projeto, ao nível da sua formulação e na sua trajetória temporal. Mas seria profundamente injusto não recordar, aqui e agora, o Professor Carlos Lloyd Braga, o nosso primeiro Reitor, bem como o autor da proposta (na sua essência e conceção abrangente e criativa), o Professor Joaquim Pinto Machado, e, mais recentemente, a persistência e o pragmatismo do Professor Sérgio Machado dos Santos.

A Universidade do Minho agradece ao Governo a confiança em nós depositada, à qual, iremos corresponder, com espírito de missão e de responsabilidade no cumprimento do contrato. Estamos extremamente gratos a V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Ministro da Educação, por ter criado as condições políticas para que este ato, hoje e aqui, tivesse lugar e pela honra que nos deu em assinar presencialmente o ‘contrato de desenvolvimento’, com manifesto sacrifício pessoal.

Seja-me permitido, em meu nome e em nome da minha equipa, solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que transmita ao Senhor Primeiro Ministro, Eng.<sup>o</sup> António Guterres, o nosso profundo reconhecimento por esta decisão política, de inegável alcance estratégico.

---

79 Conferir nota 74.



**Figura 43**

Cerimónia do Dia da Universidade, no 26º aniversário, em 17 de fevereiro de 2000. Perspetiva da assistência. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

A criação da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho representará uma preciosa mais-valia na qualidade e na esperança de vida de toda uma jovem e dinâmica região, ávida de desenvolvimento, de conhecimento e de cultura.

Aguardamos, naturalmente, com redobrada expectativa, que a construção do novo Hospital, nuclear em todo o processo, se desenvolva com a urgência e a qualidade que este projeto justifica.

Senhor Ministro da Educação:

É tradição, na sessão solene do dia da Universidade, o Reitor apresentar o seu Relatório de Atividades do ano anterior e adiantar as linhas de força relativas ao desenvolvimento do plano de atividades em curso.

Prometo não vos maçar com estatísticas, números ou outros pontos obrigatórios do Relatório, pois o mesmo já foi publicado e distribuído.

Apenas gostaria de referir alguns factos de especial relevo e alguns constrangimentos que afetam e poderão afetar gravemente o normal funcionamento da Instituição.

Começarei, naturalmente, por assinalar alguns pontos fortes da dinâmica da Instituição:

- 1) A Universidade assumiu condições mais exigentes no acesso aos seus cursos de licenciatura, esperando-se que tal medida, se traduza a curto prazo, num melhor desempenho científico e pedagógico e num sinal claro de melhoria das metas de qualidade alcançadas;
- 2) A par da Escola de Ciências da Saúde, a Assembleia da Universidade aprovou a criação da Escola de Direito e do Departamento Autónomo de Arquitetura, aguardando-se a respetiva homologação estatutária;
- 3) A Universidade abrandou o ritmo do seu crescimento, dando prioridade à consolidação e a uma estabilização tendencial, numa ótica da excelência dos projetos em que se envolve e na manutenção do rigor da sua gestão administrativa e financeira;
- 4) A Fundação Carlos Lloyd Braga deu início ao seu plano de atividades, estando os seus órgãos formalmente constituídos; por sua vez, o Gabinete de Formação Contínua foi aprovado nos órgãos próprios e já tem em fase de arranque alguns projetos de reforço da sua estrutura, na procura do encontro da Universidade com novos públicos; conta já com parcerias estabelecidas com vista a ações concertadas de Formação ao longo da vida e Formação à distância;
- 5) A Universidade terminou a construção e equipamento do novo Restaurante de Gualtar e continuou o apetrechamento das novas infraestruturas desportivas. Tal representou uma considerável mais-valia da vida no *Campus*, com benefício para todos os estudantes, docentes e funcionários. Cerca de 300.000 contos das propinas de formação inicial foram investidos no Restaurante; o Pavilhão Desportivo do *Campus* de Azurém aguarda, para o início da sua construção, do visto do Tribunal de Contas;
- 6) A Universidade implementou medidas de proteção do ambiente paisagístico do *Campus* de Azurém, onde adquiriu, com receitas próprias, adequadas áreas de proteção; o mesmo foi feito em relação à área norte do *Campus* de Gualtar; aguardamos que a área sul do mesmo venha a ser dotada de um espaço de descompressão urbanística, de lazer e de cultura, no interesse da Universidade e dos cidadãos, em geral;
- 7) Foi ainda com receitas próprias que a Universidade construiu o Complexo Pedagógico III, em Gualtar e que contribuiu, em larga medida, para a obra de expansão da Biblioteca Pública de Braga, através do *projeto Bibliopolis*; nestas obras e na aquisição de terrenos de proteção dos *campi* de Azurém e de Gualtar, a Universidade investiu, através de receitas próprias, cerca de um milhão de contos, receitas sabiamente arrecadadas durante alguns anos; a conclusão do Complexo Pedagógico III não poderia ter vindo em melhor altura, dada a grave carência de espaços letivos em Gualtar e tendo em conta a necessidade de espaços provisórios imediatos para a Escola de Ciências da Saúde;
- 8) No que diz respeito ao *Campus* de Azurém, com a adjudicação da 2ª fase da Escola de Engenharia e da nova Escola de Ciências, espera-se, a curto prazo, a normalização na utilização dos espaços letivos, presentemente a passar por uma fase de pesada sobreocupação.

Relativamente ao pessoal e aos estudantes refira-se o seguinte:

- 9) A Universidade conta presentemente com cerca de 16.000 estudantes, dos quais 7.4% são estudantes de pós-graduação e 55.5% são estudantes do sexo feminino; o número total de diplomados, em 1999, ascendeu a 1.857;
- 10) O número de docentes aumentou ligeiramente (elevando-se a 1.030 ETIs); destes, 833 são docentes de carreira, onde se incluem 170 equiparados a bolseiro, para efeitos de doutoramento; o número de docentes doutorados, em serviço, representa 57% do número de docentes de carreira, efetivamente em funções;
- 11) Relativamente ao pessoal não docente refira-se que 578 estão em serviço efetivo, dos quais 569 têm vínculo estável à Universidade; acresce que se abriram, em 1999, 36 concursos de acesso, envolvendo 147 vagas e 50 concursos de ingresso, para 57 vagas, o que nos coloca, mesmo assim, ainda abaixo do *plafond* padrão, por razões orçamentais; espera-se que com estes concursos e com a eventual reclassificação profissional, a Universidade possa dar satisfação à maioria das legítimas aspirações do seu quadro de pessoal não docente, cujo desempenho e motivação muito tem beneficiado os projetos prosseguidos;
- 12) Quanto às funções de investigação e de internacionalização é de assinalar o envolvimento da Universidade em 179 contratos de investigação, onze das quais em consórcio com empresas. Em matéria de contratos de prestação de serviços especializados com empresas e outras Instituições, estiveram em curso 196 contratos, o que dá uma boa medida da cultura de cooperação da Universidade com o meio exterior; a nível de internacionalização a Universidade mobilizou o intercâmbio de mais de 200 estudantes (nos programas Sócrates/Erasmus, Leonardo e acordos UE/USA/Canadá); colaborou ainda num Mestrado europeu, leciona um mestrado de Relações Internacionais numa Universidade brasileira e inicia, dentro de dias, em Maputo – Moçambique, um mestrado em Sistemas de Informação.

Os constrangimentos mais preocupantes que a Instituição atravessa, situam-se essencialmente a dois níveis:

- a) O atraso que se tem verificado na assinatura dos contratos de desenvolvimento, propostos atempadamente, tem atrasado obras estruturantes fundamentais (Instituto de Educação e Psicologia, Direito e Arquitetura, para citar apenas algumas), o que tem exigido sacrifícios e compromissos difíceis para colmatar a falta de adequação dos espaços às exigências de qualidade pretendidas para o ensino graduado e pós-graduado; por outro lado, a recente pretensão veiculada pela Direção Geral do Património, de desocupação do edifício do Castelo, que nos foi cedido em 1982 para atividades científico-pedagógicas, agrava consideravelmente o problema dos espaços letivos, pois, põe em risco a execução de diversas atividades, que funcionam naquele edifício, designadamente:



- O funcionamento dos cursos de complemento de formação científica e pedagógica de professores e os cursos de qualificação para o exercício de outras funções educativas;
- Parte das atividades de ensino graduado e pós-graduado do Instituto de Estudos da Criança, com manifesta falta de espaços no mesmo Instituto;
- Projetos de investigação, a cargo do Centro de Estudos da Criança;
- O Gabinete de Formação Contínua da Universidade do Minho, polo de Braga, em fase de instalação;
- O funcionamento do 4º ano das licenciaturas da Escola Superior de Enfermagem, Escola que já solicitou superiormente a sua integração na Universidade; em consequência, resolvemos desde já, apoiar esta Escola, na medida do possível, em termos de espaços e equipamentos.

A situação é tanto mais preocupante quanto é certo que as futuras instalações do Instituto de Educação e Psicologia, em Gualtar, onde se integrará futuramente o Instituto de Estudos da Criança, não estarão funcionais, a curto prazo, nos próximos anos.

- b) O subfinanciamento da investigação, ao nível dos equipamentos de médio e grande porte, tem tornado o nosso sistema mais vulnerável e menos competitivo, pese embora o grande empenhamento e rigor dos nossos investigadores; nesta matéria há que esperar uma dotação financeira que permita atualizar os equipamentos adquiridos, há cerca de 10 anos, pelo programa Ciência, na sua maioria, agora, obsoletos; é ainda imprescindível conseguir mais recursos humanos dedicados à investigação a tempo inteiro, a crescer ao *plafond* de docentes justificado pelas rácios e pelo número de estudantes.

Senhor Ministro da Educação:

Conforme prometido não pretendo alongar desnecessariamente a minha exposição. Quero apenas reiterar, a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, o nosso enorme apreço e gratidão pela vossa participação, pelo vosso apoio e compreensão, os quais constituem uma forte motivação para o trabalho aqui desenvolvido e um poderoso estímulo para toda a comunidade universitária.

Licínio Chainho Pereira

Reitor da Universidade do Minho

17/02/2000



### 33. 2001.

#### Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira.

*Dia da Universidade, no 27º aniversário, em 16 de fevereiro.*

Em nome da Universidade cabe-me a suprema honra de vos dar as boas vindas e de vos saudar com toda a satisfação e amizade, no momento em que comemoramos solenemente o 27º aniversário da tomada de posse da primeira Comissão Instaladora.

Permitam-me que saúde, de modo muito especial, o Senhor Ministro da Educação<sup>80</sup> que nos deu o privilégio da sua participação neste dia de festa da nossa Universidade. A sua presença muito nos honra e representa, no nosso entendimento, um gesto simbólico de incentivo e de confiança institucional.

Saúdo ainda de modo particular os funcionários que aqui vão ser homenageados, bem como os alunos e docentes que vão receber, nesta cerimónia, os diplomas e os prémios com que irão ser distinguidos.

Constitui uma obrigação do Reitor, na sessão solene do dia da Universidade, apresentar o seu Relatório de atividades, relativo ao ano precedente e projetar algumas linhas de força relativas ao desenvolvimento da Instituição.

Dado que o Relatório já se encontra publicado e distribuído, não me alongarei muito no seu conteúdo, salientando apenas pontos focalizadores de algumas das nossas esperanças e inquietações.

De entre os aspetos positivos permitam-me que assinale os seguintes:

- A Universidade estabeleceu critérios de acesso aos seus cursos com exigências crescentes, tendo-se verificado uma melhoria geral nas notas de ingresso, sem quebra global da procura; com esta política, esperamos, a curto prazo, um melhor desempenho científico e pedagógico dos nossos docentes e discentes, traduzido por patamares de qualidade cada vez mais competitivos;
- Aliás, e ainda relativamente ao nosso projeto de Promoção da Qualidade, a Universidade apresentou à tutela um ambicioso programa de promoção do sucesso pedagógico que esperamos venha a ser aceite na sua plenitude; notemos, ainda nesta matéria, que a Universidade foi pioneira na atribuição de prémios de ingresso a alguns dos seus melhores alunos que foram admitidos nos cursos da UM, em 1ª opção e na 1ª fase, esperando com esta medida interessar e fixar os melhores estudantes nos cursos da sua eleição;
- A Universidade abrandou o ritmo do seu crescimento nos últimos anos, priorizando a consolidação e uma estabilização tendencial, numa ótica da excelência dos seus projetos, a par da manutenção do rigor e modernização em todas as suas funções, designadamente ao nível da gestão administrativa e financeira; porém, há ainda claramente um espaço de crescimento, numa região que é

80 Augusto Santos Silva.

das mais jovens da Europa comunitária e de elevada densidade demográfica; a par da Licenciatura em Medicina, ela própria geradora de expectativas em cursos de licenciatura nas áreas científicas e tecnológicas das Ciências da Saúde, a Universidade procurará reestruturar os seus cursos, tendo por base as recomendações das avaliações externas e as mudanças sustentadas na sociedade do conhecimento;

- O ano de 2000 ficou ainda marcado pelo enorme esforço na implementação da Escola de Ciências da Saúde e arranque da nova Licenciatura em Medicina, prevista para o próximo ano letivo; o projeto de arquitetura da nova Escola foi adjudicado em julho de 2000, respeitando a calendarização assumida no contrato de desenvolvimento assinado entre o Governo e a Universidade, há precisamente um ano; a Escola estará em condições de receber os primeiros alunos em outubro deste ano; uma das condições fundamentais para garantir o êxito deste projeto – complexo, mas aliciante – é o de garantir, até ao fim do ano de 2005 a entrada em funcionamento do novo Hospital de Braga; tal garantia foi-nos recentemente reafirmada pelos mais altos responsáveis do Executivo, nesta matéria;
- O ano de 2000 foi um período rico, no qual a Instituição refletiu criticamente sobre o seu futuro, alicerçada nos seus 26 anos e no simbolismo da mudança radical dos dígitos do calendário; reflexão que se fez, não apenas a nível institucional mas igualmente em sede das Escolas mais antigas, de que se salienta todo o programa de comemorações dos 25 anos da Escola de Engenharia e a reflexão levada a cabo pela Escola de Ciências e pelo Instituto de Educação e Psicologia;
- Foi ainda o ano em que a Universidade viu ultrapassada a barreira dos 60% de doutores, de entre os docentes de carreira efetivamente em funções;
- Em matéria de novos espaços, a Universidade passou a contar com o CP3 em Gualtar, inaugurado em maio por S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República. Relativamente a Azurém, anunciei há um ano a adjudicação da 2ª fase da Escola de Engenharia e do novo edifício das Ciências; pois bem, estas instalações já estão em fase de acabamento, faltando apenas algum esforço adicional de apetrechamento e da conclusão dos arranjos exteriores;
- Na vertente cultural, constituiu um projeto saliente o das comemorações do Bimilenário de Braga, no qual a Universidade colaborou ativamente através do seu Conselho Cultural e igualmente no contexto da Fundação Cultural *Bracara Augusta*, que integra como membro fundador;
- Nas funções de pós-graduação e internacionalização o destaque vai para uma consolidação qualitativa dos projetos, com enfoque na lecionação de oito mestrados deslocalizados, no Porto, Bragança, Vila da Feira e Marinha Grande, Lisboa, Brasil e Moçambique – Maputo, dois deles realizados em cooperação com a Indústria;
- Em matéria de investigação científica e de cooperação Universidade-Empresa, a Universidade do Minho esteve envolvida em 240 contratos (nacionais e comunitários) que movimentaram cerca de 1.600.000 contos.

Se bem que a apreciação até este ponto pareça otimista, não podemos deixar de assinalar constrangimentos preocupantes enfrentados pela Universidade, que eu colocaria, sucintamente, em três níveis distintos, embora relacionados:

- a) O primeiro diz respeito ao recuo orçamental com que a Instituição foi confrontada; o desvio relativo ao orçamento padrão, aliado ao facto de não nos ter sido transferido o montante equivalente à revisão anual das remunerações dos funcionários, e a incerteza no jogo das descativações, criaram sérios problemas de gestão que se traduziram na perda de investimento das Escolas (e outras Unidades Orgânicas), tendo, por exemplo, a verba de bibliografia de ensino e investigação, descido ao nível de 1996, altura em que os alunos representavam 85% do número do ano transato;
- b) O segundo constrangimento continua a ser o deslizamento temporal na autorização dos contratos relativos a empreitadas de execução das infraestruturas, verificando-se atualmente atrasos consideráveis no arranque das obras de diversas Escolas, designadamente no Instituto de Educação e Psicologia (que continua a coabitar com a Biblioteca), na Escola de Direito (que coabita com a Economia e Gestão) e ainda nas Ciências Sociais e Arquitetura; esta situação necessita de ser desbloqueada sem demoras pois a falta de adequação dos espaços daquelas Escolas tem exigido sacrifícios enormes relativamente às suas expectativas, não favorecendo a dinâmica de Qualidade que se criou (felizmente) na Instituição; curiosamente, foi o problema dos espaços, a maior crítica de um grande número das Comissões Externas da Avaliação conduzida no 1º ciclo, pela Fundação das Universidades Portuguesas;
- c) Um terceiro ponto fraco que teremos ainda de assinalar refere-se ao subfinanciamento da investigação científica; conforme já alertei há um ano, neste setor, é fundamental dotar a Universidade com meios suficientes para modernizar os equipamentos de I&D (a maioria deles adquiridos há cerca de 10 anos pelo programa Ciência); ainda nesta vertente, é imprescindível assegurar mais recursos humanos dedicados à investigação, a acrescer ao *plafond* de docentes justificado pelas rácios e pelo número de estudantes.

Não é possível, só pela via dos projetos, obter os vultuosos meios de modernização dos equipamentos. Como não é possível planear e gerir instalações sem um orçamento de manutenção ou gerir um parque de equipamentos sem garantia de uma reposição das respetivas amortizações.

É neste quadro de desafios e de obstáculos que uma Universidade nova, como a Universidade do Minho, deve repensar o seu futuro de desenvolvimento estratégico, reorganizando as suas funções para uma melhor resposta aos desafios e aos riscos da mudança, sem abdicar dos seus valores e princípios.

Deve repensar o seu desenvolvimento em novas áreas e no aprofundamento de projetos onde já se tornou prestigiada e competitiva, designadamente:

- i) Na concretização do seu estatuto de universidade orientada para o ensino e investigação científica, assegurando parcerias internacionais em redes de excelência temática, procurando sinergias e conquistando espaços de coordenação e de liderança de projetos, com uma significativa componente de mobilidade transnacional de investigadores e de estudantes;
- ii) Em matéria de qualidade do ensino, a Universidade terá que reduzir cada vez mais o insucesso escolar, designadamente por medidas concretas, algumas já em curso, particularmente pela utilização de métodos eletrónicos de autoaprendizagem, pelo aprofundamento das competências e práticas pedagógicas e por uma correta adequação das metodologias de ensino e de aprendizagem, no interesse do futuro dos nossos alunos; para além deste objetivo, não pode a Universidade deixar de acompanhar a política europeia de graus e diplomas, com realce para a eventual harmonização da arquitetura dos sistemas de qualificação; estão em jogo matérias tais como duração dos cursos, tipologia da pós-graduação, reconhecimento académico de graus e internacionalização crescente dos cursos de graduação e de pós-graduação; há ainda que garantir a qualidade, criando maior transparência em todo o sistema europeu, acompanhando iniciativas para a acreditação e protegendo os estudantes de diplomas de menor mérito, diplomas estes, catapultados pela lógica da economia global;
- iii) Como resposta ao desafio da Formação Contínua terá a Universidade de absorver as consequências organizacionais e culturais da extensão das funções da Instituição em matéria de ensino dirigido a novos públicos, bem como organizar e desenvolver competências inovadoras e os conteúdos adequados à formação contínua e ao ensino a distância;
- iv) Na sua interação com a Sociedade não pode a Universidade deixar de assumir o seu papel de intervenção, nas matérias mais diversas como, por exemplo, a saúde, o ambiente e o património; não pode, enfim, a Universidade deixar de cooperar com as empresas, em parcerias ou através de projetos contratualizados, ao nível da transferência de tecnologias, formação especializada e inovação empresarial; tem sido esse o caminho seguido pela UM, com resultados reconhecidos; será este o caminho a prosseguir no respeito integral pela nossa missão.

Senhor Ministro da Educação:

Vou terminar de modo a que a minha exposição não se aproxime perigosamente dos níveis de saturação para os ouvintes. Quero apenas reiterar ao Senhor Ministro, em meu nome pessoal, em nome de toda a minha equipa e em nome de toda a Universidade, o nosso enorme apreço pela sua presença e pela sua reconhecida autoridade no tratamento dos problemas da educação. E, gostaria de reafirmar, a nossa grande expectativa para que o futuro desta Universidade possa continuar a ser encarado com entusiasmo e criatividade, elementos imprescindíveis para vencer os enormes desafios que nos serão certamente colocados pelo ritmo vertiginoso das mudanças.

A propósito do ritmo das mudanças é costume hoje dizer-se que começa a ser muito difícil planear com rigor pois o “futuro já não é o que era”.

Na nossa Universidade há ainda, felizmente, muita gente disposta a ousar assumir uma posição mais próxima do aforismo de *Silicon Valley*:

“Nós não prevemos o futuro. Nós ajudamos a inventá-lo!”

Licínio Chainho Pereira

Reitor da Universidade do Minho

16/02/2001



### 34. 2002.

#### Discurso do Reitor, Licínio Chainho Pereira.

*Dia da Universidade, no 28<sup>o</sup> aniversário, em 18 de fevereiro<sup>81</sup>.*

Senhor Arcebispo Primaz, Excelência Reverendíssima<sup>82</sup>;

Senhor Ministro da Educação<sup>83</sup>;

Senhor Ministro da Economia<sup>84</sup>;

Senhor Reitor da Universidade de Coimbra, também em representação do Conselho de Reitores<sup>85</sup>;

Senhores Reitores, vice-reitores e pró-reitores das Universidades Portuguesas e da Galiza;

Senhor Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;

Senhora Cônsul da Alemanha no Porto, em representação do Embaixador da Alemanha em Portugal;

Senhor Governador Civil de Braga<sup>86</sup>;

Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Braga e de Guimarães<sup>87</sup>;

Senhores Membros do Senado;

Senhores Deputados pelo círculo de Braga à Assembleia da República;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Digníssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;

Ilustres Padrinhos e Novos Doutores;

Caros Professores, Assistentes, Leitores e Investigadores;

Prezados Funcionários;

Estimados Estudantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Em nome da Universidade, cabe-me o excepcional privilégio de vos dar as boas vindas e de vos saudar com todo o júbilo e amizade, no solene momento em que comemoramos o 28<sup>o</sup> Aniversário da Universidade.

Seja-me permitido, em primeiro lugar, manifestar o meu regozijo pela presença de V. Ex.<sup>a</sup> nesta cerimónia, Senhor Ministro da Educação, e, ao mesmo tempo, salientar o meu enorme apreço, pelo modo como tem assumido, num curto período temporal, uma política responsável para a Educação e, em particular, para o Ensino Superior,

81 Ainda que não referenciado diretamente neste discurso do Reitor, no ano de 2002 são atribuídos mais três doutoramentos *Honoris Causa* pela Universidade do Minho. As personalidades distinguidas são Joaquim Pinto Machado, Francisco Carvalho Guerra e José Luís Encarnação.

82 D. Jorge Ortiga.

83 Ainda durante a vigência do XIV Governo Constitucional as remodelações conduzem de um novo Ministro da Educação – Júlio Pedrosa (Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus), que toma posse em 4 de julho de 2001.

84 Luís Braga da Cruz.

85 Fernando Manuel da Silva Rebelo.

86 José Marcelino da Costa Pires.

87 Francisco Mesquita Machado e António Magalhães, respetivamente.

em consonância nas suas linhas gerais, com as orientações estratégicas, defendidas no CRUP, que tão bem conhece.

Senhor Ministro da Economia:

Constitui para todos nós uma honra muito especial contar com V. Ex.<sup>a</sup> nesta cerimônia, tanto mais que o consideramos como um dos nossos, dada a sua forte e duradoura ligação a esta Universidade, enquanto membro do Senado.

Este dia é por tradição um momento de festa, de reflexão e de exposição pública da Instituição. Mas é também, e este ano especialmente, um momento de homenagem:

- i) De homenagem aos funcionários e aos estudantes aqui distinguidos pela sua dedicação e desempenho;
- ii) De homenagem a personalidades de mérito eminente nos domínios da Cultura, da Ciência e da Tecnologia, e que tivemos o privilégio de testemunhar.

Mas é também, conforme a tradição, um momento de reflexão e de balanço.

Com efeito, constitui obrigação do Reitor, nesta sessão solene do dia da Universidade, apresentar o seu Relatório de Atividades relativo ao ano anterior.

Dado que o Relatório de Atividades de 2001 já se encontra publicado e distribuído, e tendo em consideração que esta é a última sessão do dia da Universidade no presente mandato reitoral, focaremos apenas alguns aspetos essenciais do nosso desempenho, dos desafios e inquietações emergentes, enfim, das luzes e sombras projetadas na alma da nossa academia!

No nosso primeiro relatório, de 17 de fevereiro de 1999, escrevemos então:

“Torna-se, no entanto, óbvio, que a Universidade, ao completar os seus 25 anos, entrou definitivamente num novo ciclo de desenvolvimento, em que se exige uma cultura de Qualidade dos seus projetos de ensino, de investigação e de internacionalização, e um enorme rigor e profissionalismo aos vários níveis da sua gestão”.

Esta leitura da situação inspirou em muitos aspetos a nossa filosofia de desenvolvimento estratégico dos últimos anos.

Uma primeira abordagem relativa a 2001, mostra-nos alguns progressos significativos ao nível das várias funções da Universidade, em especial no campo do ensino/aprendizagem, no da investigação científica e ainda nas áreas da promoção e divulgação cultural e da cooperação Universidade/Sociedade.

Destes, permitir-me-ia salientar os seguintes:

- a) Conforme programado detalhadamente durante mais de um ano, em outubro de 2001, foi simbolicamente ministrada a primeira aula do curso de Licenciatura em Medicina, numa sessão inaugural que contou com a partici-



pação do Senhor Primeiro Ministro e dos Ministros da Educação, da Saúde e da Ciência e da Tecnologia; no mesmo dia foram inauguradas as instalações provisórias para o funcionamento do curso, totalmente equipadas segundo os objetivos do projeto de ensino a prosseguir; este foi um momento alto da Instituição que marcou o triunfo do rigor do planeamento, do risco pela inovação e da liderança de um projeto;

- b) O Gabinete de Formação Contínua, aprovado no Senado por proposta do Reitor, em 1999, consolidou em 2001, um ambicioso programa de formação ao longo da vida que envolveu cerca de 70 ações de formação acreditadas, num universo de 860 formandos e num total de 5.300 horas de formação presencial;
- c) Foi aprovado e posto em funcionamento o Regulamento de Propriedade Intelectual e criada uma estrutura profissionalizada de apoio a registo de patentes (a *PatentInova*) tendo-se registado, já em 2001, vinte e oito pedidos de patentes (nacionais, europeias e internacionais);
- d) Foi publicado o Despacho Conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Educação, que determina a transferência para o património da Universidade, dos imóveis do domínio privado do Estado, cedidos para utilização da Universidade; ficou assim claramente definido e consolidado o património da Universidade; as fronteiras do *Campus* de Azurém aproximam-se da sua configuração final, aguardando-se ainda a transferência para a Universidade do Minho, de uma pequena parcela ocupada pela Escola da Veiga, conforme protocolado entre o Reitor e o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; no que se refere ao *Campus* de Gualtar, resta ainda passar para a propriedade da Universidade uma área de 4.200m<sup>2</sup>, na sequência do acordo sobre a urbanização da Quinta dos Peões, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga e pelo Reitor da Universidade do Minho, em julho de 2000;
- e) O Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem, criado em 1999, por despacho reitoral, concretizou várias iniciativas de promoção da Qualidade, com destaque especial para as iniciativas “Pedagogia em *Campus*” e para a promoção de programas de reforço do sucesso educativo em disciplinas de aproveitamento crítico de alguns cursos previamente selecionados;
- f) Na vertente cultural constituíram medidas estruturantes a criação de duas novas Unidades Culturais, designadamente:
  - A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património, sediada em Guimarães, simbolicamente no ano em que o Centro Histórico da cidade foi distinguido pela UNESCO como Património da Humanidade;
  - A Casa Museu de Monção, como resultado de valioso legado a favor da Universidade, Unidade esta em fase de instalação em Monção.
- g) Foi aprovado nos órgãos próprios e está já em vigor o regulamento dos cursos de doutoramento, instrumento que vai permitir um reforço substancial em matéria de inovação da pós-graduação; salienta-se ainda, no que se refere à investigação e cooperação com empresas, a execução, durante 2001, de centenas de projetos que movimentaram cerca de um milhão e setecentos mil contos;

- h) A Universidade do Minho foi a única Universidade Portuguesa a manter, durante os últimos 10 anos, um curso de pós-graduação em interpretação de conferência, o que lhe valeu integrar o núcleo duro do consórcio de criação do Mestrado Europeu em Interpretação de Conferência, após convénio assinado em 2001, no Parlamento Europeu.

Após esta abordagem radiográfica de alguns fatores marcantes, pela positiva, referentes ao ano de 2001, interessará referir com maior detalhe o ponto da situação em *dossiers* concretos, ao nível das várias funções da Universidade, fazendo-se, sempre que apropriado, uma leitura evolutiva dos mesmos, nos últimos anos.

Referir-me-ei, em primeiro lugar, à situação dos nossos cursos de Licenciatura. Os cursos são criados com base nas expectativas da Sociedade e tendo como condição necessária a existência de recursos e a garantia da qualidade científico-pedagógica dos respetivos projetos. É assim, natural, o estabelecimento de uma dinâmica de reestruturação de cursos, de criação de novos cursos e de extinção daqueles onde se deteta uma menor procura pelo mercado de emprego ou pelos candidatos no acesso.

Foi assim que a Universidade, entre 1998 e o presente, criou os seguintes cursos de Licenciatura: Geologia – ramo Recursos e Planeamento, Ensino Básico (1º Ciclo), Ensino Básico (Educadores de Infância); História – ramo científico, ramo ensino e variante Arqueologia; Física; Línguas Estrangeiras Aplicadas; Ótica e Ciências da Visão; Negócios Internacionais; Medicina e Engenharia Biomédica. Aguarda registo o novo curso de Engenharia de Comunicações, aprovado recentemente em Senado. No mesmo período foram extintos (respeitando-se um adequado plano de transição) os cursos de bacharelato (1º Ciclo e Educadores de Infância), Sociologia das Organizações, Física Aplicada, Física Tecnológica e Ensino de História e Ciências Sociais.

Em paralelo, e em consequência, no mesmo período, foram reestruturadas oito licenciaturas.

Significará isto que estamos satisfeitos com a nossa contribuição em matéria de ensino? De modo algum! Estamos conscientes que se trata de um processo dinâmico, que terá de ter em conta a procura, possuir a ambição da Qualidade e a utopia da Excelência.

Mas estamos também firmemente decididos a dar passos concretos, já iniciados, na adaptação dos nossos projetos de ensino, nos termos previstos na Declaração de Bolonha. Essa vai ser, no futuro imediato, verdadeiramente, a reestruturação fundamental a concretizar.

Constata-se ainda, que entre 1998 e 2001, a população discente passou de 15.300 para 16.700 estudantes, onde se incluem cerca de 7% de alunos de pós-graduação, não estando contabilizados os estudantes de formação ao longo da vida, de formação contínua de professores ou de profissionalização em serviço.

Assistiu-se também a uma crescente qualificação do corpo docente (que passou de 55% para 66% de doutores), contando-se o universo de docentes de carreira efetivamente em funções, isto é, não entrando em consideração com os perto de 200 docentes equiparados a bolseiro, a preparar, anualmente, o respetivo doutoramento.

No mesmo período o rácio discente/docente em efetivo serviço, passou de 17.2 para 18.1, refletindo um esforço acrescido por parte dos docentes, essencialmente devido a restrições orçamentais.

Por sua vez, nos três últimos anos, o número de diplomados cresceu 21%, o que constitui um bom indicador relativamente ao sucesso escolar.

O crescimento moderado no número de alunos reflete a situação projetada nos planos estratégicos de desenvolvimento propostos ao Ministério da Educação, para os períodos 1999-2003 e 2002-2006.

De acordo com o programa educativo constante do último plano de desenvolvimento apresentado, falta ainda criar uma licenciatura no domínio das Artes, projeto para o qual já existem alguns recursos humanos qualificados, mas que aguarda ainda a disponibilização de espaços adequados, previstos dentro de dois anos.

Nos termos do plano de desenvolvimento (2002-2006) e tendo em conta o crescimento devido aos novos cursos, é expectável uma população discente estacionária no fim daquele período, próxima dos 20.000 alunos, de formação inicial, pós-graduada e formação contínua acreditada.

Relativamente a instalações definitivas financiadas com receitas próprias, realça-se ainda que está em fase de apetrechamento a nova Biblioteca de Leitura Pública de Braga, em parceria com a Câmara Municipal de Braga, estando a ser criadas as necessárias condições de abertura ao público, que se espera ter lugar ainda no atual mandato reitoral.

A execução de novas instalações definitivas tem sido objeto de um planeamento rigoroso, também em consonância com os planos de desenvolvimento exigidos pelo Ministério.

Pese embora algum deslizamento temporal em relação às previsões, que têm muito a ver com atrasos na obtenção das condições exigidas para a assinatura dos contratos de execução das empreitadas, verificou-se entre 1998 e o presente, uma dinâmica considerável nas várias frentes das instalações definitivas, quer em Gualtar, quer em Azurém.

Naquele período concluíram-se os seguintes edifícios: Complexo Pedagógico III (Gualtar), o edifício de Engenharia e o edifício de Ciências (ambos em Azurém), três grandes infraestruturas cujos inícios de empreitada se verificaram em 1998/99.

Do mesmo modo está concluída a extensão da Escola de Ciências (Gualtar) cuja empreitada foi adjudicada em 1999.

Outros empreendimentos estratégicos estão agora em fase de adjudicação das respetivas empreitadas (casos do Instituto de Educação e Psicologia e do Edifício de Engenharia II – Gualtar). A Escola de Direito tem concluída a elaboração do projeto de arquitetura, sendo crucial a criação de condições que permitam o lançamento do respetivo concurso de execução ainda este ano. O mesmo se diz para as instalações definitivas da Escola de Medicina. Já o edifício de Arquitetura está, felizmente, em adiantado estado de execução da empreitada.

Em matéria de apoio direto aos alunos concluíram-se, no mesmo período, o Restaurante Universitário e o Pavilhão Gimnodesportivo, situados em Gualtar. O pavilhão Gimnodesportivo de Azurém está praticamente terminado, estando em fase final de apetrechamento e de execução de obras dos arranjos exteriores.

Por último, cumpre-me igualmente salientar que a Universidade do Minho enfrentou nos últimos anos enormes desafios que soube vencer com determinação e rigor. O maior de todos, que não se esgota num período limitado, é, seguramente, o da “endogeneização” de uma cultura de Qualidade, traduzida em políticas consequentes.

A Qualidade é aqui vista como um atributo transversal que se deve afirmar harmoniosamente em todos os vetores do desenvolvimento:

- i) no processo de ensino/aprendizagem, sujeito a avaliação externa dos cursos no programa nacional de avaliação, mas também sob a responsabilidade direta dos estudantes, que dão a sua contribuição na avaliação do ensino ministrado;
- ii) na investigação científica, sujeita à avaliação externa do MCT, mas igualmente à avaliação *ex ante* dos projetos financiados por empresas e por várias entidades externas.

Mas a Qualidade que procuramos não se esgota no ensino e na investigação.

Também se promove a Qualidade estabelecendo critérios de acesso mais exigentes e implementando projetos de promoção do sucesso educativo. E também se instala a Qualidade no desempenho dos serviços prestados, na vida no *Campus*, nas atividades culturais, desportivas e recreativas, na gestão administrativa, ou, enfim, nas ações concretas de internacionalização ou de cooperação com a Sociedade.

Senhores Ministros, Senhoras e Senhores:

Foi com esta filosofia de base que encarámos o mandato, que vai terminar dentro de cinco meses. O que se conseguiu ficou-se a dever a todos, desde a equipa reitoral que me acompanhou com competência, responsabilidade, lealdade e determinação, passando pelas Unidades Orgânicas e órgãos, pelos docentes, funcionários e estudantes, num esforço conjunto mobilizador de toda uma academia que tive a honra de liderar.



Segue-se agora um novo ciclo para a Universidade que tem pela frente novos desafios, oportunidades e constrangimentos, alguns deles colocados pelo ritmo acelerado das mudanças verificadas na própria Sociedade.

Tenho a certeza e a firme convicção que a Universidade do Minho do futuro continuará a honrar o seu património de valores fundamentais; saberá enfrentar com sucesso os desafios da Qualidade e da Competitividade; saberá, enfim, reforçar a sua coesão interna e defender intransigentemente a sua autonomia.



**Figura 44**

Cerimónia do Dia da Universidade, no 28º aniversário, em 17 de fevereiro de 2002. À esquerda do Reitor, Licínio Chainho Pereira; Luís Braga da Cruz (Ministro da Economia) e Júlio Pedrosa (Ministro da Educação). À direita os homenageados: Joaquim Pinto Machado; Francisco Carvalho Guerra e José Luís Encarnação. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



## **III – Os desafios do século XXI (2002-2019)**

### 35. 2002.

#### Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.

*Tomada de Posse, em 22 de julho*<sup>88</sup>.

A vossa participação nesta Cerimónia honra a Universidade do Minho. Ela exprime, em jeito festivo, a solidariedade fundamental inerente à Universidade, quer na sua organização interna, quer na sua relação externa, com o Governo, com as instituições congéneres e todas as outras que corporizam a sociedade. Consciente desta solidariedade, expresso a Vossas Excelências, em nome da Universidade do Minho e no meu próprio, o nosso maior reconhecimento.

Cumprimento o Prof. Licínio Chainho Pereira que hoje conclui o seu mandato de Reitor e convido esta assembleia a um aplauso ao Reitor cessante e à sua equipa que se empenharam na condução da Universidade nos últimos quatro anos.

Uma nova Reitoria, por ser nova, representa uma afirmação de vontade de mudança. No nosso caso vontade de mudança expressa no conteúdo de um Programa de Ação. Vontade de mudança assumida na opção sufragada pela Academia.

A realidade da envolvente da Universidade e as demais condicionantes não se alteram por mudarem as Tutelas ou as Reitorias. Os problemas serão portanto os mesmos. E, no entanto, sabemos que todo o mundo é composto de mudança e que viver com a mudança implica imprimir um ritmo ao curso dos dias, deixar marcas, pessoais e coletivas, no devir histórico que temos o privilégio de vivenciar e a obrigação de construir. O nosso privilégio é ousar mudar para sermos melhores na globalidade do ser, do fazer e do estar.

A mudança faz sentido quando decorre de uma Ideia subjacente. Quando essa Ideia-Valor traduz uma Filosofia e quando essa Filosofia é forte. Forte, porque compreendida na sua simplicidade suscita adesão. Forte, porque consubstancia a essência da instituição.

Que filosofia, afinal? Uma filosofia de responsabilidade e autonomia. Uma filosofia de parceria e de assunção do estatuto de maioria dos parceiros. Uma filosofia de empenhamento, de coerência, consistência e consequência.

---

<sup>88</sup> António Guimarães Rodrigues integrou as equipas reitorais de Licínio Chainho Pereira como pró-Reitor, tendo deixado o cargo cerca de meio ano antes das eleições, depois de ter tomado a decisão de se candidatar ao cargo de Reitor. Concorreu para a posição com [José Manuel Vieira](#), acabando por ser eleito. A sua propositura apresenta [um programa](#) que assume a necessidade de rever prioridades, de modo a fazer a Universidade do Minho enfrentar os desafios da mudança no Ensino Superior e fazer valer, no espaço nacional e internacional, o valor conquistado desde a fundação. Cf. Rita Ribeiro, «Tempos de Mudança», em *História da Universidade do Minho 1973-1974-2014*, coord. Fátima Moura Ferreira (Braga: Universidade do Minho-Fundação Carlos Lloyd Braga, 2014), 185-186. <http://hdl.handle.net/1822/33857>





**Figura 45**  
Cerimónia da Tomada  
de Posse do Reitor,  
António Guimarães  
Rodrigues, à esquerda,  
em 22 de julho de  
2002. À direita, o  
reitor cessante, Licínio  
Chainho Pereira. Fonte:  
GCII da UMinho. Coleção  
de fotografias.

No plano interno defendemos que a coerência, a consequência, a disciplina e a responsabilização são pedra de toque da gestão da Universidade. Desejamos que cada área da estrutura tenha uma atuação prospetiva, pró-ativa, planeada, responsável e disciplinada. Pretendemos desenvolver uma política de exigência e avaliação e de manifesto apoio ao desenvolvimento dos projetos da Universidade, envolvendo a participação dos corpos docente, discente e de funcionários.

Sabemos que pode haver o risco de, a partir deste enunciado de responsabilização e autonomia, se cair numa visão administrativa da instituição universitária. Bastará para tal esquecer a essência da Instituição-Universitária e a Ideia que inspira aquele enunciado. Estamos disso bem conscientes e não pretendemos uma moldura sem tela. Rejeitamos pela nossa parte aquela visão.

A autonomia das Universidades já foi apontada como responsável pela oferta excedentária de formações sem procura social e, em algumas áreas, sem saídas profissionais.

É possível que tal oferta ocorra em algumas áreas. Mas, será surpresa se considerarmos que uma evolução demográfica previsível a muitos anos de distância, acompanhada da degradação do imaginário em relação a determinadas vocações teria que conduzir ao atual cenário?

As Universidades conhecem bem o binómio custo-qualidade: para um determinado custo, há um horizonte de qualidade que é possível demandar. E conhecem bem a dinâmica do sistema. Vivemos hoje a realidade que construímos há anos atrás. Se quisermos construir outras realidades no futuro, teremos que apontar para um horizonte nesse futuro, sob risco de apenas estarmos a desenvolver ações pontuais de correção e, eventualmente, a inviabilizar cenários futuros de desenvolvimento.

Há uma responsabilidade partilhada sobre a atual conjuntura do Ensino Superior que requer o traçado de objetivos claros e abrangentes que comprometam a Tutela e as Instituições num trajeto com um horizonte rasgado e amplo.

A Universidade do Minho pretende contribuir para esse traçado.

Braga e Guimarães, os Vales do Ave, do Cávado e do Lima e o Minho no seu todo têm consciência do fator de desenvolvimento que a Universidade do Minho representa. O país conhece os licenciados, mestres e doutores desta Universidade, reconhecendo-lhes a sua formação e competências. Conhece a qualidade da atividade de investigação que a Universidade desenvolve. Conhece o grau de internacionalização da Universidade. É reconhecida a singular capacidade de realização da Universidade do Minho nas áreas da inovação, transferência de tecnologia e serviço em estreita ligação com o tecido empresarial.

Por isso, no plano externo, defendemos que a Universidade do Minho deve situar-se como centro de dinamização de uma estratégia concertada para o desenvolvimento da região.





**Figura 46**  
Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Guimarães Rodrigues, em 22 de julho de 2002: Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



**Figura 47**  
Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Guimarães Rodrigues, em 22 de julho de 2002: Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Os estudos da análise do impacto económico das Universidades feitos em vários países são reveladores. É usualmente aceite que o retorno do investimento no Ensino Superior se multiplique por dez. Esta ordem de grandeza considera apenas os fatores tangíveis. Ora os efeitos intangíveis associados à produtividade, à filantropia e ao enriquecimento para a sociedade, decorrentes da formação de licenciados, mestres e doutores devem ser também incluídos na equação política quando se faz o desenho de uma estratégia e de uma política de desenvolvimento.

Defendemos também que a Universidade deve ser não apenas agente de criação cultural, mas também agente promotor da sua criação, da sua disseminação e vivência num espaço partilhado que não se limita à academia. Nesta perspetiva ganha especial relevância a ação do Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Não pretendendo substituir os agentes qualificados em áreas próprias de intervenção, a Universidade assume o seu papel de agente mobilizador, avaliador e executor com base no seu capital de conhecimento e competências. Pretende fazê-lo de forma interventiva em sintonia com os seus parceiros.

A informação é a moeda da democracia. Na nossa democrática Universidade promoveremos a comunicação interna e externa, na convicção de que ela propicia o meio ambiente indispensável para a vital participação de todos. Fomentaremos na Universidade espaços e oportunidades de informação e de criatividade, garantindo que a sua atividade e realizações são conhecidas e partilhadas no seu seio e na sua envolvente.

A Universidade está nas suas Escolas, nos seus Centros de Investigação, nos seus Serviços, na sua Associação Académica. A Universidade é o conjunto dos seus docentes, dos seus funcionários e dos seus alunos. A Universidade é a diferença dos seus Projetos. A Universidade é a sua cultura. É esta realidade complexa, viva e de extraordinária capacidade, que toda a organização de governo, coordenação e gestão é chamada a apoiar e promover.

À Reitoria compete cumprir o seu mandato. Um mandato para pôr em prática as orientações que constituíram opção da Academia. Um mandato para organizar e gerir a Universidade. Um mandato para garantir a defesa e a promoção externa da imagem e dos melhores interesses e aspirações da Universidade, incluindo a sua adequada representação e imagem pública. Um mandato que sirva de referencial pela sua exemplar forma de estar, de ser e de atuar.

Não é este o momento para uma análise da situação de que partimos para este mandato. A informação de que dispomos é ainda insuficiente e carece de aprofundamento e contextualização. Só o levantamento extensivo dos compromissos, encargos e projetos assumidos pela instituição permitirá concluir da sua situação mais ou menos confortável, logo da latitude de que gozamos para um exercício estratégico consequente.

Ficam, desde já, algumas preocupações no âmbito do financiamento de investimentos em infraestruturas. Refiro-me especialmente à instalação de Escolas – como é o caso da Escola de Direito em Braga, o caso do Instituto de Ciências Sociais em Guimarães e o caso da Escola de Ciências da Saúde em Braga –, aos equipamentos de natureza pedagógica – como é o caso do Complexo Pedagógico e da Biblioteca em Guimarães –, e às instalações de apoio aos estudantes – como é o caso da Sede da Associação Académica. Cada um destes investimentos é, por razões próprias, crítico para o sucesso da missão da Universidade e a premência da sua viabilização será necessariamente presente à tutela.

Ao Ministério da Ciência e Ensino Superior queremos assegurar que tem na Universidade do Minho um parceiro firme, exigente e responsável. A Universidade conta com o seu apoio e disponibiliza toda a sua capacidade e colaboração.

Com os nossos parceiros externos, na esfera local e regional, pretendemos contribuir para o desenvolvimento, incluindo a definição das estratégias e de políticas.

À Associação Académica queremos reiterar o compromisso do reconhecimento do seu efetivo estatuto de maioria e do apoio a projetos que reforcem o espírito associativo dos estudantes.

Aos estudantes da Universidade do Minho pretendemos garantir uma formação completa como mulheres e homens aptos a enfrentar os desafios do seu tempo e capazes de construir o seu futuro.

Aos funcionários da Universidade do Minho queremos garantir o reconhecimento institucional pelo valor da sua contribuição.

Ao corpo dos meus pares, docentes da Universidade do Minho, que também me cometeram o honroso dever de personalizar os seus anseios e expectativas universitárias, quero apenas convidá-los a embarcar nesta aventura.

Sim, em conjunto faremos essa construção do Futuro da Universidade e do Futuro da Universidade do Minho. Faremos isso e também o passo de dança entre o ensino e a investigação. Não por ser fácil, mas por ser difícil.

Conhecem-me os meus pares para saberem que o enunciado do Programa de Ação não brotou de intenção eleitoralista ou demagógica. Conhecem-me para saberem que o discurso não derivou de qualquer intolerância ou críspação. Foi um discurso frontal de convicção e de vontade.

Martin Luther King dizia que:

“A medida última do homem não está onde se posiciona em momentos confortáveis e convenientes, mas onde se posiciona em tempo de desafio e de controvérsia”.

A todos pretendo pedir mais para a Universidade. De todos espero que exijam mais da Universidade.

Tenho consciência da dimensão e profundidade do programa a que me propus com a minha equipa e das expectativas colocadas na sua realização. Parafrazeando John Kennedy, direi que:

“Esta tarefa não estará terminada nos próximos cem dias, nem nos próximos mil dias, nem no tempo deste mandato. Não estará aliás terminada no nosso tempo. Mas, comecemos.”

Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues

Universidade do Minho, 22 de julho de 2002.



**36. 2003.****Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.***Dia da Universidade, no 29<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia<sup>89</sup>;  
 Senhores Reitores e vice-reitores de Universidades Portuguesas;  
 Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
 Senhor Reitor Honorário da Universidade do Minho<sup>90</sup>;  
 Senhores Deputados à Assembleia da República pelo Distrito de Braga;  
 Exmos. Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Civas, Militares e Religiosas;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Prezados Membros da Assembleia e do Senado da Universidade do Minho;  
 Caros Professores, Assistentes e Investigadores;  
 Estimados Alunos;  
 Prezados Funcionários;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Gostaria em primeiro lugar de dar conta da absoluta impossibilidade do Exmo. Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento Territorial e do Ambiente<sup>91</sup> estar presente nesta Cerimónia. O Sr. Ministro fez questão de manifestar pessoalmente o seu interesse nas recentes iniciativas orientadas ao Desenvolvimento da Região, pretendendo marcar uma reunião de trabalho para os próximos dias 7 e 8 de março, durante um período de Ministério Aberto.

O tempo da atual Reitoria desenvolveu-se desde a data da sua investidura a 22 de julho de 2002.

Foi um tempo em que facilmente a atenção poderia ter sido dominada pelas questões orçamentais, quer as relativas ao OE de 2002, quer as relativas ao OE de 2003, pela necessidade de construção da informação omissa, necessária tanto à resolução de questões pendentes como à gestão corrente da Universidade, ou mesmo pela urgência de substituição de um número elevado de pessoal dirigente.

Num esforço acrescido, procurou-se garantir que assim não ocorresse e que fossem lançadas ações nucleares ao desenvolvimento da orientação estratégica sufragada pela Academia.

Procurou-se manter uma atuação e a construção de soluções que salvaguardassem o ambiente de serenidade necessário ao funcionamento da instituição e ao seu desempenho pedagógico e científico.

89 Manuel Fernandes Thomaz, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia do XV Governo Constitucional.

90 Sérgio Machado dos Santos.

91 Isaltino Morais (Isaltino Afonso Morais).

Verificou-se o risco efetivo de criação de um vazio nas estruturas administrativas e serviços face à aposentação prevista de um número significativo de pessoal não-docente dirigente, que foi resolvido mediante algumas decisões de carácter permanente, complementadas com a colaboração provisória dos funcionários aposentados.

As unidades orgânicas beneficiaram, no primeiro semestre de 2002, de uma dotação extraordinária adicional no valor de 3.000.000 Euros.

Entre setembro e dezembro de 2002, face às sucessivas determinações do Ministério da Ciência e Ensino Superior e do Ministério das Finanças, foi necessário desenvolver uma atuação que permitisse cumprir a imposição de concluir o ano de 2002 com um saldo do orçamento privativo não inferior ao apresentado no final de 2001, apesar de não ter sido transferida para a Universidade a parcela do orçamento igual a 1.360.927 Euros, correspondente ao aumento de vencimentos da função pública em 2002 (2.75%).

Em junho de 2002, tinha sido atribuída às Escolas, pelo Despacho RT-05/2002, uma dotação marginalmente excessiva de docentes (54 ETIs), mas representando um valor significativo de encargos com pessoal docente (aproximadamente 1.380.000 Euros).

Em julho de 2002, estavam propostos ou a decorrer 53 concursos externos para admissão de funcionários não-docentes, representando também um significativo valor de encargos com pessoal. Destes, 20 correspondiam a situações resolvidas que apenas aguardavam identificação e eliminação da listagem.

Foram suspensos os atos administrativos relativos a 23 concursos externos de admissão de pessoal não-docente, após a análise de cada um destes concursos, aguardando reavaliação acompanhada de proposta de definição orgânica e funcional das respetivas Unidades/Serviços.

Foi dada sequência aos 10 concursos externos de admissão de pessoal não-docente associados à malha científico-pedagógica.

O PIDDAC relativo a 2002 foi afetado, por comunicação direta do Ministério das Finanças. Assim, ao valor da dotação para 2002 de 3.581.583 Euros foi aplicada uma cativação adicional no valor de 1.126.126 Euros. Esta cativação afetou um conjunto de construções na Universidade, nomeadamente as instalações definitivas da Escola de Ciências da Saúde, as instalações definitivas das Ciências da Educação, bem como infra-estruturas gerais, conservação e reequipamento.

O Orçamento de Estado atribuído ao conjunto das Universidades Portuguesas para 2003 foi inferior em cerca de 25 milhões de Euros em relação ao que, já em si, seria um orçamento de rigor.



Para a Universidade do Minho, essa redução atingiu os 2.186.541 Euros. Ou seja, um orçamento ainda viável de 61.448.578 Euros foi reduzido para 59.262.037 Euros.

No que se refere ao PIDDAC 2003, a tutela esclareceu, em agosto de 2002, ter um conjunto de solicitações na ordem dos 500 milhões de Euros e uma capacidade de financiamento na ordem dos 64 milhões de Euros.

À Universidade do Minho foi atribuído um valor de 7.942.713 Euros, correspondente a menos de 25% do valor solicitado pelo planeamento da Universidade.

Com valores efetivos de financiamento, apenas foram incluídas no Orçamento de 2003 as construções relativas aos edifícios das Ciências da Educação e o edifício Engenharia II, em Braga. O projeto da Escola de Ciências da Saúde deslizou para 2004. A Biblioteca e o Complexo Pedagógico em Azurém não foram contemplados. Também não o foi a Escola de Direito, nem a Sede da Associação Académica.

Tenho notícia recente de que a Comissão de Acompanhamento da Escola de Ciências da Saúde terá obtido da parte da tutela garantias que permitem pensar que os processos de concurso para estas instalações poderão arrancar desde já. Sabemos que para o projeto da Escola de Ciências da Saúde e do Curso de Medicina é também fundamental que esteja garantida a construção atempada do novo Hospital de Braga.

Acresce o facto de o concurso PRODEP-Formação para 2003 ter sido aberto exclusivamente para a região de Lisboa e Vale do Tejo, o que limita drasticamente a capacidade de financiamento da formação de docentes e a possibilidade de atribuição de docentes de substituição.

Senhor Secretário de Estado para a Ciência e Tecnologia. A semana passada tive oportunidade de ouvir o Exmo. Senhor Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia exprimir a sua preocupação em encontrar vias de financiamento para as Universidades da Região de Lisboa e Vale do Tejo, não elegíveis em 2003, por via de definição de investigação em parceria com Universidades localizadas noutras regiões. Compreendendo a necessidade de critérios de maximização de acesso a fundos de financiamento, é difícil aceitar que, qualquer que seja a regra, o imperativo do financiamento exclusivo ou partilhado com a Região de Lisboa e Vale do Tejo seja sistematicamente prioritário.

Com base num plano e programa traçados para a Universidade do Minho, importa resolver as questões de gestão corrente, resolver as questões pendentes, programar as ações no curto prazo mas, e essencialmente, importa manter a perspetiva abrangente e o horizonte para a Universidade no seu futuro, encontrando disponibilidade para desenvolver a sua estrutura e a sua ação coerente com essa perspetiva.



**Figura 48**

Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, em 17 de fevereiro 2003. Entrega de diploma a Victor Manuel Rodrigues Alves, pelo Reitor, António Guimarães Rodrigues. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Uma cultura de funcionamento que reforce a autonomia e a inerente responsabilização da estrutura tem que ser construída de forma gradual e tem que estar presente em todas as formas de atuação.

A mudança, mesmo quando amplamente desejada, gera sempre inquietação quando se concretiza em ações específicas. Não basta querer a mudança, é necessário aceitar mudar e acreditar na mudança. É uma questão de horizonte. As soluções e ajustamentos pontuais ou imediatos, embora muitas vezes necessários, são demasiado simples e, frequentemente, geradores de complexidades acrescidas no futuro.

A Universidade compreendeu que as restrições orçamentais impostas em 2002 não foram um fator estranho ao seu funcionamento. Teve e terá consequências.

É previsível um futuro próximo que trará alterações de fundo à envolvente do Ensino Superior. Dois fatores contribuem para esta alteração. A redução ou mesmo inversão na pressão do acesso ao Ensino Superior e as restrições do Orçamento.

Os desafios que se colocam para 2003 passam pela gestão de um Orçamento de Incerteza num Enquadramento da Incerteza.

Estas condições tornam ainda mais premente o esforço de definição estratégica e de racionalização.

A tutela assumiu publicamente que a Universidade do Minho foi prejudicada no seu Orçamento de Estado tanto no que se refere ao fecho de 2002, como no que se refere ao OE para 2003. Anunciou que deve ser fomentada a geração de receitas próprias, invertendo o sentido da atuação em 2002, que penalizou a Universidade do Minho por apresentar um valor significativo de receitas próprias. Importa que a tutela demonstre que existe um efetivo incentivo à geração de receitas próprias. Importa também que demonstre a vontade de corrigir a distorção praticada em 2002 e aplicada ao orçamento de 2003.

Assumi, também publicamente, que o financiamento PIDDAC carece de um referencial baseado numa fórmula de investimento. Foi publicamente assumido que a presente afetação é discricionária. Será a oportunidade de adotar um critério baseado no índice de satisfação das atuais instalações.

Foi também publicamente assumido pela tutela que o atual apoio de financiamento aos serviços de ação social é discricionário e que carece de uma fórmula que garanta um referencial de equidade. Importa saber explicar a razão pela qual os alunos da Universidade do Minho não têm opção de um menu alternativo, ou a razão pela qual algumas cantinas não têm possibilidade de oferecer serviço de jantar, quando essa possibilidade se verifica para outras Universidades. Será também necessário explicar as condições que permitem a algumas Universidades possuir instalações adequadas para as suas Associações Académicas, sendo essa possibilidade negada aos estudantes da Universidade do Minho.

Esperemos que, futuramente, o Orçamento venha a contemplar o pagamento dos aumentos de vencimento que vierem a ser acordados entre o Governo e os Sindicatos. Fazemos igualmente votos para que o Orçamento não volte a penalizar a Universidade do Minho pelo facto de apresentar saldo no seu orçamento privativo.

É difícil explicar que uma utilização do saldo de uma Universidade em aplicação menos consentânea com a sua missão possa beneficiar a dotação do OE que lhe foi atribuído.

Esta conjuntura, claramente desfavorável, limitou, mas não impediu, a ação desenvolvida nos últimos meses de 2002, que incidiu sobre aspetos da estrutura, dos procedimentos e do funcionamento. A ação da Reitoria orientou-se pelo reforço de uma cultura de funcionamento, e foi pró-ativa na fixação de objetivos externos e internos, definindo os projetos e traçando as etapas necessárias. O capítulo 6 do Relatório Anual de Atividades pretende traduzir alguns dos projetos e atividade desenvolvidas neste contexto, promovidas pela Reitoria.

Sem deixar de remeter para uma leitura mais detalhada do corpo do Relatório é de salientar, como ação já concretizada no presente mandato, a assinatura, em 23 de janeiro, de um Protocolo de Desenvolvimento Regional pela Universidade do Minho, pela Associação Industrial do Minho e pelas Câmaras Municipais de Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, que se constitui um 'motor de desenvolvimento regional'. É objetivo construir um Pacto Regional alargado que garanta a defesa dos interesses da região, promovendo o seu desenvolvimento e invertendo o sentido da discriminação negativa a que tem sido sujeita.

Agradeço em particular a presença nesta Sessão das representações das seguintes Autarquias do Alto e Baixo Minho: Amares; Barcelos; Braga; Cabeceiras de Basto; Caminha; Celorico de Basto; Fafe; Famalicão; Guimarães; Monção; Terras de Bouro; Vieira do Minho; Vila Nova de Cerveira; Vila Verde; Vizela.

No final de 2002 desencadeou-se o processo de adesão ao projeto *Campus Wireless e Universidade Virtual*, onde se aposta claramente nos Serviços de ensino *online* e nos sistemas de cooperação Universidades-Investigação, nas Ligações de todas as escolas em banda larga, na criação de serviços e conteúdos, disponíveis em qualquer hora, de qualquer lugar, na massificação da utilização de computadores portáteis ("um para cada", aluno/professor) e no Acesso à Internet (e Intranet) fora e dentro da Universidade.

Em continuidade com os projetos anteriores, o Serviço de Comunicações providenciou a alteração do contrato com a FCCN, por forma a garantir a passagem imediata para uma capacidade agregada de 21 Mbps e, após contratualização, para um aumento efetivo da capacidade externa para 31,5 Mbps. O aumento de encargos de 9% permitiu um aumento de 197% na atual capacidade (167% na capacidade de ligação entre Gualtar e Azurém) e a melhoria nas comunicações entre Gualtar e o Largo do Paço, sem encargos adicionais.

Enquadrada na política definida de internacionalização e de alargamento da cooperação com as Universidades da Galiza, foi assinado em Santiago de Compostela, a 9 de dezembro, um protocolo de criação do Centro de Estudos Inter-Regionais Galiza-Norte de Portugal. Este Centro reúne os objetivos da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal, constituída em outubro de 1991 com os do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, constituído em abril de 1992.

Ainda no âmbito da cooperação transfronteiriça foram submetidos, em conjunto com as Universidades galegas, vários projetos de cooperação transfronteiriça, enquadrados no programa INTERREG III, destacando-se a iniciativa TORGA.net, onde se propõe a implementação de uma rede de comunicações de banda larga ligando as Universidades galegas e a Universidade do Minho.

Fruto de um projeto desenvolvido conjuntamente pela Comissão Europeia, Conselho da Europa e pela UNESCO/CEPES, no qual a Universidade do Minho foi a única Universidade Portuguesa a participar desde a sua fase inicial, o Suplemento ao Diploma

vai ser este ano simbolicamente entregue, nesta Cerimónia, ao finalista melhor classificado em cada uma e para todas as Licenciaturas.

Com a assinatura da Declaração de Bolonha, em 1999, o Suplemento ao Diploma tornou-se num dos instrumentos indispensáveis para a mobilidade e a empregabilidade dos diplomados.

Este “passaporte para a mobilidade” reúne uma descrição tão completa quanto possível das qualificações, garantindo o reconhecimento mais equitativo dos diplomados. Descrevendo a natureza, o nível, o conteúdo e o contexto do programa de estudos realizado, o Suplemento permite ainda a introdução de informações adicionais que valorizem o percurso académico realizado.

A Universidade do Minho, consciente da importância deste instrumento para o reconhecimento nacional e, principalmente, internacional, dos graus obtidos pelos seus estudantes, procede assim à emissão do Suplemento ao Diploma de Licenciatura, em Língua Portuguesa e em Língua Inglesa para todos os seus cursos.

Constituíram-se Grupos de Trabalho para preparação de propostas de soluções específicas para determinados problemas. Assim, foram constituídos e estão em vias de apresentar soluções, algumas delas em prática ainda antes do dia da Universidade: um grupo de trabalho encarregado da ‘Organização e Reestruturação dos serviços e infra-estruturas’; um outro grupo encarregado de implementar a introdução de ‘*e-learning* em todas as licenciaturas da UM’; um outro com a missão de generalizar a todos os recém-licenciados a passagem do ‘Suplemento ao Diploma’; e, outro ainda, com o objetivo de estruturar e lançar um ‘Jornal da UM’.

O projeto do Jornal da Universidade do Minho, preparado nos últimos meses de 2002, reuniu as condições para arrancar em 2003. Espera-se que venha a constituir um espaço de comunicação vivo e aberto para a Academia e para a sua envolvente mais próxima. É um projeto inovador, nos moldes em que foi desenvolvido e que conta com competências e empenhamentos a que quero expressar o meu público reconhecimento. Estou certo que este espaço virá contribuir de forma significativa para a vivência da instituição. Sendo gerido por um corpo editorial autónomo, não constitui órgão oficial de informação da Reitoria.

Com o apoio do Gabinete de Sistemas de Informação, foi possível desenvolver e facultar a inscrição eletrónica para o ano letivo de 2002/03 via *internet*, tendo cerca de 14.000 alunos efetuado a sua inscrição por esta via. Foram desenvolvidos e disponibilizados novos Serviços de Informação no *site* da Universidade do Minho, relativos a todos os funcionários não docentes, nomeadamente a disponibilização do acesso à informação (*online*) da assiduidade. Foi desenvolvido e disponibilizado o Acesso às listagens dos alunos inscritos por disciplinas no *site* dos Serviços Académicos, através de acesso reservado. Foi definido e planeado para execução durante o mês de fevereiro de 2003 o desenvolvimento da capacidade de produção automática da relação de teses de doutoramento em curso.

Por outro lado, o órgão informal designado por 'Conselho de Escolas' reuniu todos os meses com a Reitoria que, desta forma, pretende agilizar a ligação entre a Reitoria e as Escolas num contexto de permanente interação. Em articulação com o Conselho de Escolas e as Unidades de Serviços, está em curso a Reestruturação Orgânica e a Definição Funcional que abrangerá toda a Universidade.

Finalmente, a Reitoria da Universidade do Minho continua a perseguir a melhoria permanente da qualidade do ensino. Dentro desta linha de atuação, foram desenvolvidas ações e adotadas definições com o objetivo de: reforçar a gestão integrada dos projetos de ensino; reforçar o apoio técnico e administrativo à gestão dos mesmos projetos de ensino, bem como reforçar a gestão integrada dos estágios curriculares.

Foi também reforçada a autonomia das Escolas e Institutos.

Cabe-me assinalar a cooperação da estrutura, tanto das Escolas e Institutos, como das Unidades de Serviço e a qualidade do trabalho desenvolvido, no ensino, investigação e extensão, apesar de todas as condicionantes conjunturais.

É também de assinalar a cooperação da AAUM, que correspondeu ao desafio para o envolvimento em projetos estruturantes, os quais visam reforçar o espírito associativo e desenvolver o estatuto autónomo da associação. A parceria entre a UM e a sua AAUM, permitiu que a gestão dos transportes entre Braga e Guimarães fosse contratualizada com a AAUM. Permitiu, também, que fossem renegociados os protocolos com a Banca, assumindo em conjunto os interesses da Universidade e da AAUM.

A Associação dos Antigos Estudantes da Universidade do Minho lançou o seu primeiro número de uma revista de periodicidade anual, reforçando mais uma dimensão da academia.

Acompanhando a vontade expressa pela Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian, a Universidade reiterou, a 3 de fevereiro passado, ao Exmo. Senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior, a sua correspondente vontade e disponibilidade para integrar aquela Escola. As importantes sinergias com a Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho estão já identificadas ao nível de projetos de ensino.

Ao nível do ensino graduado a integração da Escola Superior de Enfermagem permite sinergias e racionalizações entre o Curso de Medicina e o ensino da Enfermagem, nomeadamente na utilização comum dos serviços de saúde e hospitalares nas componentes práticas. Potencia também abordagens inovadoras no ensino da Enfermagem, bem como na preparação de técnicos de saúde que envolva outros setores da Universidade, como sejam a Eletrónica, a Informática ou a Física Ótica, traduzindo uma mais-valia importante para a Escola de Enfermagem. O nível da pós-graduação potencia a oferta de ações de pós-graduação conducentes à obtenção de grau na Universidade do Minho no domínio das Ciências da Saúde.

Constitui objetivo da Universidade desenvolver a articulação com e do Ensino Superior na Região. A presente vontade de integração da Escola Superior de Enfermagem enquadra-se neste objetivo.

Esta Universidade demonstra, por tudo o que acima referimos, elevada capacidade de iniciativa e apresenta comprovadamente capacidade de concretização. Contudo, como é sabido, a capacidade de concretização não é independente das condições disponibilizadas para a Universidade.

Por isso mesmo, apelamos a que o trabalho desta Universidade, dos seus alunos, dos seus docentes e dos seus funcionários venha a ser devidamente reconhecido e recompensado não só pela tutela como pelo conjunto da Administração Central do nosso País.

Porque importa dar relevo ao mérito dos estudantes no seu percurso académico, vão ser entregues 16 Prémios Escolares, em que se incluem o Prémio Universidade do Minho, o Prémio Senado Universitário e o Prémio “Ana Paula dos Santos Fernandes”.

Nas instituições e associações que atribuem um total de 64 prémios, incluem-se: o Governo Civil de Braga; IGAP; Câmara Municipal de Guimarães; Câmara Municipal de Braga; IBEROMOLDES; Fundação António de Almeida; ICEP; Associação Industrial do Minho; Vector XXI; Luís Alberto Mendonça e Nuno Arém Pinto; Dr. José Ferreira Salgado; Ordem dos Engenheiros.

A estreita ligação da Universidade do Minho com as empresas, seja através da participação destas em Conselhos Consultivos de Projetos de Ensino, seja na assessoria e apoio especializado que a Universidade presta às empresas, seja na concessão de prémios de mérito aos alunos por parte das empresas, reforça a ligação da Universidade à sua envolvente e reforça o seu reconhecimento social.

Recordo-me de aqui ter afirmado em julho, que tinha consciência da dimensão e profundidade do programa a que me propunha com a minha equipa e das expectativas colocadas na sua realização.

Parafraseei então John Kennedy, quando afirmei que

“A tarefa não estaria terminada nos próximos cem dias, nem nos próximos mil dias, nem no tempo deste mandato, nem mesmo no nosso tempo, mas que deveríamos começar.”

No final de cerca de duas centenas de dias, penso poder afirmar que começámos, e que a tarefa foi solidamente iniciada e desenvolvida.

Com todas as vicissitudes, conto com a Academia e com os parceiros da Universidade para levar a cabo os objetivos traçados. E, mais uma vez, como afirmou John Kennedy: “não por serem fáceis, mas por serem difíceis”.

Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues



**37. 2004.****Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.***Dia da Universidade, no 30º aniversário, em 17 de fevereiro.*

Senhora Ministra da Ciência e Ensino Superior<sup>92</sup>;  
 Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares<sup>93</sup>;  
 Senhor Conselheiro de Educação e Ordenamento Universitário da Galiza<sup>94</sup>;  
 Senhor Bispo Auxiliar de Braga, Excelência Reverendíssima<sup>95</sup>;  
 Senhores Reitores e vice-reitores das Universidades Portuguesas e da Galiza;  
 Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
 Senhor Reitor Honorário da Universidade do Minho<sup>96</sup>;  
 Senhores Deputados à Assembleia da República pelo Distrito de Braga;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Prezados Membros da Assembleia e do Senado da Universidade do Minho;  
 Caros Professores, Assistentes e Investigadores;  
 Estimados Alunos e Funcionários;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Agradeço a vossa presença nesta Cerimónia Solene. Ela honra esta Universidade e dá sentido a esta Celebração.

## A CELEBRAÇÃO E O SEU SIGNIFICADO

Comemora-se hoje o 30º Aniversário da Universidade do Minho. Decorreram 30 anos desde que, a 17 de fevereiro de 1974, a Comissão Instaladora da Universidade do Minho tomou posse. Desde então foi percorrido um longo caminho, cheio de vicissitudes e pleno de afirmação. Tanto quanto as personalidades que representaram a instituição importa lembrar o trabalho desenvolvido por todo o corpo de docentes e funcionários. Em particular, é importante sublinhar que o trabalho desses já longínquos primeiros anos assentou sobre um conjunto diminuto de docentes e funcionários e também de alunos. Só quem teve oportunidade de participar na criação e arranque de uma instituição como esta Universidade sabe o que significou o empenhamento e a participação dos elementos envolvidos.

Reportando-nos a 1974, é inevitável admirar a capacidade de definição estratégica da Comissão Instaladora. O lançamento no País dos primeiros cursos verdadeiramente

92 Maria da Graça Martins da Silva Carvalho, Ministra do XV Governo, entre 6 de outubro de 2003 e 17 de julho de 2004.

93 Luís Manuel Marques Mendes, Ministro do XV Governo, entre 6 de abril de 2002 e 17 de julho de 2004.

94 Celso Currás Fernández.

95 Antonino Eugénio Fernandes Dias.

96 Sérgio Machado dos Santos.



interdisciplinares, a adoção de uma organização singular para a Universidade, a estrutura matricial, a prioridade absoluta colocada na formação do pessoal docente, na aquisição de bibliografia, na investigação, no apetrechamento dos laboratórios pedagógicos e o desenvolvimento de um vetor de forte ligação ao tecido empresarial e à comunidade foram desde sempre orientações centrais à Universidade do Minho. Foi também esta a primeira Universidade a implementar de forma sistemática o inquérito ao ensino ministrado, a primeira Universidade Portuguesa a atribuir o Suplemento ao Diploma e a única Universidade Portuguesa que concorreu ao *Diploma Supplement Label* da União Europeia.

Cresceu esta Universidade em 30 anos até aos seus atuais cerca de 17.000 alunos, cerca de 1.200 docentes, cerca de 700 funcionários e também cerca de 62% de doutorados.

Atingiu esta Universidade afirmação e reconhecimento na qualidade da investigação que desenvolve, na qualidade do ensino e formação que ministra, na sua internacionalização, na cooperação que desenvolve, na inovação e na efetiva intervenção junto do tecido económico.

Para além da avaliação da atividade desenvolvida nas vertentes da Investigação, do Ensino, da Formação e da Cultura importa fazer presente o impacto da atividade da Universidade no Desenvolvimento.

## O DESEMPENHO NO ANO DE 2003

Na altura em que os efeitos da recente recessão económica ainda se repercutem e afetam a confiança e o ânimo dos cidadãos e dos agentes económicos, importa sublinhar que, por todos os parâmetros de avaliação, a Universidade do Minho apresenta um bom desempenho na sua atividade em 2003, manifestamente superior ao de 2002.

No Ensino Superior, os anos de 2002 e 2003 foram muito marcados pela anunciada retração nos acessos ao Ensino Superior, pela retração no financiamento e pela introdução de legislação e regulamentação com implicações no prazo imediato, que introduziram instabilidade no funcionamento da gestão autónoma das Universidades e na sua capacidade de planeamento.

A taxa de preenchimento das vagas oferecidas na 1ª e 2ª fases do Concurso Nacional de Acesso pela Universidade do Minho aumentou em 2.5%. Sublinhe-se que esta percentagem traduz já a normalização em relação às vagas oferecidas em 2002/03 e não às vagas oferecidas em 2003/04, por via da redução determinada pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior.

Sabendo que mais de 60% dos acessos a esta Universidade provêm da Região do Minho e que esta Região apresenta o maior índice de juventude do País, este facto vem confirmar a posição então defendida, contrária à determinação no sentido de redução na oferta de vagas.

**Figura 49**

Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 30º aniversário, em 17 de fevereiro de 2004. Da direita para a esquerda: a Ministra da Ciência e Ensino Superior, Graça Carvalho; o Reitor, António Guimarães Rodrigues; o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Mendes e o Conselheiro de Educação e ordenamento Universitário da Galiza, Celso Currás Fernández. Na margem esquerda, o Bispo Auxiliar de Braga, D. Antonino Eugénio Fernandes Dias. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



Ao todo, a Universidade ofereceu, em 2003, 61 pós-graduações e os correspondentes cursos de especialização. A população discente ascendeu aos 1.687 alunos, o que representa um aumento de 10.4% relativamente ao ano anterior, sendo 1.208 pertencentes a Cursos de Especialização e Mestrado e 479 a Doutoramentos. Foram conferidos 236 graus de Mestre e 85 graus de Doutor.

Das 28 Unidades de Investigação da Universidade do Minho avaliadas no âmbito do triénio 1999-2001, 6 mereceram a classificação de Excelente, 9 de Muito Bom e 7 de Bom, o que traduz uma melhoria significativa da qualidade da investigação científica. Mais de 50% das unidades possuem uma classificação de Excelente ou de Muito Bom. Saliente-se ainda que, como reflexo deste salto qualitativo na Investigação, a Universidade do Minho é a Universidade Portuguesa que tem, neste momento, maior número de coordenações no novo 'VI Programa-Quadro da União Europeia', em todas as vertentes deste programa – Redes de Excelência, STREP's e Projetos Integrados.

A internacionalização atravessa todas as áreas de atividade da Universidade, a Investigação, o Ensino/Formação e a Prestação de Serviços. É de salientar que a Universidade do Minho é a Universidade Portuguesa que coordena o maior número de Redes Internacionais, ALFA, *Tempus* e *Comenius*.

Na prestação de serviços especializados, através de contratualização, a Universidade desenvolveu em 2003 um volume de atividade que representa 6.4% do orçamento de estado atribuído e 4.6% do orçamento privativo da Universidade.

Em 2003, no conjunto dos *campi* de Gualtar e Azurém, realizaram-se 17 eventos nacionais e 11 eventos internacionais, num total de 28 eventos, abrangendo uma média de 250 pessoas cada, num total que ultrapassou as 7.000 pessoas. Mas, a Universidade tem também um papel na dinamização da atividade cultural e um investimento

continuado, que é fundamental. Assim, considerando adicionalmente os eventos promovidos e realizados pelas Unidades Culturais – conferências, apresentações de livros, exposições, concertos, etc. – as atividades promovidas pela Universidade do Minho atraíram entre 10.000 e 15.000 pessoas do exterior, contribuindo de forma expressiva para o aumento da visibilidade externa da Universidade do Minho, assim como para o turismo científico e cultural desta região.

A Universidade investe cerca de 1 milhão de Euros por ano no conjunto das 9 Unidades Culturais, sem que para tal obtenha qualquer financiamento através do Ministério da Ciência e Ensino Superior ou do Ministério da Cultura.

A Bibliopolis (Biblioteca de Leitura Pública de Braga), após inviabilização da proposta inicial de constituição de um Instituto Público, foi reconfigurada ao abrigo do n.º 2 do Artigo 9º dos Estatutos da Universidade como unidade criada conjuntamente com entidade externa, com objetivos diferenciados e não integráveis nas restantes unidades orgânicas. Os termos de um Protocolo de Cooperação a assinar entre a Universidade e a Câmara Municipal de Braga e os Estatutos foram preparados e aprovados em Senado Universitário e em Assembleia da Câmara Municipal. Esta documentação foi enviada ao Ministério da Cultura. A entrada em funcionamento da Bibliopolis está prevista para abril ou maio deste ano.

## AS DIFICULDADES

Falar das dificuldades do passado mais recente, seria falar do reduzido e insuficiente orçamento de estado, da descapitalização que o ano de 2003 trouxe para a instituição universitária, do facto de a Universidade do Minho ter sido penalizada por apresentar saldo no seu orçamento privativo no final de 2002, face ao balanço nas receitas próprias geradas pela atividade de extensão desenvolvida pela instituição.



**Figura 50**  
*Idem.* Entrega de prémios aos funcionários pelo Reitor, António Guimarães Rodrigues. Em 1º plano, à direita, a Ministra da Ciência e Ensino Superior, Graça Carvalho. Fonte: GCI da UMinho. Coleção de fotografias.

Seria também referir critérios de financiamento que alternando e evoluindo no tempo entre as regiões periféricas e ultraperiféricas e o litoral discriminam negativa e cumulativamente, por omissão, esta Universidade.

Mas, a Universidade não se limita a reclamar as condições que considera necessárias ao desenvolvimento da sua atividade, em cumprimento das suas responsabilidades.

A Universidade promoveu, na sua gestão e organização, as alterações necessárias, acomodou as limitações impostas e exerceu a sua autonomia.

A Universidade reduziu, de 2003 para 2004, o número de docentes equivalentes a tempo inteiro em 9 unidades. A medida da efetiva contração deve ter adicionalmente em consideração o facto de entrar em funcionamento mais um ano curricular em três novas licenciaturas.

O orçamento de funcionamento da Universidade foi reduzido para menos de 50% do valor distribuído em 2002.

Mantiveram-se as orientações estratégicas definidas no Programa de Ação da Reitoria.

O processo de integração da Escola Superior de Enfermagem

A integração da Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian, considerada em projeto de Decreto-Lei do MCE de dezembro de 2003, abre a oportunidade para o desenvolvimento de um conjunto de sinergias entre a ESECG e a Universidade, nomeadamente com a Escola de Ciências da Saúde.

O processo de integração requer suporte financeiro adequado, no âmbito de um contrato programa específico, contemplando as instalações necessárias e o desenvolvimento da instalação dos projetos de ensino e da formação do corpo docente que permitam dar corpo à mais-valia da integração.

A constituição do Laboratório Associado na área dos Materiais

A proposta de contrato programa relativa à criação de um Laboratório Associado de Materiais Poliméricos e Materiais para Eletrónica (LAPE) estabelece uma rede entre a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade do Minho. As duas unidades de investigação envolvidas foram objeto de classificação “Excelente” na avaliação efetuada no início de 2003. A candidatura enquadra-se no âmbito dos vetores da modernização e inovação em domínios científicos e tecnológicos que justificaram a criação dos Laboratórios Associados existentes no país. Da apreciação da candidatura resultou a recomendação da sua submissão ao POCTI. A Universidade do Minho é a única Universidade que não possui um Laboratório Associado.

## O Ensino da Medicina

A Universidade pretende avançar rapidamente para o aumento do número de vagas oferecidas no Curso de Medicina. Mantém-se nas 50 vagas, aquém das 100 programadas para esta altura, pelo atraso no financiamento das suas instalações e para o seu apetrechamento.

O ensino da Medicina desenvolve-se na Universidade do Minho segundo um modelo original. A estreita ligação à investigação é também aqui marca essencial. O Centro de Ciências de Vida e da Saúde obteve a classificação de Excelente na avaliação externa, o que traduz um resultado notável, se atendermos ao estatuto de instalação em que se encontra, ao facto de se encontrar no segundo ano de funcionamento da licenciatura em Medicina e, mais importante, pelo facto de a atividade de investigação não ter sido objeto de financiamento.

O Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde foi candidato a contrato-programa, submetido no final de novembro de 2003, com um valor de 4.250.000 Euros. Em comunicação recebida em janeiro deste ano a Universidade foi informada de um financiamento no valor de 15% deste montante.

## A Sede da Associação Académica

Com a Caixa Geral de Depósitos foi assinado, em janeiro de 2004, um Protocolo que considera a constituição de um fundo no montante anual de 30.000 Euros para a construção da futura sede da Associação Académica.

É ainda mantido, ao abrigo de outro documento protocolar assinado com o Banco Espírito Santo, o financiamento de uma verba global de 40.000 Euros referente a um patrocínio/apoio destinado também à construção da futura Sede da Associação Académica da Universidade do Minho. O empenhamento da Associação Académica traduz-se num depósito já efetuado na conta destinada a suportar a construção da Sede, no montante de 100.000 Euros.

O diálogo estabelecido com o proprietário do terreno que constitui localização privilegiada para a Sede da Associação Académica, permite afirmar que esta área poderá vir a constituir uma zona pública e um espaço nobre. A existência de um protocolo datado de 2000, firmado entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga e aprovado em Senado e em Assembleia Municipal, garantem que as soluções estarão encontradas e serão suportadas.

Em síntese, o projeto de construção de uma Sede para a Associação Académica constitui um bom exemplo da capacidade dos jovens em assumirem compromissos e responsabilidades a médio prazo, para além do curto período dos mandatos das Direções da Associação. Sendo um projeto participado pelos estudantes, é também claramente demonstrativo do seu real empenhamento.

É pois importante confirmar que vale sempre a pena sonhar o impossível e lutar persistentemente pela sua realização. Dispor de apoio para dar início ao projeto e obter a necessária programação em PIDDAC é apenas o complemento necessário. É justo que assim aconteça.

#### OS DESAFIOS – O FUTURO

A Estratégia definida pelo Conselho Europeu em Lisboa, em 2000, para a renovação económica, social e ambiental estabeleceu o ano de 2010 como o ano em que a Europa deveria atingir o estágio de economia mundial mais dinâmica e competitiva. De acordo com esta estratégia, uma economia mais forte induzirá a criação de emprego juntamente com políticas que assegurem o desenvolvimento sustentado e a inclusão social.

Formar e reunir conhecimento e competências, garantir a produção científica, desenvolver a investigação, proteger a propriedade intelectual, transferir a tecnologia e a inovação ao serviço do desenvolvimento é tanto mais importante quanto maior é o afastamento em relação aos índices de referência.

#### A REGIÃO DO CONHECIMENTO – O MINHO

Em janeiro de 2003, a Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho e as Câmaras Municipais de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão assinaram um Protocolo de Desenvolvimento Regional.

Cerca de 1 ano depois, a 10 de janeiro de 2004, a Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho, 18 Câmaras Municipais do Minho e as Uniões dos Sindicatos de Braga e de Viana do Castelo assinaram um ‘Pacto de Desenvolvimento’ orientado ao desenvolvimento da Região do Minho (Baixo e Alto Minho), englobando um universo demográfico de cerca de 1.000.000 de habitantes. A Cerimónia Pública ocorreu no Salão Medieval da Universidade do Minho, presidida pelo 1º Ministro e por vários membros do Governo. Foi significativa a presença da Exma. Sr.ª Ministra da Ciência e Ensino Superior.

No passado, as intervenções de apoio ao desenvolvimento regional foram principalmente baseadas no financiamento de capital e no apoio às infraestruturas físicas. A investigação económica mais recente sugere, contudo, que a atualização e ampliação do “conhecimento” e o acréscimo na difusão da tecnologia ao nível regional constituem as vias mais eficientes para o crescimento económico.

Os sistemas de inovação regional ocorrem quando existe proximidade entre um conjunto de fatores. A proximidade geográfica continua a ser o fator de importância dominante que favorece as trocas intelectuais, comerciais e financeiras, influenciando de forma determinante o processo de inovação. Neste sentido, as regiões são importantes, porque constituem a base espacial para o agrupamento dos agentes de investigação e de inovação, os *clusters*, considerados como os principais motores do desenvolvimento regional.

Uma 'Região de Conhecimento' identifica um espaço territorial com identidade geográfica e sociocultural, onde se acumulam valências que permitem 'produzir' conhecimento, 'proteger' e preservar esse conhecimento e 'propagá-lo', criando empresas de base tecnológica, editoras, centros culturais, fomentando a publicação de artigos científicos, organizando conferências nacionais e internacionais, transferindo as tecnologias para empresas que as exploram, disponibilizando o conhecimento em bases de dados, etc.

Para se construir uma 'Região do Conhecimento', é necessário criar as bases materiais capazes de assegurar o cumprimento destes objetivos.

Assim:

- a) Para produzir novo conhecimento é necessário conhecer o estado atual do conhecimento em cada domínio, ou seja, é necessário garantir um amplo e rápido acesso a informação atualizada e fidedigna; a Universidade do Minho aderiu à iniciativa 'Biblioteca Digital' promovida pela UMIC, que permitirá o acesso a 1.200 revistas científicas internacionais por via eletrónica;
- b) Uma vez produzido o conhecimento é necessário identificar se requer ou justifica proteção de propriedade intelectual; para tanto a Universidade do Minho possui o Gabinete de Apoio à Propriedade Intelectual, a funcionar na TecMinho;
- c) Da 'propagação do conhecimento' faz parte um conjunto de ações: a 'transferência de tecnologia' para empresas externas à Região, caso a exploração da tecnologia se revele demasiado onerosa para quem a descobriu e desenvolveu; o 'incentivo à criação de empresas de base tecnológica – *spinoffs* e *startups* –' sediadas na Região e capazes de desenvolver e explorar as tecnologias criando riqueza no interior da Região, no caso da 'exploração da tecnologia' ser financeiramente acessível aos agentes tecnológicos em presença; a 'preservação do conhecimento' em bases de dados que permitam disponibilizar universalmente esse conhecimento e, através dessa divulgação, criar 'parcerias internacionais'.

A concretização destes objetivos pressupõe a existência de infraestruturas físicas de suporte.

Para produzir conhecimento, para além das acessibilidades virtuais, é necessária a garantia de velocidade de acesso à melhor informação possível – melhor em termos de exaustividade e de fiabilidade – que implica banda larga e velocidades elevadas de circulação de informação eletrónica, da ordem dos megabits/segundo. É o que vulgarmente se designa por 'autoestradas de informação'.

A garantia da capacidade de produção de conhecimento implica a existência, na retaguarda, de Centros de Investigação com qualidade, que se prolongam por Centros de Ciência e Tecnologia capazes de transformar os conhecimentos em produtos utilizáveis, de assegurar a prototipagem rápida e o lançamento de pequenas tiragens para teste dos mercados potenciais.

Pensamos que o Minho se aproxima a passos largos do conceito de uma 'Região de Conhecimento', porque:

- a) Está assegurada a retaguarda e as bases para a construção de uma Sociedade de Informação regional, não só intramuros – como nalgumas situações no resto do país – mas também extramuros, o que já não é tão frequente; identificam-se nestes aspetos as ações desenvolvidas pela Universidade do Minho, umas vezes por iniciativa própria, outras em conjunto com parceiros externos, nomeadamente autarquias e associações empresariais, tais como:
  - A certificação das 'competências básicas em TIC's', a iniciativa '*Campus virtual e o e-learning*', a nível interno, que irão difundir, por toda a Região, competências básicas para o acesso à informação veiculada por meios eletrónicos e para o acesso à aprendizagem à distância, com todas as potencialidades que esta aprendizagem oferece para o aumento do nível de formação dos cidadãos;
  - As iniciativas 'Braga Digital' e 'Ave Digital', a nível externo; o objetivo último do conjunto destas iniciativas é a criação de uma cultura de informação que atravesse toda a sociedade e viabilize a implementação a prazo de um conjunto de iniciativas incluídas no chamado '*e-government*' e que facilitem a vida dos cidadãos desta Região; no âmbito da Universidade, está a ser construída uma 'rede de banda larga' que une desde já Braga e Guimarães. No futuro, assim o permitam as instâncias governamentais, um 'anel digital de banda larga' deverá ligar as maiores cidades da região, numa primeira fase, ligando numa segunda fase todas as cidades do Minho, no âmbito do programa 'Minho Digital'; em alternativa, poderá pensar-se no alargamento das comunicações sem fios a toda a Região, com a instalação de pontos de acesso distribuídos em malha fina e um grau de conectividade assegurado por uma rede de servidores racionalmente espalhados pelo território; é provável a adoção de soluções mistas que se revelem, no momento da instalação, as mais económicas e eficazes;
- b) Na retaguarda existe também um conjunto muito importante de Centros de Investigação com elevada qualidade e que geram sistematicamente novo conhecimento; com efeito, a Universidade do Minho tem neste momento áreas de excelência num vasto conjunto de domínios, de que se destacam os Materiais – com 3 Centros de ID com Excelente – as Ciências da Vida e da Saúde – com 2 Centros com Excelente e 2 com Muito Bom – as TICs – com vários prémios nacionais e internacionais na área da robótica – a recuperação do património arquitetónico – onde o núcleo de Estruturas de Engenharia Civil desenvolve obras de recuperação nos maiores monumentos nacionais mas também no estrangeiro; crescem a estes os Centros de ID na Escola de Ciências, todos com Muito Bom, mas também o Centro de Estudos Humanísticos, um dos poucos Centros das Humanidades do país com Muito Bom, o Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade, o único Centro desta área com Muito Bom no país, o Centro de Psicologia, o único Centro do país nesta área com Excelente, ou o Núcleo de Estudos da Administração Pública, o único Centro com Excelente neste domínio; para



além destes centros, a UMinho é a Universidade que mais tem progredido no conceito da criação de um Parque de Inovação Tecnológica; localizado em Azurém, obteve financiamento que ascende a 9 milhões de Euros para a construção dos edifícios para o Centro de Computação Gráfica, o Centro de Valorização dos Resíduos e o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros; a estes seguir-se-á a implantação do CITRA – Centro de Investigação Tecnológica em Rodovias e Afins – que se encontra já em funcionamento; finalmente, a TecSense é um Centro de Desenvolvimento de equipamento eletrónico, criado para explorar as potencialidades de vários robots e de instrumentação já investigados, que têm sido objeto de vários prémios nacionais e internacionais; note-se que todos estes aspetos constituem os pilares de um edifício sólido, que se consubstancia no elevado número de patentes – 16 por ano – de publicações científicas internacionais (530/ano) – e de doutorados por milhão de habitantes que esta Região apresenta, índices estes muito superiores à média nacional e em muitos casos equiparáveis às regiões desenvolvidas da Europa;

- c) Como apoio à proteção da propriedade intelectual, e para além do GAPI da TecMinho, existe um programa de financiamento do registo de patentes, que permitiu, só em 2002 e 2003, o registo de 30 patentes nacionais e de 5 patentes internacionais;
- d) Como apoio à propagação do conhecimento, o conjunto de iniciativas em que a Universidade do Minho está envolvida juntamente com parceiros externos é muito vasto; assim, está em vias de ser assinada a escritura de constituição do AVE Park – Parque Tecnológico das Taipas; foi aprovado financiamento para a criação do Instituto Empresarial do Minho – Incubadora Tecnológica de Vila Verde; está a ser criada a SpinValor, empresa de apoio à constituição de *spinoffs* e o Fundo de Capital Semente; internamente foi criado o RepositóriUM, a primeira base de dados com artigos e trabalhos originais em língua portuguesa;
- e) Por último, uma ‘Região do Conhecimento’ deverá, na era das comunicações instantâneas, privilegiar as suas ligações internacionais; a Universidade do Minho é a Universidade portuguesa que coordena o maior número de projetos com a América Latina, sendo também, neste momento, a Universidade portuguesa que coordena o maior número de projetos científicos e de redes e investigação da União Europeia; é, além disso, a Universidade que maior número de programas de investigação e desenvolvimento mantém com as Universidades da Galiza; todos estes aspetos contribuem para assegurar internacionalmente a difusão do conhecimento produzido nesta região.

Em suma, esta é a Região que, pelas suas valências – dinâmica empresarial, indicadores de desenvolvimento científico e tecnológico, assim como pelos projetos que se encontram em curso nas várias vertentes – maiores potencialidades apresenta para, num futuro próximo, se consolidar como uma ‘Região de Conhecimento’ em toda a extensão.

## O FECHO DO DISCURSO

Comemoramos hoje o 30º Aniversário da Universidade do Minho.

A Universidade pretende posicionar-se como um polo dinamizador do desenvolvimento da região, atuando como agente na construção da “Região do Conhecimento” e promovendo a cadeia de valorização do conhecimento.

Mais do que reivindicações, a Universidade apresenta um conjunto de oportunidades e a disponibilidade e competência, experiência e vontade para se empenhar na sua materialização.

Mais do que um conjunto de problemas, a Universidade enuncia um conjunto de oportunidades.

Exma. Sr.<sup>a</sup> Ministra da Ciência e do Ensino Superior:

Em três ocasiões foi necessário alterar o esboço do discurso preparado para esta ocasião. A primeira, quando a 10 de janeiro foi assinado o ‘Pacto de Desenvolvimento Regional’, com a presença expressiva do Governo. O longo caminho percorrido desde julho de 2002 encontrou o eco pretendido no discurso então proferido pelo Primeiro-Ministro. Confesso que um dos objetivos prévios pretendia sensibilizar o Ministério da Ciência e do Ensino Superior para, junto da União Europeia, encontrar a oportunidade para a definição de um Programa que desse sequência à Iniciativa do Projeto-Piloto *Regions of Knowledge* que ocorreu em 2003 e que tinha tido um período de anúncio e abertura fugazes em agosto e setembro de 2003. A Universidade do Minho tinha chegado a considerar concorrer a essa iniciativa piloto. A segunda, quando, uns dois dias depois, o Governo fez o pré-anúncio da adoção de orientações estratégicas para o desenvolvimento baseado na ‘Sociedade do Conhecimento’. A terceira, após a divulgação da Iniciativa ‘Conhecimento e Inovação’ e dos Programas Operacionais que a irão suportar.

Quero, Sr.<sup>a</sup> Ministra, sublinhar o reconhecimento da capacidade de definição e intervenção que esta iniciativa estratégica demonstra.

Exmo. Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:

O projeto de “Desenvolvimento Regional do Minho” requer sensibilização e articulação transversal nas áreas da responsabilidade de diferentes Ministérios.

Em março de 2003, o Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente considerou a possibilidade de elaboração do PROT para o Minho, à semelhança da prática adotada para outras regiões. Foi nessa altura submetido o caderno de encargos necessário ao desenvolvimento deste trabalho. Seria fundamental que este processo fosse retomado.

A construção de uma 'Região do Conhecimento no Minho' foi objetivo estratégico central incluído no Programa de Ação da Reitoria da Universidade do Minho, em 2001.

Com o conhecimento e a experiência dos agentes de desenvolvimento da Região, os aqui presentes enquanto subscritores do 'Pacto de Desenvolvimento Regional', e os demais agentes que já enunciaram a vontade de se associarem a este processo, é possível dar corpo à 'Região do Conhecimento do Minho'.

Na data em que celebra o seu 30º aniversário, a Universidade do Minho é já a 'Universidade sem Muros' integrada na futura 'Região do Conhecimento do Minho'.

A. Guimarães Rodrigues



**38. 2005.****Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.**

*Dia da Universidade, no 31º aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>97</sup>.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República<sup>98</sup>;  
 Excelentíssimo Senhor Governador Civil do Distrito de Braga<sup>99</sup>;  
 Digníssimo representante da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior;  
 Senhor Arcebispo Primaz, Excelência Reverendíssima<sup>100</sup>;  
 Senhor Embaixador da República de Moçambique<sup>101</sup>;  
 Senhores Reitores das Universidades Portuguesas, da Galiza e de Moçambique;  
 Senhor Dr. Mário Soares ilustre padrinho apresentante;  
 Senhor Dr. Joaquim Chissano, novo doutor;  
 Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas, Militares e Religiosas;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores;  
 Estimados Alunos;  
 Prezados Funcionários;  
 Minhas Senhoras e meus Senhores:

Comemoramos hoje o 31º Aniversário da Universidade do Minho numa Cerimónia presidida por sua Exa. o Senhor Presidente da República. Exprimo, Sr. Presidente da República, o reconhecimento pela sua presença nesta instituição, que muito nos honra. É uma instituição que conhece bem e pela qual demonstrou o seu interesse em inúmeras ocasiões.

Nesta Cerimónia incluiu-se a outorga do Grau de Doutor *Honoris Causa* em Ciências Políticas e Relações Internacionais ao Dr. Joaquim Chissano. A participação do Dr. Mário Soares como Padrinho do doutorando e as intervenções do Prof. Pedro Bacelar, no louvor ao Padrinho e do Prof. Lobo Fernandes, no louvor ao doutorando, muito honram a nossa Universidade.

Gostaria de agradecer especialmente ao Dr. Macedo Pinto, Cônsul Honorário de Moçambique, no Porto, os seus bons ofícios e todas as diligências efetuadas para a preparação desta cerimónia.

97 A cerimónia deste ano ficou marcada pela atribuição do doutoramento *Honoris Causa* a Joaquim Chissano. No evento estiveram presentes, para além de outras individualidades, o Presidente da República à época, Jorge Sampaio e também o ex-presidente Mário Soares, que apadrinhou o distinguido.

98 Jorge Sampaio (Jorge Fernando Branco de Sampaio).

99 Fernando Ribeiro Moniz exerceu o cargo de Governador Civil de Braga, pela segunda vez, entre 2005 e 2009.

100 D. Jorge Ortiga.

101 Gregório Leão José era, nesta altura o embaixador de Moçambique em Portugal. Em maio desse ano foi nomeado Diretor-Geral do Serviço de Informação e Segurança do Estado moçambicano (SISE), sendo substituído no cargo por Miguel da Costa Mkaima.

Na outorga deste grau, a Universidade reconhece o mérito da ação desenvolvida pelo Dr. Joaquim Chissano na área das Ciências Políticas e Relações Internacionais. Mas, a atribuição do grau de *Honoris Causa*, traduz o reconhecimento da academia da Universidade do Minho pela ação desenvolvida pelo Dr. Joaquim Chissano na instalação e consolidação de um regime democrático na República de Moçambique, pela sua afirmação na pacificação da África Austral e pela reunião das condições necessárias ao seu desenvolvimento.

A Universidade do Minho foi criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto. À Comissão Instaladora presidiu o Professor Doutor Lloyd Braga. Ao traçar a história da Universidade do Minho, facilmente se encontram as suas raízes numa outra Universidade, em Moçambique, na atual Universidade Eduardo Mondlane, então chamada Universidade de Lourenço Marques e antes Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

À data, a Universidade de Moçambique aproveitou a oportunidade única de ser concebida e projetada como uma nova instituição, para introduzir e experimentar orientações que seriam difíceis no quadro das instituições de Ensino Superior de então.

Eram prioridades dessa Universidade, em Moçambique, nos anos sessenta, a qualificação do corpo docente – tendo sido posto em curso um programa intensivo de doutoramentos no estrangeiro e a conceção de projetos de ensino inovadores e interdisciplinares. A ligação à envolvente constava das suas prioridades.

Este processo foi liderado pelo Professor José Veiga Simão, primeiro Reitor da Universidade em Moçambique, acompanhado por uma equipa de que ainda podemos identificar vários elementos presentes nesta Cerimónia. Podemos ainda identificar colaboradores diretos e alguns dos então jovens docentes empenhados na construção de uma nova instituição em Moçambique.

Ao longo dos anos foram vários os projetos que ligaram a Universidade do Minho a Moçambique, em particular através da cooperação com as instituições de Ensino Superior público e privado.

A Universidade do Minho acolhe presentemente um total de 16 alunos moçambicanos que frequentam cursos de licenciatura e 2 que frequentam cursos de mestrado. Oito destes estudantes estão alojados nas residências universitárias. O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento apoia os estudos de 3 destes estudantes.

Quero saudar, na pessoa do Presidente do Núcleo de Estudantes Moçambicanos, todos estes estudantes que, em condições sempre difíceis, optaram por esta Universidade.

A Universidade tem protocolos assinados com duas instituições de Ensino Superior (uma pública e outra privada) em Moçambique e, ao abrigo de um deles, ministrou, em Maputo, duas edições do Mestrado em Sistemas de Informação da Universidade do Minho. Estão presentemente em conclusão e avaliação as teses desta 2ª edição.

Um dos protocolos, assinado em 2001, envolve, para além das instituições de Ensino Superior, a Associação Industrial do Minho e a Associação Industrial de Moçambique, construindo um espaço de intervenção cujo potencial importa promover.

A construção de uma ‘Sociedade do Conhecimento’ foi identificada pela União Europeia como objetivo indispensável à consolidação de uma economia competitiva. Efetivamente, com o objetivo de transformar a Europa na economia mais competitiva do mundo, a União Europeia identificou, também, o papel indispensável a desempenhar pelas Regiões, como ‘Regiões do Conhecimento’, na tradução das políticas europeias e nacionais e na concretização de projetos regionais de índole estratégica, envolvendo os agentes académicos, políticos, económicos, associativos, financeiros, etc.

A Universidade do Minho é uma Universidade localizada num espaço territorial que se identifica com a Região do Minho, o Baixo e Alto Minho. A afirmação no espaço nacional, a internacionalização e a cooperação são também vetores da sua missão, indispensáveis para o cumprimento efetivo do seu estatuto universitário e imprescindíveis para o seu impacto no desenvolvimento da Região.

A afirmação e o desenvolvimento de uma Região fazem-se em ligação e complementaridade com outras regiões. O conhecimento é Universal e a Sociedade do Conhecimento é, por definição, aberta à cooperação.

A língua, a ciência e a tecnologia e a cultura são avenidas na cooperação, num circuito facilitado pelo elo de ligação ao espaço dos países de expressão portuguesa, que partilham um longo percurso comum na viagem do tempo e que, como tal, inscrevem nas suas culturas e nos seus imaginários fortes laços de união.

Em 1973, num miradouro da cidade de Porto Amélia, atual cidade de Pemba (com o mesmo nome da baía – Baía de Pemba, ou seja, Baía das Moscas), negocieei com um artesão a compra de uma pequena escultura do “Pensador Maconde”, talhada em pau-preto. Outras obras apresentavam figuras de elefantes talhadas em dentes de marfim. Questionei o artesão sobre a dificuldade da execução deste tipo de trabalho. A resposta foi célere e simples. Explicou-me o artesão de que era fácil. Que olhava para o dente de elefante e via o elefante dentro dele. Depois, limitava-se a tirar o que estava a mais.

Comprei o “Pensador Maconde”, que me acompanha, na minha secretária, desde então. É de facto simples, basta ver o todo coerente e tirar o que está a mais.

#### RELATÓRIO 2004

Passarei a um breve Relatório com referência a alguns dos principais aspetos que marcaram a atividade desenvolvida em 2004.



Em 2004 voltou a repercutir-se na Universidade o insuficiente investimento no Ensino Superior, por via de um orçamento de estado que não contemplou nem a inflação nem os encargos correspondentes à progressão na carreira de docentes e funcionários. O Orçamento de Estado apresentou, em 2004, uma redução de cerca de 2% relativamente a 2003.

As receitas próprias representaram, em 2004, cerca de 29% do orçamento privativo e 43% do orçamento de estado.

Os encargos com pessoal representaram um acréscimo de cerca de 1% relativamente ao verificado em 2003.

Para o equilíbrio da equação financeira, foi determinante a fixação do valor das propinas, por decisão do Senado em 2003. O aumento do valor das propinas providenciou as receitas indispensáveis para assegurar a manutenção de um nível adequado de funcionamento e preservação da qualidade.

**Figura 51**  
Cerimónia do Dia da Universidade, no 31º aniversário, em 17 de fevereiro de 2005, na qual se atribuiu o doutoramento *Honoris Causa* a Joaquim Chissano, à esquerda. Ao lado, o antigo Presidente da República, Mário Soares, seguido do Reitor, António Guimarães Rodrigues, do Presidente da República, Jorge Sampaio e do Cônsul de Moçambique em Portugal, Augusto Macedo Pinto. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.





**Figura 52**

*Idem.* O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Presidente da República, Jorge Sampaio. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

À fixação do valor das propinas em 640 euros para o ano letivo de 2003/04 e em 740 euros para 2004/05 foram associados compromissos com os alunos de disponibilização de financiamento para projetos orientados à qualidade. Esta reserva para o ano de 2004 correspondeu a um montante de 1 milhão de euros.

A Universidade acompanhou atentamente a evolução do número de alunos inscritos, não apenas pelo peso deste fator na definição do seu orçamento, mas essencialmente pela preocupação sobre a repercussão do aumento de propinas nas condições para a frequência do Ensino Superior. O efeito do aumento das propinas foi significativo, verificando-se uma redução no número de alunos inscritos na ordem dos 600 alunos.

Embora uma parte desta realidade represente um acréscimo no número de licenciaturas concluídas, o remanescente é preocupante, pois traduz um fator de discriminação negativa acrescido sobre uma região cumulativamente desfavorecida.

Uma rigorosa gestão permitiu à Universidade manter o seu investimento em projetos estratégicos e garantiu a latitude necessária ao desenvolvimento da sua missão,



nas vertentes cultural, de investigação, ensino e serviço. Em todas estas vertentes o desempenho da Universidade marcou pela qualidade.

O ano de 2004 pôde ver a materialização de um significativo conjunto de ações apenas possíveis pelos esforços de organização e reconfiguração preparados em 2002 e implementados em 2003 e pela definição, planeamento e controlo desenvolvidos.

Em julho a Universidade cumpriu mais uma etapa crucial do projeto “*Campus Virtual*”, com o início da exploração de uma rede de comunicação sem-fios cobrindo praticamente todos os espaços públicos dos *campi* de Gualtar e Azurém, bem como as instalações da Reitoria e ainda outros espaços de permanência de alunos, como a Associação Académica e as residências académicas.

A ligação em banda larga às Universidades da Galiza permitiu, em outubro, a transmissão em direto da Opera Oberta do Teatro Gran Liceu de Barcelona, do espetáculo Boris Godunov, de Modest Mussorgski. Este constituiu o primeiro evento nacional de transmissão direta e integral de um espetáculo com suporte de uma infraestrutura de banda larga. Uma segunda ocasião ocorreu em dezembro com a transmissão da ópera Rigoletto, de Verdi.

A Universidade do Minho foi uma das duas instituições de Ensino Superior da Europa, de um total de 2.000 subscritoras do *Erasmus Charter* e, de 176 candidatas, a receber simultaneamente dois importantes “selos de qualidade” da Comissão Europeia, o *ECTS Label* e o *Diploma Supplement Label*. Estes *labels*, ou selos, foram entregues à Universidade do Minho a 18 de novembro, em cerimónia oficial da Comissão Europeia. Ao todo, 11 Universidades obtiveram o *ECTS Label* e 28 Universidades obtiveram o *Diploma Supplement Label*.

De acordo com um Estudo publicado pelo Observatório de Ciência e Ensino Superior (OCES), a Universidade do Minho foi considerada a universidade portuguesa com menor taxa de insucesso.

No conjunto das 20 bolsas atribuídas em todo o país para o desenvolvimento de doutoramentos em ambiente industrial, a Universidade do Minho captou 7 bolsas, ou seja, 35% do total, o que traduz a forte singularidade da ligação da Universidade ao meio empresarial.

No conjunto dos seus 30 Centros de Investigação, a Universidade do Minho atingiu perto de 80% do mérito máximo que a instituição poderia atingir. Esta estatística deve ser sublinhada, pois representa a medida efetiva do desempenho das unidades de investigação.

De acordo com referenciais da tutela, a percentagem de doutorados cresceu de 40.2% em dezembro de 2002, para 56.1% em dezembro de 2003. Este aumento foi o terceiro maior observado em todas as Universidades portuguesas.

O financiamento captado através do concurso para reequipamento científico, adicionado à comparticipação institucional, perfaz mais de 9 milhões de euros para aquisição de equipamento, garantindo um forte impulso ao desenvolvimento da investigação científica da Universidade.

A Biblioteca de Leitura Pública de Braga foi inaugurada em dezembro, concretizando um projeto em parceria com a Câmara Municipal de Braga, com um percurso atribuído, iniciado em 1990. A Biblioteca recebeu o nome do Professor Lúcio Craveiro da Silva, ex-Reitor da Universidade e Presidente do Conselho Cultural.

O Conselho Cultural desenvolveu um trabalho de reflexão sobre a Política Cultural da Universidade e aprovou dois vetores de atuação em sintonia com a perspetiva de afirmação e intervenção da Universidade no seu espaço regional.

A Universidade operou durante 2004 o único repositório em língua portuguesa, o RepositóriUM. Em novembro, subscreveu a Declaração de Berlim e estabeleceu uma Política de Auto-Arquivo de Acesso Livre da sua Produção Intelectual, posicionando-se como a única instituição no espaço lusófono a assumir institucionalmente uma Política de Acesso Livre, contribuindo ativamente para a construção no espaço Europeu de uma sociedade do conhecimento competitiva e dinâmica. O *Chronicle of Higher Education* anunciou, a 4 de fevereiro, que a Universidade do Minho é, a nível mundial, a primeira instituição a adotar uma política de Acesso Livre.

O *site* da Universidade ([www.uminho.pt](http://www.uminho.pt)) foi certificado com o selo internacional de qualidade *QWeb*, atribuído pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER). Com esta atribuição, a UMinho garante a prossecução da política de melhoria contínua da qualidade dos serviços que presta, sendo a primeira instituição pública portuguesa com *site* certificado. Ficaram assim certificadas a segurança e privacidade do tratamento das informações pessoais e financeiras e a prioridade dada à satisfação dos utentes, em conformidade com parâmetros de referência internacionais.

A Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian (ESECG) foi integrada na Universidade do Minho a 21 de julho, por deliberação do Conselho de Ministros publicada em Diário da República. No passado dia 14 de fevereiro, a Reitoria assumiu a homologação tácita dos Estatutos revistos para acomodar a integração desta Escola, garantindo assim a reunião das condições necessárias para o seu funcionamento normal.

O reconhecimento da expressão desportiva da academia foi demonstrado pela atribuição da responsabilidade da organização do IV Campeonato Europeu Universitário de Voleibol, que decorreu em setembro, nos Complexos Desportivos Universitários dos *campi* de Gualtar, em Braga e de Azurém, em Guimarães.

O projeto da Sede da Associação Académica da Universidade do Minho recebeu, na sua dotação para 2005, um valor marginal, mas o projeto encontra-se inscrito em PIDDAC para os anos posteriores.

Manteve-se a estreita colaboração entre a Reitoria e a Associação Académica. A Reitoria colaborou diretamente no funcionamento do Plenário dos Grupos Culturais e na administração da Rádio Universitária.

O reconhecimento externo da instituição foi determinante na sua intervenção de apoio ao desenvolvimento, contribuindo laboriosamente para a construção da 'Região do Conhecimento no Minho'.

O Relatório da Universidade, hoje distribuído, menciona alguns dos prémios atribuídos aos docentes/investigadores. É apenas a listagem de algumas das "marcas de água" que são reflexo da qualidade da atividade de investigação desenvolvida. Num Relatório sobre a atividade de uma comunidade que envolve 1.110 docentes, perto de 700 funcionários e cerca de 16.000 alunos, muitas referências foram necessariamente omitidas. É no entanto justo retificar aqui a omissão de referência ao Prémio *Lettinga* 2004, atribuído ao trabalho desenvolvido na área da biotecnologia ambiental pela Doutora Madalena Alves.

A despeito das dificuldades acrescidas, motivadas pela retração orçamental, a Universidade do Minho, num vasto conjunto de vertentes da sua atividade, avançou significativamente no cumprimento do seu lema de "Universidade Sem Muros".

A Universidade do Minho desenvolveu ao longo dos seus 31 anos uma forma de atuação reconhecida na construção e consolidação da cadeia de valorização do conhecimento. A interação da Universidade com os agentes administrativos, económicos, políticos e associativos foram traduzidas no 'Pacto de Desenvolvimento Regional' assinado a 10 de janeiro de 2004. A Universidade não substitui os agentes económicos e políticos. Mas inquieta-os e desafia-os, esperando que lhe seja também exigida a intervenção no desenvolvimento da região.

## PLANO PARA 2005

O Orçamento de Estado atribuído à Universidade do Minho para 2005 sofreu uma acentuada redução, ao nível dos 4%.

A atribuição deste orçamento ignorou critérios de efetiva avaliação normalizada do desempenho das instituições, tendo privilegiado e reforçado um "modelo gravitacional" para a distribuição enviesada de um financiamento global previamente fixado para as Universidades.

A Universidade desenvolverá uma gestão criteriosa, cumprindo fatores de desempenho de gestão únicos, mas denunciará publicamente a sistemática discriminação negativa, apelando às forças políticas para a defesa desta Instituição que contribui de forma direta e determinante para o desenvolvimento da Região.

A Universidade continuará a desenvolver o apoio e cooperação com os agentes económicos e políticos, promovendo a localização e viabilização, de núcleos de atividade

industrial e de serviços, bem como a viabilização de infraestruturas essenciais ao desenvolvimento da região.

A Universidade e os seus parceiros, estão em posição privilegiada para a formulação de projetos relevantes e para acederem ao financiamento disponibilizado ao abrigo do Programa Operacional para a Ciência e Inovação e do Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento. A medida designada por 'Região do Conhecimento' foi inserida no POCI, face ao reconhecimento por parte do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior da importância do projeto de construção de uma 'Região do Conhecimento no Minho' e ao trabalho nesse sentido desenvolvido pela Universidade e pelos seus parceiros.

A Universidade do Minho, como "Universidade Sem Muros", é uma Universidade que promove a comunicação interna, sem preconceitos ou barreiras ao livre pensamento e à criatividade. É uma Universidade permeável, aberta à intervenção externa e decidida a intervir no seu exterior.

O ano de 2005 irá transportar a Universidade do Minho para um novo patamar de divulgação da sua produção intelectual, com base na sua Política de Auto-Arquivo de Acesso Livre.

A Universidade mantém e promove o objetivo da articulação da oferta de formação superior pública na Região do Minho, baseada numa participação suportada por modelos que acomodem a latitude de interesses das instituições.

A Universidade pretende reforçar a sua atuação estratégica na área cultural, promovendo a realidade cultural da Região, reforçando os seus traços de identidade cultural e valorizando a sua diversidade.

A perspetiva do Minho como 'Região do Conhecimento' não é uma perspetiva centrípete e centrada na Universidade e na Região próxima. Numa Europa das Regiões, a afirmação das Regiões faz-se pela sua intervenção e afirmação externas e pela sua capacidade de interagir com outras regiões.

A internacionalização e a cooperação são vertentes que atravessam quer a investigação, quer o ensino e a formação, quer a prestação de serviço. Estão em preparação e discussão modelos de suporte a estes vetores, especialmente na ligação a países da CPLP e à Galiza, pretendendo-se que 2005 veja a concretização de alguns importantes projetos.

Reforçando a orientação que suportou a afetação de um milhão de euros do orçamento ao Programa de Qualidade em 2004, será dirigida em 2005 uma reserva de meio milhão de euros, aprovada pelo Senado, ao investimento estratégico na Qualidade, Investigação e Desenvolvimento e Cultura.

O processo de Bolonha, no que tem de essencial – a evolução do paradigma de ensino/aprendizagem – receberá atenção reforçada na análise das experiências-piloto desenvolvidas em 2004 e na sua ampliação durante 2005.

A Universidade deverá prosseguir na definição de um modelo unificado de formação, que permita a permeabilidade, acreditação e creditação da formação e competências adquiridas em percursos não formais. A experiência reunida na formação de novos públicos e no ensino formal serão objeto de estruturação, tendo em conta definições que se aguardam para o processo de Bolonha nas diferentes áreas do conhecimento.

Como resultado da qualificação reconhecida à Universidade do Minho, pela atribuição do ECTS *Label* e do Diploma *Supplement Label*, a Universidade foi incluída no conjunto das 15 Universidades Europeias que participam no grupo-piloto que está envolvido na reflexão para a especificação de um sistema ECTS para o *Life Long Learning*.

Internamente, proceder-se-á à consolidação das infraestruturas físicas e organizacionais que permitam desenvolver de forma sustentada os projetos estratégicos.

Completado o necessário destaque das parcelas de terrenos da Universidade do Minho em Azurém, foram cumpridas as condições para a transferência do financiamento e o arranque das construções das instalações para o Centro de Ciência de Azurém, que inclui o Polo de Inovação de Engenharia de Polímeros, o Centro de Computação Gráfica e o Centro de Valorização de Resíduos.

Finalmente, a Universidade é responsável pela construção do capital reunido nas competências dos seus estudantes. Para essa formação muito contribui o espírito associativo e de partilha que a AAUM promove. Com o Presidente Roque Teixeira e a Direção da AAUM a Reitoria pretende garantir as melhores condições para a realização desta responsabilidade.

## FINAL

Termino esta minha intervenção em que, em linhas gerais, procurei apresentar a atualidade da Universidade, a sua perspetiva e os seus projetos para o futuro.

Senhor Presidente da República:

Não pretendo nesta ocasião sobrecarregar esta Cerimónia com a referência às preocupações da Universidade Portuguesa, em particular desta Universidade. Três pontos, contudo, gostaria de referir.

### A Autonomia

Os Estatutos de qualquer Universidade inscrevem no seu articulado a ação cultural, a atividade de investigação, o ensino e o serviço especializado. Na sua missão

declaram a criação do saber, a sua transmissão e, frequentemente, a aplicação desse conhecimento.

Os objetivos estratégicos de cada Universidade resultam de uma leitura “política” da sua atualidade e da visão prospetiva sobre o futuro. São função da sua história, das condições que lhes foram facultadas ao longo do tempo, da sua localização geográfica e da sua envolvente económica e social.

São conhecidos exemplos que demonstram que a atual autonomia não impede a intensa e efetiva interação e a intervenção dos agentes externos na ação da Universidade.

Não podem ignorar-se as estatísticas: em Portugal, na população com idade entre os 25 e os 64 anos, verifica-se uma percentagem de 9.3% de licenciados, contra 21.8% na Europa; apenas 11.1% da população nesse grupo etário possui uma instrução de nível secundário, contrastando drasticamente com os 42.9% da média da Europa.

A ambiguidade na definição do papel dos subsistemas de Ensino Superior público e Ensino Superior privado e na aplicação de critérios universais de avaliação da qualidade, distorce ainda mais a identificação dos grandes números na equação do Ensino Superior.

A dotação de docentes e funcionários cumpre *plafonds* fixados anualmente pela tutela. As Universidades são, no conjunto das instituições públicas, exemplo de rigor orçamental.

A limitação ao pleno exercício da autonomia universitária traduz-se em prejuízo para a gestão das instituições e para o cabal cumprimento da sua missão, não devendo o resultado negativo imposto por esta limitação constituir pretexto ou justificação para a necessidade de introdução de modelos alternativos de governação. É imprescindível que a autonomia seja restaurada e ampliada.

Bolonha

O reconhecimento das competências adquiridas é a medida da mobilidade no Espaço Europeu. As competências reunidas são função do perfil e da duração completa da formação acumulada, incluindo a formação pré-universitária.

O CRUP emitiu parecer em que assumiu que, no contexto dos atuais níveis de formação, não é possível garantir uma formação de nível universitário num período inferior a 4 anos, admitindo que a especificidade de algumas áreas possa permitir uma duração mais curta.

Não podem ser ignoradas, por exemplo, nem as dificuldades geradas em Itália pela prematura fixação por decreto de uma duração de 3 anos para o primeiro ciclo, nem o facto de a Espanha ter optado pela duração de 4 anos.

A fixação em 3 anos da duração do 1º ciclo ditaria um percurso acumulado de formação de um jovem português inferior ao da maioria dos países europeus, resultando num “produto branco” de duvidoso reconhecimento pelo mercado de trabalho.

Tudo recomendaria que em Portugal fosse adotado, com eventuais exceções, um primeiro ciclo de 4 anos. A prioridade deve ser colocada na revisão da formação ministrada no ensino pré-universitário e, possivelmente, na sua duração.

#### Desenvolvimento

É importante que seja efetivo o reconhecimento do papel fundamental da Universidade no desenvolvimento para a criação de melhores condições de vida e segurança das populações.

Há a percepção de que a taxa de abandonos cresceu face ao aumento do valor das propinas. O aumento das propinas constitui fator adicional de discriminação negativa sobre instituições localizadas em regiões onde se verificam condições económicas e sociais mais desfavorecidas.

O financiamento das instituições tem que ter em conta o seu desempenho normalizado e não apenas o volume da sua produção. Trata-se, afinal, de garantir que, também em relação às condições de funcionamento das Universidades, como agentes de desenvolvimento, se não apliquem meros “modelos gravitacionais”.

A Universidade orgulha-se de contar, a partir de hoje, com o Doutor *Honoris Causa* Joaquim Chissano.

Para além do mérito reconhecido que lhe outorga o *Honoris Causa* em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Universidade do Minho, constitui mais um elo desta Universidade Sem Muros.

Muito Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues



**39. 2006.****Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.**

*Dia da Universidade, no 32º aniversário, em 17 de fevereiro.*

Exmo. Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>102</sup>;  
Senhor Arcebispo Primaz, Excelência Reverendíssima<sup>103</sup>;  
Senhores Reitores das Universidades Portuguesas e da Galiza;  
Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
Senhores Deputados à Assembleia da República pelo Distrito de Braga;  
Senhores Presidentes das Câmaras Municipais dos Distritos de Braga e Viana do Castelo;  
Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas, Militares e Religiosas;  
Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
Prezados Membros da Assembleia e do Senado da Universidade do Minho;  
Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores;  
Estimados Alunos e Funcionários;  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Agradeço a presença do Exmo. Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que muito nos honra e que desta forma evidencia o interesse da tutela pelo desempenho das Universidades Portuguesas. Numa 'Sociedade do Conhecimento' e na prossecução do objetivo do 'Desenvolvimento Sustentado', baseado no conhecimento, o papel das Universidades é incontornável.

Esta Cerimónia Solene comemora o 32º Aniversário da Universidade do Minho.

Gostaria de brevemente invocar alguns dos funcionários da Universidade que faleceram em 2005. Apenas simbolicamente, em representação de todos os funcionários, invoco o Professor Joaquim Barbosa Romero, o Eng.º Aguilar Monteiro, o Sr. António Falcão, que fizeram parte de uma primeira geração desta Universidade.

As estatísticas globais que descrevem e caracterizam a atividade da Universidade em 2005 foram incluídas no Relatório Anual que hoje foi distribuído, estando portanto disponíveis para análise detalhada.

O ano de 2005 foi mais um ano de insuficiente financiamento da Universidade. O orçamento nominal da Universidade foi extremamente penalizante, representando uma redução de 4% em relação ao orçamento do ano de 2004.

Ao Orçamento de Estado para 2005 foi acrescido um valor de cerca de 1.5 milhões de euros, correspondente à Escola Superior de Enfermagem, integrada em julho de

---

102 José Mariano Gago, Ministro do XVII Governo, presidido por José Sócrates, o qual ocuparia esse cargo entre 12 de março de 2005 e 21 de junho de 2011.

103 D. Jorge Ortiga.



2004 na Universidade do Minho, para cobrir os encargos com pessoal e funcionamento relativos a esta Escola.

O decréscimo no orçamento transferido, relativamente ao orçamento de 2004, foi de cerca de 720.000 euros. O orçamento não teve ainda em conta o aumento de encargos com as promoções (2%), equivalente a um valor aproximado de 1.1 milhões de euros.

Adicionalmente, o aumento de vencimentos da Função Pública (2.2%) fixado pela Portaria n.º 42-A/2005 de 17 de janeiro, equivalente a aproximadamente 1.25 milhões de euros, não foi coberto por qualquer transferência do orçamento de estado.

A redução em 786 alunos inscritos, estimada pelo Observatório de Ciência e Tecnologia – redução real na ordem dos 600 alunos – refletiu-se numa redução no valor da receita das propinas de cerca de 582.000 euros.

A distribuição global para o funcionamento das Escolas rondou os 80% da distribuição em 2004.

O Orçamento Privativo teve um aumento de cerca de 2.6%, correspondendo a uma variação de 86 milhões de euros em 2004 para 88 milhões de euros em 2005.

Os encargos com pessoal representaram um acréscimo de cerca de 6.7% relativamente a 2004.

Mais uma vez, a fixação do valor das propinas adquiriu uma importância determinante para a viabilização do funcionamento da Universidade. A propina para o ano letivo de 2004/05 foi fixada em 740 euros, por deliberação do Senado (SU-33/04), mantendo a programação que planeou a propina máxima para o ano letivo de 2006/07.

Para o Programa para a Qualidade definido pela Reitoria, foi reservada uma dotação no valor de 500.000 euros (inferior ao milhão de euros fixado para 2004). Foram reforçados os “vetores de qualidade”, já considerados em 2004, tendo igualmente sido considerada uma vertente estratégica associada à Investigação. O *Campus Virtual*, o *e-learning*, as experiências-piloto de introdução de metodologias de ensino/aprendizagem ajustadas ao modelo de Bolonha, os laboratórios virtuais, a formação pedagógica de docentes, a cativação de novos públicos pelo reforço da formação de alunos *Adhoc*, a melhoria das condições de apoio aos estudantes portadores de deficiência, foram apenas alguns dos vetores contemplados.

Decorreu a 2ª edição do Curso Livre de Preparação para candidatos ao Exame Extraordinário para Acesso ao Ensino Superior, “Exames *Adhoc*”, no qual se inscreveram 101 alunos, tendo sido facultada formação no Curso Livre de Língua Portuguesa e nas disciplinas de Economia, Física, Filosofia, História, Matemática, Português e Literatura Portuguesa e Psicologia. A taxa de sucesso dos estudantes que se submeteram a exame foi elevada, calculada em 81.2%, pese embora a muito elevada taxa de abandono.

O Acesso ao ano letivo de 2005/06 permitiu concluir que a Universidade do Minho foi a 3ª Universidade Portuguesa no preenchimento das vagas de acesso, imediatamente após o Instituto Superior Técnico e a Universidade do Porto.

A Universidade regista cerca de 2.000 alunos de pós-graduação, representando uma percentagem de 7.6% dos seus estudantes, o que a posiciona em 2º lugar, a nível nacional.

Apenas com recurso a uma rigorosa gestão foi possível manter o investimento em projetos estratégicos e garantir a latitude necessária ao desenvolvimento das vertentes cultural, de investigação, ensino e serviço, com um desempenho de reconhecida qualidade.

O projeto do *Campus Virtual* desenvolveu-se, completando uma malha de funcionalidades e suportes que projetam a Universidade para o conceito de *Universidade Virtual*.

No sentido de reforçar as condições para introdução de novas metodologias de ensino/aprendizagem, foi celebrado um protocolo com fornecedores de equipamento informático portátil e com a banca, para garantir à academia acesso a equipamento a custo favorável.

A conectividade interna foi objeto de investimento, que permitiu um grande salto qualitativo, passando o circuito interno entre Gualtar e Azurém de 16 para 768 Mbps e a transmissão entre Gualtar e o Largo do Paço de 2 para 256 Mbps.

A Universidade participou no projeto ELITE'LLL (ECTS *Label Institutions to Elaborate Life-Long-Learning Concepts*) no processo de reflexão, conceção e implementação do ECTS, como sistema de transferência e acumulação de créditos para a Educação ao longo da vida e desenvolveu diversas iniciativas internas no sentido de cumprir todos os objetivos propostos.

De acordo com os dados compilados pelo OCES, publicitados em novembro, a taxa de sucesso escolar de diplomados da UM (relativa ao ano letivo de 2003/04) é de 77%, ou seja 4 pontos percentuais mais elevada do que a verificada no ano anterior, quando a UM foi considerada a universidade portuguesa com maior índice de sucesso. A Universidade mantém, assim, uma posição que a distingue pelo sucesso escolar.

No Concurso de Inovação do BES foram premiados o projeto “Tratamento anaeróbio de efluentes complexos contendo gorduras”, desenvolvido por uma equipa do Departamento de Engenharia Biológica e o projeto “Cadeira de Rodas Omnidirecional”, do Departamento de Eletrónica Industrial.

O Centro 3B's – Biomaterials, Biodegradables and Biomimetics foi selecionado pela União Europeia, entre 19 candidaturas de países europeus, para implementar no distrito de Braga o Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, caso único a nível nacional.



**Figura 53**  
Cerimónia do Dia da Universidade, no 32.º aniversário, em 17 de fevereiro de 2006. Cortejo. Em primeiro plano, D. Jorge Ortiga (Arcebispo de Braga). Atrás, o Reitor, António Guimarães Rodrigues (direita) e José Mariano Gago, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



**Figura 54**  
*Idem*: O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Mais dois investigadores, um do Centro 3B's e outro do Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil da Universidade do Minho receberam o “Estímulo à Excelência” da FCT.

A Universidade do Minho foi distinguida com o Prémio NISHIDA 2005, um prémio atribuído pela Toshiba Portugal por ter sido reconhecida como a instituição que, em Portugal, mais contribuiu nos últimos 20 anos para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal.

De acordo com os registos da Universidade, a percentagem de docentes de carreira doutorados atingiu em 2005 a percentagem de 72.2% (57% em 2002, 62.4% em 2003, 69% em 2004).

A Universidade afirmou-se na investigação, no ensino e na extensão universitária. O peso do financiamento cativado para a investigação representou um total de 6.643.190€, o que demonstra a importância desta vertente na atividade da Universidade.

As novas Licenciaturas, que tiveram o seu início no ano letivo de 2005/06 preencheram a totalidade das vagas oferecidas. Assim, a Licenciatura em Filosofia atraiu um total de 29 alunos. A Licenciatura em Design e Marketing da Moda reuniu um total de 26 alunos.

A Universidade do Minho foi contratualizada pelo Ministério da Justiça para identificar as causas da anomalia verificada nos sistemas informáticos no processo das Eleições Autárquicas em outubro. Em dezembro, a Universidade foi convidada pelo Ministério da Justiça para auditar os sistemas informáticos nas Eleições Presidenciais. Estas prestações evidenciam o reconhecimento de competências na área das TICs e granjeiam-lhe o estatuto de “entidade credenciada” para o apoio técnico de processos complexos que envolvem grande volume de informação, como são os processos eleitorais.

A Universidade do Minho constituiu-se como membro fundador da sociedade CIENCINVEST, orientada à valorização económica dos resultados de investigação e ao fomento do empreendedorismo de base tecnológica, em parceria com a Fomentinvest, a API CAPITAL, a Fundação Ilídio Pinho, a GRUPNAVE (Holding da Universidade de Aveiro), a PME Capital, a Universidade do Porto e a Universidade Católica Portuguesa. A Universidade do Minho detém 10% do capital social, no valor de 2.5 milhões de euros.

Em dezembro, a Universidade do Minho associou-se à UNINVEST, uma sociedade de capital de risco ligada ao espaço universitário e empresarial em Espanha. A UNINVEST, constituída em outubro, inclui 16 universidades espanholas. Com um capital social atual de 20 milhões de euros, a sociedade pretende investir na criação e desenvolvimento de empresas de base científica e tecnológica de ponta e no desenvolvimento de *spin offs* das universidades e de outros centros de investigação.

Na Cimeira Ibérica realizada em Évora, em novembro, foi decidida a localização de um Instituto Ibérico de Investigação no Distrito de Braga. Para a localização do Centro de Investigação foram fatores relevantes as competências reunidas na Universidade do Minho e o seu desempenho em áreas de ponta.

O Instituto Confúcio foi instalado na Universidade do Minho em dezembro. Esta opção traduz o reconhecimento, por parte das autoridades Chinesas, da existência na Universidade do Minho das condições apropriadas. Foi também assinado um protocolo com a Universidade de Línguas de Tianjin.

A Universidade associou-se à constituição da Fundação da Bienal de Vila Nova de Cerveira, através de Escritura Pública, desta forma cumprindo também a sua missão como agente cultural. A Fundação, que carece de homologação pelo Ministério da Administração Interna, deverá colaborar na elaboração de um plano estratégico sustentado, direcionado à criação de uma rede concelhia de equipamentos culturais.

Em 2005, o esperado financiamento PIDDAC de aproximadamente 11 M€ foi objeto de um corte de cerca de 2 M€, tornando imperativo o investimento a partir de receitas próprias da Universidade.

Apesar desta penalização a Universidade conseguiu ainda assegurar a execução de todas as obras em curso e lançou algumas outras associadas a infraestruturas gerais indispensáveis.

No edifício principal em Azurém foi inaugurado, em julho, com a exposição “Tesouros de Sarmento”, o espaço interativo B-In, como local dedicado à interatividade, à leitura informal de jornais e revistas, ao estudo em grupo e à consulta da Internet. O espaço funciona também como interface entre a Biblioteca, a Universidade e a cidade de Guimarães, através da realização de iniciativas diversas, tais como exposições, debates e apresentações de livros, entre outras.

As Unidades Culturais contribuíram para a expressão e presença cultural da Universidade. A Casa Museu de Monção marcou a sua presença, consolidando a identidade cultural do Alto Minho.

A Política de Auto-Arquivo e de Acesso Livre à Produção Intelectual e o Programa de Incentivos associado, promoveram a afirmação da Universidade. A página da Universidade do Minho passou a situar-se na 4ª posição das Universidades Portuguesas num ordenamento desenvolvido para o conjunto das Universidades de Língua Ibérica. A Universidade do Minho realizou, em maio, uma conferência internacional sobre o *Open Access* – Acesso Livre ao Conhecimento.

No Ano Internacional da Física a Escola de Ciências desenvolveu um notável programa de divulgação e sensibilização para a Ciência – o FISICUM.

A Universidade procedeu à adaptação do sistema de avaliação de desempenho (SIA-DAP) à situação específica da Universidade, nos termos previstos nos respetivos

estatutos, tendo sido estabelecidas normas para a sua implementação, nomeadamente as normas para a designação dos avaliadores e o calendário da aplicação do sistema de avaliação. Foi ainda constituído o Conselho de Coordenação da Avaliação (CCA).

Em 2005 os serviços desportivos da Universidade do Minho enquadraram 6.545 utentes, em 67 modalidades desportivas diferentes, nos Complexos Desportivos de Gualtar, Azurém e no Centro de Condição Física da Residência Universitária de Santa Tecla. A Universidade do Minho é um dos maiores centros de prática desportiva do país. Foram organizados 67 eventos desportivos e recreativos intramuros. A Associação Académica da Universidade do Minho alcançou, mais uma vez, o primeiro lugar do ranking desportivo nacional universitário, com 13 campeonatos nacionais, 18 segundos lugares e 16 terceiros.

Do reconhecimento da expressão desportiva da academia resultou a atribuição da responsabilidade pela organização do Campeonato Europeu Universitário de Basquetebol, a realizar em 2006 e pela organização do Campeonato Mundial Universitário de Badmington, a realizar em 2008.

O Conselho Estratégico da Universidade, constituído em 2005, reuniu em maio e novamente em novembro. A constituição do Conselho apoia a análise e reflexão sobre a Universidade e o traçado da estratégia e políticas para a sua implementação. As sugestões e recomendações do Conselho Estratégico constituem valiosas contribuições.

A presença na Cerimónia do Dia da Universidade do Minho dos Reitores das Universidades da Galiza, que muito honra a nossa Universidade, reflete uma ligação efetiva da Universidade do Minho às Universidades da Galiza e situa a Universidade do Minho como plataforma da cooperação com a Galiza. Seja na integração e cobertura das ligações digitais, seja no reforço de plataformas científicas e tecnológicas abrangentes, seja na internacionalização da formação universitária ou na cobertura de formação técnica e profissional, é vasta a rede de projetos que reforçam esta ligação.

Também a presença em Timor Lorosa é marca uma vertente da cooperação e um desafio assumido pela Universidade no apoio ao lançamento do curso de Direito e à instalação de uma Escola de Direito naquele país. A participação da Universidade do Minho agrega as Escolas de Direito, de Engenharia e o Instituto de Letras e Ciências Humanas e é demonstrativa da potencialidade do modelo da Universidade para a intervenção orientada aos projetos interdisciplinares.

A Universidade marcou a sua posição incontornável como agente de criação de conhecimento e de desenvolvimento. A dinâmica da instituição é uma realidade que se afirma por mérito próprio e que lhe granjeia o reconhecimento externo, nacional e internacional.

A Universidade terá, para submissão em final de março e entrada em funcionamento em 2006/07, cerca de 36 cursos adequados às condições especificadas para adequação ao modelo de Bolonha.

Seria impossível nesta curta nota dar realce equilibrado às realizações que são a expressão da iniciativa, competência e capacidade de realização evidenciadas pela Universidade em 2005.

Sempre que a Universidade definiu os seus objetivos, articulou esforços e agregou recursos, foi capaz de se superar.

Muitas oportunidades foram criadas, construindo segundo uma visão prospetiva, orientada de forma determinada para o que a Universidade pode e deve ser no futuro. Assumiram-se riscos. Especialmente o risco de ousar estabelecer metas ambiciosas e de lutar pela sua realização.

A Universidade ‘inventou’ o futuro. A Universidade do Minho é já, de facto, uma Universidade posicionada como uma “Universidade do Século XXI”. Por esta ocasião, importa sublinhar alguns desafios que se apresentam à Universidade no futuro.

A Universidade do Minho tem feito saber, e dado a conhecer, a sua disponibilidade para a articulação do Ensino Superior na região. Mantém essa preocupação e aguarda que essa sua disponibilidade encontre eco nos parceiros responsáveis pelo desenvolvimento da Região.

Compete também à Universidade desenvolver a sua ação como agente cultural. Como tal, compete-lhe fomentar e apoiar perspetivas que valorizem culturalmente a Região. Para a Universidade, seria objetivo importante apoiar a preparação de uma candidatura a ‘Região Europeia da Cultura’, reunindo a contribuição das autarquias. A Universidade, com o apoio do seu Conselho Cultural e das suas Unidades Culturais, manifestou a sua disponibilidade para se envolver e colocar toda a expressão institucional por detrás de uma candidatura a Região Europeia da Cultura em 2012.

A Universidade é responsável pela formação das mulheres e dos homens do amanhã, garantindo uma sólida base de conhecimentos e competências. Mas é também responsável pela formação da sua atitude e autoexigência. Nesse sentido, a Universidade deve assumir também um acrescido nível de exigência na sua atividade de ensino-formação. Bolonha é um desafio central para a Universidade no futuro próximo.

O reforço do associativismo e a recuperação do projeto da Sede da Associação Académica, que permita o desenvolvimento de todo um conjunto de atividades extracurriculares, são metas que a Universidade deve prosseguir. À direção da AAUM, sufragada em dezembro de 2005 e ao seu Presidente, Roque Teixeira, está cometida a responsabilidade de consolidar o espírito associativo. Estou certo que a Universidade procurará corresponder, garantindo o melhor apoio.

Uma palavra de agradecimento às instituições que, por reconhecerem a Universidade do Minho, criaram prémios escolares valorizando o mérito académico dos nossos estudantes e que hoje aqui estão representadas para diretamente procederem à entrega de prémios a 63 dos mais distintos alunos.

A Universidade não abdica, ela própria, de sistematicamente valorizar e premiar a qualidade dos seus alunos e organiza, também, uma cerimónia autónoma para entregar a mais de duas centenas de alunos, os prémios de mérito instituídos internamente.

Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues





**40. 2006.****Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.***Tomada de Posse, em 21 de julho*<sup>104</sup>.

Senhor Professor Decano da Universidade do Minho;  
 Senhor Arcebispo Primaz, Excelência Reverendíssima<sup>105</sup>;  
 Senhores vice-reitores e pró-reitores da Universidade do Minho;  
 Senhores Reitores e vice-reitores das Universidades Portuguesas e Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos;  
 Digníssimos Membros da Assembleia da Universidade;  
 Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Braga;  
 Ilustre Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas<sup>106</sup>;  
 Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Exmas. Autoridades Académicas, Civas, Militares e Religiosas;  
 Ilustres professores;  
 Caros Alunos e Funcionários;  
 Minhas Senhoras e meus Senhores:

**O MANDATO QUE TERMINA**

Na conclusão de um mandato são avaliadas as orientações inicialmente traçadas e o resultado global do trabalho desenvolvido. A evolução da conjuntura durante estes quatro anos constituiu o pano de fundo que, embora diluído numa perspetiva alargada, foi determinante.

O apoio expressivo ao programa de ação para os próximos quatro anos, alicerçado nas orientações do anterior mandato, agora projetadas para o futuro, traduz essa avaliação.

Foi função da Reitoria, exercer a sua melhor capacidade, atuando como facilitadora e como geradora de oportunidades. Foi também responsabilidade da Reitoria acomodar as implicações de uma acelerada alteração da envolvente do Ensino Superior, amortecendo o seu impacto e preservando a coesão institucional. Foi preocupação permanente acompanhar a dinâmica crescente de uma Universidade que atingiu a

104 António Guimarães Rodrigues, tendo apresentado o [Programa de ação para candidatura à Reitoria da Universidade do Minho 2006-2010](#) foi eleito para um segundo mandato, numa eleição disputada com [Moisés Martins](#), professor catedrático do Instituto de Ciências Sociais. As equipas reitorais de Guimarães Rodrigues vão, nos dois mandatos, evidenciar uma transição, uma vez que uma nova geração irá assumir os lugares de vice-reitores e pró-reitores. Com efeito, já não são os fundadores, mas aqueles que chegaram à universidade, entre a primeira e segunda década do seu funcionamento, que irão ocupar esses cargos dirigentes.

105 D. Jorge Ortiga.

106 António Braga (António Fernandes da Silva Braga) foi Secretário de Estado das comunidades portuguesas no XVII Governo Constitucional (2005-2009).

percentagem de 72% de doutores no seu corpo docente, fruto de um continuado investimento na sua qualificação.

Assumiram-se decisões difíceis, identificando fragilidades estruturais e evitando a adoção de soluções fáceis, conjunturais e de curto prazo. Evitaram-se ruturas, sem deixar de promover a alteração das condições menos sustentáveis.

Promoveu-se a ocorrência de projetos mobilizadores, essenciais para afirmação da instituição e para as mudanças indispensáveis e determinantes na construção de novas oportunidades.

Para tudo isto, o tempo foi pouco, quer pela complexidade da missão, quer pela atividade acrescida que resulta da dinâmica própria da instituição e de um maior envolvimento em novos desafios.

Quero transmitir o meu reconhecimento aos que me acompanharam de perto nas várias etapas do mandato que agora termina, pela sua contribuição, quer para a formulação de um programa ambicioso, quer para a sua materialização. Refiro diretamente o Professor Aníbal Alves, o Professor José Mendes e o Professor José Viriato Capela, mas poderia referir muitos outros, docentes, funcionários e estudantes que partilharam este percurso.

A toda a Academia, sem exceção, agradeço o privilégio de um tempo de aventura na condução da Universidade do Minho.

Muitas utopias foram partilhadas com os agentes económicos, culturais, sociais e políticos, fruto do reforço da interação com a Universidade. A Universidade é também hoje fruto da sua contribuição.

#### O NOVO MANDATO

Em diversas ocasiões descrevi as dificuldades que, na interpretação da Reitoria, condicionavam a sua ação.

No início de um segundo mandato faz sentido rever algumas destas condicionantes, e situar o campo de incerteza que afeta a atividade da instituição.

#### Autonomia, Regulação, Financiamento

Como primeiro objetivo do programa de ação para o mandato de 2006 a 2010, é enunciado o reforço da autonomia da Universidade. Uma autonomia entendida como um direito que se adquire pela demonstração da capacidade para o seu exercício e não como um privilégio concedido.

## Definição/Ordenamento do Sistema de Ensino Superior

A clarificação do enquadramento do Ensino Superior é determinante para a correta definição estratégica e para a ação a desenvolver nas Universidades no âmbito da sua autonomia.

A avaliação pela OCDE do sistema de Ensino Superior em Portugal produzirá recomendações sobre o seu ordenamento, sendo previsíveis decisões políticas com implicações sobre a forma como as instituições se devem ajustar para melhor cumprir a sua missão.

A limitação imposta ao número global de vagas disponibilizadas por cada instituição (com exceção das artes, da medicina e da enfermagem) e o anunciado condicionamento do financiamento à empregabilidade das formações, constituem instrumentos de regulação que a esfera política utiliza na sua leitura do interesse nacional.

Destas medidas resulta a convergência das formações, reduzindo a sua diversidade, e concentrando as formações com menor procura social num mais reduzido número de instituições.

Nesta interpretação da ação reguladora, a autonomia científica e pedagógica das instituições é preservada, na medida em que as Universidades podem manter formações que considerem estratégicas, mesmo que estas não sejam financiadas.

Essa possibilidade deve ser financeiramente exequível para as Universidades, requerendo a necessária autonomia para poderem gerar e gerir as suas receitas próprias de acordo com um planeamento de horizonte mais alargado.

## Dupla tutela e cativação de receitas próprias

A sujeição à dupla tutela (do Ministério da Ciência e do Ensino Superior e do Ministério das Finanças) não é consistente com o exercício de autonomia que se exige das Universidades, em particular face ao controlo rigoroso, orçamental e de pessoal, a que de há muito são sujeitas as Universidades.

A cativação sobre as receitas próprias, que incide inclusivamente sobre as propinas, não só penaliza o esforço desenvolvido pelas instituições, como afeta, a ponto de inviabilizar, o desenvolvimento de orientações estratégicas apoiadas por financiamento programático, anualmente definido na Universidade do Minho.

## Capacidade Instalada e Limitação ao número de vagas

A Norte do País reside a população mais jovem da Europa. Também no Norte do País se verifica a maior taxa de abandono no secundário. Basta um acréscimo moderado do sucesso escolar no secundário para se verificar um significativo acréscimo no afluxo de estudantes em busca de formação superior. Esta tem que ser uma preocupação da Universidade, sabendo que 60% dos seus estudantes provêm da região próxima. Esta deve ser também uma preocupação quando existe capacidade instalada

para facultar formação superior e suprir um *deficit* de qualificação com implicações no desenvolvimento da região.

Não foi ainda avançada a definição dos critérios que regularão a fixação de vagas nas formações de segundo ciclo não financiadas. Entendemos que esta formação não financiada não deve ser regulada nem no número de vagas, nem no valor das propinas.

#### Instabilidade

As instituições de Ensino Superior passaram nos últimos anos por uma grande instabilidade.

Se é certo que se exige agilidade na resposta a mudanças indispensáveis, é também urgente que se instale um quadro de estabilidade, permitindo a cada instituição identificar as melhores políticas para o cumprimento da sua missão.

Sendo certo que as instituições deram resposta em tempo muito curto às solicitações de reformulação da oferta educativa, deve sublinhar-se que, para tal, foi necessário adotar alguma informalidade e procedimentos de exceção na aprovação tácita de matérias que são do foro dos órgãos com competência e responsabilidade científico-pedagógica.

Este procedimento excecional, embora assente numa metodologia acordada com os órgãos com responsabilidade científica, não deve assumir o carácter de rotina, pois fragiliza a sua autonomia e responsabilidade.

#### Figura 55

Cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Guimarães Rodrigues, em 21 de julho de 2006, conferida pelo Professor Mário de Araújo, à direita do Reitor. Em frente, equipa de vice-reitores: Manuel Magalhães Mota; Acílio Estanqueiro Rocha e Leandro da Silva Almeida. Em segundo plano, atrás, à esquerda, a pró-reitora Maria Irene Montenegro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.







**Figura 56**  
*Idem.* Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



**Figura 57**  
*Idem.* Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

### Fórmula de Financiamento

O fator de coesão introduzido na “fórmula de financiamento” tem constituído um fator gravoso no financiamento da Universidade do Minho.

Tal como as demais instituições, na Universidade do Minho o número de alunos inscritos sofreu redução nos últimos anos e, concomitantemente, foi reduzido o valor do orçamento atribuído.

Na distribuição de um orçamento global praticamente invariante desde há alguns anos, as instituições competem entre si pelo financiamento face ao número de alunos que atraem e aos parâmetros de qualidade que foram sendo introduzidos na fórmula de cálculo orçamental.

No exercício desenvolvido em agosto de 2005, como resultado da avaliação destes parâmetros de qualidade, a Universidade do Minho deveria ter visto o seu orçamento crescer em 9%.

A aplicação do “fator de coesão” reduziu o aumento do orçamento para apenas 2.5%. Devo recordar que, em 2004, fruto da não normalização dos parâmetros de qualidade, a Universidade do Minho sofreu uma redução de 4% no seu orçamento.

O ponto que desde sempre venho a defender é o de que, sendo o ‘financiamento da coesão’ normalmente ditado por fatores associados à localização das Universidades, ele reveste contornos eminentemente políticos, não devendo por isso ser incorporado no orçamento normal do Ensino Superior. Continuarei a defender este ponto de vista.

### Estatuto da Carreira Docente

O atual Estatuto da Carreira Docente Universitária tem-se mantido em processo de revisão latente. A latitude da sua interpretação jurídica constitui fonte de frequente procedimento contencioso o que dificulta o normal funcionamento das instituições.

É indispensável a criação, já anunciada, do subsídio de desemprego para os docentes que, ao fim de muitos anos de atividade, veem recusada a sua nomeação definitiva, pois a situação atual constitui fator discriminatório e socialmente injusto, em comparação com qualquer outra atividade na função pública.

### A Governação

Recentemente, o tema da Governação das Universidades tem sido profusamente debatido.

Temos consciência da diversidade das instituições, da diversidade da sua experiência e da sua cultura, assim como da diferente realidade em que cada Universidade desenvolve a sua ação. Por isso, quer do ponto de vista da autonomia, quer do ponto

de vista funcional, dificilmente se ajustará um modelo único de Governação às diferentes instituições.

A Universidade do Minho tem uma forte tradição de ligação à região mais próxima. Interage permanentemente com um elevado número de agentes de desenvolvimento, seja através dos Conselhos Consultivos, das Interfaces em que participa, do seu Conselho Cultural, do Senado ou do Conselho Estratégico. É destas experiências que lhe advém muito do reconhecimento externo e a consciência das exigências e aspirações dos agentes económicos, culturais e políticos.

Importa sublinhar que qualquer alteração do enquadramento legal da Autonomia Universitária tem inevitavelmente implicações Estatutárias, dado que afeta os modelos de gestão e tem implicações nos programas de desenvolvimento da Universidade.

#### As Orientações Estratégicas

A orientação da Universidade segundo os objetivos estratégicos da construção de uma 'Região do Conhecimento no Minho', do desenvolvimento de cultura e prática de uma 'Universidade Sem Muros', do exercício da Responsabilidade Social, do acesso a fontes complementares de Financiamento e da Racionalização da utilização dos recursos foi recentemente reafirmada e sufragada.

#### As Áreas de Prioridade

Dois vetores constituem foco de particular atenção.

A implementação do 'Modelo de Bolonha' exigirá um forte investimento científico pedagógico e financeiro e constituirá pano de fundo da vida da instituição por um período de tempo que se estenderá para além de 2010. Na continuação da experiência apreendida nos diversos projetos-piloto, desenvolvidos nos últimos três anos, pretende-se que a reformulação da oferta formativa segundo Bolonha se traduza na efetiva implementação das metodologias de ensino-aprendizagem orientadas à aquisição de competências.

A consolidação e a projeção da Universidade do Minho como 'Universidade de Referência' constituirá, à semelhança do anterior mandato, foco de permanente atenção.

Pretende-se que a Universidade do Minho mantenha a posição destacada da qualidade da sua formação, alargada a todos os ciclos de formação.

Pretende-se que a Universidade do Minho reforce a qualidade da sua investigação e a sua ação no reforço da cadeia de valorização do conhecimento.

#### Os Recursos

É igualmente prioritário garantir que as diferentes áreas do conhecimento reúnam as condições necessárias ao desenvolvimento qualificado da sua atividade.

A Universidade do Minho é, presentemente, uma Universidade bipolar com um *Campus* de 37 hectares em Gualtar-Braga e 22 hectares em Azurém-Guimarães. Mantém ainda várias instalações dispersas.

A instalação da Escola de Ciências da Saúde e da Escola de Direito estão em curso, viabilizadas pela contribuição da Universidade a partir das suas receitas próprias.

Com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e com o investimento de receitas próprias da Universidade do Minho, tem sido possível reunir financiamento PIDDAC e FEDER para desbloquear o investimento em instalações críticas ao funcionamento da Universidade. Mantém-se, contudo, um conjunto de necessidades imperiosas de construção de infraestruturas.

É indispensável garantir a construção do edifício da Escola Superior de Enfermagem, estimada em cerca de 5 milhões de euros. A Escola está atualmente sediada em instalações alugadas, muito afastadas do *Campus* de Gualtar e da Escola de Ciências da Saúde.

Para além da necessidade de integração da Escola de Enfermagem na comunidade académica, a proximidade viabilizará a oferta de formações na área da saúde, dando corpo a projetos matriciais para os quais concorrem quatro Escolas da Universidade, onde estão já reunidas 80% das competências necessárias.

É essencial que a integração da Escola de Enfermagem se traduza no seu entrosamento em projetos de ensino conjuntos. A oferta de formação nas áreas dos Cuidados Paliativos, Cuidados Continuados, Paramédicos, etc., representa simultaneamente a resposta a necessidades sociais crescentes, a consolidação desta Escola e uma mais-valia resultante da articulação de competências reunidas em diferentes Escolas da Universidade do Minho.

É necessário viabilizar a construção da nova Biblioteca no *Campus* de Azurém, Guimarães, estimada em 3.5 milhões de euros, para os quase 5.000 alunos, frequentemente referida como insuficiente pelas comissões de avaliação.

Face a compromisso assumido pela tutela, a Associação Académica tem contribuído, anualmente, desde 2002, de forma significativa, para a construção da sua Sede no *Campus* de Gualtar. Estima-se o custo desta obra em 2.2 milhões de euros. A AAUM continua, pacientemente, a aguardar a satisfação daquele compromisso.

É urgente o financiamento das Infraestruturas e Arranjos Exteriores, no valor de 1.5 milhões de euros, que não têm sido financiados nem sido elegíveis pelo FEDER.

Finalmente, e decorridas várias décadas de funcionamento, é imperiosa a recuperação das Residências Universitárias (no valor de 5 milhões de euros distribuídos por 4 anos). As Residências carecem de investimento tanto no sentido da sua manutenção, como da sua qualificação programada, por forma a adquirirem padrões de qualidade equiparáveis às Residências das demais Universidades.



A Universidade manifesta a sua disponibilidade para avaliar soluções de participação a partir de receitas próprias, aguardando o apoio do POCI e do MCTES, à semelhança do que foi possível acordar para a construção da Escola de Direito e propôs a inscrição em PIDDAC dos projetos referidos.

## Os Objetivos Gerais

Num quadro de financiamento reduzido, a utilização dos recursos financeiros adquire um carácter eminentemente estratégico.

Com base num referencial mínimo de previsibilidade sobre a evolução da conjuntura do Ensino Superior, pretende-se:

- Poder estabelecer compromissos internos de desenvolvimento com as Escolas e Centros de Investigação, como parceiros institucionais permanentes, para que as Unidades possam atingir elevados níveis de desempenho e as fragilidades identificadas nos Projetos e nas Unidades possam ser avaliadas e corrigidas;
- Fomentar o reforço da autonomia e a responsabilização de toda a cadeia de gestão científica e pedagógica;
- Garantir a capacidade para manter o financiamento de programas estratégicos que promovam vetores transversais à Universidade;
- Reforçar o conceito de Projeto, intrínseco ao modelo da Universidade do Minho.

## As Áreas-Pelouros

### 1. Inclusão da Universidade nas redes de investigação e de Ensino Superior internacionais

Pretende-se reforçar a qualidade da investigação científica, aumentando a internacionalização, a colaboração em rede com outras instituições nacionais e internacionais, assim como o número e a qualidade dos projetos internacionais.

Neste sentido, estão em vias de constituição dois Laboratórios Associados – um na área da Biotecnologia e outro na área dos Materiais – decorrendo igualmente negociações com instituições internacionais de referência – o MIT e o Instituto Fraunhofer - que se espera que venham a ser bem-sucedidas a curto prazo.

A futura contratação de investigadores internacionais no âmbito do programa ‘Compromisso com a Ciência’ irá abrir a possibilidade de reunir na Universidade do Minho dezenas de investigadores a tempo inteiro, o que irá potenciar a produtividade científica já elevada da Universidade.

Saliente-se ainda o programa de apoio à edição de artigos científicos internacionais, que possibilitará já este ano a submissão para publicação de 60 publicações internacionais em inglês, 20 em francês e 20 em espanhol.

A colaboração com a envolvente socioeconómica continuará a aprofundar-se. São disso exemplo a constituição do *cluster* do dispositivo médico e farmacêutico e do

polo de *software* do Minho. A Universidade do Minho encontra-se ainda profundamente empenhada na constituição do CENTI, um centro de nanotecnologias e materiais técnicos a instalar em Famalicão, junto do CITEVE.

Mais recentemente, em resultado da forte ligação da Universidade do Minho ao setor, a indústria têxtil envolveu-se num programa conjunto com a Universidade, através do qual se irá apoiar financeiramente estudantes que pretendam frequentar formação em Engenharia Têxtil, pretendendo empregá-los em empresas têxteis logo no final do 1º ciclo de estudos.

## 2. A Arte

A arte é uma função essencial do homem, indispensável tanto aos indivíduos como às sociedades e que se lhes impôs como uma necessidade, desde os tempos pré-históricos. A arte e o homem são indissociáveis: não há arte sem os humanos, mas talvez não haja humanos sem arte.

Podemos sinteticamente definir a arte como a produção do belo através de uma obra, estando atento à distinção que Immanuel Kant fez no seu tempo entre “a representação de uma coisa bela da bela representação da coisa”.

A Universidade do Minho reúne presentemente nas suas Escolas as valências científicas, técnicas e culturais que lhe permitem conceber, avaliar e desenvolver um projeto de ensino na área dos Estudos Artísticos, procurando desta forma tornar realidade uma aspiração já muito antiga da Universidade e complementar o leque da sua oferta de formação.

A Universidade dispõe sempre de recursos escassos para o conjunto das ações que pretende desenvolver e que a sociedade cada vez mais lhe exige. Assim, os novos projetos de ensino devem surgir como opções estratégicas que se pretendem inovadoras na sua conceção, nas metodologias de ensino-aprendizagem adotadas e nas tecnologias que as suportam.

Este projeto, em que deverão intervir valências reunidas nos dois polos da Universidade do Minho, deverá ser faseado, permitindo que algumas áreas de formação possam vir a ser oferecidas já no ano letivo de 2007/08. Este é, nomeadamente, o caso da criação da Licenciatura em Ciências Musicais.

A decisão de criar uma Licenciatura em Ciências Musicais na Universidade do Minho foi assumida pelo Senado Universitário em 1996, decisão simultânea à da criação do Curso de Arquitetura. Na verdade, a criação de um Curso de Música na Universidade pretende dar resposta a um desejo assumido desde a fundação da Universidade.

No Norte do País é cada vez maior o número de alunos que frequenta o ensino especializado de música. Por outro lado, a Universidade do Minho, fundadora da Orquestra de Câmara do Minho, detentora dos vários saberes científicos, na amplitude dos seus cursos e na diversidade dos seus projetos de investigação, tem já um grupo de

docentes cujo perfil corresponde claramente a um projeto científico desta natureza, o qual virá dar resposta aos desafios que se colocam ao ensino artístico em Portugal e em particular da região onde se situa a Universidade.

O Curso de Ciências Musicais, dada a sua natureza, irá solicitar a participação de áreas disciplinares de diferentes Escolas, nomeadamente literatura, filosofia, matemática, física, entre outras.

A oferta de novas possibilidades de formação na área da música irá provocar, consequentemente, um maior número de manifestações culturais, com eventos musicais diversificados. A Universidade poderá assumir-se como novo centro irradiador de manifestações musicais de elevada qualidade artística, estabelecendo ligações com as instituições culturais da região.

### 3. Demonstração e Projeção da Universidade na área cultural

Na sequência da existência de há longa data de um leitorado de chinês e de uma Licenciatura em Estudos Orientais, em funcionamento a partir de 2003, a Universidade do Minho organizou, em setembro de 2005, a primeira *Summer School in Chinese Studies*, em colaboração com a *European Association of Chinese Studies* e a *European Science Foundation*, reunindo a contribuição de dez famosos sinologistas e 60 estudantes de 16 países europeus.

A 10 de dezembro de 2005 foi assinada uma “Declaração de Intenções” entre o Gabinete Nacional para o Ensino do Chinês Língua Estrangeira da República Popular da China (Hanban) e a Universidade do Minho, na presença dos Primeiros-Ministros de ambos os Países, com vista à instalação do Instituto Confúcio em Portugal, na Universidade do Minho.

A 12 de dezembro de 2005 foi descerrada a Placa do Instituto Confúcio nas instalações da Universidade do Minho.

A Declaração de Intenções assinada a 10 de dezembro estipulava a necessidade de definição do modelo de gestão do Instituto, a preparação da instalação física para o acolher e a definição do seu plano de atividade.

O Protocolo de Execução entre o Hanban e a Universidade do Minho para a Instalação do Instituto Confúcio na Universidade do Minho – Portugal foi assinado em Pequim, a 6 de julho, durante a realização de uma Conferência que reuniu os responsáveis pelos Institutos Confúcio de todo o Mundo.

As instalações, incluindo a biblioteca e gabinetes, apoiadas por pessoal especializado serão abertas ao público na tarde de 21 de julho de 2006, para a realização de atividades como cursos culturais, exposições, projeção de filmes, etc.

No final de setembro, com a presença do vice-Ministro da Educação da China, Zhang Xinseng, o Instituto Confúcio irá lançar iniciativas em temas como a Cultura Popular e Herança Cultural Chinesa, Chinês para o Turismo, Cursos Artísticos de

Caligrafia, Corte de Papel e Cerimónia do Chá, Curso de Formação para Empresários e Chinês *online*.

Igualmente importante é a introdução do ensino do Chinês nas escolas, providenciando professores para o nível básico, para a supervisão pedagógica, disponibilizando livros e apoiando a organização de Semanas de Cultura Chinesa.

A Língua e Cultura Chinesas e os Estudos Orientais são áreas em que a Universidade do Minho, fruto de um continuado investimento, granjeou o reconhecimento das autoridades chinesas na área da Educação.

É objetivo da Reitoria fomentar a exploração desta plataforma tanto no sentido da promoção do intercâmbio cultural, como no suporte ao desenvolvimento de cooperação científica e tecnológica.

#### 4. Modelo Unificado da Oferta de Formação

Pretende-se consolidar um modelo unificado da oferta de formação que constitua referencial e que garanta a permeabilidade entre ciclos, graus e diplomas das formações, através de um sistema de creditação e transferência de unidades de crédito que abarque a formação universitária, os cursos de especialização tecnológica e o reconhecimento da experiência profissional e formação pós-secundária.

#### 5. Responsabilidade social, Região do Conhecimento, Novos Públicos

No quadro da sua responsabilidade social deve a UM responder às necessidades de formação e de inovação da região da sua natural implantação, assumindo o princípio da formação ao longo da vida como desafio da sociedade de conhecimento e o modelo de ensino-aprendizagem assente no desenvolvimento de competências. Para o efeito, deve a UM abrir-se e atrair novos públicos e organizar uma cadeia sequencial de formações conducentes a graus e a diplomas, assegurando diversos formatos de formação e níveis de qualificação.

Nomeadamente: importa atender aos jovens que concluem o ensino secundário pouco vocacionados para a frequência, pelo menos imediata, do Ensino Superior, através de Cursos de Especialização Tecnológica; importa pugnar pela excelência do 1º, 2º e 3º Ciclos de formação tomando os públicos mais tradicionais e importa consolidar a experiência dos Cursos Livres *Ad Hoc* assegurando a formação universitária em segunda oportunidade para adultos e ensaiando novos projetos de formação dirigidos a populações seniores.

Esta perspetiva alargada de oferta de formação, rentabilizando recursos humanos, laboratoriais e físicos existentes, será uma forma da Universidade do Minho contribuir para o combate ao analfabetismo e à exclusão social na sociedade tecnológica e do conhecimento que pretendemos atingir, favorecendo o desenvolvimento dos indivíduos e das instituições e alicerçando o progresso sustentado desta Região e do País.

Ainda no quadro dos novos públicos, a UM deve promover a atração de estudantes de graduação e pós-graduação provenientes dos países Lusófonos, consolidando a cooperação e a oferta de formação que neste momento já possui em alguns destes países.

A aposta na diversidade de formatos de formações e de públicos conduzirá a Universidade do Minho a apostar em plataformas, metodologias e conteúdos de *e-learning*, ampliando a sua oferta formativa, favorecendo a inovação pedagógica dos docentes e estimulando a aprendizagem autónoma por parte dos alunos.

Do mesmo modo, a flexibilização dos formatos e a diversificação dos percursos da formação a assegurar, justificará maiores responsabilidades da Universidade do Minho em várias instâncias: nas condições de acesso, na rentabilização do seu sistema matricial de organização e nos sistemas de creditação e de transferência de competências, tanto ao nível dos graus académicos como ao nível dos diplomas conferidos.

## 6. Ensino-aprendizagem-avaliação

A Universidade do Minho tem investido na alteração de práticas tradicionais de ensino e de aprendizagem através de ações junto dos professores e junto dos estudantes.

O elevado número de cursos já adequados ao modelo de Bolonha – 30 – coloca sérios desafios à Universidade, sendo fundamental mudar atitudes, discursos e práticas instituídas junto dos docentes e discentes.

Têm sido canalizadas verbas significativas do orçamento privativo da Universidade do Minho para a melhoria da qualidade nas áreas do ensino, da aprendizagem e da avaliação.

O Gabinete de Avaliação e Qualidade de Ensino (GAQE) articula uma rede alargada de serviços e de respostas institucionais promotoras da integração e do sucesso académico.

Anualmente são organizados cursos de valorização pedagógica dos docentes, assim como são implementadas e monitorizadas experiências concretas de inovação nos processos de ensinar, aprender e avaliar em vários cursos, assentes no trabalho de projeto, no ensino tutorial e aprendizagem cooperativa, ou na aprendizagem pela resolução de problemas.

Da mesma forma, são promovidas ações de capacitação dos estudantes num conjunto de competências transversais mais direcionadas ao seu sucesso académico, de que são exemplo a gestão do tempo e atividades diárias, o trabalho em grupo, a organização de apontamentos, a utilização de suportes informáticos, a autonomia e a autorregulação na sua aprendizagem, entre outros.

Diversificam-se, agilizam-se e rentabilizam-se os mecanismos de informação sobre o funcionamento pedagógico da instituição, por exemplo, na auscultação dos alunos sobre a qualidade do ensino ministrado, na auscultação dos docentes sobre as

condições de ensino e de investigação ou no levantamento por Conselhos de Cursos das taxas de sucesso.

Em consonância com a responsabilidade social da Universidade do Minho, e antecipando as preocupações da tutela com a empregabilidade dos cursos, a Universidade irá avançar, no curto prazo, com algumas medidas na área da empregabilidade dos nossos diplomados.

A par de ações de formação e tendo em vista a empregabilidade, o desenvolvimento vocacional e os projetos de carreira por parte dos alunos, instituir-se-ão os “observatórios de emprego” já disponíveis nalguns cursos, retificando e consolidando modelos de recolha e de análise, estendendo esta praxis aos diversos Conselhos de Cursos e nela envolvendo a Associação Académica, os Delegados de Ano e a Associação dos Antigos Estudantes da UM.

### Qualidade

A Universidade do Minho manterá o seu permanente investimento na Qualidade dos seus projetos de ensino e na valorização dos seus diplomados.

Fazem parte dos objetivos traçados para esta área a implementação de um ‘Sistema de Garantia da Qualidade da Aprendizagem’ suportado: pela avaliação permanente dos projetos de formação; pelo reforço da cadeia pedagógica; pela criação de um núcleo de apoio à aprendizagem, que faculte competências transversais aos alunos dos primeiros anos; pelo reforço do ‘Programa de Estímulo à Qualidade’; pelo reforço do ‘Programa de Formação Pedagógica’; pelo desenvolvimento de projetos de diagnóstico e de intervenção orientados ao combate ao insucesso escolar e ao abandono; pela criação de um ‘Observatório de Emprego’ que produza informação sobre a atividade desenvolvida pelos diplomados pela Universidade do Minho, permitindo diagnosticar pontos fortes e fracos dos projetos de formação.

Prevê-se ainda a criação de um ‘Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Vocacional’ para que os estudantes adquiram competências que os ajudem na procura, na obtenção e na manutenção de emprego.

O investimento que garantiu à Universidade o ‘ECTS *Label*’ e o ‘*Label* do Suplemento’ ao Diploma será continuado, num esforço permanente de certificação da qualificação.

Para o acompanhamento dos Estudantes Portadores de Deficiência, prevê-se a implementação de um ‘Programa de Acompanhamento Tutorial’.

Serão ainda articuladas várias iniciativas que decorrem na Universidade orientadas às saídas profissionais, como sejam a UNIVA, o Serviço de Consulta Psicológica, o Gabinete de Saídas Profissionais.

Interessada num olhar externo qualificado, a Universidade do Minho decidiu solicitar a avaliação institucional pela *European University Association* ainda em 2006,

suportando a totalidade dos encargos financeiros dessa avaliação. Esta opção representa um esforço acrescido, quer de organização, quer de preparação e até financeiro, mas reflete a importância colocada na avaliação institucional segundo uma perspectiva externa e global.

#### Comunicações e Sistema de Informação

Proceder-se-á à consolidação e permanente atualização das comunicações digitais bem como à ampliação do sistema de informação, dando sequência aos desenvolvimentos iniciados em 2002 e ao forte investimento realizado em 2004 e 2005 no âmbito do ‘*Campus virtual*’, estabelecendo infraestruturas modernas de computação e de comunicações, incluindo serviços de ‘*Voice Over IP*’.

Prosseguir-se-á o processo de integração dos diversos serviços de informação existentes e serão implementadas novas funcionalidades tornadas possíveis com o “*single sign-on*” e as assinaturas digitais.

Serão lançados novos serviços, como o curriculum-eletrónico, o *e-portfolio*, etc.

Na perspectiva do lema da “Universidade Sem Muros” constitui objetivo estratégico o ‘Desenvolvimento da Região Digital’, nomeadamente no que se refere à disseminação da ação cultural, científica, tecnológica e de formação da Universidade e à atração de novos públicos.

As “Casas do Conhecimento” constituirão locais de convergência de públicos diversificados e de concentração de meios tecnológicos de acesso e vivência na Internet. O objetivo é a sua multiplicação pela região de inserção da Universidade, proporcionando a sua intervenção em atividades culturais, de socialização e, principalmente, de formação e aprendizagem junto das populações dispersas pelos concelhos da região.

Na sequência do sucesso atingido na primeira fase do ‘*Campus Virtual*’, em particular no que se refere à acessibilidade *WiFi* e serviços eletrónicos, pretende-se prosseguir para novo projeto-piloto que se traduza numa conceção e implementação de referência.

Têm sido apresentadas à UMIC propostas concretas para a segunda fase do ‘*Campus Virtual*’, sendo de salientar a revisão da iniciativa *e-contents*, sobre os processos e conteúdos de aprendizagem eletrónica; a constituição de uma plataforma nacional p2p, baseada na plataforma *bUMerang*, implementada na Universidade do Minho; o estabelecimento de um serviço nacional anti-plágio, adotando o modelo implementado pela Universidade do Minho; a criação de uma rede nacional de divulgação da produção científica e técnica, segundo o modelo do RepositóriUM.

Política de *e-learning* da Universidade do Minho, incluindo o suporte à formação de novos públicos

Convicta de que é imprescindível a aposta forte nas tecnologias de informação como suporte aos processos de ensino-aprendizagem, a Universidade do Minho vai colocar em exploração interna, em setembro próximo, a ‘plataforma de *e-learning*’ com maior

divulgação a nível mundial, o *BlackBoard*. O processo, iniciado em junho, encontra-se em finalização. No final de agosto e em setembro, serão desenvolvidas ações de formação. Manter-se-ão em paralelo outras soluções baseadas em tecnologias emergentes.

Quer nas iniciativas a desenvolver junto dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, quer no acesso universal pela *internet*, quer nos espaços mais próximos, como a 'Casa do Conhecimento', a "via digital" é suporte privilegiado para atingir novos públicos.

Mudança da plataforma de *e-mail* da Universidade do Minho

A Universidade está a finalizar a instalação e configuração de um novo sistema de correio eletrónico, para toda a comunidade académica na Universidade do Minho alunos, funcionários e docentes, que suporta contas de *e-mail* de 1 GigaByte, com sistemas de filtros de vírus e filtros de lixo eletrónico.

Faturas e Recibos Eletrónicos

Muito em breve serão introduzidas simplificações adicionais nos procedimentos que permitirão a emissão de faturas e recibos eletrónicos, reduzindo significativamente os milhares de documentos em papel atualmente enviados aos alunos.

## FINALIZAÇÃO

A Universidade e os Estudantes

Se o tempo atual é um tempo de mudança para as instituições de Ensino Superior, ele é também um tempo exigente para os estudantes.

A par da formação do seu carácter e atitude, os estudantes – agentes primordiais no processo de aprendizagem – serão o elemento crítico na adoção do modelo de Bolonha, devendo adaptar-se a novos hábitos e metodologias de aprendizagem.

A Universidade tudo fará para garantir a melhor taxa de sucesso aos seus alunos, quer pela garantia de qualidade dos projetos de ensino, quer pelo apoio à aquisição de competências para a aprendizagem.

No campo da prática desportiva, a Universidade pretende prosseguir a política que a coloca no topo da prática desportiva regular. Da globalidade da comunidade académica, 29.42% praticou desporto regular nas instalações da Universidade do Minho.

Mas, e acima de tudo, a Universidade tudo fará para que os seus estudantes nela encontrem os referenciais de exigência, de rigor, de tolerância e de solidariedade que, a par da qualidade da sua formação, lhes facultem uma vivência rica e útil para a sua vida futura.



## A Equipa

Integram a equipa da Reitoria, como vice-reitores, os Professores Manuel José Magalhães Mota, Acílio Estanqueiro Rocha e Leandro da Silva Almeida. Como pró-reitores, a equipa conta com a Professora Maria Irene Magalhães Assunção Montenegro, o Professor João Luís Marques Pereira Monteiro, o Professor Luís Alfredo Martins Amaral e o Professor Luís Filipe Lobo Fernandes.

Agradeço aos elementos que me acompanham do anterior mandato a solidariedade forjada num percurso partilhado e aos elementos que se juntam agora à equipa a confiança depositada e a disponibilidade para assumirem o risco.

## O Fecho do Discurso

No percurso exigente dos próximos quatro anos, todas as capacidades serão poucas para enfrentar as dificuldades, para inovar, para definir e enfrentar os desafios e para construir o Futuro da Universidade do Minho.

Juntamente com a equipa que me acompanha, quero transmitir a toda a Academia a vontade para em conjunto encontrar e promover as condições para a melhor realização das suas aspirações, no quadro da afirmação da Universidade e, naturalmente, para o cumprimento da sua responsabilidade social.

A Universidade possui as condições para ser um parceiro incontornável no desenvolvimento da região, um parceiro de referência no panorama nacional e um parceiro convidativo no panorama internacional.

A Universidade deve assumir plenamente a responsabilidade pelas capacidades que hoje lhe são reconhecidas e deve desenvolver a sua ação como líder e como parceira, tanto na definição do Ensino Superior, como no desenvolvimento da região e do país.

Assumimos a perspetiva de uma Universidade completa e inovadora.

As instituições de Ensino Superior são seguramente fator crítico no processo de modernização e desenvolvimento do País. A Universidade do Minho assume plenamente a sua responsabilidade, fomentando a mudança e correndo o risco de inovar e de se desafiar a si própria.

Citando Platão:

‘Vencer-se a si próprio é a maior das vitórias.’

Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues



**41. 2007.****Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.**

*Dia da Universidade, no 33<sup>o</sup> aniversário, em 16 de fevereiro.*

Senhora Ministra da Cultura<sup>107</sup>;

Senhores Reitores e vice-reitores das Universidades Portuguesas e da Galiza;

Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;

Senhores Deputados à Assembleia da República pelo Distrito de Braga;

Senhores Presidentes das Câmaras Municipais dos Distritos de Braga e Viana do Castelo;

Digníssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Prezados Membros da Assembleia e do Senado da Universidade do Minho;

Caros Professores, Assistentes e Investigadores;

Estimados Alunos e Funcionários;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A celebração do 33<sup>o</sup> aniversário da Universidade do Minho é distinguida com a presença da Exma. Ministra da Cultura, o que muito nos honra.

Quisemos desta forma sublinhar a importância que a Universidade coloca no seu papel como agente cultural.

Foi nesta data publicado o Relatório de Atividade de 2006, do qual salientarei alguns aspetos mais marcantes.

Em ato eleitoral realizado a 31 de maio foi sufragado o programa de ação proposto à Universidade para o período de 2006 a 2010. Um programa de ação orientado à consolidação da Universidade do Minho como uma Universidade de Referência, no ensino, na investigação e na atividade de extensão, incluindo a sua ação como agente cultural.

O Orçamento de Estado inicial para o ano de 2006 representou um aumento de 2.5% sobre o orçamento do ano anterior. Foi significativo o facto de o aumento do OE, previamente à aplicação do “fator de coesão”, ter sido calculado em 9%, face ao desempenho evidenciado pela Universidade.

Apesar do acréscimo nos encargos com remunerações certas e permanentes, essencialmente devido ao aumento de vencimentos e progressão nas carreiras, foi possível definir em 2006 uma distribuição interna do orçamento que permitiu manter os programas de financiamento estratégico orientados ao ensino, à qualidade e à investigação.

---

107 Maria Isabel da Silva Pires de Lima, Ministra da Cultura do XVII Governo, entre 12 de março de 2005 e 30 de janeiro de 2008.

O Orçamento de Estado efetivamente transferido foi de cerca de 60 milhões de euros em 2006, contra cerca de 61 milhões de euros em 2005. Deve atender-se a que, a partir de 2005, inclusive, o orçamento inclui um montante na ordem dos 1.6 milhões de euros, inexistente em anteriores orçamentos, referente à integração da Escola Superior de Enfermagem.

O número de inscritos registados pelos Serviços Académicos decresceu 363 alunos entre o ano letivo de 2005/06 e o ano letivo de 2006/07.

Desde o ano letivo de 2002/03, o número total de alunos inscritos decresceu em 2.120, o que representa uma queda de 14%. O Orçamento de Estado transferido, corrigido do valor associado à Escola de Enfermagem, apresenta uma redução, no mesmo período, de cerca de 9%. Em contrapartida, o desempenho da Universidade segundo os parâmetros de qualidade, avaliados na fórmula de financiamento, garantiu que a penalização orçamental fosse atenuada.

A distribuição global do orçamento para o funcionamento das Escolas rondou os 62% da distribuição efetuada em 2005.

Os encargos com pessoal apresentaram um acréscimo de cerca de 2% relativamente ao verificado em 2005.

O valor da propina para o ano letivo 2006/07 foi fixado em 920 euros.

O Orçamento Privativo teve, em 2006, um aumento de cerca de 11%, correspondendo a uma variação do valor de cerca de 99 milhões de euros, em 2005, para 110 milhões de euros, em 2006. Significa isto que, em 2006, o Orçamento de Estado correspondeu apenas a 55,5% do Orçamento Privativo da Universidade.

A Universidade preencheu 92% das vagas oferecidas a concurso nacional de acesso, ocupando assim a terceira posição no conjunto das universidades. Na formação oferecida na área da Engenharia, a Universidade posicionou-se em segundo lugar na percentagem de preenchimento de vagas. Na generalidade das formações, verificou-se um excelente nível de preenchimento. Contudo, verificou-se um decréscimo no número de alunos inscritos na ordem dos 2.6%, com implicação direta no nível do financiamento público da Universidade.

A percentagem de docentes de carreira doutorados atingiu, em 2006, 76.2%, contra o valor de 72.2% verificado em 2005.

Verificou-se um aumento de 33% no número de projetos de investigação financiados, cobrindo toda a tipologia de programas e envolvendo financiamentos substancialmente mais avultados que nos anos anteriores. O número de bolsheiros de investigação duplicou.

O Conselho Estratégico reuniu em julho, tendo adiado a reunião de novembro para janeiro de 2007, face ao anúncio pela tutela de orientações sobre o enquadramento e organização do Ensino Superior.

O ano de 2006 foi fortemente marcado pela adequação da oferta de formação da Universidade ao 'Modelo de Bolonha'. Este foi um processo de condução difícil, pelos prazos extremamente curtos, fixados por definições tardias. Apenas com a cooperação de todos os agentes envolvidos no processo científico-pedagógico foi possível cumprir as metas estabelecidas. Foi assim possível adequar cerca de 60% da formação de licenciaturas para funcionamento no ano letivo de 2006/07 e a restante oferta, incluindo a oferta alargada de formação pós-graduada, para funcionamento no ano letivo de 2007/08.

Consciente de que o 'Modelo de Bolonha' não se pode confinar à reestruturação curricular de cursos, a Universidade facultou condições para a conceção e experimentação de renovadas metodologias de aprendizagem, adequadas ao modelo, que foram aplicadas em projetos-piloto em várias licenciaturas.

A inovação pedagógica foi estimulada na generalidade dos cursos reestruturados, com particular incidência na implementação de metodologias ativas de ensino e de aprendizagem, ou formas contínuas de avaliação, nomeadamente através de experiências de *e-learning*, de aprendizagem baseada em trabalho de projeto, ou na resolução de problemas, da implementação do apoio tutorial aos alunos e do desenvolvimento de competências de estudo autónomo.

Em maio, realizou-se o Debate Académico "Processo de Bolonha-Experiências de ensino/aprendizagem na Universidade do Minho", que constituiu oportunidade para refletir sobre as experiências piloto, financiadas pelo Programa Qualidade, realizadas no âmbito das novas metodologias de ensino/aprendizagem, de acordo com o Processo de Bolonha.

A Universidade e a Associação Académica submeteram uma candidatura ao POCI tendo em vista a promoção do sucesso escolar e a redução do abandono dos alunos do 1º ano.

Numa abertura aos "novos públicos", a Universidade do Minho dinamizou, nos últimos anos, através de um contrato-programa com o MCTES, Cursos Livres de preparação para o acesso ao Ensino Superior de candidatos maiores de 23 anos (Curso Livre de Preparação e Avaliação da Capacidades para Acesso ao Ensino Superior). A frequência deste Curso situou-se em 180 alunos no ano letivo de 2006/07.

Em 2006, a Universidade do Minho, no âmbito do Protocolo de Cooperação para o Desenvolvimento, entre o Governo Português e a Microsoft, assumiu a organização do Curso de Especialização Tecnológica "Competências em *Software*". Este CET envolveu 40 alunos, num total de 1.560 horas de formação.

A constituição de uma comissão interdisciplinar envolvendo elementos do Departamento Autónomo de Arquitetura, do Instituto de Ciências Sociais, do Instituto de Letras e Ciências Humanas e do Instituto de Estudos da Criança estabeleceu uma plataforma de reflexão sobre a formação em Estudos Artísticos na Universidade do Minho.

Materializando uma antiga aspiração da Universidade, foi aprovada, em Senado de novembro de 2006, a Licenciatura em Música, já registada junto da Direção Geral de Ensino Superior.

Em maio, a Orquestra de Câmara do Minho apresentou-se a público, constituindo-se como estrutura permanente da Universidade do Minho e dando oportunidade a jovens músicos de relevo no panorama musical português.

Reconhecendo a necessidade de formação de profissionais qualificados para os setores do têxtil e do vestuário, nomeadamente enquanto motores de inovação e competitividade, a Universidade do Minho, a Associação do Têxtil e Vestuário de Portugal, a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Ordem dos Engenheiros, assinaram, em julho, um convénio de cooperação nestes setores.

A localização do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia, em Braga e a candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura, em 2012, constituem importantes fatores para o desenvolvimento da região. A Universidade beneficia da sua proximidade e será agente no desenvolvimento destes projetos.

O Ministério da Justiça contratualizou com a Universidade do Minho o “Acompanhamento, Supervisão e Auditoria do Processo de Recolha, Tratamento e Divulgação dos Resultados Provisórios das Eleições Presidenciais 2006”. A equipa designada pela Universidade já tinha sido convidada a auditar o processo das Eleições Autárquicas de 2005, tendo colaborado também na reformulação do respetivo suporte tecnológico. Foi também contratualizada com o ITIJ – Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça – a assessoria técnica no referendo de 11 de fevereiro passado.

A Universidade, através dos seus investigadores e das suas interfaces, foi premiada com um número muito significativo de galardões, na ordem das 17 distinções.

O Departamento de Transferência de Tecnologia da TecMinho obteve o Prémio *Proton Europe Award* 2006 – Prémio de Melhor Plano de Valorização do Conhecimento (*Knowledge Transfer Plan* lançado a nível Europeu), desta forma posicionando-se como a organização de Transferência de Tecnologia mais dinâmica e inovadora da Europa.

Seria impossível referir exaustivamente a permanente atividade científica traduzida em congressos e encontros. Referem-se apenas o “3º Congresso Internacional de Optometria e Ciências da Visão”, o “Congresso Internacional de Psicologia Forense”, o “*Innovation and Corporate Social Responsibility: European and Asian Perspectives*”, o “*1st European Science Fair*”, a *Summer School* 2006 da *European Science Education Research Association*, o “4º Congresso Internacional de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração”, a “XI Conferência Internacional “Avaliação Psicológica: Formas e contextos”, o “Simpósio Internacional – Agentes para Terapia Molecular” e o “Congresso Internacional – Comunicação Social e os Portugueses no Mundo”.



**Figura 58**

Cerimónia do Dia da Universidade, no 33º aniversário, em 17 de fevereiro de 2007. Isabel Pires de Lima, Ministra da Cultura e o Reitor, António Guimarães Rodrigues. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Em outubro, o Ministério para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior aprovou a criação na Universidade do Minho do Laboratório Associado – Instituto de Biotecnologia e Bioengenharia (que envolve também o Instituto Superior Técnico, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Universidade do Algarve).

Em novembro, foi criado o Instituto de Nanociências, Nanomateriais e Nanotecnologias, designado por I3N (que envolve também a Universidade de Aveiro e a Universidade Nova de Lisboa).

A Universidade foi visitada pelo Presidente da República, no seu programa “Roteiro para a Ciência”, dedicado às Biociências e à Biotecnologia.

A Universidade é pioneira e exemplo na adoção e desenvolvimento de uma Política de Acesso Livre à Produção Intelectual. Stevan Harnad, “pai” do movimento do *Open Access*, afirmou, na sua intervenção na 2ª Conferência sobre *Open Access*, realizada em Braga, em novembro, que “outros” deveriam seguir o exemplo da Universidade do Minho. Neste contexto, foi anunciada a assinatura da Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento e divulgada a assinatura de uma importante declaração pelos Reitores das universidades portuguesas, que marca o comprometimento com políticas de acesso livre à literatura científica.

Na sua ação de Valorização da Cadeia de Conhecimento a Universidade do Minho apoiou a criação de várias *spin-offs*, que se juntam a um conjunto de 18 *spin-offs* já criadas, algumas das quais já promovidas a *startups*.

O lançamento da Cadeira de Rodas Omnidirecional, em novembro, pela *spin-off* da Universidade do Minho “Soluções de Automação e Robótica”, é bem demonstrativo do impacto da inovação e transferência de tecnologia proporcionado pela Universidade.

Também com o apoio da Universidade do Minho, estão em fase de construção duas incubadoras de base tecnológica, o *SpinPark*, no *AvePark* e o IEMinho, em Vila Verde.

Entretanto, a obra da infraestrutura do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa arrancou em janeiro de 2007 nos terrenos do *AvePark*. Este Instituto disputou a candidatura, em regime aberto, com 19 países da União Europeia (UE), envolve um investimento de 5 milhões de euros e o seu funcionamento, financiado integralmente pela União Europeia, nos primeiros 10 anos, orçará igualmente em 5 milhões de euros anuais. A atividade do Instituto será assegurada por cerca de 150 investigadores e estudantes de pós-graduação.

Com a participação da Universidade do Minho, o CENTI – Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes, foi constituído em escritura pública, em maio de 2006. Este centro tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de novos materiais passíveis de incrementar valor, funcionalidade e *performance* técnica de produtos das indústrias têxteis, de vestuário e calçado, através da incorporação de micro e nanotecnologias.

A CienInvest, uma estrutura de valorização do conhecimento, que arrancou sob os auspícios da Fundação Ilídio Pinho e que tem a participação das Universidades do Minho, Aveiro, Porto e Católica do Porto, assim como da API e da PME-Capital, está na fase atual a constituir uma sociedade de suporte às provas de conceito, encontrando-se igualmente a analisar quatro propostas de negócios tecnológicos.

A Universidade do Minho é uma das instituições envolvidas no programa assinado pelo Governo com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Neste contrato, a Universidade do Minho está envolvida em duas linhas de ação, coordenando a linha de *Engineering Design and Advanced Manufacturing*.

A Universidade intervém igualmente no programa assinado pelo Governo com a *Carnegie Mellon University* (CMU). A participação da Universidade do Minho é orientada ao desenvolvimento sustentável do *software* nacional e das indústrias associadas a esta área, procurando também promover a aposta e o envolvimento da indústria portuguesa em projetos de *software* inovadores, de modo a potenciar o desenvolvimento de *software* de elevada qualidade.

Uma delegação que integrou sete deputados e o vice Embaixador da Alemanha deslocou-se à Universidade do Minho, interessada em conhecer a perspetiva de desenvolvimento e definição estratégica da Universidade do Minho, nomeadamente no que se refere ao vetor da Região do Conhecimento. Por esta ocasião foi inaugurado o leitorado em Lei Alemã na Universidade do Minho.

A Universidade foi também visitada por uma delegação dirigida pela vice-Ministra da Educação da China, que pretendeu conhecer as áreas de Ciência e Tecnologia, em que a Universidade do Minho possui reputação internacional, com vista à definição de oportunidades para a colocação de estudantes chineses em formação pós-graduada.

A inauguração da Faculdade de Direito na Universidade Nacional de Timor-Leste representa um passo de importância decisiva para o reforço da Justiça e para a institucionalização e o desenvolvimento da Democracia Constitucional de Timor. A Comissão Coordenadora do Curso de Direito integra professores da Universidade do Minho, sendo a Coordenação Científica da responsabilidade do Professor Pedro Bacelar de Vasconcelos, que hoje proferirá a Oração de Sapiência. De entre 240 candidatos, foram selecionados 68. O início do Curso de Direito em Timor, em outubro, marcou o sucesso do empenhamento da Universidade neste projeto e uma afirmação face ao clima de inquietação instalado naquele País.

Em julho de 2006 o Senado aprovou a constituição do Instituto Confúcio como Unidade da Universidade do Minho, em associação com o Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo. Ainda em julho, foram inauguradas as Instalações do Instituto Confúcio na Universidade do Minho, com a presença do Adido da Embaixada da China em Portugal. O Instituto Confúcio tem vindo a desenvolver vários programas e atividades, designadamente para a promoção do ensino da língua e cultura chinesas junto da comunidade académica e do público em geral.



A aprovação da construção do Edifício da Escola de Direito, em junho de 2006, veio finalmente garantir que a curto prazo esta Escola virá a dispor de instalações que lhe permitirão o seu desenvolvimento em condições qualificadas. Tal foi possível com o investimento de cerca de 1.3 milhões de euros das receitas próprias da Universidade.

Até meados de outubro, em diversas obras que incluem, no essencial, os edifícios das Escolas de Ciências da Saúde (ECS), Escola de Ciências da Educação (ECE) e Engenharia em Gualtar (Engenharia II), foram investidos mais de 800.000 euros de receitas próprias.

O Instituto de Ciências Sociais ocupou as suas instalações definitivas, o que permitiu a descompressão e reutilização dos espaços desocupados. O Instituto de Estudos da Criança está a instalar-se no *Campus* de Gualtar, ocupando, conjuntamente com o Instituto de Educação e Psicologia, que aí assume também as suas instalações definitivas, o Edifício da Escola de Ciências da Educação.

Num cenário de ausência de financiamento PIDDAC, a Universidade do Minho foi capaz de cativar financiamento significativo para as suas instalações pela sua disponibilidade de investimento de receitas próprias e por possuir uma carteira organizada de projetos de investimento.

Os Serviços de Ação Social, através da Medida “Expansão da Rede de Residências e Cantinas”, obtiveram financiamento para a “Remodelação das Cantinas do *Campus* de Azurém” (projeto no valor de 716.845€, com participação de 260.100€ de receitas próprias dos Serviços), para a “Remodelação das Residências Universitárias em Azurém” (projeto no valor de 102.240€, com participação de 32.100€ de receitas próprias dos Serviços), para a “Remodelação das Residências Universitárias de Santa Tecla” (projeto no valor de 1.429.200€, com participação de 469.258€ de receitas próprias dos Serviços) e para a “Remodelação da Residência Universitária de Lloyd Braga” (projeto no valor de 829.965€, com participação de 260.609€ do PIDDAC). Todos estes financiamentos foram obtidos em 2006, através do Programa Operacional Ciência e Inovação (POCI), traduzindo-se numa qualificação das infraestruturas de Ação Social da Universidade do Minho.

Apesar das limitações extremas de financiamento, a Universidade, maximizando o acesso ao financiamento europeu, vai prosseguindo na construção das suas instalações.

A Universidade manteve o esforço continuado que lhe garante a permanente melhoria da infraestrutura de comunicações e o desenvolvimento do seu sistema de informação.

Uma nova aplicação de gestão de verbas, o desenvolvimento de uma aplicação para integração da nova central telefónica VOIP com a Intranet, a integração de um serviço de informação e avisos por SMS, o desenvolvimento da intranet da Escola de Ciências da Saúde, a construção de portais para várias Escolas e a disponibilização de serviços de *chat* e fóruns são apenas alguns dos desenvolvimentos efetuados na área do sistema de informação.

Foi concluída a implementação de um novo Serviço de Diretoria e lançado o novo serviço de *e-mail*, que abrange toda a comunidade académica.

Foram desenvolvidas adaptações profundas nas aplicações e na base de dados dos Serviços Académicos e efetuadas alterações na informação disponibilizada pelo Gabinete de Relações Internacionais, necessárias à adaptação da oferta de ensino ao modelo de Bolonha.

Foi desenvolvida uma nova aplicação para a geração automática do Suplemento ao Diploma da formação graduada e pós-graduada.

Com a aquisição da plataforma de *e-Learning BlackBoard*, foi necessário proceder à sua instalação, configuração e adaptação à realidade do Sistema de Informação da UMinho.

Foram reforçadas as comunicações *wireless* em algumas zonas da Universidade do Minho.

No que se refere à conectividade interna de rede, em adição à infraestrutura de comunicações existente, que interliga a uma velocidade de transmissão de 768 Mbps Gualtar e Azurém e a uma velocidade de transmissão de 256 Mbps Gualtar e o Largo do Paço, procedeu-se à contratualização de mais 4 circuitos de dados com velocidades de transmissão de 10 Mbps entre Gualtar e Escola Superior de Enfermagem, o Instituto de Estudos da Criança, a Unidade de Educação de Adultos e a Residência Universitária dos Combatentes, em Guimarães.

Procedeu-se à instalação da infraestrutura de comunicações de dados e voz no novo edifício da Escola de Engenharia e no Instituto de Ciências Sociais no *Campus* de Gualtar.

No âmbito do projeto TORGA.net, implementou-se o servidor de salas *Access Grid*, o que possibilita a autonomia da Universidade do Minho em relação aos parceiros de Projeto na realização de videoconferências *Access Grid*. Realizaram-se, nas duas salas, 37 sessões. É de destacar o suporte da tecnologia *Access Grid* na realização do Mestrado em Computação Gráfica.

Foram transmitidas em direto, via *Internet*, quatro óperas representadas no Teatro Gran Liceu de Barcelona, na Catalunha (DON GIOVANNI, de Wolfgang Amadeus Mozart, DIE TOTE STADT, de W. Korngold, OTELLO, de Giuseppe Verdi, WOZZECK, de Alban Berg).

Em março ocorreram as Eleições dos Estudantes para os membros Eleitos para os Órgãos de Gestão e Governo da Universidade. Em dezembro, os estudantes elegeram Pedro Soares para Presidente da Associação Académica no ano de 2007.

A Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM), em parceria com o Conselho Nacional da Juventude, realizou um Seminário sobre o Processo de Bolonha. Em parceria com o Gabinete de Avaliação e Qualidade do Ensino, a Associação levou

a cabo uma ação de formação de dois dias, em regime residencial, para mais de duas dezenas de alunos. Esta ação, orientada à educação não formal, preparou um grupo de estudantes como agentes multiplicadores, junto dos novos alunos, de uma nova atitude face à aprendizagem no Ensino Superior.

Em 2006, os serviços desportivos da Universidade do Minho enquadraram cerca de 8.300 utentes, repartidos por 64 modalidades desportivas diferentes. Com estes números, a Universidade do Minho é um dos maiores centros de prática desportiva do país. Foram organizados 72 eventos desportivos e recreativos intramuros.

A Associação Académica da Universidade do Minho alcançou, mais uma vez, o primeiro lugar do *ranking* desportivo nacional universitário, com 15 campeonatos nacionais, 27 segundos lugares e 15 terceiros lugares. Nos Campeonatos Europeus Universitários a Equipa de Andebol da UMinho sagrou-se, em julho, vice-campeã Europeia.

O reconhecimento da expressão desportiva da Academia foi reforçado através da organização do Campeonato Europeu Universitário de Basquetebol, que registou um recorde de número de equipas participantes (28) e pela preparação da organização do 10º Campeonato Mundial Universitário de Badmington, a realizar em maio de 2008, antecedendo os Jogos Olímpicos de Pequim.

É evidente o salto qualitativo e quantitativo na dinâmica atingida pela Universidade. A Universidade do Minho marcou definitivamente a sua posição de destaque no conjunto das Universidades Portuguesas.

O ano de 2006 trouxe claramente à Universidade do Minho o estatuto de Universidade de Referência, fruto do seu valor construído e da relevância da sua ação. A Universidade fez jus ao seu enunciado de “Universidade numa Região” em oposição a um posicionamento como “Universidade Regional”. O grau de internacionalização atingido confirma os seus padrões de qualidade.

A Universidade aumentou o seu nível de financiamento de contratos de investigação de cerca de 4.9 milhões de euros, em 2002, para cerca de 14.8 milhões de euros, em 2005, o que representa um aumento de 326%. Apesar dos desequilíbrios internos na forma como este financiamento se distribui pelas várias Escolas/Centros, a Universidade evoluiu definitivamente para o estatuto de Universidade de Referência, e para a sua sustentabilidade e afirmação face à evolução em curso no Espaço Europeu de Ensino Superior.

O Aniversário da Universidade marca também o início do ano de 2007.

No Encontro de Prospetiva realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em setembro de 2006, perspetivaram-se algumas das principais opções sobre as reformas decorrentes da Agenda de Lisboa, com implicações no Ensino Superior.

A tutela estabeleceu uma agenda sobre o Ensino Superior em que incluiu a avaliação da rede de Ensino Superior por um grupo de peritos da OCDE, uma avaliação do

sistema de avaliação da qualidade pela ENQA, agência internacional de avaliação e a avaliação institucional das instituições de Ensino Superior, pela EUA.

A avaliação realizada pela OCDE e a avaliação realizada pela ENQA foram apresentadas publicamente e estabeleceram um conjunto de recomendações. Foram anunciadas orientações e medidas que virão a ser adotadas. Está prevista, para os primeiros meses de 2007, a publicação de um novo Estatuto da Carreira Docente Universitária.

A questão financeira adquire particular importância no conjunto dos fatores estratégicos que condicionam a atividade da Universidade.

O Orçamento de Estado para 2007 representa uma rutura, mesmo em relação aos critérios anteriores adotados pela tutela, na distribuição do orçamento e é fator crítico para a governabilidade e sustentabilidade da Instituição.

Da imposição de variação máxima de 3% do orçamento das instituições – designada por limite de coesão – que impediu a Universidade do Minho de ver cumprido o aumento previsto de 9% no seu orçamento de 2006, passou-se para uma outra limitação, que impôs um corte mínimo de 5% no orçamento de todas as instituições, sujeito ainda ao fator de coesão. Para a Universidade do Minho, o orçamento atribuído para 2007 representou uma redução de 5.9% em relação ao orçamento de 2006.

Com base neste orçamento, a Universidade disporia de um financiamento que apenas cobre 92% dos encargos com as suas remunerações certas e permanentes.

Adicionalmente foi imputado às Universidades o pagamento à Segurança Social do valor de 7.5% das remunerações. Numa aritmética simples, a redução do financiamento cifra-se em 15%, sem tomar em conta a inflação. Facilmente se atinge um diferencial superior a 20% em relação ao orçamento, acrescido de 9% que deveria ter sido atribuído em 2006.

A população estudantil inscrita na Universidade do Minho vem a decrescer desde 2002, gerando desequilíbrios internos na afetação de recursos humanos. A recuperação, através da oferta de formação a novos públicos e o nível de envolvimento dos recursos humanos nestes novos projetos não tem compensado a redução no número de alunos.

Deve ser sublinhado que as Universidades, no seu conjunto, estão aquém dos valores de referência oficialmente publicados pela tutela, tanto no que se refere a pessoal docente como não-docente.

Deve também ser sublinhado que as Universidades mantiveram, por exigência da Lei, os seus saldos de receitas próprias ao longo dos últimos quatro anos, com um pequeno acréscimo, inevitável em processos de balanço.

Nenhum setor público foi sujeito a alterações tão radicais, em tão curto período de tempo, nas suas condições de funcionamento.

Estas condicionantes e as suas possíveis implicações foram apresentadas à Assembleia da Universidade, reunida em dezembro de 2006.

Apenas uma total irresponsabilidade e ausência de espírito de coesão institucional poderiam justificar que algum setor da Universidade pudesse não ser abrangido pelas medidas de reorganização e de contenção que as condições orçamentais exigem.

Apenas uma total irresponsabilidade e ausência de sentido de autonomia poderiam fazer pensar que o cenário orçamental constituiria pretexto para a ingerência de entidades externas no exercício dos órgãos de governo e de gestão da Universidade.

Durante o ano de 2007, a Universidade tem que reunir uma provisão não consignada de receitas próprias na ordem dos 6 milhões de euros, para garantir as condições que lhe permitam suportar a contribuição para a Segurança Social em 2008.

A Universidade vê-se seriamente prejudicada na sua capacidade para manter e pôr em marcha as suas orientações estratégicas e vê limitada a sua capacidade de atuação na promoção da melhoria da qualidade. Vê-se também limitada na sua ação como agente de desenvolvimento da Região que constitui a sua envolvente mais próxima.

Ao longo dos últimos anos a Universidade do Minho tem denunciado o que considera ser uma discriminação negativa de uma fórmula de financiamento distributiva que ignora as condições socioeconómicas da região, e que – em termos práticos – resulta numa transferência da contribuição das famílias desta região para regiões com melhores índices de desenvolvimento. Denunciando esta situação, a Universidade responsabiliza os agentes políticos e económicos.

A Universidade também não pode aceitar que os docentes do Ensino Superior não tenham acesso ao subsídio de desemprego, em absoluta discriminação sobre todos os demais trabalhadores da função pública.

Mas o fator financeiro não constitui, nem constituirá alguma vez, pretexto para que a Universidade não proceda às reformas necessárias, de forma refletida, responsável e inovadora.

À Universidade do Minho é associado o reconhecimento pela sua competência, pela sua fiabilidade e pelo seu espírito inovador. Ou seja, a Universidade do Minho não se limita a adaptar-se face às alterações nas condições que lhe são impostas. Até porque, se assim o fizesse, não disporia do tempo e das condições necessárias para assumir a ação mais adequada.

A Universidade garante condições para o seu funcionamento no tempo presente, e pretende criar as condições necessárias para a sua ação futura.

A Instituição Universitária percorre um tempo de mudança que não é meramente conjuntural. Se o tempo anterior foi um tempo de definição estratégica, de afirmação externa da Universidade e de criação e consolidação dos alicerces para a ação da Universidade como centro de criação do conhecimento e agente de desenvolvimento,

o tempo mais próximo é um tempo que – para além do cumprimento dessa missão – exige a reavaliação e reconfiguração da Universidade.

O ano de 2007 será o ano em que as instituições de Ensino Superior se deverão reorganizar para serem estruturalmente viáveis em 2008. Esta reorganização deve orientar-se à consolidação da afirmação em áreas de conhecimento, nomeadamente através da ligação a projetos de formação internacionais.

Há muito que a Universidade do Minho definiu como seu objetivo consolidar-se como uma “Universidade de Referência”.

Presentemente, os contratos de investigação representam 15% do orçamento privativo da Universidade do Minho. Em algumas áreas do saber a capacidade para atrair fundos adicionais encontra-se próxima do seu limite. Noutras, no entanto, há muito caminho a percorrer.

As condições e as oportunidades estão instaladas: melhores oportunidades de ligação a centros internacionais, maior número de ligações em rede, centros de excelência no interior ou na órbita da Universidade, etc. No conjunto, estão criadas melhores condições para que a Universidade possa aceder a financiamento não-público e encontrar suporte para a sua atividade de investigação e de prestação de serviço especializado.

Sublinhe-se que as novas regras de financiamento dos programas da União Europeia, assim como a nova tipologia dos programas do 7º Programa-Quadro, permitem imputar uma parte dos salários dos investigadores, por um lado e, por outro lado, abrem enormes possibilidades de candidatura a áreas tradicionalmente arredadas destes financiamentos, em particular das Ciências Sociais e Humanas. Esta pode e deve ser a oportunidade para a Universidade se libertar dos atuais constrangimentos financeiros que incitamos todos os docentes a desenvolver.

A ENQA irá desenvolver a avaliação e acreditação das Universidades Portuguesas. A Universidade deve preparar-se para este processo de avaliação. O nível de financiamento será diretamente dependente desta avaliação, que observará a forma como a metodologia proposta por Bolonha está a ser implementada.

A Universidade do Minho vai ser objeto de uma avaliação institucional, voluntariamente solicitada, à *European University Association*. A importância do processo partilhado de autoavaliação interna foi assumida pela Universidade. A reflexão sobre a Universidade envolveu Escolas, Serviços e Estudantes e não se esgotou neste exercício. Serão extraídas orientações das recomendações desta avaliação institucional, serão estabelecidas medidas e será acompanhada a sua implementação.

A atividade cultural da Universidade representa um encargo anual superior a 1 milhão de euros. Esta atividade tem que procurar fontes alternativas de financiamento e as atividades de ensino-formação, de investigação e de serviços desenvolvidas devem ser mais claramente diferenciadas.

O convite que dirigimos à Exma. Ministra da Cultura reflete a importância que a Universidade coloca na sua ação cultural. Esta preocupação está inscrita nos Estatutos da Universidade quando se referem como fins da Universidade, entre outros, a formação humana, ao mais alto nível, nos seus aspetos cultural, científico, artístico, técnico e profissional e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras.

A instituição da Fundação Martins Sarmento, envolvendo o Ministério da Cultura, a Câmara Municipal de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento e a Universidade do Minho veio traduzir o interesse comum na valorização do património de Martins Sarmento. Corresponde à criação de condições para que a contribuição das entidades envolvidas possa reforçar o nível da ação cultural.

É nesta perspetiva da procura de soluções que garantam uma melhor prestação da Universidade e a qualificação do serviço público providenciado, que a sua presença e disponibilidade são particularmente importantes.

Sabendo que o tempo próximo é um tempo exigente, sei também que a Universidade do Minho se encontra preparada para enfrentar os difíceis desafios que se apresentam. A Universidade fará isso e continuará a cumprir também a sua responsabilidade junto dos parceiros sociais, políticos, económicos e culturais.

Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues



## 42. 2008.

### Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.

*Dia da Universidade, no 34<sup>o</sup> aniversário, em 18 de fevereiro.*

Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte<sup>108</sup>;

Senhor Arcebispo Primaz<sup>109</sup>;

Senhores Reitores e vice-reitores das Universidades Portuguesas e da Galiza;

Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;

Senhores Deputados à Assembleia da República;

Senhores Presidentes das Câmaras Municipais dos Distritos de Braga e Viana do Castelo;

Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas, Militares e Religiosas;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Prezados Membros da Assembleia e do Senado da Universidade do Minho;

Caros Professores, Assistentes e Investigadores;

Estimados Alunos e Funcionários;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Relatório da Universidade que hoje foi divulgado espelha a atividade da instituição durante o ano de 2007. Ele dá conta de uma Universidade consolidada, bem posicionada segundo todos os indicadores pelos quais hoje é medido o desempenho de uma Universidade.

De um total de 2.449 vagas oferecidas, na 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> fases do Concurso Nacional de Acesso, foram preenchidas 96.6%. O número total de alunos inscritos em 1<sup>o</sup> ciclos e mestrados integrados em 2007 totaliza 12.899. O número de alunos inscritos em mestrados e especializações é contabilizado em 1.869, enquanto o número de estudantes de doutoramento atingiu os 1.052.

Verifica-se uma alteração significativa da configuração da distribuição do número de alunos inscritos com a adequação a Bolonha da oferta formativa da Universidade do Minho, tendo ocorrido um acréscimo de 85.8% de alunos do 2<sup>o</sup> ciclo (Mestrados) e de 32% de alunos do 3<sup>o</sup> ciclo em relação ao ano anterior. Na globalidade, estas variações traduzem-se numa redução, desde 2002/03, de 7% do número total de alunos inscritos.

De acordo com os parâmetros de qualidade utilizados pela tutela na fórmula de financiamento, compostos a partir da eficiência pedagógica, eficiência científica e qualificação do corpo docente, a Universidade do Minho obteve, face aos dados históricos de 2006, a melhor avaliação, que se traduziria num acréscimo de 9% no valor do seu Orçamento, próximo do dobro da instituição seguinte.

108 Carlos Cardoso Lage, Presidente da CCDRN entre 05-09-2005 e 31-07-2012.

109 D. Jorge Ortiga.





**Figura 59**  
Cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 34º aniversário, em 18 de fevereiro de 2008. O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Presidente da CCDRN, Carlos Lage. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

O Observatório da Ciência e da Tecnologia divulgou, em setembro de 2007, um estudo sobre sucesso escolar no Ensino Superior Público, reportando-se ao ano letivo de 2005/2006, no qual a Universidade do Minho apresenta uma taxa de 75.6% (isto é, um valor 4.4% acima da taxa de 71.2% apresentada no ano letivo anterior).

A percentagem de docentes de carreira doutorados atingiu em 2007 os 81% (76.2% em 2006, 72.2% em 2005, 69% em 2004, 62.4% em 2003 e 57% em 2002).

Em fevereiro, a Universidade submeteu à EUA (*European University Association*) um Relatório de Autoavaliação, que resultou de um exercício amplamente partilhado na instituição, desenvolvido a partir de uma comissão designada e envolvendo, ao longo de vários meses, um conjunto alargado de órgãos, gabinetes, serviços, docentes e investigadores, e estudantes.

A EUA publicou o Relatório Final de Avaliação Institucional no final de julho de 2007, após duas visitas realizadas por uma Comissão Externa de Avaliação, constituída por um grupo de peritos internacionais. A avaliação realizada reconheceu a Universidade do Minho como referência internacional no ensino e na implementação do modelo de Bolonha, classificou-a como uma universidade de investigação e distinguiu-a pela forma como interage com a sua envolvente.

A Comissão que preparou o Relatório de Autoavaliação Institucional elaborou ainda um plano de *follow-up* da avaliação, definindo prioridades associadas a cada uma das recomendações constantes do Relatório Final da EUA e um conjunto de orientações e projetos para dar resposta às recomendações. Este Relatório de *follow-up* foi enviado à EUA em novembro.

A organização e o desenvolvimento do processo de autoavaliação na Universidade do Minho foram distinguidos pela EUA, que solicitou a intervenção da Universidade, em dezembro, no Seminário de introdução ao ciclo de avaliações institucionais a realizar em 2007/08.

O reconhecimento da Universidade cria-lhe uma acrescida responsabilidade sobre o desempenho futuro e sobre a implementação de ações que deem resposta às recomendações incluídas no relatório de avaliação.

Segundo a *European University Association*:

- A Universidade do Minho tem uma visão clara dos seus objetivos estratégicos;
- A Universidade do Minho constitui uma referência de ensino e aprendizagem de elevada qualidade, não apenas para as universidades Portuguesas, mas também Europeias e Mundiais;
- A Universidade do Minho representa um dos melhores exemplos na Europa da implementação da estrutura de Bolonha;
- A Universidade do Minho está ao nível das universidades internacionais de investigação e pertence ao conjunto das universidades de investigação em Portugal;
- A Universidade do Minho possui uma cultura de qualidade bem assimilada;

- A Universidade do Minho constitui uma referência para as outras universidades no país no que se refere à gestão da qualidade;
- A internacionalização da Universidade do Minho é impressionante e antecipa o acelerado acréscimo da mobilidade internacional nos próximos anos;
- A Universidade do Minho é um parceiro principal na vida das comunidades em que está inserida e da Região do Minho em geral;
- A Universidade do Minho demonstra uma significativa capacidade para a mudança, sendo pioneira em várias áreas de ensino-formação e de investigação;
- A cultura interna e a estrutura da Universidade do Minho garantem a sustentabilidade do seu dinamismo.

A [Lei-n.º 62/2007](#), publicada em setembro, veio definir um novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, estabelecendo prazos apertados para a elaboração de novos Estatutos.

O Senado Universitário aprovou os necessários Regulamentos Eleitorais em outubro, dando início ao processo de constituição da Assembleia Estatutária. A 4 de dezembro foram eleitos os 12 representantes dos docentes e investigadores e os 3 representantes dos estudantes. A 21 de dezembro a Assembleia Estatutária cooptou os 5 membros externos que completaram a sua constituição. A composição dos membros externos foi concluída a 27 de dezembro.

A Universidade exprime o seu apreço aos membros externos da Assembleia Estatutária: Prof. Sérgio Machado dos Santos, Prof. José Encarnação, Prof. Hermínio Martins, Dr. João Salgueiro e Eng.º Carlos Oliveira.

Em novembro, os municípios de Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães anunciaram publicamente a intenção de submeterem ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) uma candidatura conjunta no âmbito do Programa Polis XXI. A Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho e o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário são parceiros da iniciativa.

A candidatura corporizada pelos quatro municípios foi selecionada em primeiro lugar no contexto das 26 formalizadas a nível nacional, o que garantiu a sua integração nas cinco ações-piloto a desenvolver no âmbito da Política de Cidades Polis XXI.

A Universidade do Minho partilha e apoia claramente esta iniciativa, orientada à competitividade e inovação na rede urbana, que se enquadra na definição que em janeiro de 2003 reuniu, na assinatura de um Protocolo de Desenvolvimento, os municípios do Quadrilátero, a Associação Industrial do Minho e a Universidade.

A Política de Acesso Livre à Produção Intelectual e o RepositóriUM inscreveram um novo marco no seu historial ao ultrapassar, em dezassete meses, mais de um milhão de *downloads* da produção científica arquivada.

A Universidade do Minho foi convidada a integrar o consórcio do projeto DRIVER II (*Digital Repository Infrastructure Vision for European Research*), que irá trabalhar para a criação de uma federação europeia de repositórios.

O Orçamento de Estado transferido em 2007 correspondeu a cerca de 57.3 milhões de euros, sendo os encargos com remunerações certas e permanentes na ordem dos 64.7 milhões de euros. A receita de propinas totalizou cerca de 11.9 milhões de euros. No plano de 2007, foi inscrita uma dotação de 300 mil euros para o Programa da Qualidade e 100 mil euros para o Programa de Verbas Especiais de Investigação. Os Encargos Gerais de Funcionamento representaram em 2007 um valor de 5.5 milhões de euros, cerca de 79% do valor correspondente em 2002, o que traduz o enorme esforço de racionalização desenvolvido ao longo dos anos.

A Universidade suportou, a partir de receitas próprias, um total de 5 milhões de euros de comparticipação nacional nos investimentos associados à construção dos edifícios da Escola de Ciências da Saúde e Escola de Direito e demais arranjos e infraestruturas.

O global do saldo de receitas próprias, correspondendo a 10.2 milhões de euros reunidos centralmente e 3.1 milhões de euros reunidos nas Escolas, adicionado ao Orçamento de Estado no início de 2007, permitiu cumprir o plano orçamental de 2007.

Apesar de os saldos de receitas próprias reunidos na Universidade como um todo serem consideradas receitas do Estado e estarem congelados desde 2002, até 2006 tinha sido possível garantir a manutenção de um saldo constante contendo os encargos e racionalizando ao nível central.

A introdução da contribuição de 7.5% para a Caixa Geral de Aposentações, em 2007 e a obrigatoriedade de a cumprir com recurso aos saldos globais da Universidade criaram condições de extrema dificuldade à Universidade.

A Escola de Ciências da Saúde viu as suas instalações concluídas e inauguradas em outubro. O Centro de Valorização de Resíduos, cuja conceção data do ano 2000, assistiu também à inauguração das suas instalações.

A empreitada de construção do novo edifício da Escola de Direito decorreu durante o ano de 2007. Foram concluídos os projetos da 2ª fase da Escola de Engenharia e da Escola de Ciências da Educação.

Desenvolveram-se a expansão da Escola de Ciências, os acabamentos e infraestruturas exteriores da Escola de Arquitetura e a adaptação das instalações do Edifício dos Congregados, que acolheu a Escola de Enfermagem.

Em todos os novos edifícios e nas adaptações realizadas, foram providenciadas e adequadas as infraestruturas de comunicações.

Num contexto de grande restrição orçamental, a Universidade garantiu que a sua atividade futura não fosse limitada pela insuficiência ou desqualificação das suas instalações.

O número de contratos de investigação nacionais passou de 170 em 2006 para 284 em 2007, havendo ainda 56 projetos financiados internacionalmente, dos quais 42 financiados pela União Europeia.

A Universidade do Minho posicionou-se como primeira universidade em Portugal no número de bolseiros selecionados pelo Programa Alban e como terceira universidade europeia.

A primeira edição do Mestrado *Erasmus Mundus – Advanced Masters in Structural Analysis of Monuments and Historical Constructions*, que envolve também uma universidade Espanhola, uma universidade Italiana e uma universidade Checa, teve início em outubro.

O segundo Mestrado *Erasmus Mundus* coordenado pela Universidade do Minho, o Mestrado em *Engineering Rheology*, a funcionar a partir do ano letivo de 2008/09, foi aprovado pela Comissão Europeia e envolve uma universidade Belga, uma universidade Suíça e uma universidade da Eslovénia.

Por outro lado, a Universidade do Minho passou a ter mais de 1.000 estudantes de doutoramento e produziu em 2007 mais de 750 artigos científicos em revistas catalogadas no *Institute of Scientific Information (ISI)*.

A Universidade do Minho está envolvida no Programa Portugal-MIT, coordenando duas áreas-foco de Engenharia: Sistemas de Bioengenharia e Engenharia de Conceção e Processos Avançados de Fabrico (EDAM). Os Contratos foram celebrados em março de 2007 com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A área EDAM compreende um Programa Doutoral, designado “*Leaders for Technological Industries*”, que atraiu candidatos de 7 países, e um Curso de Estudos Avançados em *Technology and Management Industries*. Ambos foram oficialmente lançados em setembro. A área de Bioengenharia compreende um Programa Doutoral e um Curso de Estudos Avançados, que partilham o primeiro ano letivo. Os cursos foram lançados oficialmente em outubro. Dois *workshops* complementaram o desenvolvimento destas formações: *Workshop on the Business Government Interface: Emerging Issues and Opportunities in Biopharmaceutical*; *Workshop on Biomaterials and Biomedical Devices*.

A Universidade do Minho é um dos parceiros do Programa CMU-Portugal, com a Universidade Carnegie-Mellon, estando envolvida em duas das áreas-foco: *Technology, Innovation and Policy e Information Processing and Networking*.

Na sequência da visita de uma delegação portuguesa realizada em dezembro de 2006 à Universidade do Texas, em Austin, foi recebida uma delegação daquela universidade em março de 2007, que efetuou o levantamento das condições oferecidas pela Universidade do Minho na promoção do empreendedorismo e no apoio de Parques de Ciência e Tecnologia, à semelhança do que aconteceu noutras Universidades portuguesas. A Comissão da Universidade do Texas, em Austin, encontra-se a elaborar o relatório final.

Em abril teve início a fase de avaliação do potencial de colaboração entre a *Harvard Medical School* (HMS) e as instituições portuguesas de Ensino Superior e de I&D, com a assinatura de um protocolo entre o Estado Português e a *Harvard Medical School*, com o objetivo de estabelecer colaboração no ensino pós-graduado e na investigação biomédica orientados ao incremento do conhecimento científico conducente à melhoria do comportamento humano e da qualidade de vida. O Relatório de Avaliação foi produzido em novembro, sendo o Doutor Nuno Sousa, da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, um dos três Coordenadores indicados a nível nacional para desenvolver o Programa de Colaboração entre as instituições Portuguesas e a *Harvard Medical School*.

Ou seja, a Universidade do Minho está integrada em todos os projetos internacionais de formação, o MIT, Carnagie Mellon, Austin e Harvard.

Em 2007, o estatuto “*Spin-off* da Universidade do Minho” foi atribuído a 7 projetos empresariais, nas áreas da Biologia, Mecânica, Física, Ciências da Terra, Eletrónica Industrial e Geologia.

A Spinvalor, criada em 2005 com o objetivo de apoiar a criação de *spin-offs*, nomeadamente na elaboração dos seus planos de negócio, na angariação de investidores e no apoio aos promotores das empresas já criadas, apoiou 8 iniciativas de carácter empresarial.

A Comissão Europeia e o IAPMEI atribuíram à TecMinho o “Prémio de Apoio à Iniciativa Empresarial” no âmbito da iniciativa *European Enterprise Awards* que decorreu nos 27 países membros da União Europeia. A candidatura da TecMinho, intitulado “Programa de *Spin-offs* da Universidade do Minho” foi a vencedora, de entre um total de 45 propostas apresentadas por diversas entidades nacionais, públicas e privadas.

O CENTI, Instituto de Novas Tecnologias, fundado pelo CITEVE, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade de Aveiro e CTIC, iniciou a sua atividade em novembro de 2006 e conta com 15 investigadores a tempo inteiro e com o apoio de 40 técnicos e investigadores associados. O Centro está a desenvolver competências e a adquirir tecnologias que, até ao momento, não existem em Portugal e que serão de elevada utilidade para apoiar a indústria portuguesa no desenvolvimento de novos materiais através de tecnologias emergentes, como são as nanotecnologias, as tecnologias de engenharia de superfícies e as tecnologias de desenvolvimento de novas fibras. O valor do equipamento em fase final de aquisição ascende a 35 milhões de euros.

A equipa de prospeção tecnológica da CienInvest, sociedade anónima cujo objetivo é o financiamento de empresas em fase de *early-stage/proof of concept*, analisou um conjunto de 68 tecnologias das Universidades de Aveiro, Minho e Porto, das quais 26 provieram da Universidade do Minho.

A CienInvest identificou 9 tecnologias para possível financiamento, tendo selecionado 2 para análise mais detalhada. Foi assinada a escritura da Sociedade de Capital de Risco 2B-Partners em novembro. A sociedade foi constituída com um capital

inicial de 750.000 euros e um conjunto de 10 associados, participando a Universidade do Minho simbolicamente com um capital correspondente a 0.02% do capital social.

A Associação Académica, ao abrigo de um projeto POCl e em parceria com o Gabinete da Avaliação e Qualidade do Ensino, promoveu um programa de acolhimento, baseado em atividades de orientação, em *workshops* e em visitas guiadas, de que beneficiaram cerca de 2.300 alunos.

Através da AAUM, a UMinho organizou em 2007 as fases finais dos Campeonatos Nacionais Universitários (CNU's), que decorreram nos meses de abril e maio. Este evento contou com mais de 1.800 estudantes e técnicos envolvidos, 97 equipas de 35 Associações de Estudantes e Académicas. Disputaram-se mais de 500 jogos e provas. Obtiveram-se, neste ano desportivo, 20 medalhas de Ouro, 13 de Prata e 23 de Bronze nos Campeonatos Nacionais Universitários.

Em termos internacionais, a Universidade do Minho esteve presente com atletas e equipas nos Campeonatos Europeus Universitários de Badminton, Ténis de Mesa Masculino, Voleibol Feminino e Andebol Masculino, tendo-se sagrado, pelo segundo ano consecutivo, vice-campeã Europeia Universitária nesta última modalidade.

Estiveram ainda presentes 3 estudantes na Universíada de Bangkok, onde a estudante/atleta de Enfermagem, da Universidade do Minho, Jéssica Augusto foi medalha de Ouro, tornando-se a primeira mulher a conquistar uma medalha de ouro, a terceira para Portugal, em 24 edições deste evento mundial.

A Universidade do Minho tem uma organização desportiva que mobiliza atualmente mais de 8.200 pessoas em 65 modalidades desportivas diferentes, sendo reconhecida como um modelo de referência na organização e qualidade de prática desportiva no Ensino Superior em Portugal.

A Universidade evoluiu definitivamente para o estatuto de Universidade de Referência em termos de investigação e para a sua sustentabilidade e afirmação face à evolução em curso no Espaço Europeu de Ensino Superior.

O valor da atividade desenvolvida pela Universidade do Minho é bem realçado pela avaliação da *European University Association*, quando afirma que a Universidade tem uma visão clara dos seus objetivos estratégicos, que é uma referência pela qualidade do ensino e formação que faculta e pela forma como implementa o modelo de Bolonha, que é uma universidade de investigação e que constitui um exemplo singular na sua interação com a envolvente.

A conclusão, pela EUA, de que a Universidade possui uma cultura interna e uma estrutura que garantem a sustentabilidade do seu dinamismo é sem dúvida a mais importante, podendo a Universidade do Minho orgulhar-se desta avaliação da EUA.

Pode então a Universidade do Minho encarar o futuro com segurança? Pode certamente encarar o Futuro com a confiança da sua posição solidamente construída e reconhecida e da sua cultura de qualidade sedimentada. Nenhum destes atributos é contudo um dado adquirido ou permanente.



O principal constrangimento presente ao desenvolvimento da ação da Universidade do Minho é o nível do financiamento público que lhe é atribuído.

O Orçamento de Estado transferido para 2008 representa 96.3% do orçamento correspondente em 2002 e, se corrigido do orçamento correspondente à Escola Superior de Enfermagem, integrada em 2005, representa apenas 93.8%.

Os encargos com pessoal, previstos para 2008, representarão um acréscimo de 6.5% em relação a 2007 e de 30.4% em relação a 2002.

Comparando o corpo docente em 2007 com o corpo docente em 2002, verifica-se uma redução para 96.2% do número de docentes equivalentes a tempo inteiro. Este valor deve ser contudo corrigido, considerando os docentes equivalentes a tempo inteiro associados à Escola de Enfermagem, integrada na Universidade do Minho em 2005. A evolução corrigida do corpo docente traduz-se, de 2002 para 2007, numa redução para 93% do número de docentes equivalentes a tempo inteiro.

O rácio de funcionamento, traduzido pela razão entre os encargos com pessoal e a soma do orçamento de estado com a receita das propinas evoluiu de 81.4% em 2002, para 83.8% em 2006 e 94% em 2007. O valor previsto para este rácio em 2008 é de 99.2%.

Para que a Universidade reunisse condições de funcionamento idênticas às de 2002, deveria dispor de um orçamento adicional na ordem dos 16 milhões de euros, ou seja, mais 27%.

As condições de financiamento da Universidade prejudicam o seu desempenho, impedindo o investimento em áreas que lhe permitam sustentar a sua reconhecida capacidade de inovação.

A suborçamentação hipoteca o futuro da Universidade e tem implicações no seu desempenho em prol do desenvolvimento da região.

A Universidade acompanhou nos últimos anos a redução no número de alunos, com o necessário ajustamento da dimensão do seu corpo docente, sem contudo inviabilizar a sua capacidade, nem desperdiçar o investimento continuado na sua qualificação.

A Universidade não se acomodou, nem ignorou as exigências colocadas sobre as instituições de Ensino Superior. Comprovam-no quer os valores anteriormente referidos, que atestam a qualificação do corpo docente e o esforço de racionalização que lhe permitiram manter o seu desenvolvimento sustentado, quer as avaliações a que a Universidade se submeteu, sejam as avaliações do ensino e formação ministrados, as avaliações da investigação desenvolvida, ou a avaliação institucional.

No cálculo do Orçamento para 2008, de acordo com a fórmula utilizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a valorização da qualidade do desempenho da Universidade corresponde a 5.3 milhões de euros. O Orçamento de 2008 deveria representar um aumento de 11.7% em relação ao Orçamento de 2007, ou seja, 6.7 milhões de euros.



Após a cativação de uma provisão de saneamento e da aplicação de um fator de coesão, que transferem orçamento entre instituições para garantir a sua sustentabilidade, o Orçamento de 2008 para a Universidade do Minho representa apenas um aumento de 2.5% em relação ao Orçamento de 2007, ou seja, cerca de 1.45 milhões de euros.

A Universidade do Minho contribui, nesta contabilidade, com cerca de 3.9 milhões de euros para o sistema de Ensino Superior.

O financiamento do Ensino Superior abandonou o modelo que vigorou durante mais de uma década, indexado ao orçamento-padrão. Passou a ser um financiamento com um valor global pré-fixado, distribuído e redistribuído segundo um conjunto de regras. O financiamento global insuficiente e sucessivamente decrescente em termos reais, força gradualmente todas as instituições para cenários insustentáveis.

Por várias vezes a Universidade alertou para a incoerência da aplicação de fatores de coesão, que deveriam ser da total responsabilidade da opção política face a assumidas assimetrias regionais e não suportadas pelas universidades no seu conjunto.

No caso da Universidade do Minho, representam uma absoluta contradição, transformando-a num contribuinte para o sistema. O incentivo ao desempenho é posto em causa, bem como a coerência de uma gestão responsável.

O cenário orçamental para 2008 representa uma alteração estrutural, que se desenvolve desde o início de 2007.

As projeções apontam para a impossibilidade de a Universidade garantir a cobertura das remunerações dos docentes e funcionários até ao final do ano. Em estimativa, demonstra que não será possível garantir cerca de 70% dos encargos com o subsídio de Natal.

A alteração desta projeção depende de fatores ainda imprevisíveis. Todos os esforços serão desenvolvidos para reduzir o valor desta percentagem.

O acréscimo de encargos imposto pela introdução da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, de 7.5% em 2007, agora aumentada para 11%, sem compensação prévia no orçamento, é diretamente responsável por este cenário.

A Universidade teria capacidade para suprir os encargos acrescidos, não fosse a contribuição de cerca de 4.5 milhões de euros em 2007, a partir das suas receitas próprias, para garantir a componente nacional dos investimentos nos edifícios em construção.

A Universidade teria capacidade para suprir os encargos acrescidos, caso não fossem deduzidos os cerca de 5.3 milhões de euros ao seu orçamento de 2008 para a coesão e saneamento. Em dois anos consecutivos, a contribuição da Universidade para a coesão ultrapassou os 10 milhões de euros.

A anunciada disponibilidade da tutela para garantir o funcionamento das universidades não serve a Universidade do Minho. Não serve porque ela corresponde à perda da

autonomia e à dependência de um financiamento de carácter discricionário, com todas as implicações associadas. É uma solução diminutiva da instituição universitária.

Durante um quarto de século a Universidade do Minho viveu uma fase de crescimento, com um número crescente de alunos, um número crescente de docentes e de funcionários e uma margem crescente para o seu funcionamento. Criaram-se cursos, departamentos, centros e escolas. Construíram-se instalações.

Alteradas as condições em que se desenvolveu, a Universidade tem que atuar de forma diversa, não podendo ignorar a alteração dessas condições.

A redução de encargos e o aumento das receitas são vetores óbvios para atingir o equilíbrio orçamental, criando a margem necessária para o investimento que garanta à Universidade o seu futuro.

A defesa da essência da Universidade não pode servir de escusa ao esforço de racionalização, de prestação de contas e da adoção, onde necessário, das soluções indispensáveis.

Mas a Universidade não poderá realizar o milagre de produzir sempre mais e melhor com orçamentos sucessivamente decrescentes. É por demais evidente que o financiamento do Ensino Superior diverge cada vez mais dos parâmetros europeus.

A Assembleia Estatutária, constituída em dezembro passado, tem a difícil mas nobre missão de elaborar e aprovar os novos Estatutos da Universidade do Minho, ouvindo a instituição, para os submeter a homologação em junho próximo.

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior implica alterações no modelo de governação e na constituição dos órgãos de governo e de consulta.

Dentro da latitude permitida pelo enquadramento do Regime Jurídico, a Assembleia Estatutária deverá elaborar os Estatutos, assumindo a cultura e experiência da Universidade e, simultaneamente, avançando conformações que melhor se adaptem e antecipem os desafios que se colocam no futuro às instituições universitárias.

A adoção do regime fundacional não foi considerada pela Assembleia Estatutária como adequada, no curto prazo disponível para a sua avaliação, considerando a ausência de informação, a indefinição sobre o estatuto de entidade pública de direito privado e a incerteza sobre o futuro nível de financiamento público.

A consideração desta opção não foi rejeitada, mas sim remetida para avaliação pelo futuro Conselho Geral.

A reforma do Ensino Superior não está concluída, aguardando-se, desde há algum tempo, um novo Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Numa conjuntura tão adversa, é importante manter e reforçar os referenciais da qualidade e da inovação, da internacionalização e da atividade de extensão, bem como da racionalização.

Na distribuição do orçamento de estado, mesmo que insuficiente, o desempenho relativo das Universidades em todas as vertentes repercute-se no valor do orçamento que lhe é atribuído.

A Universidade deve rever e definir estrategicamente a sua oferta de formação, assumindo diferenciadamente as orientações de cariz regional, nacional ou internacional e as correspondentes implicações.

A Universidade deve recuperar a margem de financiamento para se lançar em áreas em que seja necessário investir, até que estejam reunidas as condições de sustentabilidade, ou para manter áreas estratégicas, independentemente da racionalidade da sua sustentabilidade.

A Universidade tem desenvolvido atividade inovadora em várias áreas com recurso a investimento escasso. São exemplo a qualidade do ensino, a formação pedagógica dos docentes, a implementação do modelo de Bolonha, o *Open Access*, o continuado reforço da sua ligação ao exterior e a sua internacionalização.

A Agência de Acreditação e Avaliação irá avaliar a oferta de ensino das instituições. Prevê-se que os encargos com esta avaliação, segundo parâmetros e guião por definir, venham a ser suportados pelas instituições.

A capacidade para oferecer formação avançada será também condicionada à avaliação dos centros em que os docentes envolvidos desenvolvem a sua atividade de investigação.

A tutela reafirma o reforço do financiamento dirigido à atividade de investigação, sublinhando a vantagem da natureza competitiva desse financiamento.

As Universidades, apesar de suportarem a totalidade dos encargos com os docentes-investigadores, não têm tido forma de aceder a esse financiamento acrescido para complementarem o seu orçamento, nem são ressarcidas da correspondente parcela de encargos com os seus salários.

O orçamento deve encontrar o seu equilíbrio na exigência da ligação estreita entre a atividade de investigação e a formação de 2º e 3º ciclos.

A aplicação de custos totais, permitindo a recuperação parcial das remunerações associadas à atividade de investigação desenvolvida pelos docentes, não terá efeito antes de 2009.

Mantendo a sua afirmação nacional e internacional como objetivos estratégicos, a Universidade está intimamente ligada à sua região, dependendo dela e apoiando o seu desenvolvimento. Os desafios do desenvolvimento da região são também

desafios da Universidade do Minho. A Universidade é parceira em importantes projetos regionais que lhe permitem exercer as suas competências e responsabilidade social, atraindo simultaneamente financiamento adicional.

O tempo presente é um tempo sem tempo. É um tempo que se quer de serenidade, para manter sempre presente o que somos e ao que estamos, mas também de determinação.

O primeiro objetivo da Universidade não é a eficiência. O ensino e a investigação não podem resumir-se ao valor utilitário ou de mercado das formações. Os critérios de desempenho não podem ser os de menos docentes por aluno, maiores propinas por aluno ou menores custos por aluno. Este é um tempo que se quer de ambição e de imaginação.

Os objetivos estratégicos e os padrões de qualidade pretendidos foram definidos e avaliados. As ações necessárias, ou possíveis, para atender às recomendações da avaliação institucional foram delineadas e constam de um plano de acompanhamento da avaliação.

As alterações ao modelo de governação e à dimensão dos órgãos de governo e gestão da Universidade estão em curso. Também está em implementação o reforço da ligação aos ex-alunos e o acompanhamento do seu percurso profissional.

Constitui objetivo e projeto aumentar significativamente o número de estudantes estrangeiros de pós-graduação em 2008/09 e fomentar o ensino-formação em língua estrangeira.

Será reforçada a oferta orientada aos novos públicos.

A redução adicional de encargos é imperativa.

A reformulação da oferta de formação e a reorganização de áreas será colocada em alguma fase do processo.

O reforço da ligação ao meio e o acréscimo de financiamento resultante da prestação de serviços e da celebração de contratos de investigação e desenvolvimento serão promovidos.

Os tempos de mudança são necessariamente exigentes. A mudança pela mudança nunca pode constituir um objetivo em si. Mas a reação imobilista, sob qualquer roupagem, é condenação certa, perante uma envolvente em mutação.

Em circunstância alguma se deve confundir o processo com um jogo de sorte ou de voluntarismo.

O conjunto das reformas em curso e as medidas que elas implicam estarão connosco para além de 2010.

Em janeiro, o Primeiro-Ministro, na primeira de uma série de reuniões que pretende manter periodicamente com os Reitores, manifestou a determinação do Governo de aumentar o nível de investimento no Ensino Superior, em 2009, numa base competitiva e regulada. Contudo, o Conselho de Reitores considera que não há condições para poder discutir o orçamento de 2009, enquanto não for possível trabalhar uma solução sustentável para o ano de 2008.

Face ao reconhecimento por parte do Primeiro-Ministro das extremas dificuldades criadas pelo nível de aumento de encargos resultantes da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, queremos crer que haverá a vontade política para encontrar uma solução para este problema difícil.

A Universidade, pelo seu lado, resolverá os seus problemas difíceis, cumprindo ainda a sua responsabilidade social.

Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues



### 43. 2009.

#### Discurso do Reitor, António Guimarães Rodrigues.

*Dia da Universidade, no 35º aniversário, em 17 de fevereiro.*

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência<sup>110</sup>;  
Excelentíssimo Senhor Governador Civil do Distrito de Braga<sup>111</sup>;  
Senhor Arcebispo Primaz, Excelência Reverendíssima<sup>112</sup>;  
Exmos. Senhores Presidentes das Câmaras Municipais do Minho;  
Senhores Reitores das Universidades Portuguesas e da Galiza;  
Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
Senhor Gao Hanyan, Diretor do Gabinete de Relações Internacionais da Universidade de Nankai e membro do Conselho de Acompanhamento do Instituto Confúcio;  
Senhor Han Zhaoyin, Diretor do Instituto Zhou Enlai (Ciências Políticas);  
Digníssimas autoridades Académicas, Cívicas, Militares e Religiosas;  
Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores;  
Estimados Alunos;  
Prezados Funcionários;  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

A celebração do 35º aniversário da Universidade do Minho conta com a presença do Doutor António José Seguro, Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, o que muito nos honra.

Os discursos políticos nas atuais sociedades desenvolvidas afirmam a preocupação com a competitividade e com o desenvolvimento baseado no conhecimento, a sociedade afirma as maiores expectativas e coloca as maiores exigências sobre as universidades. Dir-se-ia que esta é uma oportunidade única para as universidades assumirem o papel que a sociedade delas reclama.

Nos últimos dois anos, a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência reuniu com a Comissão Permanente do CRUP, para auscultação em matérias associadas ao RJIES e ao Financiamento do Ensino Superior.

O subfinanciamento do Ensino Superior, tal como as universidades o vêm a apresentar não é, portanto, estranho, nem à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, nem aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.

As estatísticas globais que descrevem e caracterizam a atividade da Universidade, em 2008, estão incluídas no Relatório Anual que foi já distribuído, estando portanto

---

110 António José Seguro.

111 Fernando Ribeiro Moniz é Governador Civil de Braga, num 2º mandato, entre 2005 e 2009. Em agosto de 2009 viria a ser substituído no cargo por José Leite Ferreira Lopes.

112 D. Jorge Ortiga.

disponíveis para análise detalhada. Vou, por isso, reportar-me à atividade desenvolvida pela Universidade do Minho, salientando apenas os aspetos mais marcantes.

Começo, no entanto, por contextualizar o ano de 2009 num ambiente de restrição orçamental forte e desajustada, que condicionou a atividade desenvolvida em todas as áreas.

Já no ano passado, no Dia da Universidade, contamos com a presença do Dr. Carlos Lage, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, que centrou a sua intervenção no desenvolvimento regional e sublinhou o importante papel da Universidade neste desenvolvimento, expressando, ainda, a sua preocupação sobre o nível do financiamento atribuído às universidades para 2008.

O próprio Conselho Estratégico da Universidade do Minho, reunido em janeiro, e novamente em julho, teve oportunidade para analisar a atividade desenvolvida e as consequências do contexto orçamental imposto. O Conselho passou a incluir o Prof. José Rivas no seu elenco, após setembro.

No início do ano de 2008 previa-se a impossibilidade de suprir a totalidade dos encargos com o subsídio de Natal.

O Orçamento de Estado transferido em 2008 correspondeu a cerca de 58.8 milhões de euros, sendo os encargos com remunerações do pessoal na ordem dos 67.8 milhões de euros. A receita de propinas totalizou cerca de 11.4 milhões de euros. No plano de 2008 foi inscrita uma dotação de 325 mil euros para o Programa da Qualidade. Os Encargos Gerais de Funcionamento representaram um valor de 5.5 milhões de euros, cerca de 79% do valor correspondente em 2002, o que traduz o enorme esforço de racionalização desenvolvido ao longo dos anos.

A Universidade suportou, a partir de receitas próprias, um total de 5 milhões de euros da comparticipação nacional nos investimentos associados à construção dos edifícios da Escola de Ciências da Saúde e Escola de Direito e demais arranjos e infraestruturas.

O valor insuficiente do Orçamento de Estado transferido e o posterior encargo adicional associado à contribuição de 11% para a Caixa Geral de Aposentações, assim como a obrigatoriedade de cumprir essa contribuição com recurso aos saldos globais da Universidade, impuseram condições de extrema limitação ao funcionamento e à atividade da Instituição.

O global do saldo de receitas próprias adicionado ao Orçamento de Estado no início de 2008 (correspondendo a 3.7 milhões de euros reunidos centralmente e 3.2 milhões de euros reunidos nas Escolas) permitiu cumprir o plano orçamental de 2008. Apesar dos saldos de receitas próprias reunidos na Universidade como um todo serem considerados receitas do Estado e estarem congelados desde 2002, até 2006 tinha sido possível garantir a manutenção de um saldo constante através da contenção dos encargos e da racionalização ao nível central.



**Figura 60**

Cerimónia do Dia da Universidade, no 35º aniversário, em 18 de fevereiro de 2009. O Reitor, António Guimarães Rodrigues e o Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, António José Seguro. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.



Os débitos à Universidade por parte de agências públicas e governamentais e agências europeias atingiam em agosto um montante superior a 8 milhões de euros. O pagamento parcial deste débito à Universidade permitiu-lhe fechar o ano de 2008 cumprindo o orçamento e garantindo todos os encargos com pessoal e funcionamento.

A evidência da qualidade da atividade desenvolvida pela Universidade, que lhe granjeia o continuado reconhecimento, não deve diluir a noção sobre o prejuízo que lhe foi imposto.

É real o prejuízo que advém da redução na capacidade de investimento na qualidade. É real o prejuízo que resulta do reduzido valor do financiamento disponibilizado para assegurar a atividade de ensino e aprendizagem. É real o prejuízo que advém do direcionamento de receitas próprias para o pagamento de salários, desincentivando a geração dessas mesmas receitas. É real o prejuízo para as oportunidades futuras, que ficam limitadas pelo insuficiente investimento presente.

O Relatório de 2008 evidencia a qualidade das atividades de ensino, de investigação e de extensão, em que a Universidade continua a merecer posição de destaque.

A Universidade manteve preocupação com a questão da avaliação institucional externa. Assim, avançou-se com a preparação e execução de um plano de *follow-up* dirigido às recomendações da avaliação anterior. O plano de *follow-up*, submetido ainda em novembro de 2007, veio a ser objeto de discussão com um dos membros da Comissão de Avaliação da EUA, em abril de 2008. A Universidade submeteu à EUA o pedido de avaliação de *follow-up*, programada para o outono de 2009 e candidatou-se a cofinanciamento aberto por concurso pela DGES.

Também no que diz respeito às transformações ao nível dos Órgãos de Governo e Modelo de Governação das Universidades, ditadas pelo novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, a Assembleia Estatutária, constituída de acordo com a Lei n.º 62/2007, concluiu a elaboração do Projeto de Estatutos, que veio a ser aprovado a 5 de julho. A Assembleia Estatutária voltou a reunir em 3 e em 22 de setembro para avaliar recomendações sugeridas pelo MCTES. Os Estatutos vieram a ser homologados e publicados em Diário da República a 5 de dezembro.

Os Regulamentos Eleitorais para o Conselho Geral, para o Senado Académico e para a constituição das Assembleias Estatutárias das Escolas foram aprovados, ouvido o Senado Universitário, reunido em dezembro. Através do Despacho RT-136/2008 foram iniciados os processos necessários à constituição dos novos órgãos de governo e consulta.

No que diz respeito às questões do Ensino, ressaltaria os seguintes aspetos:

- A adequação de toda a oferta de formação ao modelo dos três ciclos de Bolonha, bem como a criação de novas formações segundo este modelo,

- representaram, ainda em 2008, um intenso esforço para toda a malha académica e serviços de apoio;
- De um total de 2.441 vagas oferecidas, nas 1ª e 2ª fases do Concurso Nacional de Acesso, foram preenchidas 97.6% dessas vagas, ultrapassando o número final de inscritos, após a admissão ao abrigo de regimes especiais e transferências de curso, o número das vagas fixadas;
  - O número total de alunos inscritos em 1ºs ciclos e mestrados integrados em 2008 totaliza 12.038. O número de alunos inscritos em mestrados e especializações é contabilizado em 2.743, enquanto o número de estudantes de doutoramento atingiu os 1.153;
  - Verifica-se uma alteração significativa da configuração da distribuição do número de alunos inscritos com a adequação a Bolonha da oferta formativa da Universidade do Minho, tendo ocorrido um acréscimo de 46.8% de alunos do 2º ciclo (Mestrados) e de 9.6% de alunos do 3º ciclo, face a 2007;
  - O Observatório para a Ciência e Tecnologia não produziu em 2008 informação sobre o sucesso escolar no Ensino Superior;
  - A tutela também não calculou, em 2008, o valor dos fatores de qualidade, compostos a partir das eficiências pedagógica e científica e da qualificação do corpo docente;
  - A percentagem de docentes de carreira doutorados atingiu, em 2008, os 85.5%, ou seja, verifica-se um acréscimo de 28.5% desde 2002.

No que diz respeito à atividade científica, salientaria o seguinte:

- No encerramento da 3ª Conferência sobre o Acesso Livre, organizada pela Universidade do Minho, em dezembro, foi apresentado o portal Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, desenvolvido pela Universidade do Minho;
- Em 2008 foram ultrapassados todos os resultados de produção científica obtidos em anos anteriores. É assim que se contabilizam 920 artigos SCI, 1.224 Atas de Congressos Internacionais, 243 Capítulos de Livros Internacionais, 65 Livros Nacionais e 81 Capítulos de Livros Nacionais;
- Os resultados da avaliação internacional das Unidades de investigação, realizada em 2008, foram extremamente relevantes, tendo a Universidade do Minho obtido 7 unidades com classificação Excelente e 8 com classificação Muito Bom, o que, em termos relativos, e tendo em conta o número de investigadores doutorados da Universidade do Minho, a coloca em primeiro lugar a nível nacional;
- A Cátedra Prof. Carlos Lloyd Braga foi atribuída ao Prof. Joseph Gonnella, da Escola Médica Thomas Jefferson. A aula aberta decorreu no dia 8 de outubro de 2008, em paralelo com a cerimónia de graduação do segundo grupo de diplomados em Medicina;
- Inúmeros congressos e encontros traduziram a intensa atividade científica da Universidade; realizaram-se cerca de 200 eventos científicos, entre Congressos, Conferências, Colóquios, Seminários, Ciclos de Seminários e *Workshops*. Realizaram-se 30 Conferências de grande vulto, das quais 20 internacionais.

No plano cultural e desportivo, a atividade da Universidade do Minho também merece alguns destaques importantes:

- A Universidade é um agente cuja ação cultural marca uma presença cada vez mais significativa nas cidades em que se localiza e na região, quer pelas iniciativas que gera, quer pelos projetos a que associa as suas competências culturais;
- Na sua 17ª edição, o Prémio Victor de Sá foi atribuído ao Dr. José Manuel Viegas Neves, pela obra “Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX”;
- Os estudantes da Universidade destacam-se na atividade desportiva, nomeadamente pela atribuição de 10 medalhas de ouro, 16 de prata e 16 de bronze nos Campeonatos Nacionais Universitários da FADU, sendo a Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM) a que mais títulos conquistou. Os estudantes da UMinho destacaram-se ainda pela conquista do título no Campeão Europeu Universitário de Taekwondo (Moscovo); pelo 6º lugar por equipas em Ténis de Mesa Masculino (Latiana, Itália); pelo 10º lugar em Voleibol Feminino (Camerino, Itália) e pelo 12º lugar por equipas de Badminton (Cracóvia, Polónia);
- Realizou-se na Universidade do Minho, com a participação da AAUM na sua organização, o Campeonato Mundial Universitário de Badminton, em que participaram 22 países, com um total de 255 atletas e a colaboração de 270 voluntários.



**Figura 61**  
Livro ‘Minho. Traços de Identidade’, lançado no 35º aniversário da Universidade, no dia 18 de fevereiro de 2009. Fonte: GCII da UMinho. Coleção de fotografias.

Concluindo, a Universidade do Minho, apesar das condições que lhe foram impostas, manteve a sua autonomia e a qualidade no desempenho da sua missão.

O ano de 2009

O Orçamento de Estado transferido para 2009 representa 98.2% do orçamento correspondente em 2002 e, se corrigido do orçamento correspondente à Escola Superior de Enfermagem, integrada em 2005, representa apenas 95.8%.

Os encargos previstos com pessoal para 2009 representarão um acréscimo de 5% em relação a 2008 e de 34% em relação a 2002.

O rácio de funcionamento, traduzido pela razão entre os encargos com pessoal e a soma do orçamento de estado com a receita das propinas, evoluiu de 81.4% em 2002, para 92.6% em 2008. O valor previsto para este rácio em 2009 é de 94.7%.

Para que a Universidade reunisse condições de funcionamento idênticas às de 2002, deveria dispor de um orçamento adicional na ordem de 16.5 milhões de euros, ou seja, mais 27%.

As projeções apontam para a impossibilidade da Universidade garantir a cobertura das remunerações dos docentes e funcionários até ao final do ano. Em estimativa, não será possível garantir o pagamento dos vencimentos correspondentes a um mês.

O orçamento atribuído à Universidade para o ano de 2009 não veio assim materializar a prometida e esperada atualização e correção orçamentais.

A fórmula de financiamento foi – mais uma vez – sujeita a alteração, agravando à distorção sucessivamente acumulada na distribuição do orçamento à Universidade do Minho.

Os fatores de qualidade foram retirados da fórmula de financiamento. Assim, a taxa de sucesso escolar, a qualificação do pessoal docente e a eficiência científica, que até então constituíam bandeiras que eram apresentadas como representando incentivos num orçamento distributivo, deixaram de pesar para efeito de atribuição de orçamento. O resultado imediato desta alteração é a desvalorização relativa das instituições com melhor desempenho e a redução do orçamento que lhes é atribuído.

Pela primeira vez nos últimos sete anos, o princípio de estabilidade, que limitava a variação do orçamento atribuído a cada instituição ao intervalo de menos a mais 3% face ao ano anterior, foi eliminado, sem que tivesse efetivamente sido apresentada alguma razão que relevasse a convicção que anteriormente o legitimou.

Ampliando à distorção imposta pela remoção dos fatores de qualidade do desempenho da fórmula de financiamento, é irrealista encontrar justificação para os aumentos orçamentais superiores a 10%, de que beneficiaram algumas instituições. A instabilidade do financiamento conduziu à arbitrariedade da sua distribuição.

Não pode também deixar de ser assinalada a estranheza pelo anúncio de acesso a financiamento adicional por parte das instituições que optaram pelo regime fundacional, com uma duração média de cinco anos, para permitir às instituições reforçarem as suas instalações e quadros, tanto para o ensino como para a investigação, com o compromisso de redução de taxas de abandono e insucesso entre os alunos e o aumento dos estudantes inscritos em cursos de pós-graduação.

A redução das taxas de abandono e insucesso entre os alunos e o aumento dos estudantes inscritos em cursos de pós-graduação são requisitos que fazem parte da avaliação do desempenho de todas as universidades públicas. Por que razão, então, é reservado financiamento suplementar exclusivamente para as Fundações? Especialmente depois de os fatores de qualidade terem sido retirados da fórmula de financiamento?

Sendo certo que o Ensino Superior – na globalidade – se encontra subfinanciado, é também visível que a Universidade do Minho tem vindo a ser prejudicada de forma sistemática.

A dimensão deste problema e as suas implicações ultrapassam a Universidade, e são de âmbito político, nomeadamente da política de desenvolvimento. Os agentes sociais, económicos e políticos deverão analisar seriamente esta conjuntura.

A Universidade continuará em 2009 a exercer a sua atividade, afirmando-se pela qualidade do ensino e investigação e promovendo o desenvolvimento local, regional e nacional.

No ano de 2009 será concluída a instalação do novo modelo de governação, após a realização dos processos eleitorais para a constituição do Conselho Geral, do Senado Académico e dos órgãos de governo das unidades orgânicas de ensino e investigação.

A instalação dos novos órgãos e a adoção de novos circuitos para os processos de consulta e decisão irão representar um grande esforço a todos os níveis.

A definição do sistema de garantia interna de qualidade deverá ser concluída, para que o mesmo seja aprovado e adotado pela Universidade.

O *follow-up* da avaliação institucional pela EUA está planeado para ocorrer nos últimos meses do ano.

A internacionalização manter-se-á como prioridade transversal da Universidade, marcando os padrões de referência para todos os seus projetos.

Premiar é uma forma de a Instituição assinalar o que pretende distinguir como exemplo.

### Prémios de Mérito de Docência e de Investigação

Na sequência das recomendações da EUA, a Universidade instituiu prémios de mérito para a docência e para a investigação científica.

O corpo docente constitui o mais valioso recurso de qualquer instituição do Ensino Superior. A Universidade do Minho apoia a promoção de uma cultura de qualidade e de incentivo à melhoria das práticas docentes.

Foram instituídos prémios que vão ser atribuídos aos docentes que se distinguiram em 2008 nas suas atividades de ensino, a partir de critérios selecionados pelas Escolas, nomeadamente, a introdução de novas metodologias de aprendizagem, a avaliação do seu desempenho feita pelos estudantes, o sucesso escolar alcançado nas unidades curriculares que lecionam, a participação em ações de formação pedagógica, o envolvimento em atividades de divulgação de cursos e outros fatores relevantes.

Pretende-se assim promover boas práticas em todas as atividades de docência, aumentar a motivação e produtividade do pessoal docente, melhorar o desenvolvimento profissional, encorajar o empenhamento nas atividades académicas e produzir uma plataforma de exemplos de boas práticas.

No caso da investigação científica, a Reitoria irá atribuir o Prémio de Mérito de Investigação ao Professor Nuno Peres, Professor Associado com Agregação do Departamento de Física, pelo seu trabalho pioneiro a nível mundial no campo da Física do Grafeno.

### Pacto de Desenvolvimento Regional

Este mês de fevereiro foi publicada a obra “Minho – Traços de Identidade”, editada pela Universidade do Minho e enquadrada pelo seu Conselho Cultural. Esta obra pode ser entendida na sequência de uma outra obra, também anteriormente editada pela Universidade, “Os Caminhos da Memória e do Saber”.

A publicação do “Minho – Traços de Identidade”, afirma uma das vertentes do compromisso desta Universidade para com a Região.

Em conclusão, podemos com firmeza garantir que a Universidade do Minho não tem passado nem passará procuração aos poderes políticos ou corporativos e que de nenhum deles aceitará procuração, continuando desta forma a afirmar intransigentemente a sua autonomia.

Obrigado.

A. Guimarães Rodrigues



**44. 2009.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.***Tomada de Posse, em 27 de outubro.*

Senhor Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho<sup>113</sup>;  
 Senhor Reitor Cessante<sup>114</sup>;  
 Distintos Membros do Conselho Geral<sup>115</sup>;  
 Senhores Reitores e vice-reitores das Universidades Portuguesas e da Galiza e Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos;  
 Caros membros da Equipa Reitoral;  
 Senhor Governador Civil do Distrito de Braga<sup>116</sup>;  
 Senhor Arcebispo Primaz<sup>117</sup>;  
 Senhores Deputados;  
 Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Braga e Guimarães;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Exmas. Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;  
 Ilustres Professores;  
 Prezados Alunos;  
 Estimados trabalhadores não docentes e não investigadores;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Este é o momento para reafirmar a crença na instituição universitária. Uma instituição em construção e reconstrução permanentes, fruto da diversidade e do talento dos seus recursos humanos e da procura contínua de novas articulações com os mundos que a rodeiam. Uma instituição que, neste percurso, é alimentada por um bem único e raro que garante o seu rejuvenescimento e lhe confere perenidade – os estudantes dos diferentes ciclos de estudo.

Ao longo de séculos, atravessando muitas e diversas formas de organização das sociedades, a Universidade tem sido capaz de enfrentar os desafios que lhe têm sido colocados, reinventando-se na sua missão de criação, preservação e difusão do conhecimento.

Os tempos que hoje vivemos são marcados pelos reptos que a construção de sociedades mais justas e sustentáveis coloca e, em simultâneo, pelo crescimento exponencial do conhecimento académico e por novos e poderosos meios de difundir e de aceder à informação.

São tempos de grandes desafios, estes.

113 Luís Braga da Cruz.

114 António Guimarães Rodrigues.

115 Sobre a composição do 1º Conselho Geral da Universidade do Minho veja-se: Ribeiro, «Tempos...», 197. <http://hdl.handle.net/1822/33857>

116 José Leite Ferreira Lopes, Governador Civil de Braga, desde 14 de agosto de 2009.

117 D. Jorge Ortiga.



**Figura 62**

Cerimónia de Tomada de Posse do Reitor, António Magalhães Cunha, em 27 outubro de 2009. Discurso do novo Reitor. Fonte: UMDicas SASUM, Galeria de fotografias, fotos de Nuno Gonçalves/UMDicas.

São tempos particularmente estimulantes para instituições do conhecimento, como as Universidades, que permanecem instâncias fundamentais de afirmação das regiões e das nações, num contexto global em que fronteiras físicas, económicas e políticas parecem perder expressão.

São também tempos exigentes em que as universidades competem, a uma escala cada vez mais global, em diferentes geometrias e contextos. Uma competição que se quer assente em regras partilhadas, mas que é irrecusável, sob pena de se caminhar para a insignificância.

São tempos, ainda, em que as universidades estão obrigadas a combater o corporativismo, o individualismo e o conservadorismo, práticas que as desviam do cumprimento da sua missão e que diminuem a sua relevância social, limitando a sua capacidade de reivindicar e consolidar a autonomia necessária à diferenciação estratégica.

Mas este é, sobretudo, o momento de reafirmar a crença na Universidade do Minho e no seu futuro.



Crença numa Instituição madura que assume o desígnio de ser uma Universidade de investigação, afirmando-se como um centro de ensino e de criação do conhecimento de referência no espaço europeu, com base no desempenho dos seus centros de investigação e na qualidade do seu projeto educativo, tendo como marcas identitárias dos seus estudantes o saber, a criatividade e a ética. Crença numa Instituição que é a esperança maior de uma região que durante séculos foi drenada dos seus melhores recursos humanos e que vem reivindicando o direito à afirmação de uma posição forte no contexto nacional e no contexto global. Crença nos seus recursos humanos, desde logo nos seus professores e investigadores, que vêm protagonizando projetos de investigação, de ensino e de interação com a sociedade de reconhecida qualidade, quando aferidos por critérios aceites internacionalmente, como a recente avaliação EUA deixou bem evidente. Crença nos seus trabalhadores não docentes, que com a sua qualidade e disponibilidade têm constituído uma importantíssima mais-valia para a consecução da missão da Universidade. E, *last but not least*, crença nos seus estudantes.

A Universidade orgulha-se da qualidade dos estudantes que a procuram, do modo como estes têm interpretado as suas tarefas académicas e dos percursos profissionais que têm sido capazes de desenhar.



**Figura 63**  
*Idem.* Tomada de Posse da equipa reitoral. O Reitor, António Magalhães Cunha (a assinar) e o pró-reitor Vasco Teixeira (à direita). Fonte: UMDicas SASUM, Galeria de fotografias, fotos de Nuno Gonçalves/UMDicas.

A investidura do Reitor, que hoje tem lugar, é um momento de grande carga simbólica: momento pleno de simbolismo, porque a Universidade concluiu o processo de escolha de um novo Reitor no renovado quadro legislativo do Ensino Superior, que foi objeto de críticas, por vezes acesas, mas cujas virtualidades e debilidades serão agora testadas nas nossas práticas quotidianas; momento simbólico, porque a Universidade do Minho acaba de ser entregue pela geração dos fundadores a uma nova geração, de que fazem parte aqueles que nela cresceram academicamente.

Tudo faremos para estar à altura das expectativas criadas e da responsabilidade do legado que agora nos é transmitido. Um legado imaterial constituído por projetos de ensino, de investigação e de interação, reconhecidos como de grande qualidade. Um legado patrimonial que inclui importantes infraestruturas físicas destinadas à prossecução de atividades de ensino e de investigação e um conjunto singular de bens documentais, artísticos e arquitetónicos, como este edifício em que hoje nos encontramos. Mas também um legado de esperança. Esperança na consolidação deste projeto. Esperança num modo responsável de afirmar a autonomia universitária. Esperança numa dinâmica de atração e de fixação de talento na região e no país. Esperança na participação ativa na construção de um novo modelo de desenvolvimento económico, social e cultural.

Por tudo isto, este é o momento para agradecer a toda uma geração que, ao longo de 36 anos, deu o seu melhor para construir a Universidade do Minho.

É um tributo impossível de individualizar e que, por isso, formalizarei no reconhecimento aos anteriores reitores desta casa: Carlos Lloyd Braga; Lúcio Craveiro da Silva; Joaquim Barbosa Romero; João de Deus Pinheiro; Sérgio Machado dos Santos; Licínio Chainho Pereira;

É também o momento para agradecer a António José Guimarães Rodrigues todo o empenhamento e dedicação colocados na condução da Universidade num período particularmente difícil da sua existência. Por isso, para o Professor Guimarães Rodrigues e para a sua equipa, que há pouco cessaram funções, peço, a todos, um aplauso de reconhecimento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Permitam-me ainda uma nota pessoal de emoção.

Para um minhoto nascido em Braga, que teve como base de desenvolvimento da sua carreira profissional a cidade de Guimarães e cujas raízes e memórias de afetos estão no Vale do Lima. Para um minhoto, a quem a carreira académica e profissional permitiu contactar as mais diversas realidades do nosso mundo, mas que, quis ser daqui. A Universidade do Minho é muito mais do que uma instituição ou um projeto de vida. É, sobretudo, um imaginário, a que temos direito, que tenho tido o privilégio de servir e vou ter a honra de dirigir, com espírito de missão, mas também com espírito de descoberta, mesmo de aventura, aberto ao imprevisto. Admitindo poder dizer, no final da viagem, como Sophia disse, a propósito de outra grande aventura:

“As ordens que levava não cumpri  
E assim contando tudo quanto vi  
Não sei se tudo errei ou descobri”

Nesse espírito, encontraremos a energia e a motivação adicionais para enfrentar os grandes desafios com que a Universidade do Minho se confronta hoje e se vai deparar no futuro próximo. Ao enfrentá-los sabemos bem que a Universidade é do Minho, só na alma e no *locus*, porque o conhecimento, esse, é da e para a humanidade.

No programa que propusemos à Universidade e que por ela foi expressivamente validado, identificámos um conjunto de desafios que hoje lhe são colocados, de forma incontornável. Resumi-los-ei de seguida:

- Assumir uma aposta de crescimento, explorando oportunidades na investigação e no ensino (nomeadamente ao nível da pós-graduação, dos novos públicos e das novas áreas de conhecimento);
- Consolidar a Universidade como centro de produção de saber e como espaço de talento e criatividade, com reconhecimento e atratividade internacionais;
- Diferenciar, valorizar e racionalizar a oferta educativa, desenvolvendo uma dinâmica de educação integral em toda a academia;
- Reforçar a interação com a sociedade em termos quantitativos e qualitativos;
- Desenvolver uma cultura institucional própria, traduzida em marcas identitárias dos seus diplomados e adotada pelo seu corpo de docentes e investigadores.

Estes desafios serão enfrentados e, estamos certos, vencidos a partir de uma realidade de que hoje nos orgulhamos:

- 16.000 alunos (35% de pós graduação);
- 1.100 docentes (85% doutorados);
- 200 investigadores;
- 850 trabalhadores não docentes (incluindo SASUM);
- 11 Escolas, cobrindo um grande leque de domínios do conhecimento;
- 35 Centros de investigação (mais de 70% dos quais com classificação FCT de Muito Bom e Excelente, ou enquadrados em Laboratórios Associados);
- 7 Unidades Culturais;
- 2 Unidades Diferenciadas;
- 2 *campi*, num total de mais de 240.000 m<sup>2</sup>;
- 7 cursos de pós-graduação em parceria internacional;
- participação efetiva em 6 Unidades de Interface e num Parque de Ciência e Tecnologia;
- 1.1 *papers*/doutor, referenciados internacionalmente.

Esta é uma realidade cuja qualidade deixa antever uma projeção internacional mais forte e uma capacidade efetiva de enfrentar os desafios colocados por uma envolvente complexa em que sobressaem, nomeadamente, o quadro restritivo do financiamento

público do Ensino Superior e a depressão económica e social que é particularmente visível no Norte de Portugal. Poupar-vos-ei, hoje, à discriminação desses fatores.

Para os que nasceram ou que quiseram ser minhotos e para os portugueses em geral, nada foi fácil ao longo da História, exceto para aqueles que têm vivido à volta de uma corte que, sob diversas formas, se vai perpetuando.

De facto, já nos tempos remotos em que Afonso I se investe de dignidade real (tempos singularmente descritos por Lúcio Craveiro da Silva), foi a combinação da força, da participação colaborativa, do espírito de sacrifício e da capacidade de liderança que permitiu construir quadros de entrega coletiva sempre necessários ao desenvolvimento de grandes projetos. Ao longo do tempo, as motivações foram sendo diferentes, mas a generosidade foi sempre a mesma. É com esta atitude de generosidade, essa entrega, de estudantes, professores, investigadores e trabalhadores da Universidade, que conto para cumprir este projeto.

Como disse um dia Wiston Churchill:

“Construímos a vida com o que recebemos, mas marcamos a vida com o que damos”. (We make a living by what we get, we make a life by what we give).

Minhas Senhoras e Meus Senhores,  
Convidados de diferentes instituições,  
Caros membros desta academia:

O conhecimento da disponibilidade dos vários corpos da Universidade, da sua generosidade e entrega faz-nos acreditar que é possível implementar o ambicioso programa de ação que foi apresentado à academia de forma aberta e amplamente sufragado pelo seu Conselho Geral.

A nossa determinação é muito grande. A minha e a da equipa que me dá o privilégio de me acompanhar nesta jornada: os vice-reitores Rui Vieira de Castro, Margarida Proença, José Mendes e Graciete Dias e os pró-reitores Vasco Teixeira, Paula Cristina Martins e Felisbela Lopes.

Sabemos que para cumprir esse programa teremos de ser capazes de mobilizar toda a comunidade universitária em torno dos vários projetos apresentados, bem como de potenciar as dinâmicas associativas, de estudantes – nomeadamente da sua Associação Académica – de antigos estudantes e de trabalhadores não-docentes.

Para isso, pretendemos:

- Promover e premiar o mérito individual e coletivo, num ambiente aberto à diferença, à multiculturalidade e ao espírito crítico;
- Garantir a sustentabilidade orçamental e a racionalização de processos, num quadro de transparência e pública prestação de contas;
- Implementar um modelo de gestão de recursos humanos que promova a sua adequação às funções e o desenvolvimento de competências profissionais;

- Colocar as unidades de serviços ao serviço da missão da Universidade;
- Melhorar a qualidade de vida nos *campi*, em termos de conforto, ambiente e condições de trabalho, num quadro de implementação e de demonstração de práticas eco sustentáveis;
- Abrir os *campi* à comunidade académica e à sociedade, convertendo-os em espaços de troca formal e informal de saberes;
- Aprofundar a autonomia académica e de gestão das unidades orgânicas de ensino e de investigação.

Contando com a mobilização da academia, propomo-nos desenvolver um conjunto de vetores de missão, que constituem o âmago do programa que foi apresentado. São eles:

- Consolidar a investigação, respondendo aos desafios do conhecimento;
- Valorizar a oferta educativa e a educação integral;
- Aprofundar a interação com a sociedade.

Vamos fazê-lo com grande determinação, estabelecendo parcerias com diversos de agentes académicos, sociais, culturais e económicos, de natureza pública ou privada.

Continuaremos a apostar em parcerias com as autarquias e outros agentes do desenvolvimento regional.

O futuro da Universidade do Minho passa também pela atratividade das cidades que a acolhem, nomeadamente através da criação de condições favoráveis à fixação de investigadores e de estudantes de pós-graduação.

A presença física da Universidade no centro de Braga, onde possui edifícios emblemáticos, deve ser aproveitada e valorizada num processo que tem que ser percorrido com a autarquia. Mas há certamente muitos outros projetos para planear e implementar.

Com a cidade de Guimarães, onde, citando Dante Alighieri, “...o futuro tem um coração antigo!”, importa aprofundar uma cumplicidade ativa e lançar novos e mais ambiciosos projetos, nomeadamente no quadro da Capital Europeia da Cultura 2012.

No projeto do quadrilátero urbano queremos alargar esta relação a Barcelos e Famalicão, dando corpo a iniciativas de desenvolvimento integrado e esclarecido num espaço com dimensão metropolitana.

Às outras autarquias da região quero reafirmar a nossa disponibilidade para encontrar mecanismos específicos e inovadores de cooperação.

Mas este é também um momento de rearticular as duas realidades Minhotas. É tempo de a Universidade se encontrar com Viana do Castelo e, se o meu sangue não me engana, estou certo que o vamos fazer.

Uma forma particularmente relevante de a Universidade interagir com a sociedade é através da sua atividade cultural. A Universidade tem a obrigação de preservar, divulgar e dinamizar o património de que é depositária e tem o dever de promover

uma agenda cultural inovadora e diferenciada, com base nas suas capacidades endógenas. Tem seguramente o dever de repartir esse esforço pela região, nomeadamente pelas cidades onde está sediada. Em todos os casos, a Universidade deve procurar e alimentar parcerias adequadas a cumprir estes objetivos.

O principal papel desta Universidade no desenvolvimento regional será o de ajudar a atrair, promover e fixar talento, bem como estimular a criatividade, nas esferas cultural, artística e do empreendedorismo. É o talento que cria bem-estar. É o talento que cria riqueza.

O pretendido aprofundamento do processo de internacionalização envolve o reforço da participação em redes de conhecimento e outras, em parcerias com universidades portuguesas e estrangeiras.

A vontade, há muito enunciada, e a necessidade imposta por alguns dos desafios referidos, exigem novos patamares na cooperação interuniversitária, pensada estrategicamente e assumida com empenho institucional. A ideia de um Noroeste Peninsular como espaço de referência internacional para formação avançada merece ser trabalhada por universidades galegas e portuguesas.

A América do Norte, a comunidade ibero-americana, os países de língua oficial portuguesa, o tão próximo Magrebe, as potências económicas emergentes na Ásia são exemplos de espaços para parcerias específicas, sempre pensadas a partir do espaço de referência europeu, que é o nosso.

As empresas de Portugal e do mundo são, cada vez mais, meios privilegiados de produção de riqueza e de valorização do conhecimento. Por isso, também elas serão nossos parceiros privilegiados.

A Universidade do Minho tem neste domínio um currículo muito relevante com exemplos de cooperação prestigiantes. Mas, também aqui, há que avançar em parcerias mais estruturadas e mais ambiciosas. Sabemos e queremos ser um parceiro fiável e profissional do tecido económico.

Um exemplo do grande potencial que oferecem os quadros de cooperação alargada que defendemos para a Universidade do Minho pode ocorrer no domínio dos estudos artísticos. Esta será uma aposta assente num exercício estratégico e inovador de integração de saberes e de competências, de modo a concretizar os conceitos de Universidade Completa que defendemos, de educação integral que queremos promover e de parcerias efetivas que pensamos implementar.

Ilustres convidados,  
Estimados membros do Conselho Geral,  
Caras e Caros Colegas, docentes e investigadores,  
Prezados Trabalhadores não-docentes e  
Queridos Estudantes:

Vou terminar reafirmando que os desafios que se deparam à instituição universitária são, e sempre foram, muito grandes. Mas o desafio de fazer crescer a Universidade e de consolidar a sua afirmação internacional é irrecusável.

Aos seus protagonistas é dado o privilégio de serem trabalhadores do conhecimento e, por isso, devem, necessariamente, considerar-se convocados para a construção do futuro. Este é um processo difícil, que vai exigir muito de todos em termos individuais e coletivos. Vai exigir cooperação, vai exigir participação, vai exigir solidariedade, vai exigir estratégia, vai exigir liderança. Vai exigir, sobretudo, o empenhamento e a capacidade de iniciativa de docentes, investigadores e restantes trabalhadores de modo a motivar e mobilizar os estudantes para serem os vetores de aplicação e de transmissão do conhecimento. Vai exigir muita criatividade e imaginação, as que já temos e as que queremos fazer germinar e desenvolver em toda a academia. Vai exigir um reforço da autonomia das unidades orgânicas de ensino e de investigação e uma grande articulação entre estratégias de áreas científicas específicas e as da Instituição. Vai exigir a capacidade de inventarmos um relacionamento cúmplice e solidário entre a Reitoria e o Conselho Geral, cujos membros, todos os membros, considero como parceiros primordiais para consumir toda esta ambição. Vai também exigir que saibamos desenvolver um relacionamento franco e pró-ativo com as tutelas, de modo a melhor servir os fins últimos da Universidade. Vai ainda exigir que também aqui (nesta Universidade e nesta Região) se cumpra Portugal.

Por tudo isto e, sobretudo, para cumprir a esperança, convoco todos os que acreditam neste projeto. Convoco todos os que acreditam nesta Universidade para o desafio maior. Para o desafio de construir o futuro a partir da Universidade do Minho.

António M. Cunha



## 45. 2010.

### Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.

*Dia da Universidade, no 36<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*

Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>118</sup>;

Senhores Reitores, vice-reitores e Ilustres representantes das Universidades Portuguesas e Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;

Senhor Presidente e Digníssimos Membros do Conselho Geral da Universidade do Minho<sup>119</sup>;

Senhor Arcebispo Primaz<sup>120</sup>;

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, Prezada representante da Câmara Municipal de Guimarães e Digníssimos Presidentes das Câmaras dos Distritos de Braga e Viana do Castelo;

Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Caros Professores e Investigadores;

Estimados Funcionários;

Queridos Estudantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

#### 1. Preâmbulo

A comemoração do dia 17 de fevereiro é sempre um momento nobre na vida da Universidade do Minho, que hoje renovamos com orgulho e com solenidade por quatro razões essenciais:

- Porque importa reconhecer o ato visionário de alargamento do sistema universitário português do então Ministro Veiga Simão, que, no caso da Universidade do Minho, viria a ser consubstanciado, nesta mesma sala, em cerimónia pública realizada em 17 de fevereiro de 1974;
- Porque queremos e devemos exprimir o nosso reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que, ao longo de 36 anos, deram o seu melhor a este projeto;
- Porque, no espírito daquilo que é intrínseco à natureza universitária, queremos reconhecer o mérito e a dedicação daqueles que se distinguem no seio da nossa comunidade;
- Porque, num quadro de reflexão e de prestação de contas, queremos fazer um balanço do ano transato e partilhar perspetivas sobre os desenvolvimentos futuros da Universidade.

118 José Mariano Gago.

119 Conferir nota 115.

120 D. Jorge Ortiga.



Por tudo isto, organizamos esta cerimónia com brio e com brilho e temos um enorme prazer em acolher inúmeras autoridades e muitos amigos que são companheiros desta formidável e infindável jornada que é construir a Universidade.

Hoje, temos a satisfação de ter connosco o Ministro José Mariano Gago, um académico ilustre e um político com grandes responsabilidades na atual configuração do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior. Muito gostaríamos, Senhor Ministro, que também V. Ex.<sup>a</sup> viesse a ser reconhecido como um companheiro da caminhada da Universidade do Minho.

A comemoração, em 2010, do dia 17 de fevereiro desenvolve-se a partir de uma nova realidade. De facto, muita coisa mudou durante o último ano:

- a) A Universidade migrou para o quadro dos seus novos Estatutos, homologados em novembro de 2008; assim, depois de eleitos os seus membros internos e cooptados os membros externos, o Conselho Geral começou a funcionar na sua plenitude em 18 de maio de 2009; iniciou-se o processo de elaboração dos novos estatutos das 11 Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação da Universidade, com a investidura das respetivas assembleias estatutárias; desde então, as Unidades Orgânicas viram os seus novos estatutos homologados e elegeram os respetivos órgãos de governo, num processo que se concluirá nos próximos dias;
- b) A Universidade conheceu um novo Reitor e um novo programa de ação; de facto, a eleição do novo Reitor teve lugar em 7 de outubro, com a subsequente tomada de posse a 27 do mesmo mês; o novo Reitor viu aprovado pelo Conselho Geral, em 16 de novembro passado, o [Programa de Ação para o Quadriénio 2009-2013](#).

Em suma, a Universidade tem um novo modelo de governo, uma nova liderança e um novo programa de ação com uma clara definição estratégica.

Entretanto, também a República elegeu um novo Parlamento do qual resultou um novo Governo. Este governo confrontou as Universidades com um desafio chamado 'Contrato de Confiança', no qual, como sempre dissemos, depositamos uma grande expectativa. Por isso, podemos hoje falar de um novo quadro na Universidade do Minho e no Ensino Superior em Portugal. Por tudo isto, também esta cerimónia será hoje diferente:

- O novo quadro estatutário confere maior formalidade ao processo de aprovação das contas e do relatório de atividades do ano anterior, documentos que serão apreciados em próxima reunião do Conselho Geral;
- A tradicional apresentação do relatório de atividades do Reitor será, por isso, substituída por um resumo de eventos e factos marcantes do último ano da Instituição e pela identificação dos desafios a assumir no futuro próximo;
- A nova realidade das Unidades Orgânicas de Ensino de Investigação levará a que as mesmas tenham cerimónias próprias, que incluirão a entrega de diplomas de cursos de 1º e de 2º ciclo, bem como de prémios escolares, anteriormente feitas no Dia da Universidade;

- Hoje, serão entregues os prémios com dimensão institucional aos nossos melhores estudantes e também será atribuído o prémio de mérito científico a um investigador da Universidade que se tenha destacado pela sua atividade;
- A importância que atribuímos a parcerias com diferentes instituições leva a que marquemos esta comemoração com a assinatura de um importante conjunto de protocolos, que se inserem em linhas de desenvolvimento estratégico da Universidade.

## 2. Síntese 2009

Como se refere na brochura bilingue que hoje distribuímos, 2009 foi um Ano de Mudança.

Apesar de todas as alterações referidas, a Universidade prosseguiu a sua ação nas três dimensões definidas no enunciado da missão da Instituição:

- A investigação e a consequente geração de conhecimento;
- A oferta educativa, nos diferentes graus de ensino universitário e politécnico, num quadro de educação integral;
- A interação com a sociedade, nomeadamente com os seus tecidos económico, social e cultural.

A investigação na Universidade do Minho é hoje uma realidade consolidada. Uma massa crítica de 1.100 professores, 100 investigadores doutorados e 1.120 alunos de doutoramento consubstancia diariamente esta atividade, que está organizada em torno de 31 Centros de Investigação FCT, 2/3 dos quais com a classificação de Muito Bom ou Excelente, incluindo 3 que fazem parte de Laboratórios Associados. O reconhecimento internacional desta atividade manifesta-se de diversas formas: no protagonismo em diversas ações no âmbito das parcerias internacionais do Estado Português; em prémios atribuídos aos nossos investigadores (incluindo o doutoramento *honoris causa* da colega Madalena Alves por uma universidade romena); na publicação de 905 artigos em revistas internacionais, listadas na *Web of Science*, em 2009, incluindo dois na revista *Science*.

A inauguração de Centro Europeu de Engenharia de Tecidos e de Medicina Regenerativa, instalado no *AvePark*, confirma a liderança da Universidade nesta área, no contexto europeu.

A internacionalização da atividade de investigação e do ensino pós-graduado a ela associado será aprofundada como opção estratégica da Universidade. A este propósito:

- A próxima entrada em funcionamento do INL – Iberian Nanotechnology Laboratory será, certamente, uma grande oportunidade para a Universidade do Minho, por isso assinaremos hoje com o INL um protocolo de colaboração, em cuja efetivação depositamos grandes esperanças;

– A Presidência do Padroado da Fundação CEER, que envolve as 6 universidades do Norte de Portugal e da Galiza, que será assumida pela Universidade do Minho no próximo dia 19 de fevereiro, permitirá aprofundar a agenda de investigação e a oferta de graus conjuntos ao nível da pós-graduação.

A oferta educativa da Universidade é vasta e tem lideranças nacionais claras em diversos projetos de ensino. A qualidade exemplar do trabalho desenvolvido pela Universidade no quadro do Processo de Bolonha tem merecido o reconhecimento internacional, como evidencia o Relatório de *Follow-up* da EUA de setembro de 2009.

A Universidade tem atualmente 16.500 alunos, dos quais 40% são de pós-graduação. O corpo docente será constituído proximamente por mais de 90% de doutores.



**Figura 64**

Cerimónia do Dia da Universidade, no 36º aniversário, em 17 de fevereiro de 2010. Atrás, o Reitor, António Magalhães Cunha. Em primeiro plano (da esquerda para a direita), o Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, o Presidente do Conselho Geral da UMinho, Luís Braga da Cruz e o vice-reitor da Universidade de Aveiro, António Ferrari. À frente, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago (esquerda) e Francisco Carvalho Guerra, da Universidade do Porto. De perfil, em baixo à direita, o Secretário de Estado do Ensino Superior, Manuel Heitor. Fonte: UMDicas SASUM, Galeria de fotografias, fotos de Nuno Gonçalves/UMDicas.

A mobilidade de estudantes e docentes tem sido uma aposta consistente da UMinho, também reconhecida no já referido relatório de avaliação institucional da EUA. Os vários programas de mobilidade envolveram, no ano findo, um total de 759 alunos e 54 docentes.

A Universidade orgulha-se da sua oferta educativa, pelo facto de incluir áreas de formação inovadoras e por ter introduzido abordagens singulares em domínios científicos mais tradicionais. O desenvolvimento de ações de apoio ao trabalho pedagógico dos docentes, a instituição de mecanismos internos de avaliação do ensino, a solicitação de avaliações externas e, mais recentemente, o desenvolvimento do sistema interno de garantia de qualidade são indicadores da importância que a Universidade confere à sua oferta educativa.

A Universidade tem vindo a promover projetos de ensino, em cooperação com outras instituições de Ensino Superior nacionais e estrangeiras, designadamente ao nível da pós-graduação. Neste último caso, salientam-se as apostas em projetos de ensino no âmbito dos programas MIT-Portugal, CMU-Portugal e Harvard-Portugal e também a existência de projetos em colaboração com universidades de Espanha, do Brasil, de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e de Timor-Leste.

Na sequência da entrada em funcionamento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, a Universidade submeteu a acreditação um conjunto de 14 novos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre e doutor, que pretende ver entrar em funcionamento no próximo ano letivo. Na mesma altura, deu início ao processo de acreditação dos ciclos de estudos que estão em funcionamento, ou que já se encontravam registados pela DGES, processo que deverá estar concluído até ao final do corrente mês.

A Universidade aproveitará esta ocasião para introduzir elementos de racionalidade na sua oferta, reduzindo o número de unidades curriculares e de cursos de pós-graduação.

O ano de 2010 será marcado pelo arranque de uma vasta oferta educativa em horário pós-laboral, envolvendo cursos dos 1º e 2º ciclos. Esta oferta, que estava prevista no Programa de Ação da Universidade, beneficiará de um grande impulso com o *Programa Específico de Desenvolvimento*, de que falaremos a seguir e será muito importante para abrir a Universidade a novos públicos e, deste modo, contribuir para a qualificação de ativos num momento particularmente sensível da nossa vida coletiva.

Este processo foi organizado num curto espaço de tempo, mas obteve um excelente acolhimento das Unidades Orgânicas. Representa um importante compromisso da Universidade com os desafios que hoje se apresentam ao país.

Finalizada a implementação do processo de Bolonha e tendo em conta o novo quadro estratégico da Universidade, é altura de encetar uma reforma curricular que racionalize e diferencie a nossa oferta e a torne mais atrativa e competitiva, nomeadamente em resultado de processos de avaliação interna e externa. Uma reforma que

dê centralidade à unidade curricular e que acentue o desenvolvimento de competências transversais nos domínios da criatividade, do empreendedorismo e da ética, diferenciando positivamente o perfil do graduado UMinho.

De facto, é nossa intenção reduzir o número de unidades curriculares oferecidas e, desse modo, aumentar a eficiência do sistema. Não estamos preocupados com o número de cursos que oferecemos, que consideramos globalmente equilibrado.

A interação com a sociedade é uma imagem de marca de que a Instituição se orgulha e que foi sendo interiorizada pela academia, apreciada pela comunidade envolvente e por uma extensa rede de parceiros dos tecidos económico, social e cultural.

No domínio da atividade de I&D, é intensa a participação da Universidade em diversas entidades de direito privado, tendo grande relevância as entidades vocacionadas para transferência de tecnologia, com forte interação com o tecido económico-produtivo e situadas naquilo que podemos apelidar universo físico da Universidade, nomeadamente: o *AvePark*; a incubadora *SpinPark*; o Centro de Computação Gráfica; o Centro para a Valorização dos Resíduos; o PIEP (Inovação em Engenharia de Polímeros) e a TecMinho.

O CCG e o PIEP viram as suas novas instalações serem inauguradas em 2009. No caso do PIEP, esse evento teve a presença do Primeiro-Ministro, José Sócrates e do Ministro Mariano Gago.

A atividade da Universidade neste domínio tem sido acompanhada por diversas iniciativas de promoção do empreendedorismo. A UMinho orgulha-se de projetos gerados na sua comunidade terem ganho, pela terceira vez consecutiva, o maior prémio nacional desta área, o prémio *Start*, promovido pela Universidade Nova de Lisboa com o apoio de diversas instituições privadas.

A dimensão da interação com a sociedade envolveu igualmente uma importante ação cultural, decisiva na relação da UMinho com a sua envolvente. Para o efeito, a Universidade conta com as suas unidades culturais e diferenciadas, entre outras, o Arquivo Distrital de Braga, a Biblioteca Pública de Braga, a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, o Museu Nogueira da Silva, a Unidade de Arqueologia. Mobilizou também estruturas emergentes, como a sua orquestra, que mais uma vez brindará esta noite em Braga e amanhã em Guimarães, a comunidade académica e a sociedade em geral com magníficos concertos de música clássica.

Estas unidades contribuem assim, ativamente, para a consecução dos objetivos estatutários de possibilitar o acesso e a fruição de bens culturais por todas as pessoas e grupos, internos e externos à Universidade.

O Conselho Cultural, cuja Presidência foi recentemente assumida pela Prof.<sup>a</sup> Ana Gabriela Macedo, tem o seu novo regulamento homologado, em conformidade com os novos estatutos da Universidade. Os seus membros externos também já foram cooptados.

Em 2010 serão lançados novos e importantes projetos que irão consolidar esta dimensão de ação e afirmação da Universidade, designadamente no âmbito da cooperação com a Capital Europeia da Cultura 2012 (com quem também assinaremos um protocolo) e da realização do Festival de Outono.

Para a consolidação da ação da Universidade houve um conjunto de iniciativas, tomadas já no quadro da atual equipa reitoral, em que sobressaem:

- A alteração da estrutura orgânica da Universidade, num processo que será continuado este ano;
- O início do processo de transferência de serviços do Largo do Paço para os *campi* (já consubstanciado na mudança da Divisão Académica, do GAED e do GAQ);
- O reforço do nível de autonomia das Unidades Orgânicas com o aumento das competências delegadas nos seus presidentes, que continuará a ser implementado num quadro de grande interação com estas estruturas que são os pilares da atividade da Universidade;
- O início de um novo quadro de motivação e de valorização dos trabalhadores não docentes, que inclui medidas ao nível da definição de funções, avaliação e remuneração.

A reforma da área administrativa da Universidade beneficiará ainda da recente nomeação do Administrador da Universidade, Prof. Pedro Camões.

Importa também referir que a Escola de Direito está desde dezembro em novas instalações, que serão oficialmente inauguradas no futuro próximo. Entre muitas outras funcionalidades albergarão de forma condigna o legado do Dr. Francisco Salgado Zenha.

Assim, para concluir o sonho de dotar de instalações adequadas todas as Unidades Orgânicas da Universidade, ficam a faltar as infraestruturas para a Escola Superior de Enfermagem, em Braga e para o Núcleo do Instituto de Ciências Sociais, em Guimarães.

O edifício da Biblioteca do *Campus* de Gualtar será alvo, em 2010, de uma profunda intervenção, de modo a providenciar novos serviços aos estudantes e horários alargados de utilização.

Os Serviços de Ação Social da Universidade foram reconhecidos pela APCER com as certificações ISO 22000, relativamente ao seu Sistema de Segurança Alimentar e ISO 9001, relativamente aos serviços de atribuição de bolsas de estudos, alojamento, saúde e atividades desportivas e culturais. Foram igualmente certificados pela norma ISO 9001, os Serviços de Documentação e o SAPIA.

Por fim, e porque a Universidade também vive muito das atividades dos seus alunos e das suas estruturas associativas, importará salientar que a Universidade do Minho

sagrou-se vice-campeã europeia de Andebol universitário e organizou o campeonato europeu de Taekwondo.

A Associação Académica da Universidade do Minho conseguiu ainda pôr de pé um significativo conjunto de atividades de intervenção cívica e cultural, de que se destaca o projeto “Democracia Viva” cujo encerramento contou com a presença do Senhor Presidente da República.

### 3. Protocolos e Programa Específico de Desenvolvimento

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Como já referido, esta cerimónia contará com a assinatura de um conjunto importante de protocolos, que selam parcerias já em curso, que queremos aprofundar:

- Com o LIP, Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, que tem importantes colaborações com grandes instituições europeias, casos do CERN ou da ESA e que é o principal ator nacional no âmbito da computação GRID, onde a Universidade quer reforçar a sua atividade;
- Com o INL, que simboliza o futuro e a aposta num novo modelo de desenvolvimento desta região e de toda a Península; a Universidade assumiu-se, desde a primeira hora, como um parceiro deste projeto desejando aprofundar a colaboração existente;
- Com a Câmara de Braga, uma ambiciosa parceria para o desenvolvimento assente em 3 agendas: Regeneração urbana, talento, cultura e lazer; Mobilidade, energia e sustentabilidade; Criatividade, inovação e empreendedorismo;
- Com a Fundação Cidade de Guimarães, tendo por fundo um quadro de intensa colaboração em curso com a cidade, a formalização do envolvimento empenhado e motivado no êxito do grande projeto Capital Europeia da Cultura 2012.

Certamente que estamos muito contentes por, num curto espaço de tempo, formalizarmos documentos que enquadrarão importantes linhas de desenvolvimento da Universidade.

Mas também estamos contentes por formalizarmos com o MCTES um ‘Programa Específico de Desenvolvimento’ que resulta do ‘Contrato de Confiança’ assinado entre o Governo e as Universidade Públicas no passado dia 12 de janeiro. Nesse Contrato, as Universidade assumiram o compromisso de colaborarem ativamente no alargamento do acesso ao Ensino Superior, pela expansão da oferta orientada para a formação de ativos. Afirmaram também o seu comprometimento com o prosseguimento da reestruturação da oferta formativa e a intenção de se envolverem ativamente em ações orientadas para o aumento das qualificações da população portuguesa num quadro de exigência e de qualidade.

É possível identificar importantes áreas de confluência entre o conteúdo desse ‘Contrato de Confiança’ e o ‘Programa de Ação para o Quadriénio 2009-2013’ desta equipa

reitoral que a UMinho assumiu como seu, por expressiva votação do seu Conselho Geral.

Neste contexto, o MCTES e a UMinho formalizarão um 'Programa Específico de Desenvolvimento', que comporta três tipos de medidas relativamente à oferta educativa, a saber: de alargamento e reforma; de enquadramento e consolidação e de monitorização e avaliação. O Programa envolverá, durante os próximos 4 anos letivos:

- O lançamento de mais de 40 cursos em regime pós-laboral, a maior parte dos quais já em funcionamento em horário normal;
- A oferta de mais de 50 cursos curtos, baseados em unidades curriculares da Universidade, também em regime pós-laboral;
- A aposta em formações à distância;
- A qualificação de mais de 6.000 ativos.

Este 'Programa de Desenvolvimento' será complementado com um contrato programa específico para a área das Ciências da Saúde, em fase de discussão com o MCTES.

O cumprimento do 'Programa de Ação' da Universidade e das medidas previstas no 'Programa Específico de Desenvolvimento' beneficiará da concretização de um conjunto de infraestruturas académicas, em cujo desenvolvimento a Universidade se encontra fortemente empenhada e que serão referidas mais à frente.

#### 4. Desafios internos

Esta resenha, necessariamente breve, da atividade em 2009, o compromisso do 'Programa de Ação' em curso e imposições legais diversas definem um conjunto de exigentes desafios para Universidade no curto prazo. Assim, a Universidade está já, ou estará muito brevemente, empenhada:

- Na elaboração dos diversos regulamentos exigidos pelos novos regimes das carreiras docentes universitária e politécnica, encontrando-se o Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes, já em discussão interna;
- Na criação de um sistema interno de gestão e garantia da qualidade, o SIGAQ-UMinho, que antevemos começar a implementar em setembro do corrente ano;
- Na já referida reforma curricular que deverá ser encarada por todas as Unidades Orgânicas como um exercício de racionalização e de diferenciação, permitindo uma mais efetiva integração entre a investigação desenvolvida e o ensino ministrado;
- No lançamento de uma importante oferta educativa pós-laboral, no quadro do Programa Específico de Desenvolvimento e no qual queremos envolver os agentes económicos da região, nomeadamente empresas e as suas estruturas associativas;



- Numa importante reorganização interna de serviços, que envolverá a revisão da sua estrutura orgânica e um esforço de integração de processos de modo a aumentar a eficiência global do sistema;
- Num debate interno sobre o regime jurídico da Universidade, que será lançado em articulação com o Conselho Geral.

## 5. Novos Projetos

Estas apostas e o programa que estamos empenhados em cumprir também passam pela materialização de um conjunto ambicioso de projetos. Com maior ou menor adversidade da envolvente externa, porfiaremos para os fazer nascer no futuro próximo. Pela sua importância estratégica, estaremos especialmente empenhados:

- a) No Centro Multidisciplinar para a Bio-Sustentabilidade e Qualidade da Construção, em Gualtar e Azurém;
- b) Na Escola de Enfermagem / Centro de Formação em Tecnologias para a Saúde, em Gualtar;
- c) No Espaço Biblioteca – Centro de Informação / Documentação, em Azurém;
- d) Em outras infraestruturas identificadas no 'Programa Específico de Desenvolvimento'.

A dimensão cultural e de interação com a sociedade será suportada por diversos projetos em preparação e que serão enquadrados pelas iniciativas de cooperação com as cidades de Braga e Guimarães. Pela sua importância refiro o propósito de afetar exclusivamente ao ensino e divulgação da música o Edifício dos Congregados, tão logo fique resolvida a questão das instalações da ESSE e o de vocacionar o Complexo do Largo do Paço para uma 'Casa do Livro e da Leitura'.

Em Guimarães, estão já em curso vários importantes projetos, nomeadamente o Centro de Formação Pós-Graduada e o Instituto de Design, iniciativas que serão reforçadas com outras parcerias com o município e com diversas ações imateriais, alvo da relação que iremos protocolar com a Fundação Cidade de Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012.

## 6. Conclusões e Nota Final

Senhor Ministro,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Como tive oportunidade de dizer em outubro, os tempos que vivemos são difíceis. Mas nunca alguma coisa foi fácil na construção da Universidade do Minho.

Reiteramos a nossa convicção de que é pelo conhecimento e pela educação que Portugal e a Europa poderão enfrentar os desafios e as oportunidades dos tempos atuais e futuros.

Reiteramos que só com a mobilização de todos que formam a nossa comunidade académica poderemos vencer esses desafios.

Assim:

- Ao corpo de docentes e investigadores exige-se um compromisso de qualidade e o desenvolvimento de atividade que mereça o reconhecimento inequívoco dos seus pares, num contexto de referência internacional;
- Ao corpo de trabalhadores não docentes exige-se profissionalismo e o sentido do serviço público, devendo a instituição criar o enquadramento motivacional adequado;
- Aos estudantes, exige-se que potenciem as suas capacidades, disponibilidade e voluntarismo em atividades que prestigiam a academia e que não pervertam o sentido da sua existência na instituição.

Às outras instituições do Ensino Superior, em especial às universidades, reiteramos o nosso propósito de trabalhar para o reforço da credibilidade do sistema e de aumentarmos o nível da sua responsabilização (só a responsabilização traz uma efetiva autonomia).

Aos diferentes poderes políticos queremos reafirmar o nosso propósito de sermos um parceiro fiável no cumprimento da nossa missão e na construção de novos modelos de desenvolvimento. Temos uma expectativa forte nesse domínio e a convicção de que os poderes regionais serão capazes de gerir programas de desenvolvimento estratégico sem alimentar tentativas de hegemonia regional que distorcerão fortemente os objetivos dessas iniciativas. É com esta convicção que reafirmamos a nossa crença no futuro da Universidade do Minho e reiteramos o convite para o construir connosco.

António M. Cunha



**46. 2011.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.**

*Dia da Universidade, no 37<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>121</sup>.

Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>122</sup>;

Senhor Presidente e Digníssimos Membros do Conselho Geral da Universidade do Minho<sup>123</sup>;

Senhor Arcebispo Primaz<sup>124</sup>;

Senhores Reitores, vice-reitores e Ilustres representantes das Universidades Portuguesas e Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;

Senhores Reitores de Universidades da Galiza;

Senhor / Senhora representantes dos Presidente da Câmara Municipal de Braga e de Guimarães e Digníssimos Presidentes das Câmaras dos Distritos de Braga e Viana do Castelo;

Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;

Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;

Caros Professores e Investigadores;

Estimados Funcionários;

Queridos Estudantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

### 1. Preâmbulo

A Universidade do Minho celebra hoje o seu 37<sup>o</sup> aniversário. Por isso, como manda a boa tradição minhota, limpámos e embelezámos a nossa casa, vestimo-nos a rigor, convocámos toda a família que constitui a nossa comunidade académica, juntámos os amigos e fazemos a festa. O Prof. Manuel Heitor é um desses amigos a quem, para além de agradecer a presença, quero manifestar publicamente o nosso reconhecimento pela permanente disponibilidade que tem revelado para com a Universidade do Minho.

121 No ano de 2011 viriam a ser atribuídos três doutoramentos *Honoris Causa*: as personalidades distinguidas foram Joseph S. Gonnella; Marcel de Botton e Michel Maffesoli. A cerimónia não se realizou contudo, no Dia da Universidade, como vinha sendo hábito até aí. Realizou-se posteriormente, a 11 de abril. Joseph Gonnella era Professor de Medicina e Dean Emeritus do Jefferson Medical College, da Universidade de Thomas Jefferson (EUA) e recebeu esta distinção pela quarta vez. Marcel de Botton era Presidente do Conselho de Administração da empresa Logoplaste e Presidente da Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos (APIP), tendo sido a UMinho a primeira Universidade a atribuir-lhe o título. Cf. «Após 6 anos, a UMinho volta a atribuir Doutoramentos Honoris Causa». *UMDicas SASUM*, publicado em abril 2011, disponível em: <https://www.dicas.sas.uminho.pt/noticias/academia/2011/04/apos-6-anos-a-uminho-volta-a-atribuir-doutoramentos-honoris-causa>, consultado em 04-12-2019.

122 Manuel Heitor, ocupou o cargo de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior nos XVII e XVIII Governo Constitucional, entre março de 2005 e junho de 2011.

123 Conferir nota 115.

124 D. Jorge Ortiga.

Neste momento inicial da minha intervenção, gostaria de assumir um olhar retrospectivo, menos dependente daquilo que são as circunstâncias do nosso quotidiano, e: lembrar o dia 17 de fevereiro de 1974 como o momento de lançamento de uma nova Universidade Pública, que abria a esperança da generalização da educação superior e do desenvolvimento para o país e para uma região; recordar e agradecer a todos aqueles que, ao longo de 37 anos, deram o seu melhor a este projeto e ajudaram a construir esta Universidade e reconhecer, no melhor dos fundamentos da nossa identidade universitária, o mérito e a dedicação daqueles que se distinguiram no seio desta comunidade.

Pretendo aproveitar este Dia da Universidade para, num quadro de reflexão e de prestação de contas, que assumimos como indissociável do exercício de direção da Universidade, fazer um balanço do ano transato, recordando eventos e percursos que constituíram o essencial da nossa atividade e partilhar perspetivas sobre os desenvolvimentos futuros da nossa instituição. Estas são as razões que justificam o empenhamento e o brío que colocámos na organização deste evento. Aproveito para agradecer a todos quantos trabalharam para garantir o brilho desta celebração.

## 2. Síntese 2010

A brochura bilingue que hoje distribuímos assinala as principais atividades da Universidade e os momentos marcantes do último ano.

Apelidámos 2010 de um Ano Intenso. E foi-o. Intenso e diverso, como é característico desta Universidade. Ao longo de 2010:

- Concluímos a normalização institucional do novo quadro estatutário, com a entrada em funcionamento da totalidade dos órgãos da Universidade e das suas unidades orgânicas.
- Implementámos o Plano de Atividades aprovado pelo Conselho Geral no Quadro do Programa de Ação para o Quadriénio 2009-13, desenvolvendo um amplo conjunto de iniciativas em que avulta:
  - A criação do Fórum dos Centros de Investigação e o arranque da análise estratégica da investigação desenvolvida na Universidade;
  - A estruturação da parceria com o INL, que terá no decurso do presente ano importantes resultados com o lançamento de um programa doutoral em nanomedicina (em conjunto com outras universidades de Portugal e da Galiza) e a criação de lugares com dupla afiliação para professores / investigadores;
  - A adoção de uma nova política de auto-arquivo da produção científica da Universidade, visando reforçar o acesso livre ao conhecimento científico;
  - O reforço das estruturas de apoio à investigação, seja na preparação das candidaturas seja na sua gestão financeira e o desenvolvimento de uma aplicação de gestão de projetos que será ainda este mês colocada à disposição dos investigadores;

- A preparação e a submissão à A3ES de novos cursos nos três ciclos de estudos, num quadro mais global de reorganização da oferta educativa (neste processo, a Universidade decidiu a extinção de diversos cursos);
- O desenvolvimento da oferta graduada na área dos estudos artísticos, traduzida, desde já, na apresentação à A3ES da proposta de criação de uma licenciatura em teatro e artes performativas e no desenvolvimento, em curso, de propostas de licenciaturas em Design de produto e de Artes Visuais;
- A consolidação de experiências de cooperação com os países de língua oficial portuguesa, ao nível de projetos de ensino, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor-Leste (a este propósito importa referir a alteração da definição de missão da Fundação Carlos Lloyd Braga que passou a ser um instrumento da intervenção da Universidade nestes países);
- O desenvolvimento do Centro de Apoio ao Ensino que, tendo em conta as melhores práticas internacionais, terá um papel essencial na promoção da qualidade do ensino, incluindo do ensino à distância;
- A definição das linhas enquadradoras e calendário da reforma curricular, que racionalizará o portfólio de unidades curriculares e aumentará a eficiência do sistema, reduzindo cargas letivas aos docentes, possibilitando maior dedicação à investigação;
- O mapeamento das entidades participadas pela UMinho, com o desenvolvimento do sistema de informação de suporte à gestão dessas participações;
- O planeamento da rede de clubes de conhecimento em escolas básicas e secundárias da região;
- A iniciativa *EncontrosUM* como espaço de diálogo em torno de problemáticas cultural, económica e socialmente relevantes;
- O programa 'Casas do Conhecimento', nesta fase inicial em estreita articulação com as câmaras municipais de Vila Verde, Fafe, Paredes de Coura e Vieira do Minho;
- A implementação do sistema integrado de gestão de qualidade (SIGAQ-UM), com validação e aprovação do plano e do manual da qualidade;
- A aprovação do regulamento geral de avaliação do desempenho dos docentes, requerido pelo ECDU e ECDESP;
- A aprovação de novas orientações para os prémios académicos de mérito, agora em larga medida descentralizados para as Unidades Orgânicas;
- O incentivo à institucionalização do *Dia da Unidade Orgânica*, em cada UOEI;
- A reorganização dos serviços da Universidade e a racionalização e simplificação de práticas administrativas;
- A implementação da nova aplicação de gestão contabilística e financeira - ERP, integrada no sistema de informação da Universidade;
- O ajustamento do quadro de referência interno, em termos de propriedade intelectual;

- A alteração profunda da política e das práticas de comunicação da UMinho, de que o lançamento, hoje feito, do novo portal da Universidade, é excelente exemplo;
- O reforço da comunicação e imagem da Universidade, através de iniciativas como a *newsletter* institucional, que a partir de hoje dará lugar à publicação eletrónica regular “nós”, o lançamento do Boletim Universidade em Notícia, ou a contínua interação com os *media*, visando promover a divulgação da Universidade junto de públicos diferenciados;
- As candidaturas bem-sucedidas à organização dos campeonatos mundiais universitários de xadrez e futsal em 2012, respetivamente em Guimarães e Braga;
- A consolidação das estruturas de apoio aos estudantes com deficiência e a promoção de medidas destinadas a criar melhores condições de vida nos *campi* para estes mesmos estudantes;
- A elaboração de planos de formação anual para os trabalhadores não docentes e não investigadores;
- O reforço do apoio médico à comunidade académica;
- O início das obras de arranjo exterior dos *campi* de Gualtar e Azurém e o início da reformulação de espaços pedagógicos e das bibliotecas;
- A requalificação de espaços no ILCH e na Escola de Engenharia;
- A requalificação de espaços do Museu Nogueira da Silva e do Salão Nobre e de outros espaços do edifício da reitoria;
- O lançamento do projeto Instituto para a Bio-Sustentabilidade (I-BS), com base na atividade de grupos da biologia e da engenharia.

Esta lista de iniciativas e realizações, porventura demasiado extensa para apresentar neste contexto, testemunha a intensidade com que foi vivido o ano transato.

Intensidade que não impediu, antes beneficiou, de um conjunto de iniciativas orientadoras para a promoção de um envolvimento efetivo, na sua conceção e desenvolvimento, das várias estruturas da Universidade. Para lá daquilo que é a atividade regular de funcionamento dos órgãos da Universidade, a colegialidade, que deve ser marca impressiva da vida universitária, teve expressão em interações sistemáticas entre o Reitor e os responsáveis das Unidades Orgânicas, na disponibilidade de todos os membros da equipa reitoral para responderem às múltiplas solicitações de que foram sendo alvo, traduzidas em sucessivas rondas de trabalho com as Unidades Orgânicas e em diálogos com os vários corpos da Universidade, plasmadas no Fórum UMinho. Julgamos que iniciativas deste género têm contribuído de forma significativa para o reforço da coesão interna da Universidade, condição essencial para que possamos enfrentar com sucesso os enormes desafios que a Instituição tem pela frente.

No entanto, muita coisa ficou por fazer. Há que melhorar, por exemplo na resposta dos Serviços à grande diversidade de solicitações e exigências com que são confrontados por alunos, docentes, unidades e subunidades orgânicas. Temos de encontrar

soluções sustentáveis para os *campi* e buscar respostas para os problemas com que se confrontam o Arquivo Distrital de Braga e a Biblioteca Pública.

Todas as iniciativas referidas visam otimizar as condições de concretização da missão da Universidade. É esta que as orienta e lhes confere sentido.

Permitam-me, a propósito, referir alguns números que traduzem aquela que é a nossa realidade de hoje: cerca de 17.500 alunos em cursos conferentes de grau (41% dos quais de pós-graduação); 1.080 docentes, com uma taxa de 93% de doutorados entre os docentes de carreira; 622 funcionários, acrescidos de 259 nos SASUM; um orçamento global de cerca de 132 M€ (incluindo SASUM).

As atividades da Universidade repartem-se de modo equilibrado pelas três dimensões definidas no enunciado da missão da Instituição: a investigação e a consequente geração de conhecimento; a oferta educativa, nos diferentes graus de Ensino Superior; a interação com a sociedade, nomeadamente com os seus tecidos económico, social e cultural. E incluem ainda importantes intervenções ao nível da organização interna e das infraestruturas.

A investigação na Universidade do Minho está suportada por 1.100 professores e investigadores doutorados e 1.600 alunos de doutoramento (de 40 nacionalidades diferentes), organizados em torno de 32 Centros de Investigação FCT, 2/3 dos quais com a classificação de Muito Bom ou Excelente, incluindo 3 que fazem parte de Laboratórios Associados.

O reconhecimento internacional desta atividade manifesta-se de diversas formas: no protagonismo em diversas ações no âmbito das parcerias internacionais do Estado Português, em prémios atribuídos aos nossos investigadores (incluindo o doutoramento *honoris causa* do colega Rui Reis pela Universidade de Granada), na publicação de mais de 1.5 artigos referenciados internacionalmente por doutor (incluindo cerca de 1.100 em revistas listadas na *Web of Science*).

Apraz-nos registar o sucesso que a Universidade tem na valorização económica do conhecimento aqui produzido, através das atividades de diversas participadas, onde sobressaem o Centro de Computação Gráfica, o Centro de Valorização de Resíduos, o Polo de Inovação em Engenharia de Polímeros, as empresas *spin-offs*, incubadas na *SpinPark* e outras iniciativas de empreendedorismo promovidas pela TecMinho. A UMinho continua a ter uma posição de liderança nacional no registo e comercialização de patentes. Esta é uma dimensão com importância crescente nas Universidades modernas e que será alvo de atenção especial na Lição de Sapiência desta sessão. Aproveito para cumprimentar os responsáveis pelas mais de 30 *Spin-offs* Universidade do Minho presentes na sala.

A interação com a sociedade faz-se também noutros domínios. O Conselho Cultural, presidido pela Prof.<sup>a</sup> Ana Gabriela Macedo, viu os seus membros externos cooptados e entrou em pleno funcionamento. Os resultados da sua ação foram bem visíveis, através do desenvolvimento de inúmeras atividades no domínio das artes do

espetáculo, da música, das artes plásticas e tiveram expressão maior no Festival de Outono, iniciativa que queremos reforçar e consolidar. Neste plano, a participação da Universidade em atividades de cooperação com a Capital Europeia da Cultura 2012 constitui um desafio e uma oportunidade. São vários os grupos que, neste momento, se encontram a trabalhar neste âmbito e com certeza, seja para a Universidade, seja para a própria iniciativa, importantes resultados advirão desta colaboração. Recentemente, assinámos um contrato para a avaliação dos impactos socioeconómicos da CEC2012.

Importa ainda referir que a Universidade beneficiou e, em muito casos associou-se, a diversas iniciativas da responsabilidade da Associação Académica, que conseguiu pôr de pé um significativo conjunto de atividades de intervenção cívica e cultural, p. ex., o gabinete do empreendedorismo, a semana do voluntariado ou diversos espetáculos musicais de grande qualidade.

Para a consolidação da ação da Universidade houve ainda um conjunto de medidas organizacionais, em que sobressaem:

- O reforço do nível de autonomia das Unidades Orgânicas com o aumento das competências delegadas nos seus presidentes, que continuará a ser implementado num quadro de grande interação com estas estruturas que são os pilares da atividade da Universidade;
- A alteração da estrutura orgânica da Universidade, com um importante processo de descentralização associado à equiparação a diretores de Serviços dos Secretários de Escola; deste modo, pôs-se termo a um quadro de subalternização das estruturas das unidades orgânicas face aos serviços centrais;
- A continuação do processo de transferência de serviços do Largo do Paço para os *campi*;
- O processo de avaliação de trabalhadores não docentes e não investigadores e, pela primeira vez em muito anos, a existência de prémios e alterações remuneratórias baseadas em mérito de desempenho.



**Figura 65**

Vídeo sobre o Dia da Universidade, no 37º Aniversário, no dia 17 de fevereiro de 2011. Fonte: "AAUM 37º Aniversario da Universidade do Minho.", Vídeo do YouTube. Publicado em 7 de novembro de 2011, <https://www.youtube.com/watch?v=vYUHbsVrLdM>



Ainda durante 2010, assinámos com o Governo e implementámos um Plano Específico de Desenvolvimento, envolvemo-nos fortemente no processo de alteração das regras da ação social escolar e lançámos a proposta e o debate interno para a mudança de regime jurídico da Universidade. Gostaria agora de me referir com mais detalhe a estes processos.

## 1. Programa Específico de Desenvolvimento

Minhas Senhoras e meus Senhores:

O ano de 2010 ficou marcado por uma parceria entre o MCTES e as instituições de Ensino Superior, designada por ‘Contrato de Confiança’, que teve início com a assinatura do primeiro Programa Específico de Desenvolvimento com a Universidade do Minho, neste mesma sala, há um ano e a conclusão do processo (no que respeita às universidades) em 20 de setembro, no Funchal.

No quadro desse “Contrato”, as Universidade assumiram o compromisso de colaborar ativamente no alargamento do acesso ao Ensino Superior, pela expansão da oferta orientada para a formação de ativos. Afirmaram também o seu comprometimento com o prosseguimento da reestruturação da oferta formativa e a intenção de se envolverem ativamente em ações orientadas para o aumento das qualificações da população portuguesa num quadro de exigência e de qualidade.

Mais do que os aspetos substantivos que deram corpo a esse Programa, ele marca um novo relacionamento entre as universidades e o MCTES que, independentemente de divergências sobre questões específicas, tem subjacente uma agenda de afirmação e consolidação do Ensino Superior em que, todos, devemos e temos de estar empenhados.

Embora se reconheça um quadro de crescente competitividade interinstitucional, é essencial uma articulação de atores na defesa do objetivo maior que é o desenvolvimento do Ensino Superior e do sistema científico nacionais. Essa articulação é também necessária para se encontrarem os espaços de parceria que permitam competir noutras dimensões, nomeadamente as internacionais.

A Universidade do Minho cumpriu o previsto nesse programa: abriu 12 cursos de licenciatura em regime pós-laboral, envolvendo cerca de 400 novos alunos e iniciou 13 cursos de mestrados com cerca de 160 alunos. Assim, o número total de estudantes da UMinho em regime pós-laboral é de 660, o que implicou o alargamento do horário de funcionamento de diversos serviços. Este esforço continuará este ano, com a consolidação desta oferta com mais 4 cursos de licenciaturas e 4 cursos de mestrados.

Estimamos que, em 2011, o número total de estudantes em regime pós-laboral, em cursos conducente a grau, atingirá os 1.400.

Estão também incluídas neste “Contrato” as já referidas iniciativas de reforma curricular e do sistema integrado de garantia de qualidade.

Entretanto, e nos termos do acordado, a A3ES começará a monitorar este processo. É minha convicção que a Universidade do Minho, bem como a generalidade das universidades signatárias, cumprirá este Contrato. Esperamos que o Governo também o faça.

## 2. Perspetivando 2011 – Desafios internos

O Programa de Atividades e Orçamento para 2011 foi aprovado pelo Conselho Geral em 24 de janeiro, com base numa proposta de Orçamento preparada a 31 de dezembro e posteriormente analisada pelo Senado Académico nos termos Estatutários.

Desde então foram conhecidos os contornos relativos à execução orçamental, nomeadamente as significativas cativações e outras restrições a que as universidades públicas de regime não fundacional estão sujeitas.

Este novo quadro criará dificuldades acrescidas à Universidade do Minho, uma vez que o mesmo penaliza de forma agravada as universidades e os Serviços de Ação Social com maior captação de receitas próprias. Tentaremos encontrar soluções para ultrapassar estes contratempos e esperamos que durante o corrente ano sejam encontrados mecanismos para obviar estas dificuldades.

Assim, a execução desse programa será ainda mais difícil e exigente. Prosseguiremos na procura da sua consecução, ainda que algumas iniciativas venham a ser atingidas por um inevitável deslizamento temporal.

Do extenso programa de atividades em que estaremos empenhados, consideramos como aspetos mais marcantes:

- Consolidar a investigação, respondendo aos desafios do conhecimento, envolvendo: o trabalho estratégico e multidisciplinar do Forum dos Centros de Investigação; as parcerias estratégicas para a internacionalização com o INL e outras instituições internacionais e o reforço da parceria entre as Universidades do Norte de Portugal e da Galiza, no quadro da Fundação CEER;
- Valorizar a oferta educativa e a educação integral, incluindo: a revisão do Portefólio de unidades curriculares, a que queremos conferir centralidade na oferta educativa; a expansão das oferta de pós-graduação e pós-laboral, levando a Universidade a atingir 18.500 estudantes em 2011 e 20.000 em 2013; a centralidade que queremos conferir ao Gabinete de Apoio ao Ensino; a criação do Polo Shanghai da Universidade do Minho;
- Aprofundar a interação com a sociedade através de medidas como: o reforço da capacidade de incubação de novas empresas; o desenvolvimento do *Ave-Park*; a consolidação do Festival de Outono e a implementação dos projetos Clubes de Conhecimento UMinho e Casas do Conhecimento;

- Reforçar os sistemas de avaliação e de gestão da qualidade e promover a ética académica, garantindo: o arranque efetivo do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM) e do sistema de informação a ele associado; a promoção de valores éticos e a nomeação e entrada em funcionamento da Comissão de Ética, que deverá enquadrar atividades de todos os corpos da Universidade; a descentralização e a gestão desconcentrada, racionalizando e simplificando práticas administrativas;
- Garantir o equilíbrio financeiro, nomeadamente pelo estudo de diferentes cenários de sustentabilidade financeira a médio prazo, com a opção por práticas sustentáveis, ao nível da: mobilidade sustentável; racionalização do consumo de energia (temos uma meta de redução da fatura energética em 10%); publicação regular de indicadores sobre qualidade ambiental e informação sobre intervenções a efetuar nos *campi*.

Apostaremos ainda, ao longo de 2011 num conjunto alargado de medidas transversais: em que se incluem o novo regulamento de Propriedade Intelectual (tornando-o mais atrativo para os inventores e potenciando uma mais fácil criação de tecido empresarial a partir da Academia); o Plano de Formação para trabalhadores não docentes; a intervenção em diversas infraestruturas importantes, nos espaços exteriores em Gualtar e Azurém, nos Institutos para a Bio-Sustentabilidade, em Gualtar e Azurém, cuja construção arrancará, na expansão da Biblioteca Central de Gualtar, na intervenção na Escola de Economia e Gestão;

### 3. 2011 e adiante: Novos Projetos

As dificuldades do presente não nos fazem esmorecer. Já o disse nesta sala. Tudo foi sempre muito difícil no percurso da Universidade do Minho. No dia que deixarmos de sonhar e de germinar ideias para o processo nunca acabado de construção da Universidade, deixaremos de ser universitários. Por isso, continuaremos empenhados no arranque ou na conclusão de projetos estratégicos para a Universidade, que substanciam a nossa ambição de médio prazo nomeadamente:

- A conclusão da construção e o início da ocupação da Zona de Couros em Guimarães – Projeto *Campurbis* –, criando um novo polo da Universidade onde serão alojados os novos cursos de Teatro e de Design, o primeiro dos quais esperamos ter em funcionamento já no próximo ano letivo; para além dos inicialmente projetados Centro de Formação Pós-graduada e Instituto de Design, a Universidade passará a ocupar instalações no futuramente renovado Teatro Jordão;
- Iguamente em Guimarães, participaremos ativamente no projeto Laboratório da Paisagem, a criar num antigo edifício industrial da Veiga de Creixomil;
- O projeto de readaptação do Largo do Paço, transformando-o num espaço de fruição cultural (vocacionado para a promoção do livro da leitura e da língua portuguesa), acomodando adequadamente o Arquivo Distrital e transferindo serviços administrativos para os *campi*;

- A construção de instalações no *Campus* de Gualtar para a Escola de Enfermagem, com a conseqüente adaptação do Edifício dos Congregados para utilização exclusiva como Escola de Música.

#### 4. Ensino Superior

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Os tempos são complexos e exigentes para uma crise que tem impacto em Portugal de modo muito particular. As causas desta situação não serão para analisar neste contexto. Os caminhos para a ultrapassar podem ser variados, segundo conceções políticas diversas e modelos alternativos de desenvolvimento. No entanto, haverá sempre, estou certo, uma enorme convergência sobre a importância da formação superior, que terá de continuar a ser assumida como o Desígnio Nacional.

De facto, a qualificação da população portuguesa não é da responsabilidade exclusiva das instituições de Ensino Superior. É algo que tem que ser assumido por toda a sociedade, exigindo uma grande articulação e compromissos de diversos agentes, para fazer deste processo uma efetiva alavanca de desenvolvimento.

O desemprego começa a ter uma expressão preocupante na população com formação superior. No entanto, é indiscutível que as pessoas com qualificações superiores resistem melhor a esta realidade, problemática para o país e para região envolvente. É também reconhecida a maior capacidade de reconversão das pessoas com este perfil de formação.

É evidente que a Universidade não pode estar alheada desta realidade. Compete-lhe informar adequadamente os que a procuram acerca das taxas de empregabilidade dos respetivos cursos e ajudar a encontrar soluções que potenciem a empregabilidade dos seus licenciados onde o desemprego seja mais significativo.

Contudo, este é mais um desígnio de toda a sociedade. Só com a articulação entre o poder político, as universidades, institutos politécnicos, empresas, sindicatos, autarquias, associações de estudantes, ordens profissionais e outras entidades públicas e privadas, será possível alargar o Ensino Superior a novos públicos e ajustar oferta às necessidades do mercado de trabalho.

Bolsas de estudo

O serviço público no Ensino Superior só pode ser consumado com um quadro de igualdade de oportunidades que relativize o impacto da origem social dos estudantes. Para o efeito, tem enorme importância a abrangência e efetividade da Ação Social Escolar.

Temos um novo quadro legal e regulamentar que altera significativamente o modo como as bolsas sociais são atribuídas. Tem potencialidades para ser mais justo e responsabilizador. Felizmente, o MCTES tem mostrado abertura para corrigir algumas

deficiências, inicialmente detetadas, nomeadamente na UMinho, que foi a primeira Universidade a concluir o processo. Essas alterações, veiculados por um despacho publicado ontem, vão alargar significativamente o número e valor das bolsas entretanto já atribuídas na nossa Universidade. Devemos esperar pela conclusão do processo para fazer a sua avaliação global.

No entanto, importa esclarecer que, em termos percentuais, os números de desistências verificados são semelhantes aos dos anos anteriores.

Acrescetambémquenãoexisteminformaçõesquenoslevemaconcluirquehajaestudantescomproveitamentoadesistirdosseuestudospor dificuldades económicas.

Importa referir que este é um assunto que vamos monitorizando com grande preocupação e cuidado, num diálogo permanente entre o Reitor e a AAUM e com grande atenção e profissionalismo por parte dos SASUM.

Sobre este assunto e neste contexto, gostaria de ser muito explícito ao afirmar que a Universidade está atenta a situações de carência e tem capacidade, através dos SASUM, para reagir. Pensamos que temos mecanismos para despistar situações de risco, mas convidamos toda a comunidade académica a sinalizar-nos casos que eventualmente existam.

## 5. Regime Fundacional

O Reitor apresentou ao Conselho Geral, em 22 de novembro passado, a proposta de alteração de regime jurídico da Universidade. Assim, espera-se que, em 30 de maio deste ano, o Conselho decida sobre a passagem da Universidade do Minho a Fundação Pública em regime de direito privado.

Está em [curso um amplo e alargado debate](#) interno de modo a que diferentes estruturas da Universidade possam fazer chegar à sede de decisão – o Conselho Geral – contributos para esta discussão. Do meu lado, estou inequivocamente convicto das vantagens que esta alteração trará para a Universidade.

Maior autonomia é a palavra-chave neste processo. Certamente traduzida numa muito maior flexibilidade de gestão. Maior autonomia tem sido uma reivindicação, de sempre, da Universidade do Minho, repetidamente ouvida nesta sala em discursos de anteriores reitores. De facto, autonomia é algo intrínseco à consecução de um projeto de Universidade que, por natureza, deve ser diferenciado. Autonomia para consumir a respetiva missão, aprofundar um percurso de excelência e cumprir, com o empenho e criatividade dos seus membros, o dever maior que é contribuir, através da criação e da difusão do conhecimento, para uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos seus cidadãos. Neste momento, essa autonomia está à distância de uma decisão do Conselho Geral (de uma posterior negociação com o Governo). Mas está, sobretudo, à distância da coragem para assumirmos a responsabilidade do nosso próprio destino.

José Saramago escreveu:

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.  
Sem memória não existimos,  
sem responsabilidade ... talvez não mereçamos existir”.

## 6. Conclusões e Nota Final

Senhor Secretário de Estado,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Acreditamos que é pelo conhecimento que se constrói uma sociedade melhor e se assegura a sustentabilidade do nosso futuro. Por isso, não temos dúvidas sobre a relevância das universidades que queiram assumir esse futuro. É esse o nosso compromisso. É nele que estamos empenhados.

Nesta mensagem final de esperança, quero reconhecer e agradecer os sacrifícios que estão a fazer todos quantos fazem a Universidade. Os resultados conseguidos só foram possíveis pela qualidade e empenhamento de docentes e trabalhadores não docentes. Pela articulação e colaboração com os estudantes.

Acredito que a Universidade continuará a contar com esse compromisso num momento difícil e exigente para todos, enquanto indivíduos e enquanto coletivo.

Muito obrigado.

António M. Cunha



**47. 2012.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.***Dia da Universidade, no 38º aniversário, em 17 de fevereiro.*

Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Doutor João Queiró;  
 Senhores Reitores, vice-reitores, Ilustres representantes de outras Universidades e  
 Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
 Senhor Presidente e Digníssimos Membros do Conselho Geral da Universidade do  
 Minho<sup>125</sup>;  
 Senhoras Representantes da Câmara Municipal de Braga e da Câmara Municipal de  
 Guimarães e Digníssimos Presidentes e Vereadores das Câmaras dos Distritos de  
 Braga e Viana do Castelo;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Caros Professores e Investigadores;  
 Estimados Funcionários;  
 Queridos Estudantes;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Celebramos hoje e aqui o 38º aniversário da Universidade do Minho, celebrando o  
 Conhecimento, celebrando a Instituição Universitária e afirmando a sua autonomia.

Num mundo complexo como é aquele em que hoje vivemos, que nos interpela e fre-  
 quentemente gera perplexidades várias, onde os princípios e práticas em que assentou  
 o desenvolvimento da sociedade ocidental do pós-segunda guerra mundial se encon-  
 tram em crise, a Universidade é uma das principais instituições de que a sociedade  
 espera respostas, senão mesmo soluções, para as contradições profundas, as dúvidas  
 radicais e para os enormes desafios com que se encontra confrontada.

Neste cenário, a Universidade está perante uma oportunidade de reinventar o seu po-  
 sicionamento, de buscar novas formas de inscrição num contexto marcado por grandes  
 tensões geradas por realidades globais e especificidades regionais.

Neste ambiente de incerteza, emerge a evidência de que o futuro da Instituição Uni-  
 versitária será tanto mais promissor quanto maiores forem a capacidade de afirmar a  
 sua pertinência e a perceção pela sociedade da sua relevância, do seu papel de motor  
 social e da economia, como escreveu William Bowen (antigo Presidente da Universi-  
 dade Princeton).

**Balanço 2011 e os contextos da envolvente**

Tradicionalmente, fazemos nesta data um balanço do ano anterior, nas diferentes  
 dimensões da nossa ação, tendo por referência a envolvente do Ensino Superior e  
 perspetivamos a evolução futura.

---

125 Conferir nota 115.

Apesar de todas as dificuldades, as que sentimos e as que Portugal e o povo português experienciam, obrigando a nossa sociedade a ajustamentos socioeconómicos violentos, estamos a cumprir o ambicioso programa de ação da Universidade para o quadriénio 2009-13, nos seus diferentes vetores, nomeadamente, na investigação, que queremos consolidar, respondendo aos desafios do conhecimento.

A capacidade da UMinho neste domínio foi evidenciada por um elevado número de publicações referenciadas internacionalmente nas bases de dados ISI – *Web of Science* ou *Scopus* (1.090 e 1.332, respetivamente), bem como por um conjunto alargado de prémios nacionais e internacionais, dos quais se destacam: Gulbenkian Ciência (por Nuno Peres), IBM (por Alexandra Silva), *ESB - Jonh Leroy* (por Rui Reis) e *US Mansory Society* (por Paulo Lourenço). Já este ano, os investigadores da UMinho José Teixeira e Grécia Rodriguez venceram o prémio *Seeds of Science* em 2 das 6 áreas deste galardão.

O centro de investigação ICVS/3Bs foi reconhecido como Laboratório Associado e a Universidade formalizou a sua adesão ao Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas.

A colaboração com o INL foi sendo consolidada no quadro do protocolo conjunto, com contratação de docentes e investigadores com dupla afiliação.

Apesar destes resultados, de uma importante massa crítica de mais de 1.100 investigadores doutorados, da evolução fortemente positiva e continuamente sustentada da atividade da Universidade ao longo dos últimos anos, bem como do reconhecimento internacional dos nossos Centros, de sermos a quarta instituição nacional e a segunda universidade com maior número de projetos no 7º Programa Quadro, os recentemente nomeados Comités Científicos da FCT e Conselho Coordenador de Ciência não incluem qualquer investigador da UMinho. Nunca reivindicaremos discriminação positiva nestes processos; tão só achamos incompreensível que ao

### Figura 66

Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 38º aniversário, celebrado no dia 17 de fevereiro de 2012. Fonte: “AAUM. 38º Aniversário da Universidade do Minho.”, Vídeo do YouTube. Publicado em 21 de fevereiro de 2012. [https://www.youtube.com/watch?v=9uge\\_uFokfk](https://www.youtube.com/watch?v=9uge_uFokfk)





reconhecimento internacional das nossas unidades e investigadores corresponda um, no mínimo estranho, esquecimento pelos responsáveis nacionais. Estamos certos que esta situação há-de ser corrigida proximamente.

O sistema científico nacional vai estar sob enorme pressão. Duas razões contribuem sobretudo para esta situação: a redução de financiamento no âmbito de programas nacionais, teoricamente compensada pelo prometido aumento de financiamento dos programas europeus e o conseqüente aumento dos níveis de exigência e seletividade com que os centros de investigação e os investigadores serão confrontados.

Antevemos que a sociedade e os governantes venham a reclamar mais evidência do impacto da investigação realizada pelas universidades no tecido económico produtivo e nas suas cadeias de valor, o que colocará desafios adicionais aos grupos de pesquisa nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Neste contexto, não entendemos o aparente acentuar de lógicas de centralização e de implementação de práticas que, embora possam satisfazer grupos próximos do poder político, são desajustadas da realidade e do interesse nacional.

Estamos convictos, e a evolução da Europa neste domínio demonstra-o, de que a investigação em Portugal tem de ser feita “com e a partir” das universidades. É aí que estão os recursos humanos qualificados e a capacidade da sua permanente regeneração. Certamente que poderá haver lugar a outras realidades institucionais, mas o quadro de competição deve ser claro e transparente.

Portugal só consolidará o seu sistema científico a partir de um tecido alargado capaz de gerar um caldo de cultura que alimente a excelência. As universidades são, na sua diversidade, um elemento estruturante desse sistema.

Apesar da nossa apreensão face a sinais que nos chegam da capital, a Universidade do Minho continuará a fazer o seu trabalho, consolidando a excelência de muitos dos seus centros de investigação e, porque a exigência é algo intrínseco à nossa atividade quotidiana, reformando as áreas onde o desempenho tem sido menos conseguido.

A multidisciplinaridade e a internacionalização continuarão a ser essenciais, tendo em conta que (e citando Nilsen no seu recente livro *Networked Science*) ‘a natureza da nossa inteligência coletiva e o modo como percebemos o mundo estão ser profundamente transformadas’ pelas redes potenciadas pelas soluções tecnológicas atuais.

Um notável exemplo dessa capacidade e pioneirismo é o RepositóriUM e a política de acesso aberto a publicações científicas, iniciada pela Universidade em 2003, que, desde 2011, tornou obrigatório o auto-arquivo da produção científica dos nossos docentes e investigadores. O resultado é um total de mais de 16.000 documentos depositados e mais de 1.5 M de *downloads* em 2011.

No vetor da valorização da oferta educativa e da educação integral refira-se que em 2011 a Universidade do Minho cresceu 5.2% em número de estudantes em cursos

conferentes de grau, com um total de 18.497 estudantes, 12.264 em licenciatura ou mestrado integrado, 4.368 em cursos de 2º ciclo e 1.865 de doutoramento.

Este crescimento é estratégico para a Universidade, para a Região e para o fortalecimento do sistema de Ensino Superior nacional. Os distritos de Braga e Viana do Castelo, bem como o do Porto, são deficitários em oferta de Ensino Superior para as respetivas populações. Não entendemos como tal pode continuar a subsistir quando estas regiões foram fortemente afetadas por uma crise que se arrasta e têm dos mais baixos rendimentos *per capita* do país.

O Concurso Nacional de Acesso revelou a robustez e atratividade da nossa oferta, onde para um total de 42 cursos de licenciatura e mestrado integrado em regime normal, 19 (45%) tiveram uma nota mínima de entrada superior a 14 valores, 37 (88%) estão entre as 3 mais elevadas notas mínimas de entrada a nível nacional, 22 (52%) têm o índice de satisfação da procura maior que 1. A taxa de colocados na primeira fase do CNA foi 97% e o total de estudantes inscritos foi de 3.004 (incluindo os colocados por concursos especiais).

Os resultados no regime pós-laboral foram igualmente muito positivos com um total de 464 alunos colocados (353 pelo CNA e 111 por outros regimes), evidenciando a importância desta aposta, através da qual a Universidade cumpre a importantíssima função social de formar novos públicos, proporcionando formação superior a quem não teve oportunidade de a realizar.

Por tudo isto, queremos continuar a crescer com novos cursos e alargando os *numeri clausi* de outros. A demografia regional suporta esta vontade, o desejo legítimo de desenvolvimento do nosso tecido económico e social exige-o, a qualidade da nossa oferta possibilita-o. Não significa isto que a nossa Instituição não esteja atenta à receção que os nossos cursos vão tendo. A Universidade vem monitorizando, em contínuo, o acolhimento dos seus projetos de ensino e, sem colocar em causa as áreas científicas, nas quais dispõe de capacidade instalada, vem procedendo ao encerramento de cursos que não apresentam índices adequados de realização.

Fomos a primeira Universidade portuguesa a divulgar a empregabilidade de todos os seus cursos de licenciatura e mestrado integrado, com indicadores transparentes, baseados em informações do Instituto de Emprego. Continuaremos a fazê-lo, convictos, no entanto, de que a opção por uma formação superior deve ser uma decisão livre de cada candidato, tendo em conta aspetos vocacionais, lógicas de desenvolvimento pessoal e desempenho académico. Mas as Universidades deverão explicitar de uma forma clara a empregabilidade dos respetivos projetos de ensino, bem como ter este aspeto em conta na definição da sua oferta.

Também continuámos a crescer em alunos estrangeiros. Para além de cerca de 700 estudantes em mobilidade (de 65 países), temos um total de 965 estudantes estrangeiros de 69 nacionalidades.

A atratividade dos nossos cursos, aos níveis nacional e internacional, é confirmada pelo *ranking Top Study Links*, que classifica a Universidade do Minho como a melhor instituição para estudar em Portugal, atribuindo-lhe a posição 151 a nível mundial e 34 no quadro europeu.

A nossa aposta e o nosso compromisso com a educação são inquestionáveis. Fazemo-lo por missão, por imperativo social e para responder ao desígnio nacional de aumentar os níveis educacionais da população. Este objetivo terá de ser aprofundado se Portugal quiser cumprir a meta definida pela União Europeia para 2020 de ter 40% da sua população, no escalão etário de 30-34 anos, com formação superior. Fazemo-lo num quadro que é o nosso, de uma Universidade completa em termos de áreas de saber, que quer protagonizar um projeto de educação integral para todas e todos que a procuram e constroem. Será um projeto sempre inacabado mas que estamos empenhados em prosseguir através:

- Da criação de disciplinas transversais;
- Da construção de um ambiente criativo e empreendedor
- Da estruturação de um quadro de referência ética;
- De uma diversificada oferta cultural (em termos de eventos e de grupos em que toda a comunidade académica é convidada a participar);
- Da implementação de boas práticas no domínio da sustentabilidade ambiental;
- De uma extensa e generalizada oferta desportiva.

Estamos a implementar um sistema interno de garantia da qualidade que, nesta fase, tem uma ênfase especial na atividade de ensino e que será objeto de auditoria pela A3ES durante o corrente ano, no âmbito do programa piloto de Certificação de Sistemas da Qualidade Institucionais.

Será um sistema fundamental, que acentuará a importância das direções de curso na nossa gestão pedagógica e ajudará a consolidar as nossas estruturas de investigação.

Cada diretor de curso tem de ser responsável, de facto, por um projeto educativo diferenciado, garantindo o seu bom funcionamento, o seu contínuo ajustamento às necessidades resultantes das mudanças científicas, das transformações nos modelos educativos ou das alterações na procura e, sobretudo, por dotar esses projetos de ensino de uma identidade que os torne muito mais do que um conjunto de disciplinas.

Também aqui, e sobretudo na pós-graduação, as soluções em rede, as parcerias internacionais, são importantes e serão decisivas, devendo ser considerados modelos mais estruturados para o seu desenvolvimento, nomeadamente através de *Graduate Schools* multi-institucionais.

O novo programa da União Europeia *Education Europe* abre interessantes perspetivas. Importa que as Universidades, o CRUP e Governo encontrem mecanismos de articulação para maximizar a participação portuguesa nesse programa.

No vetor do aprofundamento da interação com a sociedade, temos um especial orgulho no modo como interagimos com a sociedade. Uma extensão que é feita de modo natural, embora de formas muito diversas, junto de uma envolvente alargada que tem expressões nos contextos regional, nacional e internacional e que nos liga aos tecidos económico-productivo, social e artístico-cultural, provando que é possível compatibilizar investigação de qualidade com respostas a necessidades concretas.

Em 2011, pela segunda vez consecutiva, o prémio BES Inovação foi atribuído a um investigador da UMinho, desta vez a Jaime Rocha Gomes e sua equipa, pelo desenvolvimento de nanopartículas para aplicações têxteis.

Somos a universidade portuguesa que gerou mais patentes utilizadas pelo tecido económico produtivo. A nossa investigação dá origem a *spin-offs* de sucesso, com mais de 50 empresas alojadas na *SpinPark* e em outras valências da Universidade.

Esta cultura está a ser assimilada pelos nossos estudantes que, por iniciativa da sua Associação Académica, criaram o *Lift-Off*, gabinete de promoção do empreendedorismo, que em 2011 teve 48 iniciativas junto dos estudantes de 1.º ciclo e mestrado integrado.

A Universidade está no centro de um ecossistema de inovação resultante dos seus projetos e da força e vontade dos que por aqui passaram como estudantes ou como docentes, traduzido em mais de 110 empresas e mais de 360 M€ de volume de negócios em 2010.

A atividade cultural foi intensa em 2011, com inúmeras iniciativas organizadas pelo Conselho Cultural e pelas diferentes Unidades da Universidade. O Festival de Outono faz o seu caminho, tornando-se uma festa da Universidade para as cidades que a acolhem e, cada vez mais, um modo de integração na Academia dos novos estudantes.

A orquestra mostra a força e o potencial de uma região. Evidencia o querer de quem consegue muito com pouco.

O Prémio Victor de Sá de História Contemporânea fez 20 anos e é a referência nacional neste domínio científico.

Iniciámos uma colaboração com a Fundação de Serralves, que antevemos muito profícua e estimulante.

Acrescem a estas, as iniciativas dos estudantes e da sua Associação Académica, cujos concertos e festivais respeitam padrões de qualidade inequívocos.

Nas Casas do Conhecimento, Paredes de Coura é uma realidade, Vila Verde terá uma Casa (um templo) com a assinatura Souto Moura. Vieira do Minho e Fafe são também parceiros de um projeto que já mereceu a aprovação do ON2 e cuja consubstanciação esperamos para breve. A Casa Museu de Monção é um parceiro natural desta

dinâmica. Esta é uma forma estruturada de servirmos uma Região em cujo desenvolvimento estamos comprometidos.

Estamos a discutir com a Câmara de Braga um conjunto de projetos muito importantes para a Universidade e estruturantes para a atratividade da cidade, promovendo novas oportunidades de desenvolvimento económico. Temos o ambicioso projeto, talvez sonho, de requalificar este edifício histórico, o Complexo do Largo do Paço, valorizando o seu património arquitetónico e documental. Divulgaremos brevemente os detalhes desse projeto e assinaremos um protocolo com a Secretaria de Estado da Cultura para o seu enquadramento. Esperamos o apoio do ON2 para esta iniciativa, convictos do acarinamento que a mesma merecerá por parte da CCDR-Norte.

Com a cidade de Guimarães, estamos a materializar os projetos idealizados há alguns anos. Uma parceria exemplar no planeamento estratégico e na capacidade de encontrarmos soluções que sirvam a cidade. Estamos solidários. “Fazemos parte” da Capital Europeia da Cultura 2012. Acreditamos nesse projeto. Na importância e na qualidade dos seus principais investimentos. Na força de uma cultura que envolve uma cidade e é feita, numa parte muito significativa, pela sua população.

A requalificação da zona de Couros é exemplar relativamente às virtualidades da cooperação entre a Universidade e uma Autarquia, pelos caminhos que abriu à criação de espaços de interação e de integração de projetos assentes no conhecimento novo, na criatividade, na expressão artística, na relação produtiva entre a Universidade e o seu entorno.

A colaboração com Braga Capital Europeia da Juventude terá especial expressão no domínio do desporto. Neste domínio, atingimos em 2011 o número muito expressivo de 8.000 praticantes regulares.

Em resultado da sólida colaboração entre a Associação Académica e os Serviços de Ação Social, a UMinho: organizou o Campeonato Europeu Universitário de Taekwondo; ganhou 17 medalhas de ouro em campeonatos universitários nacionais e 5 em competições internacionais; foi Campeã europeia de Andebol masculino; Rui Bragança foi vice-campeão mundial absoluto em Taekwondo (50 kg).

Investigação, ensino e interação com a sociedade são a nossa razão de ser. Mas o seu desenvolvimento exige um conjunto diversificado de medidas, que têm expressão programática, nomeadamente as que visam: o reforço dos sistemas de avaliação e de gestão da qualidade e de promoção da ética académica; a descentralização e a gestão desconcentrada; a garantia do equilíbrio financeiro; a implementação de práticas sustentáveis nos nossos *campi*.

Neste contexto, merecem especial referência:

- O extenso programa de desmaterialização de processos que a UMinho está a desenvolver e que alargará significativamente a abrangência e integração do seu sistema de informação;

- A nomeação e entrada em funcionamento da Comissão de Ética;
- A campanha de utilização racional de energia, que permitiu reduzir a nossa fatura anual em 140k€;
- Um extenso programa de obras de adaptação ou requalificação, envolvendo as Escolas de Economia e Gestão e de Direito, os Serviços Académicos e de Relações Internacionais, os Gabinetes de Apoio ao Ensino e de Apoio a Projetos, a Biblioteca Geral de Gualtar, os Serviços da Reitoria em Azurém, o edifício dos Congregados e o Museu Nogueira da Silva.

### Regime Jurídico

Importa recordar que 2011 foi o ano em que a Universidade do Minho discutiu o seu regime jurídico, no quadro do RJES e decidiu formalizar junto do Governo o pedido de transformação em Fundação Pública com Regime de Direito Privado.

Essa decisão foi tomada, por proposta do Reitor, no Órgão próprio – o Conselho Geral – e por uma larga maioria.

O Governo, tendo em conta o novo contexto político e, nomeadamente, os compromissos com entidades externas assumidos pelo Estado Português, respondeu com uma moratória até à publicação de uma nova lei-quadro sobre as entidades de natureza fundacional.

A respetiva proposta de Lei já é pública e aguarda a aprovação pela Assembleia da República. O seu enunciado explicita que a mesma não abrange as universidades públicas fundacionais previstas no RJES. Assim, esperamos retomar este processo, convictos das potencialidades deste modelo institucional e do seu acolhimento pelo atual Governo.

Como tive oportunidade de referir em várias ocasiões, o que está em causa no processo de transformação do regime jurídico da Universidade não é a natureza pública da Universidade ou o seu compromisso com o serviço público. De facto, joga-se nesta possibilidade, aberta pelo RJES, o aprofundamento da nossa autonomia institucional. Por isso, este Reitor tudo fará para que a transformação do regime jurídico possa ser consumada, abrindo novas oportunidades para o cumprimento da missão da Universidade do Minho.

### Desafios e mobilização internos

Os resultados referidos para o ano de 2011, sumariados na brochura hoje distribuída, são construídos diariamente por uma comunidade de mais de 22.000 pessoas, a quem agradeço, reconhecido, o trabalho feito. Trabalho que em muitos casos a Universidade não tem condições de recompensar adequadamente, em termos pecuniários ou em perspetivas de evolução futura.

O desafio irrecusável da construção de uma Universidade faz-nos perceber que podemos fazer ainda melhor.

Os constrangimentos externos e o acentuar do quadro de competitividade institucional vão obrigar-nos a isso.

Por isso, importante será sabermos, nos diferentes níveis da Instituição, para onde queremos ir e para onde resistiremos a sermos empurrados. Importante, será que o nosso espírito de missão, o espírito que tem de acompanhar todos os que têm o privilégio de trabalhar e construir uma Universidade, terá de ser mais forte que esses constrangimentos, terá que ser suficiente para exigir de nós próprios e da nossa organização a melhoria permanente do nosso desempenho individual e organizacional. A avaliação do desempenho dos docentes, que é uma exigência legal, apesar da sobrecarga que a todos coloca, ajudará certamente a cumprir este desiderato.

O crescimento e reestruturação que a Universidade está a protagonizar colocam sob grande pressão os seus membros, particularmente o seu corpo docente. Estamos convictos de que as ferramentas de suporte informático que estão a entrar em funcionamento, bem como o ambicioso projeto de desmaterialização e de reengenharia de processos em curso, diminuirão significativamente a carga adicional de trabalho que hoje se está a exigir e que, por vezes, parece afastar-nos daquilo que é indiscutivelmente a essência da missão da Universidade – investigar e ensinar. É preciso compreender que o esforço suplementar que agora está a ser solicitado permitirá, num futuro próximo, a criação de melhores condições para cumprir a missão da Universidade.

Mais de três anos decorridos no novo quadro estatutário gostaria também de sinalizar a experiência enriquecedora que tem constituído a interação com o Conselho Geral, órgão de governo e decisão estratégica introduzido nas universidades portuguesas pela Lei 62/2007 – o RJES. É importante reconhecer publicamente a enorme mais-valia que nos é trazida por membros externos dedicados, com experiências diversificadas, que têm sido capazes de encontrar a disponibilidade para darem o melhor de si a esta Instituição, que agora também é a sua. Importante tem sido também o esforço dos membros internos para desenvolver processos de discussão abertos e convergir para consensos alargados.

O Conselho Geral tem um extenso leque de competências, incluindo a de apreciar os atos do Reitor. Pela sua parte, o Reitor o que espera do Conselho Geral são duas dimensões complementares: exigência e cumplicidade.

A exigência permanente é indutora da melhoria contínua de processos que queremos protagonizar. A cumplicidade e lealdade, entre órgãos de governo de uma organização são essenciais para garantir o seu futuro, nomeadamente a importância dos seus exercícios de planeamento. Há um grande caminho a percorrer. Mas, o que se conseguiu até agora foi indiscutivelmente muito positivo.

As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, estruturas basilares da Universidade, deverão ser mais proativas no afirmar da sua autonomia científica e dos seus projetos

no quadro de uma Instituição una e coesa, cujo modelo organizacional promove interações multidisciplinares. Neste contexto, importa lembrar os nossos principais elementos de coesão: os estatutos da Universidade; o plano de ação para o quadriénio; o plano de atividades e o orçamento anual, bem como o subsequente QUAR institucional; o sistema de garantia de qualidade; o sistema de informação; o quadro de referência ética; o regulamento académico; os projetos mobilizadores institucionais.

As unidades orgânicas deverão aproveitar o processo de planeamento estratégico em curso para eventuais reformulações da geometria das suas subunidades, nomeadamente alinhando-a com estratégias de investigação claramente assumidas ao nível da Unidade.

A experiência de mais de 2 anos neste cargo permite-me afirmar que a Universidade tem uma boa estrutura de serviços, com algumas unidades excelentes, reconhecidas internacionalmente. Alguns Serviços estão claramente subdotados de recursos ou ainda não adequadamente informatizados, tendo em conta, nomeadamente, o crescimento da Universidade nos últimos dois anos. Por isso, em alguns casos, o seu pessoal e dirigentes estão sob uma grande pressão. Estamos a trabalhar para os desequilíbrios que hoje reconhecemos existirem.

Este é também o momento de saudar os nossos estudantes, que terão oportunidade de exprimir os seus pontos de vista na intervenção do Presidente da Associação Académica. A qualidade dos nossos alunos é evidenciada pelas elevadas notas de entrada da maioria dos nossos cursos e pelos prémios que, muito especialmente os estudantes de pós-graduação têm vindo a ganhar. Importa também reconhecer o mérito das agendas das suas estruturas associativas, que incluem as questões sociais, o empreendedorismo, a educação para participação democrática, o voluntariado, a atividade cultural e a prática desportiva.

A Universidade é, e será, um espaço de tolerância para com a conduta dos seus estudantes, dentro do quadro de valores e de respeito pela pessoa humana consagrados nos nossos estatutos.

Conscientes da evolução positiva que se está a verificar neste domínio, continuaremos determinados na defesa da dignidade dos estudantes e dos valores da UMinho, convictos do empenho da Associação Académica neste processo.

#### Perspetivas para 2012

No ano de 2011 o orçamento total da Universidade do Minho foi de 100.175 k€, excluindo saldos transitados e os Serviços de Ação Social. A dotação do Orçamento de Estado foi de 58.226 k€ (já considerando as cativações impostas pelo Decreto-lei de Execução Orçamental de 2011). As contas da Universidade, relativas a 2011, serão apresentadas em maio, após a sua aprovação pelo Conselho Geral.

O Orçamento da Universidade para 2012 prevê uma despesa total de 86.513k€, com uma dotação do Orçamento de Estado de 46.363 k€, ou seja 53% daquele valor.



No entanto, a análise integrada dos orçamentos da Universidade e dos seus Serviços de Ação Social, que totalizará 94.144 k€, prevê que a dotação do OE seja inferior a 50% da receita total da Universidade.

Em síntese, a dotação de OE para a UMinho foi reduzida em mais de 32% entre 2010 e 2012. Deduzindo as verbas correspondentes aos cortes salariais da função pública, a Universidade foi alvo de um corte efetivo na dotação do Orçamento de Estado de cerca de 18%.

Esta realidade tem exigido um esforço enorme a todos os níveis da Instituição que tem sido capaz de melhorar os seus indicadores de desempenho, nomeadamente com um crescimento de 2.000 alunos em 2 anos.

Senhor Secretário de Estado:

Estes resultados são conseguidos com medidas de racionalização e com aumentos de produtividade, mas também com adiamento de despesas de manutenção ou de atualização de infraestruturas. Importa assegurar que este desinvestimento no Ensino Superior seja revertido em 2013, até porque, como analisado por Derek Bok (ex-Presidente da Universidade de Harvard) em *Universities in the Marketplace*, a excessiva comercialização da atividade universitária pode minar os valores e boas-práticas académicas.

Consequentemente, o Plano de Atividades da Universidade para 2012 tem como desafios: alargar as fontes de financiamento; aumentar a eficiência e qualidade em todos os serviços, reduzindo os custos de funcionamento; diminuir efetivos docentes e não docentes em 2%, por não substituição daqueles que passem à situação de reformados; reduzir a contratação de pessoal docente convidado em 20% (processo em curso desde setembro de 2011); criar 2 períodos de férias institucionais, com funcionamento excepcional de um reduzido número de valências.

Esperamos ser capazes de vencer estes desafios, realizando os objetivos seguintes:

- Atingir 19.000 estudantes;
- Certificar o SIGAQ-UM pela A3ES;
- Reforçar a investigação;
- Consolidar o ecossistema de inovação e empreendedorismo, criando iniciativas capazes de atraírem investimento para o *AvePark*;
- Implementar o sistema de avaliação de desempenho dos docentes;
- Desenvolver os projetos infraestruturais: Campurbis, IB-S e LPaço;
- Concluir o processo de elaboração do plano estratégico, a 10 anos;
- Transformar o regime jurídico da Universidade.

Para o efeito:

- Lançaremos as novas licenciaturas em Teatro e Design do Produto, em Guimarães e o Mestrado Integrado em Engenharia Física, em colaboração com o INL, em Braga;

- Consolidaremos a reforma curricular em curso, com redução significativa do número de Unidades Curriculares em todos os ciclos de estudo (da ordem dos 20%) e com a introdução de disciplinas transversais nos cursos de licenciatura e de mestrado integrado, que promoverão marcas identitárias dos estudantes da UMinho nos domínios da ética, da criatividade e do empreendedorismo;
- A investigação deverá ser reforçada através da consolidação da atividade dos Laboratórios Associados, esperando-se sucesso nas candidaturas ao programa lançado pela CCDR-Norte no âmbito do ON2;
- Continuaremos empenhados nas parcerias com as universidades norte-americanas, uma vez que as mesmas permitem a disseminação e endogeneização de boas-práticas de ensino, investigação e gestão institucional, nomeadamente no domínio da valorização do conhecimento;
- Aprofundaremos a nossa relação com universidades brasileiras, no âmbito dos programas Ciência sem Fronteiras, para formação doutoral e das Licenciaturas Internacionais;
- Continuaremos a intensa colaboração com Timor-Leste, nomeadamente com o Ministério da Educação, coordenando toda a atividade de formação inicial e contínua de professores para o ensino básico;
- Reforçaremos a nossa presença em Angola, através da colaboração com diversas universidades públicas e de uma relação protocolada com as universidades Gregório Semedo e Piaget;
- Estamos a desenvolver e alojaremos o Repositório de Cabo Verde;
- Continuaremos a nossa fortíssima relação com a China, especialmente com a Universidade de Nankai, em Tianjin, no âmbito do Instituto Confúcio.

No Desporto, a UMinho será o palco dos Campeonatos Nacionais Universitários em abril, bem como dos campeonatos mundiais universitários de Futsal (em Braga) e de Xadrez, em Guimarães (ambos em agosto). Estes três eventos envolverão mais de 4.000 desportistas de 40 países.

Pela sua importância, assinalarei ainda os principais projetos infraestruturais em que a Universidade estará envolvida.

O (já referido) *Campurbis*. Em 2012, consumaremos o sonho resultante da forte dinâmica colaborativa com a autarquia de Guimarães. A Universidade terá uma importante presença no coração da cidade através do Centro de Pós-Graduação, do Instituto de Design e do Teatro Jordão (este ainda em fase de projeto), onde será sediado o novo Curso de Teatro. O Centro Ciência Viva, em fase de conclusão, terá um papel complementar, assegurando a função de divulgação científica, à qual se associará o Laboratório da Paisagem na Veiga de Creixomil. Couros será um espaço muito particular de encontro entre a história, o conhecimento científico, a criatividade e novos modelos de geração de riqueza.

O IB-S, Instituto para a Bio-Sustentabilidade. Iniciaremos a construção dos edifícios que alojarão esta nova estrutura de investigação nos *campi* de Gualtar e Azurém. Este Instituto apostará em abordagens multidisciplinares, nomeadamente entre a Biologia e a

Engenharia Civil, para encontrar respostas a necessidades da sociedade que garantam a nossa sustentabilidade futura. Conta com um importante apoio da ON2, nos termos do contrato que será assinado com a CCDR-Norte nesta cerimónia.

Consolidaremos o Centro Clínico Académico, resultante de uma parceria recentemente institucionalizada com o Grupo Mello Saúde, que tem instalações dedicadas no Hospital de Braga, com capacidade de internamento de 12 camas. Esta estrutura de investigação aplicada terá capacidade para testes clínicos em teatro hospitalar. Conjuntamente com o Biotério, projetado para o Complexo da nossa Escola de Ciências de Saúde, dará à Universidade e ao país capacidades únicas na investigação médica.

Notas finais

Senhoras e Senhores,  
Senhor Secretário de Estado:

A autonomia das universidades é atacada todos os dias. Só encontramos razão para tal no desconhecimento da especificidade destas instituições por parte de alguns setores da governação. A versão inicial da proposta de Lei do Orçamento 2012 constitui um bom exemplo de tais práticas incongruentes.

Os esforços empenhados de V. Ex.<sup>a</sup> e as movimentações do CRUP junto de órgãos de soberania e deputados de todo o espectro político possibilitaram a reversão de algo que se afigurava como catastrófico para as Universidades e, conseqüentemente, muito negativo para o país.

No entanto, apesar desse resultado positivo não deixaremos de nos interrogar sobre as razões que nos levam, a todos, a perder energia numa desmultiplicação de contactos para reverter quadros legislativos que, embora perceptíveis para a Administração Pública, são monstruosidades quando aplicados às Universidades... e muito em especial às Universidades, que ganham projetos, que geram riqueza.

Quando respirávamos de algum alívio, eis que somos surpreendidos, esta semana, com o enunciado do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2012 que, associado à proposta de Lei dos Compromissos, introduz uma teia castradora de requisitos que voltam a comprometer seriamente a operacionalidade das Universidades.

O CRUP apresentou ontem um memorando a V. Ex.<sup>a</sup> com propostas que se nos afiguram de fácil implementação. Haja vontade política para reconhecer a especificidade das Universidades.

As Universidades cumprem as metas orçamentais. As Universidades não geram défice público, as Universidades não têm contas atrasadas.

Às vezes. Muitas vezes. Ficamos perplexos, com tudo isto. Perplexidade semelhante à que levou o padre António de Vieira a questionar os céus no seu Sermão do *“Bom Sucesso das Armas de Portugal sobre as de Holanda”*:

“Mas pois vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fordes servido. Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as consequências do Brasil perdido); entregai-lhes quanto temos e possuímos (como já lhes entregastes tanta parte); ponde em suas mãos o Mundo; e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais”.

É neste contexto, complexo e adverso que não poderemos deixar de preparar e construir o futuro. Como referido, queremos fazê-lo num quadro de exercício da nossa autonomia. No entanto, importa conhecer as linhas enquadradoras das políticas públicas para o setor.

Quero reiterar que estamos dispostos e desejosos de competir no jogo da exigência e da seletividade. Mas só o poderemos fazer bem com regras conhecidas. O Governo tem a obrigação de as clarificar e, desejavelmente, de as discutir com as instituições de Ensino Superior. Seria bom e é muito importante: conhecermos os pressupostos de uma nova metodologia de financiamento do Ensino Superior; podermos articular-nos com outras instituições para uma racionalização do mapa da oferta de Ensino Superior em Portugal, tendo em conta a posição do Governo sobre a evolução do atual sistema dual Universitário/Politécnico; perceber como Portugal quer atingir as metas EU2020 na educação superior.

Vou terminar com uma nota de grande esperança.

Esperança na Europa que, para Eduardo Lourenço, é algo

“difícil de fazer... porque cada país europeu é uma maneira de ser Europa”.

Esta diversidade e a necessidade de estruturarmos a competitividade europeia em torno de apostas diferenciadas mas convergentes em grandes objetivos mobilizadores, está subjacente ao desenho do novo programa de desenvolvimento regional (*Regional Innovation Strategies for Smart Specialization*).

Este programa aposta na centralidade das instituições universitárias para a implementação dessas estratégias.

Por isso, neste momento complexo e de perplexidades várias, acredito no futuro, porque acredito na Europa, porque o futuro da Europa, acredita nas Universidades!

António M. Cunha



**48. 2013.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.***Dia da Universidade, no 39º aniversário, em 20 de fevereiro.*

Senhor Presidente do Conselho Geral<sup>126</sup>;  
 Senhores Presidentes das Câmaras Municipais e Digníssimos Vereadores;  
 Senhores Deputados;  
 Senhora Representante da Casa Civil;  
 Senhores Reitores, vice-reitores e pró-reitores de Universidades Portuguesas e da Galiza, bem como Presidentes de Institutos Politécnicos;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;  
 Digníssimos Membros do Conselho Geral da Universidade do Minho<sup>127</sup>;  
 Senhores Presidentes de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação  
 Senhor Provedor do Estudante<sup>128</sup>;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Caros Colegas, Professores e Investigadores;  
 Estimados trabalhadores não docentes e não investigadores;  
 Queridos Estudantes e ex-estudantes;  
 Convidados;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Festejamos hoje, com a solenidade e com a alegria que o momento requer, na presença de todos os que puderam aceitar o nosso convite, o 39º aniversário de um projeto chamado Universidade do Minho. Fazemo-lo, celebrando o Conhecimento, a sua construção, fruto do trabalho e da energia criativa de investigadores e investigadoras, a sua difusão, orientada para a formação de homens e mulheres nas dimensões profissional, científica, técnica, cultural, artística e ética, a sua aplicação, em prol do desenvolvimento das sociedades, do bem-estar das pessoas e da solidariedade entre todos.

Fazemo-lo, celebrando a Instituição Universitária, afirmando a sua autonomia e a sua indiscutível centralidade na construção no nosso futuro, num quadro inquestionável de crescente importância do Ensino Superior. Fazemo-lo, enfim, celebrando a Universidade do Minho, como Instituição que prossegue um projeto diferenciado, tendo como referência as melhores práticas internacionais nas diversas áreas de atuação. Uma Instituição fortemente comprometida com os espaços europeus de investigação e de Ensino Superior: que se afirma como motor e esperança maior da Região em que se insere e a partir da qual se abre para o mundo; que promove a cooperação internacional e a atração de talento; que assume no seu quotidiano, como princípios orientadores, o respeito pela dignidade humana, a igualdade, a participação democrática, o pluralismo de opiniões e a prevalência do interesse geral.

---

126 Luís Braga da Cruz.

127 Conferir nota 115.

128 António Maria Vieira Paisana.

## Balanço 2009-2012 (na UMinho e nos contextos da sua envolvente)

Tradicionalmente, fazemos nesta data um balanço anual no contexto das nossas envolventes, nacional e europeia. O ano passado fica marcado por factos especialmente relevantes para a nossa Universidade: aprovámos o Plano Estratégico UMinho 2020, após um extenso, participado e profícuo debate interno; adotámos o Código de Conduta Ética da Universidade; vimos reconhecida, pelo *Times Higher Education World University Rankings*, a qualidade da nossa Instituição, passando a UMinho a integrar a lista das 400 melhores universidades do mundo, ao lado de mais duas universidades portuguesas.

Como corolário da auditoria realizada em 2012, a Agência para Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) certificou, já em 13 de janeiro último, o Sistema de Garantia de Qualidade da UMinho

Muitos outros factos relevantes ocorreram durante 2012. O relatório de Atividades e Contas, a aprovar na próxima reunião do Conselho Geral, registá-los-á. Neste momento, farei uma síntese de alguns desses eventos, numa análise alargada à execução do Programa de Ação da Universidade para o Quadriénio 2009-13, uma vez que o presente mandato reitoral se concluirá no próximo mês de outubro.

Assim, no plano da investigação e das respostas aos desafios do conhecimento, a publicação, em 2012, de 1.270 artigos referenciados na *ISI-WoK* e de 1.421 na *Scopus* evidencia massa crítica e uma capacidade de investigação generalizadas.

A significativa subida da UMinho no *ranking Scimago*, a *Advanced Grant* do *European Research Council* (ERC) atribuída a Rui Reis, a coordenação da participação portuguesa no consórcio europeu *Graphene Flagship*, os 1.800.000 *downloads* anuais a partir do nosso repositório, bem como os dados recentemente divulgados pela FCT relativos à captação de verbas pelos grupos de investigação nacionais (3 dos nossos

**Figura 67**

Vídeo sobre o Dia da Universidade, no 39º aniversário, no dia 21 de fevereiro de 2013. Fonte: "AAUM. 39º Aniversário da UMinho celebrado com olhar no futuro.", Vídeo do YouTube. Publicado em 21 de fevereiro de 2013. [https://www.youtube.com/watch?v=0JRBvn7\\_A2o](https://www.youtube.com/watch?v=0JRBvn7_A2o)



Laboratórios Associados estão nos 10 centros de investigação com maior percentagem de verbas captadas adicionalmente às recebidas da FCT, sendo o ICVS/3Bs o primeiro), são outros indicadores dessa capacidade e afirmam a UMinho como grande centro de produção de conhecimento novo.

Entre 2009 e 2012 fizemos um percurso de consolidação neste domínio, como evidência a atribuição a Nuno Peres do Prémio Gulbenkian Ciência, em 2011, entre mais de 100 prémios científicos internacionais de referência recebidos por investigadores nossos nos últimos 4 anos, incluindo os obtidos pelo professor e investigador que hoje homenagearemos, Nuno Sousa.

Inexplicavelmente, esta capacidade e competência não é perçecionada pela FCT, que continua a excluir os investigadores da UMinho dos seus conselhos científicos.

Denunciámos esta situação há um ano, fizemos o mesmo quando o Senhor Primeiro-Ministro nos visitou em julho passado. Hoje, voltamos a reiterar a nossa incompreensão. Não compreendemos aquela exclusão, como não compreendemos que investigadores distinguidos pelo ERC, ou que publicam conjuntamente com prémios Nobel, não vejam os seus projetos financiados pela FCT.

No plano da valorização da oferta educativa na busca de um espaço de educação integral, em 2012 continuámos a crescer, ultrapassando os 18.800 alunos, 12.500 em licenciatura e mestrado integrado, 4.350 em cursos de 2º ciclo e 1.950 em cursos doutorais, o que corresponde a 43% de estudantes em pós-graduação.

Entre 2009 e 2013, tivemos um crescimento médio anual de estudantes de 4.4%, num total de 2.300 alunos.

Neste período, a nossa oferta educativa foi alargada, racionalizada, enriquecida e passou a ser apoiada por melhores ferramentas de gestão. De facto:

- Em 2012 iniciámos novos cursos de licenciatura ou mestrado integrado em Teatro, Design de Produto e Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação (este último, em substituição de uma licenciatura e de um mestrado já existentes);
- Em setembro próximo queremos iniciar o mestrado integrado em Engenharia Física, em colaboração com o INL, curso já acreditado pela A3ES;
- Entre 2010 e 2013 consolidámos uma importante oferta pós-laboral na formação inicial, que envolve 1.305 estudantes de 15 cursos e que abriu a Universidade a novos públicos;
- No mesmo período, racionalizámos a oferta de 2º ciclo, passando de 119 cursos em 2009 para os atuais 103, aos quais crescem 28 cursos em regime pós-laboral, evolução acompanhada por um aumento de 12.7% do número de estudantes nestes ciclos de estudos;
- Consolidámos a nossa oferta doutoral, que atualmente envolve 1.950 estudantes de 39 países e que inclui 17 cursos em parceria com outras universidades nacionais ou estrangeiras;

- Foi concretizada uma reforma curricular que reduziu o nosso portefólio de unidades curriculares em cerca de 20% e que introduziu disciplinas transversais à nossa oferta educativa, em temáticas que consideramos importantes para o desenvolvimento de marcas identitárias nos nossos graduados; este processo implicou um grande empenhamento por parte das escolas e institutos da Universidade e das respetivas presidências, que neste momento é justo relevar;
- Foi lançado um amplo conjunto de iniciativas de suporte ao desenvolvimento dos nossos cursos;
- Generalizou-se a utilização da plataforma *BlackBoard*;
- Foi automatizada a geração de horários, com a consequente redução dos custos de funcionamento de instalações;
- Foi lançado o catálogo de cursos, com disponibilização *online* dos dossiês de unidades curriculares em português e inglês;
- No futuro próximo, aumentaremos significativamente a oferta de ações de formação para docentes e a produção de conteúdos pedagógicos.

Neste período, também alargámos a oferta não conferente de grau, com especial relevância para o curso de piloto de aviação comercial, com certificação IATA, ministrado em parceria com o IFIT, no âmbito do projeto UMASA (*UMinho Academy of Aeronautical Studies*).

Os nossos estudantes são uma comunidade cada vez mais diversa em termos etários, de proveniências, interesses e necessidades.

Estão no centro das nossas preocupações e iniciativas, nomeadamente na gestão dos respetivos projetos de ensino e nas condições que lhes são proporcionadas.

A sua qualidade é evidenciada por diversos prémios e indicadores, mas trabalhamos para a sua constante melhoria. Monitoramos os seus percursos e a empregabilidade dos cursos. Congratulamo-nos com o seu reconhecimento social, rejubilamos com os seus sucessos.

No quadriénio em análise foi criada a figura do Provedor do Estudante, cargo que tem vindo a ser desempenhado pelo Prof. António Paisana, agora num segundo mandato. Esta experiência é muito positiva e o Provedor impôs-se naturalmente na nossa comunidade através de uma atuação ágil e muito efetiva. No domínio da ação social escolar, continuamos a ser a universidade portuguesa com mais alunos bolseiros, embora o seu número se tenha reduzido, nos últimos dois anos, em 700, para os atuais 4.814, em resultado das alterações introduzidas pelo Governo nos respetivos regulamentos.

De modo a reagir ao agravamento do quadro social da nossa comunidade estudantil, a Universidade, em articulação com a Associação Académica, tem vindo a concretizar um conjunto de ações que incluem: a redução do valor dos pacotes de senhas de refeições; a revisão do regulamento para enquadrar remunerações de atividades esporádicas, preferencialmente atribuídas a estudantes de baixos rendimentos; a operacionalização, a partir de 1 de março, do Fundo de Emergência Social, vocacionado



para dar resposta a situações súbitas ou casos não considerados no âmbito do sistema de ação social.

A UMinho procurará que nenhum estudante com aproveitamento deixe de estudar por razões monetárias.

No plano do aprofundamento da interação com a sociedade, marca distintiva da UMinho desde a sua fundação, a “terceira missão” foi sempre assumida como compromisso integrante do serviço público prestado pela Instituição.

A dinâmica do nosso Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo, foi reconhecida pela atribuição à Universidade do Prémio COTEC 2012, para o melhor programa de empreendedorismo das universidades portuguesas, bem como pela contínua presença de projetos da UMinho entre os galardoados com o Prémio Nacional BES-Inovação (nos últimos 3 anos a UMinho obteve 2 grandes prémios e 4 prémios de categoria).

Este Ecossistema, que beneficia do apoio da TecMinho e da *SpinPark*, e, mais recentemente, de iniciativas como o *Lift-Off* – Gabinete de Promoção do Empreendedorismo da AAUM, envolve mais de 50 *spin-offs* (algumas das quais premiadas) e mais de 500 postos de trabalho.

Em 2012, a UMinho foi a entidade portuguesa com maior número de patentes registadas. No quadriénio, foram registadas 68 patentes nacionais e 33 internacionais.

No *AvePark*, parque de ciência e tecnologia, em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães e outras entidades, onde, para além da *SpinPark*, se encontra instalado o Laboratório Europeu de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, está em curso uma mudança de perfil institucional, motivada por alterações legislativas recentes que vieram introduzir limitações nas atividades de empresas participadas por autarquias.

A interação da UMinho com a sociedade também tem grande expressão na atividade cultural:

- Pelos inquestionáveis serviços que prestam à Região e ao país o Arquivo Distrital de Braga, a Biblioteca Pública de Braga e a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (esta última, uma parceria com a Câmara Municipal Braga, que regista 1.400 utilizadores por dia);
- Pelo extenso conjunto de atividades das outras unidades culturais, com especial relevo para a Unidade de Arqueologia, a Casa Museu de Monção e o Museu Nogueira da Silva (este último passou a contar, desde o ano passado, com o Espaço Maria Ondina Braga e uma nova sala de exposições);
- Pela realização de um amplo programa de atividades dinamizado pelo Conselho Cultural, orientado para diferentes públicos e que já tem no Festival de Outono uma marca do nosso modo de entender e de fazer a Universidade;
- Pelas iniciativas dos grupos culturais de estudantes;

- Pelas intervenções da nossa orquestra, cujo desempenho tivemos o prazer de apreciar nos concertos que a Universidade ofereceu às cidades de Guimarães e de Braga, por ocasião deste 39º aniversário, cidades que, em 2012, foram capitais europeias da Cultura e da Juventude, respetivamente, projetos marcantes para a região e para o país em que a Universidade, de múltiplas formas, esteve fortemente envolvida.

Ainda durante 2012 começámos a materializar o projeto das Casas do Conhecimento, iniciativa inovadora que atualmente agrega os municípios de Vila Verde, Fafe, Paredes do Coura e Vieira do Minho, que leva a Universidade a espaços polivalentes e polifuncionais que permitem ancorar projetos de natureza educativa e cultural, concretizados em rede ou sensíveis a especificidades locais.

O desporto é um domínio onde se cruzam a educação integral e a interação com a envolvente de proximidade, que se concretiza, por exemplo, na cooperação com um número alargado de clubes desportivos, tendo especial visibilidade as equipas de futsal SCBraga/AAUM e de andebol ABC/UMinho, ambas disputando campeonatos da 1ª divisão.

No desporto universitário pontificam as 79 medalhas em campeonatos nacionais e 9 em competições internacionais, bem como a organização de dois campeonatos mundiais universitários em 2012. No entanto, os indicadores que mais nos orgulham são os 8.014 membros da nossa comunidade académica com prática desportiva regular, bem como o modo como o desporto é parte do desenvolvimento individual dos nossos estudantes.

Cumprindo o irrecusável desígnio da Universidade como Instituição com vocação universal, a ação da UMinho nas esferas do ensino, da investigação e da interação com a sociedade desenvolve-se num quadro de crescente internacionalização, através de parcerias com instituições congéneres, com empresas ou com agências estatais ou outras, de diferentes países.

A brochura que hoje distribuímos identifica algumas destas parcerias que continuaremos a aprofundar em contextos de proximidade, como é o caso da cooperação entre as universidades do Norte de Portugal e da Galiza, no âmbito da fundação CEER, ou na dimensão global, colaborando ativamente com universidades do extremo oriente, nomeadamente da China e da Indonésia.

Ao longo de 2012, a UMinho celebrou cerca de 30 novas parcerias com instituições estrangeiras de Ensino Superior. Temos no ano letivo de 2012-13 mais de 1.100 estudantes estrangeiros inscritos nos nossos ciclos de estudos, representando cerca de 6% do total de estudantes da Universidade, a que acrescem cerca de 450 estudantes em mobilidade internacional.

Neste particular, estamos a explorar e queremos aprofundar as possibilidades abertas pelos programas Ciência sem Fronteiras e Licenciaturas Internacionais, lançados pelo Governo do Brasil.

Mantivemos a nossa intervenção em cursos conjuntos com universidades estrangeiras, designadamente no quadro das parcerias com universidades norte-americanas apoiadas pela FCT ou em cooperações específicas.

Alargámos no ano transato a oferta de cursos no estrangeiro, designadamente no Brasil, em cooperação com outras IES, uma prática que vai conhecer um forte impulso em Angola no ano de 2013.

Continuamos a apoiar, com os nossos recursos e com a nossa experiência, a oferta de formação pós-graduada de duas universidades com as quais temos uma forte relação – a Universidade Pedagógica, de Moçambique e a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.

Se é verdade que os espaços, europeu e de língua portuguesa, representam lugares privilegiados de desenvolvimento e consolidação de parcerias, a existência do Instituto Confúcio na Universidade vem possibilitando o estabelecimento de relações frutuosas com várias universidades chinesas.

A posição que a UMinho vem assumindo no campo da investigação não pode ser desligada da capacidade de construir ou participar em redes alargadas de investigação de ponta nas diversas áreas: os projetos *Polaris* ou o já mencionado *Graphene Flagship* são bons exemplos desta prática.

O apoio que a UMinho vem dando ao Governo de Cabo Verde na construção do seu Portal do Conhecimento, exemplifica um outro eixo de internacionalização que passa pela prestação de serviços especializados em áreas onde temos, reconhecidamente, um enorme capital de saber e de experiência.

O que fizemos ao longo de 2012 e, perdoem a imodéstia, fizemos muito e bem, beneficiou amplamente de um conjunto vasto de ações de suporte e de medidas transversais, das quais relevarei as que se seguem:

#### A descentralização e as práticas de gestão

Continuámos ou concluímos em 2012 medidas para aumentar a eficiência administrativa, desmaterializando processos e elevando o desempenho institucional pela flexibilidade, automatização, diminuição de tempos de resposta e redução de custos, de cujo meta-objetivo (quase paradoxal), “de uma Universidade sem papel”, nos aproximaremos ao longo deste ano.

Estas iniciativas, em grande parte suportadas por um financiamento QREN/SAMA, permitiram: a implementação do nosso ERP; a disponibilização de um módulo de informação para gestão (*business intelligence*) às unidades e subunidades orgânicas; o desenvolvimento da Secretaria Eletrónica dos Serviços Académicos (que em 2012 já respondeu a mais de 13.500 pedidos não presenciais); o desenvolvimento do sistema de suporte ao Sistema de Garantia da Qualidade, que foi um elemento

essencial para a sua certificação do sistema; o desenvolvimento do módulo de gestão de projetos de investigação.

Importa ter presente que no Espaço Europeu de Ensino Superior e de Investigação, há requisitos de qualidade exigentes que têm de ser atendidos numa lógica de prestação pública de contas que perfilhamos (não chega fazer bem, é necessário evidenciá-lo de forma documentada).

Estamos convictamente empenhados num modelo simbiótico de descentralização e de aprofundamento das estratégias institucionais, só aparentemente contraditório, integrando dispositivos que permitem a produção das evidências da nossa atividade e que se vêm revelando absolutamente necessários ao cumprimento eficiente da nossa missão, respondendo aos desafios da sociedade.

A apresentação estruturada da nossa oferta educativa, a gestão dos projetos de investigação integrada com a gestão financeira da Universidade, o desenvolvimento de um sistema de qualidade capaz de contemplar as várias dimensões de atividade da Instituição ou a adoção de uma política forte no que respeita ao auto-arquivo da produção científica são medidas que permitiram aumentar a capacidade de decisão estratégica e operacional das UOEI e da Universidade.

É claro que estes esforços são dificultados pelo quadro de incerteza e de grande escassez de recursos com que temos vindo a ser confrontados.

As contas provisórias da Universidade do Minho para 2012, não consolidadas com as nossas participadas, mas incluindo já as dos Serviços de Ação Social, apresentam um valor de receita de 109M€. Neste montante, a dotação do Orçamento de Estado corresponde a 44.1% (cerca de 48.1 M€), as propinas e taxas a 17.8% (cerca de 19.5 M€) e as outras receitas próprias, incluindo projetos de investigação financiados por programas competitivos nacionais e europeus, a 38.1% (41.5 M€). A dotação do OE vai ter uma redução efetiva de 3.4% em 2013, totalizando um corte de 24.7% em 3 anos (para a UMinho 14.5 M€).

Tendo em conta que no quadriénio a UMinho aumentou a sua população estudantil em 2.300 alunos, a dotação que recebemos do estado por estudante, passou de 4.050€, em 2010 para 2.700€, em 2013.

Sim. Temos sido capazes de acomodar um “brutal” processo de ajustamento aos cortes nas dotações do Orçamento de Estado. Tudo temos feito e tudo faremos para que a qualidade do nosso ensino e da nossa investigação não seja afetada. Algo que, até agora, só tem sido possível pela capacidade e empenhamento demonstrados pelos nossos professores, investigadores e técnicos, administrativos e dirigentes (em troca de remunerações mais reduzidas) na construção do projeto Universidade do Minho. Quero aproveitar este momento para fazer um agradecimento público e testemunhar o meu reconhecimento a toda a nossa comunidade. De facto, disponibilidade e comprometimento é o que este Reitor tem quase sempre recebido quando faz

solicitações que, reconheço, estão muitas vezes para além do que até há pouco consideraríamos razoável.

O quadro de restrição orçamental em que vivemos tem-nos criado grandes dificuldades. Dificuldades com as quais temos conseguido lidar, mas que, se continuadas ou amplificadas, colocarão em causa a missão da Universidade.

Reconhecendo a situação dramática que o País atravessa, quero, no entanto, voltar a manifestar publicamente, a minha incapacidade de compreender a crescente teia burocrático-administrativa imposta às universidades, inaceitavelmente limitadora da sua autonomia, uma vez que em nada contribui para diminuir a despesa pública e apenas reduz a nossa capacidade para competir nacional e internacionalmente.

No domínio das infraestruturas, o ano de 2012 assistiu à entrada em funcionamento de um conjunto de importantes e interessantes infraestruturas no centro da cidade de Guimarães, numa zona histórica recentemente recuperada no âmbito de um projeto pensado há cerca de 7 anos e que foi potenciado e concretizado pela Capital Europeia da Cultura 2012.

Desde setembro que funcionam no Instituto de Design e no Centro de Formação Pós-graduada, as licenciaturas em Design de produto e em Teatro respetivamente.

Este espaço, que será complementado com outras infraestruturas em conclusão, ou em planeamento, é muito particular no património, na vivência, na atmosfera e será um local de ensino, investigação e criação.

Couros será um novo *Campus*, um *Campus* de interações, de passagens, de cruzamentos, entre pessoas, culturas, saberes e atividades económicas.

O livro que hoje publicamos sobre Couros testemunha bem as virtualidades de um projeto fortemente ancorado na história e na cultura da cidade.

Lançamos e concluímos os concursos para o Instituto da Bio-Sustentabilidade, em Gualtar e Azurém, cujas obras deverão arrancar brevemente.

Também avançamos no ambicioso projeto de reconversão e requalificação deste complexo do Largo do Paço. Um projeto que está enquadrado por um protocolo assinado em julho passado com a presidência do Conselho de Ministros e que já conta com uma componente de financiamento privado, garantida pela Caixa Geral dos Depósitos.

Sonhamos com um Paço da cultura, do livro e da leitura, que honre a sua história e natureza de edifício nuclear da cidade. Estamos a avançar nesse sentido com o projeto de reconversão do edifício da rua Abade da Loureira, que alojará o Arquivo Distrital de Braga.

## Universidade e Portugal no quadro EU 2014-20

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Não podemos (como explica Innerarity) deixar o futuro ficar refém de um presente que nos retira lucidez que, no caso português, asfixia.

Pensar e preparar o futuro deve estar nas prioridades da sociedade portuguesa e dos seus governantes.

No entanto, há um lugar onde este exercício reflexivo e prospetivo tem de ser assumido de forma permanente e proativa – esse lugar é a Universidade, onde, por definição, se pensa o futuro!

Há um ano afirmei a nossa crença nesse futuro, no nosso e no da Europa, porque (referi), “a Europa acredita nas Universidades!”

O Programa Quadro Europa 2020, cujo orçamento foi recentemente aprovado, é uma nova oportunidade para apostarmos num modelo de desenvolvimento que, apesar dos exemplos de iniciativas meritórias, tardamos em endogeneizar na sociedade portuguesa.

Um modelo de desenvolvimento que assente a nossa competitividade e afirmação internacional no conhecimento e na criatividade. No conhecimento que diferencie, que crie valor e que promova a realização de cada um de nós como cidadão e de Portugal como país, onde a inclusão social, o bem-estar de todos e a coesão territorial sejam desígnios coletivamente assumidos. Um país que, a partir de uma Europa cujos valores perfilhamos e defendemos, tem no mundo o seu espaço natural e na língua partilhada por mais de 200M de pessoas uma plataforma de importância crescente.

O Programa Quadro EU2020 é politicamente muito relevante pela centralidade que atribui à educação e à investigação;

De facto, nas suas prioridades de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, fixa, para 2020, as metas de 40% da população, no escalão etário 30-34 anos, com formação superior e de 3% do PIB da EU investido em I&D.

O Programa Quadro EU2020 inclui diversos subprogramas relevantes para as universidades, nomeadamente: o Horizonte 2020; o Educação 2020; o Europa Criativa; as Estratégias Inteligentes de Desenvolvimento Regional (RIS3) – agendas de especialização para promover e maximizar vantagens competitivas das regiões a partir da articulação entre os atores da gestão do território, do tecido económico produtivo e do conhecimento.

Neste contexto, o CRUP preparou e tem vindo a discutir com várias entidades nacionais e europeias o documento, “As Universidades no Centro da Mudança”.

No entanto, uma vez mais enquanto país tardamos em posicionar-nos nestes processos, não fazendo atempadamente as discussões e as articulações entre os atores que os desafios do desenvolvimento e do planeamento estratégico exigem. Esperamos que o protocolo assinado no final da tarde de ontem entre o Governo e o Conselho de Reitores para o envolvimento das Universidades Portuguesas na avaliação *ex-ante* da Parceria Portugal-EU 2014-20 represente um passo importante naquele sentido.

Pela sua parte, a Universidade do Minho fez o trabalho de casa, discutindo e aprovando o 'Plano Estratégico UMinho 2020', que será partilhado com os parceiros regionais como documento aberto às interações que permitam construir uma "estratégia inteligente" para a Região Norte, que terá necessariamente articulações com as regiões conexas em Portugal e em Espanha.

É neste referencial, dos objetivos europeus e das suas regiões, que deve ser pensada e ajustada a Rede Nacional de Ensino Superior.

O CRUP apresentou ontem, publicamente, um estudo realizado por peritos da EUA que é uma importante contribuição para este debate. O Governo, pelo seu lado, tem vindo a manifestar a vontade de intervir nesta matéria.

É um assunto de grande importância, por questões de estratégia de desenvolvimento, de reforço da qualidade da oferta educativa e da sua melhor sintonização com as necessidades do país bem como pela racionalização da utilização de recursos escassos, nomeadamente financeiros.

A UMinho está preparada e disponível para este exercício. Um exercício onde os protagonistas, as instituições de Ensino Superior, saberão convergir para soluções sustentáveis e alinhadas com os objetivos nacionais.

Mas, para isso, importa conhecer esses objetivos:

- Importa saber como Portugal quer atingir a meta EU2020 de 40% da população no escalão etário dos 30-34 anos com formação superior: crescendo no ensino universitário? Na formação politécnica? Ou em cursos de especialização tecnológica?
- Importa fazer uma melhor definição dos espaços e dos perfis dos sistemas universitário e politécnico, essencial para promover uma sã e desejável interação entre esses sistemas;
- Importa que sejam adotadas regras claras de financiamento do Ensino Superior, independentemente do envelope financeiro que em cada ano esteja disponível.

De facto, não podemos continuar a ter regras que são alteradas anualmente, assentes em critérios nem sempre reconhecíveis e comunicadas 2 ou 3 meses antes de se concluir o orçamento institucional para o ano seguinte. Importa que Portugal defina claramente uma articulação entre o desenvolvimento regional e o Ensino Superior, como condição crítica para enquadrar a tomada de posição sobre a rede.

UMinho 2013: o preparar de um novo ciclo

Convidados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Plano Estratégico UMinho 2020, que tem em conta o nosso percurso e a nossa realidade, traduz o nosso querer e vontade, mas também o nosso compromisso com o desenvolvimento, nacional e da região, que há muito interiorizamos e concretizamos como parte do serviço público que prestamos. Sim, a Universidade do Minho deve, quer e vai crescer para cumprir a esperança em torno de uma ideia de universidade que nos une: uma universidade completa em termos de saberes, de investigação, da educação integral e permanente interação com a sociedade; uma universidade atrativa e internacionalizada; uma universidade participada e descentralizada, eficiente e eficaz; uma universidade inclusiva e exemplo de práticas de sustentabilidade.

Entre os objetivos que nos mobilizarão até 2020 estão: atingir 25.000 estudantes em regime presencial, 45% dos quais estudantes de pós-graduação, incluindo 20% de alunos estrangeiros; concretizar uma aposta no ensino a distância, traduzida na existência de mais de 10.000 alunos envolvidos nesta modalidade; aumentar a visibilidade internacional na investigação, nomeadamente no desenvolvimento da investigação aplicada; constituir-se como a universidade portuguesa com maior impacto no desenvolvimento socioeconómico; ser uma das 3 primeiras universidades portuguesas na grande maioria dos indicadores.

Foi em torno desta ideia de Universidade que nos organizámos, mobilizámos, trabalhámos e posicionámos durante os últimos anos. Agora, pretendemos contribuir para consolidar e internacionalizar, de modo articulado com a construção da RIS3-Norte, uma região polinucleada, onde a herança e o património cultural, a tradição industrial e exportadora, a capacidade de empreender, a prática de construção de redes de solidariedade, a abertura ao mundo e a rede de universidades e centros de investigação de referência sejam o leito para fecundar e fazer crescer uma nova economia e um espaço de oportunidades baseado no conhecimento e na criatividade. Sim, acreditamos que esta região possa ser um lugar de futuro para a juventude e de atração de talento criador e empreendedor.

Acreditamos neste projeto e no nosso modo de pensar, fazer e sentir a Universidade. Acreditamos em nós porque, apesar das adversidades, sabemos o que valemos e o que queremos!

Notas finais

Vou finalizar.

Por estes dias cumpre-se também o final do mandato do Conselho Geral, do primeiro Conselho Geral da Universidade do Minho. A última reunião ordinária já teve lugar e o ato eleitoral para escolha dos novos membros internos está marcado para 13 de março.



A centralidade e importância deste órgão de governo justificam estas minhas últimas palavras. Faço uma avaliação extremamente positiva da existência de um Conselho Geral com as funções previstas no RJIES.

As competências do Conselho e o balanço entre essas competências e as atribuídas ao Reitor conduziram a um modelo governativo equilibrado, garantindo capacidade executiva ao Reitor, num quadro de grande transparência, pública prestação de contas e mecanismos eficientes de escrutínio, em que o papel do órgão máximo de governo e decisão estratégica da Universidade foi decisivo.

Independentemente das possibilidades de melhoria deste modelo, incluindo as que possam ocorrer no quadro de uma eventual alteração estatutária futura, cabe aqui, da parte do Reitor, uma palavra de agradecimento ao Conselho Geral:

- Pelo caminho comum de aprendizagem que foi possível realizar;
- Pela disponibilidade dos seus membros e permitam-me que releve o trabalho dos membros externos, para apesar do desejável confronto de ideias, garantir o aprofundamento de uma indispensável cumplicidade institucional;
- Pelos importantes contributos para que, nestes 4 anos, a Universidade tenha podido prosseguir o seu caminho de afirmação.

António M. Cunha



**49. 2013.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.***Tomada de Posse, em 18 de novembro*<sup>129</sup>.

Senhor Ministro da Educação e Ciência, Prof. Nuno Crato;  
 Senhor Presidente do Conselho Geral, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e Senhoras e Senhores Conselheiros<sup>130</sup>;  
 Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo;  
 Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna;  
 Senhor Arcebispo Primaz<sup>131</sup>;  
 Senhores Deputados;  
 Senhor Presidente da Câmara de Braga<sup>132</sup>;  
 Senhor Presidente da Câmara de Guimarães,<sup>133</sup>  
 Senhores Presidentes das Câmaras e demais autarcas da região Norte;  
 Senhores Reitores e vice-reitores das Universidades Portuguesas, da Galiza e Comandantes de Instituições de Ensino Superior Militar de Portugal e de Angola; Senhores Presidentes e vice-Presidentes de Institutos Politécnicos;  
 Senhor Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães;  
 Demais Autoridades Cíveis, Militares e Policiais;  
 Senhores membros do Corpo Diplomático;  
 Ilustres Convidados;  
 Senhor Provedor do Estudante<sup>134</sup>;  
 Caríssimos Colegas da equipa reitoral, Presidentes de Unidades Orgânicas, Professores e investigadores;  
 Senhores Administradores;  
 Prezados trabalhadores não docentes e não investigadores;  
 Senhor Presidente da Associação Académica;  
 Senhor Presidente da Associação de Antigos Estudantes;  
 Queridos Estudantes;

129 António M. Cunha volta, em 2013, a apresentar-se como candidato a Reitor na sequência das eleições para o Conselho Geral realizadas em março de 2013. Na eleição para esse órgão apresentaram-se 3 listas para escolher os representantes de professores e investigadores: “Universidade cidadã” – lista liderada por Licínio Lima; “Novos Desafios, Novos Rumos” – lista encabeçada por Rui Ramos e “Mais Universidade, mais futuro” – lista encabeçada por Jorge Pedrosa, tendo estas eleito 4, 2 e 6 conselheiros respetivamente. A estes juntaram-se 4 representantes dos estudantes, 1 dos trabalhadores não docentes e não investigadores e 6 membros externos. Para mais detalhes sobre a lista dos membros do Conselho Geral veja-se: Ribeiro, «Tempos...», 204-205. Ao propor-se para um 2º mandato reitoral António M. Cunha apresenta um programa de ação intitulado “[crescer para Ganhar o futuro](#)”, que segue as opções já tomadas no plano estratégico UMinho 2020. É eleito em outubro de 2013, com 13 votos favoráveis e 9 votos em branco, sem se terem apresentado outros candidatos.

130 Veja-se composição do Conselho Geral em Ribeiro, «Tempos...», 204-205. <http://hdl.handle.net/1822/33857>

131 D. Jorge Ortiga.

132 Ricardo Rio.

133 Domingos Bragança.

134 António Maria Vieira Paisana.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Análise do mandato anterior

Quatro anos atrás, neste salão e na presença de muitos de vós, tomou posse um Reitor e uma equipa reitoral que traziam uma ideia de Universidade e a vontade forte de, com toda a Academia, construir uma Universidade com futuro. Traziam um programa, amplamente sufragado pelo primeiro Conselho Geral, que propunha um conjunto de orientações e iniciativas que visavam assegurar condições de um melhor futuro para a Universidade.

Ao longo do tempo de concretização daquela ideia e daquele programa, as circunstâncias da Universidade alteraram-se profundamente.

Nas palavras de Cesare Pavese... *a cor do mundo mudou!*

Enfrentamos nestes anos recentes um quadro de enorme adversidade. A crise do nosso quotidiano afeta de modo iniludível a Universidade portuguesa, colocando em causa os seus princípios e objetivos fundamentais e vem sangrando, à nossa volta, pessoas, famílias, empresas e instituições.

Aos sacrifícios que nos vêm sendo exigidos, temos respondido com grande sentido de responsabilidade. Mas queremos que esses sacrifícios não sejam em vão.

Opor-nos-emos firmemente a medidas que destroem o potencial, o património e a capacidade de intervenção das universidades portuguesas, afetando, profundamente, o seu futuro e a sua competitividade internacional, pondo em causa o seu papel, que é decisivo, para vencer os desafios que Portugal enfrenta.

'*O futuro tem maus advogados no presente*', diz Daniel Innerarity. Podemos compreender as reduções nas dotações do Estado para as universidades públicas, mas não encontramos pensador credível que sustente as limitações, de todo o género, com que somos sistematicamente confrontados.



**Figura 68**

Vídeo da cerimónia da Tomada de Posse do Reitor, António Magalhães Cunha, em 18 de novembro de 2013. Fonte: "AAUM. Cerimónia de Investidura do Reitor.", Vídeo do YouTube. Publicado em 18 de novembro de 2013. <https://www.youtube.com/watch?v=iZCmRnwryZ4>

Senhor Ministro:

Parece-nos ser tempo de o Governo, que, não temos dúvidas, valoriza as universidades e a sua ação, libertar estas instituições dos espartilhos que limitam a sua atividade, quer na procura de financiamentos alternativos quer na capacidade de atrair novos estudantes, docentes e investigadores.

Sim, vivemos uma profunda crise. Mas aqui, no Minho, tudo foi sempre difícil para fazermos florir este projeto (simbolizado no jacinto que vêm nos ecrãs). Aqui, estamos dispostos a muito. Mas não a perder o essencial, aquilo que, nas palavras de Mário de Andrade '*faz a vida valer a pena!*'

Para nós, conhecimento e educação são o essencial! Assim como é essencial não matar a esperança! Apesar das circunstâncias adversas cumprimos o nosso projeto, protagonizando 4 anos de afirmação e crescimento (mesmo tendo de pronunciar a palavra crescimento *sotto voce*).

De facto, e apesar de tudo:

- Crescemos 17% em número de alunos, passando de 16.500 para 19.300, 10% dos quais de doutoramento e 8% estrangeiros (de 46 países / excluindo intercâmbios);
- Reformámos a nossa oferta educativa, atualmente com 54 cursos de licenciatura ou mestrado integrado, 110 de mestrado e 40 de doutoramento: eliminando redundâncias e extinguindo 19 cursos; lançando novas licenciaturas em Teatro, *Design* de Produto e Engenharia Física (projeto em parceria com o INL); reduzindo o número de unidades curriculares oferecidas em cerca de 15%; aumentando a coerência dos cursos;
- Alargámos a nossa contribuição para a produção científica nacional, que passou de 7.1% em 2009 para 8.8% em 2012 e que prevemos seja de 9.4% em 2013, com um total de 1.311 publicações ISI em 2012; recebemos importantes prémios científicos; participamos em 5 Laboratórios Associados; recebemos bolsas avançadas do ERC; participamos nos *European Flagship Projets*; colaboramos em 25 artigos na *Nature* e em outras revistas de altíssimo impacto, de alguns dos mais citados investigadores portugueses, algo que a FCT finalmente reconheceu, integrando, já em 2013, alguns deles nos seus Conselhos Científicos, tal como sempre exigi ao longo do meu primeiro mandato; todos estes são indicadores que atestam a qualidade da investigação desenvolvida;
- Reorganizámos as unidades de investigação tornando-as mais coerentes e com maior capacidade de resposta aos novos desafios nacionais e europeus;
- O nosso repositório institucional, o mais importante a nível nacional e o 30º a nível mundial, tem hoje 20.000 publicações depositadas e teve, em 2012, 1.800.000 *downloads*;
- Reforçámos o nosso ecossistema de inovação e a sua interação com o tecido económico-productivo (o recente diagnóstico da FCT ao Sistema Nacional de Investigação e de Inovação, identifica a UMinho como a entidade com maior

- centralidade na rede de exploradores e produtores de conhecimento); são ainda indicadores de desempenho deste ecossistema: o prémio COTEC, em 2012; os prémios BES Inovação e o facto de em 2012 termos sido a entidade portuguesa com mais patentes registadas;
- Implementámos um Sistema da Garantia de Qualidade, sendo a primeira universidade portuguesa certificada pela A3ES neste domínio;
  - Ampliámos e diversificámos a nossa atividade cultural, consolidando o projeto Casas do Conhecimento, pioneiro na articulação entre a Universidade e municípios da região, promovendo a realização anual do Festival de Outono, atuações frequentes da nossa orquestra e a animação cultural do Largo do Paço;
  - Reforçámos a dimensão internacional na mobilidade de alunos e docentes, nos cursos em parceira e em dupla titulação, na participação em redes de I&D;
  - Intensificámos a nossa presença em Angola, Moçambique e Timor-Leste, bem como a cooperação com universidades do Brasil e da China;
  - Melhorámos muito as nossas práticas de gestão interna, na solidez jurídica, eficiência e transparência de processos, como evidenciam os relatórios anuais de Atividades e de Gestão e Contas, consolidadas com as nossas entidades participadas;
  - Demos passos definitivos no projeto de desmaterialização das práticas administrativas, caminhando decisivamente no sentido de uma universidade sem papel;
  - Alargámos as infraestruturas, com o novo *Campus* de Couros, no centro de Guimarães;
  - Iniciámos a construção do edifício do Instituto de Bio-Sustentabilidade;
  - Crescemos na poupança, diminuindo significativamente o consumo de energia (cerca de 20% em 3 anos), no âmbito de uma política que incluiu a publicação anual do relatório de sustentabilidade da UMinho;
  - Aumentámos a atividade e abrangência da ação social, criando um fundo social de emergência;
  - Promovemos sistematicamente o mérito, com a instituição de diversos prémios pelas nossas Unidades Orgânicas e com a atribuição de “bolsas de mérito” ao melhor aluno de cada curso/ano;
  - Aumentámos o número de praticantes desportivos, obtivemos vários prémios nacionais e internacionais, sendo bicampeões europeus de Andebol universitário e promovemos a organização de diversas competições.

Em síntese, crescemos em reconhecimento e visibilidade nacional, mas também internacional, como evidenciado pela presença da UMinho no top 100 do *ranking* THE para universidades com menos de 50 anos e por sermos uma das 2 universidades portuguesas no *ranking* geral THE, 2013.

Poderá pensar-se que, apesar dos cortes das dotações do Orçamento do Estado, que nos últimos 4 anos totalizaram 24%, é sempre possível crescer. É preciso combater essa ilusão. O que aqui foi feito resulta de:

- Uma racionalização nos limites do possível, com reduções de docentes (cerca de 4%) e de trabalhadores não docentes (cerca de 8%);
- Um esforço inédito de captação de receitas próprias (que cresceram 15%);
- E de uma extraordinária mobilização da nossa Comunidade Académica a quem devo e quero, agradecer: a entrega e o esforço, o talento e a criatividade, e a vontade de afirmar o projeto UMinho.

Quero agradecer o que fazem e como o fazem:

- Aos docentes e investigadores, pelo seu labor comprometido com a construção da Universidade;
- Aos trabalhadores não docentes que trabalham em serviços e laboratórios, suportando as atividades da Universidade;
- Aos estudantes que estudam, pensam, sonham e fazem a Universidade.

Cabe nesta ocasião um agradecimento especial a pessoas que me acompanharam, enquanto Reitor, neste percurso:

- À equipa Reitoral e pessoal dos Serviços de Apoio ao Reitor, em particular aqueles que a deixaram ou acabam de deixar essa equipa: à Professora Margarida Proença pela grande dedicação e zelo nos quase dois anos que esteve connosco; ao pró-reitor Vasco Teixeira pela partilha da sua experiência de investigador no exercício das suas difíceis funções; à pró-reitora Paula Cristina Martins pela generosidade, entrega e exemplo na defesa de valores e projetos em que acredita;
- Aos Presidentes de Escolas e Institutos com que tive o gosto de trabalhar;
- Aos membros do Conselho Geral, do atual e do anterior, com uma palavra de grande apreço para a disponibilidade e empenhamento na defesa dos interesses da UMinho do seu anterior Presidente, o Senhor Engenheiro Luís Braga da Cruz.

Saúdo também a arte da colegialidade, o saber institucional e a visão do atual Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, a quem agradeço as palavras simpáticas que me dirigiu na sua intervenção.

Enquadramento e perspetivas do Ensino Superior

Senhor Ministro,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O RJES representa um esteio importante da profunda reforma que o Ensino Superior português vem atravessando ao longo das duas últimas décadas. Não foi a lei que a Universidade do Minho queria. Provavelmente, o seu enunciado não preencheu em pleno as expectativas de nenhuma universidade. Mas foi uma boa lei para as Universidades Públicas, pela sua abrangência institucional, pelo modelo de gestão associado, pelas diretrizes relativas à composição e competências dos órgãos de governo, pela

inovação na criação da figura das Fundações Públicas, com regime de direito privado e pela obrigação que criou de práticas de pública prestação de contas.

Teve também o mérito essencial de criar um quadro de garantia da autonomia universitária que, no entanto, não se veio a revelar suficientemente robusto.

O modelo fundacional, que o CRUP teve oportunidade de (re)afirmar publicamente como altamente desejável e a que a Universidade do Minho solicitou adesão, trouxe a esperança de uma autonomia robusta, consentânea com o quadro constitucional, a par de um acréscimo de responsabilidade que a Universidade quer assumir.

No entanto, o modelo acabou aprisionado por estratégias pouco claras, ao abrigo de supostas exigências da *troika* e de arreliantes confusões semânticas geradas pela palavra 'fundação'.

Há cerca de um ano foi anunciado um RJES reformulado que iria incluir alterações cirúrgicas. À espera, seguiu-se a perplexidade de um documento remendado, incoerente, e fortemente redutor da autonomia universitária, em ambos os regimes jurídicos propostos para as instituições de Ensino Superior públicas, quer o de autonomia comum, quer o de autonomia reforçada (supostamente sucedâneo do regime fundacional). Esperamos que essa proposta de lei tenha como destino o arquivo morto do MEC e não tenha passado de um epifenómeno de falta de bom senso legislativo.

Senhor Ministro,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nestes tempos conturbados e exigentes, o principal desafio da Universidade, como instituição com missão e objetivos próprios, é o de garantir um quadro de autonomia, e necessariamente responsabilização, que potencie a sua afirmação diferenciada e que assegure a sua sustentabilidade, também no domínio financeiro.

Do Governo, dos governos, esperamos exigência (relativamente ao desempenho, à qualidade e rigor e à pública prestação de contas), mas também esperamos a definição de metas objetivas claras e estáveis para o Ensino Superior. Por ex. esperamos um enquadramento criterioso como o protagonizado pela A3ES, mas gostaríamos de não ser confrontados com orientações como a que o Ministério assumiu, recentemente, a propósito dos critérios de fixação de vagas, em que utilizou indicadores de desemprego claramente desajustados, ou com as posições frequentemente incompreensíveis da Fundação para Ciência e Tecnologia.

Deveremos ter meios, aqueles meios que o país quiser e tiver capacidade de aportar às suas universidades, mas alocados segundo regras racionais, transparentes e atempadamente divulgadas. É neste quadro que deve ser pensada a anunciada reorganização da rede de Ensino Superior, processo para que o CRUP tem vindo a contribuir, nomeadamente com o estudo apresentado em fevereiro passado.

Independentemente de situações muito específicas que a diversidade das instituições possa vir a aconselhar, é nosso entendimento que deve haver um aprofundamento da natureza binária (Universitária/Politécnica) do sistema.

Há vários indicadores, incluindo os da procura, que demonstram a existência de desajustamentos na rede de Ensino Superior. No entanto, os totais de estudantes no subsistema universitário e politécnico não são suficientes para suportar a economia competitiva com que sonhamos e para cumprir as metas europeias 2020 de formação superior.

Importa resistir à tentação de uma reorganização feita a compasso e esquadro, a partir do Terreiro do Paço, para realidades regionais muito diversas.

Congratulamo-nos por o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior ter iniciado este processo, assumindo a natureza regional do mesmo, com base nas NUTS II, rejeitando as lógicas incompreensíveis de modelos de microrregionalização recentemente ensaiados pelo MEC.

Aqui, a Norte, estamos a trabalhar no aprofundamento da cooperação interuniversitária, procurando sinergias, aglomeração de massa crítica, respostas conjuntas a problemas comuns e o reforço da nossa afirmação nos espaços globais. Fazemo-lo no contexto do promissor projeto da Macrorregião do Sudoeste Europeu. Fazemo-lo no contexto da Fundação CEER, que agrega as 6 universidades públicas da Galiza e do Norte de Portugal. Fazemo-lo a partir das 3 universidades da Região Norte, com quem estamos já a desenvolver uma plataforma de articulação estratégica e operacional.

Uma palavra, ainda e sempre, acerca do financiamento. Sobre o qual, já estará quase tudo dito. Sobre a escassez das dotações, a falta de transparência dos critérios, a ausência de conhecimento atempado das regras do jogo.

Mas importa reafirmar que o fecho de 2013 é problemático (as cativações são injustas) e que o exercício de 2014, nas condições propostas, é impossível (porque alguém, no 'Ministério das Contas', não sabe fazer contas).

Vamos vivendo, mergulhados em kafkianos meandros burocrático-financeiros, que consomem as nossas energias, enquanto o mundo 'pula e avança', crescendo no número de candidatos potenciais ao Ensino Superior (em todo o mundo, cerca de 5 milhões de candidatos ficam fora do Ensino Superior) e iniciando uma revolução no ensino, através de ofertas não presenciais com a emergência dos MOOC (*Massive Open Online Courses*).

O mundo do Ensino Superior está em mudança rápida e profunda. Importa percebermos os sentidos dessa mudança e aproveitar as oportunidades associadas.



## O novo mandato

Neste quadro de dificuldades e oportunidades, iremos (eu e a equipa que me dá o prazer de me acompanhar) iniciar um novo mandato. Teremos como documentos estruturantes: o Programa de Candidatura e o [Programa de Ação para o Quadriénio](#), a submeter proximamente ao Conselho Geral; o [Plano Estratégico UMinho 2020](#), aprovado há um ano pelo Conselho Geral, um documento dinâmico que se articulará com a Estratégia da Região Norte (que, esperamos, seja apresentada brevemente e não seja adulterada por uma estratégia Nacional de Especialização Inteligente que ninguém quer e ninguém pediu).

Para 2020, a UMinho assumiu, entre outros objetivos, os de: atingir 25.000 estudantes (excluindo o ensino a distância), 45% dos quais em pós-graduação e ser a Universidade Portuguesa com maior impacto no desenvolvimento socioeconómico.

Perseguiremos estes objetivos até 2017: crescendo e diferenciando a oferta educativa; reforçando a investigação; valorizando o conhecimento produzido; modernizando, requalificando e ampliando infraestruturas e serviços, melhorando as condições de vida e de trabalho nos *campi*.

Na prossecução dos nossos objetivos mobilizaremos a Comunidade Académica, alargada aos ex-estudantes, diversificaremos fontes de financiamento, o que faremos, sempre, em dois contextos: no internacional, essencial à nossa afirmação e no regional, mantendo o nosso forte compromisso com o desenvolvimento.

Atuaremos em 4 áreas de Missão: Educação, coordenada pelo vice-reitor Rui Vieira de Castro e à qual também estará adstrito o pró-reitor Filipe Vaz que aumentará a população dos diferentes ciclos de estudos, atraindo estudantes estrangeiros e alargando a oferta em ensino a distância; Investigação – coordenada pelo vice-reitor Rui Reis que consolidará a produção científica, a obtenção de financiamentos competitivos, atrairá investigadores de qualidade e reforçará parcerias internacionais; Valorização do Conhecimento e Projetos especiais – coordenada pelo vice-reitor José Mendes que aumentará o impacto socioeconómico do conhecimento produzido na UMinho, através da respetiva proteção e valorização e do empreendedorismo inovador; Qualidade e Avaliação – coordenada pelo vice-reitora Graciete Dias que consolidará o SIGAQ-UM e as práticas de avaliação e *benchmarking*.

Atuaremos ainda em 4 áreas transversais assumidas pelo Reitor: Identidade, orientada para o reforço das marcas e elementos diferenciadores da UMinho, para o que contarei com o apoio da pró-reitora Cláudia Viana; Coesão e autonomia, promovendo a coesão institucional e aprofundando a autonomia das UOEI, objetivos para os quais terei o auxílio dos administradores e diretores de serviços; Sustentabilidade económica, dos recursos humanos, das infraestruturas e da ação social, onde terei a ajuda do pró-reitor Paulo Ramísio e dos Administradores; Afirmação, visando a nossa visibilidade através de parcerias estratégicas e do aprofundamento da

comunicação externa e interna, para o que contarei com a colaboração da pró-reitora Felisbela Lopes.

A aposta no crescimento é a linha de continuidade entre mandatos. A UMinho *pode crescer*. Os objetivos do EU2020, a deficiente taxa de cobertura de oferta universitária na Região e o nosso potencial de atrair estudantes estrangeiros, criam essa oportunidade. A UMinho *deve crescer*. Porque é hoje a esperança maior da Região, com cujo futuro está totalmente comprometida. A UMinho *quer crescer*. Para consolidar o seu projeto e garantir perspetivas futuras para quantos nele trabalham e virão a trabalhar.

Esse futuro será construído com base num conjunto de orientações que têm vindo a ser consensualizadas internamente.

Ainda que naturalmente existam diferentes modos de pensar a sua concretização, partilhamos, na nossa Instituição, uma 'Ideia de Universidade', na qual a Academia se revê de um modo muito expressivo, onde sobressaem os traços de:

- Universidade completa, que atua na generalidade dos campos científicos e áreas de formação;
- Universidade de investigação;
- Universidade comprometida com a educação integral;
- Universidade orientada para o desenvolvimento económico, social e cultural do país e da região;
- Universidade apostada na internacionalização;
- Universidade participada pelos seus corpos nos seus órgãos e estruturas;
- Universidade eficiente e eficaz na gestão dos seus recursos;
- Universidade inclusiva;
- Universidade com equilíbrio financeiro.

Esta 'Ideia' necessita, para a sua concretização, da colaboração de todos: das UOEI e das suas presidências, entidades estruturantes da nossa atividade científica e pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento; as UOEI passarão para um novo patamar de autonomia e responsabilização com base na adoção, a partir de 2015, de uma gestão baseada em orçamentos globais; do Conselho Cultural e das Unidades Culturais; das nossas unidades de serviços; das interfaces e das *spin-offs* do nosso ecossistema de inovação; conta, enfim, com todos, os de dentro (estudantes, trabalhadores, investigadores e professores), mas também com os de fora e, muito especialmente, com os de fora que são de dentro, caso dos nossos ex-estudantes, com quem reforçaremos a interação com a ajuda da respetiva Associação.

O futuro que queremos construir passa por projetos importantes para a Universidade, para a Região e para Portugal, que queremos viabilizar no novo programa quadro e na parceria EU Portugal 2020.

No programa quadro que agora finda, o QREN/ON2 mimetizou quase todos os pecados de que acusamos a capital do país.

Acredito no conhecimento que a atual liderança da CCDR-N tem de toda a Região Norte e dos seus sistemas de Ensino Superior e científico-tecnológico, para passarmos a ter um desenvolvimento inteligente, integrado e equilibrado da Região, no qual a UMinho, só pode ser um ator muito importante. Espero que, no novo quadro europeu, os fundos de coesão destinados às regiões de convergência sejam aplicados realmente e na íntegra nessas regiões e aí efetivamente geridos.

Importa que em 2020, com todos os fundos aplicados, não estejamos ainda mais divergentes como acontece no final do presente quadro comunitário.

Senhor Presidente da Câmara de Guimarães, Caríssimo Dr. Domingos Bragança. As nossas instituições têm protagonizado uma relação especial, que muito nos orgulha. Dela temos uma memória grata, testemunho de compromisso e resultados efetivos. Esta relação sente-se em Azurém, nas Taipas e em Couros, na Ciência, na Tecnologia, na criatividade, no empreendedorismo. Os recentemente anunciados projetos de alargamento da zona classificada pela UNESCO ao espaço de Couros e a candidatura a Capital Verde Europeia serão grandes oportunidades onde ancoraremos importantes projetos, onde estaremos de corpo, alma e coração.

Senhor Presidente da Câmara de Braga, Caríssimo Dr. Ricardo Rio. O potencial do nosso relacionamento é enorme. Se a relação entre as nossas instituições tem sido boa, é verdade que pode ser muito melhor. O desafio que partilhamos é o do desenvolvimento e da atração de talento e investimento. O impacto da UMinho no município, incluindo a sua presença no centro da cidade, terá que ser explorada de uma forma estratégica e cúmplice.

A UMinho tem sido um importante elemento de coesão entre dois municípios, que têm tudo a ganhar em se concertarem estrategicamente. Espero que nada consiga separar aquilo que a Universidade uniu.

O espaço geográfico e social que habitamos conjuga tradição e renovação. Foi e é de educação e formação superiores, de investigação e de inovação, de juventude e de criatividade e de empreendedorismo.

Este é o local onde a história acaba e o futuro começa. Futuro que será construído com projetos, alguns dos quais vou querer anunciar:

- Requalificação do Complexo do Largo do Paço, com a deslocalização do Arquivo Distrital para um edifício com condições adequadas a acolher esse acervo;
- O Biotério da Escola de Ciência de Saúde, que reforçará significativamente a capacidade de investigação no domínio das Ciências da Vida;
- O Instituto Cidade de Guimarães de Materiais Biomédicos, no *AvePark*;
- O Centro Multimédia que combinará valências pedagógicas e de investigação com o reforço da nossa capacidade interna de produção audiovisual.

Estes projetos foram recentemente candidatados ao Programa de requalificação de infraestruturas da CCDR-N e estamos convictos que seremos capazes de os fazer avançar no 1º semestre de 2014.

Empenhar-nos-emos noutros investimentos muito importantes, atualmente em fase de projeto ou planeamento, como é caso (vou referir apenas os de grande dimensão): da requalificação e ampliação da infraestrutura de investigação em Gualtar e Azurém; das novas instalações da Escola Superior de Enfermagem; da infraestrutura desportiva e arranjos exteriores em Gualtar e Azurém; das novas instalações da Unidade de Arqueologia. Certamente que também continuaremos empenhados em ajudar a Associação Académica a construir uma sede consentânea com as suas atividades.

Nota Final

Excelências,  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Hoje, neste salão, na presença de todos vós, que muito agradeço, acabam de ser empossados um Reitor e uma equipa reitoral que trazem uma renovada e confirmada 'ideia de universidade', uma esperança, uma renovada esperança e uma crença, uma renovada crença na capacidade de esta Academia construir e ganhar o futuro, o nosso e o de todos os que servimos.

Muito obrigado.

António M. Cunha



**50. 2014.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.***Dia da Universidade, no 40<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*

Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte<sup>135</sup>;  
 Senhores ex-Reitores da Universidade do Minho<sup>136</sup>;  
 Senhor Professor Diogo Freitas do Amaral;  
 Senhor Presidente do Conselho Geral<sup>137</sup>;  
 Senhores Presidentes das Câmaras Municipais e Digníssimos Vereadores;  
 Senhores Deputados;  
 Senhor Arcebispo Primaz<sup>138</sup>;  
 Senhores Reitores, vice-reitores e pró-reitores de outras Universidades;  
 Senhores Presidentes de Institutos Politécnicos;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;  
 Digníssimos Membros do Conselho Geral da Universidade do Minho<sup>139</sup>;  
 Senhores Membros da Equipa Reitoral;  
 Senhores Presidentes de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação;  
 Senhor Provedor do Estudante<sup>140</sup>;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Caros Colegas, Professores e Investigadores;  
 Estimados trabalhadores não docentes e não investigadores;  
 Queridos Estudantes;  
 Caros ex-estudantes;  
 Estimados Convidados;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

**1. Abertura**

Há exatamente 40 anos, neste mesmo Salão Medieval, foi investida a Comissão Instaladora da Universidade do Minho. 17 de fevereiro de 1974 foi o dia um (UM) de um percurso que, nas quatro décadas entretanto decorridas, seria dificilmente antecipável por aqueles que se encontravam neste Salão ou que, nele não estando, aqui projetavam as suas expectativas e os seus anseios. Um percurso que foi sendo construído por todos aqueles que ao longo do tempo foram Universidade do Minho – os professores, os estudantes, os investigadores e os trabalhadores não docentes.

135 Emídio Gomes (Emídio Ferreira dos Santos Gomes), presidente da CCDRN entre 01-08-2013 e 30-06-2016.

136 Estiveram presentes os antigos Reitores: Sérgio Machado dos Santos, Licínio Chainho Pereira e António Guimarães Rodrigues.

137 Álvaro Laborinho Lúcio.

138 D. Jorge Ortiga.

139 Conferir nota 128.

140 António Maria Vieira Paisana.

Foi da ação de todos que resultou o projeto de sucesso que a Universidade hoje é, ancorado na sua indiscutível relevância educativa e social, que lhe permitiu resistir a ventos e marés desfavoráveis e consolidar-se mesmo quando, como aconteceu em vários momentos, os poderes políticos, de modo por vezes ínvios, o procuraram pôr em causa.

É impossível num evento como este e num discurso com as características deste, resumir um percurso rico, complexo e multifacetado como é o da nossa Universidade.

Ainda assim, é de toda a justiça recordar aqueles que foram marcos impressionantes da sua história:

- As primeiras reuniões da Comissão Instaladora (19 a 22 de fev. 74);
- O início das atividades letivas, no ano letivo 1975/76, quando se adensavam nuvens sobre a viabilidade da Universidade;
- O arranque das construções definitivas, em 24 nov. 85 no *Campus* de Azurém e em 22 mar. 86 no *Campus* de Gualtar, que foram fatores da irreversibilidade do projeto UMinho;
- Os primeiros estatutos da Universidade, publicados em 29 ago. 89, representando a entrada da vida institucional num novo patamar de normalização;
- A consolidação das unidades culturais como estruturas fundamentais do desenvolvimento do projeto que a Universidade assumiu como seu;
- O início da formação pós-graduada ao nível do mestrado, no ano letivo de 82/83, que colocou a Universidade na linha da frente de novas modalidades formativas;
- A eleição direta e universal do Reitor em 25 nov. 81, o primeiro que entre as universidades portuguesas foi eleito naqueles termos;
- A avaliação externa realizada pela EUA, a pedido da Universidade, em 2007, que a reconheceu como possuidora de uma significativa capacidade para a mudança, sendo pioneira em várias áreas de ensino-formação e de investigação;
- A inauguração do *AvePark*, em 06 set. 2008, marcando o compromisso da Universidade com a transferência do conhecimento;
- A homologação, em 14 nov. 08, dos novos estatutos da Universidade, culminando um intenso e rico processo de debate em torno do projeto da Universidade;
- A inauguração do *Campus* de Couros, em 2012, que vem colocar num novo plano as formas de inscrição da Universidade na região em que se insere.

Este percurso, de que assinalei alguns momentos relevantes, teve especificidades e foi estruturado sobre princípios que foram moldando esta Instituição, nomeadamente:

- A opção pelo modelo matricial, rentabilizando as vantagens de alguma dissociação entre projetos, de ensino, de investigação e de serviços e as estruturas de recursos humanos àqueles associados;
- A opção *multicampi*, que, necessitando de um contínuo aprofundamento e reinvenção, é uma mais-valia da Universidade do Minho;

- O compromisso com o desenvolvimento regional, através de uma continuada mobilização de recursos e desenvolvimento de projetos que, não afastando a Universidade da sua vocação universal, a posicionam como Universidade 'numa região';
- A aposta na formação de recursos humanos próprios (muito explícita nos primeiros documentos da Comissão Instaladora), que permitiu que, desde cedo, a Universidade tivesse um corpo docente altamente qualificado;
- Os projetos de formação inovadores, com novas abordagens, em áreas pioneiras no contexto nacional, da informática à engenharia de produção, da formação de professores à administração e às relações internacionais;
- A valorização do conhecimento e a promoção do empreendedorismo;
- A atividade cultural, que constitui um sustentáculo fundamental da relação com a região;
- A valorização de uma educação multidimensional, através, por exemplo, da promoção sistemática de atividades culturais e de práticas desportivas entre os estudantes;
- A mobilização da sociedade civil para o projeto da Universidade, que se vem traduzindo em múltiplos legados deixados à Universidade.

O dia de hoje, 17 de fevereiro de 2014 está, por tudo isto, carregado de um simbolismo, que a maturidade associada à celebração dos 40 anos densifica. Ao longo deste ano comemoraremos esta efeméride com um extenso programa de atividades, recentemente divulgado e no qual relevo:

- A publicação de um livro sobre os primeiros 40 anos da UMinho, que será apresentado no próximo dia 8 de abril;
- O programa de conferências 'UM Futuro', que se desenrolará ao longo do ano;
- A exposição itinerante que visitará várias autarquias da Região e que hoje será inaugurada;
- O Festival de Outono (que terá importantes novidades);
- O lançamento de novas formas de comunicação da Universidade, de que a aplicação 'UMinho', hoje lançada é um exemplo.

Num tempo que corre depressa e em que o Ensino Superior na Europa e no mundo protagoniza grandes mudanças; num tempo em que Portugal volta a confrontar-se de forma intensa com as suas contradições e a palavra crise omnipresente no nosso quotidiano; num tempo em que a Universidade é desafiada a reinventar o seu papel na sociedade e o modo como com ela interage; num tempo em que a Universidade e o Conhecimento são incompreendidas pelo poder político na sua especificidade e no seu alcance, quisemos, neste tempo e neste 17 de fevereiro especial, celebrar a Instituição Universitária e o que ela representa, celebrando a Universidade do Minho e prestando o justo tributo aos homens e às mulheres que, de diferentes modos e em diferentes contextos, contribuíram para a construir e para a afirmar.

**Figura 69**

Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 40º aniversário, em 17 de fevereiro de 2014. Fonte: "AAUM. Cerimónia de comemoração do 40º aniversário da UMinho", Vídeo do YouTube. Publicado em 17 de fevereiro de 2014, <https://youtube/X41LyFZWpd0>



Sim, esta é uma festa para quem gosta da Universidade, na companhia de quem, queremos reafirmar, com toda a convicção, a nossa crença e o nosso empenhamento no futuro da Universidade do Minho e da Universidade Portuguesa.

## 2. Tributo aos construtores de um percurso

Em 17 de fevereiro de 1974, o tempo era outro. Adivinhava-se o fim de um regime desajustado, guardião de um império esclerosado a que a História tinha tirado sentido, fora do tempo de uma Europa democrática e pujante aos níveis social, económico e cultural. Um regime ele próprio atravessado por contradições.

Porém, nem esse regime velho conseguiu impedir o ar fresco que trazia a visão e a lucidez de Veiga Simão e a sua forte convicção de que o desenvolvimento exigia mais e melhor Educação. Mais e melhor Ensino Superior.

A José Veiga Simão devemos muito. Apesar de a UMinho já o ter homenageado com o grau honorífico de doutor *honoris causa*, em fevereiro de 1994, quisemos que esta fosse também a sua festa. Um arrelizador problema de saúde impediu a sua presença física. Felizmente, tivemos-lo nestes monitores e pudemos testemunhar a força de um pensamento que sempre acreditou na importância do Conhecimento e da Educação. Obrigado Prof. Veiga Simão.

Na sequência do Decreto-Lei 202/73, de 11 de agosto, que criou as Universidades de Aveiro, Nova de Lisboa, Minho e o Instituto Universitário de Évora, seguiu-se a nomeação do nosso primeiro Reitor, Carlos Lloyd Braga, em 17 de dezembro de 1973 e a posse da Comissão Instaladora, em 17 de fevereiro de 1974, evento que a UMinho assumiu como referência para o seu dia institucional.

Permito-me citar, pela visão que revela, um Relatório, de fevereiro de 1976, dessa Comissão Instaladora, que referia como objetivos para a Universidade do Minho:



- a) A criação de conhecimento e a sua divulgação (função de investigação);
- b) Formação dos membros da sociedade de modo a que, pela aquisição de cultura, preparação científica, competência técnica e consciência dos deveres de cidadania, possam realizar-se de acordo com as suas potencialidades e contribuir para o progresso da sociedade a que pertencem (função educação);
- c) Integração participativa no meio em que se insere, designadamente pela identificação, interpretação e resolução dos seus problemas (função serviço).

Dessa Comissão Instaladora emergiu 'uma ideia de Universidade' e uma ideia sobre os modelos organizativo e de gestão, sobre as áreas científicas e de formação em que a Instituição devia operar e sobre os correspondentes cursos e sobre o posicionamento face ao seu contexto regional. Uma Comissão que tinha um mandato para estruturar uma Universidade para 10.000 alunos e que, desde muito cedo, percebeu e assumiu a meta dos 20.000.

Carlos Lloyd Braga e os restantes membros da Comissão foram lembrados hoje. A todos, quisemos prestar a nossa homenagem com um obrigado sentido e carregado de reconhecimento.

Terá sido gratificante, como é, sempre, construir uma Universidade. Mas fazê-lo naquele tempo, naquele Minho e naquele Portugal efervescente que abril destapara terá sido uma experiência porventura única.

Era um grupo heterogéneo de personalidades, algumas muito jovens. Infelizmente, a maioria já não está entre nós, recordamo-los com saudade. Temos pena que problemas de saúde impeçam a presença nesta cerimónia do Dr. Vale Vasconcelos, o primeiro Administrador da Universidade.

Mas temos a honra e o grato e enorme prazer de ter entre nós uma daquelas personalidades, Diogo Freitas Amaral que, na primeira pessoa e com o estilo muito particular que o caracteriza, partilhou connosco algumas memórias desse tempo. Um tempo que, no seu caso, veio a conhecer prolongamentos. Freitas do Amaral voltaria a estar connosco, nos anos de 90, na instalação da Escola de Direito, de quem também recebeu recentemente uma justa homenagem. Obrigado Prof. Freitas do Amaral.

Depois, depois foram 40 de construção, de labor e de lutas. 40 anos de muitos sucessos e de alguns revezes. Quarenta anos onde foi preciso encontrar a energia, a perseverança e a lucidez para combinar adequadamente o empenhamento e a dedicação que a resolução do dia a dia exige, com a visão e a estratégia de planeamento do futuro, essenciais a um projeto universitário. Foram protagonistas dessas exigentes funções 7 reitores que, de diferentes modos e em diferentes contextos, deram o seu melhor à Universidade.

Temos, teremos sempre, uma saudosa e grata recordação de Carlos Lloyd Braga, Joaquim Barbosa Romero e Lúcio Craveiro da Silva. Lamentamos que João de Deus Pinheiro, por estar ausente no Brasil, não possa estar connosco. Mas tivemos a honra e

o gosto de contar com a presença de António Guimarães Rodrigues, Licínio Chainho Pereira e Sérgio Machado dos Santos. Obrigado a todos.

Porém, se o que fomos e somos hoje é o resultado da visão das personalidades a que antes me referi, é, antes de tudo, o resultado da ação de muitas pessoas que, a esta Universidade deram o seu melhor e que, ao longo destes anos, interpretaram e reinterpretaram aquela visão, emprestando-lhe o seu talento, o seu trabalho, os seus sonhos. É o resultado da ação: dos professores, atores essenciais da missão da Universidade, que hoje homenageamos nas pessoas dos nossos professores *Emeritus* e que fazem da UMinho uma referência na Educação; dos investigadores, que, em dedicação total ou partilhando a sua atividade com a docência, geram o conhecimento novo que alimenta a Universidade e cujo trabalho reconhecemos anualmente com o Prémio de Mérito Científico; dos estudantes, a razão de ser primeira da Instituição, cuja atividade hoje aqui celebramos através da entrega das cartas doutorais e dos prémios de mérito, reconhecendo o seu esforço e o seu compromisso com o conhecimento e com a educação; dos trabalhadores, que sustentam a atividade pedagógica, científica e de interação com a sociedade da Universidade, que reconhecemos naqueles que por mais longo tempo vêm dedicando o seu esforço à Instituição e dos ex-estudantes, que de múltiplas maneiras prosseguem a sua ligação à Universidade do Minho, tecendo com ela novas formas de relação.

### 3. O último ano

2013 foi um ano bom para afirmação da Universidade do Minho:

- A oferta educativa continuou a crescer e passou a abranger 19.300 estudantes;
- Foi renovada a atribuição à UMinho, pela Comissão Europeia, dos selos ECTS e DS (Suplemento ao Diploma), bem como da *Erasmus Charter for Higher Education*;
- A posição da Universidade no domínio da investigação foi reforçada, aumentando a percentagem da produção científica da UMinho no contexto nacional e crescendo a captação de projetos competitivos;
- A dinâmica e consistência do Ecosistema de Inovação e Empreendedorismo da UMinho foi mais reconhecida;
- O sistema de garantia de qualidade SIGAQ-UM foi certificado;
- Um amplo programa cultural, orientado para os diferentes públicos da região, foi levado a cabo;
- A entrada em funcionamento da nova intranet-UMinho permitiu melhorar a qualidade e abrangência da informação disponibilizada;
- a Universidade ficou posicionada no importante *ranking* THE 400, como a melhor instituição portuguesa, bem como a sua inclusão na lista THE das melhores 100 universidades do mundo, com menos de 50 anos, testemunha a consolidação da UMinho no contexto internacional.

#### 4. O contexto atual e o ano de 2014

Em 2014 continuará a redução de financiamento estatal com que as universidades portuguesas têm vindo a ser confrontadas.

A dotação do Orçamento do Estado para a UMinho tem, neste ano, uma redução efetiva de 6.1% (esperamos a sua revisão, nos termos do compromisso assumido pelo Senhor Primeiro Ministro).

Este corte vem juntar-se ao corte de 4.5%, em 2013, de 8.7%, em 2012 e de 14.7%, em 2010, o que significa uma diminuição real de 24% em 4 anos (19.8% de redução nominal).

Ainda assim, para 2014 temos um Plano de Atividades ambicioso, orientado por um conjunto preciso de objetivos:

- Desenvolver o conceito e encontrar as parcerias adequadas para uma oferta estruturada de ensino a distância;
- Explorar as possibilidades abertas pelo novo quadro europeu para reforçar a posição da Universidade no domínio da investigação;
- Adaptar o *AvePark* ao seu novo quadro institucional;
- Consolidar o SIGAQ-UM, nomeadamente nos domínios da formação de 3º ciclo e das atividades dos Serviços;
- Implementar o projeto de desmaterialização de procedimentos administrativos e alargar a abrangência e nível de integração do sistema de informação da UMinho;
- Garantir a sustentabilidade financeira da Universidade através de uma gestão rigorosa, explorando fontes alternativas para obtenção de receitas próprias;
- Desenvolver projetos infraestruturais estratégicos, nomeadamente as empreitadas de construção do IB-S (em curso) e as construções que, com o apoio do Senhor Presidente da CCDR-N, esperamos começar este ano, nomeadamente: o Arquivo Distrital e a reabilitação deste complexo do Largo do Paço, o Biotério da ECS e o Centro de Materiais Biomateriais Avançados – Cidade de Guimarães, entre outros.

Faremos isto, cumprindo o Plano para o Quadriénio 20013-17 e o Programa Estratégico UMinho 2020, oportunamente aprovados pelo Conselho Geral da Universidade. São documentos que apostam no crescimento. No crescimento para ganhar o futuro. Porque o potencial da UMinho e as características dos contextos global, europeu, nacional e regional representam uma oportunidade de crescimento que permitirá reforçar a sua afirmação como Instituição de referência no Ensino Superior e na investigação, bem como de agente do desenvolvimento sustentado do país.

Sabemos os tempos que vivemos e conhecemos os desafios com que Portugal se depara. As Universidades podem e querem ajudar a superar este quadro e a encontrar os mecanismos capazes de permitir superar a crise em que o país se encontra atolado. Para tal, mais do que tudo o resto, as universidades precisam de autonomia,

para afirmar, de forma diferenciada, os seus projetos educativos e de desenvolvimento. Precisam de trabalhar num quadro regulamentar transparente e atempadamente definido, incluindo ao nível do seu financiamento. Precisam, pelos seus méritos e pelo país que somos e queremos ser, de estar no cerne do sistema científico nacional e de produção de conhecimento novo.

Naturalmente, porque essa é a sua vocação, as Universidades Públicas Portuguesas estarão na primeira linha da batalha pela elevação dos níveis educacionais da população portuguesa e dos seus padrões de exigência.

## 5. O futuro

É sobre o património antes sumariamente descrito que, naquelas que são as circunstâncias do nosso presente e do nosso futuro próximo, se impõe equacionar as linhas de desenvolvimento da Universidade do Minho.

Nos seus aspetos gerais, tais linhas encontram-se expressas no Plano Estratégico da Universidade e como referido continuaremos a crescer, quantitativa e qualitativamente. Fá-lo-emos com a mobilização da comunidade académica e procurando novas oportunidades de financiamento. Fá-lo-emos numa estratégia dual de uma grande aposta na internacionalização e de um compromisso permanente com o desenvolvimento desta região e das comunidades que estão na envolvente da Universidade.

Entretanto, a dinâmica própria dos processos políticos que enquadram a atividade da Universidade, bem como as aceleradas transformações no plano socioeconómico sugerem a necessidade de se repensar os rumos da Universidade à luz daqueles novos dados. Neste contexto emerge uma série de desafios a que a Universidade tem que procurar responder e que devem mobilizar toda a Instituição.

Avultam, entre esses desafios:

- O modo de inserção da Universidade na rede de Ensino Superior nacional, que vai previsivelmente conhecer alterações significativas no futuro próximo;
- As formas de participação da Universidade em redes internacionais, na busca ativa de novas modalidades de internacionalização, num quadro em que as instituições se vão tornando cada vez mais seletivas;
- O incremento da estruturação da cooperação com os países de língua oficial portuguesa, que historicamente acolhem parceiros fundamentais da Universidade;
- A diversificação das modalidades de formação, através da expansão do ensino não presencial, que, entre outros aspetos, permitirá colmatar a previsível baixa da procura no contexto nacional;
- A manutenção e o aprofundamento do papel da Universidade como instância de resposta ao que são as necessidades das pessoas, dos grupos e das

organizações, confirmando o papel da Universidade como ator do desenvolvimento regional e nacional.

Estes desafios ganham maior magnitude num quadro de financiamento que se vai alterando, no que ao papel do Estado diz respeito, de forma errática, circunstância que coloca em primeiro plano a sustentabilidade financeira da Universidade.

São tempos difíceis os que nos aguardam. Não pode, porém, a Universidade do Minho abdicar daquilo que é a sua matriz fundacional, que hoje aqui reafirmamos: o compromisso com o alargamento das fronteiras do conhecimento humano, dotando-nos de instrumentos que permitam compreender e intervir sobre um mundo cada vez mais complexo; o compromisso com a formação de elevada qualidade, valorizando e premiando o mérito e potenciando a mobilidade social; o compromisso com o desenvolvimento da nossa região e do nosso país torna-nos fator de crescimento, de desenvolvimento sustentado, de bem-estar e de solidariedade.

Este é o desígnio para que todos estamos e, acredito, nos sentimos convocados.

Obrigado.

António M. Cunha



**51. 2015.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.**

*Dia da Universidade, no 41º aniversário, em 17 de fevereiro.*

Senhor Presidente do Conselho Geral<sup>141</sup>;  
 Cara Dra. Manuela Soares, em representação do Comissário Carlos Moedas;  
 Dear Prof. David Drewry;  
 Senhor Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, Prof. Fernando Alexandre;  
 Presidentes das Câmaras Municipais e Digníssimos Vereadores;  
 Senhores Deputados à Assembleia da República;  
 Senhor Arcebispo Primaz<sup>142</sup>;  
 Senhores Reitores, vice-reitores e pró-reitores de Universidades Portuguesas, da Galiza e de Timor-Leste, bem como Presidentes de Institutos Politécnicos;  
 Membros do Corpo Diplomático;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Civis e Militares;  
 Digníssimos Membros do Conselho Geral da UMinho<sup>143</sup>;  
 Senhores Presidentes de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação;  
 Senhora Provedora do Estudante<sup>144</sup>;  
 Senhor Presidente da Associação Académica;  
 Caros e Caras Colegas, Professores e Investigadores;  
 Estimados trabalhadores não docentes e não investigadores;  
 Queridos Estudantes e ex-estudantes;  
 Caros Convidados;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

## 1. Balanço 2014

Quero começar por agradecer a vossa presença nesta celebração do 41º aniversário da Universidade do Minho. Honra-nos e confere um significado especial a este momento que queremos que seja, sobretudo, uma celebração da Instituição Universitária e da sua missão única de gerar, difundir e valorizar o conhecimento académico.

Esta celebração é, por tradição nossa, o momento em que procedemos a uma revisão do que foi o ano anterior, analisamos a conjuntura nacional e internacional no que ela tem de relevante para o Ensino Superior e em que perspetivamos o futuro, este ano, com uma especial ênfase na internacionalização e na investigação, vertentes estruturantes da nossa atividade, a que queremos dar particular atenção nestas comemorações.

---

141 Álvaro Laborinho Lúcio.

142 D. Jorge Ortiga.

143 Conferir nota 130.

144 Paula Cristina Martins.

Em linha com esta opção, apresentamos, hoje, a revista da Universidade que valoriza particularmente estes tópicos e convidámos para estarem connosco personalidades que são vozes autorizadas nos domínios da investigação e da internacionalização.

2014 foi para nós um ano diferente em que as celebrações dos 40 anos da UMinho tiveram grande centralidade. Nesse âmbito:

- Homenageámos fundadores e antigos reitores, procurando relevar contributos decisivos para a afirmação da Universidade, como foi o caso da celebração dos [100 anos do nascimento do Prof. Lúcio Craveiro da Silva](#);
- Debates importantes temas para a sociedade, afirmando a nossa vontade de contribuir para o desenho do nosso futuro comum;
- Organizámos um grande número de exposições, de concertos e de outros espetáculos, prosseguindo a interpretação do importante papel da UMinho como protagonista da vida cultural das cidades, da região e do país;
- Editámos [um livro que](#) sedimenta percursos e as memórias que são património fundamental da Instituição e que confere um sentido mais preciso ao que somos hoje;
- Ouvimos a nossa [Orquestra tocar a sinfonia UMinho](#), composta por António Victorino de Almeida para assinalar esta efeméride.

Ao longo destas celebrações não pudemos contar com a presença física do Professor Veiga Simão, grande impulsionador da criação desta nossa Universidade. Gostaríamos também de acreditar que terá sido a consciência da maturidade desta sua criação, que terá feito com que o Prof. Veiga Simão achasse que podia partir.

Caro e estimado Professor Veiga Simão, há um ano esteve aqui em vídeo, porque a saúde já não permitia mais. Hoje, receba mais uma vez o nosso agradecimento e reconhecimento, onde quer que esteja.

2014 foi um ano, como sempre acontece, em que os estudantes estiveram no centro da nossa atividade. São eles:

- Os cerca de 2.600 novos estudantes de formação inicial que escolheram a UMinho para nela iniciarem os seus estudos superiores;
- Os 19.300 que a fazem diariamente;
- Os mais de 43% de estudantes de pós-graduação, incluindo 1.800 estudantes de doutoramento;
- Os 1.300 estudantes estrangeiros de grau que hoje frequentam a nossa Universidade, incluindo 50 estudantes internacionais e os 650 estudantes de mobilidade que conferem à Universidade uma dimensão verdadeiramente internacional;
- Os 34 estudantes que tiveram bolsas de mérito e os 110 que obtiveram bolsas de excelência;
- Os 50 estudantes que beneficiaram das práticas solidárias do nosso FSE e os 70 que receberam bolsas de entidades privadas;
- Mas, também, os 3 estudantes da LEI que faleceram num acidente impensável que enlutou a nossa academia.

2014 foi um ano de consolidação da oferta educativa:

- Com afinamentos na organização dos nossos cursos, mantendo a nossa aposta na oferta em regime pós-laboral;
- Com a consolidação dos cursos de licenciatura em Teatro e Design de Produto, que atingiram o seu terceiro e último ano;
- Com o reforço da nossa oferta doutoral, em resultado sobretudo do programa FCT-PhD, que permitiu alargar a nossa intervenção neste domínio, através da criação de um alargado número de consórcios em que estamos presentes;
- Com a comprovação da justeza da aposta em programas interinstitucionais, como é o caso dos programas MAP (Minho – Aveiro – Porto).

2014 foi um ano de afirmação na investigação (apesar das tropelias da FCT de que falaremos à frente):

- A UMinho continua a aumentar os seus dados absolutos relativamente à produção científica. No ano transato, cujo contabilização ainda não está concluída, encontram-se registadas, com autoria de investigadores afiliados à UMinho, 1.379 publicações ISI e publicações *Scopus* – 1.736;
- A UMinho encaminha-se para representar cerca de 10% da produção científica nacional, posicionando-se claramente acima do que representa em termos de alunos e docentes no sistema nacional de Ensino Superior;
- Os resultados em candidaturas ao H2020 e, os recentemente conhecidos dos programas, *ERA Chair* e *Teaming*, são muito promissores;
- Estou certo que, muito proximamente, teremos ainda melhores notícias neste domínio.

2014 foi um ano em que a UMinho esteve ainda mais perto das cidades e da região:

- Assistimos à consolidação e afirmação da UMinho Exec, que julgamos virá a ter um papel essencial na qualificação e formação complementar dos quadros do tecido empresarial e da administração pública da região;
- Arrancou o projeto UMCidades e estão criadas as condições que permitem a sua instituição como elemento agregador de reflexão e intervenção em torno da problemática das cidades;
- O Laboratório da Paisagem, parceria com a Câmara de Guimarães, foi inaugurado a 24 de junho e vem-se afirmando como projeto multidimensional, de investigação e de educação, num quadro de multidisciplinaridade e de relações interinstitucionais, que demonstram como alguns dos investimentos feitos no quadro de Guimarães2012 valeram a pena e podem ser rentabilizados de forma sustentável;
- Desenvolvemos uma intensa colaboração com a InvestBraga, nomeadamente na elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Braga;
- O projeto da Rede Casas do Conhecimento conheceu um enorme acréscimo de interesse entre as autarquias da região, com a adesão de novos membros e a expectativa de incremento da sua dinâmica; será um importante fator de



coesão do território, de promoção da formação e da cultura, de fomento de uma cidadania ativa por parte das nossas populações.

A atividade cultural ganhou grande evidência no ano passado, constituindo-se a UMinho como promotora essencial da atividade cultural da região.

Em todas estas iniciativas, encontra-se no nosso horizonte a população, população que dá um sentido particular à UMinho. Estamos fortemente comprometidos e trabalhamos ativamente na construção da RIS3 da Região Norte, onde importa referir a qualidade da articulação que temos vindo a estabelecer com a CCDR-N.

2014 foi também um ano em que a UMinho deu novos passos em direção a um futuro de maior sustentabilidade. O processo de desmaterialização avançou decisivamente e caminhamos a passos largos para a tal “universidade sem papel”, com os ganhos daí decorrentes.

As nossas infraestruturas estão a ser enriquecidas e melhoradas e as obras de construção do IB-S prosseguem em bom ritmo, prevendo-se a sua conclusão no final do primeiro semestre deste ano.

Entretanto, iniciou-se a construção do Biotério e do Arquivo Distrital de Braga, obras que deverão decorrer até setembro do corrente ano. Esperamos que arranquem, a todo o momento, as obras da Biblioteca/Centro de Estudo do *Campus* de Azurém, bem como de uma primeira intervenção nas fachadas deste complexo histórico. Estamos a falar de um conjunto de obras em curso que totalizam cerca de 18 M€.

A UMinho continuou a publicar o seu [Relatório de Sustentabilidade](#), desta vez de acordo com as normas da *Global Reporting Initiative*, tornando-se a primeira universidade portuguesa e uma das primeiras no contexto internacional a fazê-lo.



**Figura 70**

Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 41º aniversário, em 17 de fevereiro de 2015. Fonte: “AAUM. UMinho comemorou o seu 41º aniversário”, Vídeo do YouTube. Publicado em 19 de fevereiro de 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=S06qi-1CIKE>

De forma continuada vão sendo introduzidas novas práticas de gestão que tornam mais transparente o esforço feito por todos, por cada um de nós e pelos níveis da estrutura em que nos situamos.

2014 foi, ainda, o ano em que buscamos uma maior e mais efetiva integração dos nossos antigos estudantes nesta comunidade que é também a sua. Desenvolvemos uma arrojada operação *Alumni* (com a realização de um Encontro, a publicação de uma *newsletter*, a realização de um jantar conferência que terá hoje lugar e que tem como oradora convidada, Dava Newman, recentemente nomeada pelo Presidente Obama para vice-Presidente da NASA).

Procuramos, assim, trazer de forma mais ativa para o nosso seio aqueles que tendo passado pela Universidade são (gostaríamos que assim se sentissem hoje), membros da UMinho.

2014 foi um ano em que se acentuou o nosso reconhecimento nacional e internacional:

- A universidade manteve e reforçou a sua posição em prestigiados *rankings* como o THE 400, THE< 50, CTWS-Leiden (onde lidera a presença portuguesa);
- Entrámos no *Ranking* de Xangai, através do grupo da Física (o tal que a FCT teima em atribuir uma classificação incompreensível);
- Aos investigadores da UMinho foram atribuídos importantes prémios nacionais e internacionais como o prémio IBM (Alexandre Madeira), ou o prémio Clemson, da Sociedade Americana de Biomateriais, atribuído a Rui Reis.

A colaboração com o tecido empresarial é algo que fazemos de modo natural e em diferentes contextos, promovendo a criação de novas empresas, no grande e singular projeto que temos em curso com a Bosch Car Multimédia, ou com a parceria com a Edigma, que permitiu termos o suporte tecnológico a esta cerimónia e cujo apoio agradeço na pessoa do Engenheiro Miguel Fonseca. Agradeço também, o empenho e a dedicação de toda a grande equipa da Universidade que organizou esta cerimónia e o conjunto de eventos associados ao nosso 41º aniversário.

2014 foi, por tudo isto, um ano marcante para a nossa comunidade. Tudo isto foi conseguido num contexto complexo, onde a crise económica e financeira e seus impactos não passaram ao lado da UMinho. Tudo poderia, no entanto, ter sido mais simples e com melhores resultados se:

- A especificidade das universidades fosse assumida de um modo efetivo pelos responsáveis políticos;
- Se a interação com as universidades tivesse sido conduzida num espírito de genuína atenção aos contributos que foram sendo dados.

Tudo isto aconteceu porque a comunidade soube reagir, porque o sentido de pertença à UMinho ajudou a debelar dificuldades que afetaram os membros da nossa comunidade, no plano pessoal e profissional, por vezes de forma severa.

Esta análise positiva que fazemos do nosso percurso em 2014, não escapa ao reconhecimento de que temos diversas dificuldades (em instalações, em recursos humanos, no financiamento de muitas das nossas atividades) que precisamos de resolver e ou melhorar.

Obrigado, por isso, a todos os que contribuíram para que 2014 fosse mais um ano de afirmação da UMinho:

- Docentes e investigadores, que, em condições por vezes adversas, encontraram formas de afirmar o seu trabalho de ensino, de investigação e de interação com a sociedade;
- Trabalhadores administrativos e técnicos, porventura entre os mais afetados pelas dificuldades que o país atravessa;
- Aos estudantes de todos os graus de ensino que souberam compreender as exigências que uma formação de qualidade sobre eles necessariamente colocada;
- Bem como todos aqueles que fazem parte da nossa rede de relações interinstitucionais, que vêm concorrendo de forma decisiva para o reforço da UMinho e que, queremos acreditar, desta relação têm também colhido frutos.

2. Internacionalização como eixo de desenvolvimento futuro. Diagnóstico e perspetivas

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A Revista que hoje é distribuída evidencia a dimensão internacional desta Universidade. Dimensão que cruza o ensino, a investigação e a parceria institucional.

O programa *Erasmus+* (e seus antecessores) e o programa *Iacobus* vêm possibilitando a promoção da mobilidade internacional dos estudantes da UMinho e o acolhimento de cada vez maior número de estudantes estrangeiros.

Paralelamente, o desenvolvimento de programas em associação, a celebração de protocolos visando graus conjuntos e a dupla titulação, com a participação de universidades estrangeiras, vêm reforçando a internacionalização do nosso ensino.

A participação da UMinho no Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) promovido pelo Brasil, através da CAPES, representa um bom exemplo do modo como a Universidade se posiciona nestes projetos.

As oportunidades abertas pela recente publicação do estatuto do estudante internacional vêm, no entanto, colocar a UMinho perante um novo desafio, o de tornar atrativa a nossa oferta educativa, no quadro de uma articulação virtuosa com as cidades que nos acolhem.

O lançamento próximo de projetos de ensino a distância visa também responder a este desafio assumido de buscar estudantes para lá das fronteiras físicas de Portugal.

Em resultado desta atividade, a UMinho vem alargando o seu número de estudantes estrangeiros de grau, vem consolidando a sua rede de relações com instituições estrangeiras, muito especialmente com universidades asiáticas e do espaço da língua portuguesa.

Em resultado desta realidade, uma outra se cria – a transformação dos nossos *campi* em espaços multiculturais e cosmopolitas com os ganhos que daí advêm para todos, de alargamento de experiências, de conhecimento mútuo de convivência com o diferente. Estes são elementos essenciais da educação que queremos promover nos nossos espaços.

A UMinho vem também expandindo as suas parcerias de investigação. Hoje, mais de 50% dos nossos artigos científicos são produzidos precisamente no quadro dessas redes. A capacidade de atrair estudantes de doutoramento de outros espaços geográficos é um sinal desse cada vez maior reconhecimento internacional.

A Escola CERN, no âmbito do nosso polo do LIP e a instalação de uma Unidade Operacional da UNU, dedicada ao *e-gov*, são exemplo dessas parcerias.

No âmbito Unidade da UNU, foi protocolado com o Governo e com a Câmara local, a instalação em Guimarães do centro de Desenvolvimento da AMA (Agência para a modernização Administrativa). Esperamos que esta iniciativa venha a ser um exemplo de uma prática efetiva de descentralização.

### 3. Enquadramento (nacional e europeu)

No último ano, os debates no espaço público em torno da universidade tiveram o foco particularmente concentrado na investigação. Um debate que não teve as melhores motivações, gerado que foi pelos resultados da avaliação FCT das unidades de investigação e também pelas metodologias adotadas.

Independentemente do resultado final do processo – que não se sabe ainda quando estará concluído – importa anotar o facto de claramente se tratar de uma oportunidade perdida de proceder a uma avaliação rigorosa dessas unidades e que pudesse funcionar como um elemento estruturante do sistema científico nacional. É inexplicável como se pretendeu, numa atitude autista, levar a cabo um processo de avaliação ora ignorando, ora confrontando as instituições que em Portugal são as principais responsáveis pela atividade de investigação – as universidades.

É lastimável que um processo com profundas implicações no desenho do sistema científico nacional tenha sido levado a cabo com tanta ligeireza, em bases anacrónicas, erigindo a suposta independência dos avaliadores como alfa e ómega da avaliação, numa lógica que inevitavelmente geraria, como gerou, a sua descredibilização.

Importa, por outro lado, sinalizar, ainda que por isso possa ser acusado de pretender julgar em causa própria, o modo responsável como as universidades intervieram no

processo, afirmando sempre a enorme importância para o sistema de uma avaliação rigorosa e seletiva.

Desde o início que identificáramos fragilidades e deficiências no sistema, que, lamentavelmente, a FCT sempre se recusou a reconhecer e a proceder em consequência, alterando os seus procedimentos. Os resultados desta atitude são conhecidos. Uma avaliação não reconhecida e descredibilizada, que terá implicações negativas no sistema científico nacional. Em tudo isto, o que estranhamente escapou foi o entendimento, aparentemente simples, de que as universidades são a espinha dorsal da investigação em Portugal e na Europa (como muito bem referiu David Drewry).

Resta-nos a esperança que os contactos que têm vindo a decorrer entre o Governo e o CRUP sobre este assunto, possam traduzir-se em ações que mitiguem todo este imbróglio.

No entanto, outros debates sobre o Ensino Superior atravessaram o ano transato.

O financiamento das instituições conheceu nestes últimos dias novos dados na sequência da apresentação pelo Governo ao CRUP de um novo modelo de financiamento. É sabido que o atual modelo, com mais de duas décadas de aplicação, apresenta graves inadequações, quer porque não se adaptou às alterações nos perfis das instituições de Ensino Superior, que entretanto ocorreram, quer porque não é sensível a dimensões relevantes da atividade das instituições, sejam a investigação, o contributo para o desenvolvimento económico e social ou a eficiência educativa. A proposta agora apresentada, e que ainda estamos a analisar, é um passo no sentido que nos parece correto, mas a verdade é que o modelo pode tornar-se irrelevante se não for acompanhado de um reforço da dotação. O Ensino Superior em Portugal está subfinanciado.

É importante que se generalize a ideia de que a educação superior é fundamental para assegurar o desenvolvimento da nossa sociedade, a inovação e o bem-estar.

Importa não desconsiderar a questão da rede de Ensino Superior. Temo-lo dito em diversas ocasiões. O caminho passa por promover a diferenciação, aumentando os níveis de exigência, num quadro de responsabilização, com regras do jogo claras, designadamente do financiamento, conhecido antecipadamente.

Não podem, porém, as instituições adotar uma atitude passiva a este respeito, na expectativa de que o que para nós é evidente seja evidente para todos. As nossas novas circunstâncias exigem respostas novas. A UMinho está fortemente empenhada em procurá-las. A celebração do consórcio UNorte.pt afirma, da nossa parte, um compromisso com a colaboração interinstitucional de proximidade, orientada para a promoção da coesão e do desenvolvimento regional, num quadro que naturalmente não deixa de colocar o país no centro das nossas preocupações.

Nesta circunstância as estratégias RIS3 e os programas NP – Galiza são oportunidades em que acreditamos.

A UMinho está também comprometida com a revisão do seu estatuto jurídico. O Conselho Geral aprovou recentemente a retoma das conversações com o Governo relativamente àquela alteração. Temo-lo dito, consideramos que a vantagem maior que deste processo pode advir é a do reforço da autonomia institucional.

Vamos analisar este cenário com o Governo. Acreditamos que será possível convergir para uma solução positiva para a Universidade, encerrando um dossiê em que a Universidade foi mal tratada.

#### 4. Nota Final

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Quero reiterar o meu agradecimento a todos que nos deram o prazer de estar conosco. Quero agradecer a Madalena Soares e a David Drewry quero dizer-vos que o simbolismo dos 40 anos é o da maturidade, do fecho do ciclo da instalação da Universidade. Mas este é também o tempo de prepararmos um novo tempo que permitirá o crescimento sustentado da Universidade, que convergirá para os 20 mil alunos com que sonhou Lloyd Braga e mais tarde, com a nossa crescente internacionalização, os 25 mil em que aposta o nosso Plano Estratégico.

É nesse sentido que estamos a ultimar o nosso plano de investimentos 2020, que será articulado com a Região e com as Universidades do Norte e que permitirá uma cada vez maior afirmação da UMinho no contexto global como instituição de investigação e de Ensino Superior, que a tornará agente de desenvolvimento no centro da RIS3 em que acreditamos, que a tornará apreciada também pelos seus *Alumni*.

Muito obrigado.

António M. Cunha



## 52. 2016.

### Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.

*Dia da Universidade, no 42º aniversário, em 17 de fevereiro*<sup>145</sup>.

#### 1. Introdução e enquadramento

Bem-vindos a esta sessão, neste Paço de muitas histórias que vos recebe ainda mais orgulhoso, pelas intervenções que as suas pedras, portas e janelas e jardins têm vindo a receber e que realçam a sua beleza e simbolismo. A vossa presença nesta celebração do 42º aniversário da Universidade do Minho honra-nos e confere um significado especial a este momento que queremos que seja, sobretudo, uma celebração da Instituição Universitária e do conhecimento, como pilar da sociedade melhor que queremos construir.

Uma saudação especial para o novo membro do nosso claustro. Dear Prof. Gene Grossman we are proud to have you as a member, [a member of honour of this academic community](#).

Um agradecimento sentido, para a presença do Ministro Manuel Heitor, um académico, um cientista, um profundo conhecedor das problemáticas do Ensino Superior e da investigação, que representa, hoje, uma esperança para instituições e pessoas que acreditam que Portugal precisa de mais e melhor Ensino Superior.

A temática das celebrações deste ano é a 'sustentabilidade', com a UMinho a afirmar o seu compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A aprovação da Declaração do Milénio, em 2000, pela Assembleia Geral da ONU exprimiu a convergência dos Estados-membros em torno de compromissos e objetivos orientados para "a plena proteção e a promoção dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais de todas as pessoas, em todos os países".

A adoção pelas Nações Unidas, em 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é uma nova e renovada ambição que visa estabelecer um referencial para as políticas nacionais, capaz de estruturar a construção coletiva de um mundo mais justo.

A Educação Superior tem um papel insubstituível na identificação do que são os grandes desafios do nosso tempo, na disponibilização de instrumentos que permitam a sua interpelação e na formação de pessoas que os possam interpretar e sobre eles agir positivamente.

---

145 Neste ano a UMinho atribuiu novo doutoramento *Honoris Causa*. O distinguido foi Gene Grossman, professor de Economia da Universidade de Princeton (EUA). Nos discursos do dia comemorativo destacam-se as referências à passagem da Universidade do Minho ao regime de Fundação, publicado no Decreto-Lei n.º 4/2016, *Diário da República*, 1ª série, n.º 8, de 13 de janeiro de 2016.

Na Universidade do Minho, objetivos desta ordem são perseguidos através de uma proposta educativa especializada que valoriza áreas de formação relevantes para a sustentabilidade, que promove investigação que interroga e propõe soluções para alguns dos magnos problemas da nossa sociedade, que estrutura a sua atividade sobre parcerias que procuram, na sua ação, contribuir para um mundo mais sustentável.

A aposta em práticas sustentáveis tem expressão também na atividade institucional. As universidades estão hoje obrigadas, em situações muitas vezes adversas, a assegurar, nas suas margens de ação, as condições que possibilitem o cumprimento da sua missão.

Na UMinho, nestes últimos anos, temos procurado fazê-lo valorizando práticas de desmaterialização. Práticas que implicaram roturas com hábitos adquiridos (tendo já permitido, p. ex., reduzir para menos de 1/3 o consumo de papel), que suscitaram resistências diversas, que apresentaram, é verdade, soluções ainda imperfeitas, mas que não deixaram de antecipar muitos dos movimentos que vão fazendo o seu caminho na administração pública, nas grandes organizações, nas universidades. Soluções que queremos em contínuo melhorar (esta semana será disponibilizada uma nova versão da aplicação de ajudas de custo, que apresenta várias melhorias em relação à sua versão anterior).

A adoção de princípios de sustentabilidade tem também expressão no nosso modo de pensar a Universidade e as suas infraestruturas. A renovação dos nossos espaços e dos nossos equipamentos exprime a preocupação que a Universidade tem em assegurar aos que nela trabalham as melhores condições.

Um dia de festa como o de hoje é também uma boa razão para nos apresentarmos de um modo novo ao exterior. Hoje é lançado publicamente o novo *site* da Universidade, que numa linguagem mais moderna e revendo os seus conteúdos, procura apresentar de forma mais dinâmica toda a informação relevante sobre a UMinho. O que aqui procuramos é sempre estabelecer novas formas de relação com o que está e com os que estão para além dos muros da Universidade. O entendimento que temos subjacente é que a nossa comunidade extravasa largamente os que são hoje os nossos alunos, os nossos docentes, os nossos investigadores, os nossos trabalhadores não docentes.

Estamos hoje fortemente empenhados em reforçar a nossa relação com os nossos antigos estudantes. Os *alumni* são pertença indiscutível da comunidade que queremos construir e afirmar. A sua constituição como membros ativos da nossa comunidade está a ser explorada através de várias iniciativas, p. ex., o jantar-conferência que terá lugar hoje à noite, nesta sala, com a presença do Ministro da Economia, o professor Manuel Caldeira Cabral e do nosso novo doutor, Gene Grossman.

A este propósito, é igualmente de referir o êxito do nosso 2º [Encontro Alumni](#), realizado no Mosteiro de Tibães, em setembro passado e que contou com cerca de 700 participantes.



## 2. Balanço 2015

Nesta celebração temos a tradição de fazer uma síntese dos aspetos essenciais da nossa atividade no ano anterior. Analisar aspetos relevantes da conjuntura nacional e internacional, bem como perspetivar o futuro.

2015 foi, apesar das dificuldades, um ano bom para a UMinho, nas três dimensões da sua missão. Cresceu o número dos nossos alunos de formação inicial, de estudantes internacionais e, no que representa uma nossa recente e importante aposta, no ensino a distância. O ligeiro decréscimo que registámos no número de alunos da pós-graduação, resultado sobretudo da baixa da procura em algumas áreas de formação, não deve deixar de constituir fonte de alguma preocupação, urgindo compreender as causas que a podem explicar.

Em 2015, recebemos 3.356 novos estudantes de formação inicial que, através dos vários mecanismos de entrada, escolheram a UMinho para os seus estudos superiores, crescemos muito na oferta de ensino a distância, que conta hoje com quase 1.000 estudantes e consolidámos a oferta pós-graduada, que corresponde a cerca de 42% dos estudantes da Universidade, incluindo 2.000 estudantes de doutoramento.

Na área do ensino, a Universidade vem pautando a sua ação por políticas de valorização do desempenho académico dos estudantes e, em simultâneo, de proteção aos estudantes mais carenciados. Nesta medida, no ano transato premiámos o desempenho académico dos 34 estudantes que tiveram bolsas de mérito e os 165 que obtiveram bolsas de excelência e complementámos as 5.289 bolsas da Ação Social Escolar com subsídios para mais de 100 estudantes, que beneficiaram das práticas solidárias do nosso FSE e para os 70 que receberam bolsas de entidades privadas (cabe destacar aqui a colaboração, que gostaríamos de ver multiplicada, do *Lions* Clube de Braga).

A internacionalização constitui um objetivo essencial da Universidade, também na área do ensino. Os 1.300 estudantes estrangeiros de grau que hoje frequentam a nossa Universidade, incluindo 80 com o estatuto de estudante internacional e os 650 estudantes de mobilidade que a frequentam, conferem à Universidade uma dimensão verdadeiramente internacional. A Universidade continuou a desenvolver, em colaboração com instituições de Ensino Superior estrangeiras, programas de formação doutoral, que hoje representam cerca de 10% do total dos nossos estudantes de doutoramento.

2015 foi um ano de afirmação na investigação:

- Revelada no crescimento dos indicadores da nossa produção científica, atingindo cerca de 1.650 publicações ISI (aumento de 20% relativamente a 2015) e 1.900 Scopus;
- A UMinho consolidou o indicador-objetivo de 10% da produção científica nacional, posicionando-se claramente acima do que representa em termos de alunos e docentes no sistema nacional de Ensino Superior;

- Os resultados em candidaturas ao Horizonte 2020, incluindo os programas, *ERA Chair e Teaming*, foram muito positivos;
- Prosseguimos a nossa forte aposta em políticas e práticas de acesso aberto ao conhecimento científico; somos uma instituição líder nesta área e queremos manter e reforçar essa posição, avançando agora para o domínio do acesso aos dados científicos.

Em 2015 continuamos a trabalhar o desenvolvimento social e económico em parceria com autarquias, instituições e empresas com destaque para:

- A parceria com o Município de Guimarães, no projeto Guimarães Capital Verde Europeia, reforça uma já sólida colaboração entre as duas instituições;
- O novo centro Ciência Viva – Curtir Ciência, aberto a 17 de dezembro, na zona de Couros, em resultado de uma recuperação fantástica do espaço emblemático da antiga fábrica de curtumes Âncora;
- O acordo com CMBraga para a cedência do Convento de S. Francisco, onde será futuramente instalada a Unidade de Arqueologia da UMinho, é um bom exemplo das virtualidades de alianças estratégicas entre a Universidade e a autarquia, no que tange a recuperação de património construído e a sua realocação a atividades de natureza académica e cultural;
- O programa Qualifica IT, com a InvestBraga e o IEFP, que conta atualmente com cerca de 100 estudantes a fazerem um percurso de reconversão da sua formação superior para a área digital, é exemplo de resposta orientada para a empregabilidade e as necessidades do tecido económico;
- Na esfera cultural, a UMinho continuou a assumir-se como ator essencial da atividade da região.

Apesar das dificuldades da conjuntura, está a ser possível introduzir melhorias muito significativas nas nossas infraestruturas, que estão a ser enriquecidas e melhoradas.

Em 2015 concluímos investimentos do anterior programa quadro, de cerca de 18 M€, nomeadamente:

- Nos notáveis edifícios do IB-S, em Gualtar e Azurém;
- No Biotério da Escola de Ciências da Saúde, infraestrutura de grande importância para a atividade de investigação nesse domínio;
- Na nova Biblioteca/Centro de Estudo do *Campus* de Azurém, que melhorará significativamente as condições de trabalho para os estudantes e investigadores daquele polo;
- Na construção do novo Arquivo Distrital de Braga, que garantirá condições adequadas à preservação do valioso espólio documental à guarda da Universidade e muito melhores condições de trabalho para os investigadores que o utilizam.

2015 foi um ano em que se acentuou o nosso reconhecimento nacional e internacional como evidenciado:

- Pelo projeto da unidade operacional da Universidade das Nações Unidas em governação eletrónica;
- Pela posição em prestigiados rankings como o THE< 50 e o CTWS-Leiden;
- Por voltarmos a receber o Grande Prémio de Inovação Novo Banco, o que acontece pela 3ª vez, em 6 anos;
- Ou por vários prémios e distinções como, por exemplo, a recente nomeação de Rui Reis para membro da *National Academy of Engineering*.

A colaboração com o tecido empresarial é algo que fazemos de modo convicto, natural e em diferentes contextos, promovendo a criação de valor e de novas empresas, sendo de destacar a colaboração com a InvestBraga, ou no grande e singular projeto que temos em curso com a [Bosch Car Multimédia](#).

O ano de 2015 ficou ainda marcado pela criação do consórcio UNorte.pt que agrega as três universidades desta região numa plataforma de articulação estratégica cujos resultados já são visíveis, pelo reforço da interação com o INL, estrutura de grande potencial para a afirmação internacional de toda esta euro-região no panorama científico internacional e pelo reforço da cooperação com países do espaço da língua portuguesa.

Tudo isto foi conseguido num contexto de reconhecida complexidade, onde os impactos da situação financeira do país penalizam fortemente a UMinho. Estes resultados só foram possíveis porque a nossa Comunidade Académica tem sabido reagir, com o sentido de pertença à UMinho que nos diferencia, mas com reconhecidas dificuldades nos planos pessoal e profissional.

Obrigado a todos que contribuíram para que 2015 fosse mais um ano de afirmação da UMinho: docentes e investigadores; trabalhadores administrativos e técnicos; estudantes de todos os graus de ensino, bem como todos aqueles que fazem parte da nossa rede de relações interinstitucionais.

### 3. Regime Fundacional

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O último ano ficou igualmente marcado pela mudança do regime jurídico da Universidade.

Após um processo negocial iniciado pelo Governo anterior, o XXI Governo Constitucional aprovou, no seu Conselho de Ministros de 17 de dezembro último, o DL que institucionaliza a Fundação Universidade do Minho, documento legal que viria a ser promulgado pelo Presidente da República e publicado a [13 de janeiro](#). Muito obrigado, Ministro Manuel Heitor por todo o empenho que colocou neste processo.

Neste momento, o Conselho Geral está empenhado na alteração dos estatutos da Universidade para a sua conformação com a nova realidade.

Findo este processo e a nomeação do Conselho de Curadores da nova Instituição, algo que se deverá consumir nos próximos 2 meses, estaremos em condições de operar completamente neste novo regime. Estou absolutamente convicto das vantagens que este novo regime trará:

- A flexibilidade de gestão e a libertação de vários dos espartilhos que condicionam a nossa atividade;
- A criação de um fundo autónomo para suportar investimentos estratégicos da Universidade que, acreditamos, iniciará uma nova forma de interagir da sociedade com a sua Universidade, nomeadamente dos seus antigos estudantes;
- A possibilidade efetiva que vai trazer de diminuir muito significativamente situações de precariedade de relações laborais com investigadores e pessoal não docente (este foi um assunto muito debatido nas reuniões que tivemos ontem com o Senhor Ministro).

Mas, o quadro de maior autonomia associado à transformação em fundação pública com regime de direito privado traduzirá, sobretudo, a evolução para uma instituição mais responsável e (ainda mais) transparente.

O nosso modelo e meta-objetivo de universidade completa, ancorada na investigação e na forte articulação desta com o ensino exige uma forte e efetiva coesão institucional, um esforço de um coletivo em torno de uma ideia de Universidade. Um esforço que coloca maiores graus de exigência sobre todos, num contexto de grande responsabilização das decisões desse coletivo e no meio como usamos os recursos que conseguimos mobilizar.

A sustentabilidade deste modelo exige uma total transparência no modo como esses recursos são gerados e distribuídos. O aumento dos mecanismos de transparência faz parte do programa para o mandato deste Reitor, e é nesse sentido que continuaremos a trabalhar e continuaremos a melhorar as nossas práticas de gestão, por forma a tornar mais transparente o esforço feito por todos, por cada um de nós e pelos níveis da estrutura em que nos situamos.

#### 4. Desafios e projetos da UMinho

É também neste contexto que temos vindo a construir, com as nossas estruturas internas, Conselho Geral e Unidades Orgânicas, bem como com os municípios de Braga e Guimarães e a CCDR-N o nosso plano de investimento, que enquadrará o nosso desenvolvimento nesta década 2015-25. É um programa extenso e ambicioso que será anunciado brevemente e que pretende responder a vários estrangulamentos atuais bem como catapultar o potencial de investigação da Universidade.

Incluirá, entre outros, projetos (alguns já em desenvolvimento) como:

- A reabilitação e modernização dos nossos *campi*;
- O Centro de Biomateriais Avançados Cidade de Guimarães;

- Um centro para o desenvolvimento de materiais e processos de fabrico inteligentes;
- O centro multimédia;
- O centro de medicina digital;
- Uma infraestrutura de supercomputação e *datacenter*;
- Os projetos *MedTech* e *Innovation Arena*, com a InvestBraga;
- Os projetos do Teatro Jordão e Garagem das Artes, com o Município de Guimarães;
- Várias Casas do Conhecimento e outras estruturas com vários municípios da Região;
- A recuperação do edifício dos Congregados e do Museu Nogueira da Silva;
- A transformação deste complexo monumental do Largo do Paço num espaço de fruição e desenvolvimento de atividade cultural.

## 5. Políticas para a Ciência e para o Ensino Superior

Senhor Ministro:

A sua chegada ao Governo, no contexto da singularização ministerial das áreas da Ciência e do Ensino Superior é uma nova esperança para este setor. É uma esperança que importa consumir, nomeadamente nas questões centrais do financiamento do Ensino Superior e da sua libertação de conhecidos constrangimentos administrativos. Uma esperança que importa consumir na política científica.

O atual Governo e as Universidades concordam na necessidade de fazer crescer a atividade científica e tecnológica nacional nos próximos anos, como condição para o desenvolvimento da nossa sociedade e da nossa economia, que deverá ser mais expressivo, em termos relativos, nas Regiões de Convergência.

Neste contexto, o CRUP considerou, em documento divulgado recentemente, serem os seguintes os principais desafios com que a FCT (cuja nova direção entrou recentemente em funções) está confrontada:

- Redefinição do seu posicionamento estratégico face à nova realidade nacional e aos novos desafios internacionais da investigação e do conhecimento científico;
- Restabelecimento da relação de confiança com os diferentes atores do sistema científico, desde os investigadores às instituições, normalizando o seu relacionamento com as Universidades e as suas unidades de investigação;
- Credibilização da sua dimensão de entidade avaliadora, inequivocamente independente e competente.

Continuando a citar esse documento, quero aqui expressar que, tendo em conta a realidade atual das Universidades portuguesas, nomeadamente a sua aposta na investigação científica, bem como o facto de o universo das suas estruturas integrar cerca de 90% dos investigadores e da produção científica nacional, afigura-se como

essencial que o posicionamento e a estratégia a adotar pela FCT sejam desenvolvidos em estreita articulação com as Universidades. Nesta medida, deverá ser assumida de forma clara, inequívoca e consequente a centralidade das Universidades no sistema científico nacional. Se este sistema está assente nas suas Universidades, será tanto melhor quanto maior for o desempenho científico destas.

As Universidades só terão relevância e capacidade de afirmação internacional se forem entidades capazes de produzir conhecimento novo e diferenciado.

## 6. Nota Final

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Vou terminar, não sem antes fazer um merecido agradecimento ao trabalho de toda a equipa responsável por estas comemorações, esta sessão, essa brochura sobre sustentabilidade na UMinho, os nossos excelentes concertos de ontem e anteontem, a nossa gala *alumni* desta noite, também ao coro académico e ao grupo de metais aqui presentes.

E, termino, voltando à sustentabilidade, reafirmando a nossa agenda nesse domínio que queremos seja marca diferenciadora do nosso modo de entender a Universidade no século XXI e de nos posicionarmos na interação com a sociedade, reconhecendo o trabalho de todos os que constroem este magnífico, promissor e irrecusável projeto chamado Universidade do Minho e por fim, agradecendo a todos vós, que nos dão o prazer de estar hoje connosco e muito especialmente ao Ministro Manuel Heitor.

### Figura 71

Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade do Minho, no 42º aniversário, em 17 de fevereiro de 2016. Fonte: "Universidade do Minho. 42º Aniversário da UMinho | Honoris Causa Gene Grossman", Vídeo do YouTube. Publicado em 17 de fevereiro de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=ZyRsRRTN1Kw>



**53. 2017.****Discurso do Reitor, António Magalhães Cunha.***Dia da Universidade, no 43<sup>o</sup> aniversário, em 17 de fevereiro.*

Sua Excelência, Senhor Presidente da República<sup>146</sup>;  
 Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>147</sup>;  
 Senhor Presidente do Conselho Geral e demais membros desse Conselho<sup>148</sup>;  
 Senhoras e Senhores Curadores da Fundação Universidade do Minho<sup>149</sup>;  
 Senhores Reitores, vice-reitores e pró-reitores de Universidades Portuguesas e da Galiza;  
 Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Braga e de Guimarães e demais Autarcas;  
 Ilustres Deputados à Assembleia da República;  
 Senhor Arcebispo Primaz<sup>150</sup>;  
 Membros do Corpo Diplomático;  
 Senhor Presidente do Conselho de Cultura Galega<sup>151</sup>;  
 Digníssimas Autoridades Cívicas e Militares;  
 Caros e Caras Colegas, da Equipa Reitoral, Presidentes de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e demais Professores e Investigadores;  
 Prezados Trabalhadores não docentes e não investigadores;  
 Senhora Provedora do Estudante<sup>152</sup>;  
 Senhor Presidente da Associação Académica;  
 Queridos Estudantes e Ex-estudantes;  
 Estimados Empresários e parceiros da Universidade;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

## Introdução e enquadramento

Bem-vindos ao 43<sup>o</sup> 17 de fevereiro da Universidade do Minho. Alegra-nos a presença de todos, porque de todos é feita a Universidade. Esta sessão solene é presidida pelo

146 A cerimónia de comemoração do 43<sup>o</sup> aniversário da UMinho, em 17 de fevereiro de 2017 contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. A intervenção ficou registada em vídeo, estando disponível na página da Presidência da República, no seguinte endereço: [media.presidencia.pt/videos/mrs2017/PRMRS\\_170217\\_V01\\_FHD-LGP.mp4](https://media.presidencia.pt/videos/mrs2017/PRMRS_170217_V01_FHD-LGP.mp4), estando igualmente disponível o vídeo completo da cerimónia no canal da Universidade do Minho no *YouTube*, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=GQ9cE3xvR14>.

147 Maria Fernanda Rollo.

148 Álvaro Laborinho Lúcio.

149 O Conselho de Curadores da Fundação Universidade do Minho tomou posse no dia 16 de fevereiro desse ano, com a seguinte composição: Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins (Presidente); Isabel Maria Gonçalves Folhadela de Oliveira Mendes Furtado; Isabel Maria Granja Fernandes; José Manuel Maia Dionísio e José Manuel Melo Antunes Mendes.

150 D. Jorge Ortiga.

151 Ramón Villares Paz.

152 Paula Cristina Martins.

mais alto magistrado na Nação, o que lhe confere especial significado. Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, a dimensão institucional da sua presença honra-nos e responsabiliza-nos. O valor dos afetos e o facto de ser um académico amplamente reconhecido tenta-nos a considerá-lo um de nós (desculpe a ousadia deste nosso sentir).

Bem-vindos, todos, a esta sessão, comemorativa de uma visão, de uma história e de uma realidade comemorativa de uma vontade e de uma crença no futuro. Em 17 de fevereiro de 1974, tomou posse, neste Salão Medieval, a Comissão Instaladora presidida pelo Reitor Carlos Lloyd Braga. Cumpria-se o Decreto-lei 402/73, de 11 de agosto, que criara as, então designadas, 'universidades novas' e viria significativamente a mudar o mapa universitário nacional. Cumpria-se a visão de José Veiga Simão, um pensador e um fazedor que acreditava no papel da educação como pilar do desenvolvimento humano, social e económico. Essa convicção e as suas capacidades intelectuais e de combatividade abriram caminho para a democratização e a descentralização do Ensino Superior, explorando as contradições de um regime que, à época, dava mostras de não resistir à vontade de liberdade dos portugueses e de outros povos, cuja história se cruzou com a nossa.

Aqui, neste Minho, a visão de Veiga Simão foi concretizada nos objetivos fixados por Lloyd Braga, de criar uma Universidade que fosse *'um todo unificado num grande projeto ao serviço do progresso da sociedade portuguesa e em particular da região minhota'*. Celebramos, hoje, um percurso que é resultado da ação de um coletivo, onde o orgulho do que fizemos serve, apenas, para gerar novos sonhos e alimentar novos projetos. Celebramos uma história que se materializou:

- Numa aposta na formação massiva de pessoas, em centros estrangeiros de elevada qualidade;
- Numa oferta educativa inovadora nos perfis de formação, nos conteúdos e nos métodos;
- Numa aposta na investigação credora do pensamento de Lúcio Craveiro da Silva: *"o ideal universitário é a pesquisa constante do mistério do Homem e da Natureza"*;
- Na conceção de um modelo de gestão integrada de recursos;
- Num intenso investimento em infraestruturas de referência, à época, para o ensino e a investigação, resultante do dinamismo da liderança de Sérgio Machado dos Santos;
- No desenvolvimento de mecanismos de interação com a sociedade através da criação de entidades de interface específicas.

Celebramos uma história de oportunidades para as famílias que passaram a ter acesso à educação superior. Uma história de encontros de uma Região com a modernidade; uma história de esperança, da esperança que só o conhecimento concretiza.

A UMinho, hoje

Celebramos, também, a realidade que a UMinho é hoje, uma Instituição completa, coesa, densa e internacionalizada. As raízes estão aqui neste Minho de culturas, tradições e imaginários e nas cidades de Braga e Guimarães, onde se começou a fazer a História, a



História de Portugal. Mas as nossas atividades são abertas ao mundo e realizam-se em muitos lugares do mundo, de forma competente e integradora, a partir de uma cultura institucional e de um posicionamento, que são o mote da revista que hoje publicamos. Aberta a quem chega e conosco quer trabalhar. Aberta a todos, no ensino que fazemos e no conhecimento que produzimos. Aberta a diferentes formas de pensar e de ver o mundo, cuja multiplicidade é riqueza da *universitas*. Aberta à sociedade, nos modos como interagimos e nos nossos compromissos com o seu progresso.

Este novo paradigma, traduzido em expressões como *Open Access*, *Open Science*, *Open Innovation* e *Open Education*, está a mudar o modo como o conhecimento é divulgado, difundido e acedido, sendo assumido na estratégia europeia e de outros atores mundiais. A UMinho tem grande protagonismo no movimento da Ciência Aberta, desde o mandato do Reitor António Guimarães Rodrigues. Ultimamente, tem aprofundado essa aposta, beneficiando da visão e apoio da Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Doutora Fernanda Rollo.

Sim, somos e gostamos muito de ser o 'Chão aberto a quem chegar', que José Manuel Mendes exaltou no poema do hino da nossa Academia.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Sobre a realidade que somos e, sobretudo, aquilo em que nos tornámos nos últimos quase 8 anos, em que tive o privilégio único de liderar as equipas reitorais desta Instituição, quero assinalar resultados, bem como projetos em que estamos empenhados, quero, com o sentir do dever cumprido, dizer que esta Universidade afirma-se, cada vez mais, como completa na abrangência das suas áreas científicas, sendo de referir a criação, na última década, de cursos de Música, Teatro e Design, bem como, futuramente, Artes Visuais e o consequente arranque de atividades de investigação nestes domínios, projetos servidos por instalações em edifícios classificados, como são os Congregados em Braga e a antiga Fábrica Ramada, em Couros, bem como o Teatro Jordão e a Garagem Avenida, cuja reabilitação será iniciada brevemente pela autarquia vimaranense.

Mas a Universidade completa é muito mais que um portfólio alargado de áreas de atividade. Deve ser uma abordagem holística da ciência, plasmando dialéticas, que queremos ultrapassadas, como a descrita na conhecida conferência – *Two Cultures* – de Charles Snow, em Cambridge, em 1959.

Esta Universidade é uma Universidade de investigação, como evidenciam as cerca de 2.300 publicações ISI (2.600 Scopus) em 2016, indicadores que têm vindo a crescer significativamente e conferem à UMinho uma quota de 10% da produção científica nacional, a partir de 32 centros, 41% dos quais com classificação de excepcional ou excelente. Exemplos desta dinâmica são as 5 bolsas ERC já conseguidas, 2 das quais recentemente, o sucesso da candidatura Teaming, do Discovery Centre em Medicina Regenerativa e de Precisão, ou o Instituto multidisciplinar para a Bio-Sustentabilidade (IB-S). O futuro próximo trará novas apostas como o QuantaLab, em parceria com o INL, ou o Centro de Supercomputação, investimentos que queremos ver concretizados apesar das hesitações que a gestão dos fundos regionais no Programa Portugal 2020 parece, preocupantemente, revelar.

Iremos consolidar o quadro de contratação de investigadores, através de concursos a lançar muito brevemente, possibilitados pela legislação e apoios públicos que estão a ser anunciados, pela boa situação financeira da Universidade, bem como pela maior flexibilidade que o regime fundacional permite. Neste contexto, esperamos abrir 300 concursos, nos próximos 3 anos, para investigadores e professores auxiliares.

Esta Universidade promove, com sucesso, uma educação de qualidade. Por isso, adequamos a oferta educativa com vários mestrados e doutoramentos em redes nacionais ou internacionais, promovemos o entrosamento ensino-investigação; melhoramos as infraestruturas para estudantes, com a nova biblioteca de Azurém e as acolhedoras salas de estudo 24 horas/7 dias, iniciamos um muito bem-sucedido projeto de ensino à distância. Hoje, a UMinho tem cerca de 20.000 estudantes, incluindo: 1.600 em doutoramento, 2.100 estrangeiros, dos quais 700 em mobilidade e 1.500 em ensino à distância. A educação integral que oferecemos significa a existência de disciplinas transversais – as opções UMinho – para os estudantes de todos os cursos. Significa a imersão dos estudantes em experiências desportivas e culturais que fazem da UMinho modelo do desporto universitário europeu e consolidaram o Festival de Outono. Significa um quadro de referência ética, no ensino e na investigação, a partir da ação extremamente meritória da nossa Comissão de Ética, cujo trabalho quero reconhecer na pessoa do seu Presidente, o ex-Reitor Licínio Chainho Pereira. Quadro ético que também tem levado muitos estudantes ao abandono de comportamentos humilhantes e perturbadores do bom funcionamento académico. Sabemos que um melhor ensino exige um corpo docente de alta qualidade e rejuvenescido e, como já referido, estamos a trabalhar nesse sentido.

Esta Universidade tem uma fortíssima e efetiva interação com a sociedade, sobretudo nos vetores da economia e da cultura. O metabolismo da interação com o tecido económico-produtivo é traduzido em projetos com muitas empresas. A singularidade e expressão da parceria com a Bosch, responsável pela criação de milhares de postos de trabalho, é referência europeia da colaboração universidade-indústria. A criação de novas entidades, como o Centro Clínico Académico, o Instituto de Design ou a Associação de Psicologia, complementa o relevante papel que vem sendo desenvolvido pela TecMinho, CCG, CVR e PIEP. No empreendedorismo, a parceria com a *Start-up* Braga dá frutos evidentes e o projeto *SpinPark* será relançado no novo contexto do *AvePark*, onde o recente anúncio da via de ligação à autoestrada e de novos investimentos científicos e industriais justificam parceria renovada com o Município de Guimarães.

Na promoção cultural, para além do peculiar projeto de Couros, zona que passará a integrar a área classificada pela UNESCO como Património da Humanidade, em Guimarães, inauguraremos, em abril, o novo Arquivo Distrital em Braga, cuja abertura libertará este Largo do Paço para usufruto cultural. Estamos comprometidos em muitos outros projetos, alguns já referidos, como a recuperação do Convento de S. Francisco, incluída na iniciativa Compromisso com a Sociedade. Orgulhamo-nos da parceria com a Câmara de Braga na Biblioteca Pública Lúcio Craveiro da Silva, com mais de 1.000 leitores por dia. Orgulhamo-nos do trabalho contínuo desenvolvido pelas unidades que integram o Conselho Cultural.

Esta Universidade está internacionalizada, através de muitos projetos que, por exemplo, nos fazem estar em todos os países da CPLP, ter pós-graduações muito internacionalizadas ou liderar redes de investigação de excelência, como a de engenharia de tecidos humanos. Temos parcerias institucionalmente sólidas com:

- A Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, no âmbito da unidade operacional dessa Universidade em Guimarães;
- A Universidade de Nankai, em Tianjin, nossa parceira no Instituto Confúcio;
- A Universidade de São Paulo, com quem iremos lançar concursos internos para projetos de investigação conjuntos;
- Ou universidades norte-americanas, no contexto de programas do Estado Português, onde lideramos o projeto MIT-Portugal.

Internacionalização que foi recentemente celebrada com a inauguração dos Bosques Erasmus, em Gualtar e Azurém, como tributo à multiculturalidade que vivenciamos no dia a dia dos *campi* da UMinho.

Esta Universidade é participada e descentralizada, no funcionamento e discussões dos seus órgãos colegiais e plataformas informais como o Fórum UMinho, na autonomia das unidades orgânicas na gestão dos recursos humanos e materiais que lhe são atribuídos, que a expectável futura consagração estatutária do Conselho de Presidentes de Unidades de Orgânicas consolidará.

Esta Universidade é eficiente e eficaz nos sistemas informáticos de apoio à gestão que garantem o equilíbrio possível entre o cumprimento do quadro legal vigente, acrescido da loucura burocrática de Bruxelas, de Lisboa e do Porto, com a flexibilidade e operacionalidade que a gestão da investigação exige.

A situação financeira da Universidade evoluiu muito positivamente nos últimos anos, no contexto de um orçamento anual consolidado de 140 M€, conseguindo ter fundos de maneio adequados à gestão dos projetos em curso (na situação herdada em 2009, questionava-se a possibilidade de fazer face aos encargos salariais desse ano).

Também é de assinalar a implementação de um sistema interno de saúde, higiene e segurança no trabalho, sendo a primeira Universidade portuguesa com um parque edificado auditado positivamente pela Agência Nacional de Proteção Civil.

Esta Universidade é inclusiva, procurando garantir que nenhum estudante com aproveitamento a abandona por razões financeiras. Para além das 5.500 bolsas da Ação Social Escolar, concedemos, no último ano, 140 apoios do nosso Fundo de Emergência Social e várias bolsas de empresas, como as do Lions Club de Braga. Inclusiva nas condições e apoios que confere a estudantes e trabalhadores com necessidades especiais. A este propósito, assinalo que esta cerimónia está a ser transmitida com tradução para língua gestual portuguesa.

Esta Universidade é sustentável no alinhamento com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Nações Unidas, nos projetos que implementa, como a desmaterialização

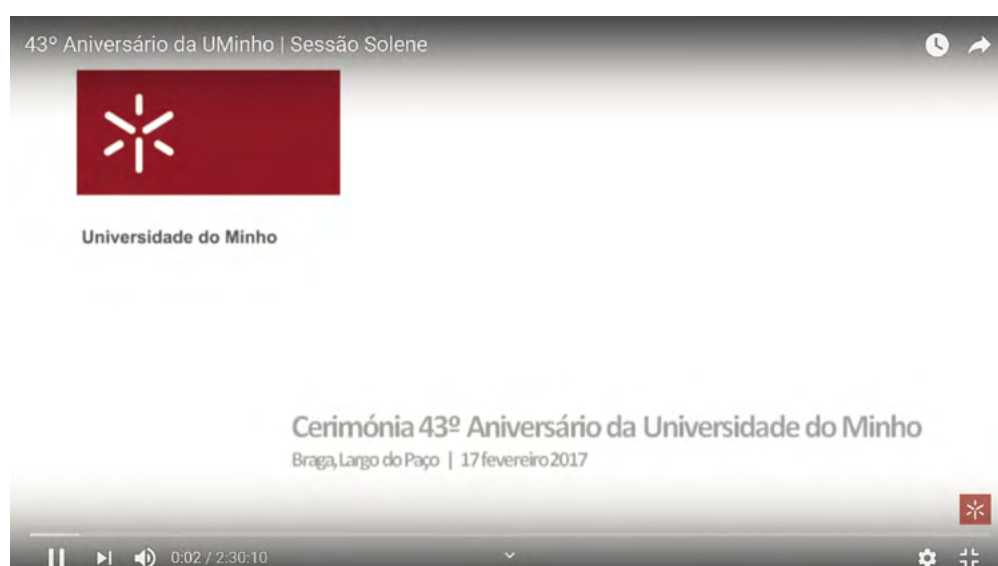
(que, em 4 anos reduziu o consumo de papel de 70 para 15 ton/ano), a mobilidade U-Bike, que avançará a todo o momento, a preocupação com os acessos aos *campi* e com os espaços exteriores destes (a Câmara de Guimarães intervirá, muito brevemente, na Zona Este do *Campus* de Azurém). Por isso, fomos recentemente aceites no restrito Grupo da ISCN – *International Sustainable Campus Network*.

Esta Universidade é também dos que por ela passaram e que dela farão sempre parte. Por isso, estamos a reforçar a relação com os nossos ex-estudantes, que são pertença indiscutível da comunidade que queremos construir e afirmar. Os Encontros *Alumni* ou os Jantares-Conferência, como o desta noite, têm sido pilares de uma bem-sucedida estratégia de envolvimento, com impactos positivos na empregabilidade dos nossos estudantes e no desenvolvimento de novas parcerias.

Tudo isto foi feito e está a ser feito, apesar do impacto de uma crise sem precedentes, que afetou particularmente o Ensino Superior, não só nas questões orçamentais, e abriu feridas no sistema científico nacional que, esperamos, possam começar a ser saradas com o processo de avaliação anunciado pela FCT. Tudo isto foi feito, e está a ser feito, apesar de sermos uma das universidades públicas com menor financiamento por estudante – mais um paradoxo num país desigual.

Tudo isto foi possível com o trabalho e a competência de uma comunidade académica que foi capaz de dar mais, recebendo menos, cujo empenho e tenacidade quero reconhecer publicamente. Tudo isto foi possível graças a um grupo de gente especial, com quem tenho o prazer de trabalhar na Reitoria, cuja dedicação e entrega sem limites quero agradecer. Tudo isto é possível com os nossos estudantes que fazem desta *Casa a sua casa* a quem envio um abraço sentido e cúmplice na pessoa do Presidente da Associação Académica.

Mas importa também explicitar que tudo isto foi conseguido porque a Universidade portuguesa está enquadrada na sua autonomia e modelo de governação pelo RJIES (o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior). Devemo-lo a José Mariano Gago e à sua



**Figura 72**

Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 43º aniversário, em 17 de fevereiro de 2017. Fonte: “Universidade do Minho. 43º Aniversário da UMinho | Sessão Solene”, Vídeo do YouTube. Publicado em 17 de fevereiro de 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=GO9cE3xyR14>

energia criadora e reformadora dos sistemas científicos e de Ensino Superior. Tal como Veiga Simão, Mariano Gago acreditava que pelo conhecimento e pela educação superior as mulheres e os homens seriam melhores e, sobretudo, construiriam sociedades mais desenvolvidas e mais justas.

De facto, as Universidades portuguesas têm hoje um melhor modelo de governação, com níveis de escrutínio e prestação de contas muito exigentes, mas com mais capacidade de decisão por parte do Reitor e demais órgãos executivos. Por isso, importa reafirmar as virtudes do RJES e que a sua eventual revisão deve acentuar a autonomia, a operacionalidade dos órgãos e a participação de membros externos.

Foi esta ideia de Universidade que nos levou a explorar as margens de autonomia prevista do RJES. Foi por esta ideia que lutei com toda a convicção para que a Universidade do Minho fosse uma Fundação Pública com regime de direito privado, que acredito ser o melhor para cumprir a missão de uma universidade pública.

Aprecio e reconheço a coragem do atual Governo e do Ministro Manuel Heitor em apostar neste regime e no seu aprofundamento. A Fundação UMinho concluiu, ontem, o seu processo de operacionalização com a primeira reunião do Conselho de Curadores, personalidades, algumas aqui presentes, a quem quero agradecer a disponibilidade<sup>153</sup>.

A escolha dos curadores, a transformação institucional e as consequentes alterações estatutárias foram trabalho competente do Conselho Geral, entidade com quem tive o prazer de interatuar intensamente, numa colaboração institucionalmente responsável, com gratificantes e profícuos confrontos de ideias. Os Conselhos Gerais funcionam e funcionarão bem, sempre que tiverem pessoas boas. O nosso Conselho funcionou muito bem porque, além disso, tem um bom Presidente. O Presidente que a UMinho merece, que demonstra quanto uma Universidade pode beneficiar da contribuição de personalidades externas. Álvaro Laborinho Lúcio é, certamente, merecedor de um aplauso reconhecido que, agora, peço a esta Academia.

## O futuro

Mas neste 17 de fevereiro quero, também, perspetivar e celebrar o futuro da UMinho e do Ensino Superior em Portugal e no mundo. Vivemos tempos muito particulares, acelerados pela tecnologia, pela informação e pela comunicação, com grandes mudanças sociais e geopolíticas, com tensões várias, entre o global e o local, entre a liberdade e a segurança, condicionados pela alteração profunda do conceito de trabalho, marcados, simultaneamente, pelo aumento da esperança de vida e pela insustentável utilização dos recursos do nosso planeta.

---

153 O Conselho de Curadores da UMinho é responsável pela administração da Fundação Universidade do Minho, sendo composto por cinco personalidades de alto mérito e experiência profissional. Estas personalidades são nomeadas pelo Governo, sob proposta do Conselho Geral, para um mandato de cinco anos. Implementado em 2017, o Conselho encontra-se ainda no seu primeiro mandato.

Nestes tempos, plenos de dúvidas e contradições há uma certeza: é pelo conhecimento que poderemos construir um mundo mais justo, mais sustentável, mais solidário e mais ético e, também, mais seguro. Por isso, acredito num futuro do mundo, da Europa e de Portugal, com maior centralidade das universidades, se a instituição universitária souber ser relevante nas respostas às interrogações e às necessidades da sociedade. Por isso, entendo que a construção europeia não pode ser indiferente à instituição universitária, talvez a maior contribuição da Europa para o desenvolvimento civilizacional. É na complexidade de uma Europa perdida em derivas nacionalistas e num mundo crescentemente globalizado que as Universidades enfrentam uma situação dilemática entre as oportunidades do século do conhecimento e a perda de identidade e consequente irrelevância.

Neste contexto, o futuro de cada universidade dependerá da sua capacidade em afirmar a sua identidade e marcar a diferença pelo conhecimento que produz, o modo como ensina, as respostas que oferece e as interações que promove. Só uma Universidade autónoma pode ser diferente. Também deve ser um espaço vibrante e atrativo, pelo ambiente criativo, pela qualidade das infraestruturas pedagógicas e laboratoriais e sobretudo, pelos talentos que potencia, atrai e revela.

Por isso, a Universidade tem de ser o *locus* material e virtual, da investigação de qualidade, atenta ao aprofundamento da investigação básica, mas também focada nos problemas da sociedade, da cultura, da economia, da formação altamente qualificada, da profunda imbricação com o tecido social e económico, das respostas aos grandes desafios das sociedades contemporâneas, do desenvolvimento das competências essenciais a um cidadão do século XXI.

Tem de ser o *locus* para aprender a pensar, fortalecer a perseverança, a criatividade e a liderança, cruzar diferenças, desenvolver o humano, o social, o cultural e o económico, construir o futuro. Um futuro que encontraremos com a força do nosso querer e a razão das nossas competências, se rejeitarmos a mediocridade, que ameaça os princípios constitutivos da própria Universidade, o corporativismo de grupos que desconsidera a missão da Instituição e o medo de descobrir, de criar e de empreender.

Senhor Presidente,  
Senhora Secretária de Estado,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Descrevi com orgulho o caminho seguido pela UMinho e o racional que o enquadra. Estou convicto que é este o caminho que vamos continuar a querer fazer. Acredito e sinto que esta Universidade é diferente e vai continuar a ser diferente enquanto formos o tal projeto empenhado de construção de um coletivo que ousa definir o futuro.

António M. Cunha



**54. 2017.****Discurso do Reitor, Rui Vieira de Castro.***Tomada de Posse, em 28 de novembro*<sup>154</sup>.

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Geral<sup>155</sup>;  
 Exmos. Senhores Membros do Conselho Geral<sup>156</sup>;  
 Exmos. Senhores Membros do Conselho de Curadores<sup>157</sup>;  
 Caro Reitor cessante, Professor António Cunha;  
 Exmos. Senhores Reitores, vice-reitores e pró-reitores de Universidades Portuguesas e da Galiza e Presidentes de Institutos Politécnicos;  
 Exmos. Senhores vice-reitores e pró-reitores;  
 Exmo. Senhor vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga, em representação do Senhor Presidente<sup>158</sup>;  
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães<sup>159</sup>;  
 Exmos. Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Fafe, Famalicão, Paredes de Coura e Viana do Castelo e demais autarcas aqui presentes;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;  
 Senhores Presidentes e vice-Presidentes das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação da Universidade do Minho;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho;  
 Senhora Provedora do Estudante<sup>160</sup>;  
 Senhores Administradores da Universidade e dos Serviços de Ação Social<sup>161</sup>;  
 Caros Professores e Investigadores;  
 Caros Trabalhadores não Docentes e não Investigadores;  
 Caros Estudantes e Alumni;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores.

154 Em 2017 é eleito como Reitor da UMinho Rui Vieira de Castro, que anteriormente havia desempenhado o cargo de vice-reitor. Foi eleito, depois de despoletado o processo eleitoral, a 24 de outubro de 2017 pelo Conselho Geral, tendo obtido os seguintes resultados: 19 votos favoráveis; 0 votos nulos e 3 votos brancos. A 31 de outubro o Conselho Geral submeteu os documentos respeitantes a este processo ao Conselho de Curadores, que deliberou, por unanimidade, homologar a eleição. Essa homologação foi publicada, pela Deliberação n.º 1031/2017, no Diário da República, 2ª série, n.º 222, de 17 de novembro de 2017. O novo Reitor tomaria posse a 28 de novembro desse mesmo ano.

155 Luís Valente de Oliveira.

156 Sobre a composição do Conselho Geral ver: <https://www.uminho.pt/conselhogeral>

157 Conferir nota 149.

158 Firmino Marques.

159 Domingos Bragança.

160 Paula Cristina Martins.

161 José Fernandes e António Paisana, respetivamente.

## 1. Sobre a Universidade Pública Portuguesa

1.1. Ao assumir as funções em que acabo de ser investido, quero começar por exprimir a minha profunda convicção na relevância da instituição universitária.

As Universidades são lugares de pensamento. Ao longo da história, em muitos momentos, foram as mais importantes instituições a promover o avanço dessa extraordinária aventura intelectual da humanidade que é a de conhecer, cada vez mais e cada vez melhor, o humano e as suas circunstâncias. Foi aí que foram sendo enunciadas as grandes questões e desafios de cada tempo histórico, que se formaram visões do mundo, que se ensaiaram respostas às interrogações e às perplexidades das mulheres e dos homens.

Enraizadas na história, atravessadas por tensões e contradições próprias dos seus contextos, com momentos de grandeza, muitos, também de miséria, uns tantos, as Universidades afirmaram-se ao longo dos séculos como instituições perenes, essenciais para as sociedades e os países que as criaram e impulsionaram.

Na melhoria da vida das pessoas, no desenvolvimento das sociedades e das economias, na garantia de um mundo melhor, as Universidades têm um papel de capital importância. Este papel advém-lhe da sedimentação de conhecimentos ao longo do tempo que nelas ocorre, de práticas de diálogo entre diferentes áreas de saber, da forma estruturada como, nas ações pedagógicas, distribuem conhecimento, enfim, da sua capacidade de criar condições para modelos civilizacionais mais justos e mais equilibrados.

1.2. Na última década, a Universidade pública portuguesa mudou muito e mudou positivamente. Conheceu alterações na sua estrutura, transformou o seu modelo de governo, reviu os seus objetivos e estabeleceu a sua referência a modelos identificáveis no quadro internacional, clarificou e densificou a sua missão, avançou no sentido do acréscimo da sua autonomia, aumentou a sua capacidade de resposta às alterações de conjuntura, reafirmou a sua natureza democrática e participada, explorou a diversidade de regimes jurídicos.

Nestes mesmos anos, a Universidade procedeu a uma redefinição profunda da sua oferta educativa, em função das novas necessidades de formação, aumentou de forma impressionante a sua capacidade científica, projetando-se no mundo, interveio de modo cada vez mais expressivo em projetos de interação com a sociedade, no plano da cultura e da economia.

A Universidade internacionalizou-se nos seus domínios de atuação e assumiu, de direito, lugar em redes internacionais de educação e formação e consolidou a sua posição nas comunidades científicas globais. Em suma, a Universidade pública portuguesa modernizou-se.

O percurso de afirmação das Universidades veio, porém, a confrontar-se, na segunda parte da última década, com os efeitos da crise económica, financeira e orçamental que Portugal enfrentou. Os expressivos cortes no orçamento do Ensino Superior, bem como nos salários dos trabalhadores do Estado, afetaram de forma significativa, até



violenta, a vida das instituições. As Universidades passaram a viver num quadro de acentuada instabilidade, sobretudo preocupadas em garantir as condições fundamentais de funcionamento, afastadas de um exercício de planeamento e desenvolvimento estratégico efetivo.

O que aconteceu no passado próximo representou um enorme sobressalto que deixou claramente perceber a fragilidade das bases em que vem assentando o financiamento do Ensino Superior pelo Estado e os efeitos perversos que daí podem resultar.

Em circunstâncias como aquelas em que vivemos nos anos mais recentes, o risco de as instituições perderem capacidade de determinar o seu próprio rumo é real, podendo ser capturadas por lógicas externas, nem sequer emanadas do âmbito estritamente nacional, com a perda de foco relativamente aos objetivos e à essência da sua missão.

Importa, por isso, vincar a importância de um consenso político alargado sobre o mandato das Universidades, que concretize e densifique orientações que se encontram inscritas em documentos fundadores e que lhes assegure um quadro de referência estável.

Em Guimarães, em julho de 2016, o Governo e as Universidades públicas firmaram um contrato de compromisso com a ciência e o conhecimento, pelo qual o Governo se responsabilizou com o desenvolvimento de iniciativas capazes de proporcionar às Universidades “condições de autonomia e de financiamento adequadas ao seu desenvolvimento e à sua afirmação internacional”. A celebração deste contrato representou um importante passo na direção certa, mas o caminho então traçado nem pode deixar de ser prosseguido, nem pode estar sujeito a flutuações decorrentes de circunstancialismos ou de interpretações que violem o que explicitamente ficou estabelecido.

## 2. Um Programa para a Universidade do Minho

2.1. No seu discurso, o Reitor cessante, Professor António Cunha, disse, em traços fortes, o que a UMinho é hoje. Dispensou-me, pois, de retomar a essa caracterização. Não disse, no entanto, o Reitor cessante, o que é de toda a justiça, neste momento, dizer-se: o seu papel absolutamente decisivo na transformação que a nossa Universidade conheceu nos últimos anos. Pelo seu compromisso profundamente convicto com uma ideia de Universidade, que hoje, como sempre, reafirmou, pela sua visão na conceção e na concretização de inúmeros projetos que deram corpo a essa ideia de Universidade, pela sua capacidade de agregar e mobilizar vontades, internas e externas, em torno de novos rumos para a Instituição, pela sua disponibilidade para tornar a UMinho presente no espaço global, pela sua ativa contribuição para o desenho e para a reconfiguração das políticas públicas nacionais de Ensino Superior. Pela sua inesgotável capacidade de trabalho e pela sua inquestionável capacidade de liderança, o Professor António Cunha foi o ator determinante, que tem de ser reconhecido, valorizado e publicamente elogiado, nas mudanças profundas que a UMinho experimentou, tanto mais de relevar quanto foram quase sempre adversas as condições em que exerceu o seu mandato. A atribuição recente da Medalha de Mérito Científico ao Professor António Cunha, pelo

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, testemunha o impacto da sua ação não apenas na UMinho, mas em todo o sistema nacional de Ensino Superior e de investigação.

Através dos seus projetos de ensino, da atividade dos seus investigadores, de intensas e diversificadas formas de interação com a sociedade, a UMinho tornou-se, ao longo das suas mais de quatro décadas de existência, um poderoso motor de desenvolvimento social, económico e cultural. Neste percurso, a nossa Universidade afirmou-se plenamente no sistema português de Ensino Superior, na ciência e na tecnologia e conseguiu uma posição de destaque no contexto internacional.

A UMinho é hoje uma Instituição que tem um património de que todos nos orgulhamos, que tem um presente que nos obriga e um futuro que nos desafia.

2.2. O Programa de Ação que, em sede de eleição do Reitor, teve ocasião de apresentar ao Conselho Geral, e que por este foi expressivamente validado, radica numa visão para a Universidade em diálogo com as suas circunstâncias contemporâneas e os desafios que hoje se colocam ao Ensino Superior.

Fixámos aí as seguintes três prioridades estratégicas relativas aos eixos de missão da Universidade:

- Prover uma educação superior de elevada qualidade, aprofundando a natureza da UMinho de “Universidade completa”, através de projetos inovadores e socialmente relevantes, num amplo número de áreas de formação, em diferentes modalidades e orientados para diferentes públicos;
- Consolidar no panorama nacional e internacional a investigação científica realizada na UMinho, assegurando a sua excelência, impacto e abertura e fazendo progredir quantitativa e qualitativamente os resultados da sua atividade em todas as áreas em que atua;
- Participar ativamente no desenvolvimento cultural, social e económico das pessoas, dos territórios e do país, valorizando o talento e contribuindo para a construção de uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e mais sustentável.

Prioridades estratégicas estas que se articulam com uma outra: aprofundar a qualidade da internacionalização da UMinho, consolidando parcerias estratégicas e intensificando a sua atividade, sobretudo no quadro do Espaço Europeu de Ensino Superior e do Espaço Europeu de Investigação, mas também de espaços como a CPLP.

Não é este o momento para serem revisitados em detalhe os objetivos programáticos e as medidas de operacionalização apresentados ao Conselho Geral, que corporizam as prioridades estratégicas definidas. Referirei, ainda assim, algumas das orientações que adotarei no mandato de que agora estou investido, as quais balizarão a minha ação e a da minha equipa no próximo quadriénio.

Assim, no domínio da educação, constituirão objetivos principais, entre outros:

- O aprofundamento da qualidade da formação doutoral, promovendo a criação de uma escola doutoral;
- A exploração de novas ofertas educativas e o alargamento do projeto de educação à distância da UMinho;
- A formalização de mecanismos de apoio e monitorização dos percursos académicos dos estudantes;
- A promoção da qualificação pedagógica dos docentes da UMinho, ao nível de novas metodologias e tecnologias educativas;
- A melhoria das condições infraestruturais dos espaços pedagógicos, em resposta à emergência de novos modelos de ensino e de aprendizagem.

Já no eixo de missão de investigação, a minha ação será orientada no sentido de:

- Reforçar o corpo de investigadores da UMinho, desenvolvendo um plano de contratação de investigadores;
- Aprofundar as políticas e práticas de “ciência aberta”, com particular ênfase na gestão de dados de investigação;
- Apoiar os centros de investigação, melhorando qualitativamente os serviços de apoio;
- Promover a colaboração entre os centros de investigação da UMinho, na perspetiva da redefinição dos objetivos estratégicos da Universidade e da partilha de boas práticas;
- Reforçar a qualidade das infraestruturas científicas e tecnológicas.

A interação com a sociedade privilegiará, entre outros objetivos:

- O desenvolvimento de projetos de transferência do conhecimento com efetivo impacto na economia e no desenvolvimento dos territórios, reforçando os laços com empresas e outras organizações e instituições;
- A densificação da política cultural da UMinho, com intensificação das iniciativas culturais, em articulação com as autarquias e os atores culturais;
- O desenvolvimento de um programa de promoção da cultura científica, designadamente em ligação com as escolas básicas e secundárias;
- A promoção da participação ativa dos investigadores e professores na formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas;
- A valorização social e cultural do património da UMinho, colocando-o ao serviço do desenvolvimento das comunidades.

Tais objetivos requerem a adoção de orientações e o envolvimento em práticas de internacionalização que visem nomeadamente:

- Estabelecer parcerias estratégicas bilaterais com Universidades de referência;
- Alargar o número de estudantes internacionais e aumentar os fluxos de mobilidade *in* e *out* de estudantes, docentes e funcionários;
- Alargar a presença da UMinho em projetos europeus, designadamente do Horizonte 2020 e do futuro FP9, bem como do Erasmus+, incrementando os processos com liderança da Universidade;

- Criar dispositivos de monitorização da política e das práticas de internacionalização.

2.3. A consecução dos objetivos que acabo de enunciar exige particular atenção ao desenvolvimento institucional da UMinho, implicando, desde logo, novas orientações, iniciativas, dispositivos e metodologias relativas à organização e gestão da Instituição, combatendo práticas burocratizantes.

Nos últimos anos, os procedimentos administrativos da Universidade conheceram importantes mudanças, com aumento da sua transparência, integridade e perenidade, designadamente em resultado da sua desmaterialização, mas acarretaram também novas tarefas que tiveram impacto efetivo na atividade de docentes e investigadores.

Fechado um ciclo de alterações neste âmbito, os efeitos obtidos serão agora submetidos a cuidadoso escrutínio, no sentido da introdução das melhorias que dessa avaliação resultarem necessárias, incluindo uma maior clarificação dos níveis de responsabilidades de decisão e uma desejável simplificação dos processos.

A qualidade da Instituição, nos seus vários níveis de atividade, depende, em larga medida, das unidades de serviços. Estas unidades, cujo desenho se mantém praticamente inalterado há quase uma década, representam uma importante interface da Universidade e uma componente fundamental no suporte à sua ação. As novas circunstâncias da Universidade requerem uma contínua melhoria das práticas destas unidades, designadamente em relação à sua estrutura, modos de organização do trabalho e formas de atuar internamente. Nessa medida, será iniciado, a muito curto prazo, com vista à sua revisão, um processo de avaliação da adequação do sistema de unidades de serviços à missão da Universidade.

Devemos, ainda, prosseguir a nossa reflexão sobre os princípios éticos que devem orientar a missão da UMinho e sobre os modos de velar pela sua assunção, designadamente no âmbito de iniciativas que promovam o seu cumprimento pela comunidade universitária, prevenindo e combatendo ativamente todas as práticas que possam pôr em causa a dignidade da pessoa humana ou a integridade dos processos académicos. A entrada em funcionamento do [Conselho de Ética](#) criará novas e mais adequadas condições para responder às crescentes exigências neste domínio<sup>162</sup>.

A promoção da qualidade institucional implicará ainda, entre outras medidas, a otimização do sistema interno de garantia da qualidade, a introdução de melhorias no sistema de avaliação dos docentes e o desenvolvimento de um programa de formação

---

162 O Conselho de Ética da Universidade do Minho (CEUMinho) foi criado no âmbito dos Estatutos da UMinho. Constitui-se como um órgão de consulta da Universidade de apoio à conceção e acompanhamento de políticas e ações de salvaguarda dos princípios éticos e deontológicos nas áreas da investigação científica, do ensino, da interação com a sociedade e do funcionamento geral da Universidade. Os princípios e normas aplicáveis à organização e funcionamento do CEUMinho, estão expressos no Regulamento Interno do Conselho de Ética da UMinho, aprovado por este órgão em 19 de outubro de 2018 e homologado por Deliberação do Conselho Geral n.º 35/2018, de 17 de dezembro. Cf. <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Etica/Conselho-de-etica>, consultado em dezembro de 2019.

e qualificação dos trabalhadores não docentes, em linha com as necessidades institucionais.

A promoção da qualidade de vida nos *campi* e a qualidade das infraestruturas representa, para nós, um outro importante objetivo. A preservação e a melhoria contínua do património edificado e natural da Universidade, dos espaços pedagógicos e laboratoriais, das residências e dos espaços de alimentação, bem como das instalações desportivas constituem um desafio permanente, devendo a UMinho apresentar-se como exemplo de boas práticas neste domínio.

Vivências em espaços orientados para um uso eficiente dos recursos da Universidade, alinhados com os valores da sustentabilidade ambiental, vivências em espaços inclusivos, em espaços caracterizados por uma mobilidade suave e segura, em espaços verdes de qualidade, contribuem, sem qualquer dúvida, para o desenvolvimento pessoal e social dos membros da comunidade académica e para reforçar sentimentos de pertença. Deste modo, espera-se que constituam também fator de atração da Universidade e estimulem práticas semelhantes no contexto mais alargado.

A elaboração de um plano de desenvolvimento integrado dos *campi*, a transformação destes em espaços de experimentação, a melhoria da mobilidade intra e inter *campi*, no quadro de uma maior articulação da UMinho com as cidades de Braga e Guimarães, são iniciativas a desencadear para assegurar o aumento da qualidade de vida nos nossos espaços.

A sustentabilidade financeira da Universidade e a capacidade de gerar recursos adicionais que permitam investimento estratégico são também condições essenciais que é necessário garantir para que a Instituição possa cumprir adequadamente a sua missão.

Os níveis de desempenho da UMinho não devem obscurecer o facto, reconhecido, de vivermos num quadro de subfinanciamento pelo Estado, com impactos seriíssimos em dimensões essenciais da Instituição, sejam elas a renovação geracional de professores e investigadores, a constituição de um corpo de investigadores permanente ou a renovação de equipamentos científicos ou das infraestruturas pedagógicas. É vital, pois, alterar o quadro de restrições orçamentais com que as Universidades têm vivido nos anos recentes, traduzidas num financiamento de base insuficiente e também na não satisfação em tempo útil dos reembolsos que lhe são devidos pelas agências nacionais de financiamento.

Se esta situação exige, por um lado, a contínua afirmação, junto do poder político e da sociedade, do(s) sentido(s) da educação superior e da investigação, garantindo a compreensão pública do interesse superior das Universidades para o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento das comunidades e do país, exige-nos também o desenvolvimento de iniciativas conducentes ao reforço das receitas próprias e ao aumento de ganhos de eficiência no funcionamento geral da Universidade.

### 3. Uma Universidade Construída com as Pessoas

A UMinho é constituída por uma vasta comunidade: os seus atuais professores e investigadores, estudantes e trabalhadores não docentes, aqueles que em algum momento foram membros da Instituição, designadamente os seus *alumni* e também aquelas muitas outras pessoas, organizações e instituições que com ela interagiram e continuam a interagir.

As atividades que fazem hoje a UMinho são desenvolvidas por uma comunidade interna de perto de 22.000 pessoas, que se organizam em torno de um elevado número de projetos e de estruturas, tornando-nos uma organização particularmente complexa.

O sucesso da UMinho vem resultando da ação qualificada e comprometida desta vasta comunidade. É aproveitando esta lição que, como requisito fundamental para se prosseguir o caminho de sucesso da Universidade, devemos sinalizar a importância de valorizar as pessoas que a compõem.

A UMinho confronta-se hoje, reconhecidamente, com sérias dificuldades de renovação do seu corpo docente, pondo em risco os processos de transferência geracional de saberes acumulados.

Vamo-nos igualmente debatendo com dificuldades em estabelecer relações contratuais estáveis, seja com investigadores de grande qualidade, que entre nós vêm desenvolvendo o seu trabalho, seja no recrutamento de novos investigadores.

A legislação sobre o emprego científico recentemente aprovada traduz a constatação pelo Estado deste problema e uma tentativa de resposta cujos contornos exatos e efeitos reais não são ainda totalmente evidentes. Neste quadro, não podemos alhear-nos de encontrar soluções próprias, no âmbito das atribuições e possibilidades da Universidade.

A UMinho tem na educação e formação de alto nível dos seus estudantes um objetivo essencial da sua ação. Nos próximos anos, a Universidade deve confirmar o seu compromisso com a promoção de percursos educativos complexos, valorizando a qualidade da formação especializada e o desenvolvimento de competências transversais, promovendo a mobilidade internacional e incentivando práticas desportivas e culturais essenciais a uma educação integral. A UMinho continuará empenhada na criação de condições para a realização de percursos formativos de sucesso, através do lançamento de medidas e serviços de apoio à atividade dos estudantes, incluindo o estímulo ao mérito académico, melhorando em contínuo as condições de trabalho académico e de vida nos *campi*. Para tal, a articulação com as estruturas representativas dos estudantes, designadamente com a Associação Académica da Universidade do Minho, é fundamental e será reforçada, assumindo-se as grandes virtualidades da vida associativa e a qualidade do trabalho que a AAUM historicamente vem desenvolvendo nos planos académico, social, cultural e desportivo.

Estando a UMinho inscrita num contexto socioeconómico adverso, o número de bolsiros da ação social é particularmente expressivo. Para lá do apoio da ação social do Estado, a atividade desenvolvida pelos Serviços de Ação Social quanto à alimentação, às residências, ao fomento da atividade desportiva e ao funcionamento do Fundo Social de Emergência merecerá, da nossa parte, uma atenção sistemática, visando a melhoria dos serviços prestados. Também aqui o envolvimento dos estudantes e da sua Associação será particularmente estimulado.

A valorização de percursos académicos de mérito, incluindo a atribuição de bolsas de excelência, a consolidação de programas de acompanhamento dos estudantes, o acompanhamento dos processos de transição para o mercado de trabalho e o apoio à criação do próprio emprego integrarão a missão maior de assegurar aos nossos estudantes percursos pessoais e profissionais bem-sucedidos.

Também o corpo de trabalhadores não docentes e não investigadores é hoje afetado por problemas de renovação geracional. A sua qualificação académica e profissional é uma exigência que a natureza da atividade da Universidade radicalmente coloca. Programas de formação especializada são um importante mecanismo a adotar, em ordem a aumentar as condições de bem-estar e de desenvolvimento profissional destes trabalhadores e a melhorar a eficiência da Instituição. O apoio à atividade associativa dos trabalhadores da Universidade, nomeadamente à AFUM, é um outro compromisso que explicitamente assumo.

#### 4. Orientações para a Administração da Universidade

A materialização de um Programa para a Universidade que priorize a qualidade da educação, a centralidade da investigação, o reforço da interação com a sociedade, a qualidade da internacionalização, o desenvolvimento institucional, a promoção da qualidade de vida e infraestruturas e o equilíbrio financeiro da Universidade necessita da mobilização da comunidade da UMinho.

O envolvimento das pessoas na vida institucional requer uma cultura de proximidade dos órgãos de governo e de consulta com a comunidade académica, a qual, assente na melhoria da comunicação institucional interna e deve promover, de forma participada, o mapeamento dos problemas e a construção de soluções.

É compromisso deste Reitor a assunção de um quadro de referência para o governo da Universidade que:

- Promova o respeito pela dignidade das pessoas;
- Valorize as pessoas que constituem a comunidade académica, possibilitando o desenvolvimento pessoal e profissional de cada um;
- Assuma a pluralidade de opiniões como princípio organizador essencial da vida coletiva;
- Incentive a participação dos membros da Universidade na vida institucional;
- Garanta a adoção de princípios éticos e deontológicos na vida da Instituição;

- Estimule práticas de descentralização, valorizando a autonomia das unidades orgânicas e, em simultâneo, favorecendo a coesão institucional;
- Assegure a estabilidade financeira e a capacidade de investimento estratégico da Universidade.

#### Notas finais

A concretização do Programa de Ação aprovado pelo Conselho Geral da Universidade ocorrerá num pano de fundo desafiador.

A opção que a UMinho tomou, no final de 2015, de transformar o seu regime jurídico, tornando-se uma Fundação Pública em regime de direito privado, implica, no plano institucional, uma responsabilidade incontornável – a de a Universidade se empenhar no sucesso desta mesma opção.

Este é um compromisso do Reitor. Fá-lo porque essa foi a opção da UMinho, mas fá-lo também por considerar convictamente que desta opção resultarão benefícios para a Universidade.

O regime fundacional assegura à Instituição uma maior flexibilidade na contratação de pessoal, nomeadamente investigador e não docente e na gestão dos seus recursos financeiros e patrimoniais e alarga as suas possibilidades de financiamento, designadamente no quadro de iniciativas de *fundraising*, que devem ser prosseguidas e reforçadas. O regime fundacional permite, por isso, que a Universidade reforce a sua autonomia e encontre melhores condições e melhores meios para responder ao seu compromisso com o bem público.

Entende-se, também, que este novo caminho que se abre à Universidade aumenta a sua responsabilidade relativamente à dimensão estratégica da administração da Instituição, à sua gestão eficiente e eficaz e à transparência e prestação pública de contas.

A UMinho tem que pautar a sua ação no estrito respeito pela legalidade, adotando internamente os mecanismos que tal assegurem. Mas a Universidade exige ser tratada como pessoa de bem, presentes que sejam os inestimáveis contributos que vem dando ao desenvolvimento do país, o modo rigoroso como tem sido gerida e a forma como se tem relacionado com as agências do Estado e com as instituições da sociedade civil.

A mudança no regime jurídico da UMinho significa a entrada num novo ciclo institucional que a homologação recente dos [novos Estatutos](#) veio completar<sup>163</sup>. Este novo ciclo requer uma acrescida atenção às relações entre os órgãos da Universidade, como condição para o reforço da sua coesão e para uma consecução plena da sua missão.

---

163 Estes estatutos foram homologados por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 29 de agosto de 2017, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 27.º, do n.º 1 do artigo 69.º e do n.º 3 do artigo 132.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro. Foram publicados, no Diário da República, 2.ª série, n.º 183, de 21 de setembro de 2017, Despacho Normativo n.º 13/2017. Cf. <https://www.uminho.pt/estatutos>, consultado em dezembro de 2019.



O lugar de excelência para a concretização dessa missão são as unidades orgânicas. É aqui que têm lugar as práticas da educação, que se investiga e que se desenvolvem os projetos de interação com a sociedade. Aprofundar a centralidade das unidades orgânicas e, em simultâneo, consolidar a coesão da Universidade é um caminho que servirá o seu desenvolvimento estratégico. A criação do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas vem gerar novas condições para a consecução desta aspiração, potenciando a assunção dos valores essenciais da coesão e da solidariedade intrainstitucionais.

A concretização dos objetivos e orientações que fui referindo exigem ao Reitor uma articulação continuada e uma cooperação ativa e leal, com que desde já me comprometo, com os órgãos da Fundação e da Universidade, designadamente com o Conselho de Curadores e o Conselho Geral, que assumem no modelo fundacional uma grande centralidade. Requerem ainda, como condição fundamental, uma interação sistemáticas com todas as unidades da Universidade, com os professores e investigadores, com os estudantes, com os trabalhadores não docentes e não investigadores.

O meu compromisso com um Programa de Ação que se pretende exigente, desafiante e mobilizador é também o da equipa que me acompanha. Quero nesta ocasião agradecer a disponibilidade dos meus colegas professores Rui Reis, Margarida Casal, Ricardo Machado, Manuela Martins, Paulo Cruz, Filipe Vaz, Linda Veiga, Guilherme Pereira e Carla Martins para se congregarem na equipa que se propõe interpretar e materializar este Programa. Um Programa e uma equipa que, estou convicto, levará a UMinho a formar mais e melhores cidadãos e profissionais, a prosseguir a sua afirmação como instituição que se encontra na linha da frente da produção de conhecimento e da inovação e a reforçar o seu papel na promoção do desenvolvimento social, cultural e económico de Portugal.

Muito Obrigado.

Rui Vieira de Castro



**Figura 73**

Vídeo da cerimónia da Tomada de Posse do Reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, em 28 de novembro de 2017. Fonte: "Cerimónia de Investidura do Novo Reitor da UMinho", Vídeo do YouTube. Publicado em 28 de novembro de 2017 <https://www.youtube.com/watch?v=1R1jCku0oGw>

**55. 2018.****Discurso do Reitor, Rui Vieira de Castro.**

*Dia da Universidade, no 44<sup>o</sup> aniversário, em 19 de fevereiro.*

Senhor Presidente do Conselho Geral, Professor Doutor Luís Valente de Oliveira;  
 Senhores Curadores da Universidade do Minho<sup>164</sup>;  
 Digníssimos Membros do Conselho Geral da Universidade do Minho<sup>165</sup>;  
 Senhores Reitores, vice-reitores, Ilustres representantes de outras Universidades e  
 Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
 Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio;  
 Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança;  
 Senhores Deputados da Assembleia da República;  
 Senhores Autarcas, presidentes e vereadores das autarquias aqui representadas;  
 Digníssimas Autoridades Académicas, Cívicas e Militares;  
 Sra. Provedora do Estudante, Professora Ana Paula Martins;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho, Nuno Reis;  
 Caros Professores e Investigadores;  
 Estimados Funcionários;  
 Caros Estudantes;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

1. A lei que estabelece o regime jurídico das instituições de Ensino Superior fixa de forma clara os seus objetivos: “a qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional”; a participação “em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico”; a contribuição para “a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia” (art. 2<sup>o</sup>).

Regressar a este texto, hoje e aqui, tem como objetivo recordar os sentidos fundamentais da instituição universitária e, por essa via, aferir o grau de consecução dos seus objetivos e avaliar o seu impacto no contexto em que operam.

A este propósito, a evolução que o nosso país tem conhecido é notável; em 30 anos passámos de uma taxa de escolarização no ES de 13.6% para 50.4%; a produção científica portuguesa aumentou consideravelmente no contexto internacional, com um crescimento médio anual de 10%, entre 2005 e 2015, crescendo a UMinho acima desta média; é reconhecido o incremento do número e qualidade das interações das Universidades com o tecido social e económico – os resultados do Inquérito Comunitário à Inovação publicados pela DGEEC evidenciam o papel fundamental que as Universidades têm tido na indução de inovação.

164 Conferir nota 149.

165 Conferir nota 156.

Em síntese:

- Em Portugal vêm crescendo notoriamente as taxas de frequência no Ensino Superior, alterando-se expressivamente os perfis de qualificação superior das pessoas;
- A ciência portuguesa que é, essencialmente, resultado da atividade desenvolvida nas Universidades tem vindo a ganhar progressiva visibilidade no contexto internacional;
- As Universidades portuguesas têm uma cada vez mais forte interação com a sociedade, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento social, económico e cultural do país.

As Universidades vêm concretizando, pois, de um modo pleno, a sua missão de alto nível, tornando-se atores poderosos na reconfiguração positiva do país.

2. No entanto, se foi considerável o caminho percorrido, a verdade é que há ainda muito a fazer no sentido da desejada convergência com os países mais desenvolvidos. Os dados são insofismáveis:

- A percentagem da nossa população com grau do Ensino Superior continua aquém do desejado;
- O nosso sistema científico e tecnológico apresenta reconhecidas debilidades, seja no plano organizacional, seja no que diz respeito ao seu financiamento;
- A recontextualização social, cultural e económica do conhecimento produzido nas instituições de Ensino Superior não atingiu ainda os níveis necessários;
- A elevada qualificação de recursos humanos que as Universidades vêm assegurando não encontra suficiente tradução em emprego qualificado.

O Relatório de Avaliação do Sistema de Educação Superior, Investigação e Inovação de Portugal, da responsabilidade da OCDE, cuja versão preliminar foi muito recentemente apresentada, identifica como principais áreas críticas do sistema:

- A ausência de uma estratégia nacional clara para o conhecimento e a inovação que balize o campo de atuação das instituições, através da identificação das áreas prioritárias de desenvolvimento, dos perfis de formação e das capacidades de investigação necessárias;
- A não estabilização dos quadros de financiamento das instituições e a não clarificação dos recursos financeiros necessários para corresponder ao mandato que lhes é atribuído;
- A indefinição do modelo de financiamento do Ensino Superior, que deve ser tornado mais transparente e sensível a fatores de qualidade de desempenho;
- A escassa autonomia das instituições, que deve ser reforçada dotando as Universidades dos instrumentos legais necessários a uma efetiva e produtiva articulação com organizações, empresas e associações na prossecução da sua missão;

- A imprevisibilidade, a instabilidade e a assistemática dos programas de apoio à investigação científica, que impedem uma definição estratégica clara por parte dos grupos e das unidades de investigação;
- A inexistência de apoio regular e efetivo às unidades de interface, que possibilite uma interação produtiva entre a Universidade e outras entidades;
- A complexidade e instabilidade dos processos de acreditação dos cursos.

Havendo provavelmente um grande consenso em torno da identificação destes problemas, parece existir, por outro lado, uma irresistível tentação para construir quadros legais que impedem a sua resolução, porque insensíveis às especificidades das instituições universitárias. O que se passou e continua a passar com a aplicação do novo código de Contratos Públicos às Universidades é um excelente exemplo do que agora digo. A turbulência causada por este novo Código, com impactos gravíssimos no funcionamento das instituições, quase as paralisando, traduz bem o desconhecimento das particularidades das Universidades, pondo em causa, de forma inaceitável, a sua atividade regular.

Às Universidades são discursivamente reconhecidas a qualidade e o impacto positivo da sua atividade, é-lhes justamente requerido um papel ativo no desenvolvimento do país, mas são-lhes frequentemente negados os instrumentos necessários à prossecução plena dos seus fins.

Pelo modo como cumprem a sua missão, as Universidades são devedoras de um maior cuidado e de maior confiança por parte do poder político. É isso que esperamos, é isso que queremos.

Esta afirmação é feita tendo por base uma forte convicção de que as Universidades, e desde logo a Universidade do Minho, têm práticas de gestão rigorosas, fiáveis e transparentes. Não podem por isso ser vistas com desconfiança.



**Figura 74**

Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 44º aniversário, em 19 de fevereiro de 2018.

Fonte: “Universidade do Minho. Universidade do Minho comemorou 44 anos”, Vídeo do YouTube. Publicado em 20-02-2018. <https://www.youtube.com/watch?v=m6V5qGullmE>

O financiamento do Ensino Superior é também um bom exemplo desta relação de desconfiança. Não pretendo tornar este tópico central neste discurso: acho aliás que o Ensino Superior aparece excessivamente associado no espaço público à questão do seu financiamento, descurando-se muitas outras dimensões indiscutivelmente mais relevantes.

O que se requer parece-me razoável. Ultrapassado o quadro de maior emergência financeira do país, urge encontrar um modelo estável, reconhecível e transparente de financiamento das instituições. Um modelo que confira às Universidades capacidade de decisão estratégica, libertando-as de práticas sempre penalizadoras de navegação à vista. Um modelo que ultrapasse o subfinanciamento crónico com que reconhecidamente vivemos, que se construa a partir de indicadores de realização de objetivos previamente contratualizados e que seja sensível à qualidade do desempenho na educação, na investigação, na interação com a sociedade, na internacionalização, na qualidade institucional.

Naturalmente, este não é um desafio que apenas deva comprometer o Estado, deve também comprometer as instituições. Pela parte da UMinho estamos disponíveis para colaborar na procura de soluções que sejam reconhecidas como mais adequadas por todos os parceiros.

3. A UMinho conheceu no final do ano transato mudanças no seu quadro estatutário, alterações significativas na sua estrutura de governo e vai conhecer ao longo do presente ano modificações nas suas unidades orgânicas. São alterações que, trazendo elementos novos, realidades diferentes e políticas outras, se enquadram no normal desenvolvimento da Instituição. Um desenvolvimento que assenta em bases muito sólidas de uma Instituição que garantiu uma saliente posição no contexto nacional e internacional, desenvolvendo uma atividade muito significativa nos domínios da investigação, da educação e da interação com a sociedade.

No domínio da educação: a Universidade assegura um elevado número de cursos, nos três ciclos de estudos, cobrindo quase todas as áreas de educação e formação superiores; a UMinho vem diversificando consistentemente a sua oferta educativa; os nossos cursos conhecem uma procura elevada e qualificada, o que testemunha a sua adequação a necessidades pessoais e sociais; a Universidade vem reforçando a sua capacidade de recrutamento de estudantes estrangeiros e dos chamados estudantes internacionais; a Universidade continua comprometida com o desenvolvimento de projetos de ensino de referência em associação com outras Universidades, sobretudo ao nível do doutoramento; a UMinho está a reforçar os mecanismos de apoio à integração dos estudantes e de monitorização dos seus percursos académicos e de transição para o mercado de trabalho; a Universidade vem promovendo programas pioneiros de apoio ao mérito académico dos seus estudantes e tem adotado importantes medidas de apoio a estudantes carenciados; a Universidade está comprometida com a formação pedagógica dos seus docentes, desenvolvendo programas de capacitação que lhes permitam responder às novas exigências e condições de desenvolvimento da sua atividade.

No domínio da investigação: a Universidade do Minho representa hoje cerca de 10% da produção científica nacional, uma percentagem que tem vindo a subir consistentemente nos últimos anos; a UMinho tem visto reconhecida a qualidade dos seus investigadores, facto de que é exemplo a atribuição de bolsas avançadas e de consolidação do *European Research Council* (ERC); a UMinho é a única instituição europeia que coordena projetos de todos os tipos no âmbito do *Widening Spreading Excellence* – H2020; a UMinho e os seus centros de investigação mantêm uma intensa rede de relações com outras instituições nacionais e estrangeiras, de que a coordenação do Programa MIT-Portugal constitui um bom testemunho; a UMinho tem uma aposta consistente e reconhecida no âmbito da ciência aberta, área em que vem mantendo uma posição de liderança nos contextos nacional e europeu.

No domínio da interação com a sociedade: a UMinho desenvolve uma forte colaboração com o tecido empresarial, contribuindo ativamente para a promoção do desenvolvimento socioeconómico do país e da região; o Projeto Bosch é um excelente exemplo da robustez, volume e impacto desta colaboração; a Universidade tem também um envolvimento expressivo na ação cultural, traduzido em múltiplas iniciativas associadas à criação, preservação e difusão de bens culturais; a UMinho promove projetos pioneiros de interação com territórios onde desenvolve a sua atividade, como é o caso da Rede de Casas do Conhecimento, contribuindo para um desenvolvimento integrado das regiões e das suas populações; a UMinho dispõe de um importante sistema de unidades de interface que sustenta e promove ativamente processos de coprodução e de transferência do conhecimento para a sociedade e o tecido económico.

A atividade da Universidade nestes três eixos de missão tem vindo a ser realizada num cenário em que a internacionalização representa um desígnio. A Universidade vem utilizando com abundância um amplo conjunto de instrumentos, facilitadores de múltiplas formas de articulação com instituições de outros países, sejam eles relativos à mobilidade, ao desenvolvimento de graus conjuntos ou à produção científica, permitindo reconhecer práticas de internacionalização muito sólidas.

4. Na sua reunião de 22 de janeiro passado, o [Conselho Geral da Universidade](#) aprovou um conjunto de documentos estruturantes da vida da academia nos próximos anos: o [Plano de Ação para o Quadriénio 2017-2021](#), o [Plano de Atividades e o Orçamento para 2018](#). O Plano de Ação para 2017-2021 estrutura-se sobre um conjunto de prioridades estratégicas a que correspondem objetivos de natureza programática definidos para cada um dos eixos de missão da Universidade e para cada uma das áreas de enquadramento – qualidade institucional, qualidade de vida e infraestruturas e sustentabilidade financeira.

Não é este o lugar para visitar este documento ou o Plano de Atividades que o pretende concretizar no corrente ano. Os documentos foram apresentados, amplamente discutidos e estão disponíveis para consulta. Importará, no entanto, sinalizar alguns dos principais processos que se encontram em curso:

- A instalação da nova Unidade de Investigação – [Instituto de Investigação em Biomateriais, Biomiméticos e Biodegradáveis](#) foi já iniciada, encontrando-se em apreciação jurídica os respetivos estatutos, para posterior homologação pelo Reitor;
- O Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas, órgão que na perspetiva do reforço da centralidade das UOEI é essencial, iniciou já a sua atividade;
- Com a previsível aprovação próxima, pelo Conselho Geral, dos nomes do Presidente do Conselho de Ética e do Provedor Institucional teremos praticamente concluído o ajustamento institucional decorrente dos Estatutos homologados pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em agosto de 2017.

A equipa reitoral reuniu com todas as UOEI, analisando as circunstâncias e desafios de cada Unidade e da Universidade. Deste processo resultou, desde logo, a consideração no despacho reitoral de execução orçamental da previsão de apoios a conceder às UO face à apresentação de projetos específicos nos vários eixos de missão, desde que devidamente enquadrados nas linhas de desenvolvimento institucionais previstas no Plano de Atividades para 2018.

As orientações que subordinarão estes apoios serão brevemente publicadas em despacho reitoral.

No quadro das interações com as Unidades, foi dada particular atenção às unidades de investigação, com as quais se vem trabalhando no sentido do reforço das estruturas de apoio à investigação, estando já acordada a constituição, a muito breve prazo, de uma rede de apoio institucional na área da Gestão de Ciência e Tecnologia.

No Plano de Ação 2017-2021 encontra-se inscrito o objetivo do reforço da centralidade das UOEI, intenção assente no reconhecimento da maturidade atingida pelas nossas escolas e institutos.

A figura, estatutariamente prevista, do contrato programa com unidades orgânicas é um instrumento que tem, do meu ponto de vista, grandes virtualidades, constituindo, em simultâneo, fator de responsabilização e autonomia das unidades e fator de coesão institucional. Neste sentido, serão desencadeadas ao longo do primeiro semestre, iniciativas tendentes à celebração de acordos programa com algumas das nossas unidades orgânicas.

Sinalizarei agora algumas medidas que se encontram já em processo de desenvolvimento ou que serão muito proximamente lançadas nas áreas de atuação da Universidade.

No domínio da investigação, com o objetivo de reforçar o corpo de investigadores da instituição, e no cumprimento de medidas legais em vigor, terminado o levantamento rigoroso junto das unidades de investigação, das situações abrangidas pelo Dec.-Lei 57/2016, a Universidade iniciará, de imediato, a publicação dos editais relativos a concursos para as cerca de 100 posições identificadas. Espera-se por esta

via reforçar a capacidade instalada da Universidade, salvaguardando-se o mérito científico absoluto dos candidatos que vierem a ser escolhidos e o compromisso das unidades de investigação com os processos de seleção, contratação e financiamento.

A Universidade candidatar-se-á ao primeiro concurso Estímulo ao Emprego Científico Institucional, recentemente aberto pela FCT, que apoiará o financiamento de 400 contratos para investigadores doutorados. Dado o peso da UMinho no sistema científico e de Ensino Superior é de esperar que daqui resulte também um significativo reforço da capacidade das nossas unidades de investigação. A preparação desta candidatura será exigente e vai requerer consensos, numa janela temporal muito limitada.

Estas medidas estão enquadradas numa estratégia mais global da Universidade, relativamente ao reforço quantitativo e qualitativo da sua atividade científica, que inclui, como decorre do Plano de Ação para 2017-21, o desenvolvimento de um plano de contratação de investigadores com verbas próprias da Universidade, o que cruzará também com o apoio à instalação da nova Unidade de Investigação.

Paralelamente, estão a ser desenvolvidas iniciativas para que, no quadro da UNorte, se concretize, com o indispensável suporte da CCDR-N, um conjunto de projetos de investigação estruturantes, selecionados pelas três instituições – UMinho, UPorto e UTAD –, em áreas nas quais as três instituições detêm capacidade científica reconhecida, como sejam as da saúde, do agroalimentar e do mar. Estou convicto que o enquadramento financeiro necessário será assegurado a curto prazo.

No domínio da educação, a nossa ação tem estado centrada em medidas de consolidação do Observatório de Percursos Académicos, visando não apenas o conhecimento da realidade dos nossos estudantes, mas também o desenvolvimento de iniciativas que potenciem a vinculação dos estudantes aos cursos e à Instituição, prevenindo o insucesso e o abandono escolar. A criação de um Gabinete de Apoio ao Estudante será concretizada proximamente.

A avaliação das experiências curriculares com foco nas competências transversais encontra-se, também, em processo, no quadro de um diagnóstico das experiências que neste domínio estão em desenvolvimento na UMinho. Este trabalho está a ser realizado na perspetiva da promoção de iniciativas que capacitem os nossos estudantes para o que são condições cada vez mais exigentes dos mercados de trabalho.

O desenvolvimento do programa de qualificação pedagógica dos docentes da UMinho, encontra-se também já em curso, visando a constituição de um portfólio de formações multidisciplinares capazes de promover práticas inovadoras de ensino.

Ainda no domínio da educação, constitui prioridade a criação de condições políticas e institucionais para o lançamento dos cursos já acreditados de Licenciatura em Artes Visuais e de Proteção Civil e Gestão do Território.

No domínio da interação com a sociedade, a articulação com os municípios onde a Universidade tem a sua sede está a conhecer novas materializações, que vêm



resultando de interações entre a direção da Universidade e dos municípios, de modo a definir planos e modos de ação mais efetivos. Simultaneamente, estão a ser implementados novos mecanismos e instrumentos que visam consolidar as bases de uma estratégia reforçada de aproximação da UMinho ao território e às comunidades, que terá expressão numa 'Carta de Princípios para a Interação com a Sociedade' e será concretizada através de vários eixos de intervenção, em que se incluem a criação de uma editora da Universidade e de um Observatório de Políticas Públicas. O lançamento da nova unidade diferenciada da Universidade do Minho – a Casa de Sarmento –, cujos estatutos foram publicados no início do corrente ano, projeto desenvolvido em cooperação com a Sociedade Martins Sarmento e com a Câmara Municipal de Guimarães, marca também uma nova etapa nas formas de envolvimento da Universidade com a região no plano cultural.

Na esfera da internacionalização, cabe destacar os passos já dados para a concretização da parceria estratégica com a USP através da constituição de um fundo comum capaz de sustentar o desenvolvimento de projetos partilhados, em qualquer área científica, por investigadores das duas instituições, que suportem o desenvolvimento posterior de programas mais ambiciosos. Estou certo que esta é uma importante medida para a consolidação de parcerias estratégicas com Universidades de referência e estou convicto que a nossa comunidade saberá aproveitar este mecanismo.

Foram entretanto iniciados os trabalhos conducentes à elaboração da Carta de Princípios para o futuro da internacionalização da UMinho e, já em março, a Universidade participará no Salão do Estudante, a maior feira de recrutamento de estudantes da América Latina, esperando-se que, desta participação, face aos efeitos das iniciativas que vêm sendo tomadas, resulte o incremento do número de estudantes internacionais.

No plano do desenvolvimento institucional, são merecedoras de referência pela sua criticidade para a vida da nossa Universidade, bem como pelo esforço e envolvimento global que irá exigir de toda a comunidade académica:

- A recertificação do SIGAQ, que passará a ter como enquadramento os novos referenciais europeus de qualidade para entidades de Ensino Superior;
- A adoção do Regulamento Europeu de Proteção de Dados, que obrigará a rever a arquitetura do sistema informático da nossa Universidade, bem como a alteração de diversos processos organizacionais.

O estudo subjacente à necessidade de alteração destes processos organizacionais dará origem à revisão das unidades de serviços como consequente de uma estratégia de otimização da eficiência organizacional da UMinho, que começaremos a concretizar no primeiro semestre do corrente ano.

Finalmente ao nível da qualidade de vida dos *campi* e das infraestruturas, será muito brevemente iniciada a discussão sobre os planos de desenvolvimento integrado dos nossos *campi*, envolvendo uma participação ativa da comunidade académica. Encontra-se, também, em elaboração o plano de desenvolvimento de estudos e projetos para valorização dos espaços verdes e da circulação nos *campi*. No âmbito da

conservação e qualificação do parque edificado está já a ser promovido o desenvolvimento de ferramentas avançadas de apoio à decisão.

A Universidade tem agora em fase de arranque três projetos com enorme potencial. São projetos de grande dimensão cuja consecução terá um peso muito expressivo na afirmação da Universidade.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao [The Discoveries Centre](#). Em 2017, a Universidade do Minho viu aprovado pela Comissão Europeia um projeto *TEAMING* para a criação de um grande centro de investigação de excelência europeu em medicina regenerativa e de precisão. O *The Discoveries Centre* reúne cinco universidades nacionais – Minho, Porto, Aveiro, Lisboa, Nova de Lisboa – e a University College London (UCL, Reino Unido), uma das líderes mundiais na área da saúde. Terá sede no *AvePark*, polos em Aveiro, Porto e Lisboa e um *Campus* de suporte em Londres. A sede deste Instituto será instalada num novo edifício da UMinho, a construir ligado ao atual do Grupo 3B's, que constituirá assim um *hub* de investigação em engenharia de tecidos e medicina regenerativa. De forma a poder construir este novo edifício, que servirá de sede ao *The Discoveries Centre*, a UMinho viu também recentemente aprovada a sua candidatura *TERM Res Hub*, apresentada ao roteiro nacional de infraestruturas científicas estratégicas.

Refiro-me, depois, ao Centro de Computação Avançada do Minho (MACC). Após a assinatura do memorando de entendimento com a FCT e a Universidade do Texas para a instalação do Centro, a Universidade dispõe hoje de condições para a assunção de uma posição relevantíssima no quadro das infraestruturas de supercomputação de suporte à investigação. A instalação na UMinho do [supercomputador](#) “Stampede 1”, oferecido pela UTA ao Estado Português, encontra-se na fase inicial de elaboração do caderno de encargos para lançar a obra de adaptação do edifício que o vai acolher, no *Campus* de Gualtar. O início da prestação de serviços à comunidade científica e empresarial, em estreita articulação com a FCT, do Minho Advanced Computing Centre (MAAC) está planeado para a segunda metade do ano de 2018.

O Centro assumirá um papel determinante na estruturação e coordenação da atividade nacional de investigação e desenvolvimento em computação avançada, na promoção de articulações com estruturas internacionais, bem como na promoção de atividade económica em áreas de *data intelligence*.

Refiro-me, por fim, à aprovação recente do Laboratório Colaborativo em Transformação Digital – CoLab-DTx, que visa incentivar a cooperação entre unidades de I&D, instituições de Ensino Superior e os setores produtivo, social e cultural em torno da transformação digital, orientando a sua ação para a criação de valor e o emprego qualificado neste domínio científico. A aprovação deste Laboratório Colaborativo, que é um dos dois que obteve maior financiamento no concurso aberto pela FCT, abre excelentes perspetivas para a UMinho vir a desempenhar um papel de grande relevância no desenvolvimento deste novo instrumento do sistema científico e tecnológico.

A UMinho move-se, como todas as instituições de Ensino Superior, num quadro de restrições orçamentais importantes. Deve a UMinho, ainda assim, com o cuidado necessário para que não seja posta em causa a sua sustentabilidade financeira, procurar criar as melhores condições possíveis para que os seus estudantes disponham de boas condições de trabalho. A Universidade fará uma aposta clara no reforço das infraestruturas pedagógicas, continuará a apoiar a prática desportiva e cultural dos estudantes e estará atenta a necessidades de apoio de emergência que sejam detetadas.

A Universidade quer criar também as melhores condições para que os seus trabalhadores não docentes e não investigadores reforcem os seus sentimentos de compromisso e tenham quadros de relação laboral mais estáveis. Nesse sentido, serão abertos proximamente cerca de 40 novos concursos para posições que até ao momento vêm sendo ocupadas com trabalho precário. Será também lançado um novo programa de mobilidade intercarreiras dentro da Universidade; para o efeito irei apresentar proximamente ao Conselho de Gestão uma proposta de alocação de um *plafond* para este efeito.

5. Termino. O potencial do Ensino Superior para ajudar a melhorar a vida das pessoas, o desenvolvimento das sociedades e das economias e assegurar um mundo melhor para as gerações vindouras é inquestionável.

Na Universidade do Minho estamos fortemente comprometidos com a transformação deste potencial em resultados palpáveis. Na Universidade do Minho, acreditamos que é possível vencer os desafios do desenvolvimento social e económico com que o país se confronta e que as Universidades têm, a este propósito, um papel único.

Esperamos, em nome dos interesses superiores do país e dos desafios que se colocam à nossa sociedade, que o papel que é o nosso seja adequadamente compreendido e que todos os setores, da economia, da sociedade, da política, possam colaborar ativamente neste projeto de tornar o conhecimento e o acesso ao conhecimento o cerne do nosso projeto como país.

Muito obrigado.

Rui Vieira de Castro



**56. 2019.****Discurso do Reitor, Rui Vieira de Castro.**

*Dia da Universidade, no 45<sup>o</sup> aniversário, em 18 de fevereiro*<sup>166</sup>.

Senhor Presidente do Conselho Geral, Professor Valente de Oliveira;  
 Senhores Membros do Conselho Geral da Universidade do Minho<sup>167</sup>;  
 Senhores Membros do Conselho de Curadores da Universidade do Minho<sup>168</sup>;  
 Senhores Reitores, vice-reitores, Ilustres Representantes de outras Universidades  
 Senhores Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos;  
 Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança;  
 Senhor vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Firmino Marques, em representação do Senhor Presidente Dr. Ricardo Rio;  
 Senhores Deputados da Assembleia da República;  
 Senhores Autarcas, Presidentes e Vereadores das Autarquias aqui representadas;  
 Digníssimas Autoridades Cíveis e Militares;  
 Senhores Membros da Equipa Reitoral da Universidade do Minho, senhores vice-reitores e Pró-reitores;  
 Senhores Presidentes e vice-Presidentes de Unidades Orgânicas;  
 Senhora Provedora do Estudante, Professora Paula Cristina Martins;  
 Senhora Presidente e Senhores Membros do Conselho de Ética<sup>169</sup>;  
 Senhores Professores de outras Instituições de Ensino Superior;  
 Senhor Administrador dos Serviços de Ação Social da UMinho<sup>170</sup>;  
 Senhor Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho, Nuno Reis;  
 Caros Professores e Investigadores;  
 Estimados Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão;  
 Caros Estudantes;  
 Digníssimos Convidados;  
 Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Dia da Universidade é a nossa festa maior, representando um momento de celebração em que a Instituição sublinha o seu papel no desenvolvimento das pessoas e do país, fruto da atividade de educação de alto nível que realiza, dos projetos de investigação que promove e das múltiplas iniciativas de interação com a sociedade que protagoniza. E em que agradece o contributo de todos os que, dentro e fora da UMinho, dela vão fazendo uma Instituição cada vez melhor.

166 As comemorações do 45<sup>o</sup> Aniversário da Universidade do Minho de fevereiro incluíram a atribuição do título de doutor *honoris causa* ao Doutor [Álvaro Laborinho Lúcio](#) e a [Frei Bento Domingues](#), numa [sessão que decorreu no dia 15 de fevereiro](#), no Salão Medieval da UMinho.

167 Conferir nota 156.

168 Conferir nota 149.

169 Sobre a composição do Conselho: <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Etica/Conselho-de-etica>

170 António Paisana.

O Dia da Universidade, porque assinala o dobrar de mais um ano, requer um balanço, ainda que sintético, do que foram as principais realizações da Instituição e, também, a ponderação das perspectivas do seu desenvolvimento.

É o que farei nesta minha intervenção.

1. No plano institucional, importa registar a conclusão, em 2018, do processo de adequação institucional decorrente dos novos estatutos da Universidade, homologados em agosto de 2017.

Assim, durante o ano passado terminou a instalação do Instituto de Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos, a primeira unidade orgânica de investigação da Universidade, com a eleição e entrada em funcionamento dos respetivos órgãos.

Entraram também em atividade plena os novos órgãos da Universidade previstos na referida revisão estatutária, designadamente o Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas e o Conselho de Ética, o mesmo tendo acontecido com o Provedor Institucional.

2. Ainda no plano institucional, o ano de 2018 fica marcado também pelos efeitos de medidas legislativas e programas governamentais, designadamente as políticas governamentais associadas ao que se vem chamando “emprego científico” e a regularização dos vínculos precários à administração pública.

O programa de Estímulo ao Emprego Científico, nas suas modalidades institucional e individual, as disposições contidas na “norma transitória” do Decreto-lei 57/2016, a associação da contratação de investigadores ao desenvolvimento de projetos estão a fazer chegar à Universidade e às suas unidades um elevado número de investigadores. Assim: no âmbito do concurso institucional, são 29 as posições a preencher, das quais 17 na carreira de investigação; no âmbito do concurso individual, serão contratados 40 doutores; no âmbito da norma transitória, encontram-se 135 doutores em processo de contratação; no âmbito dos projetos de investigação, serão contratados cerca de 150 doutorados.

A chegada deste largo número de investigadores, que serão vinculados por contratos de trabalho à Universidade, recompõe de forma muito acentuada o nosso corpo de investigadores. Esta recomposição terá como efeito o reforço significativo da atividade científica da Universidade, esperando-se daqui ganhos significativos em termos do número de projetos e do volume de financiamento da Universidade.

Em contraste com esta situação, confrontada com o acentuado envelhecimento do seu corpo docente, a Universidade não tem ao seu dispor mecanismos de renovação que não os decorrentes de uma estratégia própria e dos recursos financeiros próprios; o que significa, reconheça-se, importantes limitações para intervir.

Relativamente aos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, encontra-se em curso a concretização na UMinho do Programa de Regularização de Vínculos

Precários à Administração Pública. Rapidamente concluído no primeiro semestre de 2018 para os Serviços de Ação Social, traduzindo-se na integração de 32 trabalhadores, este processo vem conhecendo, na Universidade, atrasos significativos. Na verdade, concluídos os trabalhos da Comissão de Avaliação, em julho de 2018, foi decidida a integração de 122 trabalhadores. Porém, e por razões que escapam à Universidade, nada mais aconteceu, com perturbações significativas para a Instituição, que, entre outros efeitos, vê condicionada a contratação de novos recursos humanos e para os trabalhadores envolvidos, cuja situação de indefinição se mantém, com inevitáveis prejuízos pessoais.

A integração destes trabalhadores, que se espera venha a ocorrer durante os próximos meses, representará uma importante oportunidade para uma efetiva reorganização dos serviços e para atender a carências, conhecidas, em diversos setores da universidade e das suas unidades orgânicas.

3. O ano de 2018 foi particularmente positivo para a Universidade no que diz respeito à atividade de investigação.

Durante o ano, a comunidade científica da UMinho publicou 1.865 artigos em revista, 457 artigos em atas de conferência e 124 capítulos de livros, entre outros documentos indexados na ISI/Scopus. Foram quase 260 os projetos de investigação aprovados, com diversos enquadramentos, que representaram uma captação pela Universidade de financiamentos que ultrapassam os 43.5 M€. A UMinho viu serem aprovados 205 novos projetos no concurso da FCT, praticamente o triplo dos que havia conseguido na chamada de 2014.

Ao longo do ano de 2018 estiveram em execução na Universidade cerca de 550 projetos, envolvendo um financiamento global acima dos 153 M€.

Cabe distinguir entre os projetos iniciados em 2018, a *starting grant* do Conselho Europeu de Investigação, atribuída a Rogério Pirraco, do Grupo de Investigação 3B's e a bolsa atribuída a Agostinho Carvalho, do Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, no primeiro concurso da "Iniciativa Ibérica de Investigação e Inovação Biomédica", promovido pela Fundação "la Caixa" e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Ainda no ano transato, a UMinho tornou-se sede da infraestrutura europeia de investigação de recursos microbiológicos (MIRRI). Através do Centro de Engenharia Biológica e da sua Micoteca, a UMinho viu reconhecido o seu trabalho na gestão dos repositórios de microrganismos e sua aplicação à área das biotecnologias. Esta é, até ao momento, a única infraestrutura europeia de investigação que Portugal sedia.

O ano de 2018 fica também marcado pelos significativos avanços da instalação do Minho Advanced Computing Centre (MACC). A Universidade e a FCT assinaram o protocolo que prevê a instalação na Universidade da unidade de visualização do MACC, incluindo recursos humanos associados à sua operacionalização. O supercomputador cedido pela Universidade do Texas – Austin, que estará disponível para utilização

pela comunidade científica durante o corrente semestre, permitirá entre outros efeitos o desenvolvimento na Universidade de linhas de investigação que operam hoje com grandes volumes de dados.

O MACC será protagonista fundamental da estratégia nacional de computação e da sua articulação a nível europeu, em estreita articulação com a FCT e assegurará à UMinho uma grande centralidade no projeto estratégico europeu de supercomputação.

4. No âmbito da atividade de educação, importa registar o facto de o número de estudantes da Universidade do Minho ter recebido um incremento importante em 2018. Pela primeira vez, a Universidade ultrapassou o número de 19.000 estudantes a frequentar ciclos de estudos conferentes de grau, um acréscimo de cerca de 800 estudantes relativamente ao ano anterior, resultado a que não é alheio o aumento de estudantes internacionais.

No ano passado entraram em funcionamento duas novas licenciaturas, em Artes Visuais e em Proteção Civil e Gestão do Território. A primeira corresponde a uma antiga aspiração de consolidação da oferta educativa na área da Artes. A segunda materializa a intervenção da UMinho num domínio de formação tornado mais relevante pelas tragédias recentes com que o país foi confrontado. São duas licenciaturas em cujo sucesso depositamos a maior confiança.

A atividade nesta área fica também assinalada pela aposta feita na formação pedagógica dos nossos docentes, visando torná-los mais aptos a lidar com novos desafios que as condições de ensino e aprendizagem colocam e com as características dos públicos que agora vão chegando à Universidade. Redobrou-se a atenção aos percursos de formação dos nossos estudantes, através da consolidação do Observatório de Percursos Académicos, cuja ação vem permitindo desenhar iniciativas que procuram promover o desenvolvimento de percursos académicos bem-sucedidos e obviar fenómenos de insucesso e de abandono.

5. No domínio da interação com a sociedade, a Universidade pautou a sua atuação, ao longo de 2018, pelo envolvimento em múltiplas parcerias.

Celebrámos, durante o ano, vários protocolos com autarquias de modo a tornar cada vez mais densa a presença da Universidade no território. O recente financiamento de um projeto que permite apoiar a atividade das Casas do Conhecimento veio dar um novo impulso a esta rede, orientada para o desenvolvimento social e cultural das populações.

No plano cultural, importa registar a abertura de uma nova galeria de exposições nos espaços agora libertos no edifício do Largo do Paço.

A UMinho tem assumido, desde a sua génese, um importante papel como motor de desenvolvimento, através das ligações que estabelece com o tecido económico. Este papel tem sido concretizado em vários eixos, em que sobressaem a geração de inovação baseada em ciência e tecnologia, a participação na reconversão e qualificação

de recursos humanos e o apoio à modernização e adequação das infraestruturas e capacidade produtiva das empresas. Neste âmbito, cabe realçar a conclusão da 2ª fase do projeto UMinho/Bosch, que teve um investimento global de 55M€, envolveu 122 docentes/investigadores da UMinho e 166 membros da Bosch e requereu 267 novas contratações, 173 das quais feitas pela Universidade. O projeto UMinho/Bosch é uma iniciativa exemplar do que podem ser as articulações entre as empresas e as Universidades, nas áreas da investigação, do desenvolvimento e da inovação, na perspetiva da geração e emprego científico e de emprego altamente qualificado. Recorde-se que esta parceria teve outros impactos na atividade da UMinho, incluindo a instalação na Universidade de um laboratório de investigação, o desenvolvimento de um programa doutoral em empresa e a colaboração da Universidade e da Bosch no Laboratório Colaborativo em Transformação Digital.

O desempenho da Universidade na constituição dos Laboratórios Colaborativos foi particularmente impressionante. Nas 21 propostas aprovadas em 2018, a UMinho está envolvida em 6, assegurando a coordenação de duas – DTx- CoLab em Transformação Digital e ProChild – CoLab Contra a Pobreza e a Exclusão Social, enquanto numa outra – CoLab4Food – Laboratório Colaborativo para Inovação na Indústria Alimentar – cabe à UMinho a coordenação científica. Os restantes Laboratórios Colaborativos aprovados em que a UMinho participa estão nas áreas da Investigação e Inovação em Biorrefinarias, da Bioeconomia Azul e da Economia Circular.

Ainda no plano da interação com a sociedade, assinalando o 45º Aniversário da Universidade do Minho são hoje disponibilizados os serviços da [UMinho Editora](#), que oferecerá ao público em geral, textos de elevada qualidade científica e pedagógica e obras de divulgação científica, artística e cultural. O início da atividade da Editora é assinalado com a publicação do livro [Abrir 'o Paço' à Cidade](#), da autoria de Maria Manuel Oliveira, sobre o projeto de requalificação do Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, o edifício em que nos encontramos.

6. A atividade da Universidade desenvolve-se num quadro de cada vez maior internacionalização. Em 2018: a UMinho ultrapassou, pela primeira vez, a barreira dos 2.000 estudantes estrangeiros, oriundos de mais de 80 países, inscritos em cursos conferentes de grau; a UMinho foi a instituição portuguesa que mais financiamento captou no âmbito da Ação Chave 1 do Programa Erasmus+ (*International Credit Mobility*); duplicámos a realização de mobilidades de pessoal técnico, administrativo e de gestão; estabelecemos uma importante parceria estratégica com a Universidade de São Paulo, com a qual acordámos, em dezembro, um edital de investigação conjunta que muito contribuirá para o fortalecimento das relações entre ambas as instituições.

7. No plano da organização interna, a identificação de factos marcantes da nossa atividade durante o ano de 2018 deve relevar:

- A conclusão do processo de avaliação dos docentes relativo ao período 2015-2017;



- A revisão do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, um processo particularmente exigente, em ordem à sua submissão à A3ES, para renovação da acreditação;
- A continuação do processo de acreditação institucional, tendo a Universidade recebido a visita da Comissão de Avaliação Externa designada pela A3ES, aguardando-se a conclusão do processo;
- A adoção do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

8. Nas infraestruturas, prosseguiu o esforço de melhoria das condições de trabalho dos nossos estudantes, tendo sido concluída a intervenção que permitiu a transferência do Departamento de Geografia para novos espaços, finalmente adequados à atividade que desenvolve.

Cabe registar, também, o facto de, num processo conduzido pela Câmara Municipal de Guimarães – a quem agradeço a disponibilidade e o compromisso de sempre com os projetos da Universidade – o facto, dizia, de se terem já iniciado as obras de renovação dos edifícios do Teatro Jordão e da Garagem Avenida que, naquela cidade, permitirão alojar em excelentes condições a Licenciatura em Artes Visuais e a Licenciatura em Teatro, até agora desenvolvidas em outros espaços da Universidade.

Foi iniciada a intervenção que permitirá disponibilizar espaços multidisciplinares para acolhimento dos novos investigadores nos *campi* de Azurém e Gualtar e reafetar novos espaços laboratoriais.

O processo tendente à resolução do grave problema do alojamento dos estudantes conheceu desenvolvimentos positivos, fruto de compromissos que vieram a ser assumidos pelo governo e pelas autarquias com as Universidades, mas a verdade é que tarda a encontrar-se uma solução capaz de responder de modo expedito a uma situação preocupante pelos impactos que está a ter na frequência do Ensino Superior.

9. Em síntese, ao longo de 2018 a Universidade reafirmou a vitalidade do seu projeto. Fê-lo nas várias dimensões em que desenvolve a sua missão, fê-lo também nos modos de organização e funcionamento internos, fê-lo ainda no plano dos seus recursos humanos.

A continuação do percurso que vimos construindo confronta-se, porém, com dificuldades e desafios, uns internos, mais controláveis pela própria Universidade, outros externos, menos suscetíveis de uma regulação direta pela Instituição.

#### 9.1. Consideremos os primeiros.

Nos últimos anos, as circunstâncias de atuação de algumas das nossas áreas científicas e de formação alteraram-se de forma substancial. Maiores dificuldades de recrutamento de estudantes e menor disponibilidade de financiamento de projetos de investigação, a que acrescem dificuldades na obtenção de projetos de prestação de serviços, estão a criar, em algumas das nossas unidades orgânicas e/ou departamentos, desajustamentos que se estão a tornar estruturais entre os recursos humanos

disponíveis e as atividades que lhe estão cometidas. Estes desajustamentos não são, em vários casos, facilmente corrigíveis. O consenso interno existente em torno deste diagnóstico tem assegurado a coesão interna necessária a um desenvolvimento institucional equilibrado.

Há, no entanto, medidas que têm de ser adotadas, desde logo como forma de evitar a rotura deste consenso. Nas áreas em causa têm que ser ativamente exploradas todas as possibilidades disponíveis de alargamento do campo de atuação, com uma busca mais intensiva de novas modalidades de intervenção, seja no envolvimento em iniciativas orientadas para públicos da própria Universidade, seja no desenvolvimento de projetos de ensino de curta duração, presencial ou à distância, orientados para grupos profissionais específicos, seja ainda na busca de novas modalidades de prestação de serviços. Compreende-se que, nestas mesmas áreas, o recrutamento de recursos humanos, tal como a abertura de concursos de progressão, tenha que passar a ser feito de forma cautelosa, de modo a não colocar em causa a sustentabilidade da Instituição.

Vivemos hoje uma situação contraditória que importa procurar ultrapassar. Na verdade os desequilíbrios que mencionei, implicam outros de sentido contrário, traduzidos no facto de unidades e departamentos que têm uma oferta educativa pujante terem dificuldade em recrutar os professores de que necessitam para atenderem adequadamente o número de estudantes que conseguem captar, dadas as restrições orçamentais a que a Universidade está sujeita.

A presente situação é fortemente indesejável e a sua superação tem que ser encarada como questão decisiva para a Universidade, tanto mais que a chegada à UMinho do elevado número de investigadores a que antes me referi, nas condições em que foram e estão a ser recrutados, veio criar uma realidade nova.

A criação de condições de sustentabilidade financeira da Universidade requer também que sejam encontradas, ao nível da organização e funcionamento da Instituição e dos seus serviços, modos e práticas mais ajustadas. Uma Universidade mais eficiente é um objetivo que tem de ser coletivamente assumido.

9.2. As atuais circunstâncias externas da Universidade apresentam riscos que importa ponderar.

O orçamento da Universidade para 2019, que em 2019 é de cerca de 150 M de euros, tem uma estrutura de despesa que prevê 74.8% de despesas com recursos humanos. As transferências do orçamento do estado cobrem esse ano cerca de 75% dos compromissos salariais com recursos humanos permanentes. Significa isto que, na Universidade do Minho, estes encargos dependem já em cerca de um quarto da capacidade de a Universidade gerar receitas próprias.

É verdade que, a este respeito, a Universidade vem tendo um desempenho assinalável. As receitas oriundas de I&D têm em 2019, no Orçamento da Universidade, praticamente o mesmo peso que as transferências do Estado. Em dados

recentemente disponibilizados pela FCT, a Universidade aparece como a segunda universidade portuguesa com maior capacidade de atração de financiamento europeu. As receitas oriundas de outros projetos que não I&D, importantes no nosso orçamento, encontram-se, porém, sujeitas a variáveis nem sempre controláveis.

Num cenário como este, a dependência da execução orçamental de reembolsos das agências de financiamento de I&D apresenta riscos elevados face ao que são as práticas das referidas agências, que frequentemente diferem os referidos reembolsos.

Este cenário de risco é agravado pelas incertezas que continuam a existir acerca de se, quando e como as Universidades vão ser compensadas dos efeitos das alterações legislativas que têm vindo a ocorrer ao nível da regularização dos vínculos precários, das valorizações remuneratórias e, mais recentemente, da redução do valor das propinas.

As incertezas a este respeito criam um cenário de enorme instabilidade que torna as Universidades e a sua gestão um foco de tensão, provocando a erosão da confiança que é necessário que exista entre o governo e as instituições.

No momento em que nos aproximamos de um período eleitoral, cabe perguntar o que propõem os diferentes atores e grupos políticos para os sistemas de Ensino Superior e de investigação. Cabe perguntar se há ou não disponibilidade para se assumir e respeitar um compromisso estável e de natureza plurianual com as Universidades. Um compromisso que seja efetivamente sensível ao enorme impacto social, económico e cultural que as instituições universitárias têm. Um compromisso que se traduza numa revisão da lei de financiamento que a adequa à realidade das instituições. A UMinho aumentou significativamente o número de alunos nos últimos anos. Fê-lo em nome da responsabilidade social que é a sua e nem de perto nem de longe o financiamento do Estado acompanhou essa evolução.

Ecoando uma preocupação expressa pelo Senhor Presidente da República na primeira sessão da Convenção Nacional sobre o Ensino Superior, afigura-se essencial uma clarificação da posição do Estado e do sistema político face às Universidades públicas, que responda, em suma, a duas perguntas fulcrais: O que esperam o país e o sistema político das suas Universidades? O que estão o país e o sistema político disponíveis para fazer pelas suas Universidades?

Esta clarificação é essencial para se encontrar um quadro de funcionamento estável que lhes possibilite a assunção plena do seu papel. Perguntas que, naturalmente, têm, em modo complementar uma outra, a responder pelas instituições: O que querem as Universidades fazer pelo país?

Estas perguntas e as respetivas respostas são tão mais pertinentes quanto é certo que pairam nuvens negras sobre a União Europeia que, a diversos níveis, tem constituído um fator essencial de construção e consolidação do sistema de Ensino Superior e de investigação português.

As ameaças hoje existentes, decorrentes da ascensão de forças nacionalistas e populistas, de forças e movimentos que preconizam a prevalência de sociedades fechadas sobre sociedades abertas, podem vir a colocar em causa o papel decisivo que a União Europeia vem desempenhando na modernização do nosso Ensino Superior.

Estas são razões adicionais para se apostar, em Portugal, em instituições universitárias fortes, a partir da construção de um consenso social e político alargado, até como condição de desenvolvimento do país e de reforço da própria democracia.

E também a este respeito, as Universidades são insubstituíveis.

Muito obrigado.

Rui Vieira de Castro

#### Figura 75

Vídeo da cerimónia do Dia da Universidade, no 45º aniversário, em 19 de fevereiro de 2019.

Fonte: "Universidade do Minho. 45º Aniversário da UMinho", Vídeo do YouTube. Publicado em 19-02-2019. [https://youtube/zDDrAKdWFsE?list=PLQbBei4v2OmaZPAsFUUA\\_tw5Azx8kyExq](https://youtube/zDDrAKdWFsE?list=PLQbBei4v2OmaZPAsFUUA_tw5Azx8kyExq)



## Bibliografia



Ferreira, Fátima Moura, coord., *História da Universidade do Minho 1973-1974-2014*. Braga: Universidade do Minho-Fundação Carlos Lloyd Braga, 2014. <http://hdl.handle.net/1822/33857>

Goba Bouza Fernando e Pedro Dono López, org., *Galegos no Minho. 20 anos do Centro de estudos Galegos* (Braga: Ed- Húmus, 2017), disponível no repositoriUM da UMinho em: <http://hdl.handle.net/1822/53207>

s.a. «Após 6 anos, a UMinho volta a atribuir Doutoramentos Honoris Causa». *UMDicas SASUM*, publicado em abril 2011, disponível em: <https://www.dicas.sas.uminho.pt/noticias/academia/2011/04/apos-6-anos-a-uminho-volta-a-atribuir-doutoramentos-honoris-causa>, consultado em 04-12-2019.

Universidade do Minho. *20 anos de história da Universidade do Minho: depoimentos e testemunhos*. Braga: Universidade do Minho, 1994.

#### **Fontes e recursos digitais e online**

Arquivo Histórico do Governo, disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>

Canal YouTube AAUMTV, disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCGEZgjm1RIOOaxLUipB-C3dA>

Canal YouTube Universidade do Minho, disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCAgnIMMRl-rfbE-aeZjKJWg>

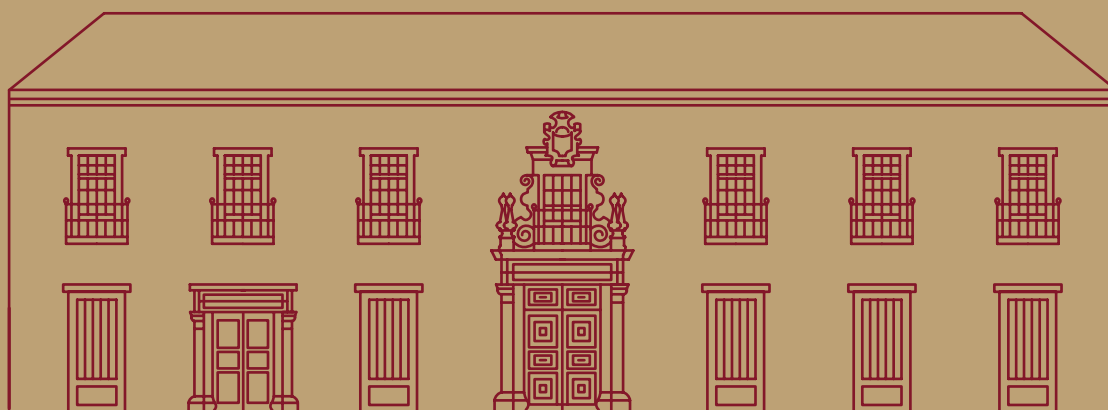
Debates Parlamentares, disponível em <http://debates.parlamento.pt/>

Diário da República eletrónico, disponível em <https://dre.pt/>

Página Oficial da Presidência da República, disponível em <http://www.presidencia.pt/>

Repositório digital Fundação Carlos Lloyd Braga [repositório interno]

Universidade do Minho, disponível em <https://www.uminho.pt/PT>



Esta obra, que reúne os discursos dos sucessivos reitores que lideraram a Universidade do Minho, entre 1974 e 2019, num ciclo de 45 anos, abre um novo espaço narrativo dedicado à história da Instituição, organizado na forma de coletâneas de textos, com coerência temática, que retratam diferentes aspetos da vida da UMinho, as quais serão inseridas na Coleção Documentos da UMinho Editora, na Série Memórias e Atos Académicos, recebendo o título genérico de História e Memória da Universidade do Minho | *Documenta*. Pretende-se, deste modo, dar continuidade editorial ao projeto da História da Universidade do Minho, através da edição *online* de documentos que têm vindo a ser digitalizados desde 2012, uma estratégia que pretende contribuir para a consolidação e afirmação da identidade desta jovem universidade.

O lançamento deste primeiro volume, com os discursos proferidos pelos reitores, maioritariamente nas cerimónias de tomada de posse e nos dias do aniversário da Instituição, normalmente o dia 17 de fevereiro, também chamado o Dia da Universidade, colhe a sua plena justificação no facto desses atos constituírem momentos marcantes na vida da Instituição e na inquestionável responsabilidade dos seus máximos responsáveis nas orientações tomadas e nas avaliações realizadas ao longo dos seus principais ciclos de vida. Neste contexto, a obra *Os Discursos dos Reitores (1974-2019)* pretende dar a conhecer o pensamento e realizações de vários reitores, que foram protagonistas incontornáveis da história da Universidade do Minho, cujas palavras, vertidas em discursos, procuraram equacionar os sucessos e as dificuldades da Instituição nos sucessivos contextos políticos, sociais e económicos, que enquadraram a sua afirmação, intimamente ligada à história recente do nosso país e à sua afirmação democrática.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-8974-11-2



9 789898 974112 >